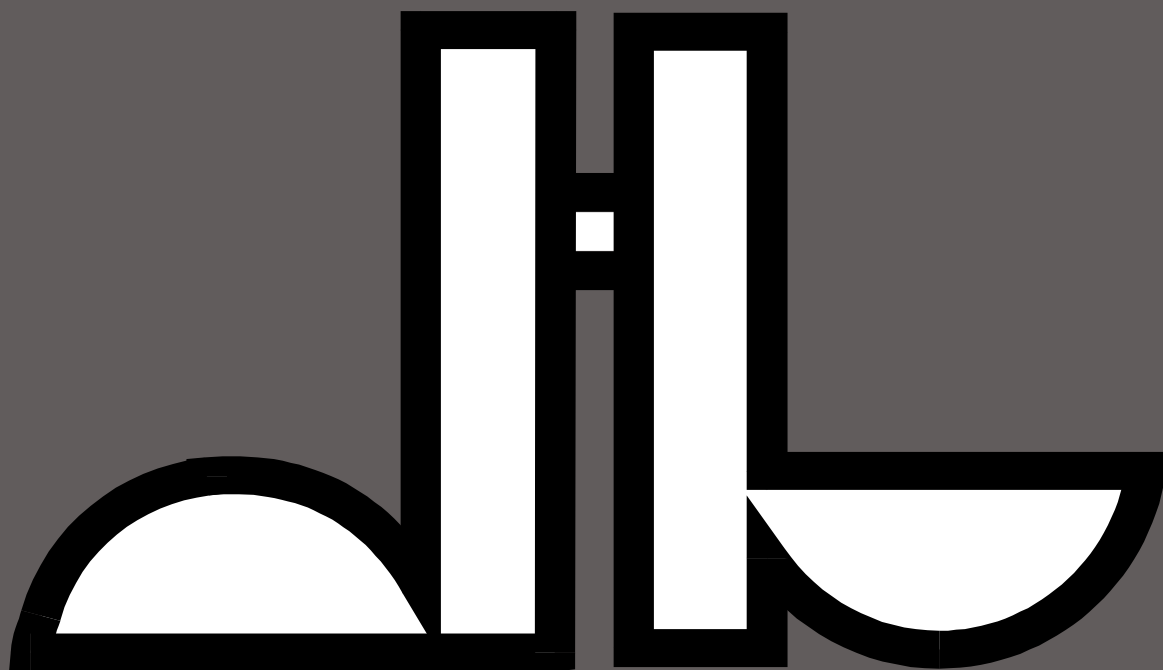




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LX - Nº 10 - QUINTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Vetos Presidenciais

Veto Parcial nº 16, de 2005 (Mensagem nº 41, de 2005-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o artigo 1121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores... 04859

Veto Parcial nº 17, de 2005 (Mensagem nº 42, de 2005-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), que dá nova redação ao caput e ao § 3º do artigo 304 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. (Estabelecendo a simplificação da lavratura do auto de prisão em flagrante para permitir ao policial condutor do preso e as testemunhas serem liberadas tão logo sejam ouvidas, após a assinatura dos depoimentos). 04860

Veto Parcial nº 18, de 2005 (Mensagem nº 43, de 2005-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. 04860

Veto Parcial nº 22, de 2005 (Mensagem nº 58, de 2005-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. 04861

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e designação das Comissões Mistas incumbidas de relatar os Vetos Parciais nºs 16, 17, 18 e 22, de 2005, lidos anteriormente. 04869

1.2.3 – Leitura de Mensagens do Presidente da República

Nº 90, de 2005 (nº 499/2005, na origem), solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 9, de 2005-

CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, enviada ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 57, de 2005-CN (nº 363/2005, na origem). Deferido. 04869

Nº 91, de 2005 (nº 500/2005, na origem), solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 15, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$.360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, enviada ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 65, de 2005-CN (nº 376/2005, na origem). Deferido. 04869

1.2.4 – Ofícios

Nº 1.196/2005, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios..... 04869

Nº 1.197/2005, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios..... 04869

Nº 1.198/2005, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios..... 04869

1.2.5 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Esclarecimentos sobre a retirada da pauta de votação do veto aposto ao projeto que altera a remuneração dos servidores públicos do Tribunal de Contas da União. 04869

DEPUTADO RODRIGO MAIA, como Líder – Preocupação com o descumprimento da Consti-

tuição Federal, especialmente no que diz respeito à não votação de vetos presidenciais. 04870

DEPUTADO *ARLINDO CHINAGLIA*, como Líder – Debate sobre o reajuste dos proventos dos servidores públicos do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União..... 04872

DEPUTADO *MARCELO ORTIZ*, como Líder – Defesa da derrubada dos vetos apostos a projetos que altera a remuneração dos servidores do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União. 04873

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de dois dias para interposição de recurso quanto à prejudicialidade dos Vetos nºs 27, 31, 32 e 35, de 2004, e 1, de 2005..... 04873

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Veto Total nº 13, de 2005, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004, que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal. (Votação na cédula única – apuração através do Prodasen) 04873

Item 2

Veto Total nº 14, de 2005, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (nº 4.845, de 2005, na Câmara dos Deputados), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados. (Votação na cédula única – apuração através do Prodasen) 04873

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Envio à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, do Requerimento nº 23, de 2005 – CN, de autoria do Deputado Carlos Willian e outros Parlamentares, solicitando a criação de CPMI para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil (Leitura do Requerimento nº 23, de 2005-CN)..... 04821

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS DE VETOS PRESIDENCIAIS CONSTANTES DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO UTILIZADA NA PRESENTE SESSÃO CONJUNTA 04961

3 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 19 e 20-4-2005..... 04963

1ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 26-4-2005..... 04966

4ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 3 e 5-5-2005..... 04967

5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 12-5-2005..... 04968

6ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 17 e 18-5-2005..... 04969

7ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 24-5-2005..... 04970

Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 31-5-2005..... 04970

2ª Reunião de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 7-6-2005. 04977

8ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 7 e 9-6-2005..... 04998

3ª Reunião de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 15-6-2005..... 05018

9ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 21 e 22-6-2005..... 05033

2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 28 e 29-6-2005.... 05045

10ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 30-6-2005..... 05072

1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 30-6-2005. 05078

3ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 05 e 6-7-2005.... 05110

4ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 12 e 13-7-2005.. 05121

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

8 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 9ª Sessão Conjunta, em 31 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, José Thomaz Nonô e Inocêncio Oliveira

ÀS 11 HORAS E 14 MINUTOS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO-DELIBERATIVA-ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/8/2005 07:32:11 até 31/8/2005 19:37:18

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTÓVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAÚJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIPO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JÓRGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
-	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 79 Senadores

E OS SRS. DEPUTADOS:

52ª Legislatura

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**SESSÃO CONJUNTA Nº 009 - 31/08/2005**

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 31/08/2005 11:00

Fim : 31/08/2005 13:18

Total de Presenças : 478

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Alceste Almeida	PMDB	
553 - Almir Sá	PL	
002 - Dr. Rodolfo Pereira	PDT	
003 - Francisco Rodrigues	PFL	
004 - Luciano Castro	PL	
007 - Pastor Frankembergen	PTB	
Presenças Roraima: 6		
AMAPÁ		
009 - Coronel Alves	PL	
012 - Dr. Benedito Dias	PP	
014 - Eduardo Seabra	PTB	
011 - Gervásio Oliveira	PMDB	
015 - Hélio Esteves	PT	
016 - Janete Capiberibe	PSB	
Presenças Amapá: 6		
PARÁ		
019 - Anivaldo Vale	PSDB	
018 - Ann Pontes	PMDB	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
021 - Babá	S.Part.	
022 - Jader Barbalho	PMDB	
027 - José Priante	PMDB	
029 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Nicias Ribeiro	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
032 - Raimundo Santos	PL	
035 - Vic Pires Franco	PFL	
023 - Wladimir Costa	PMDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
026 - Zé Lima	PP	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presenças Pará: 16		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PPS	
037 - Carlos Souza	PP	
036 - Francisco Garcia	PP	

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
041 - Humberto Michiles	PL	
042 - Lupércio Ramos	PMDB	
043 - Pauderney Avelino	PFL	
039 - Silas Câmara	PTB	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes Amazonas: 8		
RONDONIA		
044 - Agnaldo Muniz	PP	
047 - Anselmo	PT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Miguel de Souza	PL	
574 - Natan Donadon	PMDB	
046 - Nilton Capixaba	PTB	
Presentes Rondonia: 6		
ACRE		
052 - Henrique Afonso	PT	
053 - João Correia	PMDB	
549 - João Tota	PP	
054 - Júnior Betão	PL	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
059 - Zico Bronzeado	PT	
Presentes Acre: 7		
TOCANTINS		
061 - Darci Coelho	PP	
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
062 - Homero Barreto	PTB	
063 - Kátia Abreu	PFL	
064 - Maurício Rabelo	PL	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Pastor Amarildo	PSC	
066 - Ronaldo Dimas	PSDB	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
602 - Albérico Filho	PMDB	
068 - Antonio Joaquim	PTB	
070 - César Bandeira	PFL	
073 - Clóvis Fecury	PFL	
071 - Costa Ferreira	PSC	
074 - Dr. Ribamar Alves	PSB	
075 - Gastão Vieira	PMDB	
072 - João Castelo	PSDB	
076 - Luciano Leitoa	PSB	
077 - Neiva Moreira	PDT	
078 - Nice Lobão	PFL	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	
083 - Remi Trinta	PL	

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
085 - Sarney Filho	PV	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
081 - Terezinha Fernandes	PT	
084 - Wagner Lago	PP	
Presentes Maranhão: 18		
CEARÁ		
089 - Almeida de Jesus	PL	
586 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
583 - Antenor Naspolini	PSDB	
091 - Antonio Cambraia	PSDB	
092 - Ariosto Holanda	PSB	
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Bismarck Maia	PSDB	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	
541 - Gonzaga Mota	PSDB	
094 - Inácio Arruda	PCdoB	
093 - João Alfredo	PT	
096 - José Linhares	PP	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Léo Alcântara	PSDB	
522 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PMDB	
550 - Mauro Benevides	PMDB	
101 - Moroni Torgan	PFL	
106 - Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	
107 - Vicente Arruda	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	
Presentes Ceará: 22		
PIAUI		
109 - Átila Lira	PSDB	
111 - B. Sá	PSB	
112 - Ciro Nogueira	PP	
114 - Júlio Cesar	PFL	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
115 - Moraes Souza	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	
554 - Nazareno Fonteles	PT	
118 - Paes Landim	PTB	
555 - Simplicio Mário	PT	
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
119 - Álvaro Dias	PDT	
120 - Betinho Rosado	PFL	
121 - Fátima Bezerra	PT	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - Iberê Ferreira	PTB	
122 - Nélcio Dias	PP	

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO NORTE		
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
PARAÍBA		
128 - Benjamin Maranhão	PMDB	
130 - Carlos Dunga	PTB	
134 - Domiciano Cabral	PSDB	
132 - Enivaldo Ribeiro	PP	
543 - Inaldo Leitão	PL	
131 - Lúcia Braga	PMDB	
133 - Luiz Couto	PT	
542 - Marcondes Gadelha	PTB	
259 - Philemon Rodrigues	PTB	
540 - Ricardo Rique	PL	
136 - Wellington Roberto	PL	
137 - Wilson Santiago	PMDB	
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
142 - André de Paula	PFL	
144 - Armando Monteiro	PTB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	
140 - Eduardo Campos	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
145 - Inocêncio Oliveira	PL	
156 - Joaquim Francisco	PTB	
561 - Jorge Gomes	PSB	
147 - José Chaves	PTB	
149 - José Mendonça Bezerra	PFL	
150 - José Múcio Monteiro	PTB	
151 - Luiz Piauhyllino	PDT	
161 - Marcos de Jesus	PL	
138 - Maurício Rands	PT	
154 - Osvaldo Coelho	PFL	
146 - Pastor Francisco Olímpio	PSB	
148 - Paulo Rubem Santiago	PT	
153 - Pedro Corrêa	PP	
155 - Raul Jungmann	PPS	
157 - Renildo Calheiros	PCdoB	
158 - Roberto Freire	PPS	
159 - Roberto Magalhães	PFL	
160 - Severino Cavalcanti	PP	
Presentes Pernambuco: 24		
ALAGOAS		
162 - Benedito de Lira	PP	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	
167 - João Caldas	PL	
165 - João Lyra	PTB	
598 - Jorge VI	PSC	

	Partido	Bloco
ALAGOAS		
169 - José Thomaz Nonô	PFL	
557 - Jurandir Boia	PDT	
171 - Olavo Calheiros	PMDB	
170 - Rogério Teófilo	PPS	
Presentes Alagoas: 9		
SERGIPE		
176 - Cleonânicio Fonseca	PP	
173 - Heleno Silva	PL	
174 - Jackson Barreto	PTB	
177 - João Fontes	PDT	
175 - Jorge Alberto	PMDB	
178 - José Carlos Machado	PFL	
Presentes Sergipe: 6		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL	
183 - Aroldo Cedraz	PFL	
186 - Claudio Cajado	PFL	
184 - Colbert Martins	PPS	
187 - Coriolano Sales	PFL	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	PFL	
191 - Félix Mendonça	PFL	
194 - Fernando de Fabinho	PFL	
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB	
185 - Gerson Gabrielli	PFL	
195 - <i>Guilherme Menezes</i>	PT	
196 - Jairo Carneiro	PFL	
198 - João Almeida	PSDB	
524 - João Carlos Bacelar	PL	
199 - João Leão	PL	
192 - Jonival Lucas Junior	PTB	
202 - José Carlos Aleluia	PFL	
197 - José Carlos Araújo	PL	
203 - José Rocha	PFL	
200 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
182 - Luiz Bassuma	PT	
205 - Luiz Carreira	PFL	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PL	
210 - Mário Negromonte	PP	
208 - Milton Barbosa	PFL	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
212 - Pedro Irujo	S.Part.	
213 - Robério Nunes	PFL	
215 - Severiano Alves	PDT	
218 - Walter Pinheiro	PT	

	Partido	Bloco
BAHIA		
216 - Zelinda Novaes	PFL	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 36		
MINAS GERAIS		
576 - Ademir Camilo	PL	
600 - Alexandre Maia	PMDB	
591 - Ana Guerra	PT	
223 - Aracely de Paula	PL	
224 - Cabo Júlio	PMDB	
521 - Carlos Mota	PL	
222 - Carlos Willian	PMDB	
225 - César Medeiros	PT	
527 - Cleuber Carneiro	PTB	
228 - Custódio Mattos	PSDB	
227 - Dr. Francisco Gonçalves	PTB	
231 - Edmar Moreira	PL	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
232 - Eliseu Resende	PFL	
233 - Fernando Diniz	PMDB	
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
531 - Ibrahim Abi-Ackel	PP	
237 - Isaías Silvestre	PSB	
238 - Ivo José	PT	
240 - Jaime Martins	PL	
242 - João Magno	PT	
246 - João Paulo Gomes da Silva	PL	
241 - José Militão	PTB	
249 - José Santana de Vasconcellos	PL	
250 - Júlio Delgado	PSB	
251 - Leonardo Mattos	PV	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
243 - Lincoln Portela	PL	
254 - Marcello Siqueira	PMDB	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
572 - Maria Lúcia Cardoso	PMDB	
262 - Mário Assad Júnior	PL	
267 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair Cunha	PT	
256 - Osmânio Pereira	S.Part.	
257 - Paulo Delgado	PT	
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
261 - Roberto Brant	PFL	
523 - Romel Anizio	PP	
260 - Romeu Queiroz	PTB	
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
560 - Vadinho Baião	PT	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
Presentes Minas Gerais: 47		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Feu Rosa	PP	
273 - Iriny Lopes	PT	
580 - Jair de Oliveira	PMDB	
275 - Manato	PDT	
277 - Marcelino Fraga	PMDB	
278 - Marcus Vicente	PTB	
280 - Neucimar Fraga	PL	
279 - Nilton Baiano	PP	
281 - Renato Casagrande	PSB	
Presentes Espírito Santo: 9		
RIO DE JANEIRO		
588 - Aldir Cabral	PFL	
284 - Alexandre Cardoso	PSB	
286 - Almerinda de Carvalho	PMDB	
283 - Almir Moura	PMDB	
571 - André Costa	S.Part.	
292 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	
532 - Carlos Nader	PL	
289 - Carlos Rodrigues	PL	
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PT	
297 - Deley	PMDB	
294 - Dr. Heleno	PMDB	
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
307 - Eduardo Paes	PSDB	
301 - Elaine Costa	PTB	
296 - Fernando Gabeira	PV	
304 - Fernando Lopes	PMDB	
299 - Francisco Dornelles	PP	
539 - Itamar Serpa	PSDB	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
303 - Jandira Feghali	PCdoB	
293 - João Mendes de Jesus	S.Part.	
310 - Jorge Bittar	PT	
305 - José Divino	PMDB	
306 - Josias Quintal	PMDB	
308 - Juíza Denise Frossard	PPS	
309 - Julio Lopes	PP	
311 - Laura Carneiro	PFL	
313 - Luiz Sérgio	PT	
599 - Márcio Fortes	PSDB	
317 - Miro Teixeira	PT	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
316 - Moreira Franco	PMDB	
318 - Nelson Bornier	PMDB	
320 - Paulo Baltazar	PSB	
321 - Paulo Feijó	PSDB	
319 - Reinaldo Betão	PL	
325 - Renato Cozzolino	PRP	
322 - Rodrigo Maia	PFL	
326 - Sandro Matos	PTB	
327 - Simão Sessim	PP	
328 - Vieira Reis	PMDB	
Presentes Rio de Janeiro: 43		
SÃO PAULO		
330 - Alberto Goldman	PSDB	
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	
329 - Amauri Gasques	PL	
340 - Angela Guadagnin	PT	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
582 - Ary Kara	PTB	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
344 - Celso Russomanno	PP	
597 - Chico Sardelli	PFL	
339 - Cláudio Magrão	PPS	
345 - Corauci Sobrinho	PFL	
348 - Delfim Netto	PP	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
346 - Dimas Ramalho	PPS	
350 - Durval Orlato	PT	
578 - Edinho Montemor	PL	
351 - Edna Macedo	PTB	
352 - Elimar Máximo Damasceno	PRONA	
353 - Enéas	PRONA	
601 - Fernando Estima	S.Part.	
354 - Gilberto Nascimento	PMDB	
360 - Iara Bernardi	PT	
355 - Ildeu Araujo	PP	
359 - Ivan Valente	PT	
362 - Jamil Murad	PCdoB	
363 - Jefferson Campos	PMDB	
335 - João Batista	S.Part.	
364 - João Herrmann Neto	PDT	
361 - João Paulo Cunha	PT	
365 - José Dirceu	PT	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
367 - José Mentor	PT	
368 - Jovino Cândido	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
370 - Lobbe Neto	PSDB	
372 - Luciano Zica	PT	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	
375 - Luiz Carlos Santos	PFL	
376 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
371 - Luiza Erundina	PSB	
585 - Marcelo Barbieri	PMDB	
377 - Marcelo Ortiz	PV	
378 - Marcos Abramo	PFL	
373 - Medeiros	PL	
380 - Michel Temer	PMDB	
374 - Milton Monti	PL	
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
379 - Neuton Lima	PTB	
382 - Orlando Fantazzini	PT	
383 - Paulo Lima	PMDB	
384 - Professor Irapuan Teixeira	PP	
388 - Professor Luizinho	PT	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
385 - Ricardo Izar	PTB	
391 - Roberto Gouveia	PT	
386 - Robson Tuma	PFL	
387 - Salvador Zimbaldi	S.Part.	
581 - Silvio Torres	PSDB	
389 - Telma de Souza	PT	
392 - Vadão Gomes	PP	
394 - Vanderlei Assis	PP	
395 - Vicente Cascione	PTB	
396 - Vicentinho	PT	
579 - Walter Barelli	PSDB	
347 - Wanderval Santos	PL	
398 - Zulaiê Cobra	PSDB	
Presentes São Paulo: 69		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Celcita Pinheiro	PFL	
569 - Lino Rossi	PP	
403 - Pedro Henry	PP	
401 - Ricarte de Freitas	PTB	
559 - Teté Bezerra	PMDB	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
Presentes Mato Grosso: 7		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	PFL	
411 - Jorge Pinheiro	PL	
409 - José Roberto Arruda	PFL	
410 - Maninha	PT	
547 - Osório Adriano	PFL	

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
412 - Sigmaringa Seixas	PT	
414 - Tatico	PL	
525 - Wasny de Roure	PT	
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
416 - Barbosa Neto	PSB	
590 - Capitão Wayne	PSDB	
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
517 - Enio Tatico	PL	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
423 - Neyde Aparecida	PT	
565 - Pedro Canedo	PP	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
429 - Ronaldo Caiado	PFL	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PL	
563 - Sergio Caiado	PP	
430 - Vilmar Rocha	PFL	
Presentes Goiás: 15		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
435 - Geraldo Resende	PPS	
436 - Murilo Zauith	PFL	
437 - Nelson Trad	PMDB	
438 - Vander Loubet	PT	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	PFL	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
556 - Airton Roveda	PTB	
445 - Alex Canziani	PTB	
442 - André Zacharow	PSB	
443 - Assis Miguel do Couto	PT	
446 - Chico da Princesa	PL	
453 - Colombo	PT	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
460 - Dra. Clair	PT	
461 - Eduardo Sciarra	PFL	
466 - Giacobbo	PL	
450 - Gustavo Fruet	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - Iris Simões	PTB	
451 - José Borba	PMDB	
PARANÁ		
452 - José Janene	PP	
454 - Luiz Carlos Hauhy	PSDB	
456 - Max Rosenmann	PMDB	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PP	

459 - Odílio Balbinotti	PMDB
464 - Oliveira Filho	PL
465 - Ricardo Barros	PP
518 - Selma Schons	PT
469 - Takayama	PMDB
596 - Vitorassi	PT
Presentes Paraná: 28	
SANTA CATARINA	
471 - Adelor Vieira	PMDB
476 - Carlito Merss	PT
470 - Edinho Bez	PMDB
544 - Edison Andrino	PMDB
478 - Fernando Coruja	PPS
479 - Gervásio Silva	PFL
472 - Ivan Ranzolin	S.Part.
474 - João Pizzolatti	PP
475 - Jorge Boeira	PT
480 - Leodegar Tiscoski	PP
477 - Mauro Passos	PT
482 - Paulo Afonso	PMDB
483 - Paulo Bauer	PSDB
484 - Vignatti	PT
485 - Zonta	PP
Presentes Santa Catarina: 15	
RIO GRANDE DO SUL	
487 - Alceu Collares	PDT
489 - Augusto Nardes	PP
490 - Beto Albuquerque	PSB
494 - Cezar Schirmer	PMDB
491 - Darcísio Perondi	PMDB
495 - Eliseu Padilha	PMDB
493 - Enio Bacci	PDT
496 - Érico Ribeiro	PP
519 - Francisco Appio	PP
497 - Francisco Turra	PP
498 - Henrique Fontana	PT
499 - Júlio Redecker	PSDB
502 - Kelly Moraes	PTB
506 - Luciana Genro	S.Part.
500 - Luis Carlos Heinze	PP
575 - Marco Maia	PT
508 - Maria do Rosário	PT
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB
RIO GRANDE DO SUL	
520 - Milton Cardias	PTB
507 - Nelson Proença	PPS
510 - Onyx Lorenzoni	PFL
511 - Orlando Desconsi	PT
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB
512 - Pastor Reinaldo	PTB
513 - Paulo Pimenta	PT
505 - Pompeo de Mattos	PDT
515 - Tarcísio Zimmermann	PT
589 - Wilson Cignachi	PMDB
516 - Yeda Crusius	PSDB
Presentes Rio Grande do Sul: 29	

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL-PE) – As listas de presença acusam o número regimental de 79 Sras. e Srs. Senadores e 478 Sras. e Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL-PE) – Sobre a mesa vetos presidenciais, que serão lidos pelos 1º Secretário *ad hoc*, o nobre Deputado Robson Tuma.

São lidos os seguintes:

VETO PARCIAL Nº 16, DE 2005

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004

(Nº 818/2003, na Casa de origem)

(Mensagem nº 41/2005-CN – nº 276/2005, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 24, de 2004 (nº 818/03 na Câmara dos Deputados), que “Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores”.

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 4º

“Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Razão do veto

“Dadas as implicações para a imediata implantação a ser adotado, o interesse público recomenda veto ao seu art. 4º, atinente à imediata entrada em vigor da norma.

Em consequência do veto a esse dispositivo, a lei vigorará quarenta e cinco dias após sua publicação oficial, segundo expressa o art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (a chamada Lei de Introdução ao Código Civil)”.

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 13 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem)

Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui, como requisito da petição inicial da ação de separação consensual, o acordo dos cônjuges acerca do regime de visitas dos filhos menores.

Art. 2º O inciso II do art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.121

.....

II – o acordo relativo à guarda dos filhos menores ao regime de visitas;

.....” (NR)

Art. 3º O art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 1.121.

.....

§ 1º.....

.....

§ 2º Entende-se por regime de visitas a forma pela qual os cônjuges ajustarão a permanência dos filhos em companhia daquele que não ficar com sua guarda, compreendendo encontros periódicos regularmente estabelecidos, repartição das férias escolares e dias festivos.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) EM DESTAQUE A PARTE VETADA

VETO PARCIAL Nº 17, DE 2005**Aposto ao****Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004****(Nº 6.425/2002, na Casa de origem)****(Mensagem nº 42/2005-CN – nº 277/2005, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 74, de 2003 (nº 6.425/02 na Câmara dos Deputados), que “Dá nova redação ao **caput** e ao § 3º do art. 304 do Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Razão do veto

“Dadas as implicações para a imediata implantação do procedimento a ser adotado, o interesse público recomenda veto ao seu art. 2º, atinente á imediata entrada em vigor da norma.

Em consequência do veto a esse dispositivo, a lei vigorará quarenta e cinco dias após sua publicação oficial, segundo expressa o art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (a chamada Lei de Introdução ao Código Civil)”.

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 13 de maio de 2005 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

**(*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003
(Nº 6.425/2002, na Casa de origem)**

Dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** e o § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

(*) EM DESTAQUE A PARTE VETADA

“Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá estas o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recebido de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

.....
§ 3º Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VETO PARCIAL Nº 18, DE 2005**aposto ao****Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001****(Nº 6.387/2002, na Câmara dos Deputados)****(Mensagem nº 43/2005-CN – nº 284/2005, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 236, de 2001 (nº 6.387/02 na Câmara dos Deputados), que “Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.”

Ouvida, a Advocacia-Geral da União, manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso II do art. 30 Lei nº 9.394, de 1996, alterado pelo art. 1º do projeto de lei

“Art. 30.

.....
II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.”(NR)

Razões do Veto

“Estatui o art. 208, I e IV, da Constituição que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria, e atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Aliás, a previsão constitucional de atendimento em creche e pré-escola está textualmente reproduzida no art. 4º, IV, da Lei nº 9.394, de 1996, sem que o projeto tenha cogitado de sua alteração.

Como se pode observar, a alteração encontra óbice na Carta Magna, uma vez que não observa a idade nela estabelecida.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 16 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001
(Nº 6.387/2002, na Câmara dos Deputados)

Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental”(NR)

“Art. 30.

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.”(NR)

“Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

.....”(NR)

“Art. 87.

§ 3º.....

I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino:

a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta lei, no caso de todas as redes escolares;

b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e

c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir do início do ano letivo subsequente.

VETO PARCIAL Nº 22, DE 2005

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004

(Nº 2.710/1992, na Casa de Origem)

(Mensagem nº 58/2005-cn – Nº 367/2005, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 36, de 2004 (nº 2.710/92 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS”.

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Parágrafo único do art. 7º

“Art. 7º

Parágrafo único. As dotações relativas aos programas referidos no **caput** deste artigo serão centralizadas no FNHIS a partir da publicação desta lei.”

Razões do veto

“O parágrafo único do art. 7º quando combinado com o disposto no inciso III do art. 8º do projeto de lei, torna-se impraticável, sendo obrigatória a abertura de crédito especial para remanejamento de todas as dotações atualmente classificadas com a função habitação, independentemente do órgão orçamentário a que estejam vinculadas, de forma que sejam agrupadas na unidade orçamentária a ser criada para o FNHIS.

Na Lei Orçamentária vigente, foram classificados sob a referida função R\$721,5 milhões, distribuídos em oito ações constantes do orçamento da administração direta do Ministério das Cidades e uma do órgão Operações Oficiais de Crédito, relativa ao subsídio destinado à habitação de interesse social. Uma vez desdobradas essas ações, verifica-se a existência de mais de duzentos subtítulos distribuídos nas mais diversas localidades do País.

Convém ressaltar que o encaminhamento de projeto de lei para abertura de crédito especial ao Congres-

so Nacional, implicará, necessariamente, o bloqueio das referidas programações, as quais somente poderão ser executadas após a publicação do crédito em questão. Portanto, o remanejamento das citadas programações provocará uma interrupção momentânea da oferta dos serviços e produtos, o que poderá resultar neste ano em prejuízos ao público-alvo interessado, o que não impede que sejam adotadas as medidas necessárias nos próximos exercícios.

Convém ressaltar que o veto não trará prejuízo à centralização das programações que constituem o FNHIS em exercícios futuros, uma vez que se aplica ao exercício de 2005.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 16 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*)PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004
(Nº 2.710/1992, na Casa de origem)

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

CAPÍTULO I

Do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SEÇÃO I

Objetivos, Princípios e Diretrizes

Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Art. 3º O SNHIS centralizará todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica.

Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:

I – os seguintes princípios:

a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;

c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;

d) função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

II – as seguintes diretrizes:

a) prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;

b) utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infra-estrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;

c) utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;

d) sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;

e) incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia;

f) incentivo à pesquisa, incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional;

g) adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas; e

h) estabelecer mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea a deste inciso.

(*) EM DESTAQUE A PARTE VETADA

SEÇÃO II

Da Composição

Art. 5º Integram o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS os seguintes órgãos e entidades:

I – Ministério das Cidades, órgão central do SNHIS;

II – Conselho Gestor do FNNHIS;

III – Caixa Econômica Federal – CEF, agente operador do FNNHIS;

IV – Conselho das Cidades;

V – conselhos no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais;

VI – órgãos e as instituições integrantes da administração pública, direta ou indireta, das esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, e instituições regionais ou metropolitanas que desempenhem funções complementares ou afins com a habitação;

VII – fundações, sociedades, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais e quaisquer outras entidades privadas que desempenhem atividades na área habitacional, afins ou complementares, todos na condição de agentes promotores das ações no âmbito do SNHIS; e

VIII – agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional a atuar no Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Art. 6º São recursos do SNHIS:

I – Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nas condições estabelecidas pelo seu Conselho Deliberativo;

II – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, nas condições estabelecidas pelo seu Conselho Curador;

III – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNNHIS;

IV – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao SNHIS.

CAPÍTULO II

Do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

SEÇÃO I

Objetivos e Fontes

Art. 7º Fica criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNNHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Parágrafo único. As dotações relativas aos programas referidos no **caput** deste artigo serão centralizadas no FNNHIS a partir da publicação desta lei.

Art. 8º O FNNHIS é constituído por:

I – recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, de que trata a Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FNNHIS;

III – dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação;

IV – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

V – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

VI – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FNNHIS; e

VII – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

SEÇÃO II

Do Conselho Gestor do FNNHIS

Art. 9º O FNNHIS será gerido por um Conselho Gestor.

Art. 10. O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

§ 1º A Presidência do Conselho Gestor do FNNHIS será exercida pelo Ministério das Cidades.

§ 2º O presidente do Conselho Gestor do FNNHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 3º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FNNHIS, definindo entre os membros do Conselho das Cidades os integrantes do referido Conselho Gestor.

§ 4º Competirá ao Ministério das Cidades proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO III

Das Aplicações dos Recursos do FNNHIS

Art. 11. As aplicações dos recursos do FNNHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FNHIS.

§ 1º Será admitida à aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

§ 2º A aplicação dos recursos do FNHIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no plano diretor de que trata o Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ou, no caso de Municípios excluídos dessa obrigação legal, em legislação equivalente.

Art. 12. Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão:

I – constituir fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS;

II – constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;

III – apresentar Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda;

IV – firmar termo de adesão ao SNHIS;

V – elaborar relatórios de gestão; e

VI – observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do SNHIS de que trata os arts. 11 e 23 desta lei.

§ 1º As transferências de recursos do FNHIS para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam condicionadas ao oferecimento de contrapartida do respectivo ente federativo, nas condições estabelecidas pelo Conselho Gestor do Fundo e nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º A contrapartida a que se refere o § 1º dar-se-á em recursos financeiros, bens imóveis abanos ou serviços, desde que vinculados aos respectivos empreendimentos habitacionais realizados no âmbito dos programas do SNHIS.

§ 3º Serão admitidos conselhos e fundos estaduais, do Distrito Federal ou municipais, já existentes, que tenham finalidades compatíveis com o disposto nesta lei.

§ 4º O Conselho Gestor do FNHIS poderá dispensar Municípios específicos do cumprimento dos requisitos de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo, em razão de características territoriais, econômicas, sociais ou demográficas.

§ 5º É facultada a constituição de fundos e conselhos de caráter regional.

Art. 13. Os recursos do FNHIS e dos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais poderão ser associados a recursos onerosos, inclusive os do FGTS, bem como a linhas de crédito de outras fontes.

CAPÍTULO III

Das Atribuições dos Integrantes do SNHIS

SEÇÃO I

Do Ministério das Cidades

Art. 14. Ao Ministério das Cidades, sem prejuízo do disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, compete:

I – coordenar as ações do SNHIS;

II – estabelecer, ouvido o Conselho das Cidades, as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação de Interesse Social e os Programas de Habitação de Interesse Social;

III – elaborar e definir, ouvido o Conselho das Cidades, o Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento urbano e em articulação com os planos estaduais, regionais e municipais de habitação;

IV – oferecer subsídios técnicos à criação dos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal, Regionais e Municipais com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais, integrantes do SNHIS;

V – monitorar a implementação da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, observadas as diretrizes de atuação do SNHIS;

VI – autorizar o FNHIS a ressarcir os custos operacionais e correspondentes encargos tributários do agente operador,

VII – instituir sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do SNHIS, incluindo cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios, e zelar pela sua manutenção, podendo, para tal, realizar convênio ou contrato;

VIII – elaborar a proposta orçamentária e controlar a execução do orçamento e dos planos de aplicação anuais e plurianuais dos recursos do FNHIS, em consonância com a legislação federal pertinente;

IX – acompanhar e avaliar as atividades das entidades e órgãos integrantes do SNHIS, visando a assegurar o cumprimento da legislação, das normas e das diretrizes em vigor;

X – expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos, na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FNHIS;

XI – acompanhar a aplicação dos recursos do FNHIS;

XII – submeter à apreciação do Conselho Gestor as contas do FNHIS, sem prejuízo das competências e prerrogativas dos órgãos de controle interno e externo, encaminhando-as ao Tribunal de Contas da União;

XIII – subsidiar o Conselho Gestor com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades.

SEÇÃO II

Do Conselho Gestor do FNHIS

Art. 15. Ao Conselho Gestor do FNHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FNHIS, observado o disposto nesta Lei, a Política e o Plano Nacional de Habitação estabelecidos pelo Ministério das Cidades e as diretrizes do Conselho das Cidades;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FNHIS;

III – deliberar sobre as contas do FNHIS;

IV – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FNHIS, nas matérias de sua competência;

V – fixar os valores de remuneração do agente operador; e

VI – aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Na aplicação de recursos pelo FGTS na forma de subsídio na área habitacional serão observadas as diretrizes de que trata o inciso I deste artigo.

SEÇÃO III

Da Caixa Econômica Federal

Art. 16. A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do FNHIS, compete:

I – atuar como instituição depositária dos recursos do FNHIS;

II – definir e implementar os procedimentos operacionais necessários à aplicação dos recursos do FNHIS, com base nas normas e diretrizes elaboradas pelo Conselho Gestor e pelo Ministério das Cidades;

III – controlar a execução físico-financeira dos recursos do FNHIS; e

IV – prestar contas das operações realizadas com recursos do FNHIS com base nas atribuições que lhe sejam especificamente conferidas, submetendo-as ao Ministério das Cidades.

SEÇÃO IV

Dos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais

Art. 17. Os Estados que aderirem ao SNHIS deverão atuar como articuladores das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a integração dos planos habitacionais dos Municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial nas áreas complementares à habitação, e dando apoio aos Municípios para a implantação dos seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios.

Art. 18. Observadas as normas emanadas do Conselho Gestor do FNHIS, os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais fixarão critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais.

Art. 19. Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais promoverão ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade das ações do SNHIS.

Parágrafo único. Os conselhos deverão também dar publicidade às regras e critérios para o acesso a moradias no âmbito do SNHIS, em especial às condições de concessão de subsídios.

Art. 20. Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais devem promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SNHIS.

Art. 21. As demais entidades e órgãos integrantes do SNHIS contribuirão para o alcance dos objetivos do referido Sistema no âmbito de suas respectivas competências institucionais.

CAPÍTULO IV
Dos Benefícios e Subsídios
Financeiros do SNHIS

Art. 22. O acesso à moradia deve ser assegurado aos beneficiários do SNHIS, de forma articulada entre as 3 (três) esferas de Governo, garantindo o atendimento prioritário às famílias de menor renda e adotando políticas de subsídios implementadas com recursos do FNHIS.

Art. 23. Os benefícios concedidos no âmbito do SNHIS poderão ser representados por:

I – subsídios financeiros, suportados pelo FNHIS, destinados a complementar a capacidade de pagamento das famílias beneficiárias, respeitados os limites financeiros e orçamentários federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais;

II – equalização, a valor presente, de operações de crédito, realizadas por instituições financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil;

III – isenção ou redução de impostos municipais, distritais, estaduais ou federais, incidentes sobre o empreendimento, no processo construtivo, condicionado à prévia autorização legal;

IV – outros benefícios não caracterizados como subsídios financeiros, destinados a reduzir ou cobrir o custo de construção ou aquisição de moradias, decorrentes ou não de convênios firmados entre o poder público local e a iniciativa privada.

§ 1º Para concessão dos benefícios de que trata este artigo serão observadas as seguintes diretrizes:

I – identificação dos beneficiários dos programas realizados no âmbito do SNHIS ao cadastro nacional de que trata o inciso VII do art. 14 desta lei, de modo a controlar a concessão dos benefícios;

II – valores de benefícios inversamente proporcionais à capacidade de pagamento das famílias beneficiárias;

III – utilização de metodologia aprovada pelo órgão central do SNHIS para o estabelecimento dos parâmetros relativos aos valores dos benefícios, à capacidade

de pagamento das famílias e aos valores máximos dos imóveis, que expressem as diferenças regionais;

IV – concepção do subsídio como benefício pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso à moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuição de uso, aluguel, arrendamento ou outra forma de pagamento pelo direito de acesso à habitação;

V – impedimento de concessão de benefícios de que trata este artigo a proprietários, promitentes compradores, arrendatários ou cessionários de imóvel residencial;

VI – para efeito do disposto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo, especificamente para concessões de empréstimos e, quando houver, lavratura de escritura pública, os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher.

§ 2º O beneficiário favorecido por programa realizado no âmbito do SNHIS somente será contemplado 1 (uma) única vez com os benefícios de que trata este artigo.

§ 3º Outras diretrizes para a concessão de benefícios no âmbito do SNHIS poderão ser definidas pelo Conselho Gestor do FNHIS.

CAPÍTULO V
Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 24. É facultada ao Ministério das Cidades a aplicação direta dos recursos do FNHIS até que se cumpram as condições previstas no art. 12 desta lei.

Art. 25. Esta lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação, na forma definida pelo Ministério das Cidades.

Art. 26 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. Presidente (Inocêncio Oliveira. PFL – PE)

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000-CN, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos:

Veto Parcial nº 16, de 2005 (PLC 24/2004)

Senadores

Leomar Quintanilha
Demóstenes Torres
Marcelo Crivella
Valmir Amaral

Deputados

Antônio Carlos Biscaia
Jefferson Campos
Laura Carneiro
Marcelo Ortiz

Veto Parcial nº 17, de 2005 (PLC 74/2003)**Senadores**

Demóstenes Torres
Magno Malta
João Batista Motta
Augusto Botelho

Deputados

Custódio Mattos
Luiz Eduardo Greenhalg
Nelson Trad
Paulo Magalhães

Veto Parcial nº 18, de 2005 (PLS 236/2001)**Senadores**

Alberto Silva
Aelton Freitas
Flexa Ribeiro
Valmir Amaral

Deputados

Inaldo Leitão
Paulo Rubem Santiago
Pastor Pedro Ribeiro
Celcita Pinheiro

Veto Parcial nº 22, de 2005 (PLC 36/2004)**Senadores**

Marcelo Crivella
Garibaldi Alves Filho
Eduardo Suplicy
Osmar Dias

Deputados

Maria do Carmo Lara
Fernando Coruja
Zequinha Marinho
Marcos Abramo

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 20 de setembro de 2005.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo os textos dos projetos vetados, os pareceres das comissões que os apreciaram e os relatórios das comissões mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 30 de setembro de 2005.

O SR. PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL – PE) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendemos que Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União são a mesma instituição. (*Palmas nas galerias.*) Portanto, os funcionários do Tribunal de Contas da União não podem ficar de fora do aumento de 15%. (*Palmas nas galerias.*)

O Partido da Frente Liberal, junto com o PDT, vai encaminhar requerimento, assinado pela maioria dos Líderes, para que seja incluída na pauta a votação do veto ao projeto de lei do Tribunal de Contas da União. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendemos que a reivindicação do TCU, que é um órgão de assessoria do Congresso Nacional, tem que ter o mesmo tratamento da dos funcionários da Câmara e do Senado. Portanto, o veto ao projeto do TCU tem que entrar na pauta. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. JOÃO FONTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reitero o pedido do Deputado Pauderney Avelino. Já tínhamos conversado aqui antes sobre isso, baseados no art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pois é evidente que não podemos discriminar os servidores do TCU. Pelo contrário, temos que valorizar o Tribunal de Contas da União.

Não podemos aqui ter dois pesos e duas medidas. Por isso, o PDT encampa o requerimento para que seja votado também o veto ao projeto do TCU. (*Palmas nas galerias.*)

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL – PE) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, registro que, neste momento, sob o comando da Senadora Patrícia Saboya Gomes, mães com suas crianças de zero a 3 anos fazem manifes-

tação a favor da inclusão dessa faixa etária como beneficiária no Fundeb.

Segundo, participei ontem da reunião de Líderes, na qualidade de representante do PFL na Câmara, quando se discutiu especificamente a inclusão do veto ao projeto do Tribunal de Contas da União. Algumas Lideranças foram contrárias, por isso a matéria não está nessa primeira pauta.

Eu já era a favor ontem, portanto não posso ter mudado hoje minha posição. Mas, com a preocupação que tenho e pelo que já ouvi do Plenário, penso que poderíamos começar pela votação dos dois primeiros vetos. Ao mesmo tempo, enquanto se procede à votação desses vetos, os Líderes se reuniram para tentarmos, de alguma maneira, votar a questão do TCU.

Desde ontem, o PFL já manifestou sua posição a favor e não vai mudá-la, porém alguns Líderes divergem desse entendimento. Vamos tentar sanar essas divergências, sob pena de não avançarmos nem em uma coisa nem em outra.

Desculpem-me – talvez não seja o que as pessoas gostariam de ouvir -, mas tenho de ter a responsabilidade de quem participou daquela reunião.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – A Mesa já ouviu dois a dois.

Esta pauta é fruto de uma reunião do Colégio de Líderes. Tudo o que chegar à mesa será encaminhado. Há uma lista de oradores.

Determino ao Sr. 1º Secretário que leia o expediente.

O SR. ZENALDO COUTINHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – Baseada em qual artigo, Deputado?

O SR. ZENALDO COUTINHO – É apenas para fazer uma solicitação a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – Não existe questão de ordem, nobre Deputado.

Esta Casa precisa respeitar o Regimento Interno. Estamos vivendo momentos difíceis. Cada Parlamentar precisa dar sua parcela de contribuição. Não é possível que se queira burlar o Regimento a vida toda.

Não agüento mais esse clima. Estou para renunciar ao meu mandato. Isso é um absurdo. Precisamos cumprir com o nosso dever perante esta instituição, que está na lama. Portanto, peço a cada um que cumpra com o seu dever.

O SR. ZENALDO COUTINHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 46 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos iniciando o procedimento de votação, mas as Comissões Técnicas estão funcionando. Apelo para V. Ex^a, a fim de que determine o encerramento dos trabalhos das Comissões, para que haja **quorum** na votação do Congresso Nacional e rejeitemos esses vetos presidenciais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – A Presidência determina a todas as Comissões Permanentes, Especiais ou Mistas que estejam em funcionamento que suspendam seus trabalhos, para que possamos prosseguir os trabalhos desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – Sobre a Mesa mensagens presidenciais que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Robson Tuma.

São lidos os seguintes:

MENSAGENS Nºs 90 E 91, DE 2005-CN

Mensagem nº 90, de 2005-CN (nº 499/2005, na origem), do Senhor Presidente da República, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 9, de 2005-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, enviado ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 57, de 2005-CN (nº 363 na origem).

Mensagem nº 91, de 2005-CN (nº 500/2005, na origem), do Senhor Presidente da República, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 15, de 2005-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União crédito suplementar no valor de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”, enviado ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 65, de 2005-CN (nº 376/2005, na origem).

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – A Presidência defere as solicitações, nos termos do art. 42 do Regimento Comum, e encaminha as matérias à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. PFL – PE) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Robson Tuma.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 1.196

Brasília, de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Carlos Willian passa a participar, na qualidade de Titular, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em substituição ao Deputado Fernando Diniz.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.197

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Gervásio Oliveira passa a participar, na qualidade de 1º Suplente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em substituição à Deputada Rose de Freitas.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.198

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcelo Teixeira passa a participar, na qualidade de 2º Suplente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em substituição ao Deputado Aníbal Gomes.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL-PE) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem houve uma reunião de Liderança em que ficou acertada a votação de dois itens. Por que não entrou o terceiro

item, o veto ao projeto do TCU, como queríamos e ainda queremos? Como não está previsto no Orçamento, se entrar esse terceiro item, o Governo entrará com uma ADIN, fazendo cair os três. Por isso os Líderes optaram por ficar com os dois itens hoje e discutir, para o futuro, numa próxima reunião, o problema do TCU. Essa posição foi adotada ontem e teve o intuito de ajudar e não o de atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL-PE) – Temos o maior prazer em receber visitantes nas galerias, mas peço que não se manifestem, pois precisamos ouvir os oradores.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira-PFL-PE) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia, pela Liderança do PFL na Câmara dos Deputados.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, considero muito grave a posição do Líder do PMDB no Senado, Senador Ney Suassuna, não em relação ao acordo. Acordos políticos podem ocorrer ou não em qualquer Casa legislativa. Preocupa-me o que disse o Senador Ney Suassuna: que a questão mais importante é a orçamentária e não a constitucional.

Há vetos que não são votados nesta Casa desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. A Constituição é muito clara em seu art. 66, § 4º:

“Art. 66.

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.”

O § 6º diz o seguinte:

“§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final (...).”

Nós, Parlamentares, não desta Legislatura, mas de outras, estamos aceitando que a nossa democracia não seja plena.

O processo legislativo só se encerra com a sanção da matéria por completo ou, havendo vetos, com a votação desses. Preocupa-me a posição do Líder do PMDB no Senado, quando diz que a Advocacia-Geral da União terá de entrar com ADIN. Serão milhares de ADINs, pois são vários vetos que não conseguimos votar. Aliás, nesta Legislatura, até o momento, não votamos nenhum veto.

Sr. Presidente, o PFL assume, de público, que quer todos os vetos votados. (*Palmas nas galerias.*)

O número de vetos é excessivo. Poderia haver, nas sessões do Congresso Nacional, um cronograma para acabar com a pauta de votação de vetos. Não votaremos mais nenhum crédito suplementar, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enfim, nada, enquanto os vetos não forem apreciados. (*Palmas nas galerias.*)

Para encerrar, entrarei, na condição de Deputado e não de Líder, com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo o cumprimento da Constituição brasileira. Ainda tentarei mostrar que as medidas provisórias não têm precedência em relação aos vetos, porque elas entram pelo Congresso Nacional e não pela Câmara dos Deputados. Seu trâmite é pela Secretaria-Geral do Congresso.

Inclusive, as medidas provisórias deveriam ser votadas após os vetos, mas essa é outra discussão.

Minha preocupação não é com pessoas que estão aqui defendendo o TCU ou o aumento na Câmara dos Deputados, mas com o respeito à Constituição – não nesta Legislatura, mas em outras -, que não está sendo cumprida. Precisamos cumpri-la e, principalmente, respeitar a democracia, que infelizmente não é plena pela não-votação dos vetos.

Essa é a posição do PFL. (*Palmas nas galerias.*)

O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT convoca seus Deputados para virem ao plenário, a fim de votar pela derrubada de vetos que cortaram o reajuste de 15% nos salários dos servidores do Senado, da Câmara e do TCU. (*Palmas nas galerias.*)

Sr. Presidente, ontem, na reunião de Líderes, com o Presidente Renan Calheiros, negociáramos grande parte dos 79 vetos que seriam apreciados hoje, mas não houve acordo. Existem mais de 400 vetos desde o Presidente Collor. O argumento relativo aos três vetos aos projetos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do TCU foi que o Senado já teria recebido, que o TCU estava recebendo e que a Câmara não.

O Presidente Renan Calheiros informou que o Senado tem disponibilidade financeira, mas não está pagando. A Câmara dos Deputados também não. O TCU não informou se os seus funcionários estariam ou não recebendo os 15%. Queríamos ter certeza, até

porque já assinamos requerimento para incluir na pauta de hoje também o veto relativo ao projeto do TCU.

O PDT, Sr. Presidente, deseja votar democraticamente os 3 vetos. Faço um apelo aos Srs. Líderes, sobretudo aos da base do Governo, para que incluamos na pauta também o veto ao projeto do TCU, para que façamos justiça a todos os servidores do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Gostaria de me dirigir às galerias. Sou um Parlamentar cordato, com longa experiência na Casa e entendo que devo respeitá-la. Tenho apreço pelas galerias e peço – peço, repito – que se comportem em conformidade com o Regimento Interno. Se tal não ocorrer, determinarei a evacuação da galerias. Peço aos senhores que não me constranjam a tomar essa atitude. E só pedirei uma vez.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a Constituição, no seu art. 169, é muito clara no que se refere às despesas com pessoal. Peço a atenção de todos, inclusive a dos funcionários que estão acompanhando esta sessão.

Diz o art. 169, § 1º, da Constituição Federal:

“Art. 169

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a administração ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;”

Portanto, o Congresso não tem o poder de determinar qualquer remuneração de pessoal se não houver, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, no Orçamento Geral da União, prévia dotação orçamentária.

Em que situação nós nos encontramos? Câmara, Senado e TCU – este um órgão de assessoramento – formam o Poder Legislativo, portanto estão dentro do mesmo enquadramento. Mas no que se refere à

previsão orçamentária e às carreiras, existem 3 situações distintas.

Primeiro, o Senado já teve seu plano de carreira aprovado, já teve um aumento salarial, já teve valorização do seu pessoal; segundo, a Câmara dos Deputados até hoje não teve a carreira aprovada, não teve valorização de seu pessoal, não teve a aumento salarial; terceiro, o TCU teve o plano de carreira aprovado e está sendo implantado, mas só o será completamente em junho de 2006, quando terá isonomia com o Senado Federal.

Exatamente por essa diferença, na LDO e no Orçamento, a situação dessas 3 carreiras também é distinta.

Há uma previsão orçamentária de 468 milhões de reais para os funcionários da Câmara dos Deputados. Portanto, foi corrigido e está inserido no Orçamento, seja na forma do reajuste, seja na forma de plano de carreira – que me parece o mais adequado -, e os servidores da Câmara dos Deputados estão contemplados. Não está assegurada a mesma previsão orçamentária aos servidores do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

O que faremos ao derrubar os 3 vetos? Vamos contemplar as 3 carreiras, porém vamos novamente violar o art. 169 da Constituição Federal, que foi a razão do veto.

Prejudicaremos, nesta questão, os servidores da Câmara dos Deputados, que têm previsão orçamentária, e não resolveremos o problema do Senado Federal e do TCU, porque o Governo, pela Constituição Federal, será obrigado a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, e o fará.

Quero ainda explicar que, no meu ponto de vista, o melhor caminho para esta situação seria aprovarmos um projeto de lei para resolver os 3 meses que foram pagos indevidamente, aprovar o plano de carreira da Câmara dos Deputados – e não há por que não ter isonomia com o Senado Federal, que já está estabelecido -, e negociar, a partir daí, um reajuste para as 3 carreiras que resolva definitivamente a isonomia de todos os funcionários do Poder Legislativo: Câmara dos Deputados, Senado Federal e TCU.

A derrubada do veto como está sendo conduzida, ainda que seja uma expectativa dos servidores, não vai resolver o problema constitucional, não resolverá o problema dos servidores, e não acho que é o melhor caminho. Mas como da outra vez eu fiquei sozinho nessa posição, e os fatos depois infelizmente vieram ao encontro das minhas observações, faço questão de reiterar esta preocupação.

Isso não é desrespeito com os servidores. São de fato bem remunerados, quando comparados com

outros da República, mas são servidores competentes, prestam grande serviço a esta instituição e devem ser reconhecidos.

Portanto, a nossa proposta é: aprovarmos o plano de carreira da Câmara e negociarmos um reajuste para Câmara, Senado e TCU que dê isonomia para as 3 carreiras, para acabar definitivamente com essa distinção.

A simples derrubada do veto não ajudará. Se for incluído o TCU, agravará o problema por falta de previsão orçamentária. Essa é a advertência que faço. Esse é o apelo que faço. Essa é a ponderação que faço.

De qualquer forma, se nós não formos acatados, iremos a voto, respeitaremos a decisão. Mas faço com toda a sinceridade e transparência a advertência de que o Governo não terá outro caminho para respeitar o art. 169 da Constituição Federal que não seja recorrer a uma ADIN.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Nardes.

O SR. AUGUSTO NARDES (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Líder Aloizio Mercadante e ao Líder Arlindo Chinaglia por me haverem comunicado ontem que o Presidente da República assinaria o ato que corrobora a minha eleição para Ministro do Tribunal de Contas da União. Foi publicado hoje no *Diário Oficial* da União. Agradeço também a todos os meus parceiros, Deputados e Senadores, que me elevaram à condição de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, estou em situação de simbiose – Deputado eleito Ministro brevemente deverei tomar posse no TCU, órgão que tem prestado importantes serviços ao País -, mas gostaria de fazer um apelo ao Governo. Desde a época em que foi aprovado o plano de carreira dos servidores do TCU até agora já houve defasagem salarial muito grande. Essa defasagem é que faz com que eu apele para que se fortaleça esse importante órgão de fiscalização que serve a todo o Brasil, independentemente de questão partidária.

Então, acho que a consideração que se deve ter ao TCU é importante para que o Brasil continue tendo esse trabalho de transparência. Mesmo nas Comissões Parlamentares de Inquérito que estão em funcionamento há grande auxílio do TCU. Além disso, é insignificante a sua participação em relação às despesas; não significa 0,1%.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, aos Líderes Arlindo Chinaglia e Aloizio Mercadante e fazer esse apelo, a fim de que considerem esse trabalho importante que o TCU presta ao Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero recuperar parte do debate que fizemos por ocasião do veto feito pelo Presidente da República, após o Congresso ter aprovado projetos de lei dando reajuste de 15% aos seus servidores.

Naquela oportunidade, o Presidente Severino Cavalcanti e a Liderança do Governo, por mim representada, reunimo-nos com alguns Ministros e produzimos um acordo que diz respeito aos servidores da Câmara dos Deputados. Posteriormente farei menção aos demais.

Exatamente como disse o Líder Aloizio Mercadante, ao constatar que os servidores da Câmara ainda não tiveram seu plano de carreira aprovado, o Governo assumiu o compromisso – e vai cumpri-lo – de que seria aprovado o plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados. Eu fui seu avalista. Outros também o foram. E o Presidente Severino Cavalcanti foi quem conduziu as negociações.

Para que isso pudesse ir em frente, teria de ser aprovada na LDO a provisão orçamentária. E ela foi feita na quantidade de 468 milhões de reais. Portanto, o que falta – e não estou falando do veto neste momento – aos servidores da Câmara dos Deputados? Apenas a desobstrução da pauta. Estamos todos empenhados para que isso ocorra. O projeto está tramitando em regime de urgência urgentíssima. E, neste momento, salvo engano, está na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

Portanto, no que diz respeito aos servidores da Câmara dos Deputados, há o compromisso, há a verba, há o projeto de lei e vai acontecer.

Agora quero falar dos vetos. É evidente que vários Parlamentares, inclusive Líderes, têm a intenção – e nós a respeitamos – de também conceder reajuste para os servidores do Senado Federal. E há o pleito, agora formulado pelo nosso futuro Ministro, a quem cumprimentados, o ainda Deputado Augusto Nardes, para que os servidores do TCU sejam incluídos.

Qual é então a proposta que por meio de ponderação reiteramos?

Se derrubarmos o veto, isso vai, do ponto de vista legal, obrigar o Governo, por falta de alternativa, a ajuizar uma ADIN no STF, o que tirará a possibilidade de conduzirmos o processo de maneira mais rápida e eficaz para os servidores da Câmara. Perderíamos, assim, a oportunidade, ainda que não em caráter definitivo, de começarmos negociações para Senado e TCU, respeitando, em primeiro lugar – que isso fique

claro -, os servidores da Câmara dos Deputados, que ainda não tiveram o plano de carreira aprovado.

O apelo que fazemos, portanto, respeitando quem pensa diferente, é no sentido de que seria melhor manter o veto, conduzir a questão dos servidores da Câmara – para nós uma questão resolvida – e, ao mesmo tempo, tomar a palavra do Líder do Governo no Senado e do Líder do Governo na Câmara para que, juntamente com o Governo e os Presidentes do Senado e do TCU, conduzíssemos nova negociação salarial em outros patamares para servidores dessas duas Casas, objetivando, num dado momento, a isonomia entre as 3 instituições.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – A Presidência dará oportunidade de uso da palavra aos Srs. Deputados, mas vai seguir a lição do velho Ulysses Guimarães e votar sem prejuízo do discurso.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcelo Ortiz, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido Verde.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos contrários ao veto. Dizemos “não” ao veto, mas queremos considerar algo que não foi dito até agora: a votação dos “15% já!” vai beneficiar – e com muita justiça – os CNEs e os secretários Parlamentares.

Se pensarmos exclusivamente em votar o plano de carreira em primeiro lugar vamos continuar esperando muito tempo. Esta Casa não está em condições de votar, pois demoraria muito para que isso ocorresse. Por isso, abaixo o veto! Esse é o posicionamento do Partido Verde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional os vetos abaixo relacionados:

- Veto Parcial nº 27, de 2004, apostado ao Projeto de Lei nº 28, de 2004-CN;
- Veto Parcial nº 31, de 2004, apostado ao Projeto de Lei nº 83, de 2004-CN;
- Veto Parcial nº 32, de 2004, apostado ao Projeto de Lei nº 108, de 2004-CN.
- Veto Parcial nº 35, de 2004, apostado ao Projeto de Lei nº 109, de 2004-CN;
- Veto Parcial nº 1, de 2005, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004 (oriundo da Medida Provisória nº 217/2004).

Tendo em vista que as matérias já perderam sua oportunidade, esta Presidência, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, declara os mencio-

nados vetos prejudicados e determina o arquivamento das matérias, abrindo, entretanto, o prazo de dois dias úteis, a partir deste momento, para interposição de recurso a essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – A Presidência determina o imediato encerramento das reuniões das Comissões das duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Passamos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – **Item 1.**

Discussão, em turno único, do veto total nº 13, de 2005, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (nº 4.712, de 2004, na Casa de origem), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída na Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico de sua tramitação no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Em discussão o veto apostado ao projeto. (*Pausa.*)
Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – **Item 2.**

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845, de 2005, na Câmara dos Deputados), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída na Ordem do Dia nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico de sua tramitação no Congresso Nacional.

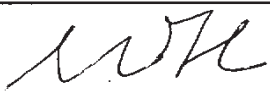
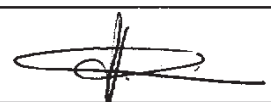
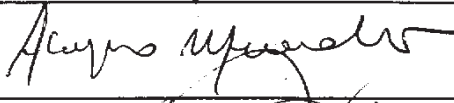
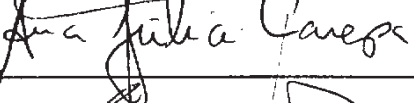
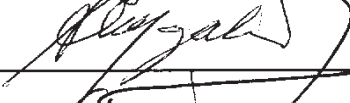
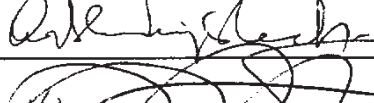
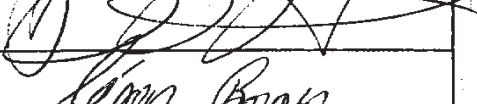
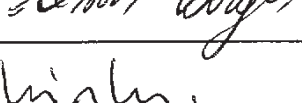
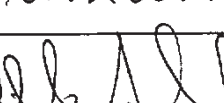
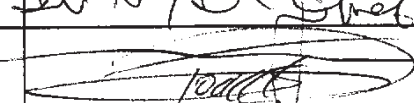
O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Em discussão o veto apostado ao projeto. (*Pausa.*)
Está encerrada a discussão.

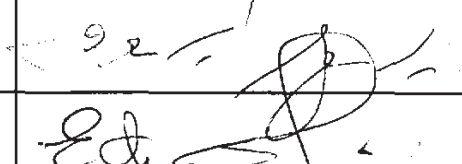
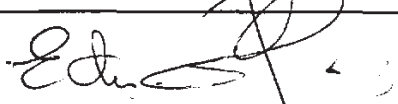
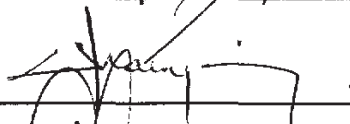
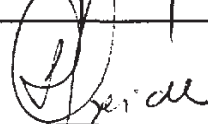
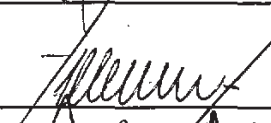
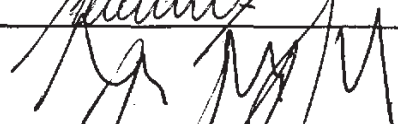
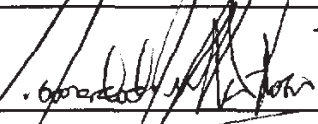
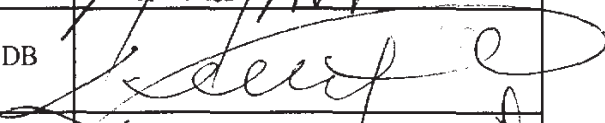
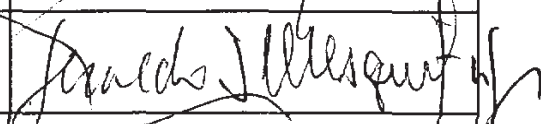
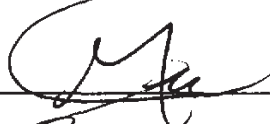
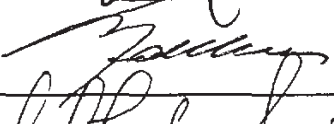
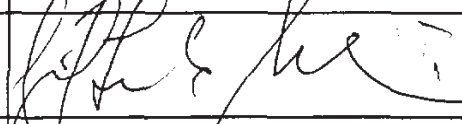
O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Em votação.

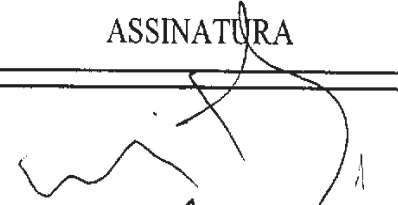
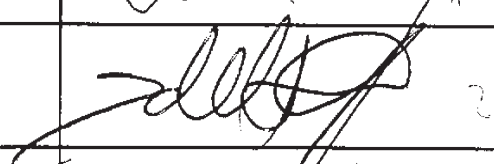
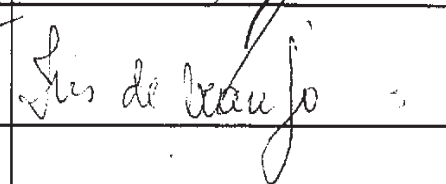
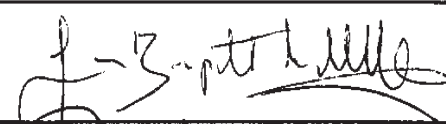
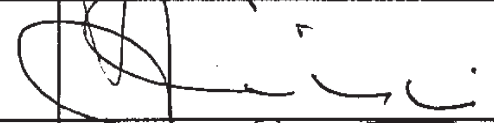
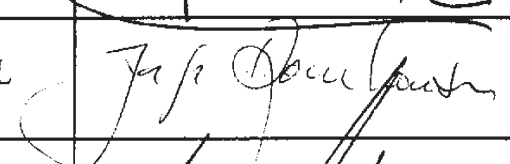
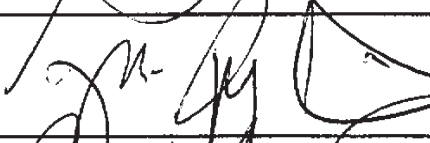
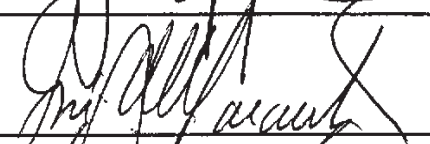
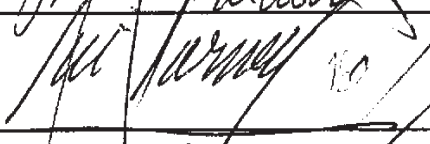
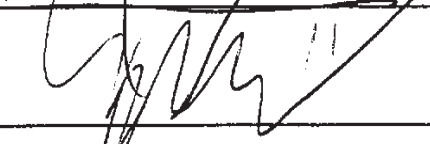
A Presidência solicita aos Srs. Líderes que indiquem os nomes dos Parlamentares que deverão compor a comissão escrutinadora para apurar os votos.

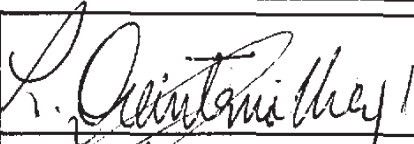
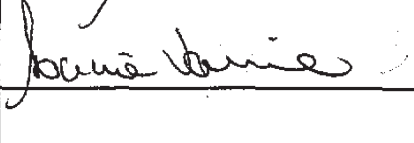
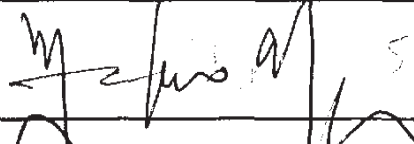
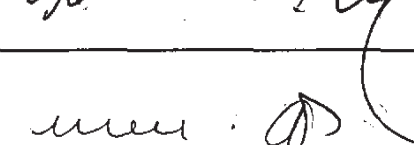
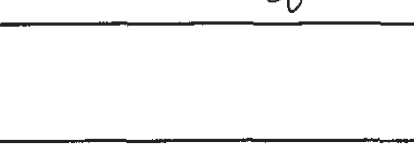
Votam as Sras. e os Srs. Congressistas que assinaram a seguinte lista de votação:

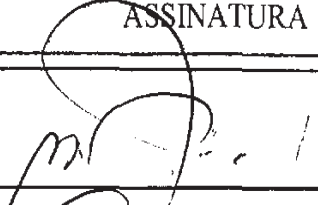
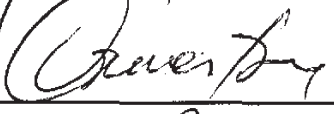
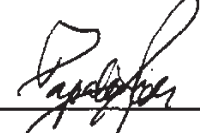
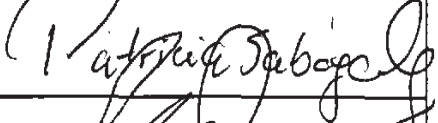
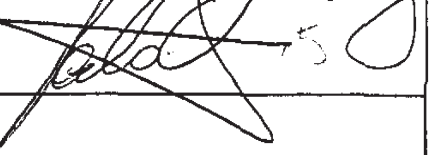
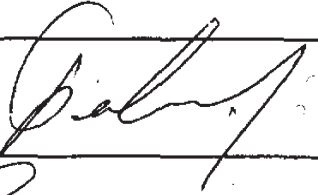
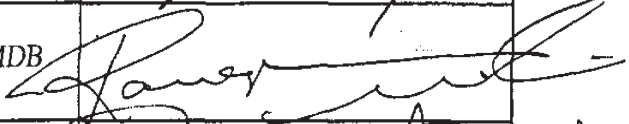
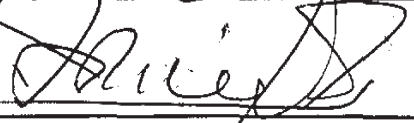
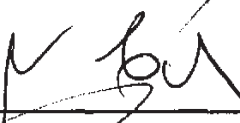
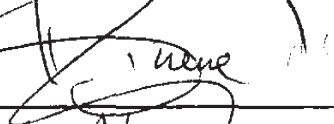
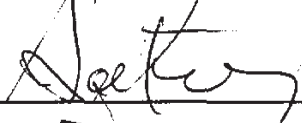
Lista de presença – 31/8/2005 – 11 horas
Sessão Conjunta – apreciação de Vetos Presidenciais
SENADORES

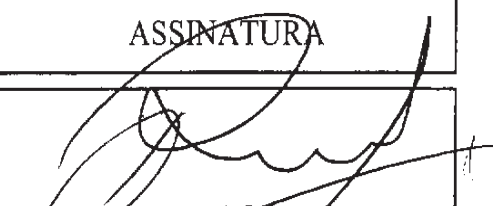
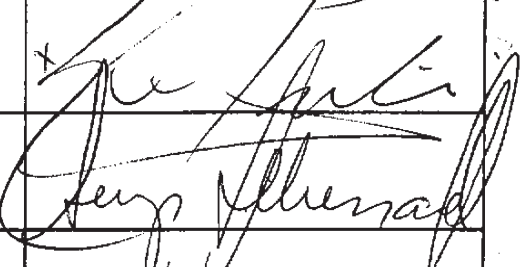
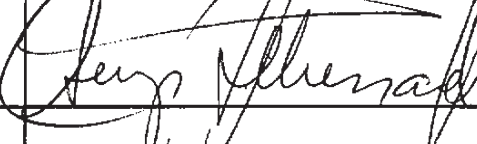
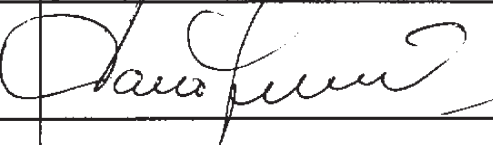
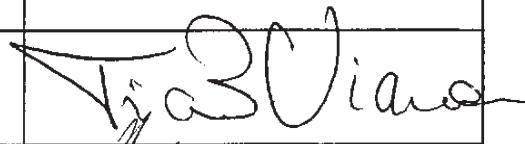
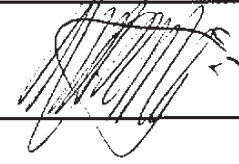
NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
1. AELTON FREITAS	MG	PL	
2. ALBERTO SILVA	PI	PMDB	
3. ALMEIDA LIMA	SE	PMDB	
4. ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT	
5. ÁLVARO DIAS	PR	PSDB	
6. AMIR LANDO	RO	PMDB	
7. ANA JÚLIA CAREPA	PA	PT	
8. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA	PFL	
9. ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE	PSB	
10. ARTHUR VIRGÍLIO	AM	PSDB	
11. AUGUSTO BOTELHO	RR	PDT	
12. CÉSAR BORGES	BA	PFL	
13. CRISTOVAM BUARQUE	DF	PT	
14. DELCIDIO AMARAL	MS	PT	
15. DEMÓSTENES TORRES	GO	PFL	

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
16. EDISON LOBÃO	MA	PFL	
17. EDUARDO AZEREDO	MG	PSDB	
18. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	PSDB	
19. EDUARDO SUPLICY	SP	PT	
20. EFRAIM MORAIS	PB	PFL	
21. FÁTIMA CLEIDE	RO	PT	
22. FERNANDO BEZERRA	RN	PTB	
23. FLÁVIO ARNS	PR	PT	
24. FLEXA RIBEIRO	PA	PSDB	
25. GARIBALDI ALVES FILHO	RN	PMDB	
26. GERALDO MESQUITA JÚNIOR	AC	Psol	
27. GERSON CAMATA	ES	PMDB	
28. GILBERTO GOELLNER	MT	PFL	
29. GILBERTO MESTRINHO	AM	PMDB	
30. HELOISA HELENA	AL	Psol	

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
31. HERÁCLITO FORTES	PI	PFL	
32. IDELI SALVATTI	SC	PT	
33. IRIS DE ARAÚJO	GO	PMDB	
34. JEFFERSON PÉRES	AM	PDT	
35. JOÃO BATISTA MOTTA	ES	PMDB	
36. JOAO CAPIBERIBE	AP	PSB	
37. JORGE BORNHAUSEN	SC	PFL	
38. JOSÉ AGRIPINO	RN	PFL	
39. JOSÉ JORGE	PE	PFL	
40. JOSÉ MARANHÃO	PB	PMDB	
41. JOSÉ SARNEY	AP	PMDB	
42. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	PDT	

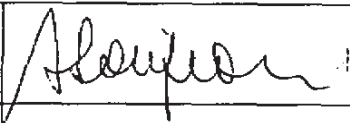
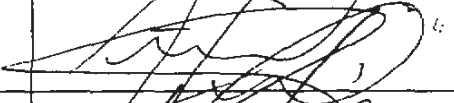
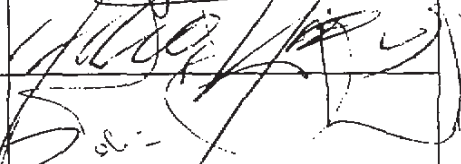
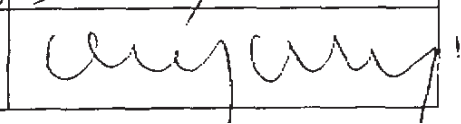
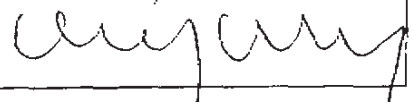
NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
43. LEOMAR QUINTANILHA	TO	PMDB	
44. LEONEL PAVAN	SC	PSDB	
45. LÚCIA VÂNIA	GO	PSDB	
46. LUIZ OTÁVIO	PA	PMDB	
47. LUIZ SOARES	MT	S/P	
48. MAGNO MALTA	ES	PL	
49. MÃO SANTA	PI	PMDB	
50. MARCELO CRIVELLA	RJ	PL	
51. MARCO MACIEL	PE	PFL	
52. MARIA DO CARMO ALVES	SE	PFL	
53. MAURO FECURY	MA	PMDB	
54. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	PTB	
55. NEY SUASSUNA	PB	PMDB	

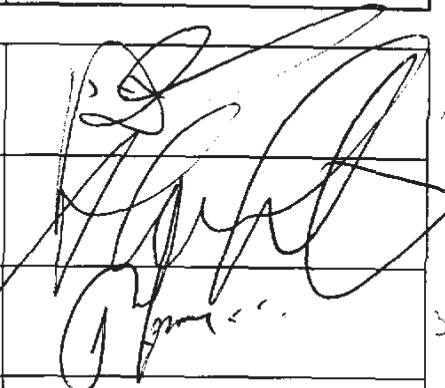
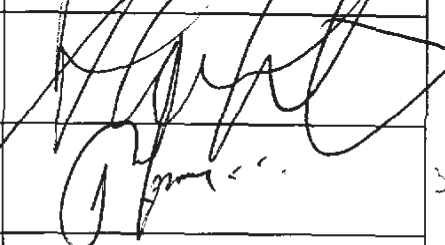
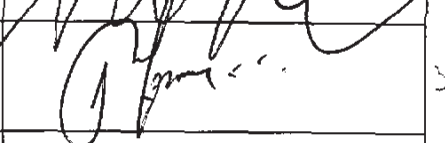
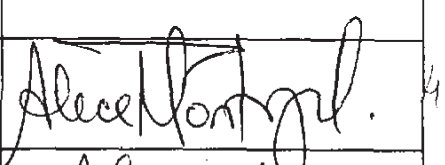
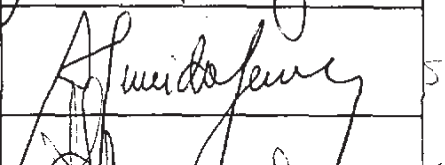
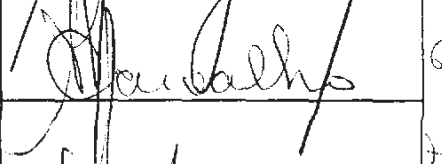
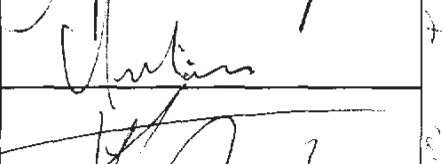
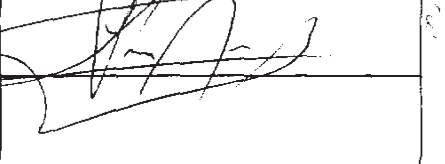
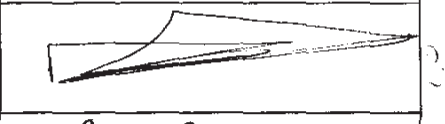
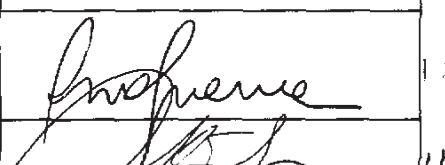
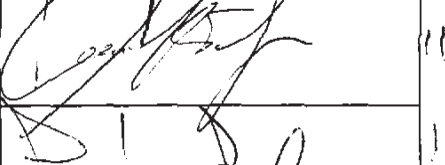
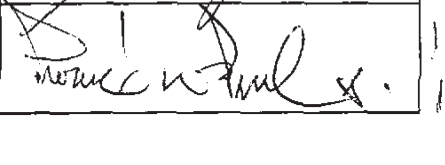
NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
56. NEZINHO ALENCAR	TO	PSB	
57. OSMAR DIAS	PR	PDT	
58. PAPALÉO PAES	AP	PMDB	
59. PATRÍCIA SABOYA GOMES	CE	S/P	
60. PAULO OCTÁVIO	DF	PFL	
61. PAULO PAIM	RS	PT	
62. PEDRO SIMON	RS	PMDB	
63. RAMEZ TEBET	MS	PMDB	
64. REGINALDO DUARTE	CE	PSDB	
65. RENAN CALHEIROS	AL	PMDB	
66. RIBAMAR FIQUENE	MA	PMDB	
67. ROBERTO SATURNINO	RJ	PT	
68. RODOLPHO TOURINHO	BA	PFL	

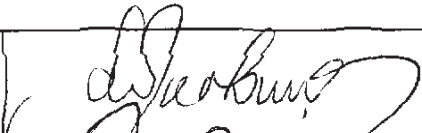
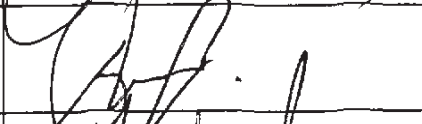
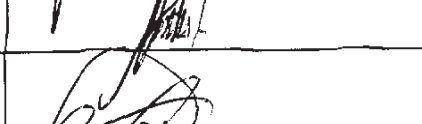
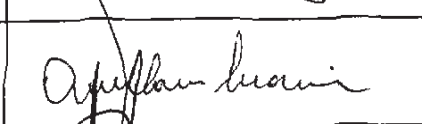
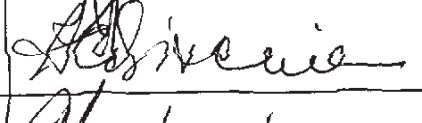
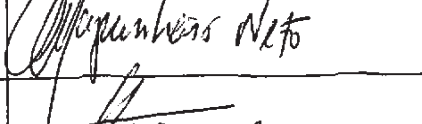
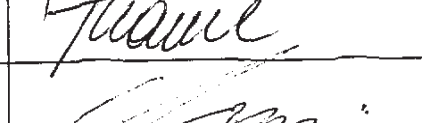
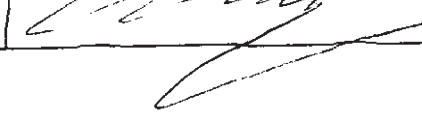
NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
69. ROMERO JUCÁ	RR	PMDB	
70. ROMEU TUMA	SP	PFL	
71. SERGIO CABRAL	RJ	PMDB	
72. SÉRGIO GUERRA	PE	PSDB	
73. SÉRGIO ZAMBIASI	RS	PTB	
74. SERYS SLHESSARENKO	MT	PT	
75. SIBÁ MACHADO	AC	PT	
76. TASSO JEREISSATI	CE	PSDB	
77. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	PSDB	
78. TIÃO VIANA	AC	PT	
79. VALDIR RAUPP	RO	PMDB	
80. VALMIR AMARAL	DF	PP	
81. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG	PMDB	

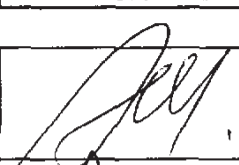
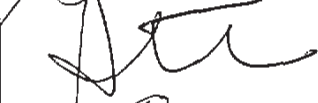
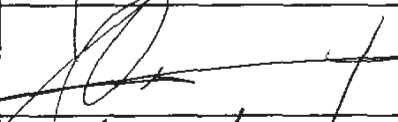
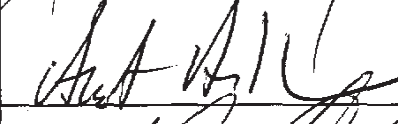
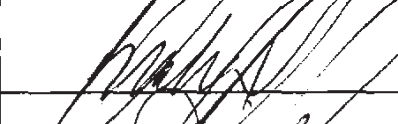
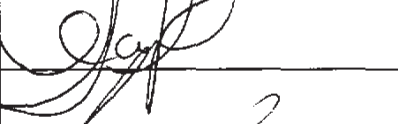
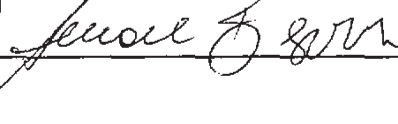
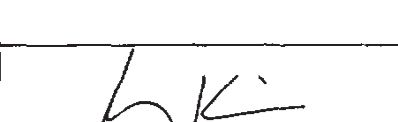
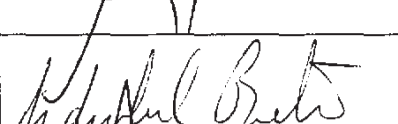
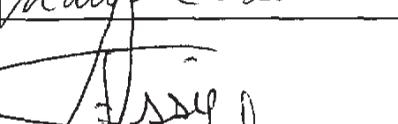
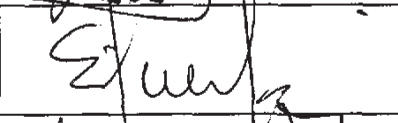
Lista de Presença - 31-8-2005 – 11 horas Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais

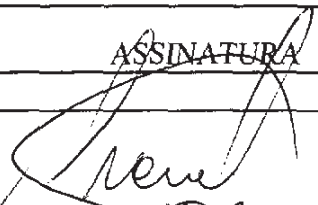
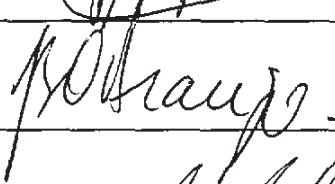
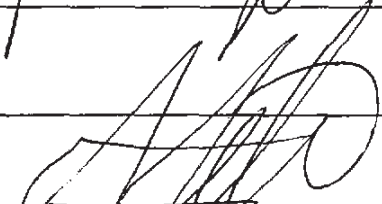
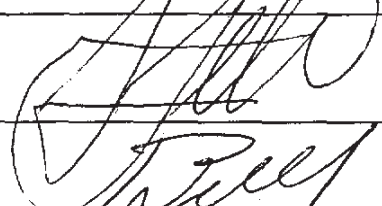
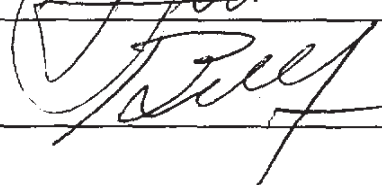
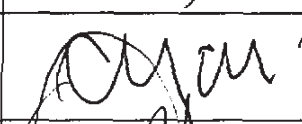
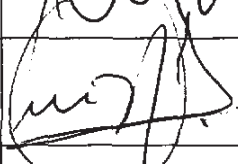
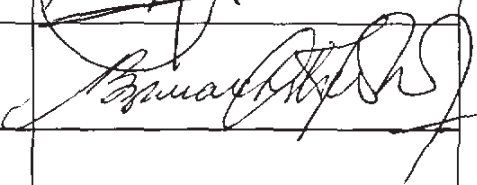
DEPUTADOS

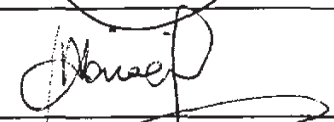
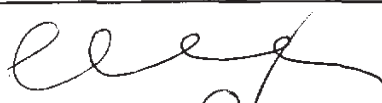
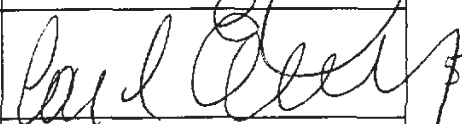
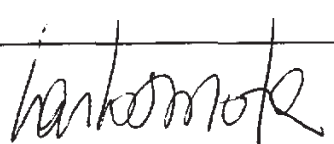
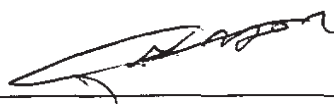
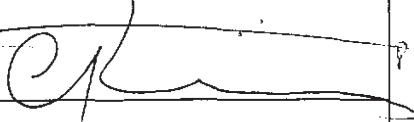
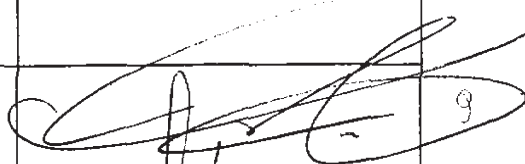
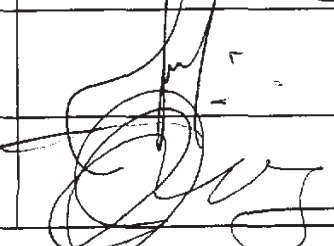
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
1. ABELARDO LUPION	PFL	PR	
2. ADÃO PRETTO	PT	RS	
3. ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	
4. ADEMIR CAMILO	PL	MG	
5. AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR	
6. AGNALDO MUNIZ	PP	RO	
7. AIRTON ROVEDA	PTB	PR	
8. ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
9. ALBERTO FRAGA	PFL	DF	
10. ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
11. ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
12. ALCEU COLLARES	PDT	RS	
13. ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
14. ALDO REBELO	PCdoB	SP	

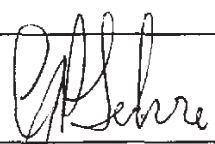
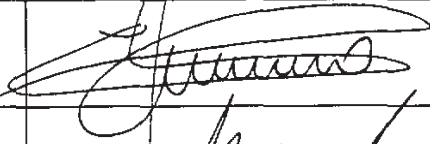
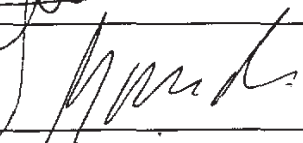
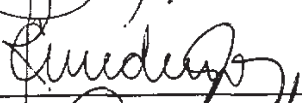
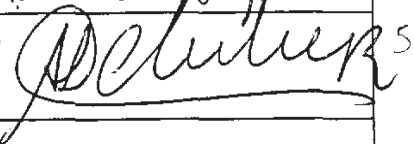
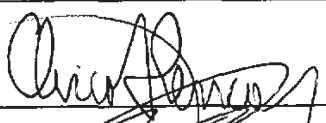
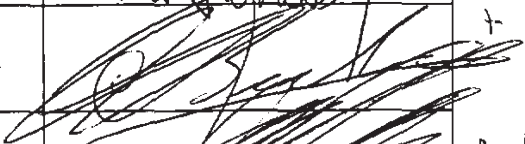
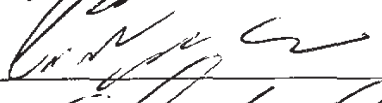
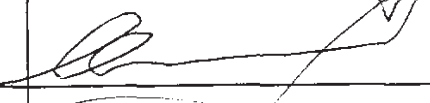
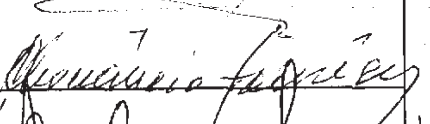
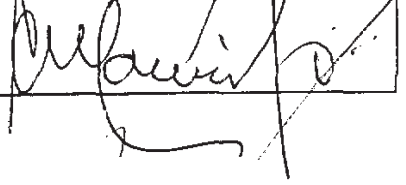
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
15. ALEX CANZIANI	PTB	PR	
16. ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
17. ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG	
18. ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ	
19. ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	
20. ALMEIDA DE JESUS	PL	CE	
21. ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	
22. ALMIR MOURA	PMDB	RJ	
23. ALMIR SÁ	PL	RR	
24. ÁLVARO DIAS	PDT	RN	
25. AMAURI GASQUES	PL	SP	
26. ANA GUERRA	PT	MG	
27. ANDRÉ COSTA	PT	RJ	
28. ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE	

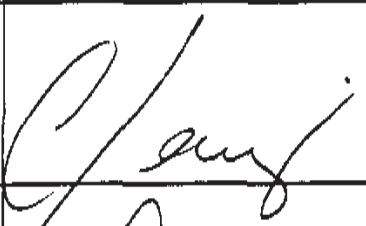
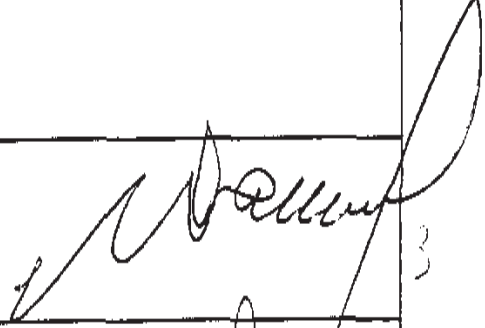
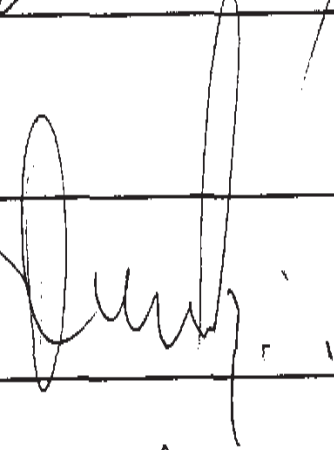
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
29. ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE	
30. ANDRÉ ZACHAROW	PSB	PR	
31. ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
32. ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
33. ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
34. ANN PONTES	PMDB	PA	
35. ANSELMO	PT	RO	
36. ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE	
37. ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
38. ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS	
39. ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	
40. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA	
41. ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	
42. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	

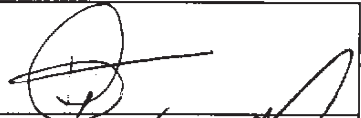
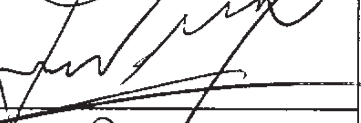
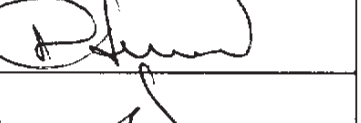
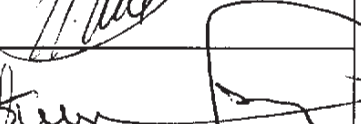
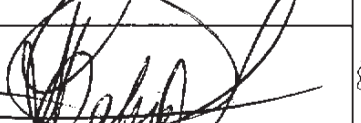
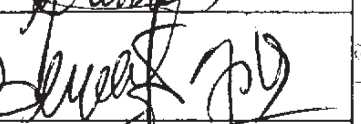
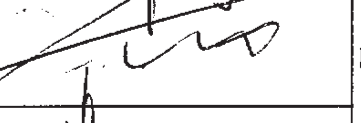
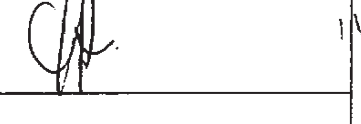
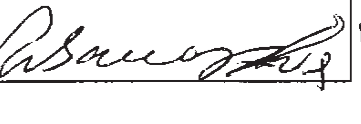
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
43. ANTONIO CRUZ	PP	MS	
44. ANTONIO JOAQUIM	PTB	MA	
45. ARACELY DE PAULA	PL	MG	
46. ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE	
47. ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	
48. ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE	
49. ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	
50. ARNON BEZERRA	PTB	CE	
51. AROLDO CEDRAZ	PFL	BA	
52. ARY KARA	PTB	SP	
53. ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
54. ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	
55. ÁTILA LINS	PPS	AM	
56. ÁTILA LIRA	PSDB	PI	

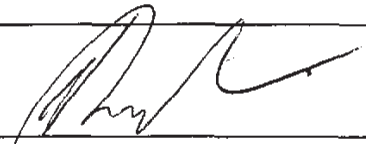
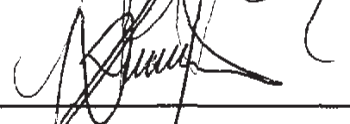
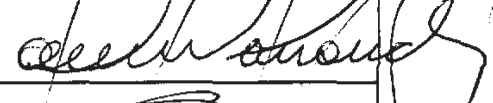
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
57. AUGUSTO NARDES	PP	RS	
58. B. SÁ	PSB	PI	
59. BABÁ	S.PART.	PA	
60. BADU PICANÇO	PL	AP	
61. BARBOSA NETO	PSB	GO	
62. BENEDITO DE LIRA	PP	AL	
63. BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB	
64. BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ	
65. BETINHO ROSADO	PFL	RN	
66. BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	
67. BISMARCK MAIA	PSDB	CE	
68. BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
69. BOSCO COSTA	PSDB	SE	
70. CABO JÚLIO	PMDB	MG	

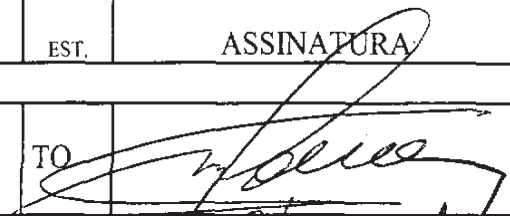
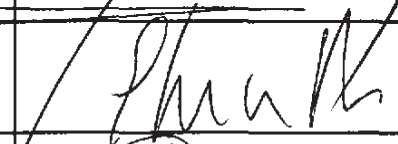
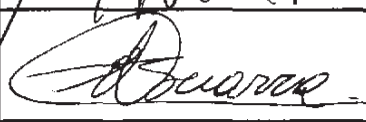
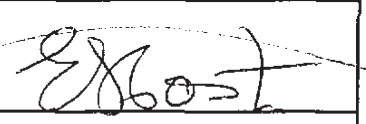
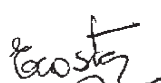
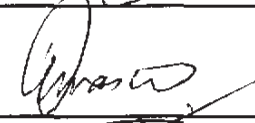
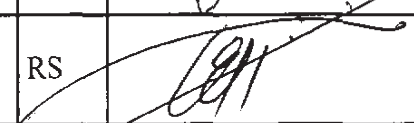
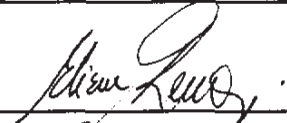
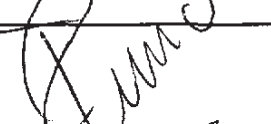
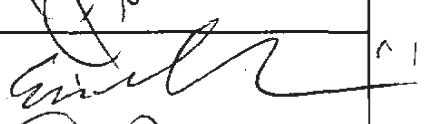
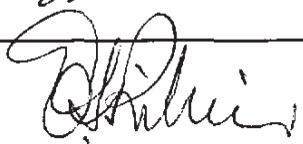
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
71. CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO	
72. CARLITO MERSS	PT	SC	
73. CARLOS ABICALIL	PT	MT	
74. CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	
75. CARLOS DUNGA	PTB	PB	
76. CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB	PE	
77. CARLOS MELLES	PFL	MG	
78. CARLOS MOTA	PL	MG	
79. CARLOS NADER	PL	RJ	
80. CARLOS RODRIGUES	PL	RJ	
81. CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP	
82. CARLOS SANTANA	PT	RJ	
83. CARLOS SOUZA	PP	AM	
84. CARLOS WILLIAN	PMDB	MG	

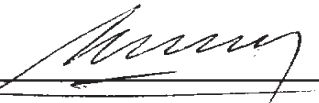
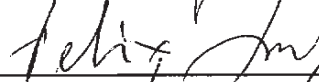
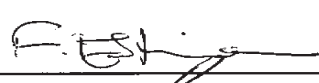
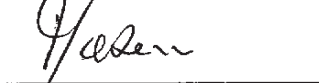
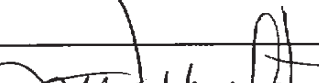
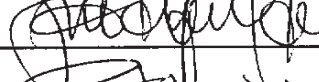
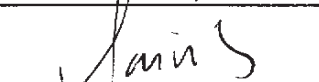
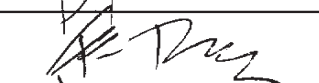
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
85. CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
86. CELSO RUSSOMANNO	PP	SP	
87. CÉSAR BANDEIRA	PFL	MA	
88. CÉSAR MEDEIROS	PT	MG	
89. CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
90. CEZAR SILVESTRI	PPS	PR	
91. CHICO ALENCAR	PT	RJ	
92. CHICO DA PRINCESA	PL	PR	
93. CHICO SARDELLI	PFL	SP	
94. CIRO NOGUEIRA	PP	PI	
95. CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
96. CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP	
97. CLEONÂNCIO FONSECA	PP	SE	
98. CLEUBER CARNEIRO	PTB	MG	

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
99. CLÓVIS FECURY	PFL	MA	
100. COLBERT MARTINS	PPS	BA	
101. COLOMBO	PT	PR	
102. CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
103. CORIOLANO SALES	PFL	BA	
104. CORONEL ALVES	PL	AP	
105. COSTA FERREIRA	PSC	MA	
106. CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	

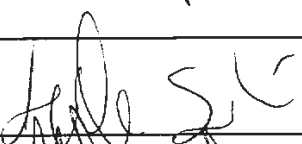
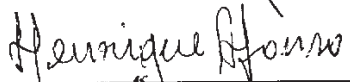
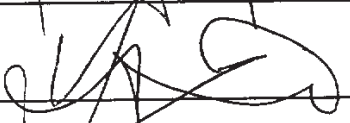
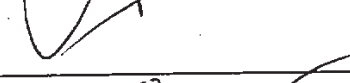
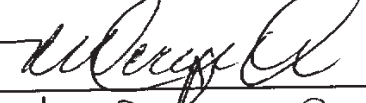
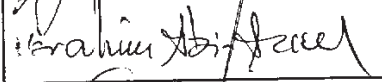
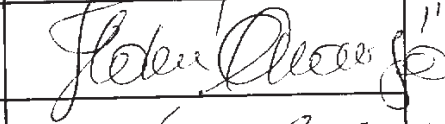
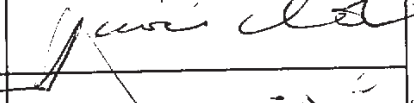
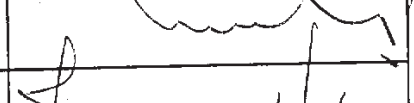
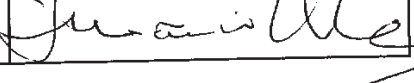
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
107. DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	 1
108. DARCI COELHO	PP	TO	 2
109. DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	 3
110. DAVI ALCOLUMBRE	PFL	AP	
111. DELEY	PMDB	RJ	 4
112. DELFIM NETTO	PP	SP	 5
113. DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	 6
114. DILCEU SPERAFICO	PP	PR	 7
115. DIMAS RAMALHO	PPS	SP	 8
116. DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	 9
117. DR BENEDITO DIAS	PP	AP	 10
118. DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	 11
119. DR. HELENO	PMDB	RJ	 12
120. DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA	 13

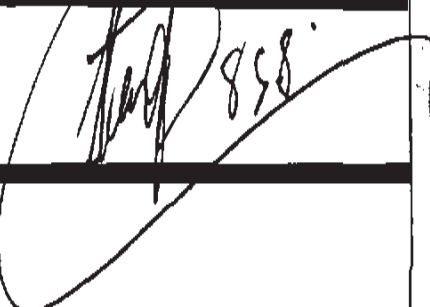
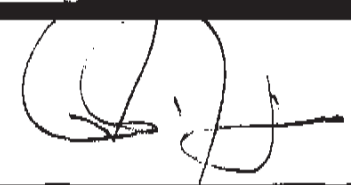
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
121. DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	
122. DR. ROSINHA	PT	PR	
123. DRA. CLAIR	PT	PR	
124. DURVAL ORLATO	PT	SP	
125. EDINHO BEZ	PMDB	SC	
126. EDINHO MONTEMOR	PL	SP	
127. EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
128. EDMAR MOREIRA	PL	MG	
129. EDNA MACEDO	PTB	SP	
130. EDSON DUARTE	PV	BA	
131. EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ	
132. EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
133. EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
134. EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ	

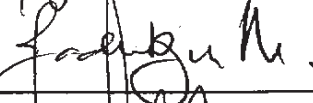
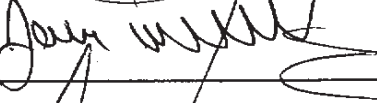
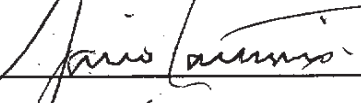
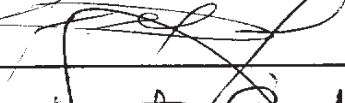
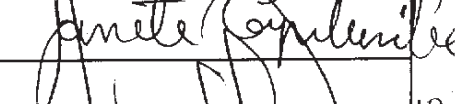
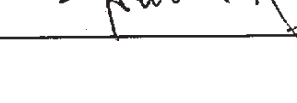
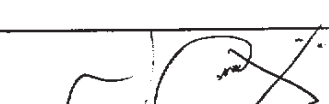
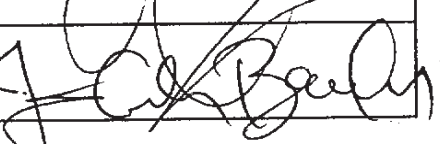
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
135. EDUARDO GOMES	PSDB	TO	
136. EDUARDO PAES	PSDB	RJ	
137. EDUARDO SCIARRA	PFL	PR	
138. EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
139. EDUARDO VALVERDE	PT	RO	
140. ELAINE COSTA	PTB	RJ	
141. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP	
142. ELISEU PADILHA	PMDB	RS	
143. ELISEU RESENDE	PFL	MG	
144. ENÉAS	PRONA	SP	
145. ENIO BACCI	PDT	RS	
146. ENIO TATICO	PL	GO	
147. ENIVALDO RIBEIRO	PP	PB	
148. ÉRICO RIBEIRO	PP	RS	

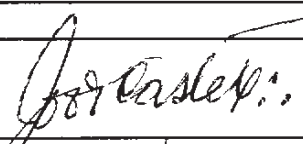
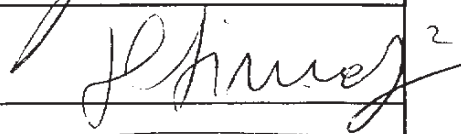
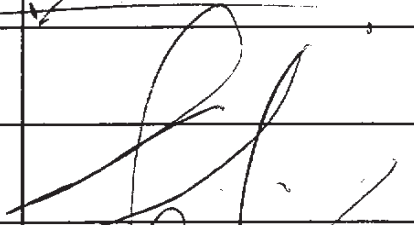
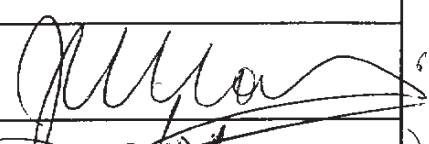
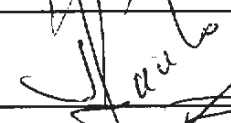
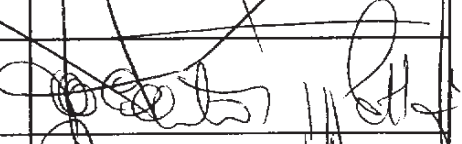
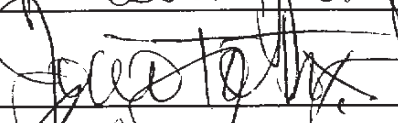
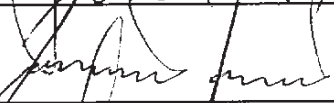
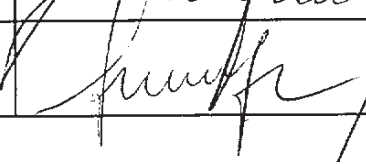
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA	
149. EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE		1
150. FÁBIO SOUTO	PFL	BA		2
151. FÁTIMA BEZERRA	PT	RN		3
152. FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA		4
153. FERNANDO CORUJA	PPS	SC		5
154. FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA		6
155. FERNANDO DINIZ	PMDB	MG		
156. FERNANDO ESTIMA	S.PART	SP		7
157. FERNANDO FERRO	PT	PE		8
158. FERNANDO GABEIRA	PV	RJ.		9
159. FERNANDO LOPES	PMDB	RJ		
160. FEU ROSA	PP	ES		10
161. FRANCISCO APPIO	PP	RS		11
162. FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ		12
163. FRANCISCO GARCIA	PP	AM		1
164. FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR		2
165. FRANCISCO TURRA	PP	RS		3

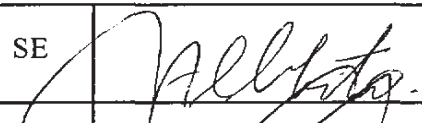
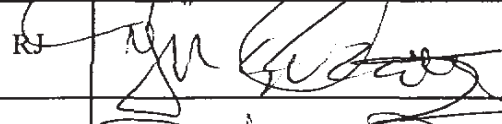
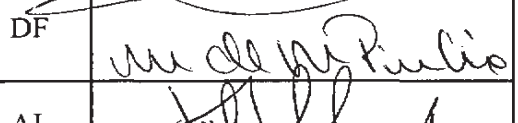
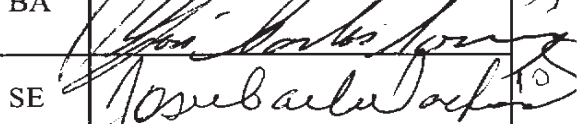
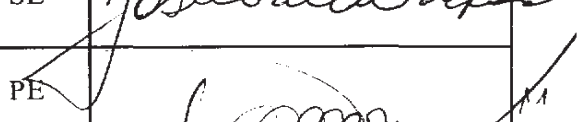
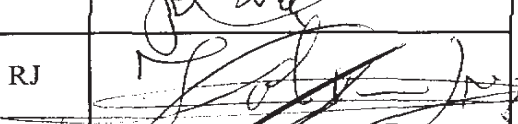
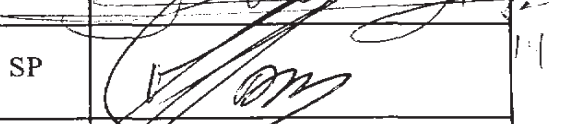
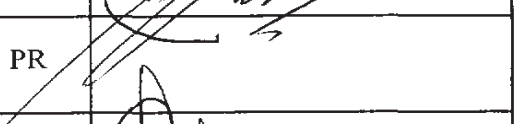
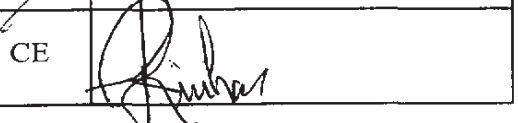
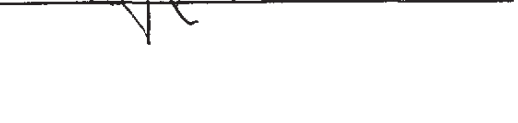
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
166. GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	<i>Gastão Vieira</i>
167. GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	<i>Geddel Vieira Lima</i>
168. GERALDO RESENDE	PPS	MS	<i>Geraldo Resende</i>
169. GERALDO THADEU	PPS	MG	<i>Geraldo Thadeu</i>
170. GERSON GABRIELLI	PFL	BA	<i>Gerson Gabrielli</i>
171. GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP	<i>Gervásio Oliveira</i>
172. GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	<i>Gervásio Silva</i>
173. GIACOBO	PL	PR	<i>Giaco</i>
174. GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP	<i>Gilberto Nascimento</i>
175. GILMAR MACHADO	PT	MG	<i>Gilmar Machado</i>
176. GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	<i>Givaldo Carimbão</i>
177. GONZAGA MOTA	PSDB	CE	<i>Gonzaga Mota</i>
178. GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	<i>Gonzaga Patriota</i>
179. GUILHERME MENEZES	PT	BA	<i>Guilherme Menezes</i>
180. GUSTAVO FRUET	PSDB	PR	<i>Gustavo Fruet</i>

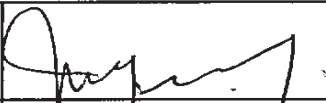
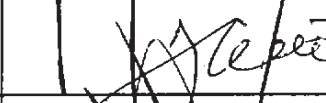
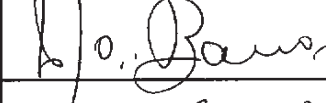
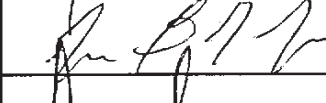
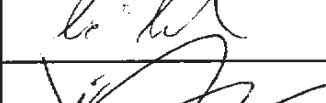
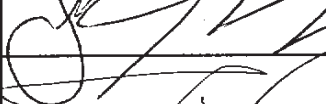
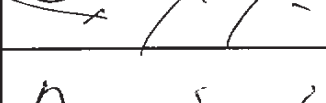
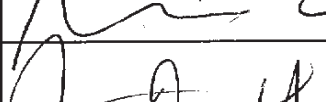
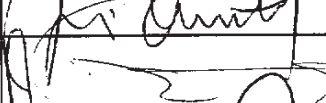
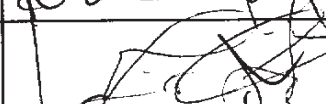
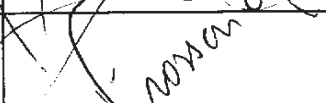
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
181. HAMILTON CASARA	PSDB	RO	
182. HELENO SILVA	PL	SE	
183. HÉLIO ESTEVES	PT	AP	
184. HENRIQUE AFONSO	PT	AC	
185. HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN	
186. HENRIQUE FONTANA	PT	RS	
187. HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
188. HOMERO BARRETO	PTB	TO	
189. HUMBERTO MICHILES	PL	AM	
190. IARA BERNARDI	PT	SP	
191. IBERÊ FERREIRA	PTB	RN	
192. IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG	
193. ILDEU ARAUJO	PP	SP	
194. INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
195. INALDO LEITÃO	PL	PB	
196. INOCÊNCIO OLIVEIRA	PMDB	PE	

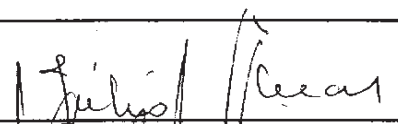
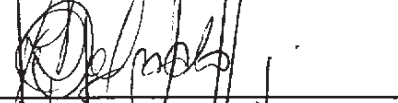
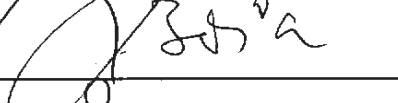
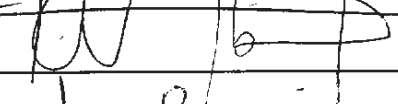
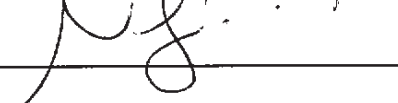
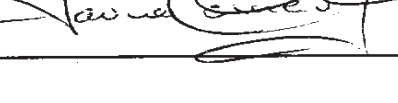
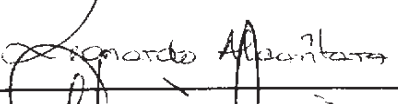
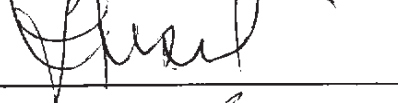
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
197. IRINY LOPES	PT	ES	
198. IRIS SIMÕES	PTB	PR	
199. ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG	
200. ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
201. IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
202. IVAN RANZOLIN	PP	SC	
203. IVAN VALENTE	PT	SP	
204. IVO JOSÉ	PT	MG	

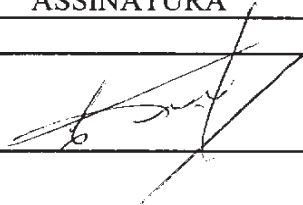
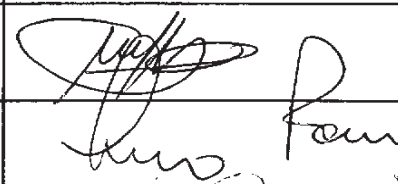
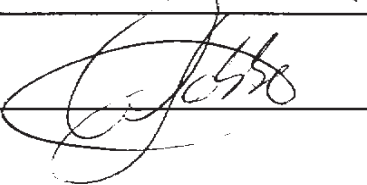
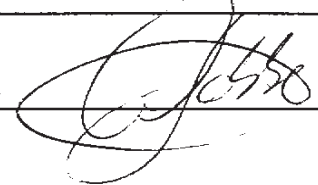
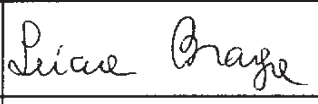
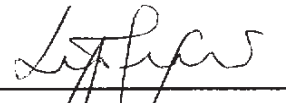
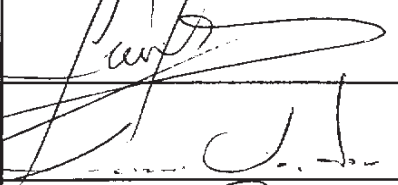
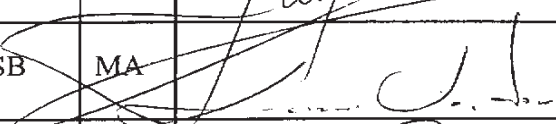
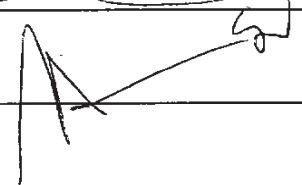
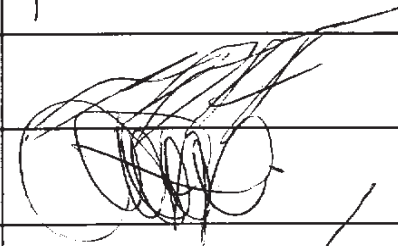
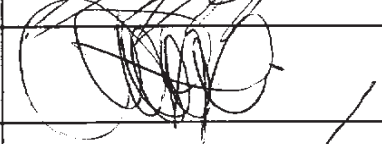
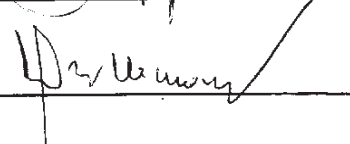
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA	
205. JACKSON BARRETO	PTB	SE		1
206. JADER BARBALHO	PMDB	PA		2
207. JAIME MARTINS	PL	MG		3
208. JAIR BOLSONARO	PP	RJ		4
209. JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES		5
210. JAIRO CARNEIRO	PFL	BA		6
211. JAMIL MURAD	PCdoB	SP		7
212. JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ		8
213. JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP		9
214. JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP		10
215. JOÃO ALFREDO	PT	CE		11
216. JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA		12
217. JOÃO BATISTA	S.PART.	SP		13
218. JOÃO CALDAS	PL	AL		
219. JOÃO CAMPOS	PSDB	GO		14
220. JOÃO CARLOS BACELAR	PL	BA		15

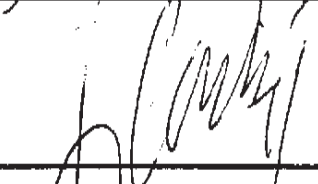
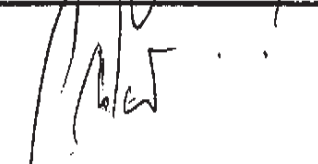
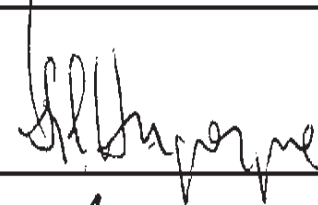
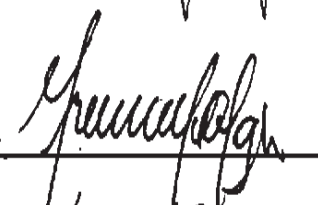
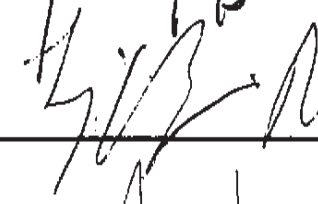
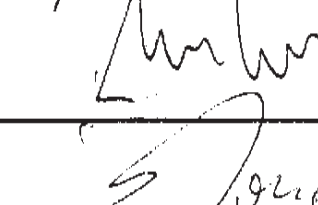
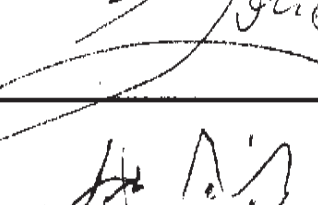
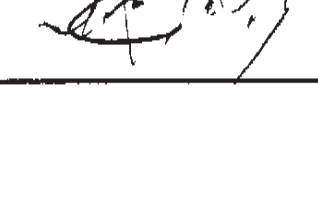
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
221. JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
222. JOÃO CORREIA	PMDB	AC	
223. JOÃO FONTES	PDT	SE.	
224. JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
225. JOÃO HERRMANN NETO	PDT	SP	
226. JOÃO LEÃO	PL	BA	
227. JOÃO LYRA	PTB	AL	
228. JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
229. JOÃO MAGNO	PT	MG	
230. JOÃO MENDES DE JESUS	S.PART	RJ	
231. JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP	
232. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG	
233. JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC	
234. JOÃO TOTA	PP	AC	
235. JOAQUIM FRANCISCO	PTB	PE	
236. JONIVAL LUCAS JUNIOR	PTB	BA	

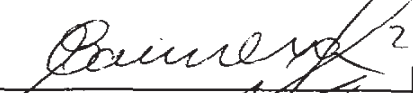
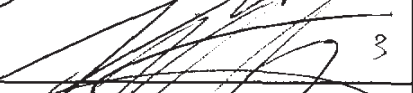
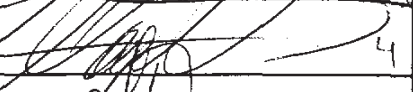
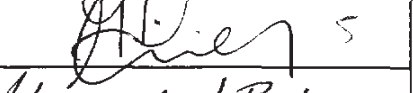
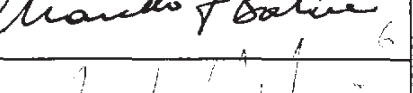
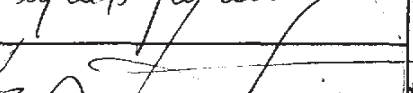
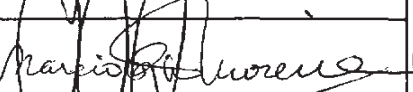
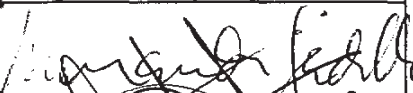
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
237. JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
238. JORGE BITTAR	PT	RJ	
239. JORGE BOEIRA	PT	SC	
240. JORGE GOMES	PSB	PE	
241. JORGE PINHEIRO	PL	DF	
242. JORGE VI	PSC	AL	
243. JOSÉ BORBA	PMDB	PR	
244. JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
245. JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PL	BA	
246. JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE	
247. JOSÉ CHAVES	PTB	PE	
248. JOSÉ DIRCEU	PT	SP	
249. JOSÉ DIVINO	PMDB	RJ	
250. JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP	
251. JOSÉ JANENE	PP	PR	
252. JOSÉ LINHARES	PP	CE	

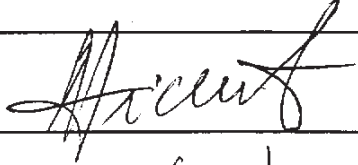
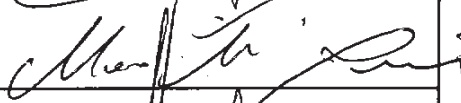
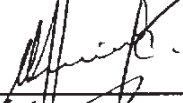
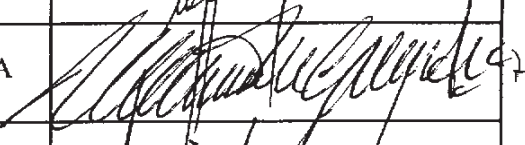
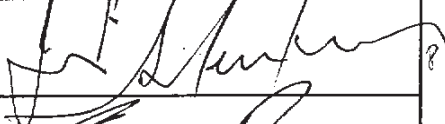
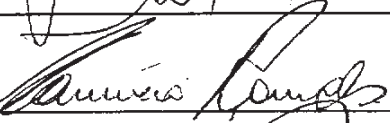
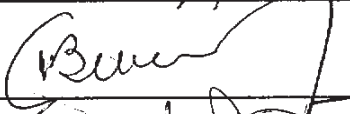
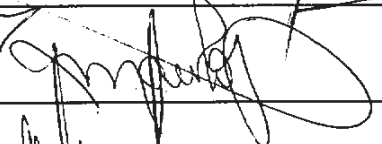
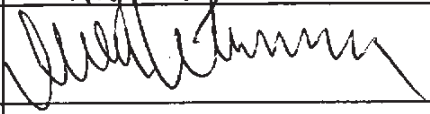
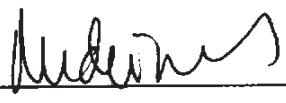
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA	
253. JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE		1
254. JOSÉ MENTOR	PT	SP		2
255. JOSÉ MILITÃO	PTB	MG		3
256. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE		4
257. JOSÉ PIMENTEL	PT	CE		5
258. JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA		6
259. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF		7
260. JOSE ROCHA	PFL	BA		8
261. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG		9
262. JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL		10
263. JOSIAS GOMES	PT	BA		11
264. JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ		12
265. JOSUÉ BENGTON	PTB	PA		13
266. JOVAIR ARANTES	PTB	GO		14
267. JOVINO CÂNDIDO	PV	SP		15
268. JUÍZA DENISE FROSARD	PPS	RJ		16

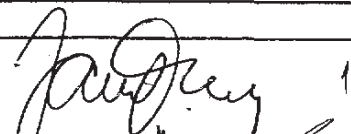
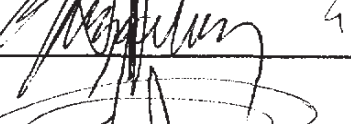
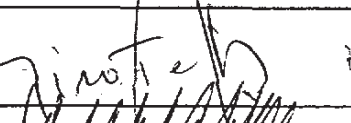
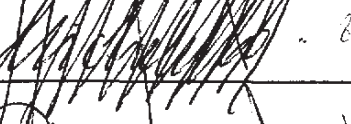
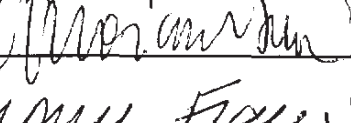
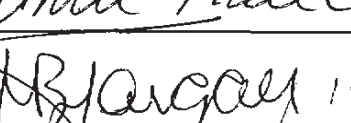
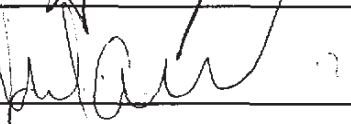
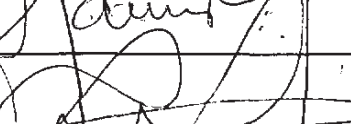
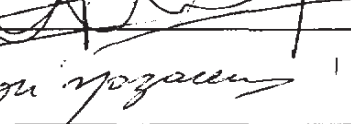
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA	
269. JÚLIO CÉSAR	PFL	PI		1
270. JÚLIO DELGADO	PSB	MG		2
271. JULIO LOPES	PP	RJ		3
272. JÚLIO REDECKER	PSDB	RS		4
273. JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP		5
274. JÚNIOR BETÃO	PL	AC		6
275. JURANDIR BOIA	PDT	AL		7
276. JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA		8
277. KÁTIA ABREU	PFL	TO		9
278. KELLY MORAES	PTB	RS		10
279. LAEL VARELLA	PFL	MG		
280. LAURA CARNEIRO	PFL	RJ		11
281. LEANDRO VILELA	PMDB	GO		
282. LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE		12
283. LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC		13
284. LEONARDO MATTOS	PV	MG		14

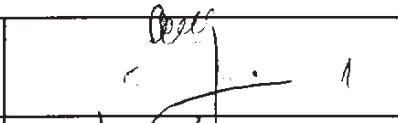
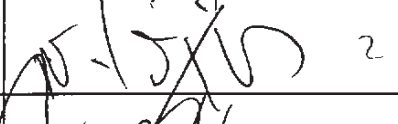
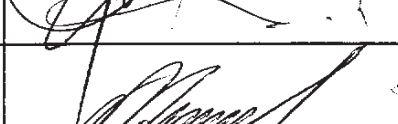
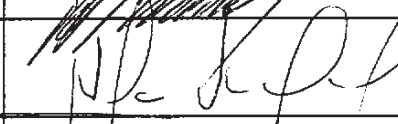
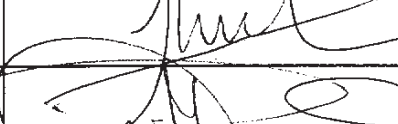
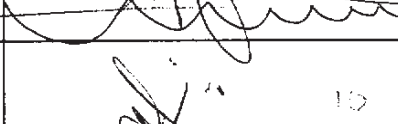
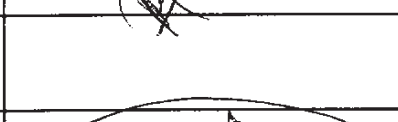
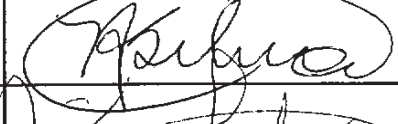
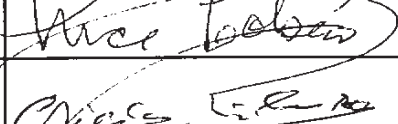
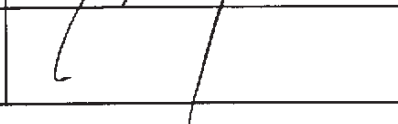
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
285. LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	
286. LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	
287. LINCOLN PORTELA	PL	MG	
288. LINO ROSSI	PP	MT	
289. LOBBE NETO	PSDB	SP	
290. LUCI CHOINACKI	PT	SC	
291. LÚCIA BRAGA	PMDB	PB	
292. LUCIANA GENRO	S.PART	RS	
293. LUCIANO CASTRO	PL	RR	
294. LUCIANO LEITOA	PSB	MA	
295. LUCIANO ZICA	PT	SP	
296. LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	
297. LUIZ ALBERTO	PT	BA	
298. LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
299. LUIZ BASSUMA	PT	BA	
300. LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	

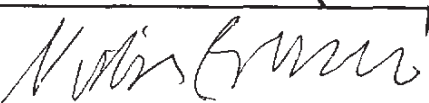
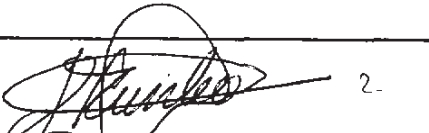
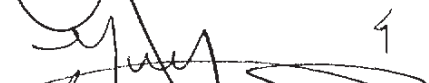
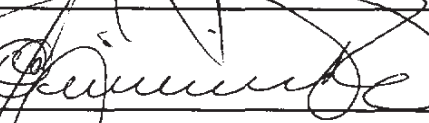
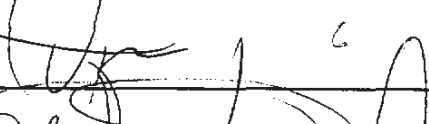
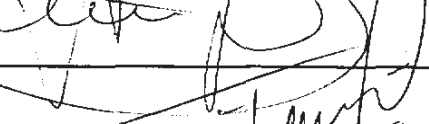
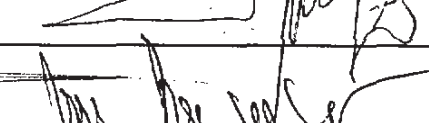
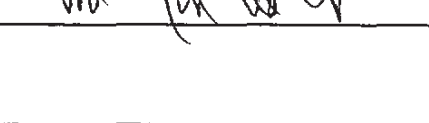
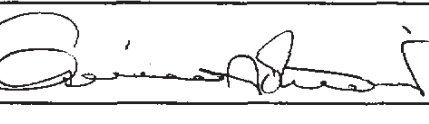
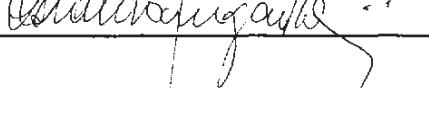
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
301. LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
302. LUIZ CARLSO SANTOS	PFL	SP	
303. LUIZ CARREIRA	PFL	BA	
304. LUIZ COUTO	PT	PB	
305. LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	
306. LUIZ PIAUHYLINO	PDT	PE	
307. LUIZ SÉRGIO	PT	RJ	
308. LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
309. LUPÉRCIO RAMOS	PMDB	AM	

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
310. MANATO	PDT	ES	 1
311. MANINHA	PT	DF	 2
312. MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	 3
313. MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	 4
314. MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG	 5
315. MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	 6
316. MARCELO CASTRO	PMDB	PI	 7
317. MARCELO GUIMARÃES FILHO	PL	BA	 8
318. MACELO ORTIZ	PV	SP	 9
319. MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	 10
320. MARCIO FORTES	PSDB	RJ	 11
321. MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG	 12
322. MARCO MAIA	PT	RS	 13
323. MARCONDES GADELHA	PTB	PB	 14
324. MARCOS ABRAMO	PFL	SP	 15
325. MARCOS DE JESUS	PL	PE	 16

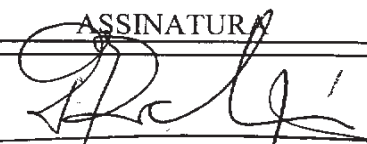
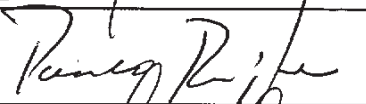
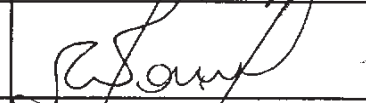
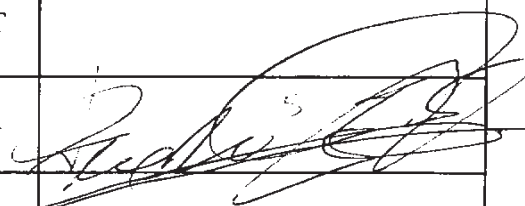
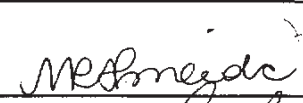
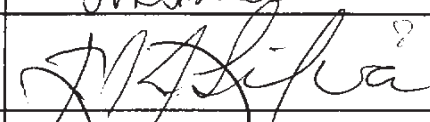
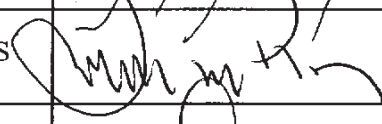
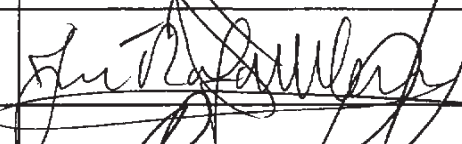
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
326. MARCUS VICENTE	PTB	ES	
327. MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	
328. MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	
329. MARIA HELENA	PPS	RR	
330. MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG	
331. MARINHA RAUPP	PMDB	RO	
332. MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG	
333. MÁRIO HERINGER	PDT	MG	
334. MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA	
335. MAURICIO RABELO	PL	TO	
336. MAURÍCIO RANDS	PT	PE	
337. MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
338. MAURO LOPES	PMDB	MG	
339. MAURO PASSOS	PT	SC	
340. MAX ROSENMANN	PMDB	PR	
341. MEDEIROS	PL	SP	

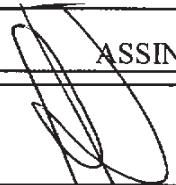
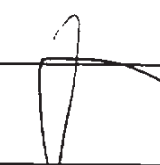
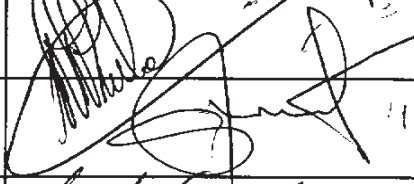
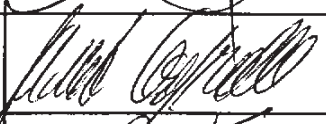
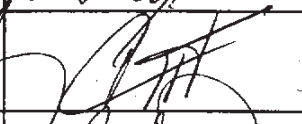
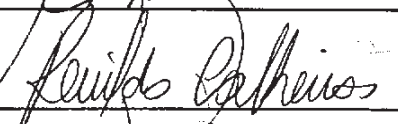
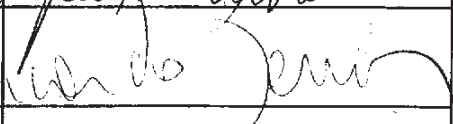
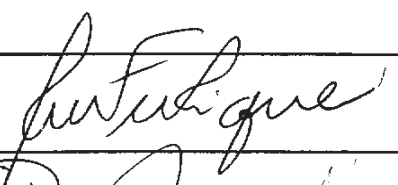
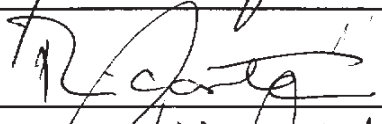
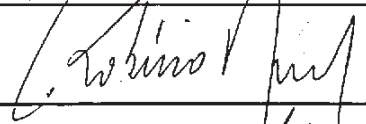
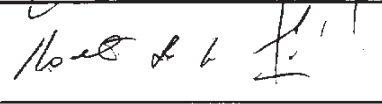
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
342. MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	 1
343. MICHEL TEMER	PMDB	SP	 2
344. MIGUEL DE SOUZA	PL	RO	 3
345. MILTON BARBOSA	PFL	BA	 4
346. MILTON CARDIAS	PTB	RS	 5
347. MILTON MONTI	PL	SP	 6
348. MIRO TEIXEIRA	PT	RJ	 7
349. MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	 8
350. MORAES SOUZA	PMDB	PI	 9
351. MOREIRA FRANCO	PMDB	RJ	 10
352. MORONI TORGAN	PFL	CE	 11
353. MURILO ZAITH	PFL	MS	 12
354. MUSSA DEMES	PFL	PI	 13
355. NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	 14
356. NATAN DONADON	PMDB	RO	 15
357. NAZARENO FONTELES	PT	PI	16

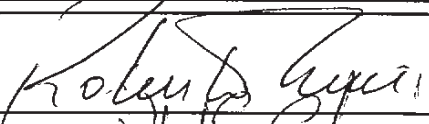
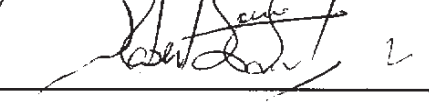
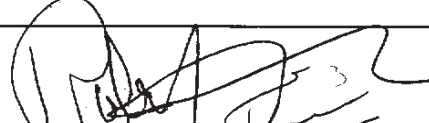
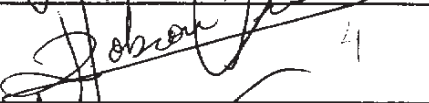
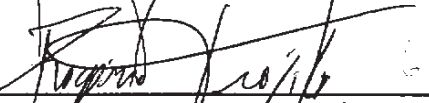
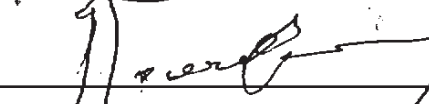
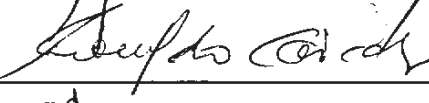
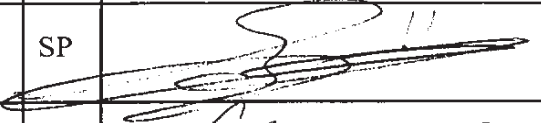
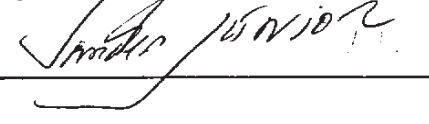
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
358. NEIVA MOREIRA	PDT	MA	 1
359. NELIO DIAS	PP	RN	 2
360. NELSON BORNIER	PMDB	RJ	 3
361. NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	 4
362. NELSON MEURER	PP	PR	 5
363. NELSON PELLEGRINO	PT	BA	 6
364. NELSON PROENÇA	PPS	RS	 7
365. NELSON TRAD	PMDB	MS	 8
366. NEUCIMAR FRAGA	PL	ES	 9
367. NEUTON LIMA	PTB	SP	 10
368. NEY LOPES	PFL	RN	
369. NEYDE APARECIDA	PT	GO	 11
370. NICE LOBÃO	PFL	MA	 12
371. NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	 13
372. NILSON MOURÃO	PT	AC	 14
373. NILSON PINTO	PSDB	PA	

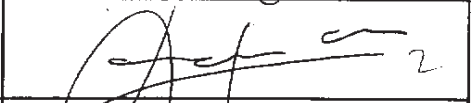
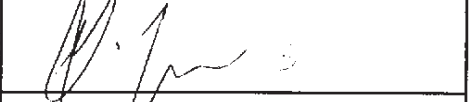
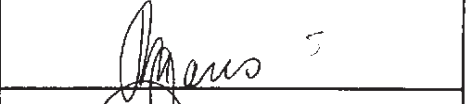
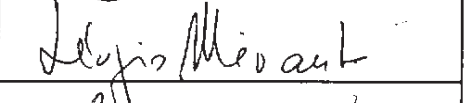
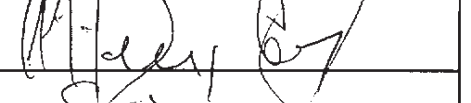
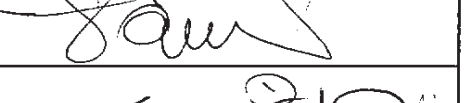
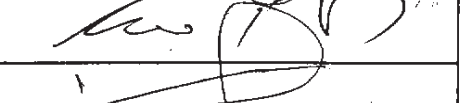
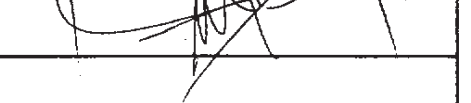
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
374. NILTON BAIANO	PP	ES	
375. NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
376. ODAIR CUNHA	PT	MG	 2.
377. ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	 3
378. OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	 4
379. OLIVEIRA FILHO	PL	PR	 5
380. ONYX LORENZONI	PFL	RS	 6
381. ORLANDO DESCONSI	PT	RS	 7
382. ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	 8
383. OSMÂNIO PEREIRA	S.PART.	MG	 9
384. OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
385. OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF	 10
386. OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	 11
387. OSVALDO COELHO	PFL	PE	 12
388. OSVALDO REIS	PMDB	TO	 13

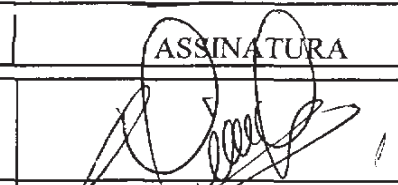
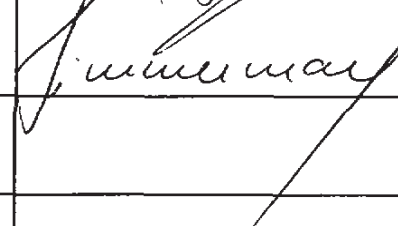
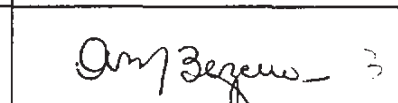
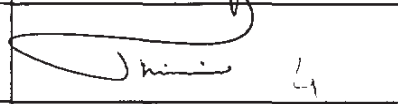
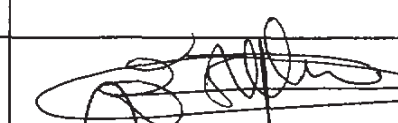
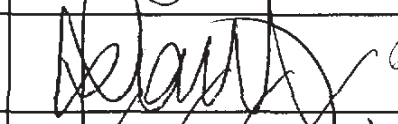
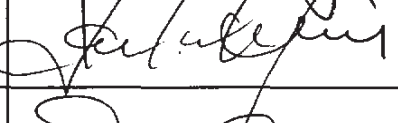
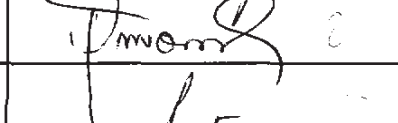
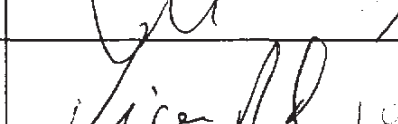
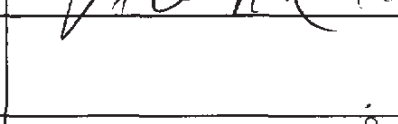
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
389. PAES LANDIM	PTB	PI	Paes Landim ¹
390. PASTOR AMARILDO	PSC	TO	Pastor Amarildo ²
391. PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE	Pastor Francisco Olímpio ³
392. PASTOR FRANKBERGEN	PTB	RR	Pastor Frankbergen ⁴
393. PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE	Pastor Pedro Ribeiro ⁵
394. PASTOR REINALDO	PTB	RS	Pastor Reinaldo ⁶
395. PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	Pauderney Avelino ⁷
396. PAULO AFONSO	PMDB	SC	Paulo Afonso ⁸
397. PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	Paulo Baltazar ⁹
398. PAULO BAUER	PSDB	SC	Paulo Bauer ¹⁰
399. PAULO DELGADO	PT	MG	Paulo Delgado ¹¹
400. PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	Paulo Feijó ¹²
401. PAULO GOUVÊA	PL	RS	Paulo Gouvêa ¹³
402. PAULO LIMA	PMDB	SP	Paulo Lima ¹⁴
403. PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	Paulo Magalhães ¹⁵
404. PAULO PIMENTA	PT	RS	Paulo Pimenta ¹⁶

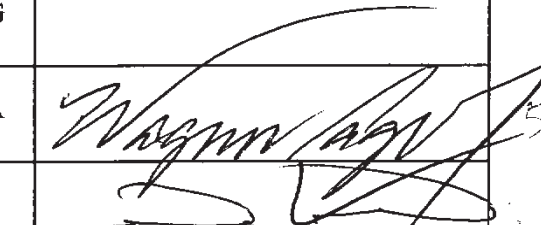
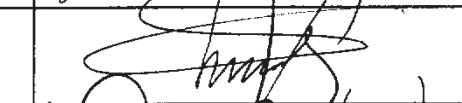
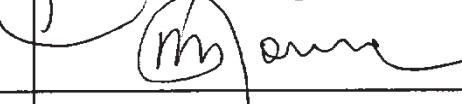
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
405. PAULO ROCHA	PT	PA	
406. PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE	
407. PEDRO CANEDO	PP	GO	
408. PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
409. PEDRO CORRÊA	PP	PE	
410. PEDRO FERNANDES	PTB	MA	
411. PEDRO HENRY	PP	MT	
412. PEDRO IRUJO	S.PAR	BA	
413. PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
414. PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	
415. PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	
416. POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
417. PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	PP	SP	
418. PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	
419. RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
420. RAIMUNDO SANTOS	PL	PA	

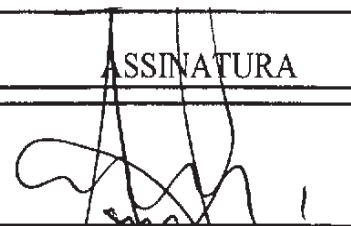
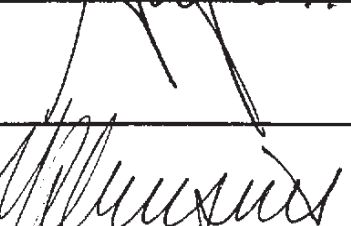
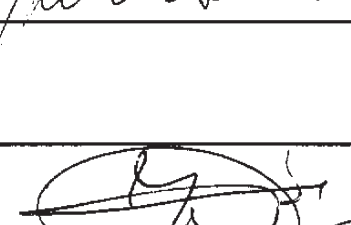
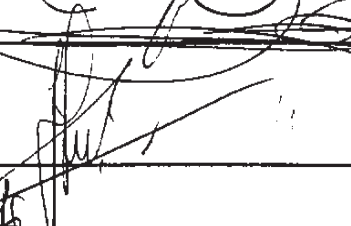
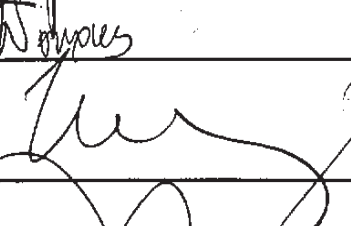
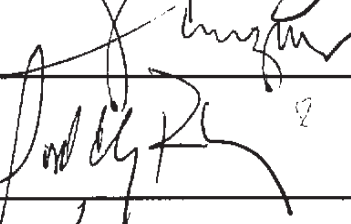
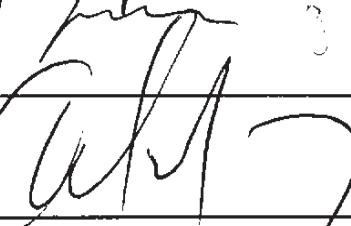
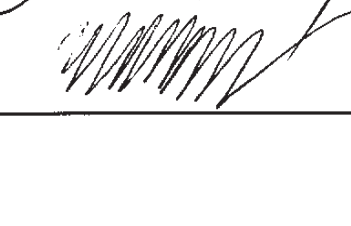
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
421. RAUL JUGMANN	PPS	PE	
422. REGINALDO GERMANO	PP	BA	
423. REGINALDO LOPES	PT	MG	
424. REINALDO BETÃO	PL	RJ	
425. REMI TRINTA	PL	MA	
426. RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	
427. RENATO COZZOLINO	PRP	RJ	
428. RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE	
429. RICARDO BARROS	PP	PR	
430. RICARDO BERZOINI	PT	SP	
431. RICARDO FIUZA	PP	PE	
432. RICARDO IZAR	PTB	SP	
433. RICARDO RIQUE	PL	PB	
434. RICARTE DE FREITAS	PTB	MT	
435. ROBÉRIO NUNES	PFL	BA	
436. ROBERTO BRANT	PFL	MG	

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
437. ROBERTO FREIRE	PPS	PE	
438. ROBERTO GOUVEIA	PT	SP	
439. ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
440. ROBERTO MAGALHÃES	PFL	PE	
441. ROBSON TUMA	PFL	SP	
442. RODRIGO MAIA	PFL	RJ	
443. ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL	
444. ROMEL ANIZIO	PP	MG	
445. ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	
446. RONALDO CAIADO	PFL	GO	
447. RONALDO DIMAS	PSDB	TO	
448. RONIVON SANTIAGO	PP	AC	
449. ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	
450. RUBENS OTONI	PT	GO	
451. SALVADOR ZIMBALDI	S.PART.	SP	
452. SANDES JÚNIOR	PP	GO	

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
453. SANDRA ROSADO	PSB	RN	
454. SANDRO MABEL	PL	GO	
455. SANDRO MATOS	PTB	RJ	
456. SARNEY FILHO	PV	MA	
457. SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	
458. SELMA SCHONS	PT	PR	
459. SERGIO CAIADO	PP	GO	
460. SÉRGIO MIRANDA	PcdoB	MG	
461. SEVERIANO ALVES	PDT	BA	
462. SEVERINO CAVALCANTI	PP	PE	
463. SIGMARINGA SEIXAS	PT	DF	
464. SILAS CÂMARA	PTB	AM	
465. SILVIO TORRES	PSDB	SP	
466. SIMÃO SESSIM	PP	RJ	
467. SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI	
468. SUELY CAMPOS	PP	RR	

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
469. TAKAYAMA	PMDB	PR	
470. TARCISIO ZIMMERMANN	PT	RS	
471. TATICO	PL	DF	
472. TELMA DE SOUZA	PT	SP	
473. TEREZINHA FERNANDES	PT	MA	
474. TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
475. THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT	
476. VADÃO GOMES	PP	SP	
477. VADINHO BAIÃO	PT	MG	
478. VANDER LOBET	PT	MS	
479. VANDERLEI ASSIS	PP	SP	
480. VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	
481. VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	
482. VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
483. VICENTE CASCIONE	PTB	SP	
484. VICENTINHO	PT	SP	

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
485. VIEIRA REIS	PMDB	RJ	
486. VIGNATTI	PT	SC	
487. VILMAR ROCHA	PFL	GO	
488. VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG	
489. VITORASSI	PT	PR	
490. VITTORIO MEDIOLI	PV	MG	
491. WAGNER LAGO	PP	MA	
492. WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
493. WALTER BARELLI	PSDB	SP	
494. WALTER PINHEIRO	PT	BA	
495. WANDERVAL SANTOS	PL	SP	
496. WASNY DE ROURE	PT	DF	
497. WELINTON FAGUNDES	PL	MT	
498. WELLINTON ROBERTO	PL	PB	
499. WILSON SIGNACHI	PMDB	RS	
500. WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
501. WLADIMIR COSTA	PMDB	PA	
502. XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
503. YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	
504. ZÉ GERALDO	PT	PA	
505. ZÉ GERARDO	PMDB	CE	
506. ZÉ LIMA	PP	PA	
507. ZELINDA NOVAES	PFL	BA	
508. ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
509. ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	
510. ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA	
511. ZICO BRONZEADO	PT	AC	
512. ZONTA	PP	SC	
513. ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	

O SR. JOÃO FONTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fizemos um acordo. Ele está assinado por todos os Líderes dos partidos, inclusive os da base aliada, para votar o veto do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e, posteriormente, requerimento para a inclusão também do Tribunal de Contas da União.

Fica então em aberto a possibilidade de se fazer um acordo, até porque se, depois, o Governo patrocinar uma ação direta de inconstitucionalidade, ela apenas será avaliada quanto à inconstitucionalidade.

Se o Governo já reconhece que há previsão orçamentária para a Câmara dos Deputados conceder reajuste salarial aos seus servidores, está garantido o direito. Se o Governo Lula quiser, também pode, via medida provisória, como tem feito ao longo de todo este período governamental, fazer a suplementação orçamentária e resolver o problema em relação aos servidores do Tribunal de Contas da União e do Senado Federal.

Portanto, o requerimento concernente ao acordo está assinado por todos os líderes. Em seguida, vamos entregá-lo à Mesa, a fim de também garantir o reajuste salarial dos funcionários do Tribunal de Contas da União.

O SR. CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra para formular questão de ordem, invocando o art. 31 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem, nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 31 do Regimento Comum dispõe que a primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos, que poderão usar da palavra pelo prazo improrrogável de 5 minutos.

O Presidente Inocêncio Oliveira abriu a sessão e transferiu a presidência dos trabalhos a V.Exa., que, em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Inocêncio Oliveira e aos Líderes partidários. Mas, Sr. Presidente, eu me inscrevi às 11h, quando da abertura desta sessão e não me foi concedida a palavra.

A questão de ordem que formulo é no sentido de saber se durante o período de votação dos vetos V.Exa. irá conceder a palavra aos Congressistas inscritos, de acordo com o art. 31 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – A Presidência vai responder à questão de ordem

do Deputado Claudio Cajado e, logo em seguida, concederá a palavra ao Dr. Enéas.

Nobre Deputado Claudio Cajado, a sessão teve início, sob a firme condução do Deputado Inocêncio Oliveira, às 11h14. Deixei transcorrer 30 minutos, período em que foram exauridas as Breves Comunicações, e dei início à Ordem do Dia exatamente às 11h44.

Como há oradores inscritos, vou seguir a ordem de inscrição para Breves Comunicações. Aliás, V.Exa., não por coincidência, é o primeiro dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – A Presidência registra que o PFL já indicou a Deputada Laura Carneiro para escrutinadora.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Com a palavra o nobre Líder, Dr. Enéas.

O SR. ENÉAS (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar de o momento ser de conturbação, porque já se iniciou o processo de votação, quero lembrar a V.Exa. e aos Srs. Deputados que ainda conseguem me ouvir, aos funcionários que estão nas galerias e à população brasileira que estamos assistindo ao aprofundamento do mergulho no abismo de um Governo que está absolutamente em frangalhos.

Para qualquer coisa que represente aumento de melhoria das condições de vida, seja de funcionários de Casas legislativas, seja do Tribunal de Contas, seja de humildes trabalhadores, a resposta do Governo é sempre a mesma: não há recursos ou, então, eles não estão previstos no Orçamento.

O discurso daqueles que defendem o Governo, que aí está em franca decomposição, nem mais condições tem de obter eco.

Sr. Presidente, peço aos colegas que percebam que é hora de fazermos um mínimo de justiça aos servidores do Poder Legislativo. A resposta que nosso partido encaminha – e espero que tenha eco na Casa – é “não” aos vetos.

Por fim, se o Presidente da República ou a sua Assessoria entenderem realmente necessária a interposição de ação direta de inconstitucionalidade, que o façam e que o Supremo Tribunal Federal decida. Mas é fundamental, neste momento de clímax, que os colegas pensem um pouco naqueles que nos dão condições de trabalho.

Os funcionários reivindicam um aumento que já havia sido prometido e que não é nada extraordinário.

A posição do PRONA, consentânea com o pensamento, quero crer, da maioria dos colegas é a de dizer “não” aos vetos. Um “não” contundente, categórico, para que os funcionários possam receber o aumento a que fazem jus.

Muito obrigado. (*Palmas*)

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento. Trata-se, literalmente, de um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Deputada Laura Carneiro, eu já havia concedido a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes. Portanto, na sequência, V.Exa. falará. Peço igual tolerância ao Líder Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo prestar um esclarecimento em relação ao que ocorre no Senado Federal com referência ao veto.

Na condição de 1º Secretário do Senado Federal, quando o Presidente Renan Calheiros levantou a questão do aumento salarial dos servidores daquela Casa – aliás, considero reajuste -, procedi a uma análise sobre a constitucionalidade do projeto e verifiquei que havia recursos para pagar os 15% propostos. Repito: falo na condição de 1º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal. Não há, portanto, inconstitucionalidade a ser argüida.

Ainda se disse que o Presidente Renan Calheiros e o 1º Secretário concederam esse aumento de maneira irresponsável. Mas irresponsável foi o Presidente da República, que vetou o projeto de aumento salarial do funcionalismo no Senado Federal mesmo havendo recursos orçamentários suficientes para fazer face às despesas.

Por isso, solicito aos Srs. Congressistas que votem “não”, pela derrubada do veto, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Tem a palavra a Sra. Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Senador Efraim Moraes prestou-nos esclarecimentos sobre a matéria, mas apenas parcialmente.

O Senador Aloizio Mercadante afirmou que não poderíamos votar o reajuste salarial para os servidores do Senado Federal nem para os do Tribunal de Contas da União. Esse argumento, porém, não foi levantado na reunião de ontem, tanto que o veto ao projeto do Senado Federal já constava da ata inicial. Portanto, da mesma maneira que o Senado Federal acaba de anunciar a existência de recursos, peço a V.Exa., Sr. Presidente, que se informe em relação ao Tribunal de Contas, pois tenho certeza de que também devem existir tais recursos. Se V.Exa. conseguir essa informação, não será necessária qualquer ADIN e, com certeza, também poderemos rejeitar o veto apostado pelo Sr. Pre-

sidente da República no que diz respeito ao reajuste salarial dos servidores do TCU.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Ao apelo da Deputada Laura Carneiro se somam os do Senador Paulo Octavio, pelo PFL, e dos Deputados Rogério Teófilo, pelo PPS, e André Figueiredo, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô-PFL-AL) – Concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação aos 2 vetos em tela, a sorte está claramente lançada: a posição do PSDB é votar pela derrubada deles.

No que concerne à petição que fazem os servidores do Tribunal de Contas da União – justa, para mim, neste momento, já que se demonstra impossível a realização da votação agora -, quero dizer que devemos arrancar da Liderança do Governo nas duas Casas o compromisso de marcar data certa e definida para a próxima votação.

Nada de postergação, nada de jogo de empurra, nada de adiamento inútil. Ou seja, se houver maioria para derrubar veto, derrubem-no; se houver maioria para mantê-lo, mantenham-no.

O que não é possível é deixar para um futuro indefinido algo que os servidores do TCU julgam ser de seu direito e que deve ser discutido soberanamente pelo Congresso Nacional.

Portanto, que o Líder do Governo marque uma data para analisarmos a matéria relativa ao Tribunal de Contas da União, mas que votemos hoje esses 2 vetos – e o PSDB votará no sentido de derrubá-los.

Repito, marquemos uma data para analisar o veto do TCU. Sem essa data, significará que mais uma vez o Governo subtrairá os seus compromisso de campanha com os servidores públicos deste País.

O Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Gostaria de informar à Casa o que na verdade aconteceu ontem na reunião de Líderes: houve acordo dos Srs. Líderes em relação à votação dos vetos consensuais. Combinaremos novas reuniões para definir a próxima pauta de votação e, se possível, votarmos o veto relativo ao reajuste salarial dos servidores do Tribunal de Contas da União. Não será possível fazê-lo hoje, porque não houve acordo dos Líderes para que isso ocorresse. É importante que, de uma vez por todas, isso fique claro.

Peço às pessoas que estão nas galerias que, por favor, mantenham um clima de civilidade, para que avancemos na nossa pauta. Caso contrário, infelizmente, determinarei a evacuação das galerias.

Continua o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto aos vetos que estão sendo votados, os Líderes da Oposição, por unanimidade, já manifestaram sua posição.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao Presidente Severino Cavalcanti, à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e aos Líderes partidários.

Temos vivido, sobretudo na Câmara dos Deputados, profunda crise política, iniciada pelo Palácio do Planalto ao angariar fundos ilegais com o intuito de corromper Deputados. Podemos dizer que vivemos, naquela Casa, uma tragédia sem fim. Não sabemos onde ela vai parar.

Mas, Sr. Presidente, além da punição dos Parlamentares envolvidos, a sociedade espera pela alteração nos sistemas eleitoral e partidário.

Estamos em dívida na Câmara dos Deputados. O Senado Federal, na Legislatura anterior, aprovou diversas alterações a respeito da reforma política, a exemplo da lista partidária, da fidelidade partidária e do financiamento público de campanha. A propósito, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Especial para apreciar a matéria. Designado Relator, o Deputado Ronaldo Caiado fez um excelente trabalho. Aprovadas as alterações na Comissão Especial e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, elas sequer foram ainda encaminhadas ao Plenário.

Recentemente, e mais uma vez, o Senado Federal apreciou projeto de autoria do Senador Jorge Bornhausen que propunha, entre outras medidas, a redução dos custos de campanha. O projeto foi aprovado em tempo recorde, mas, na Câmara dos Deputados, dorme nas gavetas daquela Casa.

Sr. Presidente, corremos o risco de a Câmara dos Deputados nada votar em relação à reforma política, de a Câmara dos Deputados não dar nenhuma resposta à sociedade para melhorar o sistema de eleição dos seus integrantes, sistema que levou ao mensalão e ao caixa dois. Pelo jeito, o atual sistema ainda conduzirá as eleições de 2006.

Faço um apelo aos companheiros, ao Líder do Governo e aos Líderes dos partidos para que envidemos esforço, ainda hoje, no sentido de desobstruirmos a pauta e votarmos na velocidade possível os projetos

de reforma política e de reforma eleitoral que o Senado Federal enviou à Câmara dos Deputados, que a Comissão Especial e a Comissão de Constituição e Justiça já analisaram e que a maioria dos Deputados deseja votar.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, em determinada reunião na Câmara dos Deputados, presenciei manifestação dos Líderes dos grandes partidos a favor da votação da reforma política. O então Presidente João Paulo Cunha estava interessado em incluir a matéria na Ordem do Dia, mas o Líder do PL ameaçou o Governo do Presidente Lula, àquela época contrário à instalação da CPI dos Bingos. Disse textualmente o Líder do PL: *“Se V.Exa., Sr. Presidente, colocar em votação a reforma política, vou autorizar meus liderados a assinarem a CPI dos Bingos”*.

Ora, não podemos permitir que o Governo, que já está pequeno, fique ainda menor, ao impedir a votação da reforma política. A reforma política é uma necessidade. O Senado Federal fez sua parte, porém a Câmara dos Deputados está em falta com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Deputado José Carlos Aleluia, tem V.Exa. absoluta razão. Fizemos um novo e grande esforço no Senado Federal para votar essa reforma política de emergência, ao aprovar o projeto de lei do Senador Jorge Bornhausen. Entendo – e o País muito mais – que não pode haver nova eleição com a velha lei, porque ensejará a prática de mais ilícitos e desvios de comportamento.

O Senado Federal tem demonstrado normalidade. Não vivemos em 2 Brasis, não: um em crise e outro fora dela, mas no mesmo País. Temos de conduzi-lo com responsabilidade, bom senso, amadurecimento, e é isso o que temos procurado fazer.

Depois do estopim do dia 6, já votamos no Senado Federal 392 matérias e, sobretudo, a reforma política de emergência. Faço um apelo à Câmara dos Deputados para que também a vote. Se for preciso aperfeiçoá-la, que se aperfeiçoe; se for preciso modificá-la, que se modifique. O que não se pode é deixar de apreciá-la, deixar de votá-la, enfim, de engavetá-la, porque o País não nos perdoará se isso lamentavelmente acontecer.

Antes de conceder a palavra ao Líder José Agripino, peço ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura de requerimento sobre a mesa, a fim de que possamos votar projeto que abre o crédito ao Ministério da Defesa, como acordado com os Srs. Líderes partidários ontem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar muito claro o seguinte: participamos ontem à noite de uma reunião de Líderes da Câmara e do Senado, e, por sugestão de V.Exa. em reunião anterior, havíamos elencado uma série de vetos que o PFL e o PSDB concordavam em votar por consenso. Evidentemente, não havia acordo para derrubar ou manter, mas sim para votar. A lista diminuiu, e chegamos finalmente ao entendimento de votar o veto ao reajuste de 15% concedido aos funcionários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Eram 3 projetos. Por sugestão e solicitação de V.Exa., votaríamos também o crédito a que acabou de se referir. E hoje pela manhã fui surpreendido – e sobre o assunto já falou o Líder Rodrigo Maia – com a retirada do projeto de lei que concede o mesmo aumento ao Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Não concordamos com essa retirada, pois ela não faz parte do acordo. E em não sendo cumprido o acordo, quero dizer a V.Exa. que o PFL está fora. Votaremos, sim, o veto aos 15% da Câmara e do Senado, mas não o crédito suplementar a que V.Exa. se referiu há pouco.

Numa desvirtuação do acordo, o Tribunal de Contas da União ficou de fora; estamos, portanto, posicionando-nos contra o não-cumprimento do acordo, e por isso votaremos contra o crédito suplementar.

Solicito a V.Exa. que marque com urgência uma reunião para retomarmos a racionalidade dos entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Faço questão, mais uma vez, de comunicar à Casa, especialmente ao Líder José Agripino, a quem muito respeito, e todo o Congresso sabe disso, que infelizmente não houve acordo para votarmos o veto do Tribunal de Contas da União. O PFL trabalhou para isso, mas lamentavelmente não aconteceu. Combinamos que só apreciaríamos os vetos para os quais houvesse acordo, e infelizmente o Tribunal de Contas da União ficou de fora.

Assumo com a Casa o compromisso de marcar uma reunião para conversarmos sobre a realização de novas sessões do Congresso Nacional a fim de apreciar outros vetos, inclusive esse, mas desde que haja acordo entre os Líderes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, sem querer dialogar com V.Exa., o acordo não é para man-

ter ou derrubar, mas para colocar em pauta. O voto dos Deputados e Senadores é livre. Quem quiser pode manter o veto ou votar contra ele. Fiz referência ao acordo de inclusão em pauta, mas o veto do TCU foi retirado.

O SR. CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uso da palavra nesta oportunidade para, como todos os que estão aqui, reconhecer a enorme gravidade da crise por que passa o País, crise essa que tem feito com que o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados passem por momentos difíceis.

Precisamos acelerar o processo de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito e ao mesmo tempo colocar em pauta matérias importantes como a que estamos votando agora. É a única forma de dar à sociedade uma demonstração de que, apesar da crise, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal preocupam-se com o atendimento dos reclamos da sociedade.

No caso dos vetos aos projetos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, é fundamental que todos os Congressistas os derrubem, porque em ambas as Casas existe dotação orçamentária. Há recursos financeiros. Quanto ao projeto do Tribunal de Contas da União, diante do que decidiram os Líderes, como explicar àqueles servidores, responsáveis por fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, que não há dinheiro para reajustar seus salários, mas há recursos para o “valerioduto”?

Não podemos esconder a verdade. Não haverá possibilidade de este Congresso votar créditos suplementares e a Lei Orçamentária se não colocarmos na pauta também o projeto de reajuste dos servidores do Tribunal de Contas da União. Fazê-lo é questão de justiça. (*Palmas nas galerias.*) Essa é a vontade dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Por isso estamos aqui, nós do Partido da Frente Liberal, coerentes com nosso passado, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal; ninguém quer fazer nada que seja ilegal, ou ilícito, ou contrarie as regras e a postura que adotamos de convergência, de política de vanguarda, de gestão moderna e contemporânea, que não permita aos gestores, para capitalizar politicamente suas ações, praticar atos que depois se revelarão prejudiciais à Administração Pública.

Sr. Presidente, urge que haja entendimento, não apenas para votarmos no plenário do Congresso o reajuste dessas categorias e de muitas outras, mas acima de tudo, como disse o Líder José Carlos Aleluia, para votarmos a minirreforma política, necessária e indispensável.

Sr. Presidente Renan Calheiros, como V.Exa. bem disse, só neste mês de agosto fiz 5 pronunciamentos da tribuna da Câmara dos Deputados pedindo que houvesse entendimento suprapartidário entre os Líderes de todos os partidos, vontade unânime de Deputados e Senadores. Por que não realizamos a votação na Câmara? Precisamos desobstruir a pauta! Tem de haver esse entendimento, para que as medidas provisórias que estão emperrando a pauta sejam votadas e passemos a analisar a reforma política, que o Senado em boa hora votou. Isso é importante.

Sr. Presidente Renan Calheiros, meu discurso é justamente no sentido do que V.Exa. acabou de dizer. Não podemos permitir que as eleições do próximo ano se façam com base nas regras atuais, porque depois veremos este mesmo filme: caixa 2, desvio de conduta, comportamentos inidôneos. Se hoje estamos pagando um preço altíssimo por isso, com a criação de CPIs para a apuração de todo esse esquema, no próximo ano poderemos passar por tudo de novo.

Portanto, temos de tirar lições desta crise, e a primeira delas é demonstrar que estamos comprometidos com uma mudança que é indispensável: a reforma da legislação eleitoral para o próximo ano.

Sr. Presidente, congratulo-me com V.Exa. pela sua determinação quanto a essa votação, que já ocorreu no Senado.

Peço aos Líderes da Câmara dos Deputados e à Mesa Diretora, mais uma vez, que façam um esforço. Vamos ficar aqui, se possível, 5 dias por semana. Convoque-se sessão deliberativa para segunda e sexta. Só não podemos deixar passar o mês de setembro sem votar a reforma política, senão teremos dificuldades no próximo ano para enfrentar as eleições e a opinião pública, porque a resposta da CPMI virá no médio prazo.

Essa satisfação urge, visto que se encerra em 30 de setembro o prazo para que se faça alterações para as eleições do próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estive no gabinete de V.Exa. com um grupo de Parlamentares, inclusive o Deputado João Fontes, há 10 dias, e V.Exa. comprometeu-se a realmente apreciar os vetos, e cumpriu a promessa, mas estava previsto que apreciaríamos hoje também o veto ao projeto do TCU.

O Tribunal de Contas da União desempenha um papel importantíssimo para o nosso País, mas hoje estamos cometendo uma grande injustiça para com seus funcionários. A decisão tomada ontem à noite, ao contrário do que V.Exa. desejava – do que sou testemunha, porque estava na reunião de Líderes –, prejudicará os funcionários, que já contavam com a derrubada do veto hoje.

Sr. Presidente, formulo a V.Exa. a seguinte questão: se não votarmos hoje, poderia haver o compromisso de V.Exa., na condição de Presidente do Congresso Nacional, de estabelecer uma nova data para que o veto do TCU venha a ser apreciado? Como isso é importante, conversamos com alguns Líderes. O PFL esteve aqui durante todo o tempo, manifestando sua posição. Todos os partidos apresentaram requerimento para que o veto seja votado aqui hoje ainda.

Indago a V.Exa., Sr. Presidente Renan Calheiros, se é possível ainda hoje votarmos esse requerimento que aí está, assinado pelos Líderes de todos os partidos, para que possamos fazer justiça aos funcionários do TCU. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Se essas manifestações continuarem, infelizmente terei de pedir que sejam evacuadas as galerias.

O Senador Paulo Octávio foi um dos Parlamentares que mais trabalhou para que pudéssemos apreciar hoje esses vetos. Infelizmente, não vamos apreciar nesta sessão o veto ao projeto do Tribunal de Contas da União, porque não houve acordo, como muitos queriam. Não foi por influência de ninguém, absolutamente, mas não houve acordo. Da mesma forma como me empenhei para que realizássemos esta sessão, vou-me empenhar para que realizemos uma outra, como consequência de um novo acordo, a fim de apreciarmos esse veto.

Ontem, repito, infelizmente não houve acordo. Assim sendo, não apreciaremos hoje o veto do Tribunal de Contas da União.

O SR. PAULO OCTÁVIO – Sr. Presidente, diante da determinação de V.Exa. e da Mesa Diretora de não apreciar o veto ao projeto do TCU hoje, é possível precisar uma nova data para votarmos esse veto?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Vou reunir os Líderes e novamente fazer um apelo no sentido de que esse acordo se concretize. Mas, como os Líderes ontem decidiram não apreciar esse veto hoje, não o faremos. Não há como mudar o que foi acertado ontem entre os Líderes. Estou aqui exatamente para dar concretude ao que os Líderes decidiram.

Mais uma vez: não houve influência de ninguém. Os Líderes, ontem, por consenso, não acordaram apreciar o veto do Tribunal de Contas, que por isso não será apreciado hoje, infelizmente.

O SR. PAULO OCTÁVIO – Não há possibilidade de precisar uma data, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Eu vou fazer o mesmo que das outras vezes: vou reunir os Líderes para que possamos conversar sobre uma data e sobre a pauta consensual da apreciação desses novos vetos.

O SR. PAULO OCTÁVIO – Perfeito. Confio na palavra de V.Exa., que tem honrado muito os servidores públicos brasileiros e dignificado o Congresso Nacional.

Parabéns pelo compromisso assumido com o Senado e com a Câmara, que hoje está sendo cumprido.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos diante de um fato concreto: a análise dos vetos ao aumento de 15% dos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Na Legislatura passada, na qualidade de 1º Vice-Presidente, auxiliei o Presidente do Senado Federal em muitas sessões do Congresso Nacional, hoje tão bem presidido por V.Exa. E acabei de assinar requerimento de urgência para a inclusão do veto do TCU na pauta desta sessão, porque o Regimento Comum permite, nesses casos, a inclusão na mesma sessão.

Trata-se de uma questão de justiça garantir que os servidores do Tribunal de Contas da União tenham direito a esse mesmo aumento. Todos os Líderes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal assinaram o requerimento. Podemos votar essa matéria imediatamente.

Sei que V.Exa. tem sido pródigo e muito eficiente, porque há tempos uma sessão do Congres-

so Nacional não contava com *quorum* tão elevado. V.Exa. está escolhendo horários nobres, em que há possibilidade de realização das sessões. É bom que isso continue acontecendo, porque, feliz ou infelizmente, temos no Brasil um sistema tricameral: Câmara, Senado e Congresso Nacional, cada um com suas atribuições.

Apelo para V.Exa. – e se V.Exa. garantir, sua palavra bastará – no sentido de que votemos o veto do Tribunal de Contas da União o mais rapidamente possível, para que não se cometa uma injustiça, já que se trata de funcionários do mesmo Poder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Babá.

O SR. BABÁ (Sem Partido-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reitero o pedido do Deputado Inocêncio Oliveira, uma vez que os Líderes assinaram o requerimento.

Quero pronunciar-me em nome da companheira Senadora Heloísa Helena, do Senador Geraldo Mesquita e da companheira Deputada Luciana Genro, integrantes do P-SOL.

Na verdade, esse veto nem deveria ter acontecido, mas infelizmente a política do Governo Lula para o funcionalismo público é de contenção de verbas para aplicação na política econômica neoliberal. Isso está sendo demonstrado nas campanhas salariais realizadas pelos servidores públicos e também na greve dos companheiros da FASUBRA, do ANDES, do IBGE e da Previdência Social.

Dirigimo-nos aos Parlamentares desta Casa para dizer que, não fosse o trabalho dos servidores do Legislativo e dos companheiros do TCU, esta Casa não teria condições de funcionar, mesmo que estivessem presentes os 513 Deputados e os 81 Senadores. Junte-se a isso o trabalho desenvolvido pelos servidores do Tribunal de Contas da União, que, diga-se de passagem, em vários momentos do serviço de fiscalização das contas deste País e hoje na CPMI mostram claramente o seu valor.

Por isso há necessidade de derrubar esse veto, não apenas em honra dos servidores do Legislativo, ou do TCU, mas em defesa dos servidores públicos federais, que estão sendo vilipendiados pelo Governo Lula.

Não adianta agora o Líder, o Senador Aloizio Mercadante vir à tribuna dizer que essa matéria é inconstitucional, Sr. Presidente. Inconstitucional e vergonhoso é justamente manter uma meta de superávit primário

de 4,25% e planejar uma meta de 6,28%, pagando aos banqueiros cerca de R\$ 270 mil por minuto, R\$ 16 milhões por hora e R\$ 11 bilhões por mês. Que valores consumirão os 15% concedidos aos funcionários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do TCU? O valor é muito menor do que esses R\$ 11 bilhões ao mês que saem deste País para engordar os bolsos dos banqueiros.

Nós do Partido Socialismo e Liberdade reconhecemos a importância dos servidores que aqui se encontram. As companheiras taquígrafas realizam um trabalho extremamente importante, bem como os companheiros que prestam serviços técnicos nas Comissões e em todos os departamentos da Casa e os valerosos companheiros do TCU.

Dizer que o Governo vai entrar com ação no STF para derrubar as decisões proferidas por esta Casa é mostrar claramente o perfil desse mesmo Governo, que só atende aos banqueiros, ao grande capital, ao grande empresariado nacional, e deixa de lado o funcionalismo público e os aposentados, todos tão vilipendiados por essa política econômica.

Em nome da companheira Senadora Heloísa Helena, do companheiro Senador Geraldo Mesquita e da companheira Deputada Luciana Genro, registro o voto “não”. Esperamos derrotar esse veto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Se todos os Srs. Deputados e Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. CARLOS WILLIAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. anuncie ao Plenário o acordo firmado ontem com os Líderes partidários na Câmara e no Senado a respeito da CPMI do IRB.

Tive a colaboração de 211 Deputados Federais e 33 Senadores, e havia o fato determinado para que a Comissão fosse instalada. Mas, como sempre, é preciso contar com a sabedoria de V.Exa., ao conduzir os assuntos que dizem respeito ao Congresso Nacional, para que se obtenha resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Nobre Deputado Carlos Willian, aproveito a oportunidade para dizer que o objeto do requerimento de V.Exa. já faz parte da investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista dos Correios, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005.

Nessas condições, o requerimento vai àquela Comissão, que deverá constituir uma subcomissão para atender aos seus termos, conforme entendimento havido com V.Exa. e com todos os Líderes partidários.

Determino a publicação desta decisão.

Como havia me comprometido, dei solução jurídica indiscutível, do ponto de vista regimental e constitucional, ao requerimento de V.Exa. e que preenche todos os requisitos exigidos pela Constituição.

De público, parabeno V.Exa. pela concessão e, sobretudo, por criar condições para que a CPMI dos Correios, já instalada, investigue também as denúncias de corrupção no IRB.

Agradeço a V.Exa.

É o seguinte o requerimento encaminhado à CPMI dos Correios:

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005-CN

(Do Senhor Deputado Carlos Willian e outros)

Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 21 do regimento comum do Congresso Nacional, a instituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para Investigar as Causas e Consequências de Denúncias de Atos Delituosos Praticados no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, composta de 15 (quinze) senadores, 15 (quinze) deputados e igual número de suplentes de cada uma de duas casas, ou a ser fixado por Vossa Excelência no ato de sua criação, com a finalidade de apurar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, responsabilidades pelos atos delituosos denunciados pela Revista **Veja** em vinte e cinco de maio de 2005. Revista **Veja** em primeiro de junho de 2005. Jornal **Folha de São Paulo** em tinta e um de maio de 2005. Jornal **Folha de São Paulo** em primeiro de junho de 2005. Jornal **Valor Econômico** em tinta e um de maio de 2005. **Jornal do Brasil** em primeiro de junho de 2005.

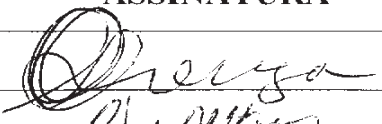
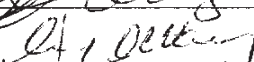
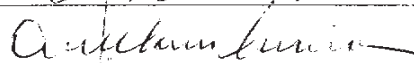
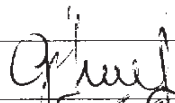
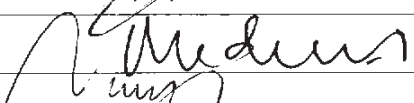
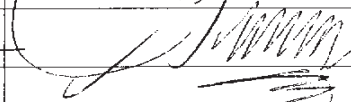
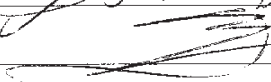
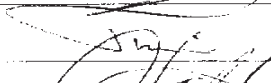
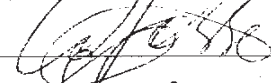
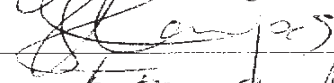
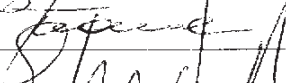
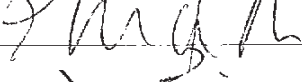
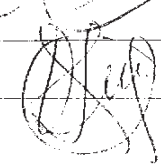
Para o funcionamento da Comissão fica estipulado o valor de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil) reais.

Senhor Presidente, o presente Requerimento se faz acompanhar de 16 (dezesesseis) folhas com 243 (duzentos e quarenta e três) assinaturas de apoio de Senhores Deputados, 2 (duas) folhas com 32 (tinta e duas) assinaturas de Senhores Senadores. – Deputado **Carlos Willian**, PMDB/MG.

REQUERIMENTO Nº 23 , DE 20005

(Do Sr. Carlos Willian e outros)

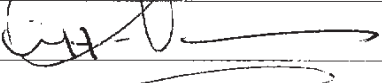
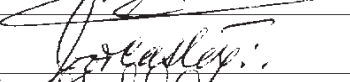
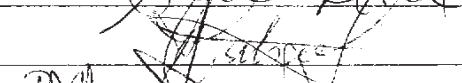
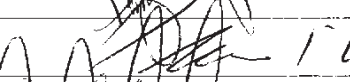
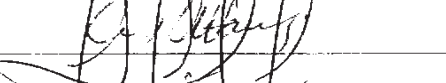
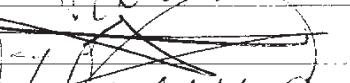
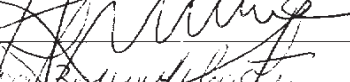
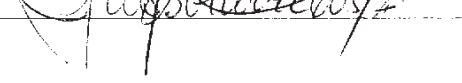
Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
CARLOS WILLIAN		772
LUÍZ CARLOS HENRI		200
ANTÔNIO CAMARÃO		706
JOSEANO FREIET		821
EDRAGU SOBRINHO		460
Medeiros		946
Nelson Bonnier		576
Valdir Costa		461
Mico Boião		315
Thema de Oliveira		524
Leide Nery		718
Silvia Campos		340
Flávia A. C. de M.		624
		712
José Campos		110
Renato Galvão		PRC 904

REQUERIMENTO Nº 23 , DE 20005

(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Albino Golden		32-1
AFONSO CAMARGO		233
Carlos Alberto		830
Julio Semeghini		242
JOÃO CASTELO		654
JORGE VI		505
JUYNATY AN		902
Jilva Lima		640
Wanderley R. Hof		221
Raulo Diniz		942
Y. Kim Belu Belu		044
Riluo Tonnes		585
LUIZ S. HAY		320
Julio Redeker		621
Seão Amiche		552
ANTONIO NASPOLINI		725
CAPITAO WAYNE		219
Bruno		722

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005

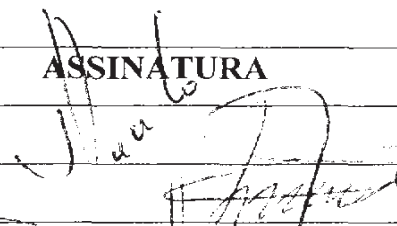
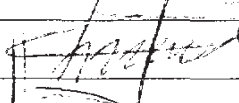
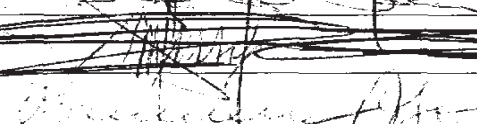
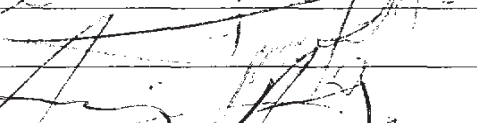
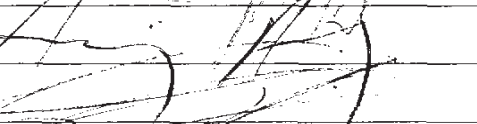
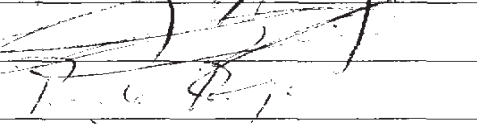
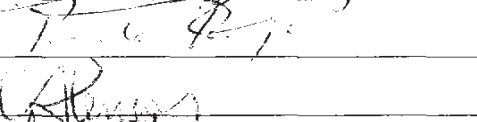
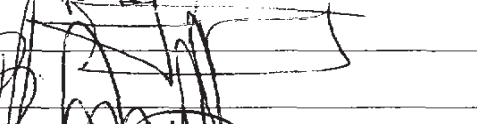
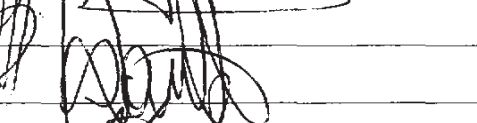
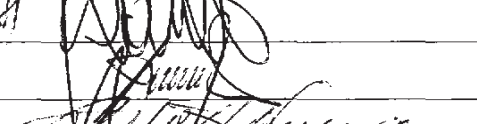
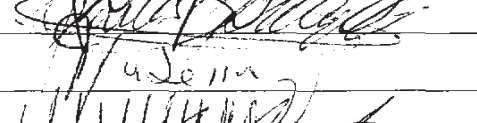
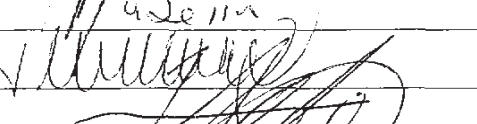
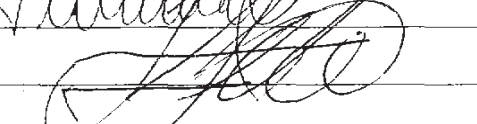
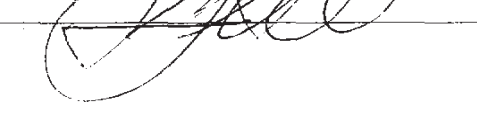
(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
PAULO FEITO	Paulo Feito	
Leide Neto	Leide Neto	718
N. Amaro	N. Amaro	
Leopoldo Coutinho	Leopoldo Coutinho	336
Yeda Mussini	Yeda Mussini	956
Rafael Garcia	Rafael Garcia	239
NILSON PINTO	Nilson Pinto	527
Simone de Oliveira	Simone de Oliveira	529
Xim Progan	Xim Progan	626
Eduardo Barbosa	Eduardo Barbosa	
Sebastião Medeiros	Sebastião Medeiros	405
ACM TITARE	ACM TITARE	624
Alinaldo Vale	Alinaldo Vale	570
João Campos	João Campos	315
Vicente	Vicente	608
Wanderley	Wanderley	011
COSTÓRIO MATTOS	COSTÓRIO MATTOS	417
A. C. PARMENIANO	A. C. PARMENIANO	403

REQUERIMENTO Nº 77, DE 20005

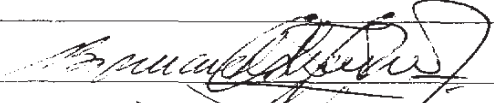
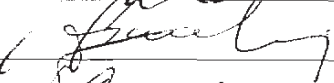
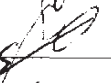
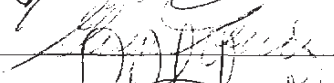
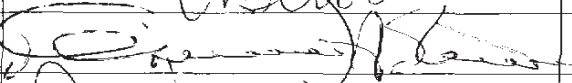
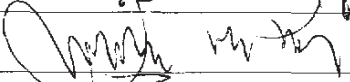
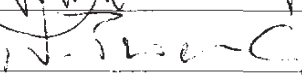
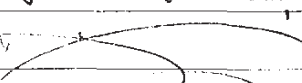
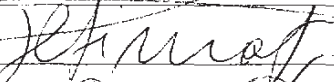
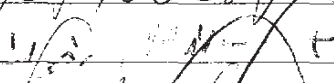
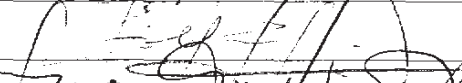
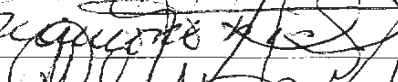
Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
João Paulo Costa		
WALTER PINHO		274
~~João Pinheiro~~	~~~~	~~335~~
~~Marcelo Pinheiro~~	~~~~	~~337~~
Marcelo Pinheiro		450
Adelmo Fontenari		578
Luiz ALBERTO		454
Carlos Santana		286
Paulo Pinheiro		327
João Pinheiro		217
Henrique Fontenari		272
João Q. Bittencourt		385
Vander Loubet		858
DURVAL ORLATO		820
Carlos Pinheiro		585
João Pinheiro		332
Wagner de		484
BARBOSA NETO		736

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005

(Do Sr. Carlos Willian e outros)

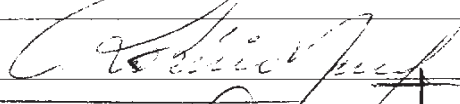
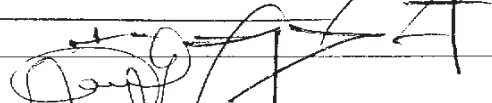
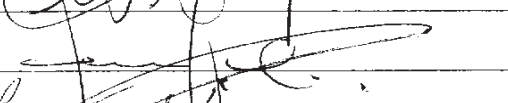
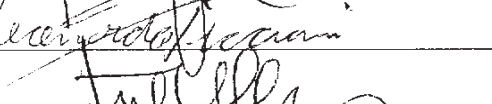
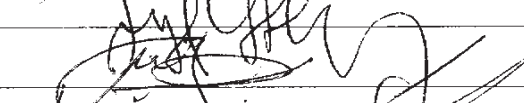
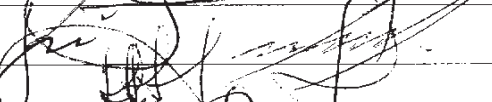
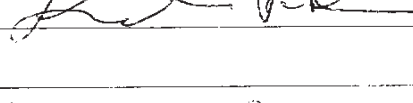
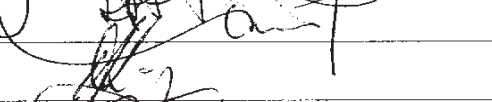
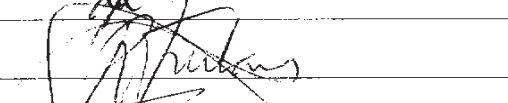
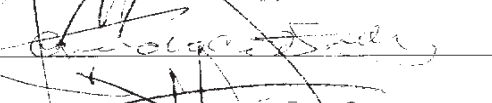
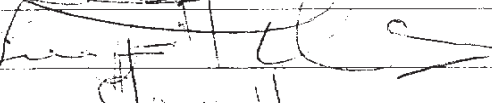
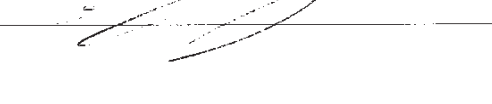
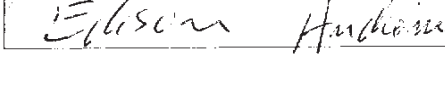
Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
BSMARCK MAIA		622
Marcelo Freitas		279
Walter Baruffi		374
João de Jesus		562
WLAS		306
Eliete Resende		328
Osório Alencar		537
Campos de Mello		810
Edson Franco		304
Djann Renucci		658
Ligia Brandina		690
José Corrêa		358
André Fery		421
Marcelo Ortiz		931
Carlos Schmidt		228
Luiz Rossi		808

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2005

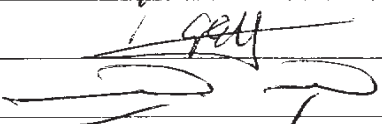
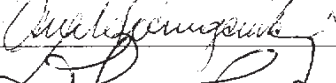
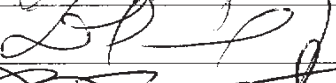
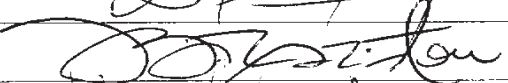
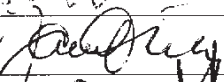
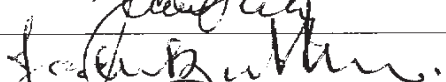
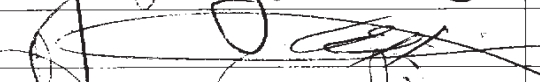
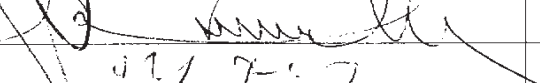
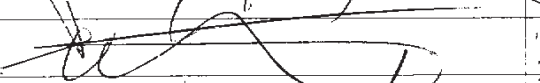
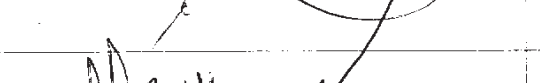
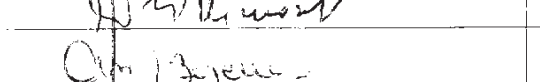
(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
ROBERTO NUNES		544
FABIO SOUTO		827
Albeto Goldman		324
RODRIGO MAIA		258
EDUARDO CUNHA		510
LEONARDO DI CARVALHO		325
JORGE VI		505
		615
Alexandre Santos		211
DR. FELICIANO		331
Rosa de Freitas		628
Guacolda Treche		937
Diana Rinaldi		248
Jefferson Ojeda		658
		341
Marcelinda Cavalcanti		267
Elison Anderson		216
		720

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005 (Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Edson EZEQUIEL		748
Waldemar André		448
FERNANDO LOPEZ		696
Venício Reis		352
Angelo Reis		805
PEROWA		518
BERNARDO ARISTON		710
JOSE DIVINO		587
MENDES RIBEIRO		202
JADON BRUNO H.		
Edson Adilson		209
STRAIVA FELIPE		729
Michael T...		T-14
Edenildo Bez		703
ADRIANO VENTURA		441
WIZ BITHENORANT		844
José Aguiar		284

REQUERIMENTO Nº 0-2, DE 20005

(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Shairi Barbosa	Barbosa	808
Luizito Nascimento		910
Jon Pato		919
Gerlânio Oliveira		541
Wladimir Costa		343
Moreira Franco		301
Olavo Calheiros		907
Asdrúbal Bentes	Asdrúbal Bentes	410
Maria Luiza		932
Paster Pedro Ribeiro		548
Monica Michalito		478
Estelene Aragão		845
Josely Amorim		611
Odilei Balbino Jr		604
Cabo João		327
Paulo Afonso		276
Almir Moura		639
Paulo Lima		507

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2005

(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Marcelo Barbieri	Marcelo Barbieri	525
Silva Torres	Silva Torres	
Alberto Fraga	Alberto Fraga	321
MORONI	MORONI	508
THAME	THAME	445
ZONITA	ZONITA	624
		366
		903
Carlos Simplicio	Carlos Simplicio	581
JUSINS QUINTAL	JUSINS QUINTAL	611
KOTIN DDAW	KOTIN DDAW	316
VALDEMAR COSTA	VALDEMAR COSTA	542
LA GI ACBRIK	LA GI ACBRIK	830
SILAS CAMARGO	SILAS CAMARGO	532
HERNANILTO MICHELES	HERNANILTO MICHELES	580
NEZEMIAN FINEZ	NEZEMIAN FINEZ	901
Adão Rêgo	Adão Rêgo	377
Marcelo Ortiz	Marcelo Ortiz	937

REQUERIMENTO Nº 25 , DE 2005
(Do Sr. Carlos Willian e outros)

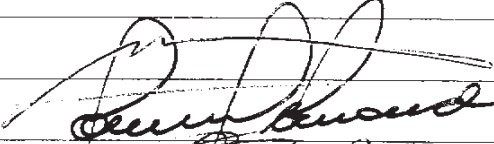
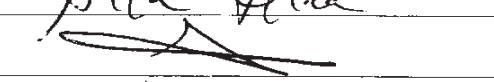
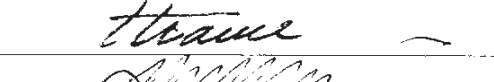
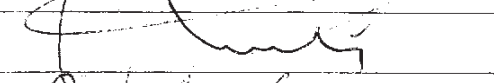
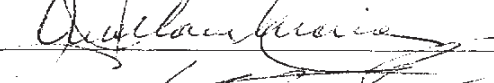
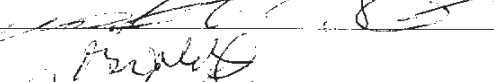
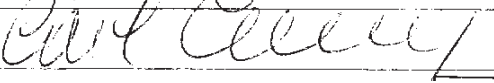
**Requer a criação de Comissão
Parlamentar Mista de Inquérito
para investigar as causas e
consequências de denúncias de atos
delituosos praticados por agentes
públicos no IRB – Instituto de
Resseguros do Brasil.**

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Jorge Alberto	JAF	723
Admiral Lima	Admiral Lima	744
José Carlos Lima Sobrinho	Rimato	358
Luís Carlos	Luís Carlos	238
Luciana Gentil	Luciana	203
Luís Carlos	Luís Carlos	252
Erivaldo PL/PR	Erivaldo	762
SERGE PINHEIRO	U. de M. Pinheiro	562
João Fontes	João Fontes	256
João Fontes	João Fontes	257
João Fontes	João Fontes	601
Luiz Carrara	Luiz Carrara	408
LEONARDO FICCIANI	Leonardo Ficciani	325
Cezar Sifuentes	Cezar Sifuentes	476
Pin. Paulo	Pin. Paulo	919
Nelson Bornier	Nelson Bornier	576
André Rosado	André Rosado	650
Eduardo Barbosa	Eduardo	540

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2005

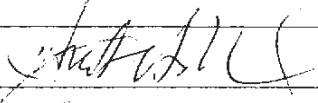
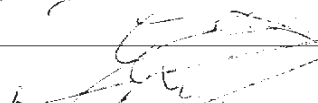
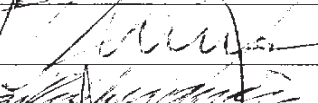
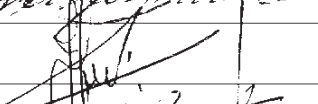
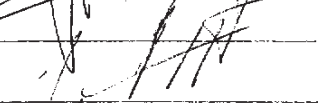
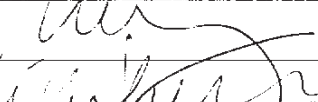
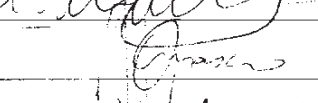
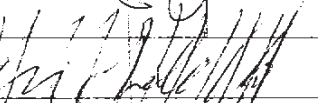
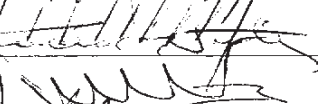
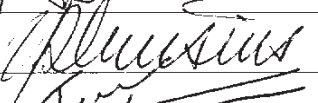
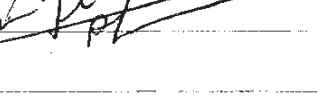
(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
João Fontes		256
Edinho Martins		454
RODRIGO ALVES		260
DOMINGOS COELHO		221
RODRIGO VILHA		308
LUIS CARLOS		576
Fernando Falcão		905
UATZ BATISTA (PFL-SP)		962
ATILIA LITTA		640
ANTENOR NASPOLINI		725
AC. M. THAME		624
Chico Cabral		411
PEDRO BAUER		383
ANTONIO CAMARGA, A		605
Doutor ...		708
Orlando ...		818
		925
		415

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005
(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Antônio Napolitano		575
José Carlos Pontes		
Adalberto Gomes		
Alcides ARAÚJO		719
Uvaldo Guimarães		
De Lanna		610
Renato Ceccolino		
Renaldo Coutinho		336
Rafael Guerra		239
Elmar Maciel		146
Jaime Araújo		333
João Roberto		
José Carlos Pontes		
João Silva		230
Medeiros		916
		824

(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

[illegible]

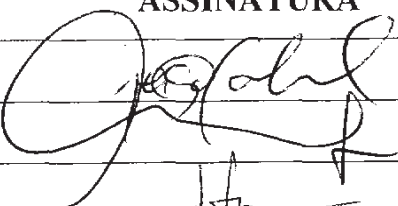
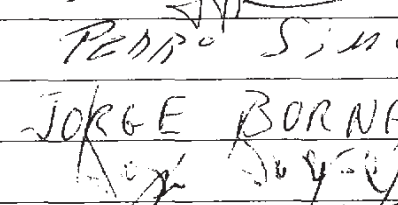
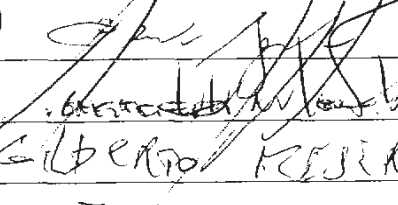
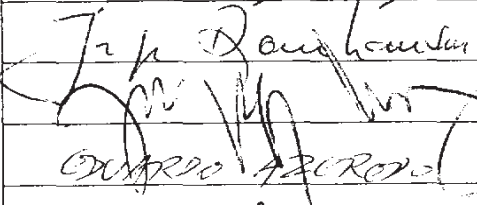
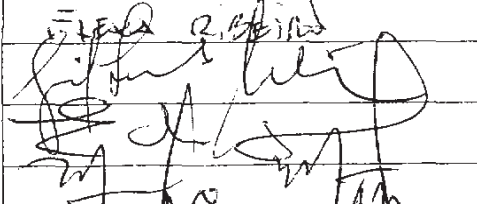
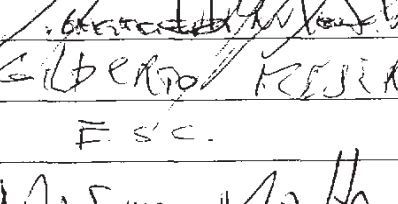
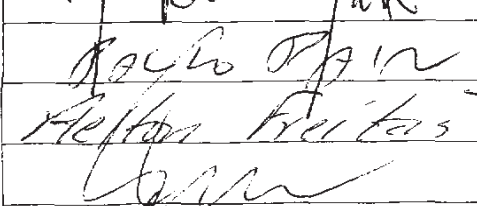
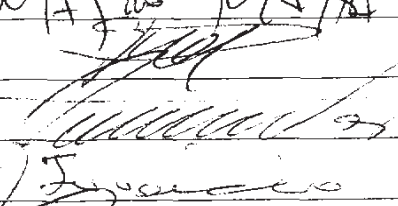
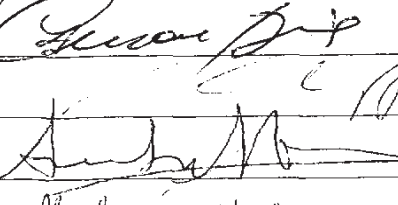
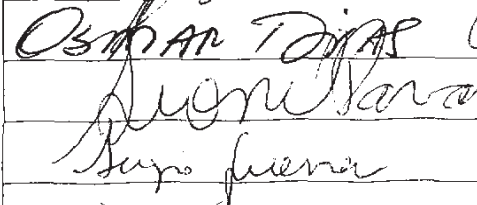
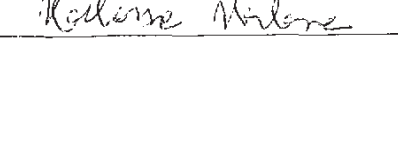
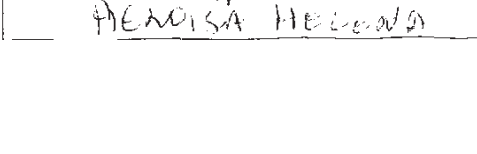
(Do Sr. Carlos Willian e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
REINALDO BETÃO	[Signature]	631
KARLATO FERREIRA	[Signature]	208
Ch. G. ALBERTO	[Signature]	832
JAIRO CARNEIRO	[Signature]	920
HAMILTON CABALLA	[Signature]	342
BETHEL ROMEU	[Signature]	555
JOSE CARLOS MACHADO	[Signature]	850
Paulo Balthazar	[Signature]	515
Luiz Paulo Passos	[Signature]	401
	[Signature]	475
CARLOS MORENO	[Signature]	550
RENALDO CORREA	[Signature]	241

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2005

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
SERGIO CARNEIRO		02
Wenyon		03
GERALDO MESQUITA JR		12
	PEDRO SIMON	
J. P. Douglas	JORGE BORNHARDT	
		
EDUARDO AZEREDO	GILBERTO MESQUITA	
	F. S. C.	
F. S. C.	MASAO MATHA	
Rafael P. A. R.		
Helton Freitas		
		
OSMAR TINJARI		
		
HUGO PEREIRA	RODRIGO MILENE	

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Arthur Virgílio	Arthur Virgílio	
XENÓSTENES TORRES	Xenóstenes Torres	
4212201/111		
TASSO JENEISSAN	Tasso Jeneissan	
Antônio Cely Magalhães		
10-1-10	RODOLPHO TOURINHO	
FRANCO	FRANCO TOURINHO	
EFRAIM HORATO	EFRAIM HORATO	
João Viana	João Viana	
TEOTÔNIO VILÇA	TEOTÔNIO VILÇA	
ACVALADA	ACVALADA	
AUGUSTO BOTELHO	AUGUSTO BOTELHO	
KLOZANILDO	KLOZANILDO	
Valmir Amorim	Valmir Amorim	

FATOS DELITUOSOS DIVULGADOS PELA IMPRENSA

MESADA DE PARA O PTB

No IRB, estatal de resseguros, Jefferson pressionou para arrancar renda mensal — e não escondeu que quem ganha cargo tem de roubar para ajudar o partido

Polícarpo Junior e Ronaldo França

Assim que veio a público o vídeo da corrupção nos Correios, o governo tomou as providências necessárias: abriu uma sindicância interna na estatal, instalou um inquérito policial, afastou o diretor da área envolvida e suspendeu uma milionária licitação sob suspeita. “O governo federal é absolutamente intransigente com a corrupção. Pior que a corrupção é a corrupção impune”, disse o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao anunciar o inquérito da Polícia Federal. “Este é um governo que não rouba e não deixa roubar”, voltou a dizer o ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao ser entrevistado no programa *Roda Viva*, da TV Cultura. O dado desalentador é que tais providências, por mais eficazes que venham a se revelar, são tímidas para a dimensão do caso e portanto incapazes de atingir o cerne do problema — ou seja: o esquema de corrupção do PTB ins-

talado não apenas nos Correios, mas em outros espaços da máquina pública, sob o comando onipresente do deputado Roberto Jefferson. No vídeo, Maurício Marinho, o funcionário dos Correios pilhado descrevendo as maracutaias na estatal, cita algumas empresas nas quais a malha de roubalheiras do PTB tem ramificações — além dos Correios, ele fala em Infraero, Eletronorte, Petrobras. Com certeza, faltou mencionar uma em especial: o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Há dois meses, o então presidente do IRB, o economista Lídio Duarte, funcionário de carreira da estatal, entregou sua carta de demissão ao Ministério da Fazenda. Na época, divulgou-se que ele se demitira por discordar da intenção do governo de privatizar o IRB, uma estatal fundada em 1939 e inteiramente fora de moda no mundo globalizado de hoje. O motivo da demissão, porém, era apenas uma desculpa pública. Na verdade, Lídio Duarte vinha travando uma batalha surda com o PTB, partido ao qual, no loteamento de

cargos do governo Lula, coube o comando do IRB. E a batalha surda tinha um motivo bem mais grave do que a discordância a respeito da privatização: Lídio Duarte vinha sendo pressionado a entregar 400 000 reais ao PTB todos os meses. Isso: 400 000 reais mensais. A idéia era que, com uma mesada desse tamanho, ao fim de um ano, as falcaturas no IRB tivessem rendido ao caixa do PTB perto de 5 milhões de reais. Antes de deixar o cargo, em março passado, Lídio Duarte contou a um graduado servidor público os problemas que vinha enfrentando por se negar a produzir a mesada de 400 000 reais via operações administrativas irregulares.

O economista Lídio Duarte chegou à presidência do IRB por indicação de José Carlos Martinez, que comandava o PTB quando morreu num acidente aéreo, em outubro de 2003. Depois da morte de Martinez, Duarte permaneceu no cargo, mas o deputado Roberto Jefferson, que assumiu a presidência do PTB no lugar do correligionário falecido, fez questão de estender seus domínios sobre o IRB. Henrique Brandão, um corretor de seguros que costumava circular pelos corredores da estatal, passou a fazê-lo investido da autoridade de quem é velho amigo do deputado Roberto Jefferson. Certo dia, Brandão entrou no gabinete de Lídio Duarte e, sem meias palavras, disse que a partir daquela data sua gestão precisava render 400 000 reais ao PTB. Sem saber se Brandão falava mesmo em nome do partido ou se blefava, Lídio Duarte procurou o deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB. Na conversa, Jefferson não deixou dúvidas: disse que era amigo de Henrique Brandão havia mais de trinta anos, repetiu que as despesas do partido eram altas e que precisava da colaboração financeira dos dirigentes de estatais indicados para seus cargos pelo PTB. Em outras palavras: quem tinha cargo tinha de roubar.

As pressões para que a mesada de 400 000 reais fosse fabricada eram fortes e constantes. Num dado momento, a tensão chegou a tal ponto que Lídio Duarte expulsou Henrique Brandão de sua sala. “Nunca fiz isso na vida”, nega Brandão, o corretor de seguros. “Sou amigo pessoal do Roberto Jefferson, me relaciono com todos os partidos, mas minha vida é vender seguros.” Com o excesso de pressão, Lídio Duarte acabou pedindo demissão.

Em seu lugar, o PTB colocou Luiz Appolinio Neto, que se confessa apadrinhado pelo ex-governador Luiz Antonio

A ESTRANHA SOCIEDADE

O enigmático corretor, que vive de obter privilégios nas estatais, é um elo que aproxima perigosamente o PT das negociatas do PTB

Ronaldo França e Polícarpo Junior

Os tentáculos subterrâneos do PTB na máquina pública trouxeram à luz uma figura enigmática: o corretor de seguros Henrique Brandão, que há 36 anos trabalha no mercado do Rio de Janeiro. Recentemente, soube-se que Brandão é amigo e sócio de longa data do deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB. Na edição passada, VEJA publicou uma reportagem informando que Brandão, em nome de Jefferson, tentou arrancar uma mesada de 400 000 reais do IRB, a estatal de resseguros do país, em favor dos cofres do PTB. Na última semana, soube-se que Brandão é sócio de Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, que vem a ser genro de Jefferson. Descobriu-se, ainda, que Brandão ajudou com 80 000 reais a campanha da vereadora Cristiane Brasil, que vem a ser filha de Jefferson. Com tantas conexões comerciais, políticas e familiares com Roberto Jefferson, Henrique Brandão conquistou influência invejável no governo: há estatais fazendo de tudo — até violando normas técnicas — para entregar os seguros nas mãos de Brandão. E essa malandragem conta com a alegre contribuição de diretores indicados pelo PT. Será uma sociedade que funciona na sombra?



CF N° 07781/DF/2003

Brasília, 6 de agosto de 2003

À
Assuré Administração e Corretagem de Seguros Ltda
At.: Sr. Henrique Brandão

A
AON Holdings Corretora de Seguros Ltda
At.: Sr. Felipe Figueira

Prezados Senhores,

Por este instrumento noticiamos a Assuré Administração e Corretagem de Seguros Ltda e a AON Holdings Corretora de Seguros Ltda como nossas únicas e exclusivas concorrentes e administradoras de seguros para todas as apólices emitidas a partir desta data.

Gostaríamos de ratificar nossa posição junto ao IRB-Brasil Resseguros S.A. de que nossas Corretoras preferenciais para colocação dos nossos riscos facultativos no exterior "Riscos Operacionais (RO)" e "Responsabilidade Civil de Operação Geral de Autoridade Aeroportuária (RC)" sejam a Acordia Re — braço de resseguros da Assuré Administração e Corretagem de Seguros Ltda. e a AON RE Corretora de Seguros, braço de resseguros da AON Holdings Corretora de Seguros Ltda., em parities iguais.

...os dados financeiros.

Ratificamos nossa posição de que estas nomeações em nada deverão onerar os custos referentes aos seguros existentes e tão pouco aos contratados futuramente.

Ressaltamos que a presente nomeação substitui aquela objeto das nossas CF N°s 04578 e 04579, ambas de 13/05/2003, e a de nº 05256, de 28/05/2003.

Atenciosamente,

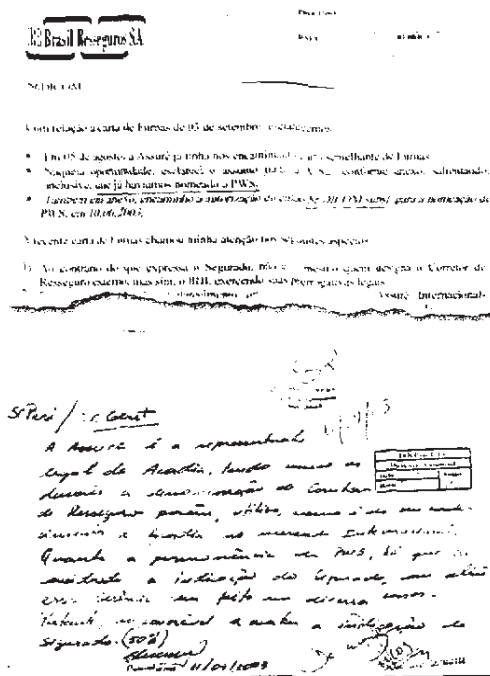
ADENAUER FIGUEIRA NUNES
Diretor Financeiro

Senado Federal

Protocolo Legislativo

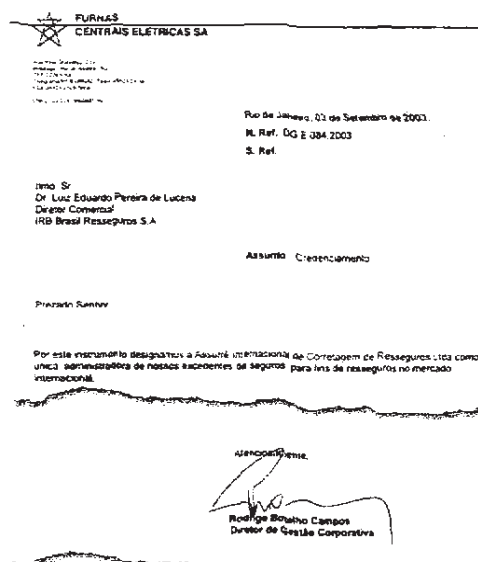
O caso exemplar aconteceu em Furnas, a estatal que reúne um complexo de dez usinas hidrelétricas e duas termelétricas. Em setembro de 2003, um diretor de Furnas, o mineiro Rodrigo Botelho Campos, despachou carta ao IRB entregando a operação de resseguros da estatal nas mãos da Assurê, a corretora de Henrique Brandão, que assim ganhava, de mão beijada, um negócio de 2,2 milhões de reais. Um técnico do IRB, Roberto Carvalho, suspeitou de maracutaia (será que o PT ainda se lembra dessa palavra?). Primeiro, Furnas já contava com uma empresa para cuidar do seu resseguro, a PWS, com mais de vinte anos de atuação em resseguros no Brasil. Segundo, a Assurê é uma corretora de seguros, e não uma resseguradora. Terceiro, cabe exclusivamente ao IRB, uma estatal monopolista, indicar as resseguradoras. A direção do IRB, no entanto, resolveu ignorar as três barreiras técnicas e aceitou a indicação do petista de Furnas. Há uma carta, à qual VEJA teve acesso, em que dois diretores do IRB, em texto manuscrito, mandam às favas as ponderações técnicas contrárias à Assurê de Brandão.

Com isso, Brandão, associado à resseguradora americana Acordia, que não tem nenhuma tradição nesse mercado, ganhou a parada. E Roberto Carvalho, o técnico que tentou impedir a folia, amargou seis meses de ostracismo no IRB. Na Infraero, a estatal que cuida dos aeroportos brasileiros, a Assurê de Brandão também virou a rainha do pedaço. No fim do ano passado, a Infraero lançou um edital para contratar uma seguradora e fez questão de informar no documento que, para baratear o custo de suas apólices, estava proibida a contratação de corretoras. A Bradesco Seguros venceu a licitação, mas, surpreendentemente, recebeu uma cartinha da Infraero na qual a estatal informava que tinha duas corretoras de seguros "únicas e exclusivas": a AON, uma empresa tradicional no ramo, e a Assurê de Brandão. Ou seja: a Infraero proíbe a corretagem no seu edital de licitação e, por baixo do pano, manda a vencedora da licitação contratar a corretora de sua preferência. Estima-se que, só com os seguros da Infraero, a Assurê de Brandão



ATROPELANDO NORMAS TÉCNICAS

Carta de Furnas (abaixo) informa o privilégio dado à Assurê de Brandão. Técnico contesta a manobra, mas diretores, num manuscrito, mandam as ponderações técnicas às favas



esteja embolsando em torno de 1 milhão de reais por ano.

A tramóia parece integrar um esquema organizado. Na quinta-feira passada, uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* mostrou um caso idêntico, só que envolvendo a Eletronuclear, outra estatal sob notória influência do PTB. Nesse caso, tal como no caso de

Furnas, a trama percorre os apaniguados do PTB e também do PT. O diretor José Marcos Castilho, filiado ao PT, admite que recomendou à seguradora da Eletronuclear que contratasse a Assurê de Brandão. O jornal calcula que, só nesse negócio, que também lhe caiu no colo de mão beijada, a Assurê pode ter embolsado algo em torno de 360 000 dólares. Castilho faz questão de esclarecer que quem pediu para que a Assurê fosse incluída no negócio de 360 000 dólares foi o diretor Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho, homem do PTB na Eletronuclear. Faz sentido. Agora, a coincidência final: o principal assessor de Magalhães Filho é Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, o genro de Roberto Jefferson, que já foi empregado e

hoje é sócio de Brandão. Fica tudo em família: o patrão do genro pede que se contrate o amigo do sogro.

Os privilégios do IRB à corretora de Henrique Brandão agigantaram-se de 2003 para cá. Naquele ano, por exemplo, Brandão habilitou-se junto ao IRB para disputar um contrato que reúne 54% das operações de seguros do país — o maior filé do mercado. Tradicionalmente, por seu volume e sua importância, esse contrato fica a cargo de resseguradoras conceituadas e de certo porte. Naquele ano, porém, o primeiro do governo Lula, nada menos que 12,5% do contrato caiu nas mãos de Brandão, que tentava então fazer sua estréia no mercado de resseguros. Nas práticas do IRB, aliás, muita coisa mudou sob o atual governo. Antes, por exemplo, as seguradoras eram livres para fazer contratos de resseguros junto à sua matriz no exterior. Agora, os diretores do IRB quase sempre exigem que a seguradora contrate um corretor. Com isso, hoje, 80% dos contratos de ressegurados passam por corretores — antes do governo Lula, esse percentual era de apenas 10%. Com a entrada do corretor no negócio, segurar uma planta industrial, uma usina hidrelétrica ou um aeroporto ficou muito mais caro. E o dinheiro a mais que se passou a gastar, naturalmente, sai dos cofres públicos — e fica nas mãos dos corretores. Uma boa parte tem ido para as mãos de Henrique Brandão, graças às gentilezas trocadas na cúpula das estatais entre os diretores do PTB e do PT. Como será que Brandão retribuiu tanta generosidade? Está aí uma boa linha de investigação para a CPI. ■

TALES ALVARENGA

O show dos animais

Tucanos e petistas precisam se acalmar. Os dois únicos partidos brasileiros que parecem merecer respeito, num mundo de siglas sem caráter, estão decepcionando. O tucanato informa que o PT está encaminhando o país na direção de uma crise institucional. O PT responde salivando que estão tentando criar uma crise artificial para desestabilizar o governo. A crise não é artificial. O PT e seus aliados se afundam em suspeitas de corrupção. Mas o tom da disputa se exacerbou de tal forma que está na hora de pedir mais moderação e maturidade aos dois adversários.

Este não é um bom momento para Lula e seus comandados. É muito difícil reagir em situações assim, mas o PT escolheu o pior caminho. Exibe uma história que não se poderia suspeitar fosse uma característica presente entre seus principais líderes. O ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política, chegou a afirmar que há forças querendo desestabilizar o governo Lula — as mesmas que tentaram derrubar Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. O delírio é um direito universal, mas não se espera vê-lo em homens que estão no comando da nação.

Desse clima de desespero salva-se Lula, mas não se coloca em situação de grande vantagem. Consegue disfarçar o nervosismo à custa de sarcasmo, o que não fica bem num presidente da República. Anunciada a tentativa de criar uma CPI para apurar a roubalheira do PTB nos Correios, os petistas se alvoroçaram, com medo de receber respingos na investigação sobre seus aliados. Nesse momento, perguntaram ao presidente Lula como ele encara a CPI e sua resposta é um clássico do cinismo brasileiro. “Olha só para a mi-

nha cara”, disse o presidente. “Vê se estou preocupado com isso.” O Palácio do Planalto não está preocupado apenas. Está desesperado. O caso dos Correios veio logo depois das acusações contra o ministro Romero Jucá, da Previdência, e das investigações contra Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. E, depois dos Correios, seguiu-se outra bomba no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

“Eles estão sem rumo, rodando como peru bêbado em dia de Natal”, comentou aquele que é tido como um exemplo de elegância, Fernando Henrique Cardoso. FHC chamou ainda os corruptos deste momento de cupins, que estão espalhados por toda parte. E encerrou sua exploração teórica da fauna nativa com esta estocada de gosto rural: “O PT cacareja sem parar e não estou vendo nenhum ovo”. Genóio foi para a tréplica. “Eles atacam com a tática do gambá. Espalham o mau cheiro e todos parecem feder.”

Na última edição de VEJA, havia na capa um rato como representação dos corruptos brasileiros. Era um rato genérico, por assim dizer, incorporando em seu simbolismo todos os corruptos nacionais. O tesoureiro petista Delúbio Soares entendeu de modo diferente, conforme ele próprio explicou em declaração a um jornal. “Considero uma tentativa de associar minha imagem a um animal (o rato) de que não gosto muito, embora ele exista”, afirmou Delúbio. Peru bêbado, galinha, gambá, cupim e rato! Vamos esperar que daqui para a frente essa gente passe a debater coisas mais elevadas. Talvez falando de aves.

“O ministro Aldo Rebelo chegou a afirmar que há forças querendo desestabilizar o governo — as mesmas que tentaram derrubar Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart”

A 2 terça-feira, 31 de maio de 2005

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUIS FRIAS

Diretor Editorial: OTÁVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUIS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIS FRIAS E OTÁVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

A CORRUPÇÃO DE SEMPRE

DE ACORDO com notas publicadas no Painel desta Folha, há no governo quem reconheça que vigora no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) uma situação que, se apurada a fundo, “fiscaria peixes no PTB, no PP e no PT”. Um ministro considera que “ali estavam brincando com fogo”. Para tomar o quadro mais sombrio, o festim não é novidade. Movimentações suspeitas já ocorriam há muitos anos. Mudaram apenas os beneficiados.

São notícias que conduzem a duas constatações. A primeira delas, é que o IRB já deveria, há muito tempo, ter sido objeto de reformulações profundas para submetê-lo a um regime de mais transparência. O instituto esteve por ser privatizado, mas, ao final, nada aconteceu.

A segunda, diz respeito ao caráter “suprapartidário” do processo de apropriação da estrutura pública por interesses privados e corruptos. Se hoje é obrigação do governo petista prestar esclarecimentos e tomar as medidas necessárias para enfrentar o problema, não é possível ignorar que

há décadas desvios têm sido cometidos sistematicamente, em diversas instituições públicas, em todos os níveis de governo — o que torna o Brasil um país constantemente identificado com a corrupção.

Esse item consta de avaliações feitas aqui e no exterior. Pesquisas que procuram aferir a percepção de corrupção que executivos, empresários e outros profissionais têm dos diversos países costumam sempre contemplar o Brasil com uma posição no mínimo incômoda.

Trata-se, portanto, de um drama nacional que não pode ser encarado placidamente, como se fizesse parte da natureza. O mais inquietante é que a tendência em curso não desperta otimismo. Ao contrário, pois mesmo um partido, como o PT, que construiu em sua história a imagem de intransigência com a corrupção, parece ir se adaptando rapidamente às regras do jogo.

Enquanto isso, a sociedade brasileira, sentindo-se enganada, vai emitindo sinais de impaciência e descrença da instituição política.

GOVERNO SOB PRESSÃO

Furnas e Infraero apontaram empresa de amigo de Roberto Jefferson para intermediar resseguro; outras empresas reclamaram do tratamento

Corretora foi indicada antes de 'nascer'

ELVIRA LOBATO

DA SUCURSAL DO RIO

As estatais Furnas Centrais Elétricas e Infraero foram rápidas em indicar negócios a serem intermediados pela corretora de um amigo do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). As datas das cartas enviadas ao IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), nas quais a corretora Acordia/Assurê é sugerida para intermediar o resseguro de suas apólices no mercado internacional, revelam o empenho das estatais no negócio.

A correspondência da Infraero foi assinada no mesmo dia em que a Acordia obteve licença do IRB para operar no Brasil: 6 de agosto de 2003. A de Furnas foi enviada em 3 de setembro.

Segundo especialistas em resseguros, só em 11 de setembro daquele ano as resseguradoras internacionais que possuem escritórios no Brasil foram comunicadas da associação da Acordia com a Assurê para atuação como corretora de resseguros no Brasil.

A existência de cartas de estatais solicitando ao IRB a nomeação da Assurê/Acordia era comentada por resseguradores desde o ano

passado, quando um grupo deles foi ao governo queixar-se do tratamento diferenciado dado ao novo concorrente. Em 21 de maio, a Folha revelou que a Eletronuclear recomendou a contratação da Assurê como corretora do contrato de seguro das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2. As cartas de Furnas e Infraero foram reveladas pela revista "Veja" desta semana.

Graças sobretudo às estatais, a Acordia/Assurê ficou em quinto lugar no ranking das corretoras de resseguro em 2004. Segundo as estatísticas do IRB, 3,6% do total de prêmios de resseguros em 2004 foi intermediado pela Acordia/Assurê, o que correspondeu a US\$ 18,43 milhões em prêmios. A remuneração da corretora não é revelada. Segundo os resseguradores, ela pode chegar a 20% do valor do prêmio em contratos de menor valor, sendo da ordem de 10% nos grandes contratos.

Dos US\$ 509,38 milhões de resseguros autorizados pelo IRB em 2004, 41% (US\$ 211,59 milhões) foram feitos diretamente pelo instituto. Os US\$ 297,78 milhões restantes foram colocados por corretoras designadas pelo IRB, que tem o monopólio do mercado.

O resseguro é o seguro das com-

panhias seguradoras. Quando a apólice é muito alta, a seguradora contratada repassa parte do risco para o IRB, que o redistribui entre outras seguradoras no Brasil e no exterior. Segundo o IRB, a corretora de resseguro com maior atuação no país foi a norte-americana AON, que representou 11,12% do mercado. A segunda foi a Marsh Group, com 9,17%.

Segundo o IRB, em 26 de junho de 2003, a Assurê protocolou carta informando a intenção de se associar à americana Acordia para atuar como corretora de resseguros no Brasil. Em 31 de junho, a Acordia pediu o credenciamento.

Entre os documentos publicados pela "Veja" há correspondência interna do IRB comentando a carta de Furnas datada de 3 de setembro de 2003. O documento faz referência a uma carta anterior de Furnas, de 3 de agosto, com o mesmo teor. Ou seja, antes mesmo de a Acordia obter o credenciamento do IRB, já havia pleito de Furnas para sua contratação.

No dia em que a Acordia recebeu o credenciamento do IRB, o diretor financeiro da Infraero, Adenauher Figueira Nunes, assinou carta indicando a Assurê.

Justificativa de contratação é a redução de custo

DA SUCURSAL DO RIO

As diretorias das estatais Furnas e Infraero afirmaram ter solicitado a contratação da corretora de resseguro Acordia/Assurê, em 2003, para poderem trabalhar com mais de uma empresa corretora e, pela competição, poder reduzir o custo do seguro.

Segundo Furnas, o seguro dos equipamentos de suas usinas e das subestações de energia elétrica havia subido de R\$ 7,8 milhões, em 2002, para R\$ 15,9 milhões, em 2003.

Naquela ocasião, a empresa trabalhava apenas com a corretora PWS. No ano passado, segundo a estatal, o mesmo seguro custou R\$ 9,7 milhões.

O empresário Henrique Brandão, dono da Assurê, corretora que atua nas estatais, não foi localizado. Na empresa, informam que ele está em viagem.

**ENTENDA O CASO**

→ Segundo a revista "Veja", o presidente do PTB, Roberto Jefferson, exigia uma mesada de R\$ 400 mil por mês a Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), indicado pelo PTB. Duarte pediu demissão há dois meses.

■ **Pressão** - Segundo a revista, Duarte não teria aguentado a pressão do PTB. O autor do achaque a Duarte, conforme a reportagem, foi Henrique Brandão, amigo de Jefferson e dono de uma corretora de seguros.

■ **Cartas** - O IRB recebeu cartas de estatais (Infraero e Furnas) em que era sugerida a contratação da corretora Acórdia/Assurê para intermediar o resseguro de suas apólices internacionais. A Acórdia se associou à Assurê, de Brandão, somente após as cartas terem sido enviadas.

QUEM É QUEM**ROBERTO JEFFERSON**

Segundo a reportagem, o presidente do PTB e deputado federal dava aval ao suposto esquema de corrupção no IRB

Henrique Brandão - Amigo de longa data de Roberto Jefferson, teria exigido, a pedido do deputado, mesada de R\$ 400 mil ao ex-presidente do IRB, Lídio Duarte. É dono de uma corretora de seguros credenciada pelo IRB a trabalhar no mercado de resseguros.

Lídio Duarte - ex-presidente do IRB. Tinha, segundo gravação revelada pela revista "Veja", sofrido pressão de Brandão a pedido de Jefferson. Pediu demissão há dois meses, segundo a reportagem, por não suportar a pressão dos petebistas.

Marcos Vinícius - genro do presidente do PTB. É corretor e trabalha com Henrique Brandão. Também faria parte do esquema.

IRB ANUNCIA SINDICÂNCIA INTERNA

OF. Nº 404/2005-SGM

Francisco Góes

Brasília, 7 de julho de 2005

A diretoria do IRB-Brasil Re determinou ontem a abertura de sindicância interna para apurar denúncias envolvendo um suposto esquema de cobrança de propinas na estatal que teria o aval do PTB e de seu presidente nacional, Roberto Jefferson, segundo reportagem publicada por “Veja”. Em nota, o IRB informou que a apuração dos fatos ficará sob responsabilidade de uma Comissão de Sindicância formada por quatro gerentes da empresa, todos funcionários com mais de 20 anos de carreira, e sem vinculações políticas ou partidárias.

Segundo o comunicado, foi solicitada ao conselho fiscal do IRB a indicação de um de seus integrantes para acompanhar os trabalhos. A comissão terá prazo de 15 dias para apresentar seu relatório final. Os nomes dos integrantes da comissão não foram revelados.

No Ministério Público, prosseguiram ontem os depoimentos do inquérito que apura as denúncias de corrupção nos Correios. O coronel José Santos Fortuna Neves, apontado como um dos suspeitos de fazer as gravações em que o ex-chefe do Departamento de Contratação dos Correios Maurício Marinho recebe um pacote de dinheiro, prestou depoimento na tarde de ontem. Também foi intimado a depor Marcelo Neves, filho de Fortuna. O presidente do PTB, Roberto Jefferson, prestou depoimento ao MP Federal na semana passada e acusou o coronel Fortuna, capitão da reserva da PM mineira, de fazer as gravações. O coronel já negou participação no episódio e denunciou estar sendo envolvido num complô de grupos que estão em guerra dentro da estatal. (Com agências noticiosas)

Jornal de Brasil

Quarta-feira, 1º de junho de 2005

Caderno B**Bomba dupla**

Não é uma, não, como tem se especulado em Brasília. São duas as fitas gravadas no IRB. E elas podem implodir a área de seguros do instituto, o que deverá acontecer assim que forem entregues ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Ilmº Sr.

Dr. Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V. Sª a gentileza de verificar a possibilidade de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que proceda à conferência das assinaturas dos senhores deputados apostas ao requerimento de autoria do Deputado Carlos Willian e outros, que solicita a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada “A investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.”

Encaminho, em anexo, os originais das folhas de assinaturas do requerimento supracitado.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Sª protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa.

SGM nº 160/05

Brasília, 8 de julho de 2005

A Sua Senhoria o Senhor

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Nesta

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 404/2005-SGM, datado de 7 de julho do corrente ano, o relatório resultante da conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Willian e outros, que “solicita a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil.”

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS**SGM - SECAP (7503)****Conferência de Assinaturas**

8/7/2005 11:36:58

Página: 001

Proposição: REQ CN**Autor da Proposição:** CARLOS WILLIAN E OUTROS**Data de Apresentação:** 7/7/2005

Ementa: Requer a instituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados no IRB - Instituto de Resseguros do Brasil, composta de 15 (quinze) senadores, 15 (quinze) deputados e igual número de suplentes de cada uma de duas casas, ou a ser fixado por Vossa Excelência no ato de sua criação, com a finalidade de apurar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, responsabilidades pelos atos delituosos denunciados pela Revista Veja em vinte e cinco de maio de 2005. Revista Veja em primeiro de junho de 2005. Jornal Folha de São Paulo em trinta e um de maio de 2005. Jornal Folha de São Paulo em primeiro de junho de 2005. Jornal Valor Econômico em trinta e um de maio de 2005. Jornal do Brasil em primeiro de junho de 2005.

Possui Assinaturas Suficientes CONFERINDO**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	185
Não Conferem	010
Fora do Exercício	001
Repetidas	042
Ilegíveis	000
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADÃO PRETTO	PT	RS
2	ADEMIR CAMILO	PL	MG
3	AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR
4	ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
5	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
6	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
7	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
8	ALMIR MOURA	PMDB	RJ
9	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
10	ANIVALDO VALE	PSDB	PA
11	ANN PONTES	PMDB	PA
12	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
13	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
14	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
15	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

8/7/2005 11:36:59

Página: 002

16	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
17	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
18	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
19	BARBOSA NETO	PSB	GO
20	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
21	BETINHO ROSADO	PFL	RN
22	BISMARCK MAIA	PSDB	CE
23	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
24	BOSCO COSTA	PSDB	SE
25	CABO JÚLIO	PMDB	MG
26	CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO
27	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
28	CARLOS EDUARDO CADUCA	PMDB	PE
29	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
30	CARLOS WILLIAN	PMDB	MG
31	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
32	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
33	CEZAR SILVESTRI	PPS	PR
34	CHICO ALENCAR	PT	RJ
35	CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP
36	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
37	CORIOLOANO SALES	PFL	BA
38	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
39	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
40	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
41	DR. HELENO	PMDB	RJ
42	DRA. CLAIR	PT	PR
43	DURVAL ORLATO	PT	SP
44	EDINHO BEZ	PMDB	SC
45	EDINHO MONTEMOR	PL	SP
46	EDMAR MOREIRA	PL	MG
47	EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ
48	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
49	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
50	EDUARDO PAES	PSDB	RJ
51	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
52	ELISEU PADILHA	PMDB	RS
53	ELISEU RESENDE	PFL	MG
54	ENIO BACCI	PDT	RS
55	FÁBIO SOUTO	PFL	BA
56	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
57	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
58	FERNANDO LOPES	PMDB	RJ
59	GERALDO RESENDE	PPS	MS
60	GERALDO THADEU	PPS	MG
61	GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP
62	GIACOBO	PL	PR
63	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

8/7/2005 11:36:59

Página: 003

64	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
65	GORETE PEREIRA	PL	CE
66	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
67	HAMILTON CASARA	PL	RO
68	HENRIQUE FONTANA	PT	RS
69	HUMBERTO MICHILES	PL	AM
70	INALDO LEITÃO	PL	PB
71	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PMDB	PE
72	IVAN RANZOLIN	PP	SC
73	JADER BARBALHO	PMDB	PA
74	JAIME MARTINS	PL	MG
75	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
76	JAIR CARNEIRO	PFL	BA
77	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
78	JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP
79	JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA
80	JOÃO BATISTA	PFL	SP
81	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
82	JOÃO CASTELO	PSDB	MA
83	JOÃO CORREIA	PMDB	AC
84	JOÃO FONTES	PDT	SE
85	JOÃO GRANDÃO	PT	MS
86	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
87	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
88	JORGE ALBERTO	PMDB	SE
89	JORGE BOEIRA	PT	SC
90	JORGE PINHEIRO	PL	DF
91	JORGE VI	PSDB	AL
92	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
93	JOSÉ DIVINO	PMDB	RJ
94	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
95	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS
96	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
97	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
98	KÁTIA ABREU	PFL	TO
99	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
100	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
101	LINCOLN PORTELA	PL	MG
102	LINO ROSSI	PP	MT
103	LOBBE NETO	PSDB	SP
104	LUCIANA GENRO	S.PART.	RS
105	LUCIANO CASTRO	PL	RR
106	LUIZ ALBERTO	PT	BA
107	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
108	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
109	LUIZ CARREIRA	PFL	BA
110	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
111	MANINHA	PT	DF

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

8/7/2005 11:36:59

Página: 004

112	MARCELO BARBIERI	PMDB	SP
113	MARCELO ORTIZ	PV	SP
114	MÁRCIO FORTES	PSDB	RJ
115	MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG
116	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG
117	MEDEIROS	PL	SP
118	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
119	MICHEL TEMER	PMDB	SP
120	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
121	MOREIRA FRANCO	PMDB	RJ
122	MORONI TORGAN	PFL	CE
123	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG
124	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
125	NELSON PROENÇA	PPS	RS
126	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
127	NICE LOBÃO	PFL	MA
128	NILSON PINTO	PSDB	PA
129	ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR
130	OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL
131	ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP
132	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
133	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
134	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS
135	OSVALDO REIS	PMDB	TO
136	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE
137	PASTOR FRANKEMBERGEN	PTB	RR
138	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE
139	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
140	PAULO AFONSO	PMDB	SC
141	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
142	PAULO BAUER	PSDB	SC
143	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
144	PAULO LIMA	PMDB	SP
145	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
146	PEDRO IRUJO	S.PART.	BA
147	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
148	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
149	RAUL JUNGSMANN	PPS	PE
150	REINALDO BETÃO	PL	RJ
151	RENATO COZZOLINO	S.PART.	RJ
152	RICARDO BARROS	PP	PR
153	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
154	ROBERTO FREIRE	PPS	PE
155	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ
156	ROBSON TUMA	PFL	SP
157	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
158	RONALDO DIMAS	PSDB	TO
159	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

8/7/2005 11:36:59

Página: 005

160	SANDRA ROSADO	PSB	RN
161	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
162	SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
163	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG
164	SILAS CÂMARA	PTB	AM
165	SILVIO TORRES	PSDB	SP
166	SUELY CAMPOS	PP	RR
167	TAKAYAMA	PMDB	PR
168	TETÉ BEZERRA	PMDB	MT
169	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
170	VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP
171	VANDER LOUBET	PT	MS
172	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
173	VIEIRA REIS	PMDB	RJ
174	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
175	WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
176	WALTER BARELLI	PSDB	SP
177	WALTER PINHEIRO	PT	BA
178	WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
179	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
180	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
181	ZÉ LIMA	PP	PA
182	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
183	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA
184	ZONTA	PP	SC
185	ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP

Assinaturas que Não Conferem

1	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC
2	CARLOS SANTANA	PT	RJ
3	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
4	EDISON ANDRINO	PMDB	SC
5	ENÉAS	PRONA	SP
6	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
7	JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES
8	JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ
9	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
10	PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1	THAÍS BARBOSA	PMDB	MT
---	---------------	------	----

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

8/7/2005 11:36:59

Página: 006

Assinaturas Repetidas

1	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
2	ANN PONTES	PMDB	PA
3	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
4	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
5	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
6	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
7	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
8	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
9	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
10	CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO
11	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
12	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
13	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
14	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
15	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
16	DR. HELENO	PMDB	RJ
17	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
18	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
19	GERALDO THADEU	PPS	MG
20	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
21	JOÃO CORREIA	PMDB	AC
22	JOÃO FONTES	PDT	SE
23	JORGE VI	PSDB	AL
24	JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ
25	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
26	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
27	LOBBE NETO	PSDB	SP
28	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
29	MARCELO ORTIZ	PV	SP
30	MÁRCIO FORTES	PSDB	RJ
31	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG
32	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
33	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
34	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
35	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
36	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
37	SILVIO TORRES	PSDB	SP
38	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
39	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
40	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
41	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
42	ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – O requerimento de V.Exa., Deputado Carlos Willian, já é objeto de investigação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 3, de 2005-CN – CPMI dos Correios.

Nessas condições, o requerimento vai àquela Comissão, onde deverá se constituir em subcomissão, conforme entendimento havido entre as lideranças das duas Casas e a própria CPMI.

Of. SF nº 2.080/2005

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Ex^a o Requerimento nº 23, de 2005-CN, que requer a instituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, tendo em vista decisão tomada pelos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em reunião realizada ontem, 30 de agosto, na sala de autoridades do Gabinete desta Presidência, uma vez que o assunto nele tratado já é objeto de investigação nessa Comissão, e poderia constituir-se em uma subcomissão.

Cordialmente, – Senador **Renan Calheiros** Presidente do Senado Federal.

(*À CPMI dos Correios*)

O SR. CARLOS WILLIAN – Eu que agradeço a V.Exa. e aproveito para parabenizá-lo pela competência. O objetivo do Congresso Nacional, muito bem dirigido por V.Exa., é realmente o de atender aos anseios da população. E a sociedade e a imprensa desejam que não se crie mais Comissões de Inquérito, para não tumultuar as investigações em curso.

Muito obrigado.

O SR. WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WASNY DE ROURE (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos acompanhando a situação dos servidores da Câmara dos Deputados, cuja defasagem salarial teve início no Governo Fernando Henrique. De lá para cá, passaram-se 11 anos – 8 anos do Governo anterior e mais 3 anos do atual – sem que os servidores tivessem reajustado o salário para a recuperação das perdas por ele sofridas ou aprovado um plano de carreira que lhes permitissem um horizonte de futuro.

A propósito, vale lembrar que o projeto de lei em análise foi apreciado na Comissão de Finanças e Tributação hoje.

Além disso, Sr. Presidente, é importante registrar a decisão tomada por V.Exa. e pelas Lideranças de colocar em pauta, depois de tão longo tempo, a apreciação de vetos. Trata-se de demonstração do poder de influência do movimento sindical dos servidores do Poder Legislativo Federal, que foram capazes de sensibilizar V.Exa. e as Lideranças dos mais diferentes partidos no sentido de, mais do que colocar os vetos em pauta, dar prioridade àquele relativo à causa da categoria.

Cabe registrar ainda que, ao votar os projetos de lei da Câmara, do Senado e do TCU, Câmara e Senado reconheceram não apenas sua constitucionalidade, como também a existência das condições orçamentárias para que a matéria pudesse ser apreciada.

Por isso, Sr. Presidente, quero somar-me a V.Exa. no sentido de que, uma vez derrubados os vetos relativos ao reajuste dos funcionários da Câmara e do Senado, possamos apreciar, consultadas as Lideranças partidárias, também o projeto que diz respeito ao Tribunal de Contas da União. A conquista de um plano de carreira não pode impedir que esses servidores sejam tratados de forma isonômica.

Por último, registro meu endosso à apreciação do veto ao aumento dos servidores do Tribunal de Contas de União e ratifico a necessidade de que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados entenda que a derubada desse veto não pode representar a exclusão da apreciação do plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, o futuro deste Poder e a qualidade dos seus serviços vão depender do nível de atenção e da remuneração que se dê a seus servidores, sobretudo os da Câmara dos Deputados, em função da sua defasagem salarial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores do Tribunal de Contas da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, publicamente, presto meu testemunho por ter V.Exa., Sr. Presidente, cumprido sua palavra neste dia.

Desde o início, estivemos nessa luta, junto com o Presidente do SINDILEGIS, Ezequiel Nascimento, e o Senador Paulo Octávio. Há mais de 3 semanas fomos ao seu gabinete, e V.Exa. disse que no dia 31 de agosto o Congresso apreciaria o veto.

Estamos aqui dando uma lição ao Presidente Lula, que não vetou o salário dos juizes e dos promotores, que receberam aumento retroativo a 1º de janeiro de 2005, previsto para ser pago a partir de janeiro de 2006. Não somos contra o fato de juizes e promotores ganharem bem, mas não podemos ter neste País uma categoria de privilegiados, em detrimento de outras.

Lamentavelmente, há 15 dias, esta Casa vetou o aumento do salário mínimo, na contramão do que foi feito no Senado, que o havia elevado para 384 reais. Quando se fala em aumento de salário mínimo, porém, parece que o mercado treme, porque se adota a perversa política de tirar tudo dos pobres para dar aos ricos.

O Governo Lula é o governo Robin Wood às avessas. Aos banqueiros e aos ricos, tudo; aos servidores, aos aposentados e a quem ganha salário mínimo, a nada.

Parabéns, Senador Renan Calheiros, por ter cumprido sua palavra! Parabéns, companheiro Ezequiel. Podem ter certeza de que o aumento concedido aos servidores hoje – sim, porque vamos derrubar o veto – não acontecerá apenas graças ao empenho do Presidente Renan Calheiros ou do Senador Paulo Octávio, mas à mobilização dos manifestantes aqui presentes, ao “apitão” e por todos estarem juntos nos corredores da Câmara.

É isto o que o povo brasileiro precisa fazer: ir às ruas, especialmente quem ganha salário mínimo. O povo brasileiro precisa ir às ruas pedir a punição dos culpados. A propósito, ressalto que o povo já vetou Lula e vai confirmar esse veto, para o ano, nas urnas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há muito tempo não se derruba vetos, mas hoje isso vai acontecer, e os servidores hoje terão seu aumento sacramentado nesta Casa.

Parabéns a todos pela grande mobilização.

Encerro as minhas palavras, caro Presidente, agradecendo a V.Exa., sobretudo em nome dos servidores.

Vamos à luta! (*Palmas nas galerias.*)

O SR. LEONEL PAVAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Deputado João Fontes pela coerência demonstrada neste plenário. S.Exa. não foi devidamente reconhecido pelo PT. É claro que o veto será rejeitado.

Quero também, nesta oportunidade, lamentar a função política de um membro do atual Governo, o

Governo de um partido voltado para os trabalhadores e eleito à custa dos trabalhadores, mas que, neste momento, em que deveria estar ao lado desses mesmos trabalhadores, se coloca do outro lado.

Refiro-me ao ex-Presidente da CUT, hoje Ministro do Trabalho, que deveria estar aqui agora, para dar continuidade à proposta eleitoral que defendeu no passado. Hoje, porém, S.Exa rasga essa bandeira, bem como a história da CUT e do próprio Partido dos Trabalhadores. E as injustiças não são cometidas apenas contra os trabalhadores, mas também contra aqueles que procuram as Agências Regionais de Trabalho.

Sr. Presidente, ainda ontem, no plenário do Senado Federal, manifestei-me contra a decisão do Ministério do Trabalho, atualmente comandado pelo ex-Presidente da CUT Luiz Marinho, de extinguir as Agências Regionais do Trabalho do Balneário de Camboriú, de Tijucas, de Brusque, de Caçador, de Joaçaba e Concórdia, cidades do meu Estado, Santa Catarina, a título de contenção de despesas e de centralização das agências em cidades-pólo. E tudo isso está sendo feito na surdina, sem consultar a sociedade e os trabalhadores dessas regiões.

Portanto, Sr. Presidente, ficam aqui o meu protesto e o pedido para que os militantes do PT e da CUT chamem a atenção do Ministro Luiz Marinho a fim de fazê-lo retomar seu verdadeiro caminho: olhar para os trabalhadores brasileiros.

A posição do Ministro vem de encontro aos princípios por S.Exa. propalados no passado e à vontade e ao desejo dos trabalhadores brasileiros.

Por isso, nós, catarinenses, apelamos para S.Exa. no sentido de que atenda a esses Municípios e não retire do Estado de Santa Catarina as Agências Regionais do Trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Wladimir Costa, peço a S.Exa. que não abra um precedente nesta Casa e faça a gentileza de retirar o boné. Caso contrário, haverá aqui um festival de Parlamentares usando bonés.

O SR. WLADIMIR COSTA – Sr. Presidente, como alguns Parlamentares estão usando *botons*, V.Exa. deveria solicitar que S.Exas. também os retirassem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – O *boton* faz parte do traje Parlamentar. Logo, o seu uso é regimentalmente correto.

O SR. WLADIMIR COSTA – Em respeito à competência e à seriedade de V.Exa., tiro o boné, mas com lágrimas no coração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Agradeço a V.Exa., a quem concedo a palavra.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conheço a sua hombridade e honestidade e também o seu espírito público e, por isso, sei que V.Exa. não permitirá que os servidores do Congresso e, muito menos, os do TCU sejam golpeados. Afinal, são funcionários públicos obstinados, que trabalham com denodo e responsabilidade e não podem ser execrados e ver os seus sonhos serem enterrados hoje nesta sessão do Congresso Nacional.

Quando V.Exa. diz que colocará os vetos relativos ao reajuste salarial desses servidores em votação, com certeza eles não de aplaudir os Parlamentares. E não podemos ficar ausentes, isentos da responsabilidade de garantir um sonho, a sobrevivência e melhor qualidade de vida para esses companheiros lutadores.

Tenho fé em Deus e na Padroeira dos paraenses, Nossa Senhora de Nazaré, que hoje todos vamos comemorar a vitória dos funcionários do Poder Legislativo Federal! Eles não querem mensalões nem propinas, mas apenas a garantia de seus direitos, garantidos em lei. Vamos derrubar o veto e comemorar a vitória desses funcionários públicos federais!

E nós o faremos, Sr. Presidente, no jantar na residência de V.Exa. para o qual fomos convidados e cuja comida vai ficar sem graça e insossa se não derrubarmos esses vetos.

Hoje vamos vencer! Vamos derrubar os vetos porque os servidores merecem. São pais e mães de famílias que nos engrandecem e nos ajudam a construir um Brasil digno, justo e igualitário.

Vamos à vitória!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, em primeiro lugar, faço especial saudação aos servidores do Congresso Nacional.

Tenho absoluta certeza de que, no dia de hoje, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, em sua grande maioria, derrubarão os vetos presidenciais aos projetos que reajustam o salário dos funcionários do Poder Legislativo Federal.

E o resultado da eleição de hoje será fruto, em grande parte, da luta e da mobilização dos servidores do Congresso Nacional. São essas pessoas dedicadas que fazem o verdadeiro trabalho desta Casa Legislativa.

Aproveito ainda a oportunidade para salientar a necessidade de o Governo Federal se sensibilizar quan-

to às reivindicações dos servidores públicos federais. Não consigo aceitar que ainda permaneça valendo a proposta de um reajuste de somente 0,1%. O Governo Federal deveria seguir o exemplo que daremos hoje. Afinal, os funcionários públicos são essenciais, pois desempenham relevantes serviços para a Nação.

Os servidores das universidades federais públicas já estão em greve, e os docentes logo também irão aderir a ela. É preciso, efetivamente, estabelecer no País uma política de recomposição salarial dos trabalhadores, a começar pelo conjunto dos servidores públicos.

Aos que, equivocadamente, afirmam ser muito grande o impacto que a derrubada desses vetos causará ao Orçamento, pergunto: será que o impacto do superávit que supera 4,25% não é muito maior? Em vez de buscar elevado e desnecessário superávit, vamos recompor o salário desses servidores!

Sr. Presidente, ao concluir, cumprimento V.Exa. pela decisão de, na condição de Presidente do Congresso Nacional, reunir as 3 CPMIs e orientá-las no sentido de fazerem um trabalho conjunto. Tenho certeza de que V.Exa., assim como eu, sequer acredita na possibilidade do tal acordo para livrar a cabeça de quem quer que seja. Quem errou terá de pagar pelo erro.

Não tenho dúvida alguma de que o Deputado ou o Senador que porventura tenham cometido qualquer ato que atente contra a ética parlamentar pagará por isso. Minha preocupação agora diz respeito à reforma política.

O mês de setembro, que começa amanhã, será o único para votarmos pelo menos o Projeto de Lei nº 275, que limita os gastos na campanha eleitoral, já aprovado no Senado Federal. O Congresso Nacional tem de dar essa resposta à sociedade brasileira. Do contrário, perderemos uma grande oportunidade de fazer com que o Poder Legislativo brasileiro seja respeitado por toda a sociedade da forma como precisa.

Por fim, peço a V.Exa. que convoque os Deputados Federais para virem a plenário votar. O *quorum* ainda está baixo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Temos *quorum* muito representativo; mais de 400 Sras. e Srs. Congressistas já votaram.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação.

O SR. NICIAS RIBEIRO – Ainda não, Sr. Presidente.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sras. e Srs. Congressistas, o PPS encaminha o voto pela rejeição, ou seja, pela derrubada de ambos os vetos. Esperamos fazer uma nova negociação.

Reitero o posicionamento da Deputada Laura Carneiro, que também defendeu o mesmo que nós: a ampliação da votação dos vetos. Esperamos que esses vetos não fiquem apenas no interesse das duas Casas. S.Exa. foi muito feliz ao dizer que cadeira de rodas no Brasil ainda paga imposto. Podemos derrubar esse e outros vetos que interessam à Nação brasileira como um todo.

É preciso darmos entrada em uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para solucionar o que pode ser feito pelo Governo. Dentro de 15 dias teremos outra reunião do Congresso, porque na próxima semana, provavelmente, não será possível. Seria interessante o Governo enviar para cá uma suplementação orçamentária, já que, com seu superávit e o colchão financeiro que tem, há dinheiro bastante não só para isso. Estaremos aqui prontos para aprovar essa suplementação com absoluta tranquilidade, e não haverá qualquer tipo de dificuldade.

Senador Renan Calheiros, cumprindo o acordo feito ontem, vamos votar os dois vetos. Esperamos ampliar essa votação, com um próximo acordo, e votar o crédito para o Ministério da Defesa, também ontem acordado. Esta Casa respeita e mantém os acordos firmados. Nós, do PPS, estamos aqui para cumpri-los.

Precisamos evitar que a Liderança do Governo encaminhe uma ação direta de inconstitucionalidade, para ampliar os custos a outros setores.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL SALVIANO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANOEL SALVIANO (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, apelo para V.Exa., como Presidente do Congresso Nacional, no sentido de que haja um entendimento entre as Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a fim de que possamos votar a reforma político-eleitoral.

Noventa por cento da população deseja a reforma política. O Senador Sérgio Machado passou 8 anos discutindo a matéria, mas nunca foi votada pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de expressar o desejo de que se submeta à votação a matéria já apreciada pela Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania, a fim de mostrarmos à população brasileira que o Congresso Nacional quer fazer a reforma política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Nicias Ribeiro.

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sejam minhas primeiras palavras de cumprimento a V.Exa. Há muito que o Congresso Nacional não se reunia para discutir e deliberar sobre vetos presidenciais. Os vetos que estamos a deliberar são da maior importância para a Câmara e o Senado.

Portanto, V.Exa. está de parabéns por trazer a matéria à apreciação da Casa. Espero ainda que V.Exa., com a habilidade e a larga experiência de que é possuidor, consiga construir um entendimento político de tal forma que o Congresso possa deliberar também sobre o veto ao aumento dos servidores do Tribunal de Contas da União.

Por fim, Sr. Presidente, permita-me, como membro da Câmara, fazer um apelo aos ilustres Deputados Federais no sentido de que acorram a este plenário para aumentarmos o *quorum* e garantirmos o pronunciamento constitucional a respeito do veto presidencial.

No mais, Sr. Presidente, apresento a V.Exa. meu reconhecimento pela dedicação em apressar o andamento das ações no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Agradeço a V.Exa., Deputado Nicias Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Pinheiro.

O SR. JORGE PINHEIRO (PL-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão. Quero fazer um elogio a V.Exa., pois sabemos que, se esta reunião está se realizando, V.Exa. trabalhou muito para o acordo no sentido de podermos apreciar os 2 vetos.

O projeto vetado não se refere a reajuste salarial. Trata-se da recomposição de perdas salariais dos funcionários do Congresso Nacional.

Nós, Deputados e Senadores, sabemos que na nossa retaguarda pessoas competentes trabalham e fazem com que tenhamos tranquilidade para apresentar nossos projetos de lei e defender nossas idéias e nosso Estado.

Aqui, no Distrito Federal, o custo de vida é muito alto. O metro quadrado em Brasília é um dos mais

caros do Brasil e a passagem de ônibus urbano é a mais cara do País.

Essa recomposição salarial vai dar dignidade aos servidores da Casa, que trabalham com competência a fim de que nós, Parlamentares, representantes do povo, desempenhemos trabalho à altura nesta Casa.

Tenho certeza de que derrubaremos o veto. Vamos fazer justiça. A mobilização dos funcionários da Casa é legítima. Eles batalharam bastante. O clima é bom na Casa. A derrubada do veto mostrará ao Presidente Lula que eles são também trabalhadores.

O PT, no Governo passado, trabalhou muito em prol desses reajustes. Hoje ocorre uma inversão de valores. O Governo se mostra contrário a qualquer reajuste para o servidor público. Pode ser que, com essa atitude de independência, o Congresso Nacional mostre que a questão tem de ser revista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL)

– Concedo a palavra à Deputada Luciana Genro.

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Babá já expressou a posição do P-SOL pela derrubada do veto ao reajuste dos funcionários da Câmara e do Senado. E eu gostaria de me referir, neste momento, a outros segmentos do funcionalismo público que estão em árdua luta por reajuste salarial. Vários setores estão em greve. Os professores das universidades estão iniciando movimento de greve. Os trabalhadores do IBGE estão há mais de 60 dias em greve.

Refiro-me particularmente aos trabalhadores ligados à FASUBRA, que desde o último dia 17 estão em movimento de greve, com o objetivo, nada nada menos, de fazer com que o Governo cumpra o acordado realizado na última greve por esses trabalhadores que são lotados nas universidades públicas e escolas técnicas e desempenham papel fundamental no desenvolvimento das atividades desses importantes setores da educação brasileira.

Com os salários arrochados, os funcionários das universidades e escolas técnicas defrontam-se com o Governo, que está absolutamente intransigente e não abre canais de negociação. Ontem havia negociação marcada, mas foi cancelada pelo Ministério na última hora, o que deixou o comando de greve sem nenhuma perspectiva de negociação.

Essa situação é extremamente grave. Esses trabalhadores já tiveram de passar por longa greve para tentar reajuste digno aos seus salários. Não conseguiram o reajuste linear, mas pequenos avanços no seu plano de carreira, que não estão sendo cumpridos pelo Governo, pois não garante sequer os recursos neces-

sários para executar o que foi acordado na última greve e não quer corrigir as distorções realizadas a partir das decisões tomadas pelo Governo por fora da mesa de negociação, também na última greve.

Então, fazemos um apelo ao Governo no sentido de que sente à mesa com a FASUBRA e as demais entidades que representam esses trabalhadores, para que possa dar um horizonte de negociação, já que esses trabalhadores são fundamentais para o País, assim como o conjunto do funcionalismo público.

O Governo tem priorizado o atendimento dos interesses do capital financeiro internacional e dos grandes bancos, que estão lucrando como nunca, e deixado os funcionários à míngua, com reajuste linear de 0,01%, o que é um acinte, uma vergonha, um crime contra o serviço público brasileiro.

O serviço público vem-se deteriorando. Os seus melhores quadros vêm saindo porque os salários estão cada vez mais aviltantes. O Governo prefere continuar fazendo superávit primário, para atender os interesses da banca internacional e do capital financeiro, deixando os trabalhadores com salários cada vez mais baixados e sem nenhuma perspectiva de carreira no desenvolvimento profissional.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos esse apelo e um registro aos comandos de greve de todas as categorias, particularmente aos companheiros que nos procuraram ontem e à comissão do grupo Vamos à Luta, encabeçado pelo companheiro Sandro, do Rio Grande do Norte, da UFRN, um dos grandes dirigentes desse movimento grevista.

Deixo registrada a disposição do P-SOL em colaborar para que a greve seja vitoriosa e para que o Governo abra negociações que conduzam a um reajuste e a uma proposta digna, possibilitando a volta desses servidores ao trabalho de cabeça erguida. Ninguém voltará ao trabalho de cabeça baixa, derrotado. É preciso que o Governo apresente uma proposta para que a greve tenha fim e atenda aos interesses não só desses funcionários, mas principalmente da universidade pública, da educação pública no País, interesses esse relacionados aos investimentos que o Governo precisa fazer nos trabalhadores que garantem a educação no País.

Muito obrigada.

O SR. RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos encerrar a votação e começar a apuração?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL)

– Antes, porém, concederei a palavra aos Deputados Carlos Santana, Ricardo Barros e Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, em primeiro lugar, deixo minha solidariedade aos funcionários da Casa e do Senado Federal. Sei da importância da derrubada desse veto. Se não for por unanimidade, creio que 90% dos Parlamentares votarão pela derrubada do veto.

Venho a esta tribuna tentar reparar uma injustiça feita aos companheiros demitidos na época do Governo Collor. Uma caravana em Brasília tenta várias audiências para solucionar a questão.

Há necessidade de o Ministério do Planejamento, o mais rápido possível, liberar recursos para as empresas readmitirem esses funcionários. Peço ao Ministro Paulo Bernardo que agilize a volta desses companheiros anistiados. É fundamental para que retomem seus postos de trabalho. Só estão faltando os Ministérios passarem às empresas os recursos.

Na noite de segunda-feira, estive no Município de Três Rios, que trava uma luta para a implantação da federalização da universidade rural. O Ministro da Educação tem de federalizá-la para ajudar a região do Vale do Paraíba, de Paraíba do Sul, de Pinheiral.

Estamos tentando uma audiência com o Ministro da Educação e com a bancada de Parlamentares do Estado do Rio de Janeiro. Essa é uma luta dos 46 Deputados Federais do Rio de Janeiro e não de apenas um Deputado Federal. É extremamente importante levar universidades aos lugares mais pobres e longínquos e não concentrá-las somente nos grandes centros e nas capitais.

Agradeço por este momento. Estamos juntos nessa luta e à direita dos trabalhadores, em prol de uma situação salarial mais digna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, novamente faço apelo aos Srs. Líderes. Criamos uma Comissão Especial para reestudar a tramitação das matérias orçamentárias. Hoje o Ministro Paulo Bernardo trouxe a esta Casa o Orçamento de 2006. Precisamos mudar as regras da tramitação orçamentária na Câmara.

Pela Mesa da Câmara dos Deputados, relata o Deputado Eduardo Gomes e, pela Mesa do Senado Federal, o Senador Eduardo Siqueira Campos. Peço ao Presidente e aos Srs. Líderes que aproveemos essas

alterações, que criam muitas inovações importantes, como o Relator da receita, que será estimada por um Parlamentar, um Congressista, e votada antes da apreciação do Orçamento, no relatório preliminar. Portanto, o Relator-Geral e os Relatores-Setoriais já saberão, de antemão, de quanto dispõem para aplicação nas emendas individuais e nas emendas coletivas.

Também há inovação quanto à participação das Comissões Permanentes da Casa na elaboração do Orçamento. Os Relatores-Setoriais se obrigam a ir às Comissões Temáticas e debater o Orçamento da União. As emendas de remanejamento obrigarão os Srs. Parlamentares a estudar, tanto nas Comissões quanto nas bancadas, a forma como veio o Orçamento da União. Por meio desse estudo, poderão identificar o remanejamento de dotações, as obras que estejam contempladas por recursos e que, por questões de decisão da bancada, da Comissão ou serviços, devam ter seus recursos remanejados para outras que sejam consideradas mais importantes.

Há também a criação dos Comitês Permanentes de Avaliação, Acompanhamento e Fiscalização. Há o Comitê de Avaliação da Receita, que será permanente também, e o Comitê de Informações do TCU, que permitirá o acompanhamento, durante todo o ano, das ações e da elaboração do Orçamento no Executivo, como também da execução orçamentária.

Espero, na próxima sessão do Congresso, colocarmos essa matéria em pauta. É fundamental que antes do início do prazo de emendamento do Orçamento de 2006 façamos a alteração dessa regra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concordo inteiramente com V.Exa. Acho que já está passando do tempo de fazermos mudanças no Orçamento da União. Como está, é impraticável. O Congresso toma conhecimento do Orçamento exatamente no dia 31 de agosto, hoje. Submetemo-nos a um prazo muito curto para apreciação do Orçamento. Depois de aprovado e sancionado, é contingenciado e não há sequer priorização dos programas e das políticas sociais. O Estado, com isso, deixa de fazer os investimentos que a iniciativa privada não pode fazer, sobretudo com relação à infra-estrutura. Temos de mobilizar todos os esforços para realizar as mudanças no Orçamento da União, tirando-o de vez dessa zona cinzenta em que se encontra.

Parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Laura Carneiro. Em seguida, ao Deputado Inocêncio Oliveira e, posteriormente, encerraremos a votação e a sessão.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro **A SRA. LAURA CARNEIRO** (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)— Sr. Presidente, faço um apelo aos Líderes para que na próxima sessão de votação de vetos incluamos não apenas o reajuste dos servidores do TCU, mas outros vetos importantes, como falava o Senador Paulo Octávio e o nosso Líder José Agripino. Desde ontem, o PFL se manifestou pela aprovação do reajuste dos servidores do TCU, mas também precisamos votar outros vetos da maior importância para a Nação brasileira, como bem lembrou o Deputado Colbert Martins. Por exemplo, o que trata especificamente do IPI, sobre cadeiras de rodas, um projeto do Deputado Robson Tuma.

Outra questão importante refere-se aos anistiados da Rede Ferroviária Federal, do SERPRO, da INFRA-ERO e da INTERBRÁS. Sr. Presidente, desde ontem esses servidores encontram-se nesta Casa. Algumas dessas empresas desapareceram no Governo Collor, eles aqui estão na esperança de ser ouvidos pelo Governo. Mas confesso que fiquei preocupada quando o Deputado Carlos Santana afirmou que o Presidente Lula quer, mas não resolve. Fiquei mais desesperada do que ando normalmente. Ora, se o Presidente da República quer, não entendo como não resolve. Pelo que sei, ainda estamos num sistema presidencialista, em que o Presidente determina as prioridades do seu Governo.

Da mesma maneira que aprovamos aqui créditos outros, por que o Governo não encaminha para esta Casa um crédito específico para resolver essa questão dos anistiados? Garanto, Sr. Presidente, que a Comissão Mista de Orçamento votará em 2 tempos, em meio minuto. Enviado ao plenário, em outro meio minuto a questão dos anistiados do Governo Collor estará resolvida.

Portanto, o que falta nesse caso é vontade política do Governo Lula.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é relativo à reforma política.

Eu sou uma apaixonada pelo Congresso Nacional, sou filha de Parlamentar que o presidiu, da mesma forma como V.Exa. preside hoje. Eu praticamente nasci nos corredores desta Casa. Sei que nós estaremos impossibilitados de andar nas ruas deste País se não tivermos, pelo menos, a decência de modificar a legislação eleitoral para a próxima eleição. Quem imagina que ganhará a eleição com botonzinho, camisetinha, será vaiado na rua. Infelizmente, no interior do nosso País ainda existem redutos, lugares em que alguns políticos ainda tentam comprar o voto do eleitor atra-

vés de brindes. Temos de tomar uma atitude séria com relação a isso.

Sr. Presidente, no mínimo – e não falo nem da reforma como um todo, porque é querer demais –, até o dia 30 de setembro, temos de ter votado alguma modificação na legislação eleitoral. Quanto às outras questões, as investigações estão sendo feitas. Elas têm de ser resolvidas, mas com a responsabilidade necessária.

Finalmente, quero parabenizar os servidores da Câmara, do Senado, todos os Líderes e o presidente do SINDILEGIS pela mobilização promovida nesta Casa, desde ontem. Como disse, antes de ser Deputada, fui, e ainda sou, funcionária do Senado, filha de Senador, e nunca vi esta Casa tão mobilizada em torno de uma causa. Talvez, se os servidores tivessem se mobilizado sempre desta maneira, quem sabe, nós teríamos avançado não só nesta área mas em outras. Avancamos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mas quisera eu que os compromissos do Presidente Lula fossem cumpridos e pudéssemos avançar em tantas outras áreas mais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicio meu pronunciamento do ponto em que a ilustre Deputada Laura Carneiro concluiu o seu, falando sobre legislação eleitoral.

Congratulo-me com o Senado Federal por ter votado substitutivo a um projeto de lei do Senador Jorge Bornhausen, votado com efeito terminativo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Desde ontem, venho trabalhando nessa matéria aqui nesta Casa. Já falei com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputado Antonio Carlos Biscaia, e com várias Lideranças sobre a possibilidade de a Câmara dos Deputados analisar e votar essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também com efeito terminativo.

Trata-se da regulamentação das eleições de 2006, dado que as eleições de 2002, por omissão do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, foi regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, quem entende mais dessa matéria somos nós mesmos que disputamos as eleições. Então, chegou o momento de esta Casa dar uma contribuição contra o abuso do poder econômico neste País. O

texto do substitutivo aprovada no Senado chega hoje à Câmara. Gostaria de apelar para o Presidente Severino Cavalcanti no sentido de que o mande para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para que seja votado naquele órgão técnico com efeito terminativo, e possamos sancionar essa importante legislação.

Sr. Presidente, registramos vários avanços nessa legislação. Primeiro, a proibição dos *showmícios*. Sabe-se que a despesa com *showmício* é muito grande. Segundo, proibição de distribuição de camiseta, bonés e brindes em geral. Terceiro, proibição da boca de urna. É importante que se proíba a boca de urna, que mascara todo o processo eleitoral. Muitas vezes os candidatos são preteridos e outras vezes eleições são decididas na boca de urna. Por último, a proibição de *outdoor*.

São algumas conquistas, não todas ainda, pois o ideal seria o financiamento público das eleições e a coibição de toda maneira de distribuição de benesse para induzir a voto.

Com esse sentimento, Sr. Presidente, mais uma vez congratulo-me com o Senado Federal, com V.Exa., Presidente daquela importante Casa do Poder Legislativo do nosso País, e com todos os Senadores pela feliz idéia de terem elaborado essa legislação eleitoral, que é um avanço muito grande em relação à atual legislação.

Tenho certeza de que, com a aprovação deste substitutivo e com algumas normas que deverão ser baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados, teremos eleições livres e democráticas no País, para que a vontade do eleitor prevaleça. Os eleitos serão aqueles que representam a vontade do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Encerrado o processo de votação.

Determino que as urnas sejam lacradas e encaminhadas ao PRODASEN para que sejam processados os votos.

Peço aos Srs. Deputados e Senadores designados pelos partidos – Deputada Laura Carneiro, Senador Paulo Octávio, Deputado Rogério Teófilo, Deputado André Figueiredo, Deputado Júlio Cesar, Deputado Carlos Willian e Deputado Vanderlei Assis – que acompanhem o processo de apuração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Gerson Gabrielli. Em seguida, vou encerrar a sessão.

Com a palavra V.Exa, nobre Deputado.

O SR. GERSON GABRIELLI (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, Parlamentares e brasileiros, hoje fomos informados da indicação do eminente Deputado Augusto Nardes para Ministro do Tribunal de Contas da União.

Que Deus abençoe este eminente Deputado na nova tarefa, no novo mister. O Deputado Augusto Nardes deixa nesta Casa exemplo de labor em prol de uma causa muito justa, a micro e pequena empresa.

O companheiro Augusto Nardes, que empenhou todo o seu tempo nesta Casa direcionado à bandeira da micro e pequena empresa, deixa para nós a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa com mais de 280 Deputados participantes.

Iremos continuar o seu trabalho, junto com os Parlamentares, já que temos o projeto sobre a lei geral da micro e pequena empresa para ser aprovada até o final do ano, em uma agenda positiva do Congresso Nacional, bem como o que trata da pré-empresa, que precisa também ser aprovado. Temos que atacar com muito vigor o problema da burocracia, que emperra o crescimento do Brasil, os juros altos, a alta carga tributária.

Então, queremos desejar a esse amigo querido, o eminente Deputado, agora Ministro Augusto Nardes, toda a sorte de bênçãos. O seu exemplo ficará conosco para que continuemos esse trabalho em prol de milhares e milhares de micro e pequenas empresas no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que registre o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Com muita satisfação a Mesa registrará o voto de V.Exa.

A Mesa informa aos Srs. Congressistas que o resultado da votação será comunicado posteriormente à Câmara dos Deputados por ofício.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros-PMDB-AL) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 19 minutos)

**ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS DE VETOS PRESIDENCIAIS
CONSTANTES DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO UTILIZADA NA
SESSÃO CONJUNTA REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DO MÊS DE
AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO.**

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala de reunião da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema para as Áreas Legislativa e Orçamento - SSDSL, Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, às treze horas e quinze minutos, presentes os Senhores Senador Paulo Octávio (PFL-DF) e os Deputados Rogério Teófilo (PPS-AL), Vanderlei Assis (PP-SP), Júlio César (PFL-PI) e Laura Carneiro (PFL-RJ), membros da Comissão indicados pelos Líderes de seus respectivos Partidos, e designada pela Presidência, para acompanhar a apuração dos votos oferecidos por meio de cédula única aos vetos presidenciais, na sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para às onze horas e realizada às onze horas e quatorze minutos do mesmo dia. A Comissão adotou o seguinte procedimento: abertas as urnas de votação da Câmara dos Deputados, foram contadas quatrocentos e trinta e nove cédulas válidas, coincidindo, assim, com o número de assinaturas da lista de votação; abertas as urnas de votação do Senado Federal, foram encontradas setenta e uma cédulas válidas, coincidindo, também, com o número de assinaturas da lista de votação. Dando prosseguimento aos trabalhos, as cédulas foram etiquetadas e numeradas sequencialmente, reunidas em lotes de dez e envelopadas. Passou-se, a seguir, à digitação dos votos contidos em cada cédula. Foi utilizado o sistema de dupla digitação, seguido de conferência de cada cédula para eliminar a possibilidade de erros. O item número um teve a apuração iniciada pelo Senado Federal, nos termos do artigo quarenta e três, parágrafo segundo, "in fine", do Regimento Comum. O item número um, referente ao veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado número trezentos e setenta e um do ano de dois mil e quatro, que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal", foi rejeitado, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e o item número dois, referente ao veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara de número um do ano de dois mil e cinco que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados", foi rejeitado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Obedecido o disposto no art. 43 do Regimento Comum, foi emitido um relatório, anexo, que fica fazendo parte desta Ata, com a totalização dos votos dos Senadores e Deputados. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai por nós assinada. Senador Paulo Octávio

Deputado Rogério Teófilo

Deputado Júlio Cesar

Deputado Wanderley Assis

e a Deputada Laura Carneiro



Congresso Nacional

Usuário: VETO

Data: 31/08/2005 16:00:46

Apuração Final dos Vetos

<u>Casa</u>	<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Sim</u>	<u>Não</u>	<u>Abstenção</u>	<u>Branco</u>	<u>Nulo</u>	<u>Quorum</u>	<u>Geral</u>	<u>Resultado</u>
CD	001.00	- Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845/2005, na Câmara dos Deputados), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal". (Mensagem nº 38, de 2005-CN)	59	370	2	6	2	433	439	Rejeitado
	002.00	- Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (nº 4.712/2004, na Casa de origem), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados". (Mensagem nº 39, de 2005-CN)	25	407	1	5	1	434	439	Rejeitado

Usuário: VETO

Data: 31/08/2005 16:04:11



Congresso Nacional

Apuração Final dos Vetos

<u>Casa</u>	<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Sim</u>	<u>Não</u>	<u>Abstenção</u>	<u>Branco</u>	<u>Nulo</u>	<u>Quorum</u>	<u>Geral</u>	<u>Resultado</u>
SF	001.00	- Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845/2005, na Câmara dos Deputados), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal". (Mensagem nº 38, de 2005-CN)	7	61	1	1	1	70	71	Rejeitado
	002.00	- Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (nº 4.712/2004, na Casa de origem), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados". (Mensagem nº 39, de 2005-CN)	7	61	1	1	1	70	71	Rejeitado

Ata e notas taquigráficas da Terceira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 19 e 20 de abril de 2005.

Aos dezenove e vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 02 e 03/2005. Foi registrado comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Darci Coelho, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, Jorge Bittar, José Chaves, Júlio Cesar, Luiz Bittencourt, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Nazareno Fonteles, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Renato Casagrande, Rogério Teófilo, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Welinton Fagundes e Wilson Santiago; – **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Efraim Moraes, Garibaldi Alves Filho, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Serys Slhessarenko e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Almir Sá, Colbert Martins, Fernando Ferro, Homero Barreto, Jackson Barreto, Jorge Alberto, Luiz Couto, Mário Negromonte, Milton Monti, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Ronaldo Dimas e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Ana Júlia Carepa, Demóstenes Torres, Ideli Savatti e Sérgio Zambiasi. Foi registrado o comparecimento de parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Coriolano Sales, Nelson Pellegrino, Paulo Pimenta e Professor Luizinho; e o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Abelardo Lupion, Cezar Silvestri, Devanir Ribeiro, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Iberê Ferreira, José Carlos Elias, José Carlos Machado, José Divino, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Laura Carneiro, Lino Rossi, Marcos Abramo, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Professora Raquel Teixeira, Rose de Freitas, Vignatti, Zé Gerardo e Zequinha Marinho; e – **Senadores Titulares:** Duciomar Costa, Fernando Bezerra, Hélio Costa, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Sérgio Guerra, Sibá Machado e Tião Viana. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quinze horas e qua-

renta e um minutos do dia dezenove de abril, os trabalhos foram iniciados pelo Senador Garibaldi Alves Filho, no exercício da Presidência de acordo com o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 01/2001-CN*, alterada pelas *Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN*, e *Ofício-CN nº 824/2004*. Em seguida, informou que o *quorum* para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional ainda não havia sido atingido. Em seguida, os trabalhos foram suspensos e convocada sua continuação para o dia subsequente. Às treze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte de abril do mesmo ano, os trabalhos foram reiniciados pelo Senador Augusto Botelho, no exercício da Presidência conforme o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 01/2001-CN*, alterada pelas *Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN*, e *Ofício-CN nº 824/2004*. O *quorum* para deliberação nas duas Casas havia sido atingido. Apreciação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de março de 2005. Foi dispensada a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve debate. Conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno* desta Comissão, o Presidente em exercício declarou a Ata **aprovada. EXPEDIENTE.** O Presidente em exercício informou que foi dado conhecimento da correspondência recebida pela Secretaria através do correio eletrônico enviado aos membros da Comissão nos dias 5, 6 e 12/04/2005: **I)** Correspondência recebida interna: Ofício nº 83, de 01 de abril, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando da abertura do prazo de 5 dias úteis, a partir de 01 de abril, para interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2005, do Congresso Nacional: – Projeto de Decreto Legislativo nº 01 de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer nº 1, de 2005-CN, sobre o Aviso de nº 03/2005-CN. Foi encaminhado comunicado a todos os parlamentares através do correio eletrônico. Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que comunica o término do prazo para interposição de recurso: Ofício nº 93, de 08 de abril: Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2005-CN. Expediente encaminhado Pelo Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti: Ofício nº 061, de 23 de fevereiro, do presidente do Conselho Municipal de Saúde, solicitando que os repasses de recursos financeiros do SUS, sejam efetuados de fundo a fundo e sem emendas parlamentares. Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício nº 107, de 31 de março, do Deputado Paulo Rocha, indicando o Deputado Wasny de Roure, como representante da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Expedientes

encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência: **1)** Ofício n.º 035, de 30 de março, do Deputado Nazareno Fonteles. Período: 29/03/2005. **2)** Expediente n.º 28, de 05 de abril, do gabinete do Deputado Claudio Cajado. Período: de 29/03 a 11/04/05. **3)** Ofício n.º 81, de 05 de abril, do Deputado Geraldo Resende. Período: 05 e 06/04/2005. **4)** Ofício n.º 4-066, de 05 de abril, do Senador Cristovam Buarque. Período: 12 e 19/04/2005. **5)** Ofício n.º 37, de 14 de abril, do Deputado Bismarck Maia. Período: 05 e 14/04/2005. Expedientes solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes parlamentares: **1)** Ofícios n.ºs 18 e 19, do Deputado Josias Quintal. **2)** Ofícios n.ºs 94 e 95, de 30 de março, do Deputado Pedro Corrêa. **3)** Ofício n.º 40, de 07 de abril, da Deputada Kátia Abreu. **4)** Ofício n.º 221, de 15 de abril, do Deputado Ney Lopes. **II)** Correspondência recebida externa: Avisos-SGS/TCU encaminhados pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros: **1)** Aviso n.º 143/2005, de 23/02/2005 (Acórdão n.º 118/2005): atividades concernentes à exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário e internacional de passageiros. **2)** Aviso n.º 363/2005, de 06/04/2005 (Acórdão n.º 378/2005): gestão de recursos de subvenção social repassados pelo extinto Ministério do Bem-Estar Social ao município de Afonso Cunha – MA. Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta: Avisos-SGS de 30 de março de 2005: **1)** Aviso n.º 329/2005 (Acórdão n.º 327/2005): Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro (Proágua/Semi-árido), denominado “Avaliação de Impacto”. **2)** Aviso n.º 341/2005 (Acórdão n.º 322/2005): Construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais localizados no Estado de Mato Grosso do Sul. Aviso-SGS de 06 de abril de 2005: Aviso n.º 358/2005 (Acórdão n.º 358/2005): Obras complementares no Cais de Capuaba – reabilitação da área do Cais dos Berços 201 e 202 e retroárea primária, no Estado do Espírito Santo. Aviso-SGS de 13 de abril de 2005: Aviso n.º 385/2005 (Acórdão n.º 389/2005): Obras e serviços rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins, envolvendo a BR-135/MA, no trecho Colinas-Orozimbo. Avisos/SGS do Tribunal de Contas da União encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de AVN (Aviso do Congresso Nacional): **1)** Aviso n.º 322/2005 (Acórdão 326/2005): Obras de duplicação e restauração da BR-101/SE, no trecho do Km 77,3 ao 91,6. **2)** Aviso n.º 402/2005, de 13/04/2005 (Acórdão 399/2005): Construção de trechos rodoviários no corredor leste do Estado do Espírito Santo. A

seguir, o Deputado Gilmar Machado assumiu a direção dos trabalhos, em conformidade com o estabelecido no art. 8º da Resolução n.º 01/2001-CN, alterada pelas Resoluções n.ºs 1, 2 e 3/2003-CN, e Ofício-CN n.º 824/2004. **ORDEM DO DIA. PAUTA Nº 02. Item 01-Aviso n.º 04/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão n.º 172, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à inspeção realizada no contrato n.º PD-10-033-01-00, celebrado para a execução das obras de construção de travessia urbana em São Gabriel/RS, na BR-290/RS, entroncamento entre a BR-101/RS (Osório) e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina. (TC n.º 018.879/2004-7).” Relator: Senador Augusto Botelho. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Parecer foi apresentado pelo relator. Não houve debate. Em votação, o Parecer foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 02 – Aviso n.º 05/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão n.º 122, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento da Auditoria realizada nas obras rodoviárias do Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a realização de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e serviços complementares na BR 080/GO – Trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves. (TC 006.378/2002-3).” Relator: Deputado João Leão. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Parecer foi apresentado pelo relator. Não houve debate. Em votação, o Parecer foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **PAUTA Nº 03. Item 01-Ofício n.º 26/2004-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2004, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO”. Relator: Senador Luiz Otávio. Voto: Pelo arquivamento da matéria. A apreciação do Relatório foi **adiada**, tendo em vista a ausência do relator. **ENCERRAMENTO:** O Presidente em exercício convocou os membros para as reuniões a serem realizadas no dia 26 de abril de 2005, no plenário 02 da Câmara dos Deputados, nos seguintes horários: às 14:30, realização de reunião extraordinária e, às 15 horas, reunião conjunta de audiência pública, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Mei-

relles, com tema sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, em atendimento ao disposto no *art. 9º § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Deputado GILMAR MACHADO, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Garibaldi Alves Filho) – Declaro iniciada a terceira reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo *quorum* para deliberação, suspensão a reunião, e convoco outra para amanhã, após a sessão de audiência pública da Comissão de Reestruturação do Processo Orçamentário, que está marcada para as 10h.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) – Declaro aberta a reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nºs 2 e 3, de 2005.

Há *quorum* para deliberação nas 2 Casas do Congresso Nacional.

Apreciação da ata da primeira reunião ordinária, realizada em 29 de março de 2005.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ela ter sido distribuída anteriormente.

(Não identificado) – Sr. Presidente, estou de acordo. Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) – Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do regulamento interno desta Comissão, declaro a ata aprovada.

Leitura do expediente.

A correspondência recebida pela Secretaria da Comissão foi enviada aos membros e lideranças partidárias por meio do correio eletrônico, nos dias 5, 6 e 12 de abril de 2005. Ela está disponível na mesa de trabalho.

Solicitamos ao Departamento de Taquigrafia que transcreva o expediente nas notas taquigráficas.

Passo a Presidência ao Deputado Gilmar Machado, pois sou Relator do primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Ordem do Dia.

Pauta nº 2. Apreciação do relatório apresentado aos seguintes avisos do Congresso Nacional, referente às obras com irregularidades recebidas do Tribunal de Contas da União.

Item 1.

Aviso nº 4, de 2005, “*que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 172, de 2005, do Tribunal de Contas da União (Plenário), bem como dos respectivos relatórios e votos que o fundamentam, referente à inspeção realizada no Contrato nº PD-10-033-01-00, celebrado para execução das obras de construção de travessia urbana em São Gabriel, Rio Grande do Sul, e na BR-290/RS, entroncamento com a BR-101/RS (Osório) e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina. (Tribunal de Contas nº 018.879/2004-7)*”.

Relator: Senador Augusto Botelho.

Não foram apresentadas emendas.

Passo a palavra ao Relator, para que S.Exa. apresente seu relatório.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Análise da matéria.

A questão mais crítica relativa à obra em comento diz respeito à aprovação ou não de sua continuidade. Nesse ponto, é importante mencionar que, segundo o Aviso nº 4, de 2005, do Congresso Nacional, o acórdão dos Ministros do TCU e o voto do Ministro-Relator acompanham o relatório de auditoria elaborado pela CESEX-RS, o qual considera saneados os indícios de irregularidades graves referentes ao Contrato PD-10-033-01-00.

Na verdade, a equipe de auditoria, em análise mais detalhada, conclui “*que não ficou configurada a ocorrência de indícios de irregularidades(...) relativos ao sobrepondo do Contrato PD-10-033-01-00 para a construção da travessia urbana de São Gabriel, Rio Grande do Sul*”.

Desta forma, não pode ser outro o entendimento, senão o de permitir o andamento das obras.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela exclusão da vedação da execução orçamentária e financeira referente ao subtítulo “*Construção de Travessia Urbana em São Gabriel, Rio Grande do Sul, na BR-290/RS, entroncamento entre a BR-101/RS e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina, subtrecho BR-473 e BR-158, segmento do Km 417 ao Km 421*”, constante no Anexo VI da Lei nº 11.100, de 2005 (LOA 2005), nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O parecer do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Aviso nº 05, de 2005, que “*encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 122, de 2005-TCU (Plenário), bem como os respectivos relatórios e votos que o fundamentam referente ao levantamento da auditoria realizada nas obras rodoviárias do Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a realização de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação e obras de atos correntes e serviços complementares na BR-080/GO, trecho Padre Bernardo-Uruçu-São Miguel do Araguaia-Luís Alves. (Tribunal de Contas nº 006.378/2002-3)*”.

Relator, Deputado João Leão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto pela autorização da execução, na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Com a palavra o Sr. Relator para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso é uma coisa simples na obra. Faltava simplesmente o Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

Deste modo, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 5, de 2005-CN, das peças que o acompanham;

b) delibere pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 2005 (LOA 2005), do Substitutivo nº 26.782.0237.10LN/0002 (construção de trechos rodoviários na BR-080, no Estado de Goiás, trecho Dois Irmãos-Barro Alto-Uruçu-São Miguel do Araguaia, Goiás, sob a responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 39.252, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo).

É o relatório, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*
Encerrada a discussão.

O parecer do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pauta nº 3.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 26, de 2004, que trata do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Em virtude da ausência do Senador Luiz Otávio, essa matéria não vai constar do processo de votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Sr. Presidente, combinamos de fazer as 2, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Encerro esta reunião e convoco reunião extraordinária para o dia 26 de abril, às 14h30min, neste plenário. Às 15h teremos reunião de audiência pública com o Presidente do Banco Central.

Declaro encerrada a presente reunião.

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para 26 de abril de 2005.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e seis do mês de abril do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 03 e 04/2005. Foi registrado comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Benedito de Lira, Carlito Merss, Devanir Ribeiro, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gilmar Machado, José Carlos Machado, José Divino, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Nazareno Fonteles, Rogério Teófilo, Sérgio Miranda e Vignatti, Wasny de Roure; **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma e Serys Slhessarenko; – **Deputados suplentes:** Colbert Martins, Darcísio Perondi, Fernando de Fabinho, Luiz Carreira, Luiz Couto, Ricardo Barros, Ronaldo Dimas e Terezinha Fernandes; – **Senador suplente:** Sérgio Zambiasi. Registrou-se a ausência

dos membros: – **Deputados Titulares:** Abelardo Lupion, Anivaldo Vale, Bismarck Maia, Claudio Cajado, Darci Coelho, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, Josué Bengtson, Laura Carneiro, Lino Rossi, Luiz Bittencourt, Manato, Marcos Abramo, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Renato Casagrande, Rose de Freitas, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Welinton Fagundes, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zequinha Marinho; e – **Senadores Titulares:** Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Hélio Costa, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Paulo Octávio, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Sibá Machado, Tião Viana e Valdir Raupp. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Coriolano Sales e Dr. Rodolfo Pereira. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, no exercício da Presidência de acordo com o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 01/2001-CN*, alterada pelas *Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN*, e *Ofício-CN nº 824/2004*, declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram encerrados. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA, no exercício da Presidência.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 1ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas de nº 3 e de nº 4 de 2005.

Não há, contudo, *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Vou encerrar esta reunião, antes, porém, convocando outra para o dia 3 de maio, terça-feira, às 15h, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

Ata da Quarta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Convocada para 3 e 5 de Maio de 2005.

Aos três e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 03, 04 e 05/2005. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Bismarck Maia, Carlito Merss, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Darci Coelho, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, João Grandão, João Leão, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Luiz Bittencourt, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Renato Casagrande, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Vignatti, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Welinton Fagundes e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Luiz Otavio, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Colbert Martins, Fernando de Fabinho, Inácio Arruda, Jackson Barreto, Jorge Alberto, Lael Varella, Luiz Carreira, Luiz Couto, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Ronaldo Dimas, Silvio Torres e Terezinha Fernandes; – **Senador suplente:** Sérgio Zambiasi. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Abelardo Lupion, Amauri Gasques, Benedito de Lira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Jaime Martins, Jorge Bittar, José Carlos Elias, Josué Bengtson, Laura Carneiro, Lino Rossi, Marcelino Fraga, Marcos Abramo, Nárcio Rodrigues, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Professora Raquel Teixeira, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Wilson Santiago e Zequinha Marinho; e – **Senadores Titulares:** Augusto Botelho, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Hélio Costa, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Sibá Machado e Tião Viana. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Coriolano Sales. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quinze horas e trinta e dois minutos do dia três de maio, os trabalhos foram iniciados pelo Deputado José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência. Em seguida, informou que o *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal ain-

da não havia sido atingido. Em seguida, os trabalhos foram suspensos e convocada sua continuação para o dia cinco de maio. Às dez horas e trinta minutos do dia cinco de maio do mesmo ano, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Gilmar Machado, no exercício da Presidência conforme o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 01/2001-CN*, alterada pelas *Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN*, e *Ofício-CN nº 824/2004*.

ENCERRAMENTO: Tendo em vista a persistência na falta de *quorum* na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia dez de maio, às quinze horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados e, em seguida, encerrou a reunião. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 3, 4 e 5/2005.

Não há *quorum* para a deliberação na representação do Senado Federal.

Suspendo esta reunião e convoco outra para o dia 5 de maio, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário.

(Suspensa a Reunião)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Esta reunião é destinada à apreciação da matéria constante das Pautas nºs 3, 4 e 5 de 2005.

Não há *quorum* para deliberação no Senado Federal.

Encerro a reunião e convoco reunião ordinária para o dia 10 de maio, terça-feira, às 15 horas neste plenário.

Está encerrada a reunião.

Ata da Quinta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Convocada para 12 de Maio de 2005.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia doze do mês de maio do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 03, 04, 05 e 06/2005. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques,

Anivaldo Vale, Cezar Silvestri, Eduardo Sciarra, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Iberê Ferreira, João Grandão, João Leão, José Carlos Machado, José Divino, Luiz Bittencourt, Manato, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Renato Casagrande, Sérgio Miranda, Vignatti, Wasny de Roure, e Welinton Fagundes; – **Senadores titulares:** Efraim Morais, Hélio Costa e Serys Slhessarenko; – **Deputados suplentes:** Colbert Martins, Homero Barreto, Luiz Couto, Paulo Afonso, Pedro Fernandes e Rafael Guerra; – **Senador suplente:** Sérgio Zambiasi. O Senador Romeu Tuma, membro titular, justificou a ausência. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Abelardo Lupion, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Darci Coelho, Devanir Ribeiro, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Humberto Michiles, Jaime Martins, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Lino Rossi, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Marcos Abramo, Mário Heringer, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zequinha Marinho; e – **Senadores Titulares:** Augusto Botelho, Duciomar Costa, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Sibá Machado, Tião Viana e Valdir Raupp. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Assis Miguel do Couto. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, os trabalhos foram iniciados pelo Senador Efraim Morais, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência. **ENCERRAMENTO:** Em seguida, informou que o *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional não havia sido atingido. Convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia dezessete de maio, às quinze horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados e, em seguida, encerrou a reunião. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador EFRAIM MORAIS, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes)

– Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das pautas nºs 3, 4, 5 e 6, de 2005.

Não há *quorum* para deliberação nas duas apresentações do Congresso Nacional.

Encerro esta sessão, e convoco reunião ordinária para o dia 17 de maio, terça-feira, às 15h, neste plenário.

A reunião está encerrada.

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Convocada para 17 e 18 de Maio de 2005.

Aos dezessete e dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 03, a 07/2005. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Darci Coelho, Eduardo Sciarra, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Humberto Michiles, João Grandão, João Leão, José Carlos Machado, José Chaves, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pedro Chaves, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Zé Gerardo; **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Efraim Moraes, Hélio Costa, Leonel Pavan, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Colbert Martins, Fernando de Fabinho, Homero Barreto, Inácio Arruda, Jackson Barreto, João Magalhães, José Rocha, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Luiz Couto, Milton Monti, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros e Silvio Torres; – Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Abelardo Lupion, Devanir Ribeiro, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Iberê Ferreira, Jaime Martins, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Divino, Lino Rossi, Manato, Marcelino Fraga, Marcos Abramo, Mauro Lopes, Nário Rodrigues, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Pedro Canelo, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Renato Casagrande, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zequinha Marinho; – **Senadores Titulares:** Duciomar Costa, Fer-

nando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Sibá Machado e Tião Viana. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Alberto Leréia, Dr. Rodolfo Pereira, Gustavo Fruet, Jorge Vi e Leonardo Mattos. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de maio, os trabalhos foram iniciados pelo Senador Efraim Moraes, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência. Em seguida, informou que o *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional não havia sido atingido. Em seguida, os trabalhos foram suspensos e convocada sua continuação para o dia subsequente. Às quinze horas e doze minutos do dia dezoito de maio do mesmo ano, os trabalhos foram reiniciados pelo Senador Romeu Tuma, no exercício da Presidência conforme o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 01/2001-CN*, alterada pelas *Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN*, e *Ofício-CN nº 824/2004*. **ENCERRAMENTO:** Tendo em vista a persistência na falta de *quorum* na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia vinte e quatro de maio, às quinze horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados e, em seguida, encerrou a reunião. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador EFRAIM MORAIS, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes)

– Declaro iniciada a 6ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas pautas nºs 3, 4, 5, 6 e 7, de 2005.

Não há *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Convoco para amanhã, dia 18 de maio, às 14h30min, neste plenário, a continuação desta reunião.

Está suspensa até amanhã, às 14h30min, a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma)

– Iniciada a 6ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta: 03,04,05,06 e 07/2005.

Informo que não há *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal.

Encerro esta reunião e convoco reunião ordinária para 24 de maio, terça-feira, às 15h.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Convocada para 24 de Maio de 2005.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 03 a 07/2005. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** , Anivaldo Vale, Bismarck Maia, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Darci Coelho, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, João Grandão, José Carlos Machado, Josué Bengtson, Marcelino Fraga, Pauderney Avelino, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Renato Casagrande, Silvio Torres, Virgílio Guimarães e Wasny de Roure; **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Efraim Moraes, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Colbert Martins, Luiz Carreira, Luiz Couto, Paulo Afonso, Rafael Guerra, Ricardo Barros e Wellington Roberto; -Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Abelardo Lupion, Benedito de Lira, Carlito Merss, Cezar Silvestri, Devanir Ribeiro, Edson Duarte, Eduardo Sciarra, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Lino Rossi, Luiz Bittencourt, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Marcos Abramo, Mário Heringer, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Bernardo, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Welinton Fagundes, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zequinha Marinho; – **Senadores Titulares:** Duciomar Costa, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Hélio Costa, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Tião Viana. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Leonardo Mattos e Marcelo Ortiz. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quinze horas e trinta e um minutos, os trabalhos foram iniciados pelo Senador Efraim Moraes, Primeiro

Vice-Presidente no exercício da Presidência. **ENCERRAMENTO:** Em seguida, informou que o *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional não havia sido atingido. Convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia trinta e um de maio, às quinze horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados e, em seguida, encerrou a reunião. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador EFRAIM MORAIS, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes)

– Não há número regimental para abertura dos trabalhos.

Não há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Convoco reunião ordinária para o dia 31 de maio, terça-feira, às 15 horas, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 31 de maio de 2005.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Primeiro Vice-Presidente, Senador Efraim Moraes, para instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão para 2005. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Devanir Ribeiro, Dimas Ramalho, Eduardo Sciarra, Enivaldo Ribeiro, Francisco Dornelles, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Divino, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professor Luizinho, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vander Loubet, Wasny de Roure, Welinton Fagundes e Wilson Santiago; – **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Leonel Pavan, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Nezinho Alencar, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e

Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Almir Sá, Dr. Rodolfo Pereira, Fernando de Fabinho, João Grandão, Jorge Alberto, Júnior Betão, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Lupércio Ramos, Marcelino Fraga, Marcio Fortes, Mário Negromonte, Neyde Aparecida, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Zarattini e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Ideli Salvatti e João Capiberibe. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Benedito de Lira, Elaine Costa, Gonzaga Patriota, Hermes Parcianello, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Leão, José Borba, José Chaves, José Priante, José Rocha, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Piauhyllino, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Nelson Pellegrino, Paulo Pimenta, Pedro Canelo, Renato Casagrande, Ronaldo Dimas e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Amir Lando, Heráclito Fortes, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Paulo Octávio e Sérgio Guerra. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: – **Deputados:** Cezar Silvestri, Colbert Martins, Darci Coelho, Geraldo Resende, José Pimentel, Luiz Couto, Mário Heringer, Paulo Afonso, Pompeo de Mattos, Rogério Teófilo e Waldemir Moka. – **Senador:** Eduardo Suplicy. **ABERTURA:** Havendo número regimental, às quinze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente em exercício deu início aos trabalhos. **EXPEDIENTE:** Ofício n.º 172, de 30 de maio, do Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB, indicando o Senador Gilberto Mestrinho para o cargo de Presidente da Comissão. Em seguida, o Presidente em exercício informou a composição da chapa única para eleição da Mesa Diretora da Comissão para 2005: para Presidente: Senador Gilberto Mestrinho (PMDB/AM); para Primeiro Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes (PFL/PI); para Segundo Vice-Presidente: Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE); e para Terceiro Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas (PSDB/TO). O Deputado Gilmar Machado questionou a Presidência sobre a indicação, pelo PSDB, de dois cargos das Vices-Presidências. O Presidente em exercício respondeu que tendo em vista o Bloco da Minoria ser formado pelo PFL e PSDB no Senado Federal, o parlamentar indicado era do PSDB. Acrescentou que caberia ao Partido dos Trabalhadores a indicação para os cargos de relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 e da Proposta Orçamentária para 2006. O Senador Sibá Machado solicitou esses esclarecimentos e foi atendido. O Deputado Jorge Bitar solicitou aos membros da sua bancada que concordassem com as indicações. O Deputado Wilson Santiago comentou o assunto. A seguir, o Deputado Francisco Dornelles questionou a Presidência acerca

dos critérios adotados para a fixação das bancadas. Respondendo, o Presidente em exercício informou que a fixação se dava no mês de fevereiro e permanecia até o término da sessão legislativa. Houve consenso no Plenário para que a eleição fosse realizada por aclamação. A seguir, o Presidente em exercício colocou em votação a composição da chapa única que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente declarou eleita e empossada a nova Mesa Diretora da Comissão para 2005. Antes de transferir a condução dos trabalhos ao Presidente eleito, o Presidente em exercício apresentou seus agradecimentos aos membros. Na condução dos trabalhos, o Presidente eleito, Senador Gilberto Mestrinho, proferiu breve discurso e informou que ocupava o cargo na Presidência pela terceira vez. A seguir, o Deputado Anivaldo Vale apresentou questão de ordem sobre a incompatibilidade do Anexo I – Prioridades e Metas, constante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (PLDO/2006) com o Plano Plurianual vigente. O Deputado Gilmar Machado, na qualidade de relator da matéria, teceu considerações sobre assunto. O Presidente acatou a questão de ordem e informou que responderia na reunião subsequente. O Deputado Anivaldo Vale solicitou a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. O Deputado Gilmar Machado informou sobre a possibilidade de comparecimento na semana seguinte, perante o Plenário da Comissão, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, e do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos sobre a matéria em referência. Finalizando, o Presidente propôs que as reuniões ordinárias da Comissão fossem realizadas às terças-feiras, às 14:30, e às quintas-feiras, às 10 horas. O Plenário concordou. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes) – Sras. e Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2005.

Expediente

Ofício nº 172, de 30 de maio, de autoria do Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB, indicando o Senador Gilberto Mestrinho para o cargo de Presidente da Comissão.

Consulto o Plenário se a eleição poderá ser feita por aclamação. (*Palmas.*)

Passo a ler a composição da chapa.

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho, do PMDB do Amazonas; Primeiro Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes, do PFL do Piauí; Segundo Vice-Presidente: Senador Sérgio Guerra, do PSDB de Pernambuco; Terceiro Vice-Presidente, Deputado Ronaldo Dimas, do PSDB de Tocantins.

Reitero ao Plenário o pedido para fazermos a eleição da chapa por aclamação.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Sr. Presidente, há 2 membros do PSDB, um na Segunda Vice-Presidência e outro na Terceira Vice-Presidência.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Vou responder a questão de ordem levantada por V.Exa. O PT está indicando as duas relatorias, da LDO e do orçamento, portanto, de acordo com...

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Mas esse é um direito normal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Não há direito. Se não há acordo, vamos ao voto. Estou pedindo a eleição por aclamação.

(**Não identificado**) – Só quero lembrar que a Segunda Vice-Presidência é do Bloco PFL/PSDB do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – A Presidência vai esclarecer, para que não haja dúvida. Primeiro, a Presidência é indicada pelo maior partido no Senado Federal, o PMDB, na pessoa do Senador Gilberto Mestrinho.

O cargo de Primeiro Vice-Presidente cabe ao segundo partido na Câmara dos Deputados, o PFL, para o qual foi indicado o Deputado Mussa Demes. O Segundo Vice-Presidente cabe ao Bloco da Minoria, que foi indicado pelo PSDB, não por ser prerrogativa do PSDB, mas sim por ser representante do Bloco da Minoria; poderia ser do PFL ou do PSDB. E para ocupar o cargo do Terceiro Vice-Presidente houve entendimento de que se obedeceria à ordem da Câmara dos Deputados, já que o PT está indicando o Relator da LDO, o Deputado Gilmar Machado, que, com muito prazer, foi nomeado por este Presidente, e o Presidente Gilberto Mestrinho vai fazer a indicação também de um Parlamentar do PT na Câmara para ser o Relator do Orçamento. Daí o entendimento de que caberá ao PSDB essas duas Vice-Presidências.

Essa é a explicação da Presidência. Se não houver entendimento, não faremos a eleição por aclamação, todos serão eleitos pelo voto.

(**Não identificado**) – Só queria lembrar, Sr. Presidente, que queremos fazer um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – O PT não tem indicação por já possuir a relatoria das duas LDOs.

(**Não identificado**) – Sr. Presidente, nos anos anteriores, o PSDB teve as relatorias e tinha membro na Mesa. Então, eu só quero que a Presidência siga a regra, assim como o PFL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Eu não me lembro dos anos anteriores. Eu não era Presidente nos anos anteriores.

(**Não identificado**) – Mas eu só quero que siga a regra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Há alguma regra?

(**Não identificado**) – Sim. Caberia, então, ao PMDB...

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Há um entendimento. O Presidente quer fazer o entendimento. Eu aprendi com o Mestrinho que tem que ser com entendimento.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Não estou entendendo, V.Exa. está defendendo o PMDB ou está contra o PSDB? Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – E antes de...

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Pois é, quero saber se é contra o PSDB ou se a favor do PMDB ou se é contra o entendimento na Casa. É isso que queremos saber. Fica registrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Eu aqui não tenho partido. O meu partido aqui é a Presidência.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Sr. Presidente, quero entender que V.Exa. está fazendo uma sugestão de acordo, que essa Terceira Vice-Presidência fique para o bloco da Minoria na Câmara. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – Não. O PSDB não faz parte do bloco da Minoria na Câmara.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Então, quero entender a proposta de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais) – O PSDB não faz parte do bloco da Minoria.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Na Câmara há a minoria, que é o PFL.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Não, mas eu quero entender a proposta de V.Exa. para a Terceira Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Logo após o PSDB vem o PFL.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – E que partido será esse nessa lógica, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Não tem bloco lá.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Não, eu estou querendo entender. Estou fazendo uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Estou respondendo.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Qual é o partido, na sequência? É isso que queria entender. Qual é o partido seguinte?

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Pela ordem da Câmara, o PSDB é o partido seguinte ao PFL, que é o segundo.

(Intervenções inaudíveis.)

(Não identificado) – Mas o PMDB tem a Presidência, chefe, pelo amor de Deus!

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Mas não tem, Gilmar, porque poderia ser colocado o PFL, porque aí é bloco. Por acaso, se colocou do PSDB.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Mas aí na proposta de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Então, vou tirar o Sérgio Guerra e colocar um do PFL? Aí, fica um do PSDB, que é um bloco...

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Mas na proposta...

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Senador, conclua.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Só para terminar. Então, para a Presidência, PMDB; Primeira Vice-Presidência, PFL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– PFL da Câmara.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – PFL da Câmara. Segunda VicePresidência, bloco da Minoria no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Bloco.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Bloco da Minoria no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Isso.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Para a Terceira Vice-Presidência, a sugestão de V.Exa. é que volte para o segundo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Não é minha. O pessoal aí acha que é o normal. Minha, não.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Então, está bom. Mas o que se está...

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Conclua, Sibá.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Já que é uma tentativa de acordo, a Mesa tem, então, três Vice-Presidências a serem ocupadas pelos partidos de Oposição. O que estamos sugerindo é manter uma dessas Vice-Presidências para os partidos que não são da Oposição: ou o PMDB ou o próprio PT ou, ainda, o bloco na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Senador, da minha parte não há problema. Desde que as lideranças do PFL e PSDB concordem, faremos, por aclamação, qualquer acordo. Estou aqui – repito – na condição de juiz. Sou do PFL, com muita honra, mas aqui não posso ser parcial. Estou aqui presidindo esta sessão em busca de um acordo. É isso o que estou fazendo.

Se não houver entendimento, estabelece o Regimento que eu faça a tomada de votos. Aí, pode-se pedir verificação de *quorum*. O PFL pode candidatar-se, assim como o PSDB, o PMDB, o PT e quem bem quiser. Então, estou à procura do entendimento.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Mas, Sr. Presidente, a busca é do entendimento mesmo, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Então, vou suspender...

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO – Não, não precisa. Só estou aqui fazendo a sugestão de que não precisa ser do PT lá na Câmara, mas que pudessem ser...

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Morais)

– Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvi com atenção este debate, que está sendo útil na medida em que se procura de alguma maneira discutir quais critérios foram estabelecidos para compor essa chapa que dirigirá a Comissão durante o próximo período.

Gostaria de fazer uma reflexão com os meus companheiros de partido também, Deputados e Senadores, entendendo que esta Comissão sempre funcionou na forma do entendimento. Aliás, esta é uma regra parlamentar essencial para que a Casa possa funcionar bem.

Levando-se em consideração que neste ano, como disse o Presidente em exercício da Comissão, temos a relatoria da LDO e teremos a relatoria do Orçamento, levando-se em consideração o excelente trabalho que o Senador Gilberto Mestrinho fez na condição de presidente e que certamente reeditará e que temos como Vice-Presidente o Deputado Mussa Demes, Parlamentar que realiza trabalho excelente nesta Comissão, faria um apelo no sentido de que buscássemos o entendimento e concordássemos, a menos que haja outro tipo de contestação.

Se houver outro tipo de contestação, diria, em primeiro lugar, que fique evidenciado que essa composição não caracterizará precedente, é fruto de um acordo momentâneo que não define regras para futuras composições.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Em segundo lugar, se não houver qualquer tipo de contestação de outros partidos, quer da Câmara quer do Senado, faria um apelo aos meus companheiros do PT para que aprovássemos essa proposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes) – Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO – Sr. Presidente, se observarmos o Regimento Interno, pela proporcionalidade, a terceira vaga seria do PMDB. Mas considerando a experiência do Senador Gilberto Mestrinho, que é do PMDB e reafirmou várias vezes que na história da Comissão sempre houve entendimento, o partido que indicou o Presidente abre mão da terceira vaga, para que haja consenso. Concordamos plenamente, no caso, o PMDB, com a posição do Deputado Jorge Bittar de o consenso prevalecer para que tenhamos a boa continuidade dos trabalhos, a partir, logicamente, da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes) – V.Exa., então, acha que há entendimento.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes) – Com a palavra o Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Sr. Presidente, na condição de Vice-Líder do PP, informo a V.Exa. que temos o maior interesse no acordo, no entendimento. Apenas gostaríamos de saber quais são os critérios. V.Exa. poderia repetir os critérios adotados para indicação dos membros da Mesa Diretora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes) – Na última vaga, a Terceira Vice-Presidência – porque acho que quanto às outras não há problemas -,

para resumirmos, seria o partido logo em seguida do PSDB, ou melhor, do PFL.

(Não identificado) – Que é o PSDB.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, a bancada do PP na Câmara hoje é maior que a do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes)

– Mas devo dizer a V.Exa. que a indicação é baseada no mês de fevereiro e vale para toda a sessão legislativa. Tanto que o PSDB tem 7 nomes e o PP, só 6. É um critério válido a partir de fevereiro e vale para toda a legislatura. Deixo claro esse critério que é aplicado às Comissões de uma forma geral, e não só a esta.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Eu não conheço o critério, mas confio na sua palavra e na garantia que V.Exa. está dando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes) – Com certeza. Agradeço a V.Exa.

Havendo consenso das Sras. e Srs. Parlamentares, coloco em votação, por aclamação, a chapa.

Vou repetir os componentes.

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho, PMDB do Amazonas; Primeiro Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes, PFL do Piauí; Segundo Vice-Presidente: Senador Sérgio Guerra, PSDB de Pernambuco; Terceiro Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas, PSDB de Tocantins.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Palmas.)*

Em votação na representação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Palmas.)*

Foi aprovada a eleição da seguinte chapa, que declaro eleita e empossada.

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho; Primeiro Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes; Segundo Vice-Presidente: Senador Sérgio Guerra; Terceiro Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas.

Antes de passar a Presidência ao Senador Gilberto Mestrinho, a quem convido a assumi-la, agradeço às Sras. e Srs. Congressistas a transição que fizemos depois da convocação do nosso Ministro Paulo Bernardo. Não tenho a menor dúvida de que em toda a história desta Comissão foi a Presidência mais tranqüila, sem discussões, sem votações.

Muito obrigado a todos.

Com muita honra, passo a Presidência ao Senador Gilberto Mestrinho, sabedor da sua condição

de Parlamentar experiente que, com certeza, fará um grande trabalho nesta Presidência.

O SR. DEPUTADO ANILVADO VALE – Sr. Presidente, antes mesmo de V.Exa. sentar-se, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Inicialmente, agradeço aos Srs. Parlamentares da Câmara e do Senado a honraria que me dão ao me elegerem, pela terceira vez, para o mandato de Presidente desta Comissão. Talvez a colaboração magnífica que tive de todos os membros da Comissão nos mandatos anteriores me deram esta oportunidade.

Neste instante, agradeço ao meu partido a minha indicação, por meio da bancada do Senado, e ao Senador Efraim Morais a forma como procedeu nesta eleição e na condução da Comissão no período em que esteve na sua Presidência.

Encareço a todos os membros desta Comissão, companheiros Deputados e Senadores, a participação efetiva e presença constante às reuniões, para que possamos levar a cabo a missão que nos é confiada.

Vamos votar a LDO, um documento importante. Segundo nosso Regimento, a votação deverá acontecer até o dia 30 de junho, sem o que não poderá haver recesso legislativo no mês de julho.

A seguir, acredito que já sob a nova forma consequente da estrutura que está sendo reformulada na Comissão, teremos a votação do Orçamento para o ano que vem, que vai exigir atenção especial, pois vários procedimentos serão ou estão sendo mudados. Mas o importante é que todos nós, conscientes de nossa responsabilidade, possamos dar nossa colaboração para o sucesso desta atividade.

Agradeço a todos, mais uma vez, a honraria.

Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, antes de mais nada, meus cumprimentos, meus parabéns pela investidura de V.Exa. no cargo de Presidente, pela terceira vez, nesta Comissão. Para nós, V.Exa. já é um patrimônio não só do Congresso Nacional, mas da Comissão de Orçamento, quer pela determinação no trabalho, quer pela lisura e competência. É um orgulho muito grande tê-lo como Presidente. Parabenizo todos os membros da Mesa por intermédio de V.Exa.

Sr. Presidente, para iniciarmos as discussões da LDO, nos termos do art. 131 do Regimento Comum, e do art. 8º, item I, do Regimento Interno, formulamos a seguinte questão de ordem sobre a incompatibilidade do Anexo I – Prioridades e Metas, do Projeto de Lei nº 4, de 2005, do Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006,

com o Plano Plurianual vigente, conforme os termos da justificação abaixo.

Justificação

A Constituição Federal, em seu art. 166, § 4º, determina claramente que as emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas se incompatíveis com o Plano Plurianual.

O art. 5º, § 8º, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007, estabelece que os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

Da forma em que se encontra no projeto da LDO, a Estruturação e Desafios, no Anexo I, Prioridades e Metas, impossibilitará que a lei orçamentária para 2006 seja perfeitamente correlacionada com o Plano Plurianual, por meio da LDO, quanto à definição dos programas e ações que terão precedência na alocação de recursos.

O Plano Plurianual 2004/2007 está estruturado em 3 megaobjetivos, que possuem 5 dimensões, que se desdobram em 30 desafios. Essa divisão baseia-se na forma de planejamento implementado pelo Governo atual. Entretanto, para se traduzir esse planejamento nas leis orçamentárias, o Sistema Orçamentário Brasileiro apóia-se, no campo das despesas, nas classificações funcional e programática.

A primeira determina que a Portaria nº 4.299, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, unifique a utilização de uma classificação que pudesse agregar as diversas áreas de despesas que contemplem o setor público, devendo ser seguida por todos os entes da Federação. A segunda diz respeito a cada nível de Governo, devendo permitir o encadeamento entre o planejamento estabelecido pelo PPA e o orçamento que determina a LOA.

A tradução de um instrumento para um outro se dá por meio da codificação dos programas e das ações que forem estabelecidas no PPA e deve compor a classificação programática nas leis orçamentárias.

A utilização de classificação por desafios na definição de prioridades e metas da administração pública para o exercício de 2006 não possibilitará ao Congresso identificar quais programas terão precedência na alocação dos recursos orçamentários, pois dentro de cada desafio estabelecido pelo PPA muitos programas em ação serão executados a critério do Poder Executivo.

Sala das sessões, 31 de maio de 2005. – **Anivaldo Vale**, Deputado Federal.

Esta é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Anivaldo Vale, a questão de ordem de V.Exa. nos foi apresentada por escrito e será submetida à apreciação da Assessoria.

Com a palavra o Relator da LDO, Deputado Gilmar Machado, para contraditar a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, nobre Deputado Anivaldo Vale, o Governo está cumprindo integralmente a LDO, que veio de acordo com o que está previsto no PPA. O Governo, inclusive, nesse PPA e nessa LDO, está dando mais transparência do que a que foi solicitada. O PPA traz as metas e as ações e como isso vai-se dar, ou seja, qual quantidade será executada. Estamos detalhando além do que era necessário no PPA, cumprindo além do que foi solicitado, pois este Governo quer justamente mais clareza, mais transparência.

Portanto, não procede a solicitação feita. Como já fizemos uma reunião de líderes, inclusive com a presença do PSDB, ficou acertada a forma de encaminhamento das emendas. É exatamente dessa forma que vamos continuar trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, eu queria colaborar com o andamento dos trabalhos desta Comissão, mas V.Exa. há de convir que desde o dia 25 as senhas antigas não mais acessam as informações. Quando lançamos as ações em um pacote, sem codificação, não temos como apresentar emenda. Não temos como manejar recursos de uma fonte para outra, porque não está codificado. Acredito até que o desafio não pode preceder as ações dentro das programações.

A razão maior de minha questão de ordem – e faço questão de fazê-la logo no início desta reunião – é o benefício que trará para o andamento dos trabalhos desta Comissão. Precisamos das senhas antigas para podermos acessar. O Item 1, por exemplo, tem o seguinte desafio: *“Combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional garantindo o caráter de exercício de cidadania”*. Se não há códigos nem valores, como procederemos com as emendas? Para que sejam alocados recursos na emenda é preciso ter recursos retirados de outro lugar: um será a fonte e o outro será a suplementação. Então, no fundo, estou dando uma colaboração para o andamento dos serviços desta Comissão, sem prejuízo dos entendimentos tradicionais do Colégio de Líderes desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. sempre demonstrou elevado espírito de colaboração com a Comissão,

acredito que ninguém está pensando o contrário. A questão de ordem é importante e vamos encaminhá-la à assessoria, para que se faça estudo mais aprofundado do problema e na próxima reunião responderemos à questão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Fico muito agradecido pela sua tomada de decisão e pelo acatamento da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de encerrar a reunião, convoco reunião para a próxima terça-feira.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Exa. tem a palavra.

(Não identificado) – Sr. Presidente, antes de encerrar a reunião, queria que a Presidência examinasse a possibilidade de levar em consideração a ampliação do prazo para apresentação de emendas, que se iniciou no dia 25 e irá até o dia 9, pois as senhas antigas não estão acessando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – As senhas de acesso estão na Comissão à disposição dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A seguir, teremos uma reunião da Comissão, que está estudando a nova resolução que vai nortear os trabalhos desta Comissão. Peço àqueles interessados que permaneçam no recinto.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, para que possamos cumprir o calendário da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, dispôs-se a vir a esta Comissão antes do encerramento do prazo das emendas, pois deseja dialogar e debater com os Parlamentares. Hoje, S.Exa. ficou de confirmar a data – será na quinta-feira ou na terça-feira -, a fim de cumprir o cronograma dos debates definido por nós, no qual está previsto o debate com o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central, além da audiência pública com as entidades.

Sr. Presidente, vou apresentar, até amanhã, o cronograma desses debates para que possamos, então, cumprir o prazo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, promover os debates que já foram acordados e, ao mesmo tempo, cumprir as novas propostas da resolução que está sendo encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tão logo o Ministro disponha-se a vir à Comis-

são e estabelecer a data, convocaremos a Comissão. Acredito que terça-feira é o dia ideal para S.Exa. vir.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, vou ficar aguardando a resposta da questão de ordem, porque entendo que essa resposta deve ser dada antes da vinda do Ministro a esta Comissão, porque ela muda a forma como está sendo apresentado aqui o trabalho pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Anivaldo Vale, declarei que, na próxima reunião da Comissão, apresentaríamos a resposta, porque só podemos dar a resposta em reunião. E, na próxima reunião, faremos isso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Convoco reunião para a próxima terça-feira, às 15h, neste plenário. Entendo que iniciar a reunião às 15h é um pouco tarde. É melhor voltarmos ao regime anterior, ou seja, iniciar a reunião às 14h30min, porque, assim, teríamos meia hora de espera, senão, entra na Ordem do Dia da Câmara e do Senado. Se os nobres Parlamentares concordarem, convoco reunião para terça-feira, às 14h30.

Informo a V.Exas. que, a partir de agora, as reuniões terão início às 14h30 nas terças-feiras.

Está encerrada a reunião.

Ata da Segunda Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista De Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 7 de Junho de 2005.

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às onze horas e vinte e sete minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho. A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Bismarck Maia, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Dimas Ramalho, Enivaldo Ribeiro, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jackson Barreto, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Divino, José Rocha, Josué Bengtson, Luiz Bittencourt, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Mussa Demes, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Ronaldo Dimas, Sérgio

Miranda, Vander Loubet, Wasny de Roure e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Heráclito Fortes, Paulo Octávio, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, João Grandão, Júnior Betão, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcio Fortes, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rafael Guerra e Zarattini. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Coriolano Sales, Darci Coelho, Fernando Coruja, Feu Rosa e Josias Gomes. **ABERTURA:** O Presidente declarou iniciada a reunião. Em seguida, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente comunicou que os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Ministro. O convidado discorreu sobre o tema em apreço fazendo uso de um projetor “datashow”. Encerrada a apresentação, às onze horas e trinta e seis minutos, foi assegurada a palavra ao relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, Deputado Gilmar Machado. Após apresentar as suas considerações, o relator informou que efetuariam todos os esforços para que a matéria fosse votado dentro do prazo estipulado. O Presidente propôs que o palestrante respondesse após a intervenção de cada três parlamentares. Às onze horas e quarenta e dois minutos, os debates foram iniciados. Questionaram inicialmente o palestrante os Deputados Claudio Cajado, Luiz Carreira, Eduardo Valverde e Jorge Bittar. Em seguida, o palestrante respondeu aos questionamentos. Foi assegurada a réplica aos Deputados Luiz Carreira e Claudio Cajado. Integraram o segundo bloco de interventores os Deputados Pedro Novais, Sérgio Miranda, José Rocha, Ronaldo Dimas, Anivaldo Vale, Fernando Coruja, Mussa Demes, Senador Heráclito Fortes, e Deputados Pauderney Avelino e Anivaldo Vale. O Ministro respondeu ao segundo bloco. Foi dado o direito de réplica ao Deputado Sérgio Miranda, ao Senador Heráclito Fortes, e aos Deputados Pauderney Avelino e Ronaldo Dimas e a tréplica aos Deputados Pauderney Avelino, Ronaldo Dimas e o Senador Heráclito Fortes. O palestrante respondeu às considerações levantadas. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais

oradores inscritos, o Presidente agradeceu a presença do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e declarou encerrada a reunião, às treze horas e cinquenta e três minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro aberta a segunda reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro Paulo Bernardo, que vai discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. S.Exa. já compõe a Mesa. Ressalto que S.Exa., até pouco tempo atrás, como Deputado, presidia esta Comissão.

Foram convidadas, por solicitação do Relator da matéria, Deputado Gilmar Machado, as seguintes Comissões: no caso da Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação, cujo Presidente é o Deputado Geddel Vieira Lima; no do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos, que tem como Presidente o Senador Luiz Otávio.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o que estabelece o art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser apertado se o permitir.

Conforme o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que, a partir deste instante, na mesa ao lado, está aberta a lista de inscrição para o debate.

Concedo a palavra ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, que volta ao comando desta Comissão, parabênizo V.Exa. Desejo que sua gestão, neste novo período, seja tão boa como a do período anterior em que V.Exa. presidiu esta Comissão.

Cumprimento o Sr. Relator, o Deputado Gilmar Machado.

Sr. Presidente, farei uma breve exposição sobre o que colocamos no Projeto de Lei de Diretrizes Or-

çamentárias, a fim de, em seguida, passar a palavra ao Relator e aos Srs. Deputados e Senadores, para que apresentem os questionamentos e promovamos o debate.

(Segue-se exibição de imagens.)

A nossa proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias tinha alguns fundamentos, que estão aí resumidos. Crescimento real do Produto Interno Bruto projetado: 4% para este ano; 4,5% para 2006, repetindo-se isso como perspectiva para 2007 e 2008. Há alguns valores nominais ali do Produto Interno Bruto. Quanto ao INPC projetado: para este ano, variação média de 5,69%; para 2006, 4,16%, e, para 2007 e 2008, os rebates de 3,92 e 3,99. Projeção média do câmbio: para 2005, R\$2,64; para 2006, R\$2,90; para o período de 2007, um pouco acima de 3 reais.

Nesse quadro temos a meta de resultado primário. Na verdade, fizemos uma projeção com a manutenção da meta para 2006, 2007 e 2008. Todos sabem que o Conselho Monetário Nacional vai reunir-se este mês e discutir isso, mas essa foi a previsão que colocamos no planejamento quando mandamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, lembrando que o projeto piloto tem, na LDO, a previsão de um gasto de 3 bilhões de reais tanto em 2006 quanto em 2007.

Esse superávit primário de 4,25% se desdobra em um orçamento fiscal e de seguridade social. Há previsão de 2,45. Seria 0,7 para as empresas estatais, 1,1 para os Estados e Municípios. Colocamos uma novidade – objeto de intensa discussão nesta Comissão, e é justo que seja assim, porque com certeza isso tem um impacto muito grande -, limitação na carga tributária das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal em 16% do Produto Interno Bruto em 2006, com previsão de repetição ou de diminuição nos anos de 2007 e 2008.

Enfatizo que realmente é uma novidade importante. Portanto, é absolutamente justa a polêmica, a discussão que se está fazendo na Comissão.

Estamos aqui fazendo uma projeção, mostrando o que tem acontecido com a carga tributária da Receita Federal nos últimos 10 anos. Tínhamos um patamar de 11,9% do PIB em 1995, um pouco menos em 1996; depois, houve uma subida constante entre 1997 e 2002, chegando a 16,3%. Diminuiu um pouco em 2003, mas aumentou em 2004. No projeto de LDO para 2005, nossa previsão inicial foi de 16,3%. Como é sabido – aprovamos isso aqui -, na época em que eu era Presidente da Comissão, a lei saiu com uma previsão de 16,7% do PIB. Neste segundo semestre, estamos projetando um redimensionamento para 16,3% para 2006, ou seja, 0,3 ponto percentual acima da previsão para o ano que vem.

A outra novidade – também objeto de grande debate aqui, acredito – é a limitação das despesas correntes não financeiras do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 17% do PIB para o ano que vem. Há também a previsão de se refazer essa limitação para 2007 e 2008.

Eu já havia informado sobre a possibilidade de, em 2007 e 2008, estabelecermos metas de redução nas Leis de Diretrizes Orçamentárias tanto para a carga tributária da Receita como para as despesas correntes.

A regra do salário mínimo que colocamos na LDO repete aquilo que pusemos no ano passado, quando o Senador Garibaldi foi Relator e arquitetou essa fórmula. Na verdade, a previsão é de correção pela variação do Produto Interno Bruto *per capita*, além da inflação, quer dizer, teríamos o mesmo critério que estabelecemos na LDO do ano passado.

Naquele período, na discussão da Lei Orçamentária, o debate sobre o salário mínimo se repetiu e, por iniciativa dos Líderes nesta Comissão, levamos essa questão ao Presidente da República. Acabamos fazendo um acordo para estabelecer na Lei Orçamentária uma previsão de 300 reais para o salário mínimo em 2006, o que depois o Presidente mandou para cá por meio de medida provisória. Portanto, foram iniciativas do Congresso Nacional tanto a regra estabelecida na LDO quanto o limite, que depois foi negociado inclusive com as centrais sindicais.

Na reserva de contingência, estamos prevendo 2%, sendo 1% da receita corrente líquida para emendas parlamentares e 1% como reserva de contingência mesmo.

Esses, Sr. Presidente, são os fundamentos que estabelecemos no projeto da LDO para 2006.

Tenho procurado conversar com o Deputado Gilmar Machado tanto quanto possível e sei que seu relatório já se encontra em fase avançada de elaboração. Não sei se S.Exa. vai falar agora. Quero ouvir V.Exas., Deputados e Senadores. Coloco-me à disposição para o debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Sr. Ministro Paulo Bernardo.

Com a palavra o Relator, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, serei breve, já que na condição Relator me cabe mais ouvir do que falar. O relatório será a média do debate que realizamos aqui.

Farei algumas breves considerações. Em primeiro lugar, considero importantes as inovações que o

Governo produz no sentido de começarmos a montar um Orçamento mais realista, mais claro, mais transparente, para evitarmos aqueles contingenciamentos que realmente não colaboram.

Em segundo lugar, informo ao Sr. Ministro Paulo Bernardo que estamos cumprindo todos os prazos; que todas as informações solicitadas ao Ministério estão chegando a tempo, sendo todas repassadas imediatamente a todas as Sras. e Srs. Deputados e Senadores. Para esta reunião já foram convidadas, conforme a nova resolução que estamos trabalhando e votando nesta Casa, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Todos foram convidados. Se não compareceram... Em todo caso, isso já é fruto do que esta Comissão vem produzindo.

Quero dizer a V.Exa. que estamos recebendo algumas informações. Tenho certeza, pelo diálogo que estamos travando, de que, com relação à área da saúde, vamos assegurar que o Governo Federal cumpra a Emenda Constitucional nº 29. Seguramente acertaremos no relatório o cumprimento dessa emenda constitucional, bem como a garantia a todas as áreas de pesquisa do não-contingenciamento. Adianto isso a todos os Srs. Congressistas presentes a esta reunião.

Com relação aos 3 bilhões de reais, o que é exatamente uma redução do superávit para a área de investimentos, queremos deixar claro que estará assegurada a participação efetiva desta Comissão no que vamos votar e, depois, na elaboração e no acompanhamento de todos os projetos.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar V.Exa. pela clareza das suas explicações e pela presença com que o Ministério mandou para cá todos os documentos, que estão à disposição dos Srs. Parlamentares desde o mês de abril, quando chegaram a esta Casa. Ficaram à inteira disposição de todo mundo durante o mês de maio.

Este Relator está cumprindo rigorosamente todos os prazos. Os Parlamentares têm todas as informações e todos os dados a tempo e a hora. Portanto, vamos cumprir o prazo determinado e, se Deus quiser, no dia 30 votaremos aqui. No dia 9 se encerrará o prazo de apresentação de emendas, como acordado com todos os Srs. Líderes, porque todos os prazos estão sendo cumpridos pelo Relator e pelo Ministério.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Desejo falar algo mais. Hoje estamos debatendo com o nosso Ministro. Também com relação aos servidores, a política é clara. Este Relator terá o maior carinho em assegurar que os servidores não serão penalizados, com certeza, porque há um processo de negociação. O Relator da LDO vai garantir que, no Or-

çamento, haja todas as garantias de renegociação e reestruturação de tabelas para todos os servidores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos dar início aos debates.

Inicialmente esclareço ao Plenário que ouviremos 3 debatedores e, então, o Ministro responderá, em vez de fazê-lo individualmente.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Claudio Cajado, que tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, cumprimento V.Exa., também o eminente Ministro Paulo Bernardo, nosso colega Deputado Federal; o eminente Relator, Deputado Gilmar Machado, e as Sras. e os Srs. Congressistas que participam desta Comissão.

Primeiro, gostaria de elogiar a elegância e, principalmente, a célere exposição do meu querido Ministro Paulo Bernardo. Acho que foi uma das mais breves que já ocorreram nesta Comissão. Tem S.Exa. poder de concisão extraordinário.

Rapidamente, Sr. Ministro, gostaria de fazer algumas perguntas a V.Exa. Quanto à exposição, não entendi direito. Pelo que pude depreender da leitura da LDO, há estimativa de receita limitada a 16% do PIB, e o que vi exposto foi que haverá limitação da receita da carga tributária em 16% do PIB. Não entendi se é estimativa de receita ou se a receita que efetivamente deverá ser arrecadada pelo Governo Federal ficará limitada a 16% do PIB.

Há de se considerar, Sr. Ministro, que houve queda do PIB. Ora, se o PIB decresceu, é óbvio que a carga tributária vai ser elevada. Vai ficar mais difícil de se pagar imposto. Como li, no material apresentado por V.Exa., que se pretende limitar em 16% da carga tributária, acho que a LDO está com erro de redação. Ou então li errado, porque se fala de estimativa de receita.

Assim, solicito a V.Exa. que esclareça melhor essa questão, principalmente quanto ao que será feito do excesso de arrecadação. Hoje, o que acontece é que o Governo Federal, como sabemos, blindou sua arrecadação. Mês após mês, batemos recorde de arrecadação. Estados e Municípios, em caminho inverso, têm sua receita diminuída; não conseguem fazer excesso de arrecadação. Então, queria que fosse clareada essa questão e também perguntar o que será feito desse excesso de arrecadação. A Lei de Diretrizes Orçamentárias não deixa claro o que será feito com o excesso de arrecadação que, como sabemos nesta Comissão, acontece todo ano.

Aliás, essa é uma questão que traz outra, agora em relação à Lei Kandir. No Orçamento Geral da União para este ano, não constaram recursos para a Lei Kandir. Coube ao Congresso Nacional descobrir

receitas para o cumprimento da lei. Essa é outra questão que gostaria fosse esclarecida, porque, no nosso caso, não temos tido essa vertente exposta na LDO e isso vai gerar, como fora feito no ano passado, uma grave discussão, pois Estados perdem receitas enormes por descumprimento da lei. Não podemos mais repetir essas questões, que há 2 anos não são incluídas no Orçamento.

Por fim, Sr. Ministro, até aproveitando este momento de ebulição política, farei uma questão para a qual gostaria de ter resposta de V.Exa.

Primeiro, estamos discutindo nesta Comissão a mudança da Resolução nº 1 – inclusive está prevista uma reunião desta Comissão para as 19h – e o não-contingenciamento das emendas individuais. Acho que este é o momento oportuno de nós, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, darmos, de uma vez por todas, um basta na relação entre Executivo e Legislativo com relação às emendas coletivas e individuais. Hoje à noite, essa discussão será mais uma vez promovida. Diante do que estamos vendo, não quero ater-me à questão política, mas essa questão está relacionada à execução orçamentária. Sabemos que os Deputados, motivados por reivindicações das bases, dos Municípios e dos Estados que representam, alteram o Orçamento e o emendam; quando o Orçamento se torna lei, queremos que seja executado como aprovado pelo Congresso Nacional, mas o contingenciamento não tem permitido que isso aconteça.

Portanto, indago o Ministro Paulo Bernardo, Deputado Federal, colega nosso, sobre essa possibilidade – inclusive, vou propô-la como emenda; espero que o nobre Relator, Deputado Gilmar Machado, a acate – de não fazermos contingenciamento das emendas individuais. Vamos dar um primeiro passo e fazer com que, tanto do ponto de vista da receita quanto do da execução orçamentária, tenhamos mais transparência e respeito ao que se decide no Parlamento.

Mais uma vez, parabeno o Ministro Paulo Bernardo pela concisão em suas explanações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA – Inicialmente, cumprimento o Senador Gilberto Mestrinho, Presidente desta Comissão; o nosso colega ilustre Deputado Paulo Bernardo, agora Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; o nosso Relator, Deputado Gilmar Machado; os demais representantes do Ministério que aqui estão e as Sras. e os Srs. Senadores e Deputados.

Apresentarei 3 ou 4 questões, tentarei ser o mais rápido possível. A primeira delas o Deputado Claudio

Cajado já antecipou, de certa forma, refere-se à Lei Kandir. Sr. Ministro, espero sinceramente de V.Exa., que conviveu conosco no final do ano passado, que não experimentemos de novo o mesmo processo, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 pelo menos determinava que seriam consignados na Lei Orçamentária para 2005 os recursos da Lei Kandir. A LDO inova ao não fazê-lo e vamos nos defrontar, de novo, com essa questão, já que o Governo também não se predispõe a fazer a lei complementar e a deixar que esse embate se dê entre Estados e a União, o que de certa forma continua arranhando o pacto federativo.

Outra questão que gostaria de formular diz respeito à flexibilização do resultado primário. Isso está feito para a União, criando um intervalo de variação no valor de 3 bilhões – de 3,01 até 3,15 do PIB, no caso do Governo Federal.

Essa proposta impõe alguns questionamentos. Por exemplo, considerando que o ano que vem é ano eleitoral, essa flexibilização permitirá aumento de gastos para o Governo Federal, que poderá melhorar a sua imagem junto à população? Sendo assim, o mesmo benefício não concedido aos Estados e Municípios pode gerar conflitos e até mesmo movimentos contra o cumprimento das metas fiscais? Como o Governo pretende administrar essa questão?

Caso ocorra o descumprimento sistemático da meta por parte dos entes federativos, a situação macroeconômica do País evidentemente poderia deteriorar-se. O Governo já avaliou essa possibilidade? Essa meta poderá ser flexibilizada? Não, já que se parte de 4,25% e, reduzindo os 3,15% da União e estaduais, fica 1,10% para Estados e Municípios, que não poderão flexibilizar. Da forma como o Governo vem concentrando suas relações com os Estados e Municípios, inclusive fortalecendo-se cada vez mais na condução política e, sobretudo, na centralização dos recursos, essa é uma questão preocupante.

Outra questão é com relação ao projeto piloto de redução do superávit. Ora, estamos diante de um projeto de 3 bilhões anuais – 3 bilhões para 2006, 3 bilhões para 2007; para este ano também são 3 bilhões. Então, são 3 bilhões para cada ano. Não há mais acordo com o FMI, não há mais a obrigatoriedade, mas pelo menos o Governo está mantendo o projeto piloto e as prioridades.

Juntando-se esses valores ao projeto de transposição, programa que o Governo tirou da caixinha de surpresas para ser realizado no prazo de 18 meses e que necessitará de recursos de 2 bilhões de reais em 2006 – os jornais noticiam que o Ministro Ciro Gomes está encaminhando proposição ao Ministério do Planejamento -, são 5 bilhões de reais. O que ficará

para o resto, para os programas de infra-estrutura que estão em andamento? É compreensível que o Governo defenda prioridade desse tipo e restrinja os gastos referentes à infraestrutura para o resto do País? E criando competição desigual entre as regiões e os Estados da Federação, criando dificuldades para manutenção harmoniosa do pacto federativo, como está acontecendo hoje nos Estados do Nordeste, que se debatem entre Estados doadores e Estados receptores da bacia. Trata-se de projeto inoportuno, porque abre discussão entre os Estados e afeta sistematicamente os orçamentos dos próximos anos.

É muito importante que isso seja discutido, inclusive por V.Exa. Devo dizer que fiquei surpreso, porque V.Exa. foi sucinto. Aliás, o Governo do Partido dos Trabalhadores, o Governo do Presidente Lula tem sido muito econômico nas palavras: em 4 minutos, toda a LDO foi apresentada.

Na verdade, quanto às questões regionais, na meta das diretrizes orçamentárias – no anexo, item 7, na página 214, que trata das reduções das desigualdades regionais -, dos 6 projetos previstos como prioritários, 3 estão no Ceará, do Ministro Ciro Gomes, 2 em Minas, do nosso querido Relator, não é por coincidência, e 1 em Sergipe. Os demais Estados praticamente não foram contemplados com projetos importantes de implantação de adutoras e sistemas adutores. Isso é muito grave, porque, junto com a transposição, praticamente só definimos uma prioridade e quase para só um Estado. Nada tenho contra o Estado do Ceará, quero deixar bem claro. Tenho colegas Deputados cearenses, e Bahia e Ceará sempre seguiram juntos nessa questão. Somado ao projeto da transposição, a definição de prioridade precisa ser melhor explicitada pelo Governo. Caso contrário, serão gerados sérios conflitos com os demais Estados da Federação.

Eu tinha outras observações a fazer, mas vou concentrarme inicialmente nessas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, cumprimento nosso colega Ministro Paulo Bernardo.

Observando a análise feita por S.Exa., percebi que houve arrecadação de receita, sim. De 1995 a 2002, houve intensa elevação da carga tributária, feita por governo dito liberal. E foi aumento de receita, mediante aumento da carga tributária, que saiu de 11,9% do PIB e chegou em 2002, no último ano do Governo FHC, a 15,6% do PIB. Realmente, para quem se diz liberal, estranha-se a atitude de fazer ajuste fiscal com ampliação da receita e a correta administração da despesa pública. Na verdade, naquele período houve certo

descontrole, um ajuste fiscal às avessas, introduzindo, impondo à sociedade carga nunca vista no Brasil.

Creio que esse dado apresentado pelo Ministro joga por terra todo o discurso que temos ouvido ultimamente, de maneira demagógica e sofismática, de que o Governo passado, liberal, talvez tenha onerado demais a produção no Brasil. Foi um ajuste fiscal à portuguesa – peço desculpas aos portugueses -, do tipo cone.

Outro ponto importante que vejo aqui é a sensibilidade do Governo diante das questões sociais, como a elevação de despesa para os programas de transferência de renda. Acho que nesses 2 anos e 5 meses do Governo Lula talvez não tenhamos tido programa de efetivação de transferência de renda tão rápida como o que a população brasileira tem presenciado hoje. Isso não está apenas em números, mas em fatos efetivados pelos programas do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família.

A previsão orçamentária da LDO dá continuidade à política do Governo que visa melhorar a renda das populações mais empobrecidas, a fim de elas terem acesso ao mínimo de consumo e, com isso, impulsionar a economia. Acho que isso está garantido na LDO. Espero que, no debate que teremos com o Relator, possamos aperfeiçoar os gastos sociais no Brasil.

Não posso deixar de fazer comentários em relação à Previdência. O Governo está sensível à inclusão previdenciária, ao prever aumento de despesa para amparar as leis complementares e ordinárias que irão regulamentar a reforma da Previdência. Certamente, essa previsão de aumento de despesa seja para abraçar a inclusão previdenciária. Como está limitado, e aí, sim, houve um limite pela receita auferida pela Receita Federal em 16,1%, evidentemente que os gastos deverão ser melhor administrados.

Sei que o Ministério do Planejamento editou em julho decreto que torna obrigatório o pregão eletrônico. Faço as seguintes perguntas ao Ministro: qual é a estimativa de redução de despesa pública com a adoção do pregão eletrônico? Qual será o impacto na melhoria da qualidade das compras governamentais? Como eram feitas essas compras no Brasil antes de 2002? Como se dava esse processo nos Governos passados, com as tradicionais licitações de obras e serviços públicos? Que redução de despesa o Governo terá com o pregão eletrônico? O que isso tem de diferente das condutas praticada pelo Governo passado?

Outra pergunta é sobre as emendas de Parlamentares e de bancada. Hoje, um dos temas que se discutem nesta Casa é o frenesi quando se debate emenda individual. Sempre fui contra emendar o Orçamento, seja por iniciativa de Parlamentares, seja por

iniciativa de bancada, porque sei que isso muitas vezes se transforma num grande balcão. Sr. Ministro, qual é, na verdade, a vantagem das emendas parlamentares? Elas têm resultado na melhoria da qualidade de vida da população brasileira? Têm resultado em termos de qualidade na aplicação dos recursos públicos? Reporto-me às obras que estão sendo contestadas pelo TCU, obras inacabadas, cuja construção começa com recursos de emendas, mas não é possível concluir a obra, ficando o interesse social envolvido em emendas. Esse tema foi objeto de investigação de CPI que verificou o mau uso do Orçamento – o escândalo dos anões. O que isso representaria hoje em termos de ganho de qualidade para o orçamento público brasileiro? O que pode ser feito para combater o mau uso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Para encerrar o primeiro bloco, tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e dizer da satisfação em tê-lo conosco. A despeito de sua exposição ter sido concisa, ela não deixou de abordar aspectos extremamente relevantes, que destacam claramente o modo sério e competente pelo qual está sendo gerida a economia brasileira. A despeito de muito falatório, de tentativas de crítica, que é o papel dos partidos da Oposição, a economia brasileira demonstra solidez. Solidez nas contas externas. A despeito do câmbio extremamente valorizado, na primeira semana de junho, as exportações continuam demonstrando crescimento vigoroso, Sr. Ministro e Srs. Parlamentares.

É evidente que sempre há setores da economia que se queixam de determinados parâmetros. Quando o dólar se fragiliza diante do real, alguns exportadores reclamam. Temos de estar atentos a isso. Mas é verdade também que o real valorizado diante do dólar significa menores preços de importação de insumos, fundamentais para o funcionamento da economia brasileira e para a redução da inflação. Alguns criticam determinados tributos neste País, aspectos da carga tributária, esquecendo-se de que, durante os 8 anos do Governo passado, a carga tributária cresceu de forma absurda. E não foi um crescimento saudável, no sentido de ampliar receitas, visando aumentar os gastos sociais ou os investimentos em infra-estrutura. Foi uma carga tributária que cresceu em sintonia com uma dívida pública desgovernada, que explodiu neste País.

Em nosso Governo, houve uma trajetória descendente da dívida pública e da sua relação com o PIB. Recebemos a dívida pública na faixa de 57%, e hoje ela está na faixa de 51% do PIB, numa trajetória descendente. A economia revela solidez, os números,

no que diz respeito às projeções macroeconômicas para o ano que vem, estão aí. Isso dá segurança ao Governo e também a nós, Parlamentes, no sentido de projetar uma LDO e depois um orçamento que tenham consistência.

Sr. Ministro, farei um comentário sobre o trabalho que estamos realizando para reestruturar o processo orçamentário. V.Exa., quando estava exercendo o mandato parlamentar, chegou a participar da nossa Comissão. Um dos aspectos relevantes dos quais estamos tratando é a idéia de certa contratação da verdade na relação entre Executivo e Legislativo, ou seja, queremos que o Legislativo seja absolutamente competente e rigoroso na estimativa de receitas. Para isso, determinamos uma data limite para fixação da receita, 30 de outubro, junto com o relatório preliminar. Mas precisaremos definir também uma metodologia de estimativa de receita pactuada entre o Executivo e o Legislativo, a fim de que não surjam discrepâncias, que acabam motivando o contingenciamento do Orçamento, algo que é ruim do ponto de vista do Executivo e ruim do ponto de vista do Legislativo, porque importantes contribuições de Parlamentares, na forma de emendas, são prejudicadas ao longo do tempo e às vezes definitivamente, por conta do contingenciamento.

Além dessa questão das receitas, há necessidade também de um pouco mais de rigor no que diz respeito às despesas obrigatórias. Em relação à estimativa de receitas e despesas, houve discrepância nos valores relativos ao orçamento da seguridade, que motivaram parcelas do contingenciamento deste ano.

Precisamos avançar no trato dessas questões para que o Orçamento não seja contingenciado, ou seja contingenciado o mínimo possível, para fazer face não a discrepâncias, mas a contingências verdadeiras, a modificações drásticas nos parâmetros econômicos, em virtude de fatores extraordinários, de tal maneira que construamos uma relação a mais saudável possível entre o Executivo e Legislativo.

Sr. Ministro, eu gostaria de ouvir sua apreciação sobre essa idéia de definirmos de comum acordo metodologia para estabelecimento da receita e das despesas obrigatórias, fundamentais também na peça orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu pensei que ia ser elogiado, e parece que estou sendo bastante elogiado pela concisão de minha apresentação, até porque propicia maior tempo para o debate.

Deputado Cajado, inicialmente, quanto ao limite de 16% para as receitas da Secretaria da Receita Federal, nossa exposição mostrou que houve realmente, entre 1996 e 2002, crescimento de 11% para 16,3% do Produto Interno Bruto nas receitas administradas.

O Governo Lula não conseguiu ainda, mas nossa expectativa é de que no futuro o Brasil consiga reverter e comece efetivamente a diminuir a carga tributária, e já tivemos um mérito que não há como negar: no Governo Lula, a escalada da carga tributária parou. O crescimento que se verificou nos últimos 10 anos foi estancado, e, mais do que isso, vamos agora tentar transformar em lei – evidentemente, caberá ao Congresso e a esta Comissão aprovar – proposta que garante que a carga tributária fique estabilizada. Não colocamos a carga tributária global porque é uma parte que primeiramente pertence a Estados e Municípios e, no que diz respeito à Previdência, achamos que devemos fazer um esforço para aumentar a receita. E, com maior formalização de mão-de-obra, com maior crescimento da atividade, é possível fazer isso.

Nossa proposta é inovadora porque vai garantir para a sociedade que o Governo não vai resolver os problemas de caixa, não vai buscar, por exemplo, diminuir a dívida ou resolver as necessidades de financiamento lançando mão de aumento de tributos. Esse dispositivo põe um parapeito, deixa isso bastante claro, bastante amarrado. O Deputado Cajado perguntou: “E se houver excesso de arrecadação?” É até possível que haja, porque não podemos proibir a receita e dizer: Olhem, quando der 16% do PIB, parem de arrecadar. Fechem o guichê e mandem o contribuinte voltar. Nós estamos balizando para que chegue bem perto dos 16%. Se for menos, tudo certo, porque é o limite máximo. Se for mais do que isso, precisaremos decidir o que fazer.

Por que estou dizendo que estamos balizando para bem próximo? Porque o Governo projeta para este ano um pouco mais de 16%, 16,3%, por aí, e estamos tomando várias medidas, como a chamada MP do Bem, expressão cunhada pelo Ministro Furlan, que visa desonerar alguns setores da economia, particularmente investimentos, bens de informática, incorporação de tecnologia. Vamos tomar algumas medidas neste ano que provocarão certa baixa na carga tributária.

Se a arrecadação ficar um pouco acima, caberá ao Congresso dar a última palavra sobre o que vai ser feito, porque, da forma como está redigida a LDO e da forma como o Orçamento está na proposta de lei, o Governo não terá permissão para utilizar isso sem autorização legislativa, ou seja, digamos que deu 16,1% ou 16,2%. Isso significariam 2 bilhões, 4 bilhões a mais de receita. Na Secretaria da Receita Federal, teríamos

que pedir autorização do Congresso para utilizar isso em qualquer projeto que o Governo queira fazer. Teria que mandar um projeto para cá sobre o uso do excesso de arrecadação. Portanto, é uma forma mais democrática de fazer isso: reconhecer que houve esforço de arrecadação, houve superação do que havia sido colocado na meta e, depois, no Orçamento, e que estamos encaminhando ao Congresso pedido de autorização. Isso vai ser discutido aqui, e o Congresso vai dizer se aprova ou não, se vai ter outra destinação.

Pois não, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, Sr. Ministro, V.Exa. deve concordar comigo: na prática, não há limitação da arrecadação.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Há limitação porque vamos mandar o Orçamento para cá com esse limite, e é o que estamos projetando. Se o Congresso aprovar, vai aprovar um orçamento também com 16%. Então, se eventualmente houver, e deverá ser pouco, excesso de arrecadação, pode dar um pouquinho menos. Nós vamos ter que mandar um pedido de gasto, vamos ter que mandar para Deputados e Senadores pedido de autorização para crédito especial, para fazer a utilização.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – É justamente isso. Se a lei prevê que ficará limitado em 16%, havendo acréscimo como fica limitado? Não fica.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – A Constituição, Deputado Cajado, prevê que o Orçamento estime as receitas. Vamos fazer uma projeção e, como disse, não podemos parar a receita, nem vamos fazer isso. Vamos orientar para que eles façam um esforço de arrecadação. Estou dizendo que, antecipadamente, estamos tomando medidas para balizar a carga tributária no patamar de 16%. Pode dar menos. Se der menos, está resolvido o assunto. Mas, se der mais, o Congresso vai dar a palavra final sobre a utilização dos recursos.

Com relação à Lei Kandir, em primeiro lugar, concordo com suas ponderações e as do Deputado Carreira. Temos que resolver essa situação na hora de enviar a proposta, para não ocorrer como no ano passado, quando nos deparamos com a questão já consumada de fato e tivemos que resolver.

O Governo fez aos Secretários Estaduais de Fazenda proposta para mudar a forma de trabalhar a desoneração das exportações, até porque existem estudos que mostram que, da maneira como a coisa está organizada hoje, não estamos efetivamente desonerando as exportações. Há problemas de reconhecimento de créditos, exportadores cobram dos Estados, e os Estados querem repassar para a União. Se durante esse período nós conseguirmos resolver – talvez isso

não seja possível -, seria a solução mais adequada. Do contrário, faremos na proposta orçamentária a inclusão dos recursos da Lei Kandir, como foi cobrado pelo Deputado Cajado e pelo Deputado Carreira.

Quanto às questões sobre o regulamento da Comissão, considero o trabalho que está sendo feito aqui de excelente qualidade. Sei que alguns pontos são polêmicos entre os partidos, entre a Câmara e o Senado, entre as bancadas estaduais, mas penso que não cabe ao Executivo intrometer-se nesse debate específico.

Com relação ao contingenciamento das emendas individuais, considero que é um direito constitucional do Congresso emendar o Orçamento. A forma como isso é feito – emendas individuais com limitação ou emendas coletivas – é estatuto interno do Congresso. O Executivo não entra nesse mérito, mas, como há um volume muito grande de emendas coletivas, o Executivo tem assumido o compromisso de liberar as emendas individuais e de negociar as coletivas. Esse é o procedimento freqüentemente adotado. Elas são legítimas e constitucionais. Só não podemos liberar se a emenda se destina a projeto que não pode ser executado, se há problema na obra, enfim, se há alguma limitação legal. Evidentemente, isso obriga a que não seja executada a emenda. Exceto isso, permanece nosso compromisso de execução das emendas individuais e, na medida do possível, de negociação da liberação das emendas coletivas.

Acho que não há nenhum tipo de segredo, não temos que fazer cavalo de batalha. As cobranças que os Parlamentares fazem são justas, são procedentes. Só temos uma limitação: dinheiro. Precisamos ter recursos, fluxo de caixa e outros parâmetros atendidos, como, por exemplo, o superávit, a arrecadação, que tem que se realizar. Mas isso faz parte da gestão orçamentária da União, dos Estados, dos Municípios. Não há desacordo com relação a isso.

Portanto, Deputado Cajado, acho que não seria apropriado impedir o contingenciamento das emendas. Isso pode gerar um engessamento extra para o Executivo. E, mais, pode gerar conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O procedimento que adotamos é melhor.

Em relação às propostas de tornar as emendas impositivas, eu já disse inúmeras vezes e repito que sou simpático à tese do Orçamento impositivo. Mas para isso teria que ser feita uma mudança constitucional. O Orçamento impositivo tem que ser para a União, os Estados e os Municípios. Não é razoável o Orçamento federal ser impositivo, e o dos Estados e dos Municípios não.

Teríamos que estar abertos para discutir, e sempre defendi isso. Evidentemente, há um período de adequação, e várias questões teriam que ser resolvidas, mas esse é um debate absolutamente procedente, que topariamos fazer.

Quanto ao projeto piloto, o Deputado Carreira fez algumas perguntas. Primeiro, separando, quando S.Exa. diz que o projeto piloto mais a transposição vai dar um total de 5 bilhões, na verdade terá um conceito diferenciado, porque, como S.Exa. mesmo disse, estamos fazendo em caráter experimental projeto com características de piloto, mas na verdade é uma diminuição do superávit primário. Isto é, estamos vendo a possibilidade de fazer isso e avaliar durante esses 3 anos o grau de sucesso que vai ter, com critérios pre-determinados, com projetos que signifiquem no médio prazo um ganho fiscal maior do que a não-execução. Isso justificaria fazer com diminuição do primário.

S.Exa. fez algumas perguntas sobre a imagem do Governo, se o Governo buscaria melhorar a imagem com isso. Acredito que qualquer governo tem que buscar melhorar a imagem permanentemente, assim como os Governos Estaduais e Municipais. Não temos nenhum problema com isso, principalmente se for pela execução bem-sucedida do Orçamento, pela realização de obras. Mas isso não quer dizer que vá haver restrição a investimentos em outras Unidades da Federação. Temos consciência de que o Congresso não permitiria a aprovação de Orçamento se não tivesse equilíbrio federativo. A briga que verificamos aqui todo ano, legítima e absolutamente normal, é briga entre as unidades federadas.

Vamos fazer o Orçamento, mas as prioridades do Orçamento precisam ter execução viável. Há toda uma série de critérios.

Em relação ao que disse o Deputado Valverde...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA – Sr. Ministro, por gentileza, eu gostaria de fazer um comentário sobre o assunto.

A questão que levanto é sobre o projeto piloto. O Governo tomou a definição dos projetos até por metodologia, reconheço, bastante interessante da OCDE, um trabalho interessante. Mas não justifica que no projeto piloto seja incluído, por exemplo, o metrô de Minas Gerais e os metrôs de Fortaleza, Salvador e Recife fiquem de fora e se comece um novo projeto de transposição de 2 bilhões de reais.

Como se vai compatibilizar isso no futuro? Se 5 bilhões não serão contingenciados com nada e não podem ser contingenciados porque estavam em acordo que, de certa forma, o Governo vai respeitar, e os outros 2 bilhões o Governo está dizendo que são

para prioridade absoluta, o projeto da transposição, só nisso são 5 bilhões. Até 31 de dezembro de 2004, o Governo despendeu financeiramente pouco mais de 5 bilhões de reais. Isso significa que vai gerar imensa competição de recursos orçamentário e fiscal com todos os Estados da Federação que têm infraestruturas deterioradas, sem condição de recuperação. Eu, por exemplo, não posso ficar satisfeito com o fato de que no meu Estado remetam para a PPP os Projetos Baixo de Irecê e Salitre, o Projeto Jaíba, em Minas Gerais, que já executou 1 bilhão e 200 milhões reais, faltam apenas 101 milhões, e não haja dinheiro no Orçamento. Assim como também o Pontal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado, o tempo para a réplica são 2 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA – Estou concluindo a réplica. Essas coisas são incompreensíveis. De repente, surge no orçamento fiscal a possibilidade de 2 bilhões de reais para 2006, para um único projeto. Discuto o projeto em separado, porque não é o caso agora. Estamos falando de prioridades governamentais.

A outra questão a que V.Exa. não fez referência, e eu gostaria de ouvir sua resposta, é sobre a flexibilização dos intervalos da meta de 3,01% a 3,15% do PIB. Os Estados e Municípios também ficariam impedidos de fazê-la? O Governo Federal pode descumprir, pode ter flexibilização de metas, mas Estados e Municípios não? Essa situação, associada à mudança de critério de convênio, parece-me bastante grave, sobretudo em relação à eleição de 2006.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, questão de ordem. V.Exa. vai facultar a réplica agora ou ao final?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Exa. já usou seu tempo de réplica. Como não é permitido aparte ao expositor, considere a participação de V.Exa. como réplica.

Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Em relação à pergunta do Deputado Valverde, implantamos a obrigatoriedade do pregão a partir de 1º de julho e achamos que isso trará importante economia de recursos nas compras. Temos possibilidade de comprar, se for pelos números do ano passado, perto de 8 bilhões de reais com pregão eletrônico. Onde isso tem sido implantado temos tido economia da ordem de 10% a 15%. Portanto, é lícito supor que podemos economizar de 700 milhões a 1 bilhão de reais com compras por meio do pregão.

Quanto ao que disse o Deputado Bittar, podemos discutir a reestruturação do processo orçamentário com

essa ressalva. Não cabe ao Poder Executivo discutir polêmicas, divergências entre as bancadas estaduais ou entre Senado e Câmara. Isso é de caráter interno do Congresso Nacional.

Em relação a esses avanços, por exemplo, a uma data limite para reestimativa de receita, na verdade vai funcionar, Deputado Cajado, da mesma forma como o limite que estamos estabelecendo para a carga tributária. Se o Congresso reestimar a receita e, depois do prazo limite que está autofixando-se, descobrir que há diferença, isso terá que ser decisão legislativa, provavelmente um projeto de lei, para que seja solucionada.

Quanto à discrepância dos números na Previdência, acho isso importante, Deputado Bittar. Talvez fazer reuniões mais freqüentes, inclusive com os Ministros da Previdência e do Planejamento, para discutir a evolução. Tínhamos um déficit projetado da Previdência de aproximadamente 37 bilhões. Quando começou o ano, a projeção já estava em 39 bilhões e alguma coisa. Fizemos um trabalho para derrubar o déficit para 32 bilhões. Esse trabalho, se bem sucedido, certamente será um diferencial importante na execução.

O Secretário lembra que ainda há incerteza, porque o contencioso jurídico na Previdência tem crescido muito e suscitado debate. O Governo tem que participar em todos os momentos do debate, para ver como vai fazer isso, se precisa complementar receita ou se o ajuste que está sendo levado a efeito na Previdência será suficiente para resolver o problema.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, um minuto de réplica. Peço a V.Exa. Permite-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Exa. já usou da palavra como réplica. Não é possível aparte ao Ministro. V.Exa. usou seu tempo para contestar. O Ministro foi muito amplo na exposição. Alguns Parlamentares estão pedindo ao Ministro que reduza o tempo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, estava olhando para o Ministro quando S.Exa. disse: *“Pois não, Deputado”*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Excepcionalmente, um minuto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Obrigado. Não é a à toa que V.Exa. é nosso Presidente, mas pela deferência e pela gentileza.

Apenas gostaria de dizer, Ministro Paulo Bernardo, que tenho o maior apreço por V.Exa. O único acerto do Governo Lula foi indicá-lo para Ministro. Começo logo por aí. Foi o único acerto até agora deste Governo. Se concordamos com a limitação...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – É mais um dos grandes acertos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Ministro, se concordamos com a limitação em 16% da carga tributária da receita estimada, seria lícito propor ao Relator excluir o § 2º do art. 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não estamos discutindo aqui a iniciativa, que louvo, de, havendo excesso de arrecadação, enviar projeto para que o Congresso Nacional decida em que será aplicado. Acho isso positivo, mas estamos discutindo o limite da arrecadação.

Ora, se estamos discutindo o limite, havendo excesso, o Congresso Nacional terá que decidir sobre o excesso, não tem limite. Proponho a exclusão do § 2º do art. 2º e a criação de gatilho em que principalmente as contribuições possam ter limite na arrecadação.

Hoje contesto. Não aceito que a CIDE, criada para manter as estradas federais em bom estado de conservação e utilidade para os veículos, seja desvirtuada, como tem acontecido, pelo menos até antes de V.Exa. assumir o Ministério. Acho isso uma excrescência. Se houvesse um mecanismo de gatilho, pelo qual, se atingisse 16% do PIB, a arrecadação ficaria sustada, seria um grande avanço.

Por outro lado, se a União tem direito à DRU, acho que os Estados também poderiam ter. Só queria fazer essa referência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Sr. Presidente, o Deputado Claudio Cajado e eu estamos dizendo a mesma coisa. Há o reconhecimento de que é importante fazer essa limitação. Estamos balizando as receitas para que elas fiquem no patamar de 16%, mas evidentemente não é viável, nem seria prudente, tomar qualquer iniciativa para que a Receita não arrecade. Se houver uma receita que ultrapasse o limite, o Congresso será chamado a decidir sobre o que será feito com o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Relator da LDO, meus cumprimentos a V.Exas.

Peço a V.Exa., Ministro Paulo Bernardo, que me perdoe a insistência em voltar ao dispositivo que tenta limitar em 16% o aumento da receita, encontrado pelo Relator-Geral. Em primeiro lugar, desde que existe a Comissão de Orçamento, os Relatores-Gerais têm feito projeções maiores do que as que vêm do Executivo. Até agora, que eu me lembre, em nenhum ano as projeções foram inferiores à arrecadação efetivamente realizada.

O absurdo desse dispositivo, Sr. Ministro, resulta no fato de que receitas encontradas pelo Relator-Geral em geral resultam de erros e omissões vindas do Executivo. Ora, se o Relator-Geral encontrar erros e omissões maiores do que 16% ele não poderá utilizá-las?

O segundo ponto de desigualdade nesse dispositivo é que ele, apesar de proibir o Relator-Geral de encontrar receita maior, não proíbe o Executivo de abrir créditos suplementares quando a receita realizada for efetivamente maior, nem de propor ao Congresso Nacional créditos adicionais.

Gostaria que V.Exa. refletisse sobre esses dois pontos. Não precisa responder, se V.Exa. assim julgar conveniente, porque os absurdos são evidentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho)

– Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, meu caro Ministro, quero também expressar minha alegria em vê-lo à frente dessa pasta. Ministro que tem origem no Parlamento demonstra sempre muito mais sensibilidade em relação às questões sociais e às propriamente políticas, às relações com todas as forças que atuam na vida pública brasileira. É com alegria, de fato, que saúdo a presença de V.Exa. no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Fiz algumas perguntas pontuais para esclarecimento. Primeiro, superávit. Essa determinação na LDO, elaborada pela União, fixando o superávit de Estados e Municípios, é, de fato, constitucional?

Segundo, V.Exa. foi autor de uma idéia para evitar excessos de superávit: uma margem para que quem executa o orçamento não fosse obrigado a tentar conquistar o superávit de antemão em função de uma possível falta de recursos mais no fim da execução. Tivemos superávit de 7,3% no primeiro quadrimestre. Houve excesso no ano passado: a previsão era 4,25% e tivemos 4,6%. V.Exa. não acha que, a revisão do PIB pelo IBGE, que baixou para 4,9%, o superávit deve ir para 4,7%? Mesmo em 2002, houve excesso quando o investimento foi tão pequeno. Não seria interessante voltar à idéia da margem para quem executa o Orçamento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – Sr. Presidente, há orador, e parece que o Ministro está sendo interrompido por conversa paralela.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Ministro, eu levantaria esse problema do excesso de superávit.

Terceiro, fixação. O Deputado Pedro Novais já fez referência ao limite para arrecadação. Quero falar sobre o limite para os gastos sociais, para as chamadas despesas correntes primárias. O Executivo tem

compromisso de elevação real do salário mínimo, de ampliação do número de famílias atendidas pelo Bolsa-Família e por outros programas sociais. Pergunto: mesmo na expectativa de diminuição do PIB, já que essas despesas são fixas, será que esse limite vai ficar nos 17%?

Quarto: falar em definições na LDO para 2007 é constitucional, já que ela fixa despesas para o próximo ano, ou é apenas uma declaração de intenção?

Quinto, audiências públicas. Por que V.Exa. cita no § 5º a realização da audiência pública sobre o anexo de metas fiscais e não trata de audiência pública do Presidente do Banco Central? Tentamos incluir uma regra para essas audiências. Imaginávamos o Dr. Henrique Meirelles como nosso Greenspan, que viesse aqui e efetivamente prestasse contas, em vez de fazer proselitismo da política econômica. Isso foi fixado na LDO, saiu do Congresso Nacional, mas, infelizmente, o Executivo vetou. Por que não fixar também uma audiência pública para o relatório de gestão fiscal, tão importante?

Sexto, por que V.Exa., na LDO, e mesmo nessa exposição, não faz referência nem ao IPC-A nem ao IGP? A única referência é ao INPC. É projeto do Governo mudar a meta da inflação para o INPC? Por que não faz referência na LDO à taxa de juros, à futura SELIC? Refere-se a uma taxa média da dívida líquida, sabendo que há enorme diferença.

Projeto piloto. Se o projeto piloto é tão importante, por que só foi empenhado 13% e pago zero até o dia 7? É o último dado do SIAFI. Se o projeto piloto tem essa importância para alavancar o crescimento, por que tão pouco empenhado? Treze por cento de empenho, e nada foi pago.

Prioridades e metas. Por que os valores não estão fixados na LDO, mas no anexo da mensagem? No anexo da mensagem temos valores, no anexo da LDO não existem valores para prioridades e metas.

Saúde. Votamos a Emenda nº 29. É o velho debate: qual é a classificação de despesas públicas de saúde? O orçamento do Hospital das Forças Armadas está incluído na concepção da Emenda nº 29? Se isso for aceito, vamos abrir a porteira para Estados e Municípios. Todos os hospitais de Polícia Militar serão incluídos na Emenda nº 29, dentro da margem dos 12% ou 15%.

Por fim, um assunto em que me envolvo e no qual faço discussão muito grande. Esse é um problema para o qual queria chamar a atenção de V.Exa., Sr. Ministro. Toda LDO, depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem a projeção atuarial do Regime Geral e do regime próprio dos servidores. Na expectativa de sobrevida no Regime Geral, para o cálculo do déficit, é usada a

Tábua de Vida do IBGE. A expectativa de sobrevida usada para a projeção no regime próprio de servidores é a T-49. V.Exa. acha possível que um servidor público federal, com 55 anos, tenha expectativa de sobrevida de 21 anos, e um brasileiro tenha de 24,29 anos? O Ministério do Planejamento considera que a expectativa de sobrevida dos servidores públicos é menor que a média do povo brasileiro? Por que a opção pela T-49 para discutir o déficit atuarial do regime dos servidores? Um servidor público de 60 anos tem expectativa de 18 anos, enquanto um brasileiro tem de 20 anos? Um servidor público de 65 anos tem expectativa de vida de 14 anos, enquanto o brasileiro tem de 17 anos, quase 30% a mais? O servidor público, que tem salário médio superior à média dos brasileiros, tem um grau de informação, tem uma expectativa de vida menor do que a dos brasileiros? Queria pelo menos uma explicação plausível sobre esse fato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mes-trinho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – Sr. Minis-tro, da mesma forma, quero manifestar minha alegria e satisfação em vê-lo no Ministério, V.Exa. que nesta Casa sempre foi Parlamentar brilhante, e nesta Co-missão muito contribuiu para a realização dos seus trabalhos, inclusive na qualidade de Relator. V.Exa., ontem, foi Relator desta Comissão, hoje, é Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quero retornar à questão das emendas indivi-duais.

V.Exa. quando Relator desta Comissão, defendeu que as emendas individuais fossem impositivas, libera-das, atendidas pelo Governo Federal, e nos recentes escândalos que a imprensa tem anunciado colocou o Governo como se utilizando dessas emendas para que pudesse ter nesta Casa apoio de Parlamentares nas votações de interesse do Governo, inclusive para que a CPMI dos Correios não pudesse ser aprovada. Veja V.Exa. que essas emendas têm estado no foco dessas questões atribuídas à ingerência do Governo nesta Casa.

Portanto, nada mais justo que essas emendas sejam realmente executadas, independentemente de cooptação ou não de determinados Parlamentares, e que não sejam utilizadas na forma de moeda de troca, mas como imposição do Orçamento. Acho que agora V.Exa. tem esse poder e também a oportunidade de fazer valer isso e evitar que o Governo entre nesses noticiários de uso indevido e de oportunismo no que tange à liberação dessas emendas.

Quanto ao anexo de prioridades e metas, vejo-o muito tímido. Por exemplo, em relação à Bahia só temos 17 quilômetros de adequação de trecho rodoviário na BR-101. Não é possível que na Bahia, repito, o anexo de metas seja contemplado com apenas 17 quilômetros de adequação do trecho rodoviário da BR101.

Transposição do São Francisco. Temos aqui uma prioridade flagrante em relação à transposição em de-trimento da revitalização: 34% do projeto executado para transposição e 28% para revitalização.

Vejam a inversão de prioridade que o Governo dá desse anexo de metas em relação à transposição e à revitalização. Entendemos a grande importância da revitalização da bacia hidrográfica do São Francis-co, vez que esses 28% se dizem da revitalização de bacias hidrográficas. Certamente não só do São Fran-cisco, mas de diversas outras bacias por todo o País, e os 34% se dizem da integração, da transposição da Bacia do São Francisco.

Eram essas as questões que eu queria levantar, Sr. Ministro.

Espero que V.Exa., agora Ministro, possa real-mente executar aquilo que sempre defendeu nesta Comissão: que as emendas individuais dos Parlamen-tares possam realmente ser impositivas e não ficar ao bel-prazer do Presidente da República de liberar na conveniência do Parlamentar que está votando a favor de determinado projeto de seu interesse.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestri-nho) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Obri-gado, Sr. Presidente. É muito bom receber, nesta Co-missão, o Ministro Paulo Bernardo por quem todos temos a maior estima e admiração. S.Exa. foi nosso Presidente aqui.

Vou iniciar falando um pouquinho de saudosismo. Todas as vezes que um Parlamentar do PT vai falar, fica com uma saudade danada do Governo anterior. Não tem jeito de bater neste Governo, porque continua fazendo a mesma política macroeconômica que eles sempre combateram. Então relembram o Governo an-terior e fazem a mesma coisa do Governo anterior, o que é mais impressionante ainda. Mas esquecem-se de que a população elegeu este Governo com o in-tuito de modificar, senão teria dado continuidade. No entanto, a continuidade permanece.

São poucas as considerações. Acho que foram muito bem expostas pelos Parlamentares anteriores as situações relacionadas à LDO.

Estamos, como sabe V.Exa., tratando da reformu-lação da Resolução nº 1 e está meio que um imbróglio em relação a isso, Ministro Paulo Bernardo. Uma das

questões está no não-contingenciamento das emendas parlamentares. Isso já foi falado repetidamente. Era uma situação que tínhamos e temos como consenso e achávamos que o próprio Governo também estava de acordo, porque redução de emendas de bancada significa duas coisas: aumento do valor das emendas individuais e não-contingenciamento das mesmas. É a contrapartida para que possamos trabalhar nesse sentido. No entanto, parece-me que o Governo não quer. O próprio Deputado Gilmar Machado já falou que acha que isso é para o ano que vem. É uma situação que vamos ter dificuldade, se não houver concordância e um comprometimento do próprio Governo e do relatório para que isso aconteça. Tenho certeza de que várias emendas serão apresentadas nesse sentido.

Em relação a LDO, quero fazer uma observação. Primeiro, acho que esse 0,2% que o próprio Governo prevê, na sua apresentação, Ministro, V.Exa. estipula que 16% é a meta, o limite máximo, mas a estimativa já está em 16,2%. Para este ano, deve dar mais um pouquinho, porque todas as receitas estimadas, que foram aprovadas no relatório final, pelo que me consta, estão se realizando. Então, é provável que cheguemos nos 16,7% do relatório aprovado.

Parecendo que está caminhando para isso. Mas, para o ano que vem, também deve ser, no mínimo, esses 16,2%, 16,3%. E, apesar de se ter falado que é pouco essa pequena variação, significa 4 bilhões, 5 bilhões a mais que não vai ter a participação do Legislativo, a não ser que se mude muita coisa. A discricionariedade vai ficar toda por conta do Executivo, o que não é bom. Então, esse limite é meio estranho.

Outra situação que foi modificada na proposta que veio foi o aumento da contrapartida de Municípios e Estados. Em todos os itens, ampliando, por exemplo, para os Municípios com até 25 mil habitantes, o limite máximo que era de 10, passa para 15; para os Municípios da ADA e da ADENE que era de 10, também passa para 20; para os demais Municípios, que era de 40, passa para 60, e assim vai sucessivamente; acontece também da mesma forma nos Estados.

Esses Municípios já têm dificuldade muito grande para o cumprimento de suas contrapartidas, e elevar mais ainda esse valor não acho que seja conveniente.

No mais, teríamos pela frente uma grande discussão nesta Comissão. Tenho certeza de que chegaremos ao final cumprindo esses prazos.

É o desejo de todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer

da minha satisfação de discutir nesta Comissão com o nosso Ministro Paulo Bernardo, uma pessoa que, ao longo do tempo, cativou a todos nós e a quem aprendemos a gostar pela competência, capacidade de ouvir e, sobretudo, pela sua dedicação a esta Comissão.

Vejo no Ministro Paulo Bernardo a oportunidade de até o Executivo ajudar o Legislativo no aprimoramento de nossos trabalhos.

Vejo que o assunto Lei Kandir não pode deixar de ser pautado na discussão desta Comissão. Todos compreendemos que não podemos exportar impostos, e a Lei Kandir veio, de forma inteligente, dar um período de transição, até para adequação com o Fundo, para satisfazer os prejuízos daqueles Estados exportadores.

Tivemos a oportunidade de discutir, no primeiro momento, a proposta de emenda à reforma tributária, da qual o Relator Mussa Demes participou ativamente, e chegamos a aprovar na Comissão uma compensação para os Estados exportadores. Lamentavelmente, não foi votado no Congresso Nacional. Posteriormente, foi apresentada a PEC nº 40, do Governo, e uma PEC de nossa autoria, que foi também subscrita pelo Deputado Mussa Demes e muitos outros, buscando essa compensação.

Veja a situação conflituosa que estamos vivendo hoje e que tem de ser imediatamente corrigida pelo Governo, nessa disposição de discutir a reforma tributária. Os Estados podem cobrar ICMS sobre as importações; nos Estados exportadores, além de não poder se cobrar ICMS, as empresas exportadoras, que adquirem bens de capital, que fazem investimento, em suma, passam a ter créditos do Estado.

Ora, é muito melhor ser Estado importador, mas se todos os Estados fossem importadores, certamente a balança comercial não seria aquela que o País desejava. Há que se buscar uma forma inteligente de fazer o equilíbrio entre as Unidades Federadas. Não pode um Estado, como o meu Estado do Pará, perder 1 bilhão de dólares. Estou falando em cerca de 2,5 milhões de reais. Não temos musculatura para isso, Sr. Ministro. E V.Exa., que foi membro desta Comissão, tenho certeza de que vai ajudar o Ministro Palocci a se sensibilizar e trazer para o corpo da Constituição, a fim de evitar que a cada Orçamento tenha que se discutir uma forma de satisfazer essas necessidades. É uma coisa muito séria que não pode fugir da pauta de discussão da Comissão.

Outro aspecto é a questão das emendas individuais e emendas de bancada. O ideal seria que o Governo tivesse uma estrutura e um conhecimento de todo o perfil socioeconômico dos Municípios; que ele tivesse, dentro do Orçamento, a capacidade de

chegar em Anajás ou Afuá, no Pará, ou no Chuí, no Rio Grande do Sul, e saber que lá também se precisa de uma escola e de saneamento básico, e atendesse a todas as necessidades dos Municípios brasileiros. Certamente, os Deputados nada mais iam fazer do que aplaudir e aprovar o Orçamento.

As emendas individuais e de bancada são uma forma de aprimoramento do Orçamento. Os Deputados indicam para o Governo e para a Comissão, discutem e aprovam aprimorando o Orçamento, levando uma obra para os Municípios como forma de melhorar a qualidade da população.

Pior do que isso é o que estamos vendo todos os dias, e eu, particularmente, faço um apelo ao Ministro, na qualidade de membro desta Comissão: um homem que deixou a sua marca de competência aqui, não pode mais conviver com uma situação que denigre a imagem do Parlamentar lá fora, junto à sociedade. Que S.Exa. traga o assunto para o campo da verdade, porque qualquer turbulência que exista no Executivo sai nas manchetes dos jornais: que o Governo está liberando tantos milhões para atender a emendas individuais, como se elas fossem patrimônio de cada Parlamentar nesta Casa. Isso está errado. O Governo devia tomar a iniciativa e por isso defendo que a emenda individual seja impositiva, de levar essa escola, esse saneamento básico, levar água ou energia a essas comunidades. Mas já que não é, que não use isso como moeda de troca até para denegrir a imagem do Parlamentar, porque isso não é justo, não é verdadeiro, é falacioso o que está acontecendo hoje.

Quero voltar para o campo da discussão da LDO. Primeiro, queria que o Ministro anotasse com bom registro a questão do limite das despesas. Quanto à apropriação do excesso de arrecadação pelo Executivo, qual vai ser a destinação?

A vinculação a que se refere o art. 63, pretende-se desvincular do Orçamento? Troca de fontes, ficando livre. O Governo pode perfeitamente, sem o Congresso Nacional, pegar o superávit como fonte e fazer a troca. Isso é até objeto daquela questão de ordem que levantei na primeira reunião da Comissão de Orçamento.

A questão do anexo de metas e prioridades, art. 4º. Não é compatível com o PPA sem as classificações de programas e ações. Está lá essa discussão onde não se diz o valor, a ação ou o programa. Não é de cumprimento obrigatório, Ministro, a questão das despesas? A fixação é realista? Pois agora o senhor tem um limite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O tempo de V.Exa. está esgotando.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Só para concluir a pergunta, até em benefício de valorizar a conversa do Relator com o Presidente, porque eles estão procurando uma forma com o Ministro de atender ao que estou levantando aqui.

Onde será o corte, se necessário? Só para reconstituir, a fixação do limite é realista? Pois agora terá o limite e onde será o corte, se necessário?

O que estou olhando, Sr. Presidente, é que fica muito solto e o Executivo vai poder fazer o remanejamento sem o trânsito pelo Congresso Nacional ou pela Comissão de Orçamento.

Agradeço o excesso que V.Exa. me permitiu no tempo e espero que nesse bate-papo do apontando aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Inicialmente, quero saudar o Ministro Paulo Bernardo, Deputado Federal com larga experiência na área de planejamento. Já foram feitas uma série de perguntas, muitas das quais eu tinha listado aqui para fazer. Quero insistir rapidamente em alguns pontos.

Nesse artigo largamente citado, o art. 2º, § 2º, diz-se que o Orçamento não pode prever mais que 16% do PIB como receitas oriundas da receita tributária ou da receita federal.

Ao fazer a sua exposição, o Ministro deu a entender – e é o que está escrito no texto – que isso corresponderia uma limitação da carga tributária. É evidente que não se trata de limitação da carga tributária, mas apenas do que vamos ter a possibilidade de alocar como receitas decorrentes da arrecadação federal. É evidente também – e o Ministro já respondeu – que o que sobrar desses recursos pode ser perfeitamente alocado pelo Congresso Nacional para outras áreas, mas é claro igualmente que não precisa ser alocado.

Parece-me, pois, que a LDO caminha no sentido de mais um arrocho. Vamos limitar o que o Congresso Nacional pode orçar e a eventual sobra vai ser encaminhada para o superávit primário. E ainda há idéia que quer se difundir, foi o que o Ministro colocou no texto, de que se está limitando a carga tributária, o que não é verdade. Alhos nada têm a ver com bugalhos. Uma coisa é não podermos orçar; outra, a limitação da carga tributária.

No que diz respeito à questão de saúde, o Deputado Sérgio Miranda já enfocou a questão, a explícita inclusão na LDO dos gastos com militares abre um flanco ainda mais para que se gaste menos em saúde do que vem se aplicando, pois são incluídas coisas que não são tipicamente relativas à saúde de maneira

geral. Há decisões do Tribunal de Contas segundo as quais não se pode colocar coisas específicas de saúde dos funcionários. Como o Ministro explica o fato de o Governo, contrariando decisões proferida pelo Tribunal de Contas, se encaminhar novamente para essa posição de listar como de saúde despesas não reconhecidas como tal?

Gostaria de saber também, embora o Ministro já tenha respondido que todas as emendas parlamentares individuais são liberadas – e não me parece que isso esteja demonstrado no SIAFI -, qual o critério, se é que há algum critério, que o Governo utiliza para a liberação das emendas individuais?

Finalmente, estou participando da Comissão que tem a responsabilidade de elaborar uma proposta para reformulação da Resolução nº 1 e uma das discussões diz respeito à possibilidade de se encaminhar um Orçamento impositivo. Acho que isso precisa ser feito gradualmente, que é preciso fazer uma reforma constitucional para isso, e queria discordar do eminente Ministro Paulo Bernardo quanto à necessidade de que isso tem de ser feito nas 3 esferas do Governo. Ao contrário, acho que temos de começar com a experiência no Governo Federal, onde há mais técnicos qualificados e mais capacidade de controle. Não podemos criar um orçamento impositivo, de repente, num ano, para todos os Municípios do País, em que eles terão muito mais dificuldade. Acredito que se tem de ter experiência gradualmente. Temos de ver como isso funciona.

Vou parar por aqui, porque muitas das perguntas já foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Presidente, inicialmente saúdo mais uma vez V.Exa. pela nova investidura na Presidência desta Comissão; o Ministro Paulo Bernardo, cuja atuação aqui o levou, inclusive, a ser convocado para a equipe do Presidente Lula, e o Deputado Gilmar Machado pela presença muito constante na Comissão e pela designação para a Relatoria.

Vou ser muito breve. Farei apenas duas indagações ao Sr. Ministro.

V.Exa. não poderia, já atendendo ao pedido que lhe foi formulado pelo Deputado Ronaldo Dimas, rever a alteração desses limites para os convênios a serem feitos com os Municípios? O Município é a parte mais frágil do nosso sistema federativo. O Município não pode emitir moeda, não pode tomar dinheiro emprestado e é alvo das mais sérias perseguições no que diz respeito às aplicações que realiza no seu território. Por isso mesmo, tem grandes dificuldades em atender a

contrapartida nos níveis atuais. Praticamente, dobrar esses níveis, em alguns casos elevá-los em 50%, inviabilizaria a situação relativamente a essas transferências voluntárias, que não são senão nosso esforço maior nesta Casa.

A outra pergunta é muito simplória: por que desaparece no texto do projeto a modalidade 99, ou seja, a que flexibiliza nossas ações, inclusive na ocasião em que fazemos a destinação efetiva dos recursos em nível da União, dos Estados e dos Municípios?

Era só isso. Muito obrigado pela atenção. Achei que deveria ser breve em razão do adiantado da hora e também da nova sessão que teremos a partir das 14h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Meu caro Presidente Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Relator Gilmar Machado, minhas primeiras palavras são para cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo, que atuou durante muitos anos e com muito sucesso nesta Comissão e que hoje presta seus serviços ao Governo brasileiro, como Ministro do Planejamento, levando daqui a experiência e, acima de tudo, a convivência com os Parlamentares.

Sr. Ministro, V.Exa. enalteceu o acordo que o Brasil firmou com o FMI que possibilitou o Governo brasileiro investir em obras de infra-estrutura sem que esses recursos entrassem no cálculo do resultado primário. A pergunta que faço a V.Exa., já preparando o Orçamento deste ano, é motivada pelo fato de, no ano passado, o Ministério do Planejamento e Gestão somente ter remetido a proposta ao Congresso Nacional no dia 23 de dezembro, através do Ofício nº 373 ou 323. Imagine V.Exa. que a reunião da Comissão de Orçamento estava marcada para as 15h e esse documento chegou oficialmente ao Congresso às 13h. E foi aprovado.

Minha grande preocupação, Sr. Ministro, é com o critério que foi adotado. Na Comissão de Infra-estrutura do Senado, a qual presido, tivemos o cuidado de ouvir os Governadores – e o estamos fazendo por intermédio de ofícios. Aliás, fizemos para todos os Srs. Governadores. E já recebemos resposta através de ofício. Aliás, fizemos para todos os Srs. Governadores. E já recebemos resposta de 17 Governadores. Pode ser que esse número tenha avançado, não me atualizei esta semana. É estarrecedor quando se vê que nenhum dos Governadores assume que foi ouvido no que diz respeito a essas metas, plano viário do Estado, o que quer que seja.

Há um fato curioso. No Estado do Deputado Coruja, Santa Catarina, que recebe quase 400 milhões, o Governador passou completamente ao largo desse

episódio. O meu Estado, o Piauí, que é governado pelo partido de V.Exa., recebe apenas 12 milhões, e, o que é mais surpreendente, para tapa-buraco, como se chama a restauração. Será que foi o FMI que orientou que esses recursos todos fossem gastos apenas em restauração? Porque de 70% a 80% dos recursos são para restauração. Há um pouco para portos, mas a grande maioria é para restauração, que chamamos na maioria das vezes de tapa-buraco e é a grande alegria das empreiteiras.

Por que o FMI não acordou com o Brasil para que se fizessem obras nos setores de saneamento, saúde e segurança? Evidentemente que essa questão passada dificilmente vai ser corrigida. Mas rogo de V.Exa. cuidado com esse acordo, que deverá ser repetido este ano.

Ministro, ouvimos 3 Ministros de Estado, colegas de V.Exa. que tiveram participação em Comissões do Senado. O Ministro da Agricultura não tinha conhecimento, não foi ouvido sobre as prioridades. Consultou o Presidente da CONAB, que é responsável pelo escoamento da produção agrícola do Brasil e que convive com o drama das estradas esburacadas. O Ministério não foi ouvido. No Ministério do Turismo, que também tem uma grande demanda nesse setor, o Ministro Walfrido dos Mares Guia não foi ouvido. O próprio Ministro dos Transportes disse que soube mas também não foi consultado. Aí, Sr. Presidente, estamos convivendo este ano com 2 tipos de orçamento, o de primeira e o de segunda classe.

Há pouco, foi levantada a questão dos empenhos já feitos. Vamos ver que empenhos desse acordo com o FMI foram feitos. O que aconteceu foi que 17 bilhões do orçamento para investimento foram contingenciados. Dos 5 bilhões que ficaram, 2,9 bilhões são do FMI. Pela lógica, o acordo feito com o FMI terá que ser liberado até o final do ano, para cumprimento dessas metas. E os outros? Ao restante do orçamento que tratamento será dado? Sr. Ministro, o questionamento é esse.

Já tive oportunidade de dizer a V.Exa. que vamos convidá-lo para ir à Comissão de Infra-estrutura. E estamos convidando também alguém que responda por esse acordo perante o FMI. São questões sobre as quais nós, Parlamentares, temos o dever de ter informação. Daí por que a minha pergunta a V.Exa. é: o que o Ministério está preparando com relação ao orçamento deste ano? Teremos uma discussão ampla sobre esse acordo ou novamente vamos ver o acordo chegar à véspera da aprovação final? Porque, aí, vem aquele corre-corre, é véspera de Natal, o Governo vai paralisar. E o coração do Parlamentar, imbuído do espírito natalino, termina cedendo. Gostaria que V.Exa., se pudesse, prestasse esse esclarecimento.

Por último, queria saber se o Ministério do Planejamento está tendo o cuidado de ver o processo licitatório que envolve esses trechos de obras. Porque temos, em alguns casos, concorrências viciadas, concorrências que estão na prateleira. É uma prática que se faz muito aqui no Brasil, V.Exa. sabe disso. São concorrências de prateleira que estão sendo desengavetadas a toque de caixa para dar cobertura a esse tipo de obra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mes-trinho) – O último orador é o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Secretário João Bernardo, em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo fato de não poder ter estado presente mais cedo para ouvir o relato do Ministro.

Já estamos, Ministro Paulo Bernardo, discutindo esta LDO há algum tempo. Tenho certeza de que alguns dos nossos companheiros já devem ter levantado as duas questões que vou enfatizar aqui. De uma o Senador Heráclito Fortes falou, neste momento, que é a chamada emenda do FMI. Este ano, deveremos ter, novamente, o chamado projeto piloto.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Eu só queria acrescentar que quando se falou em emenda do FMI, o Ministro riu, mas quem a denominou emenda do FMI foi o Deputado Gilmar Machado, que fez pronunciamento lá no dia, V.Exa. era Presidente, dizendo que era para cumprir o acordo com o FMI.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – Vou relatar isso no partido.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Fiquei, inclusive, comovido com a obediência dele a esse fundo que ele combateu a vida inteira. Daí porque fiquei com a imagem na retina.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Obrigado pelo aparte.

Quando soubemos da existência desse projeto piloto denominado de emenda do FMI, quando o Relator veio debater, eu mesmo o trouxe aqui ainda em inglês, o que comprova que não foi gerado nem parido em português, no Ministério do Planejamento ou em algum outro Ministério do Governo brasileiro.

Este ano, além do projeto piloto aprovado no ano passado, infelizmente, temos pouco mais de 10% empenhados e até agora nenhum centavo pago desse projeto piloto; não temos absolutamente nada pago. Quero saber, em primeiro lugar, qual é exatamente a prioridade desse projeto piloto, já que o FMI, que tem prioridade, não conseguiu liberar ainda os recursos para sua emenda, empenhou pouco mais de 10%.

Minha outra questão é ainda referente ao projeto piloto. Que tenhamos, Ministro Paulo Bernardo, este ano tempo para discutir esse projeto. Será que o Governo vai ter condições de implementar, de executar todo o projeto piloto de 2005 e estabelecermos um novo projeto para 2006? Esse projeto será discutido com o Congresso Nacional ou chegará aqui de pára-quebras novamente? Essa é a minha questão.

Outra coisa que nos tem incomodado muito diz respeito à nova resolução que estamos votando aqui. É a limitação da arrecadação, a limitação da receita e da despesa. O primeiro ponto em que toco é que já estamos retirando dessa LDO essa resolução, primeiramente porque ainda não votamos e não sei se vamos votar a tempo, e temos um prazo para votar a LDO. Portanto, vamos votar a LDO com a resolução antiga.

Segundo: neste ano nós já temos, Ministro Paulo Bernardo, um incremento de arrecadação que nos possibilita estabelecer que durante o ano de 2005 deveremos ter 0,7% a 0,8% a mais do que os 16%. Portanto, teríamos aí recursos disponíveis, já que V.Exas., quando encaminharam o projeto de lei orçamentária para o Congresso Nacional, fizeram o estabelecimento dessa arrecadação em 16%, querendo limitar. Não sei qual é realmente o objetivo, se for engessar o Congresso Nacional, V.Exas. não conseguirão, porque estamos criando um comitê de receitas permanente na Comissão de Orçamento, como também estamos criando um comitê de execução orçamentária e não vamos abrir mão dessa prerrogativa, que é uma prerrogativa do Congresso Nacional e que aprimoraremos.

Portanto – e V.Exa. sabe disso, como membro deste Congresso Nacional, desta Comissão -, quando avaliamos, reestimamos as receitas, nosso comitê de receitas nunca errou. Quem manda esse valor subavaliado é o Poder Executivo. Não vou dizer que o Governo tentou dar uma embrulhada no Congresso Nacional, que tentou fazer propaganda para que a população mal informada pudesse imaginar que a carga tributária iria ser reduzida, mas vamos corrigir isso, porque estou apresentando emenda à LDO que estabelece que o que for apurado além dos 16% deve ser devolvido à população, talvez por meio de um projeto de lei abatendo o Imposto de Renda, mas principalmente por meio de um projeto de lei, que deverá ser enviado pelo Poder Executivo, para que possam ser feitos os investimentos necessários. E aí pode entrar a emenda do FMI, projeto piloto, pode entrar o que quiser, desde que seja executado o valor acima dos 16%.

Com relação à despesa – já concluo, Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho -, isto, sim, é importante: limitar a despesa. E vamos até aceitar o limite de 17%

da despesa, porque aí iremos começar a estabelecer um limite para a extração fiscal. Devemos estabelecer um limite, principalmente neste Governo, que é pródigo em criar despesas – diga-se de passagem, de má qualidade. Não quero ser injusto com V.Exa., que está há poucos meses no Ministério e, portanto, não é responsável pela execução orçamentária nem pelo aumento dessas despesas.

Mas é o caminho que temos que tomar para limitar a extração fiscal, já exagerada, e também reduzirmos, criar um teto para tentarmos reduzir essa despesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Ministro Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Antes de o Ministro falar eu quero, até para ganharmos tempo, fazer um registro. Irei apresentar um requerimento ao Ministério em relação a essa questão dos *royalties* da PETROBRAS *versus* a obrigação que a Marinha brasileira tem de vistoria dessas plataformas continentais, a falta de recursos no Orçamento com recursos nos *royalties*. Como é um assunto que iria demandar quase que uma discussão e levar todo nosso tempo nesta Comissão, chamo a atenção do Sr. Ministro para S.Exa. olhar com carinho e farei isso por meio de um requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Obrigado, Sr. Presidente.

O nobre Deputado Sérgio Miranda fez várias indagações e acho que algumas já foram debatidas. Mas quero fazer uma rápida referência com relação a essa questão que V.Exa. aborda sobre a projeção atuarial do INSS, do regime próprio, e V.Exa. cobra uma explicação plausível. Quero dizer que vamos ter que debater um pouco mais, porque não tenho essa explicação no momento. Mas acho que as ponderações que V.Exa. fez são muito bem fundamentadas. Parece-me que não há qualquer razão lógica para que haja essa diferença entre os dados atuariais, especialmente a questão da expectativa de vida para o servidor e para o conjunto da população.

Evidentemente, o Governo tem que se debruçar sobre isso e assumir o compromisso de trazer para o debate uma solução. Posso garantir que existe essa disposição. Proporia alguns encaminhamentos que talvez resolvam. Acho que poderíamos fazer uma reunião

específica com a área técnica da Previdência e uma parte inclusive do planejamento, que faz a projeção, no caso da Previdência do servidor público, e poderíamos optar por colocar na LDO ou não algum dispositivo que exija uma revisão desses critérios, o esclarecimento completo desses critérios, porque a argumentação de V.Exa. é realmente muito consistente. Talvez na Comissão, poderíamos organizar uma reunião para discutir isso. E se conseguirmos, antes do dia 30 de junho, faríamos uma alteração na LDO ou encaminhariamos uma solução de outra forma.

Com relação ao superávit de Estados e Municípios, não temos qualquer imposição. Temos uma projeção do que vai acontecer, até porque os Estados, principalmente, mas também uma boa parte dos Municípios têm acordos negociados com o Governo Federal e nesses acordos há previsão de um determinado desempenho orçamentário e financeiro. Portanto, temos condições de fazer a projeção desses resultados e é isso que foi posto na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, simplesmente uma projeção do que vai acontecer.

O superávit, realmente, está bem acima do projetado para o ano. Temos uma projeção de 4,25% e estamos acima de 7% no primeiro quadrimestre. Mas isso tende a ser diluído porque, ao longo do próximo período, evidentemente, a execução orçamentária é muito mais ágil, muito mais rápida e a tendência, portanto, é fazermos uma execução que leve o superávit para uma meta de 4,25%, que é aquela que queremos realizar neste ano.

Em relação à questão da projeção para 2007 e 2008, não estamos estabelecendo uma obrigação, até porque a LDO faz a obrigação para o ano que vem. Mas estamos assumindo um compromisso de que, no ano que vem, ao mandar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, vamos repetir o dispositivo e vamos projetar novamente para 2008 e 2009. Portanto, acho que isso é positivo, porque se traduz em um compromisso com o Congresso Nacional e com a sociedade de que vamos ter uma persistência no esforço de ajuste nas contas federais. Evidentemente, o próximo Governo, ao enviar a LDO para 2008, poderá fazer diferente, mas o Congresso Nacional saberá avaliar e deliberar.

Com relação às audiências públicas, as quais V.Exa. se refere, parecem-me que são audiências bimestrais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – No Banco Central é semestral. É nessa audiência do Banco Central que se presta conta da política monetária creditícia e cambial, do custo da política monetária, da repercussão orçamentária. Então, é bem abrangente.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – E V.Exa. quer definir normas para essa audiência na LDO. É isso?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Fixamos na LDO algumas questões que o Banco Central, obrigatoriamente, deveria prestar contas. Achei que foi uma proposta muito bem feita, foi aprovada nesta Comissão e foi vetada. Proponho-me a discutir com V.Exa. para que possamos retomar essa idéia, não é?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Aceitamos, então, Deputado Sérgio Miranda. Evidentemente, V.Exa. vai ter que trabalhar com o nobre Deputado Gilmar Machado, que é o Relator. Mas da parte do Poder Executivo, estamos à disposição para colaborar nesse debate. E se acharmos uma redação que satisfaça e que principalmente seja acatada pelo nobre Relator, estamos dispostos a discutir isso com V.Exa.

Com relação ao projeto piloto, vários Parlamentares falaram sobre isso, inclusive o Senador Heráclito Fortes e o Deputado Pauderney Avelino, sobre o volume de empenhos. Na verdade, já respondendo ao Senador Heráclito Fortes e ao Deputado Pauderney Avelino, com relação à chamada Emenda FMI, na verdade, houve um trabalho ainda na época em que havia um acordo com o Fundo Monetário Internacional e o Governo defendia a tese de que alguns investimentos poderiam ser enquadrados em um categoria diferenciada, inclusive dando margem a uma contabilização especial para que gradativamente se pudesse interferir em um resultado primário. Ou seja, na verdade, faríamos um investimento, com recursos advindos do primário, o que significaria na prática diminuir um pouco o resultado primário, mas com o argumento de que esses projetos teriam uma execução diferenciada e que o objetivo seria fazer com que o sucesso nesse empreendimento resultasse em um ganho fiscal, a médio e longo prazos, maior do que aquele que seria feito com superávit.

O Governo trabalhou isso durante todo o ano passado e, de fato, a proposta só foi incorporada ao Orçamento, com a nossa concordância, no finalzinho do ano. Portanto, ficou muito prejudicado o debate desses projetos. Houve pouco, aliás, quase nenhum debate. Lembro que, na época, o Deputado Pauderney Avelino trouxe o texto, fizemos um debate, mas reconhecemos que não foi suficiente. Pretendemos incluir neste ano, na proposta de lei orçamentária, os projetos que serão considerados projetos piloto para o ano que vem e também a explicitação dos critérios, e fazer esse debate com os Parlamentares nos 4 meses em que normalmente tramita a proposta orçamentária.

Aceitamos as críticas e as ponderações feitas, mas tínhamos alguns critérios. Por exemplo, por que

Santa Catarina recebeu 400 milhões de reais e o Piauí... É difícil justificar isso, principalmente para a bancada estadual e para o Governo do Piauí. Mas tínhamos como objetivo viabilizar a conclusão de algumas obras absolutamente essenciais para fazer o desenvolvimento dos corredores de exportação, fazer a interligação com o MERCOSUL. No caso de Santa Catarina, o grosso desses recursos foram alocados para a BR-101, que esperamos, inclusive, esteja completamente pronta no próximo ano. Assim como o Governo pretende também concluir a duplicação da Rodovia Fernão Dias e da Régis Bittencourt.

Conversei com o nobre Deputado Gilmar Machado. O Presidente Lula já deu a ordem para que os Ministérios do Planejamento e dos Transportes resolvam para que seja viabilizada a conclusão das obras de duplicação do trecho de Uberaba a Uberlândia e também o trecho de Goiânia a Brasília, que são rodovias de grande fluxo, de grande importância.

Senador Heráclito Fortes, acho que V.Exa. tem a toda razão quando debate isso e sobre a ausência de tempo hábil para fazermos o debate que aconteceu aqui. Portanto, aceitaria, com satisfação, o convite...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – V.Exa. permite-me uma intervenção?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Pois não.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – V.Exa. está totalmente isento de culpa, como Ministro do Planejamento, com relação ao fato de o Estado do Piauí só ter recebido 12 milhões de reais. Agora, V.Exa. não consegue explicar, nem o Presidente da República, por que o Piauí, governado pelo PT, teve um tratamento dessa natureza. E estrada por estrada, hoje o Piauí – V.Exa. sabe muito bem – vive um *boom* na área agrícola, principalmente na região dos cerrados.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – É verdade.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – O que nos está faltando é exatamente estrada. A incompetência do planejamento estadual talvez tenha motivado o fato de tão pouco dinheiro ter ido para o Piauí. Mas se V.Exa. for examinar, o Estado do Deputado Pauderney Avelino, o Amazonas, que tem também uma grande demanda na área do turismo, recebeu zero – zero! Então, Ministro, a questão dos critérios... Santa Catarina tem todos os méritos. Santa Catarina recebeu recursos para porto, recebeu dinheiro para estradas e para várias coisas. E o Piauí, para tapar buraco.

Meu questionamento, Ministro, foi sobre a prioridade que se deu para tapar buraco e não para a construção de estradas. A estrada do cerrado, a interligação do Piauí com o Maranhão e com a Bahia é a redenção

daquela região. Lamentavelmente, consta do PPA, mas o Governo não se sensibilizou, como também não se sensibilizou quanto às estradas produtivas do Brasil, com exceção da Estrada da Morte, a BR-101.

O Governo tem todo o louvor por ter tomado essa iniciativa, mas não houve um critério claro e ficamos com aquele complexo, Sr. Ministro, de que mais uma vez – e não é culpa de V.Exa., mas da história brasileira – vamos deixando e o nosso Orçamento termina sendo mais das empreiteiras do que do Brasil.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Perfeito, Senador Heráclito. Ouço as ponderações e as críticas de V.Exa. e repito o que disse anteriormente: o Orçamento tem de ser equilibrado, do ponto de vista federativo. Todos os Estados têm que ter iguais oportunidades de desenvolvimento.

É verdadeira a ponderação que V.Exa. faz sobre o potencial e o crescimento que já está acontecendo na região do cerrado no Piauí e a necessidade de interligação com os portos, viabilizando o escoamento da produção daquela região.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Finalizando, sugiro a V.Exa. que, embora a execução não seja da sua área, tenha todo o cuidado com a aplicação desses recursos, com a licitação desses trechos e com o aproveitamento de licitações caducas, de licitações antigas. Sabendo que V.Exa. é um homem que, além de Ministro do Planejamento, é amigo do Presidente da República, sugiro que tenha cautela com relação à liberação desses recursos e examine muito bem o que está sendo feito.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Senador.

Com relação ao que disse o Deputado Ronaldo Dimas sobre o eventual excesso de arrecadação, sobre o que também falou o Deputado Pauderney Avelino, teríamos duas alternativas: ou fazer desoneração para diminuir a carga tributária, caso haja excesso, e arredondar para os 16%, ou fazer, com autorização do Congresso Nacional, investimentos. Acho que estamos falando da mesma coisa.

O Deputado Pauderney informou que estava em uma outra reunião e por isso não chegou no início desta audiência, quando eu falei exatamente isso, o que cobra o Deputado Ronaldo Dimas: o excesso de arrecadação eventualmente ocorrido – pois não há previsão de que aconteça, porque já vamos fazer desoneração de tributos neste ano e a previsão é de que no ano que vem haja diminuição – evidentemente só poderá ser utilizado com autorização do Congresso Nacional.

Deputado Ronaldo Dimas e Deputado Mussa Demes, não estamos aumentando a contrapartida

exigida mas, dentro de uma margem, permitindo que isso possa acontecer. Temos tido dificuldades em alguns casos, principalmente com relação a Estados com quem o Governo Federal faz um convênio e há um limite para repassar, mas o Estado quer fazer o projeto um pouco maior e tem uma contrapartida limitada. Estamos deixando a possibilidade de, na negociação e em função de disponibilidade, de maior poder financeiro do Estado, incluirmos uma contrapartida maior. Mas isso não é obrigatório e não é nosso objetivo fazer esse tipo de negociação com os pequenos Municípios, que sabemos ter muito mais dificuldade para arcar com despesa como essa.

Concordo perfeitamente com as ponderações do Deputado Anivaldo sobre a Lei Kandir e a reforma tributária. Acho que faríamos melhor se conseguíssemos avançar tanto votando a reforma tributária quanto encontrando uma fórmula mais adequada para fazer a efetiva desoneração das exportações. Hoje, ainda temos problemas com exportadores que ficam com créditos e têm dificuldades na cobrança dos Estados. O Pará, por exemplo, que exporta uma enormidade, vê-se com dificuldades porque tem de arcar com créditos de outros Estados e tem de conceder isenção para exportações.

Vários Parlamentares questionaram as emendas individuais. Vou repetir o que tinha dito inicialmente. Consideramos que as emendas individuais devem ser executadas. Parece-me que fizemos isso no ano passado, salvo algumas exceções, por limitações técnicas ou legais dos projetos incluídos. Os Parlamentares tiveram suas emendas individuais liberadas, e é o compromisso do Governo também para este ano. Reconhecemos que não fazemos isso na velocidade cobrada pelo Congresso Nacional, mas aí há o problema da prudência na execução, a dificuldade de confirmação da receita, a expectativa de como vai-se comportar o déficit da Previdência. Em função disso, fazemos uma gestão mais prudente. Evidentemente, vários Parlamentares disseram isso, não tem nada a ver com moeda de troca com o Congresso Nacional. É uma política que temos feito.

Todos aqui devem saber que quem faz a liberação é cada Ministério, e não o Ministério do Planejamento. Liberamos um limite global, negociado e repassado aos Ministérios, com exceção da Saúde, pois essas estão todas liberadas e têm a execução autorizada, independente.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Aquela história de Palocci estar no Palácio fazendo isso não é verdade, Ministro?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Deputado Ronaldo Dimas, é o seguinte. Temos de decidir

aqui se queremos que o Governo execute as emendas, se estamos cobrando, se V.Exa. acha que tem de executar, como me parecer ser esse o espírito – é o espírito do que disse o Deputado Pauderney -, ou se vamos dizer que cada vez que o Governo executa está fazendo compra de votos dentro do Congresso.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Ministro, para isso não seria mais fácil estabelecer o não-contingenciamento na LDO?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Vamos fazer uma emenda constitucional dizendo que o Orçamento é impositivo. E não pode ser só para o Governo Federal. Não é razoável. Vamos fazer para a União, os Estados e os Municípios. Passa a ser um orçamento impositivo; não tem mais contingenciamento, não tem mais dificuldade. Mas vamos precisar mudar o modelo do que fazemos. Quando viermos aqui, temos de discutir francamente entre nós, com toda a tranquilidade e liberdade.

O Deputado Ronaldo Dimas tem polemizado comigo desde a época em que, juntos, estávamos em várias Comissões. Isso é absolutamente normal. Porém, o Congresso Nacional precisa dizer se quer que o Governo execute ou se considera melhor não executar porque é compra de voto. Então, que passe uma orientação.

A nossa disposição e o nosso entendimento é de que as emendas são legítimas e absolutamente de acordo com a Constituição. Portanto, se não houver um problema legal, técnico, ambiental, enfim, algo que impeça a liberação, temos de liberar as emendas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – V.Exa. permite-me o aparte?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Pois não, Deputado Pauderney.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Entendo que a questão orçamentária não pode ser impositiva como gostaríamos, porque nem o Congresso Nacional nem o Executivo estão preparados para o orçamento impositivo. Votar uma emenda constitucional talvez seja fácil; o problema é implementá-la. Portanto, precisamos dar passos pequenos para chegarmos longe. E o primeiro passo que poderíamos dar na imposição orçamentária seria estabelecer na LDO, que é a praia de V.Exa., uma cláusula de não-contingenciamento das emendas individuais. Com isso, já se começaria a adiantar muito a imposição orçamentária.

Eu disse anteriormente que estamos fazendo uma reformulação muito grande, como V.Exa. sabe, porque já veio debater aqui, da nova resolução da Comissão de Orçamento, e essa é uma das questões que estão sendo feridas. V.Exa. sabe que não há como fazer orçamento impositivo agora, mas também não podemos

continuar assim. E não é só no Governo de V.Exa., mas também nos anteriores. Nos momentos de crise, o Governo recorre ao Orçamento para liberar as emendas individuais. Lamentavelmente, é isto: é instrumento político que o Governo usa para tentar debelar crises. E não é por aí. O orçamento é lei, como disse V.Exa. É verdade, e deve ser executado ao longo do ano, e não simplesmente quando aparece uma crise.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Ministro, permita-me completar meu raciocínio, por favor.

Não estamos falando de obrigatoriedade de execução nem de empenho, porque o não-contingenciamento não significa obrigação de empenhar e muito menos de executar as emendas. É muito na linha que o Deputado Pauderney falou: é um pequeno avanço que poderemos conseguir ou não neste ano junto ao Governo, junto a V.Exa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Tenho um pouco de resistência porque por vários anos temos estabelecido exceções na LDO que não podem ser contingenciadas. Não podemos contingenciar recursos da Saúde, da Educação, da Assistência Social. Isso é tradicional. Depois, incluímos Ciência e Tecnologia. Se fizermos outras inclusões, a possibilidade de gestão orçamentária fica absolutamente inviabilizada, e o Governo poderá contingenciar o quê? Só o Ministério das Cidades, o Ministério da Integração, 3 ou 4 Ministérios.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Mas ao limitar em 16% a arrecadação, já está contingenciando praticamente tudo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Não, não está. Vamos limitar a carga tributária e também a despesa corrente.

Deputado Pauderney Avelino, se fizermos o Orçamento com esses parâmetros, a possibilidade de contingenciamento vai diminuir tremendamente, até porque ele terá muito maior equilíbrio e maior possibilidade de ser executado.

Vou falar novamente de um ponto. O Deputado José Rocha saiu enquanto eu falava disso, portanto, quero repetir. As emendas parlamentares, de maneira geral, são legítimas, constitucionais e, portanto, não há nenhum problema em que sejam executadas. Fazemos isso em função da nossa disponibilidade orçamentária e financeira, e, no caso das emendas individuais, há compromisso do Governo de executar todas. Aliás, como fez no ano passado. Quanto à forma de se fixar isso na LDO, acho melhor que os Senadores e os Deputados, junto com o Presidente e o Relator da Comissão, resolvam, mas nosso compromisso é fazer a execução.

Queria falar sobre o questionamento feito pelo Deputado Fernando Coruja, mas S.Exa. saiu. Aliás, tinha anotado aqui e vejo que é a mesma questão.

Já respondi ao Senador Heráclito Fortes e, quanto ao Deputado Pauderney Avelino, é justamente o que estamos discutindo: a questão do PPI, do projeto piloto e do eventual excesso de arrecadação.

Acho que era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, gostaria de concluir. Fiz uma pergunta ao Ministro, no começo, e tenho certa discordância com relação às emendas.

Particularmente, discordo com relação às emendas porque se pulveriza o Orçamento da União. Devo apresentar, na LDO, algumas emendas de redação apontando a necessidade de buscar a priorização do objetivo para que, se ocorrer a emenda, ela se baseie em prioridades públicas. Hoje há pulverização, fragmentação do Orçamento público em relação a obras e serviços que, muitas vezes, não têm finalidade nem prioridade.

Enquanto não houver uma diretriz que possa orientar o Parlamento a apresentar emendas para fortalecer programas públicos de ampla finalidade social, com ampla necessidade de infra-estrutura, talvez seja uma maneira de limitar essa dispersão orçamentária que, de fato, ocorre muitas vezes. Esse balcão estabelecido de negócio tem que ser superado.

Para concluir, cito o caso de Rondônia, em que o Governador poderá ser vítima de *impeachment* por não cumprir o orçamento, e esse Governador é do PSDB. Então, fazer contingenciamento não é uma prática somente do Governo Federal. É também dos Governos Estaduais, porque são orçamentos, muitas vezes, que não se baseiam na realidade, mas na ficção. E orçamento de ficção não se cumpre, não há como. Cumpre-se a realidade.

Então, quanto mais perfeito o Orçamento, quanto mais prioridades apontar e quanto mais compatível com a realidade do País, mais fácil a execução.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Sr. Presidente, o Deputado José Rocha, na hora que eu estava falando, deu uma saída e voltou. Quero repetir algo para S.Exa. sobre a revitalização do São Francisco.

É muito pertinente a observação de S.Exa., e me comprometo a reportá-la ao Governo para que seja debatida. Ao mesmo tempo em que o Governo trabalha o projeto de transposição, tem também o compromisso de fazer a revitalização. Portanto, acho que estamos de acordo com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerradas as discussões, quero agradecer ao

Ministro Paulo Bernardo o comparecimento, a maneira franca e correta como expôs seus argumentos.

O livro de presença está na portaria da Comissão para ser assinado.

Muito obrigado.

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Realizada nos dias 7 e 9 de Junho de 2005.

Aos sete e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 05 a 08/2005. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Dimas Ramalho, Eduardo Sciarra, Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Divino, José Rocha, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Piauhyllino, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Renato Casagrande, Vander Loubet, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zé Gerardo; **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Nezinho Alencar, Romeu Tuma, Serys Silhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Almir Sá, Eduardo Valverde, João Grandão, Leodegar Tiscoski, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcio Fortes, Milton Monti, Pedro Fernandes, Rafael Guerra e Rose de Freitas; – **Senadores suplentes:** Ideli Salvatti, João Capiberibe, Jonas Pinheiro e Marcelo Crivella. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Bismarck Maia, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, José Borba, José Chaves, José Priante, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Luiz Bittencourt, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Nelson Pellegrino, Paulo Pimenta, Professor Luizinho, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda e Silvio Torres; – **Senadores titulares:** Amir Lando, Efraim Morais, Fernando Bezerra, Heráclito Fortes, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio e Sérgio Guerra. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Cezar Silvestri, Colbert Mar-

tins, Geraldo Resende e Paulo Afonso. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quinze horas e vinte e um minutos, os trabalhos foram iniciados pelo Presidente, Senador Gilberto Mestrinho. A seguir, o Presidente informou que o *quorum* para deliberação ainda não havia sido atingido na representação do Senado Federal e, por esse motivo, adiaria a apreciação das Atas. **EXPEDIENTE:** A correspondência recebida pela Secretaria da Comissão foi enviada aos membros e Lideranças Partidárias, através do correio eletrônico, em 07/06/2005. O Deputado Gilmar Machado fez a leitura do expediente: **I)** Correspondência recebida interna: 1) Ofício nº 423, de 18 de abril, que comunica indeferimento da solicitação do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre a realização de reuniões de audiência pública fora do recinto da Câmara dos Deputados, conforme estabelecido no Regimento Interno. 2) Ofício nº 197/2005, de 05 de maio, do relator do Projeto de Lei nº 01/2005-CN, Deputado Eduardo Valverde, solicitando retirada do seu Relatório da PAUTA Nº 04/2005. 3) Ofício nº 3, de 11 de maio, da relatora do Aviso nº 12/2005-CN, Deputada Elaine Costa, solicitando a retirada do seu Relatório da PAUTA Nº 06/2005 e incluir na seguinte. 4) Ofício nº 108, de 04 de maio, do Deputado Ciro Nogueira, Segundo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, que convida o Presidente da Comissão para a abertura do III Seminário sobre o Poder Legislativo Municipal, no dia 1º de junho, às 10 horas, no auditório Nereu Ramos. 5) Ofício nº 758, de 12 de maio, do 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Tião Viana, que encaminha as notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros, feito na Sessão do Senado Federal da mesma data, sobre o cumprimento do § 5º do *art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal*. 6) Ofício nº 55, de 1º de junho, do Deputado Carlos Souza, solicitando a intercessão junto ao Deputado José Carlos Machado, Relator do PLN 03/2005-CN, para que vote favoravelmente às suas emendas e as inclua no Relatório. Expedientes encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência: 1) Ofício nº 216, de 8 de abril, do Deputado Mozarildo Cavalcanti: dia 5 a 7 de abril. 2) Ofício nº 27, de 14 de abril, do Deputado Marcos Abramo: dia 14 de abril. 3) Ofício nº 229, de 18 de abril, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti: de 12 a 14 de abril. 4) Ofício nº 236, de 20 de abril, do Senador Mozarildo Cavalcanti: de 19 e 20 de abril. 5) Ofício nº 77 e 82, de 19 de abril, do Senador Leonel Pavan: de 23 a 29 de abril. 6) Ofício nº 32, de 26 de abril, do Deputado Marcos Abramo: dia 19 de abril. 7) Ofício nº 51, de 27 de abril, do Deputado Ce-

zar Silvestri: dia 26 de abril. 8) Memorando nº 04, de 28 de abril, do Deputado Jackson Barreto: dia 26 de abril. 9) Ofício nº 25, de 27 de abril, do Deputado Zé Gerardo. Período: 19 a 23 de abril. 10) Ofício nº 74, de 12 de maio, do Senador Romeu Tuma: dia 12 de maio. 11) Ofício nº 82, de 24 de maio, do Senador Romeu Tuma: dia 24 de maio. 12) Ofício nº 133, de 25 de maio, do Deputado Amauri Gasques: dia 24 de maio. 13) Ofício nº 134, de 25 de maio, do Deputado Amauri Gasques: dia 25 de maio. 14) Ofício nº 123, de 25 de maio, do Deputado Eduardo Sciarra: 22 a 27 de maio. 15) Ofício nº 311, de 25 de maio, do Deputado Vignatti: 28 de maio a 09 de junho. 16) Ofício nº 33, de 31 de maio, do Deputado Júlio César: dia 24 de maio. 17) Ofício nº 101, de 02 de junho, do gabinete do Deputado Cláudio Cajado: de 25 a 31 de maio e 1 e 2 de junho. Expedientes que encaminham indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: 1) Ofício nº 214, de 1º de junho, indicando o Deputado Gonzaga Patriota. 2) Ofício nº 214, de 1º de junho, indicando o Senador Sérgio Guerra. 3) Ofício nº 214, de 1º de junho, indicando o Deputado Iberê Ferreira. 4) Ofício nº 353, de 02 de junho, indicando o Senador Marcelo Crivella. 5) Ofício nº 544, de 02 de junho, indicando o Deputado Anivaldo Vale. 6) Ofício nº 106, de 02 de junho, indicando o Senador Geraldo Mesquita Júnior. 7) Ofício nº 88, de 02 de junho, indicando o Deputado Marcelo Ortiz. 8) Ofício nº 54, de 02 de junho, indicando o Senador Mozarildo Cavalcanti. 9) Ofício nº 124, de 03 de junho, indicando o Deputado Wasny de Roure, pelo Partido dos Trabalhadores. Expedientes solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes parlamentares: 1) Ofício nº 152, de 31 de março, do Deputado Neuton Lima. 2) Ofício nº 82, do Deputado Dr. Benedito Dias. 3) Ofício nº 13, de 18 de abril, da Deputada Thelma de Oliveira. 4) Ofício nº 85, de 19 de abril, do Deputado Tarcísio Zimmermann. 5) Ofício nº 152, de 20 de abril, do Deputado José Janene. 6) Ofício nº 56, de 26 de abril, da Bancada Pernambuco. 7) Ofício nº 30, de 03 de maio, do Deputado Pastor Frankembergen. 8) Ofício nº 26, de 03 de maio, do Deputado Josias Quintal. 9) Memorando nº 17, de 03 de maio, do Deputado Dr. Francisco Gonçalves. 10) Ofício nº 31, de 03 de maio, do Deputado Sandes Junior. 1) Ofício nº 103, de 04 de maio, do Deputado Carlito Merss. 12) Ofício nº 11, de 04 de maio, da Bancada do Rio Grande do Sul. 13) Ofício nº 73, de 04 de maio, do Senador Juvêncio da Fonseca. 14) Ofício nº 250, de 05 de maio, do Deputado Colombo. 15) Ofício nº 57 e 58, de 09 de maio, do Deputado Salvador Zimbaldi. 16) Ofício nº 117, de 09 de maio, da Deputada Zulaê Cobra. 17) Ofício nº 03, de 09 de maio, do Depu-

tado Airtton Roveda. 18) Ofício nº 31, de 11 de maio, do Deputado Josias Quintal. 19) Ofícios nºs 79, 82 a 84 e 86, de 09 e 10 de maio, do Deputado Dr. Ribamar Alves. 20) Ofício nº 222, de 11 de maio, do Deputado Ney Lopes. 21) Ofício nº 84, de 11 de maio, do Deputado José Carlos Machado. 22) Ofício nº 128, de 12 de maio, do Deputado Mário Heringer. 23) Ofício nº 128, do Deputado Antônio Carlos Biffi. 24) Ofício nº 226, de 16 de maio, do Deputado Luiz Carlos Hauly. 25) Ofício nº 326, de 17 de maio, do Deputado José Militão. 26) Ofício nº 100, de 17 de maio, do Deputado Pedro Chaves. 27) Ofício nº 128, de 17 de maio, da Deputada Mariângela Duarte. 28) Ofício nº 49, de 17 de maio, do Deputado Wanderval Santos. 29) Ofício nº 102, de 13 de maio, do Deputado Licenciado Ary Vanazzi. 30) Ofício nº 114, de 17 de maio, do Senador Luiz Otávio. 31) Ofício nº 20, de 18 de maio, do Deputado Delfim Netto. 32) Ofício nº 73, de 18 de maio, do Deputado Bismarck Maia. 33) Ofício nº 59, de 18 de maio, da Bancada do Pernambuco. 34) Ofício de 18 de maio, do Deputado Mauro Passos. 35) Ofício nº 93, de 19 de maio, do Deputado José Eduardo Cardozo. 36) Ofício nº 182, de 23 de maio, do Deputado Vadão Gomes. 37) Ofício nº 17, de 23 de maio, do Deputado Hamilton Casara. 38) Ofício nº 79, de 24 de maio, do Deputado Jamil Murad. 39) Ofício nº 60, de 24 de maio, do Deputado Pastor Frankembergen. 40) Ofício nº 173, de 24 de maio, do Deputado Júlio Lopes. 41) Ofício nº 34, de 24 de maio, do Deputado Colbert Martins. 42) Ofício nº 81, de 24 de maio, do Deputado Antonio Carlos Pannunzio. 43) Ofício nº 82, de 25 de maio, do Deputado Antonio Carlos Pannunzio. 44) Ofício nº 45, de 30 de maio, do Deputado Celso Russomanno. 45) Ofícios nºs 163, 164 e 175, de 30 de maio, do Deputado Raimundo Santos. 46) Ofício nº 37, de 31 de maio, do Deputado Joaquim Francisco. 47) Ofício nº 44, de 31 de maio, do Deputado Professor Luizinho. 48) Ofício nº 80, de 31 de maio, do Deputado Fábio Souto. 49) Ofício nº 9, de 31 de maio, do Deputado Licenciado Aloysio Nunes Ferreira. 50) Ofício nº 24, de 31 de maio, da Deputada Zelinda Novaes. 51) Ofício nº 256, de 1º de junho, do Deputado João Paulo Cunha. 52) Ofício nº 18, de 1º de junho, da Deputada Kelly Moraes. 53) Ofício nº 229, de 1º de junho, do Senador José Maranhão. 54) Ofício nº 102, de 02 de junho, do Deputado Gervásio de Oliveira. 55) Ofício nº 152, de 06 de junho, do Deputado Luiz Carreira. Expediente indicando o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Projeto de Lei nº 04/2005-CN): Ofício nº 72, de 20 de abril, do Deputado Paulo Rocha, Líder do PT, na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Gilmar Machado. Ofícios nº 145, de 26 de abril e 152, de 03 de maio, encaminhados pelo Presidente do Se-

nado Federal, Senador Renan Calheiros, informando, respectivamente, da abertura e do término do prazo de 5 dias úteis, a partir de 26 de abril, para interposição de recurso aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 02 e 03, de 2005, do Congresso Nacional: Projeto de Decreto Legislativo nº 02 de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer n.º 02, de 2005-CN sobre o Aviso de n.º 04/2005-CN – Execução das obras de construção de travessia urbana em São Gabriel/RS, na BR-290/RS, entroncamento entre a BR-101/RS (Osório) e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina). Projeto de Decreto Legislativo nº 03 de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer n.º 03, de 2005-CN sobre o Aviso de n.º 05/2005-CN – Obras rodoviárias do Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a realização de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e serviços complementares na BR 080/GO – Trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves). Foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares através do correio eletrônico. Ofícios, de 06 de maio, encaminhados pelo Segundo Suplente no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, Senador Papaléo Paes, informando da remessa de autógrafo de Decreto Legislativo CN, excluindo as seguintes obras do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25/01/2005: Decreto Legislativo 04/2005-CN: Construção de travessia urbana em São Gabriel/RS, na BR-290/RS, entroncamento entre as BR-101/RS e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina, subtrecho BR-473 e BR 158, segmento Km 417-Km 421. Decreto Legislativo 05/2005-CN: Construção de trechos rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás – trecho Dois Irmãos – Barro Alto –Uruaçu – São Miguel do Araguaia – GO. II) Correspondência recebida externa: 1) Aviso nº 20, de 22 de abril, do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, informando da impossibilidade de comparecimento à reunião de audiência pública conjunta marcada para o dia 26 de abril, tendo em vista viagem em missão oficial para Bogotá, Colômbia. 2) Aviso Circular nº 03, de 05 de maio, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência Interino, Jorge Hage Sobrinho, que encaminha exemplar da Prestação de Contas do Presidente da República, denominado Balanço Geral da União – BGU, referente a 2004. 3) Ofício nº 181, de 17 de maio, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, informando que o Ofício nº P-049/2005-CMO, de 30/05/05, solicitando cópia das correspondências com o FMI, foi encaminhado ao Ministério da Fazenda, por tratar-se de assunto afeto àquela Pasta. 4) Aviso nº 29, de 18 de maio, do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, que acusa o recebimento do Ofício nº P-

084/CMO, de 11/05/05, informando que a determinação contida na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 9º § 5º), pode ser cumprida tanto pelo Presidente do BACEN quanto por qualquer diretor por ele designado e, finalizando, comunica sua ausência do País até a primeira semana de junho, tendo em vista viagem de missão oficial agendada. 5) Ofício nº 809, de 19 de maio, e cópia dos ofícios nºs 820 e 827 de 24 e 25 de maio respectivamente, do Diretor-Geral do DNIT, Alexandre Silveira de Oliveira, que encaminha cópia do Ofício protocolado junto ao TCU sobre as medidas adotadas com relação às obras da rodovia BR-319/AM no Estado do Amazonas. 6) Ofício nº 30, de 21 de maio, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que solicita a indicação de funcionário para integrar a composição de partida da Rede Brasileira de Planejamento e Gestão Territorial. Foi encaminhada cópia à COFF/CD e à CONORF/SF. 7) Ofício nº 2.046, de 31 de maio, do Ministério da Saúde, informa do atendimento aos ofícios dos Deputados que tratam de alteração de Modalidade de Aplicação. Lista de débitos constantes de Precatórios Judiciais, de responsabilidade do INSS, encaminhados à Comissão, em atendimento ao disposto no art. 100 § 1º da Constituição Federal: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; – Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: Aviso-SGS de 13 de abril de 2005: Aviso nº 396/2005 (Acórdão nº 395/2005): Irregularidades em contratação realizada pela PETROBRAS. – Aviso-SGS de 20 de abril de 2005: 1) Aviso nº 407/2005 (Acórdão nº 424/2005): Adequação da planta industrial de imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro. 2) Aviso nº 410/2005 (Acórdão nº 430/2005): obras complementares no complexo da Câmara dos Deputados. 3) Aviso nº 428/2005 (Acórdão nº 453/2005): representação acerca de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados a município. 4) Aviso nº 433/2005 (Acórdão nº 445/2005): Construção do Hospital Terciário de Natal/RN, a cargo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com recursos do Fundo Nacional de Saúde. 5) Aviso nº 438/2005 (Acórdão nº 446/2005): Obras de implantação do sistema de transmissão no Estado do Piauí. 6) Aviso nº 439/2005 (Acórdão nº 435/2005): auditoria realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. 7) Aviso nº 452/2005 (Acórdão nº 423/2005): obras de construção do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, Município de Correia Pinto S/C. – Aviso-SGS de 04 de maio de 2005: Aviso nº 509/2005 (Acórdão nº 532/2005): irregularidades no recolhimento das taxas de fiscalização dos serviços de telecomunicações e nos procedimentos de fiscalização efetuados

pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). – Avisos-SGS de 11 de maio de 2005: 1) Aviso nº 523 (Acórdão nº 560/2005): concessão de financiamento para a construção da Vila Pan-americana e a assinatura do contrato correspondente. 2) Aviso nº 527 (Acórdão nº 539/2005): Duplicação da rodovia BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande. 3) Aviso nº 533 (Acórdão nº 549/2005): construção de trechos rodoviários da BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul – Barração – Lagoa Vermelha – Nova Prata. – Avisos-SGS de 18 de maio de 2005: 1) Aviso nº 570 (Acórdão nº 601/2005): Recuperação dos Berços 1023 e 103 no Porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina. 2) Aviso nº 571 (Acórdão nº 602/2005): Ampliação da capacidade de geração termelétrica em Manaus, no Estado do Amazonas. 3) Aviso nº 585 (Acórdão nº 599/2005): Obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul – Trecho Rio Grande – Pelotas. 4) Aviso nº 594 (Acórdão nº 596/2005): Duplicação da rodovia BR-101/SC, trecho norte, no âmbito do Fiscobras/2001. 5) Aviso nº 628 (Acórdão nº 613/2005): Representação por membros do Ministério Público Federal sobre a contratação de parentes para cargos de natureza especial na Câmara dos Deputados. – Avisos-SGS de 25 de maio de 2005: 1) Aviso nº 640 (Acórdão nº 654/2005): Auditoria de Natureza Operacional realizada na Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, com objetivo de avaliar sua atuação na promoção de ações de saúde mental, em específico a Atenção à Saúde Mental, o Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde – De Volta para Casa, e o Apoio a Serviços Extra-hospitalares para Transtornos de Saúde Mental e Decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas. 2) Aviso nº 648 (Acórdão nº 646/2005): Obras de duplicação e restauração da BR-153/GO, no trecho Aparecida de Goiânia – Itumbiara. 3) Aviso nº 666 (Acórdão nº 635/2005): Adequação de Rodovias Federais – Trechos Rodoviários no Estado de Minas Gerais. – Avisos-SGS de 01 de junho de 2005: 1) Aviso nº 684 (Acórdão nº 680/2005): Projeto Pontal Sul, em Petrolina/Pernambuco. 2) Aviso nº 686 (Acórdão nº 685/2005): Obras de infra-estrutura urbana em municípios de Médio e Grande Porte, em Caruaru/Pernambuco. 3) Aviso nº 693 (Acórdão nº 690/2005): Obras de manutenção e adequação de bens imóveis da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. – Avisos/SGS do Tribunal de Contas da União encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de AVN (Aviso do Congresso Nacional): 1) Aviso nº 457/2005, de 20/04/2005, (Acórdão nº 442/2005): Duplicação de

trechos rodoviários no Corredor Transmetropolitano – BR-116/SP – São Paulo – Divisa SP/PR. 2) Aviso nº 507/2005, de 04/05/2005, (Acórdão nº 523/2005): considera atendidas as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e Órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2004, em obediência aos seus arts. 54 e 55, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000. 3) Aviso nº 543 (Acórdão nº 554/2005): Complexo Prisional de Goiânia/GO. 4) Aviso nº 655 (Acórdão nº 656/2005): Construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte – BR-319/AM – Trecho: Km 166 ao 877. – Avisos/SGS, de 11/05/2005, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à CMO pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal: Aviso nº 538 (Acórdão nº 573/2005): recursos federais repassados ao Serviço de Assistência Social Evangélico – SASE, a título de subvenções sociais, destinados à concessão de bolsas de estudo e prestação de assistência educacional. – Avisos/SGS, de 18/05/2005, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à CMO pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal: Aviso nº 584 (Acórdão nº 599/2005): Adequação de trechos Rodoviários na BR-392 no Estado do Rio Grande do Sul – Trecho Rio Grande – Pelotas. – Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos, em atendimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Penais, combinado com os arts. 54 e 55 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: – Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Pernambuco, Roraima, Rondônia, Amapá e Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Ceará. – Tribunais Regionais do Trabalho dos seguintes regiões: 2ª, 3ª, 5ª, 11ª, 12ª, 15ª, 20ª e 21ª Regiões. – Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho. Durante a leitura, o Deputado Anivaldo Vale questionou sobre a resposta à sua questão de ordem, apresentada na reunião realizada em 31/05/2005. O Presidente informou que a resposta se daria no início da ordem do dia. A seguir, o Presidente informou que o *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal havia sido atingido. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada em 19 e 20 de abril de 2005; 1ª Reunião Extraordinária, convocada para 26 de abril de 2005; 4ª Reunião Ordinária, convocada para 03 e 05 de maio de 2005; 5ª Reunião Ordinária, convocada para 12 de maio de 2005; 6ª Reunião Ordinária, convocada para

17 e 18 de maio de 2005; 7ª Reunião Ordinária, convocada para 24 de maio de 2005; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão, realizada em 31 de maio de 2005. O Deputado Pedro Novais solicitou a dispensa da leitura das Atas e o Plenário assentiu. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou as Atas **aprovadas**.

ORDEM DO DIA. Questão de ordem apresentada pelo Deputado Anivaldo Vale na reunião realizada em 31/05/2005, sobre a incompatibilidade do Anexo I – Prioridades e Metas, do Projeto de Lei nº 04/2005-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO para o exercício de 2006 com o Plano Plurianual vigente. O Deputado Anivaldo Vale informou que se a questão de ordem fosse indeferida, não haveria possibilidade de serem apresentadas emendas ao Anexo de Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. Na qualidade de relator do Projeto, o Deputado Gilmar Machado apresentou argumentos para contraditar, tendo em vista o disposto no *art. 165, § 2º da Constituição Federal*. A seguir, o Presidente apresentou a resposta à questão de ordem, concluindo, no final, pelo seu **indeferimento**. O Deputado Anivaldo Vale solicitou a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao referido Projeto até o dia 14 de junho de 2005. O relator do Projeto em questão apresentou concordância, ao tempo em que informou que cumpriria rigidamente os prazos estabelecidos no cronograma de tramitação da matéria e, finalizando, informou que havia na pauta requerimentos para realização de audiências públicas com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil e de entidades civis. A seguir, o Presidente passou à PAUTA Nº 05. (Alterada) **Item 01 – Aviso n.º 01/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão n.º 60, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria em obra e implantação de infra-estrutura para uso de comunidades carentes – construção de Centro Olímpico na cidade de Rio Branco/AC. (TC n.º 004.649/2003-7)”. Relator: Deputado Cláudio Cajado. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Pedro Novais fez a leitura do Parecer. O Deputado Anivaldo Vale informou que havia acordo somente para apreciação dos requerimentos constantes das pautas, porém aceitaria apreciar essa matéria. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Requerimento de autoria do

Deputado Gilmar Machado solicitando a inversão de pauta. Em votação, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 08/2005. **Item 05 – Requerimento nº 04/2005-CMO**, que requer a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e de Assuntos Econômicos do Senado Federal para debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil. Autor: Deputado Gilmar Machado. O autor fez a apresentação do requerimento e informou que tinha caráter de convite. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 06 – Requerimento nº 05/2005-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública com a participação da sociedade civil para debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006”. Autor: Deputado Gilmar Machado. O autor fez a apresentação do Requerimento, informando as entidades a serem convidadas: Instituto Nacional de Estudos Socio-Econômicos – INESC; Associação Brasileira de Organização Não-Governamental – ABONG e Inter-Redes; Associação Brasileira de Orçamento Público – ABBOP; Central Única dos Trabalhadores – CUT; um representante dos Funcionários Públicos e um representante do Ministério do Planejamento. O Presidente sugeriu a realização de reunião informal, com a presença desses representantes. O Deputado Anivaldo Vale solicitou que o requerimento fosse retirado pelo autor, tendo em vista não haver consenso. A seguir, o autor **retirou** o requerimento. Tendo em vista a inexistência de acordo para apreciação das demais matérias das Pautas, o Presidente suspendeu a reunião e convocou a continuação para o dia 09 de junho, às 10 horas. Os trabalhos foram suspensos às dezesseis horas e vinte e seis minutos do dia sete de junho. Às dez horas e nove minutos do dia nove de junho do mesmo ano, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Mussa Demes, deu continuidade à reunião e informou que, conforme decisão do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 foi prorrogado até 17 de junho de 2005. **Requerimento** para inclusão na pauta das “Normas para apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006”, de autoria do Deputado Gilmar Machado. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** “Normas para apreciação do Projeto de Lei de

Diretrizes Orçamentárias para 2006”. Autor: Deputado Gilmar Machado. O autor fez a apresentação. Os Deputados Luiz Carreira e Anivaldo Vale discutiram o assunto. Em votação, as Normas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Primeiro Vice-Presidente solicitou junto ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, a transcrição, do inteiro teor das Normas. O Primeiro Vice-Presidente questionou o Plenário se havia acordo para apreciação de outras matérias da Pauta. Os Deputados Gilmar Machado e Luiz Carreira solicitaram ao Deputado Anivaldo Vale o entendimento para apreciação do Item 02 da Pauta nº 05 e receberam concordância. PAUTA Nº 05/2005 (Alterada). **Item 02 – Aviso n.º 10/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 326, de 2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR 101/SE, no trecho do Km 77,3 ao 91,6 (TC-007.828/2002-3).” Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Finalizando, o Primeiro Vice-Presidente informou que estava marcada para às 11 horas daquela data reunião da *Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário*. **ENCERRAMENTO:** Tendo em vista a inexistência de acordo para apreciação das demais matérias das pautas, o Primeiro Vice-Presidente encerrou a reunião, às dez horas e vinte e três minutos. Antes, convocou reunião ordinária a ser realizada no dia 14 de junho, às 14:30, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integram esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos da 8ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está aberta a sessão.

Enquanto aguardamos que se complete o *quorum* regimental para votação, peço ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura do Expediente,

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – I)

Correspondência interna recebida:

1) Ofício nº 423, de 18 de abril, que comunica indeferimento da solicitação do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre a realização de reuniões de audiência pública fora do recinto da Câmara dos Deputados, conforme estabelecido no Regimento Interno.

2) Ofício nº 197, de 5 de maio de 2005, do Relator do Projeto de Lei nº 01/2005-CN, Deputado Eduardo Valverde, solicitando retirada do seu parecer da Pauta nº 04/2005.

3) Ofício nº 3, de 11 de maio, da Relatora do Aviso nº 12/2005-CN, Deputada Elaine Costa, solicitando a retirada do seu parecer da Pauta nº 06/2005 e inclusão na seguinte.

4) Ofício nº 108, de 4 de maio, do Deputado Ciro Nogueira, 2º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, em que convida o Presidente da Comissão para a abertura do III Seminário sobre o Poder Legislativo Municipal, no dia 1º de junho, às 10h, no Auditório Nereu Ramos.

5) Ofício nº 758, de 12 de maio, do 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Tião Viana, que encaminha as notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros, feito na sessão do Senado Federal da mesma data, sobre o cumprimento do § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6) Ofício nº 55, de 1º de junho, do Deputado Carlos Souza, solicitando a intercessão perante o Deputado José Carlos Machado, Relator do PLN 03/2005-CN, para que vote favoravelmente às suas emendas e as inclua no parecer.

Expedientes encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência:

1) Ofício nº 216, de 8 de abril, do Senador Mozarildo Cavalcanti: de 5 a 7 de abril.

2) Ofício nº 27, de 14 de abril, do Deputado Marcos Abramo: 14 de abril.

3) Ofício nº 229, de 18 de abril, do Senador Mozarildo Cavalcanti: 12 a 14 de abril.

4) Ofício nº 236, de 20 de abril, do Senador Mozarildo Cavalcanti: de 19 a 20 de abril.

5) Ofícios nºs 77 e 82, de 19 de abril, do Senador Leonel Pavan: de 23 a 29 de abril.

6) Ofício nº 32, de 26 de abril, do Deputado Marcos Abramo: dia 19 de abril.

7) Ofício nº 51, de 27 de abril, do Deputado Cezar Silvestri: 26 de abril.

8) Memorando nº 04, de 28 de abril, do Deputado Jackson Barreto: dia 26 de abril.

9) Ofício nº 25, de 27 de abril, do Deputado Zé Gerardo. Período: 19 a 23 de abril.

10) Ofício nº 74, de 12 de maio, do Senador Romeu Tuma: 12 de maio.

11) Ofício nº 82, de 24 de maio, do Senador Romeu Tuma: dia 24 de maio.

12) Ofício nº 133, de 25 de maio, do Deputado Amauri Gasques: dia 24 de maio.

13) Ofício nº 134, de 25 de maio, do Deputado Amauri Gasques: dia 25 de maio.

14) Ofício nº 123, de 25 de maio, do Deputado Eduardo Sciarra: de 22 a 27 de maio.

15) Ofício nº 311, de 25 de maio, do Deputado Vignatti: 28 de maio a 9 de junho.

16) Ofício nº 33, de 31 de maio, do Deputado Júlio César: dia 24 de maio.

17) Ofício nº 101, de 2 de junho, do Gabinete do Deputado Cláudio Cajado: de 25 a 31 de maio e 1 e 2 de junho.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Queria merecer do Relator e de V.Exa. consideração a respeito da questão de ordem que levantei na sessão anterior. Inicia-se novamente a leitura do parecer sem a resposta àquela questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Anivaldo, estamos fazendo hoje somente a leitura do Expediente, em face de não haver número suficiente de Senadores. Para que se tome qualquer deliberação, é necessário haver *quorum*. Como não há, estamos aproveitando o tempo para ler o Expediente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, mas a leitura está sendo feita sem que haja número no Senado. E quando os Senadores aqui chegarem, pedirão a S.Exa. para ler outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É só o expediente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, Sr. Presidente, mas como não há *quorum* no Senado, quando houver, os Senadores vão pedir a V.Exa. para ler novamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Por *e-mail*, mandamos o Expediente para os

Gabinetes dos Senadores. S.Exas. devem ter conhecimento dele.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Estou me referindo a duas coisas, Sr. Presidente. A primeira é que a questão de ordem não foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Será respondida quando iniciarmos a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, mas V.Exa. mandou proceder à leitura do expediente com *quorum* apenas da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – São ofícios recebidos..

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O que eu quero dizer é que se a Liderança do PSDB, por exemplo, chegar aqui quando houver *quorum*, pode perfeitamente a V.Exa. que mande novamente fazer a leitura, porque ela não a ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não. Há *quorum* para abertura dos trabalhos, mas não para votação. Por isso, não se votou a ata nem se entrou na Ordem do Dia. Estamos apenas lendo comunicações.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Vou considerar a informação que V.Exa. nos presta e aguardar a resposta à questão de ordem levantada para darmos continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto. E, ao mesmo tempo, aguardaremos que se complete o *quorum* do Senado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Expedientes que encaminham indicações para o colegiado de representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

1) Ofício nº 214, de 1º de junho, indicando o Deputado Gonzaga Patriota.

2) Ofício nº 214, de 1º de junho, indicando o Senador Sérgio Guerra.

3) Ofício nº 214, de 1º de junho, indicando o Deputado Iberê Ferreira.

4) Ofício nº 353, de 2 de junho, indicando o Senador Marcelo Crivella.

5) Ofício nº 544, de 2 de junho, indicando o Deputado Anivaldo Vale.

6) Ofício nº 106, de 2 de junho, indicando o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

7) Ofício nº 88, de 2 de junho, indicando o Deputado Marcelo Ortiz.

8) Ofício nº 54, de 2 de junho, indicando o Senador Mozarildo Cavalcanti.

9) Ofício nº 124, de 03 de junho, indicando o Deputado Wasny de Roure.

Expedientes que solicitam a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes Parlamentares:

- 1) Ofício nº 152, de 31 de março, do Deputado Neuton Lima;
- 2) Ofício nº 82, do Deputado Dr. Benedito Dias;
- 3) Ofício nº 13, de 18 de abril, da Deputada Thelma de Oliveira;
- 4) Ofício nº 85, de 19 de abril, do Deputado Tarcísio Zimmermann;
- 5) Ofício nº 152, de 20 de abril, do Deputado José Janene;
- 6) Ofício nº 56, de 26 de abril, da bancada de Pernambuco;
- 7) Ofício nº 30, de 3 de maio, do Deputado Pastor Frankembergen;
- 8) Ofício nº 26, de 3 de maio, do Deputado Josias Quintal;
- 9) Memorando nº 17, de 3 de maio, do Deputado Dr. Francisco Gonçalves;
- 10) Ofício nº 31, de 3 de maio, do Deputado Sandes Júnior;
- 11) Ofício nº 103, de 4 de maio, do Deputado Carlito Meres;
- 12) Ofício nº 11, de 4 de maio, da bancada do Rio Grande do Sul;
- 13) Ofício nº 73, de 4 de maio, do Senador Juvêncio da Fonseca;
- 14) Ofício nº 250, de 5 de maio, do Deputado Colombo;
- 15) Ofícios nºs 57 e 58, de 9 de maio, do Deputado Salvador Zimbaldi;
- 16) Ofício nº 117, de 9 de maio, da Deputada Zulaide Cobra;
- 17) Ofício nº 03, de 9 de maio, do Deputado Airton Roveda;
- 18) Ofício nº 31, de 11 de maio, do Deputado Josias Quintal;
- 19) Ofícios nºs 79, 82 a 84 e 86, de 9 e 10 de maio, do Deputado Dr. Ribamar Alves;
- 20) Ofício nº 222, de 11 de maio, do Deputado Ney Lopes;
- 21) Ofício nº 84, de 11 de maio, do Deputado José Carlos Machado;
- 22) Ofício nº 128, de 12 de maio, do Deputado Mário Heringer;
- 23) Ofício nº 128, do Deputado Antônio Carlos Biffi;
- 24) Ofício nº 226, de 16 de maio, do Deputado Luiz Carlos Hauly;
- 25) Ofício nº 326, de 17 de maio, do Deputado José Militão;

- 26) Ofício nº 100, de 17 de maio, do Deputado Pedro Chaves;
- 27) Ofício nº 128, de 17 de maio, da Deputada Mariângela Duarte;
- 28) Ofício nº 49, de 17 de maio, do Deputado Wanderval Santos;
- 29) Ofício nº 102, de 3 de maio, do Deputado licenciado Ary Vanazzi;
- 30) Ofício nº 114, de 17 de maio, do Senador Luiz Otávio;
- 31) Ofício nº 20, de 18 de maio, do Deputado Delfim Netto;
- 32) Ofício nº 73, de 18 de maio, do Deputado Bismarck Maia;
- 33) Ofício nº 59, de 18 de maio, da bancada de Pernambuco;
- 34) Ofício de 18 de maio, do Deputado Mauro Passos;
- 35) Ofício nº 93, de 19 de maio, do Deputado José Eduardo Cardozo;
- 36) Ofício nº 182, de 23 de maio, do Deputado Vadão Gomes;
- 37) Ofício nº 17, de 23 de maio, do Deputado Hamilton Casara;
- 38) Ofício nº 79, de 24 de maio, do Deputado Jamil Murad;
- 39) Ofício nº 60, de 24 de maio, do Deputado Pastor Frankembergen;
- 40) Ofício nº 173, de 24 de maio, do Deputado Julio Lopes;
- 41) Ofício nº 34, de 24 de maio, do Deputado Colbert Martins;
- 42) Ofício nº 81, de 24 de maio, do Deputado Antonio Carlos Pannunzio;
- 43) Ofício nº 82, de 25 de maio, do Deputado Antonio Carlos Pannunzio;
- 44) Ofício nº 45, de 30 de maio, do Deputado Celso Russomanno;
- 45) Ofícios nºs 163, 164 e 175, de 30 de maio, do Deputado Raimundo Santos;
- 46) Ofício nº 37, de 31 de maio, do Deputado Joaquim Francisco;
- 47) Ofício nº 44, de 31 de maio, do Deputado Professor Luizinho;
- 48) Ofício nº 80, de 31 de maio, do Deputado Fábio Souto;
- 49) Ofício nº 09, de 31 de maio, do Deputado licenciado Aloysio Nunes Ferreira;
- 50) Ofício nº 24, de 31 de maio, da Deputada Zelinda Novaes;
- 51) Ofício nº 256, de 1º de junho, do Deputado João Paulo Cunha;

52) Ofício nº 18, de 1º de junho, da Deputada Kelly Moraes;

53) Ofício nº 229, de 1º de junho, do Senador José Maranhão;

54) Ofício nº 102, de 2 de junho, do Deputado Gervásio Oliveira;

55) Ofício nº 152, de 6 de junho, do Deputado Luiz Carreira;

Expediente indicando o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Projeto de Lei nº 04/2005-CN):

– Ofício nº 72, de 20 de abril, do Deputado Paulo Rocha, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Gilmar Machado.

– Ofícios nºs 145, de 26 de abril, e 152, de 3 de maio, encaminhados pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando, respectivamente, da abertura e do término do prazo de 5 dias úteis, a partir de 26 de abril, para interposição de recurso aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 02 e 03, de 2005, do Congresso Nacional.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer nº 02, de 2005-CN, sobre o Aviso de nº 04/2005-CN – Execução das obras de construção de travessia urbana em São Gabriel/RS, na BR-290/RS, entroncamento entre a BR-101/RS (Osório) e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer nº 3, de 2005-CN, sobre o Aviso de nº 5/2005-CN – Obras rodoviárias do Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a realização de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e serviços complementares na BR-080/GO – Trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves.

Foi encaminhado comunicado aos Parlamentares, por intermédio do correio eletrônico.

Ofícios, de 6 de maio, encaminhados pelo Segundo Suplente no exercício da 1ª Secretaria do Senado Federal, Senador Papaléo Paes, informando a remessa de autógrafo de Decreto Legislativo – CN, excluindo as seguintes obras do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25/01/2005:

– Decreto Legislativo nº 4/2005-CN: construção de travessia urbana em São Gabriel/RS,

na BR-290/RS, entroncamento entre a BR-101/RS e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina, subtrecho BR-473 e BR-158, segmento Quilômetros 417 e 421.

– Decreto Legislativo nº 5/2005-CN: construção de trechos rodoviários na BR-080, no Estado de Goiás, trecho Dois Irmãos – Barro Alto – Uruaçu – São Miguel do Araguaia-GO.

II) Correspondência externa recebida:

1) Aviso nº 20, de 22 de abril, do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meireles, informando da impossibilidade de comparecimento à reunião de audiência pública conjunta marcada para o dia 26 de abril, tendo em vista viagem em missão oficial para Bogotá, Colômbia;

2) Aviso Circular nº 03, de 05 de maio, do Ministro de Estado Interino do Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho, que encaminha exemplar da Prestação de Contas do Presidente da República, denominado Balanço Geral da União, BGU, referente a 2004;

3) Ofício nº 181, de 17 de maio, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, informando que o Ofício nº P-049/2005-CMO, de 30/05/05, solicitando cópia das correspondências com o FMI, foi encaminhado ao Ministério da Fazenda por se tratar de assunto afeto àquela Pasta;

4) Aviso nº 29, de 18 de maio, do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meireles, que acusa o recebimento do Ofício P-084/CMO, de 11/05/05, informando que a determinação contida na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 9º, § 5º) pode ser cumprida tanto pelo Presidente do BACEN quanto por qualquer diretor por ele designado. Finalizando, comunica sua ausência do País até a primeira semana de junho, tendo em vista viagem de missão oficial agendada;

5) Ofício nº 809, de 19 de maio, e cópia dos Ofícios nºs 820 e 827, de 24 e 25 de maio, respectivamente, do Diretor-Geral do DNIT, Alexandre Silveira de Oliveira, que encaminha cópia do ofício protocolado junto ao TCU sobre as medidas adotadas em relação às obras da rodovia BR-319/AM, no Estado do Amazonas;

6) Ofício nº 30, de 21 de maio, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que solicita a indicação de funcionário para integrar a composição de partida da Rede

Brasileira de Planejamento e Gestão Territorial. Foi encaminhada cópia à COFF/CD e à CONORF/SF;

7) Ofício nº 2.046, de 31 de maio, do Ministério da Saúde, que informa sobre o atendimento aos ofícios dos Deputados que tratam de alteração de Modalidade de Aplicação.

Lista de débitos constantes de Precatórios Judiciais, de responsabilidade do INSS, encaminhados à Comissão, em atendimento ao disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal:

Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Norte.

Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta:

Aviso-SGS, de 13 de abril de 2005:

Aviso nº 396/2005 (Acórdão nº 395/2005): irregularidades em contratação realizada pela PETROBRAS.

Aviso-SGS, de 20 de abril de 2005:

1) Aviso nº 407/2005 (Acórdão nº 424/2005): adequação da planta industrial de imunobiológicos do Estado do Rio de Janeiro;

2) Aviso nº 410/2005 (Acórdão nº 430/2005): obras complementares no complexo da Câmara dos Deputados;

3) Aviso nº 428/2005 (Acórdão nº 453/2005): representação acerca de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados a Município;

4) Aviso nº 433/2005 (Acórdão nº 445/2005): construção do Hospital Terciário de Natal/RN, a cargo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com recursos do Fundo Nacional de Saúde;

5) Aviso nº 438/2005 (Acórdão nº 446/2005): obras de implementação do sistema de transmissão no Estado do Piauí;

6) Aviso nº 439/2005 (Acórdão nº 435/2005): auditoria realizada no Fundo Constitucional de Financiamento no Centro-Oeste – FCO;

7) Aviso nº 452/2005 (Acórdão nº 423/2005): obras de construção do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, Município de Correia Pinto S/C.

Aviso-SGS de 4 de maio de 2005:

– Aviso nº 509/2005 (Acórdão nº 532/2005): irregularidades no recolhimento

das taxas de fiscalização dos serviços de telecomunicações e nos procedimentos de fiscalização efetuados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

Aviso-SGS de 11 de maio de 2005:

1) Aviso nº 523 (Acórdão nº 560/2005): concessão de financiamento para a construção da Vila Pan-americana e a assinatura do contrato correspondente;

2) Aviso nº 527 (Acórdão nº 539/2005): duplicação da rodovia BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande;

3) Aviso nº 533 (Acórdão nº 549/2005): construção de trechos rodoviários na BR-470, no Estado do Rio Grande do Sul, Barracão – Lagoa Vermelha – Nova Prata.

Avisos-SGS de 18 maio de 2005:

1) Aviso nº 570 (Acórdão nº 601/2005): recuperação dos Berços 1.023 e 103, no Porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina;

2) Aviso nº 571 (Acórdão nº 602/2005): ampliação da capacidade de geração termelétrica em Manaus, no Estado do Amazonas;

3) Aviso nº 585 (Acórdão nº 599/2005): obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul – Trecho Rio Grande – Pelotas;

4) Aviso nº 594 (Acórdão nº 596/2005): duplicação da rodovia BR-101/SC, trecho norte, no âmbito do Fiscobras/2001;

5) Aviso nº 628 (Acórdão nº 613/2005): representação, por membro do Ministério Público Federal, sobre a contratação de parentes para cargo de natureza especial na Câmara dos Deputados.

Avisos-SGS de 25 de maio de 2005:

1) Aviso nº 640 (Acórdão nº 654/2005): auditoria, de natureza operacional, realizada na Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, com o objetivo de avaliar sua atuação na promoção de ações de saúde mental, em específico a Atenção à Saúde Mental, o Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde – De Volta para Casa, e o Apoio a Serviços Extra-hospitalares para Transtornos de Saúde Mental e Decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas;

2) Aviso nº 648 (Acórdão nº 646/2005): obras de duplicação e restauração da BR-153/

GO, no trecho Aparecida de Goiânia – Itumbiara;

3) Aviso nº 666 (Acórdão nº 635/2005): adequação de rodovias federais, trechos rodoviários no Estado de Minas Gerais.

Avisos-SGS de 1º de junho de 2005:

1) Aviso nº 684 (Acórdão nº 680/2005): Projeto Pontal Sul, em Petrolina/Pernambuco;

2) Aviso nº 686 (Acórdão nº 685/2005): obras de infra-estrutura urbana em municípios de Médio e Grande Porte, em Caruaru/Pernambuco;

3) Aviso nº 693 (Acórdão nº 690/2005): obras de manutenção e adequação de bens imóveis das Centrais Elétricas no Norte do Brasil S.A.

Avisos-SGS do Tribunal de Contas da União, encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão, na forma de AVN (Aviso do Congresso Nacional):

1) Aviso nº 557/2005, de 20/04/2005, (Acórdão nº 442/2005): duplicação de trechos rodoviários no Corredor Transmetropolitano – BR-116/SP – São Paulo – Divisa SP/PR;

2) Aviso nº 507/2005, de 4/05/2005 (Acórdão nº 523/2005): considera atendidas as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e Órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2004, em obediência aos seus arts. 54 e 55, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000;

3) Aviso nº 543 (Acórdão nº 554/2005): Complexo Prisional de Goiânia/GO;

4) Aviso nº 655 (Acórdão nº 656/2005): construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte – BR-319/AM – Trecho: quilômetro 166 ao 877.

Aviso/SGS, de 11/05/2005, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à CMO pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal:

1) Aviso nº 538 (Acórdão nº 573/2005): recursos federais repassados ao Serviço de Assistência Social Evangélico – SASE, a título de subvenções sociais, destinados à concessão de bolsas de estudo e prestação de assistência educacional.

Aviso/SGS, de 18/05/2005, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à CMO pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal:

– Aviso nº 584 (Acórdão nº 599/2005): Adequação de trechos rodoviários na BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul, trecho Rio Grande – Pelotas.

Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos, em atendimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Penais, combinado com os arts. 54 e 55 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal:

– Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Pernambuco, Roraima, Rondônia, Amapá, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Ceará.

– Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 3ª, 5ª, 11ª, 12ª, 15ª, 20ª e 21ª Regiões.

– Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho.

É o expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Há *quorum* para deliberação nas duas Casas.

Indago ao Plenário se poderia ser dispensada a leitura das atas da 3ª reunião, de 19 e 20 de abril de 2005, da primeira reunião extraordinária, de 26 de abril de 2005, da 4ª reunião ordinária, de 3 e 5 de maio, da 5ª reunião ordinária, de 12 de maio de 2005, da 6ª reunião ordinária, de 17 e 18 de maio, da 7ª reunião ordinária, convocada para maio de 2005, e da reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora, realizada em 31 de maio de 2005.

Os Srs. Deputados que dispensam a leitura da ata permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que dispensam a leitura da ata permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado no Senado.

Não havendo discussão, declaro as atas aprovadas.

Passamos à Ordem do Dia.

Item 1. Resposta à questão de ordem apresentada pelo eminente Deputado Anivaldo Vale, na última reunião, realizada em 31 de maio de 2005.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Essa questão de ordem é tão importante que até farei uma ponderação a V.Exa.: que suspenda a sessão por 10 minutos. O senhor deve pedir que colocada gente do Governo aqui dentro, porque não se pode decidir uma questão de ordem com 6 Deputados presentes e nenhum Senador. Se se decidir pelo “não” – é bom a Comissão saber -, não teremos condições de apresentar nenhuma emenda.

Em segundo lugar, como não há fontes, a questão das ações e das funcionais programáticas levará a um desrespeito constitucional.

Como o assunto é de muita relevância, deveriam estar presentes mais Deputados e Senadores, para podermos bem iniciar a discussão orçamentária. É a ponderação que faço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Deputado Anivaldo Vale, não é real que ninguém conseguirá apresentar emenda. Aliás, já existe uma quantidade grande delas. Os Parlamentares estão seguindo a regra anterior, isto é, de 20 emendas para cada Parlamentar. Eu, por exemplo, já fiz minhas emendas. Vários outros Congressistas já as fizeram também. O sistema está funcionando plena e corretamente, como sempre funcionou. Então, não há procedência no que disse V.Exa.

Deputado Anivaldo Vale, sempre presto muita atenção a suas considerações. Portanto, gostaria que V.Exa. fizesse o mesmo.

O art. 165, § 2º, da Constituição, ao dispor sobre o conteúdo das leis de diretrizes orçamentárias, não exige que as metas de prioridades presentes tenham, necessariamente, o mesmo grau de detalhamento do Plano Plurianual. Se esse fosse o desejo do Constituinte, assim expressamente, teria sido estatuído, e não o foi. Então, compatível com o estabelecido no PPA e com o que estamos fazendo, foram verificados, concretamente, os tópicos sobre orientação e estratégia do PPA.

Portanto, estamos cumprindo, rigorosamente, a Constituição e, na qualidade de Relator, tenho o maior cuidado. V.Exa. me conhece; temos trabalhados juntos o tempo todo nesta Comissão, e eu não colocaria, em hipótese alguma, nenhuma dificuldade para a Casa. Tanto assim que todos puderam ver o debate franco, aberto que hoje tivemos com o Ministro Paulo Bernardo e teremos novamente, na semana seguinte, se votar-

mos os requerimentos, cumprindo exatamente o que V.Exa. deseja e abrindo o debate para a sociedade, para as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que tratam de economia. É isso que desejo, a realização do mais amplo debate possível, com a garantia de que todos possam apresentar, tranquilamente, suas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, ao contrário do que entendeu meu amigo Deputado Gilmar Machado, Relator da Comissão, eu estava muito mais atento à sua fala do que S.Exa. imagina.

As razões explicitadas no indeferimento da questão de ordem podem ser palatáveis, desde que o Presidente se disponha a elasticar o prazo por mais uma semana para fazer o treinamento. Se isso for acordado, não há nenhum problema; caso contrário, certamente minha postura não será cordata em relação a tudo isso.

Tem de haver treinamento. Todos aqui foram treinados segundo uma norma. Como está sendo apresentado, precisa haver novo treinamento para dar oportunidade a Assessoria e para se discutir e apresentar as emendas como está sendo sugerido. Assim, tudo bem.

Dessa outra forma, seca e dura, creio que não poderá ser.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Anivaldo Vale, em primeiro lugar, lerei a resposta à questão de ordem, a seguir concluirei a respeito da colocação final de V.Exa.

Apresentada a questão de ordem em epígrafe na reunião de 31 de maio presente, cabe a esta Presidência se pronunciar sobre a mesma, *ex vi* do art. 132, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 131, do Regimento Comum, e do art. 8º, “i”, do Regulamento Interno desta Comissão, o Deputado Anivaldo Vale apresentou a questão de ordem em apreço, tendo sido contraditada com fundamento no art. 131, § 2º, do Regimento Comum, pelo Deputado Gilmar Machado, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 – PLDO/2006, PLN nº 4/2005.

Inicialmente, há de se destacar, funda-se o exame desta questão de ordem em 3 paradigmas:

1. os dispositivos constitucionais ínsitos nos arts. 165 e 166;
2. a lei complementar prevista no art. 165, § 9º, da Constituição, ainda não editada, tendo sido recepcionada a Lei nº 4.320/64;

3.o Plano Plurianual para o período 2004/2007, consubstanciado na Lei nº 10.933, de 11/08/2004, reformulado pela Lei nº 11.044, de 24/12/2004, em termos genéricos, e por várias outras Leis nºs 11.043, 11.045, 11.064 a 11.068, 11.070, 11.071, de dezembro de 2004, e 11.099, de 14/01/2005, em nível de programas específicos.

Ao compulsarmos os preceitos acima mencionados, verificamos a ausência da lei complementar prevista no art. 165, § 9º, que deverá balizar o envio da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, por força do art. 166, § 6º, da Constituição. Tal lacuna não se vê colmatada pela Lei nº 4.320/64, editada sob ordenamento que não previa sistema preordenador da Constituição de 1988.

Assim, não identificamos nos dispositivos constitucionais determinação expressa de que forma deve se dar a compatibilização entre as emendas ao PLDO e a lei do PPA, como preconizada pelo art. 166, § 4º, por ter sido tal critério remetido, de *lege ferenda*, à legislação complementar.

Ademais, mostra-se razoável a interpretação ora apresentada pelo Relator da matéria, ao infirmar que “o art. 165, § 2º, da Constituição, ao dispor sobre o conteúdo das leis de diretrizes orçamentárias, não exige que as metas e prioridades ali representadas tenham necessariamente o mesmo grau de atrelamento do Plano Plurianual. Se esse fosse o desejo do Constituinte, assim expressamente teria sido estatuída.”

A compatibilidade material exigida pela Constituição consiste na verificação de que o conteúdo do Anexo de Metas e Prioridades do PLDO e as emendas a ele apresentadas não são contraditórios com a programação constante da lei do Plano Plurianual, ainda que em detalhamento distinto.

No tocante à aparente contradição entre o art. 5º, § 8º, da Lei nº 10.933, de 11/8/2004, e o PLDO de 2006, quanto ao tratamento dado aos códigos pelo PLDO de 2006, entende-se que a ausência de correlação imediata entre ambos somente existiria caso houvesse programas e ações no PLDO de 2006. Entretanto, tal fato não ocorreu, já que no projeto só constam os desafios e metas, categorias não mencionadas no dispositivo do PPA de 2004 e 2007.

Cabe ressaltar, a despeito do formato constante do Anexo de Prioridades e Metas enviado pelo Poder Executivo, que não se verifica impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao emendamento pelos Parlamentares, em nível de programa e ação, ainda que não enviado neste grau de detalhamento, observada necessariamente a programação constante do PPA de 2004 e 2007.

Como vê o Deputado Anivaldo...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não terminei ainda.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ah, eu pensei que V.Exa. quisesse me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vê o Deputado Anivaldo Vale – retomo a leitura -, não se verifica impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao emendamento pelos Parlamentares em nível de programa e ação, ainda que não enviado nesse grau de detalhamento, observada, necessariamente, a programação constante do PPA de 2004 e 2007. As informações para tal desiderato se encontram no Anexo à Exposição de Motivos Ministerial .

Dessa forma, conheço da questão de ordem para indeferi-la, visto ainda existir incompatibilidade expressa entre o PPA 2004 e 2007 e o PLDO/2006.

É a decisão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, muito embora eu tenha algum reparo a fazer à decisão, mas, levando em consideração o entendimento que nós buscamos com vista a agilizar os trabalhos desta Comissão, informo o seguinte: primeiro, há um compromisso de disponibilizar para todos nós as instruções normativas a partir de amanhã, regulamentando como devemos proceder. Segundo, eu tive notícia de que o sistema já está aceitando as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O sistema não estava aceitando as emendas, mas, a partir de hoje já está.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu tive essa informação, Presidente.

Então, a par dessa informação, buscamos o entendimento, e ficou estabelecido que amanhã estará disponibilizada a instrução normativa para todos os Deputados, bem como nosso partido terem acesso. Fica o prazo reservado até a próxima terça-feira, uma semana, para continuarmos nosso trabalho, e aí, sim, ter andamento normal, objeto da indagação que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Até dia 14, será o prazo?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Terça-feira que vem. Não sei se é dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Anivaldo Vale a sensibilidade ao conceder a prorrogação e, assim, possibilitar que votemos a LDO dentro

do prazo. Vai dar um pouco mais de trabalho, teremos de fazê-lo rapidamente, em alguns dias, mas é a melhor proposta.

Vamos solicitar essa normativa até amanhã. Ao mesmo tempo, queremos a aprovação dos requerimentos, a fim de que possamos providenciar o convite para as outras pessoas participarem das audiências públicas que faremos na semana que vem e mais os convites às Comissões de Economia da Câmara e do Senado para estarem conosco na audiência com o Presidente do Banco Central e nas outras que realizaremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Passamos à Pauta nº 5 – apreciação de Relatórios.

Item 1. Aviso nº 01, de 2005, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 60, de 2005, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria em obra e implantação de infra-estrutura para uso de comunidades carentes, construção de centro olímpico na cidade de Rio Branco-AC”.

O Relator é o Deputado Cláudio Cajado. Como S.Exa. não está presente, peço que seja relatado pelo Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Passo à leitura, Sr. Presidente.

“Relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 01, de 2005, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 60, de 2005, TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria em obra e implantação de infra-estrutura para uso de comunidades carentes, construção de Centro Olímpico na cidade de Rio Branco.”

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Presidente, pela ordem. O que acertamos votar não é Aviso, mas convite. Matéria, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não tinha havido pedido de inversão de pauta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pediu a inversão de pauta para votar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não foi encaminhado à Mesa esse acordo de não-votação de aviso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não, ele registrou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em segundo lugar, precisava haver o pedido de

inversão de pauta, que o Deputado Gilmar Machado agora se compromete fazer a seguir.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O que nós acordamos foram os convites e não a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pergunto ao Deputado Anivaldo...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ele vai pedir, ele é o interessado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – ...se a única coisa que ele concorda é com a votação... ou se, após o requerimento, poderemos votar os Avisos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não, o que acordamos foi só os requerimentos de convite. Foi o que acordei com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem de haver o pedido de inversão de pauta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Há muitos Avisos. Isso aqui nós não acordamos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Continua com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Voto.

“As obras referentes à construção do Estádio do Centro Olímpico de Rio Branco, no Acre, encontra-se no Anexo VI da Lei n.º 11.100/2005 (LOA/2005), em face dos indícios de irregularidades graves constatadas no Contrato n.º 100/02. Por conseguinte, os respectivos contratos de repasse que permitiam a transferência voluntária de recursos da União para a execução do mencionado contrato também foram relacionados no Anexo VI da LOA/2005.

“Todavia, o Relatório e o Voto que fundamentam o acórdão sob exame dão notícia de que houve saneamento das falhas que impediam o prosseguimento das obras, em razão do cumprimento do Item 9.8 do Acórdão n.º 1.925/2003.

Diante disso e com base no Art. 97, & 5º da Lei n.º 10.934/2004 (LDO/2005), voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso n.º 1, de 2005-CN, e das peças que o acompanham;

b) delibere pela exclusão do Anexo VI da Lei n.º 11.100/2005 (LOA/2005), do empreendimento Implantação de Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer – segunda fase da implantação do Centro Olímpico de Rio Branco -Estado do Acre, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 51.101, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

*Sala da Comissão, 22 de abril de 2005.
– Deputado Cláudio Cajado.*

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Passaremos agora à votação da inversão da pauta requerida pelo Deputado Gilmar Machado.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

Com isso, ficam os Itens 5 e 6 da Pauta para posterior exame.

Pauta nº 8/2005.

I) Apreciação dos seguintes requerimentos:

Item 5. Requerimento n.º 4/2005-CMO, que “requer realização de audiência pública conjunta com as Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e de Assuntos Econômicos do Senado para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO para 2006, com a presença do Exmo. Sr. Presidente do Banco Central.”

Autor: Deputado Gilmar Machado, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central tem de vir, realmente, debater conosco sobre as metas de política cambial e fiscal. Trazemos agora uma inovação, que é permitir que a Comissão de Economia da Câmara e do Senado possam apresentar um pedido de audiência conjunta e não só a Comissão Mista. Isso, dentro daquele novo espírito que estamos trabalhando na nova resolução, para aperfeiçoar e ampliar a participação da Casa no debate do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Fica claro que se trata de convite ao Presidente do Banco Central e não de convocação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação a matéria.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Requerimento nº 5, de 2005, que “requer realização de audiência pública com a sociedade civil para debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005”.

O requerente é o Deputado Gilmar Machado. Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, conforme diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, queremos que esta Comissão realize audiência pública com entidades da sociedade civil para que a população também possa participar da elaboração da LDO. Não conseguimos fazer isso nos anos anteriores, mas queremos fazê-lo este ano, sob a presidência de V.Exa.

Vou colocar no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias que, em relação ao Orçamento, também terá de haver debates não só nesta Casa, mas nas regiões, assegurando o envolvimento das pessoas na elaboração orçamentária.

É o que estamos requerendo.

Vou ler o inteiro teor do requerimento, para que todas tomem conhecimento das entidades que pretendemos convidar:

“Requeiro a V.Exa., com base no inciso III do § 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2001, e do art. 12 desta mesma Resolução, assim como do inciso III do § 2º do art. 1º Regulamento Interno da Comissão Mista, que, ouvido o Plenário, seja realizada audiência pública com a sociedade civil para debater Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2006, com a presença das seguintes entidades: Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG; Inter-Redes Direitos e Política; Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP; Central Única dos Trabalhadores; representantes dos servidores públicos; representantes do Ministério do Planejamento”.

A audiência será também aberta para que as demais entidades – as que eu citei farão parte da Mesa – participem depois dos debates.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Gilmar Machado, geralmente,

a Presidência não deve opinar. No entanto, ela também tem responsabilidade na elaboração do Orçamento e na execução orçamentária.

Constitucionalmente, os Deputados representam o povo brasileiro e os Senadores os Estados. Se passarmos a adotar o princípio da participação direta de organizações nas decisões do Congresso Nacional, estaremos nos demitindo da nossa posição de delegados da vontade popular. Assim, amanhã, não terá nenhum valor a nossa presença no Congresso Nacional.

Esse regime, que se chama popularmente de assembleísmo, com a participação de todos, é muito bonito na teoria. Na prática, geralmente, não funciona e traz sérios problemas.

Estou vendo a relação dos convidados. Instituto de Estudos Socioeconômicos, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – vamos encher esta Casa de ONGs; Inter-Redes Direitos Políticos, Associação Brasileira de Orçamento Público, Central Única de Trabalhadores... Por que só a Central Única de Trabalhadores? Há várias organizações sindicais que poderiam ser convidadas.

Assim, vamos ter nesta Casa um verdadeiro congresso não oficial, que pode prejudicar muito nosso trabalho de elaboração orçamentária. Essa gente pode chegar aqui e dizer: “*Não queremos a LDO assim*”. Vamos fazer o quê, se nós as convidamos, se nós quisemos ouvi-las?

A grande maioria não concorda com alguma coisa dessa LDO, mas é minha obrigação colocar o requerimento em votação. Estou apenas dando uma opinião pessoal, mas não quero influir na decisão do Plenário.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, ouvi atentamente a leitura do objeto do requerimento, assim como as ponderações de V.Exa., e faço um apelo ao Deputado Gilmar Machado, em nome do bom andamento dos trabalhos dessa Comissão.

Como não há consenso em relação ao requerimento e não podemos ficar limitados às instituições elencadas – e se abrirmos vai abranger um universo muito grande -, peço que S.Exa. retire o requerimento da pauta, a fim de que possamos aprofundar a discussão e, depois, possamos apreciá-lo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, esta proposta visa cumprir o nosso Regulamento, que diz que temos que debater. Não estou criando nada, mas apenas cumprindo o que diz o nosso Regulamento e, ao mesmo tempo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que temos de abrir o debate para a sociedade.

Está escrito aqui, em nosso Regulamento, que devem ser realizadas audiências públicas com representantes de órgãos e entidades públicas da sociedade civil. Não sou eu que o estou dizendo, mas o nosso Regulamento. Agora, se ele não deve ser cumprido, não tem problema.

Pessoalmente, acho que isso é importante. Faço um apelo a V.Exa. para que possamos dar à sociedade a oportunidade de também de se manifestar. O nosso Orçamento não é impositivo, é autorizativo. Queria apenas ouvir a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Gilmar, eu entendi bem seu objetivo.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Trata-se de assunto novo, como bem diz o Deputado Gilmar Machado, algo que nunca aconteceu. Realmente, isso está no Regulamento, mas faço essa ponderação a S.Exa.: retire o requerimento, vamos discuti-lo e, amanhã ou depois, deliberaremos sobre ele.

Não sou contra ouvir essas entidades, mas acho que temos de aprofundar um pouco mais o assunto, e, como está havendo um contraditório, retirar é melhor do que votar o que não é consenso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Gilmar Machado, entendo que V.Exa. tenha querido cumprir o Regulamento. No entanto, ele diz que a Comissão “poderá” – não que ela “deverá” – realizar audiências públicas com representantes de órgãos e entidades públicas da sociedade civil.

Acho muito interessante que, em determinados assuntos, se discuta na prática aqui. Mas quem representa esmo sociedade civil no Congresso Nacional são os Deputados e Senadores.

Então, nós não podemos encher a Casa de pessoas que não têm uma delegação efetiva da sociedade civil. Quem tem essa delegação são os Deputados, Senadores, o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos Municipais, só. Nem os Ministros de Estado a têm. Esta é a realidade.

Portanto, apelo ao Deputado Gilmar Machado no sentido de que repensasse o assunto e afastasse de mim esse cálice. Deixemos para uma outra Presidência a adoção desse princípio.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu poderia retirar, mas, como Relator, queria ter a possibilidade de receber dessas entidades e ouvir suas manifestações. Então, se V.Exa. então não estiver presidindo oficialmente, que me possibilitasse um espaço para tanto. Na verdade, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 48, parágrafo único, não diz “poderá”, mas “deverá”. Não é?

Respeito a visão de V.Exa., mas queria de ter a possibilidade de contar com um espaço para que várias entidades pudessem se manifestar. Nós somos realmente representantes do povo, mas por que não chamarmos as entidades para virem a esta Casa? Várias Comissões já convidam entidades para virem aqui e nem por isso elas substituem nosso trabalho. Muito pelo contrário, dão-nos condições, contribuem com nosso trabalho. Mas se V.Exa. acha que não é adequado...

Agora, no que se refere ao Orçamento, pessoalmente, vou discutir essa questão, porque o Relator-Geral deveria ter responsabilidade, sim, e a Lei de Responsabilidade Fiscal o determina, de ouvir a sociedade. Ele tem que ouvir os Parlamentares, mas também tem de ouvir as entidade.

Temos que deixar de ter um orçamento fechado. Essa é minha visão. Agora, se V.Exa. acha que não devemos, eu não vou discutir, porque V.Exa. é o Presidente e nós queremos tranquilidade no encaminhamento dos trabalhos. Mas, repito, pessoalmente, vou realizar um debate com a sociedade, para o qual convido V.Exa. e os Parlamentares que quiserem dele participar. Vou fazer isso informalmente, já que a Comissão não quer; vou abrir espaço para essas entidades, vou convidá-las pessoalmente, não em nome da Comissão.

Retiro o requerimento então, a partir da sua orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Agradeço ao Deputado Gilmar Machado a compreensão. S.Exa. pode fazer as consultas ou ouvir quem quiser, desde que seja algo não-oficial. Mesmo porque, repito, não se pode dizer quem é a sociedade civil. Ninguém pode se arvorar a ser representante da sociedade civil. Representante da sociedade civil, conforme legalmente estabelecido na Constituição, e isso no mundo inteiro, são os Deputados e Senadores.

Já que o Deputado Gilmar retira o requerimento, ele sai de pauta.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Também agradeço ao Deputado Gilmar Machado, que, sensatamente, compreendeu que era melhor para todos nós retirar o requerimento do que aprofundar a discussão neste momento, mesmo porque, visivelmente, não temos *quorum* para deliberar. Então, o que está acordado, nós acompanhamos.

Peço então a V.Exa., Sr. Presidente, que encerre a reunião, para que possamos continuar os nossos trabalhos em outras Comissões.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem. Proponho não o encerramento, mas que a reunião seja suspensa e que, amanhã ou

depois, quando V.Exa. determinar, continuemos votando os Avisos e os demais itens constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Por que não suspender, Sr. Presidente? Não tem dificuldade nenhuma. Basta convocar uma nova reunião amanhã e todo mundo assina.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, vamos defender o *quorum*, porque é difícil, não é?

Na quinta-feira, teremos a continuação desta reunião.

A presente reunião está suspensa, e convoco os Srs. Parlamentares para a continuidade na próxima quinta-feira, às 10h.

(Reunião suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº. 5, 6, 7 e 8, de 2005.

Após reunião realizada pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, informo que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 foi prorrogado até o dia 17 de junho de 2005.

Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, gostaria de formular o seguinte requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia.

“Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, inclusão das normas para apreciação do PLDO para 2006 (PLN nº 04, de 2005) na Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária desta Comissão”.

É o requerimento que gostaria de apresentar, fruto de entendimento ontem realizado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O requerimento está em discussão.

Se ninguém deseja discuti-lo, a discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Matéria extrapauta: Normas para apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006.

O autor é o Deputado Gilmar Machado, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, ontem, fizemos reunião com as Lideranças das coordenações das bancadas na Comissão e chegamos a esse acordo sobre as normas para a votação da LDO deste ano. Levando em consideração algumas sugestões apresentadas pelo PSDB, pelo PMDB e pelo PFL, fizemos alguns entendimentos e as acatamos. Vamos incorporar ao texto do nosso substitutivo o Anexo da Exposição de Motivos, ao qual vai ser permitido a apresentação de emendas.

Na verdade, o que estamos pedindo é a aprovação dessas normas, para que possamos agilizar os trabalhos. Vai ser possível a todos, já a partir de segunda-feira, apresentarem emendas na nova sistemática e o prazo será estendido até sexta-feira, o que possibilitará melhor desenvolvimento do trabalho de cada um.

Gostaria de agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, que nos ajudou ontem nessa montagem, para que possamos, com isso aprovado, agilizar o trabalho e cumprir os prazos que temos para votação até o final deste mês da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria está em discussão.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA – Sr. Presidente, quero parabenizar especialmente o Relator, Deputado Gilmar Machado, pela sua compreensão, pela forma como ontem conduziu a reunião, sempre aberto a receber sugestões e a discuti-las, o que fez com que avançássemos nessas normas de apreciação da LDO deste ano.

Da nossa parte, do PFL, sempre tivemos postura de colaborar com esta Comissão, não só nos momentos mais difíceis, mas também certos de que esses são instrumentos importantes de programação orçamentária e financeira e que, portanto, merecem nossa especial atenção.

Espero que possamos ter uma tramitação tranquila, desde que, evidentemente, atendidos os questionamentos de cada um dos partidos da Casa e sobretudo os interesses maiores do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputado Luiz Carreira.

Alguém mais deseja discutir?

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero registrar que ontem tivemos uma discussão muito ampla sobre esse processo, com o objetivo tanto de ajustar o trabalho quanto de propiciar ao corpo técnico da Casa condições para agilizar os nossos trabalhos.

Eu quero ainda registrar que o prazo para a discussão desse processo se encerra na terça-feira. Se alterarmos essas normas, certamente o corpo técnico da Casa e do PRODASEN precisarão de tempo, e o tempo que nos foi sinalizado é justamente até segunda-feira. Assim, automaticamente, ficou acordado que o prazo para apresentação das emendas será até o dia 17.

Peço escusas à Presidência pelo meu atraso, muito embora eu tenha sido um dos primeiros a chegar. Como não havia ninguém, fui ao meu gabinete, atrasei-me e não ouvi a parte inicial. Mas já que tudo está contemplado, de nossa parte fica mantido o acordo e, portanto, podemos votar as normas para apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, como acertado ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Informo a V.Exa., Deputado Anivaldo Vale, que pouco antes de sua chegada eu já havia anunciado a prorrogação do prazo de apresentação de emendas para o dia 17 de junho. Portanto, estamos em condições de votar a matéria.

Em votação as Normas para Apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito a transcrição das normas agora aprovadas.

NORMAS PARA APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2006

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em reunião de 09.06.2005, realizada no Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, considerando que a Resolução nº 01/2001-CN estabelece normas gerais ordenadoras para a tramitação e processo de apreciação dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual; considerando a ausência de regulação exaustiva e a necessidade de se estabelecer normas específicas para ordenar o processo de apreciação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2006; considerando a complexidade e a importância em se dar eficácia ao Anexo de Metas e Prioridades, DECIDE estabelecer normas específicas ordenadoras do processo de apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, conforme segue:

CAPÍTULO I

Da Apresentação de Emendas

Art. 1º. Ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 poderão ser apresentadas emendas na Comissão de acordo com o disposto na Resolução nº 1, de 2001 – CN.

§ 1º. As emendas serão oferecidas às seguintes partes do projeto:

- I – Anexo de Metas e Prioridades;
- II – Anexo de Relação de Quadros Orçamentários;
- III – Anexo de Relação das Informações Complementares;
- IV – Anexos de Metas Fiscais;
- V – Anexo de Despesas Não Objeto de Limitação de Empenho;
- VI – Anexo de Riscos Fiscais;
- VII – Anexo dos Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial; e
- VIII – Texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. Cada emenda ao Anexo de Metas e Prioridades deverá referir-se a uma única prioridade e ação.

§ 3º. Para efeito destas normas, são consideradas emendas de texto as que incidirem sobre os incisos II, III, IV, V, VI e VII.

§ 4º. Não se aplicam as limitações relativas ao número de emendas por parlamentar às emendas previstas no § 3º deste artigo, bem como às de cancelamento integral ou parcial de prioridade constante do Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei.

§ 5º. O Relator não poderá cancelar as seguintes prioridades e metas, para o atendimento de emendas, pelo seu caráter obrigatório:

I – Reduzir 1,8% (50 mil famílias) no Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (Subsídio à Habitação de Interesse Social – MP nº 200, de 2004);

II – Atender 11,2 milhões de Famílias em Situação de Pobreza, com Renda Familiar *Per capita* Inferior a R\$ 100,00, por meio de Transferência de Renda;

III – Implantar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

§ 6º. Ao Anexo de Metas e Prioridades poderão ser apresentadas as seguintes emendas:

- I – cancelamento de prioridade;
- II – acréscimo de prioridade;
- III – inclusão de prioridade;
- IV – inclusão de ação orçamentária.

Art. 2º É vedada a apresentação de emenda do Relator que implique o aumento ou a criação de metas prioritárias, salvo erro ou omissão de ordem técnica ou legal, devidamente justificado.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Relator a transformar o Anexo à Exposição de Motivos em Anexo de Metas e Prioridades de seu substitutivo, incorporando as alterações aprovadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

CAPÍTULO II

Do Acolhimento das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades

Art. 3º. Serão inadmitidas as emendas ao Anexo de Metas e Prioridades:

- I – quando não associadas a programas e ações constantes do Plano Plurianual 2004-2007;
- II – quando apresentadas a nível de subtítulo;
- III – que cancelarem recursos de projetos em andamento, em percentual superior a 30%.

Art. 4º. O Relator estabelecerá limite financeiro para o acolhimento de emendas, para cada autor, priorizando-se as emendas coletivas.

Parágrafo único. No acolhimento das emendas individuais e coletivas, o relator poderá estabelecer preferência para determinadas áreas de atuação governamental, desde que apresente os critérios utilizados.

Art. 5º. As alterações aprovadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no âmbito do Anexo de Metas e Prioridades deverão manter o custo financeiro total associado à proposta do Poder Executivo, estimado com base nos custos financeiros médios das ações orçamentárias constantes do Anexo à Exposição de Motivos.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2005. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Gilmar Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Indago ao Plenário se há acordo para votação de matérias que constam na pauta de hoje.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não tratamos disso na reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Então, não há acordo. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Deputado Anivaldo Vale. A questão de Sergipe diz respeito a um Relatório de autoria do Deputado Claudio Cajado, do PFL. Não há dúvida de que se trata de obra extremamente importante.

Na reunião anterior, havíamos conversado a respeito e até iniciado um entendimento para que, pelo menos, a de Sergipe fosse autorizada e pudéssemos votar o Relatório de autoria do Deputado Claudio Cajado. Em relação aos demais, conversaríamos posteriormente.

Sei do bom senso, do espírito de colaboração e da assiduidade do Deputado Anivaldo Vale nesta Comissão. Por isso, faço-lhe este apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – O Relator é o Deputado Pedro Novais.

Com a palavra o Deputado Luiz Carreira, para falar sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA – Queria também fazer um apelo ao nobre Deputado Anivaldo Vale no sentido de liberar a votação do Aviso nº 10/2005, que trata exatamente da duplicação e restauração de trecho da BR-101 em Sergipe, que está plenamente equacionado e com parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Novais.

Faço um apelo a S.Exa. para que nos permita votar pelo menos essa matéria, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, vamos acatar o apelo feito pelo Deputado Gilmar Machado, especialmente pela Liderança do PFL. Vamos votar esse Aviso e, posteriormente, discutir os outros no Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Agradeço ao Deputado Anivaldo Vale a compreensão.

Pauta nº 5.

Apreciação do Relatório apresentado ao Aviso nº 10/2005-CN, que “encaminha ao

Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 326, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-101/SE, no trecho do Km 77,3 ao 91,6, (TC – 007.828/2002-3).

Relator: Deputado Pedro Novais.

Não foram apresentadas emendas.

Com a palavra o Relator, Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Farei a leitura do Voto, Sr. Presidente.

O Contrato PG-248/99-00, referente às obras de duplicação e restauração da BR-101/SE, no trecho do Km 77,3 a 91,6, encontra-se relacionado no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005), que trata dos subtítulos relativo a obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Todavia, as informações constantes nos Relatório e Voto que fundamentam o Acórdão nº 326/2005 – Plenário revelam que não há mais impedimento, por parte da Corte de Contas, para a continuidade da execução daquele contrato. Não é demais dizer que o item 9.4 da citada deliberação é expresso nesse sentido.

Desse modo, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 10 de 2005-CN e das peças que o acompanham;

b) delibere pela exclusão do Anexo nº 6 da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) do subtítulo 26.782.0229.1212.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – divisa SE/BA – SE), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria está em discussão.

Se ninguém deseja se manifestar, a discussão está encerrada.

O parecer do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar esta reunião, informo que às 11h, neste plenário, será realizada reunião da Comissão Mista de Reestruturação do Processo Orçamentário, e convoco reunião ordinária para o dia 14, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

Ata da Terceira Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 15 de Junho de 2005.

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho. A reunião foi convocada para ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, acerca da *avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2005, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos membros:

– **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Eduardo Sciarra, Enivaldo Ribeiro, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, João Magno, José Chaves, José Divino, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Luiz Bittencourt, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Professor Luizinho, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vander Loubet e Zé Gerardo;

– **Senadores titulares:** Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Nezinho Alencar e Serys Slhessarenko; – **Deputados suplentes:** Eduardo Valverde, Homero Barreto, Inácio Arruda, João Grandão, João Tota, Leodegar Tiscoski, Leonardo Monteiro, Lupércio Ramos, Marcio Fortes, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes e Ricardo Barros. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Colbert Martins e Geraldo Resende; e – **Senador suplente:** Sérgio Zambiasi. **ABERTURA:**

Às quinze horas e vinte e quatro minutos, o Presidente declarou iniciada a reunião. Em seguida, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente comunicou que os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições

para o debate e transferiu a palavra ao palestrante, que discorreu sobre o tema em apreço fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, os debates foram iniciados. O Presidente propôs que o palestrante respondesse após a intervenção de cada bloco composto por três parlamentares. O Deputado Sérgio Miranda apresentou questionamentos ao Secretário. Antes de proferir as interpelações, o Deputado Anivaldo Vale solicitou ao palestrante que respondesse ao Deputado Sérgio Miranda. O Presidente informou que o palestrante responderia após a intervenção do Deputado Gilmar Machado, terceiro inscrito para o debate. O Deputado Gilmar Machado fez seus questionamentos. A seguir, o Secretário respondeu aos questionamentos efetuados. O Presidente informou que a ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados havia sido iniciada e, por esse motivo, solicitou brevidade no uso da palavra pelos parlamentares inscritos. Compuseram o segundo bloco de interventores os Deputados Anivaldo Vale, Ricardo Barros e Ronaldo Dimas. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, o Deputado Gilmar Machado assumiu a condução dos trabalhos. O palestrante respondeu às considerações levantadas. Finalizando o período de intervenções, o Deputado Colbert Martins apresentou questionamento final e foi esclarecido em seguida pelo Secretário. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário e dos seus assessores e declarou encerrada a reunião, às dezessete horas e dez minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro iniciada a 3ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, que vai discorrer acerca da *avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao último quadrimestre, conforme o disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal*.

Para melhor ordenamento dos trabalhos comunico que, de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no

mesmo artigo do Regimento, os Parlamentares inscritos poderão interpellar o expositor estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas réplica e tréplica, pelo mesmo prazo.

A lista de discussão para o debate está aberta.

Com a palavra o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Boa-tarde, Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes.

Sr. Presidente, antes de ler o relatório, conforme determinado pela lei, peço permissão para fazer uma breve introdução, que permitirá um entendimento mais completo sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Sa. está autorizado a fazê-la.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Primeiramente, ontem foi sintetizada, com muita clareza, por um dos principais diários paulistas, o que define a execução orçamentária neste primeiro quadrimestre, que se deu da seguinte maneira: na verdade, as despesas estiveram dentro da programação, não foram substancialmente menores, não houve necessidade de uma contração substancialmente significativa em relação ao programado. Ou seja, executamos as despesas, em grande parte, de acordo com o programado. Por outro lado, usamos com cautela receitas adicionais, de tal maneira que o superávit resultou do cuidado em não se usar de maneira precipitada uma receita que não saberíamos se seria permanente ou se seria mantida para o resto do ano.

Então, acho que em larga medida isso retrata a execução das metas neste primeiro quadrimestre, no qual a despesa se deu basicamente segundo o programado, e o Governo soube usar com cautela a receita adicional. Posso me estender brevemente sobre a natureza dessa receita adicional. Também as empresas públicas, pelos seus resultados primários bastante positivos, assim como boa parte das empresas privadas, tiveram desempenho até acima da expectativa, o que possibilitou uma contribuição adicional ao superávit.

Como mencionei, as empresas, tanto privadas quanto públicas, vêm tendo um bom desempenho. Isso é bem visível, não é surpreendente, visto que a economia cresceu com bastante ímpeto em 2004.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vemos aqui o gráfico do PIB por nível e constatamos que houve um crescimento acentuado ao longo do ano, o que vem se refletindo no bom desempenho das empresas, tanto em termos de receitas, o que é um impacto primário, quanto em termos da lucratividade. Como já tivemos oportunidade de mencionar em outra

ocasião, as principais fontes de receita, além das esperadas neste primeiro trimestre, foram o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, refletindo o bom desempenho das empresas, o que as permitiu pagar mais impostos sobre seus lucros.

Na parte do desempenho do trabalho, os resultados têm sido muito positivos. A economia tem respondido bem à combinação da política econômica com o emprego industrial, que, após um período de estagnação em 2002 e em parte de 2003, tem consignado um crescimento seguido no último ano, tanto na quantidade de trabalhadores, quanto no salário real da indústria, o que evidencia o bom desempenho da economia.

Esse desempenho também tem se refletido em indicadores importantes da área externa, como, por exemplo, na relação entre a dívida externa e nossas exportações. Hoje o Brasil tem um nível recorde, no caso, o mais baixo nessa relação, o que demonstra forte diminuição da vulnerabilidade externa do País e bem explica também a capacidade de o Brasil enfrentar com maior tranquilidade turbulências externas.

Vemos aqui que, em relação a 1999, esse cociente caiu pela metade. A vulnerabilidade da dívida externa sobre a exportação foi reduzida à metade, sendo que a maior parte dessa redução aconteceu nos últimos 2 anos. É uma mudança possivelmente estrutural, de máxima significância, que tem inclusive impacto na capacidade de investimento do País.

Outro indicador financeiro, esse com repercussão fiscal ainda maior, é o déficit nominal do Brasil, que tem permanecido em níveis mínimos recordes nos últimos meses e continua diminuindo. O déficit no setor público como um todo continua abaixo de 3%, numa indicação de sustentabilidade, de melhora da relação dívida/PIB muito significativa.

Um ponto que gostaria de salientar, relativo à LDO, é a importância da meta global, ou seja, para o setor público como um todo, a meta primária. O esforço, e aqui é bem-visto, do Governo Central é muito significativo. Vimos que o Governo Central tem continuado a aumentar seu esforço, mas, além disso, é muito importante, no caso do Brasil, e sublinho isso, a participação dos Estados e Municípios. Uma das principais fontes de estabilidade macroeconômica no Brasil é o fato de que o esforço fiscal não é concentrado apenas no nível federal. Países em que os níveis subnacionais, de uma forma ou de outra, acabam se vendo subtraídos desse esforço, por qualquer mecanismo que seja, apresentam uma fragilidade maior. No Brasil, em larga parte, pela solidez dos contratos de renegociação de dívidas, em que o Governo Federal proporcionou tranquilidade aos entes subnacionais, mas, ao mesmo tempo, criou uma

forma estrutural, um desempenho fiscal consistente, nós temos encontrado essa facilidade. Felizmente, não temos encontrado esse risco, e o desempenho dos contratos, salvo situações excepcionais, tem sido muito consistente e continuado.

Vemos aqui o desempenho. Em que pese a haver aumento de carga sobre Estados e Municípios, eles vêm mantendo um padrão que permite uma contribuição eqüitativa desse esforço entre as diversas esferas do Governo.

A parte da contribuição do setor federal para a Federação tem apresentado uma melhora. Particularmente, se compararmos ao ano de 2005, vamos ver um aumento em 2003. As transferências a Estados e Municípios, nos 4 primeiros meses, correspondiam a 3,53% do PIB. Esse número, em 2004, passou para 4,15%, e este ano as transferências a Estados e Municípios corresponderam a (*falha na gravação*) do PIB. Ou seja, não só a esfera federal tem aumentado o resultado do seu desempenho fiscal, mas também tem tido a possibilidade, inclusive, por meio do cumprimento de leis, de dar maior contribuição para as finanças subnacionais, aumentando o valor das transferências em proporção ao PIB, fortalecendo, assim, a Federação.

Por outro lado, na despesa, especialmente naquela sob controle do Governo Federal, ou seja, despesa de custeio e capital, tem havido disciplina.

Dentro do programado, temos executado um orçamento de disciplina. Vemos, neste momento, que, comparando-se aos anos de 2001 e 2002, num período de 12 meses, mantivemos o nível de despesa discricionária, como geralmente é conhecida, menor em proporção ao PIB do que nos anos anteriores.

Isso é importante, porque inclusive há evidências bastante significativas, até na literatura acadêmica, de que aquele ajuste fiscal feito pela diminuição das despesas é mais eficaz, mais duradouro, mais produtivo do que aquele baseado apenas no aumento das receitas.

Então, vemos aqui que a disciplina fiscal continua de maneira salutar, se assim posso dizer.

Por outro lado, e aqui bem direito sobre a execução quadrimestral, como observei, houve um aumento de receita, além do esperado no primeiro quadrimestre. Essa receita não foi despendida imediatamente, mas ao fim do quadrimestre. E, aliás, deve-se salientar que parte desse aumento excepcional se deu ao final do quadrimestre. Foi feita a reavaliação de acordo com os arts. 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e constatou-se que não havia risco para o cumprimento da meta – aí já é um compromisso de outra natureza do Governo -, sem que se ultrapassasse o limite da carga tributária federal, aquele teto estabelecido,

havendo espaço para que se aumentassem algumas despesas.

Destarte, como se vê aqui, o decreto seguinte, expedido em maio, indicava o aumento de alguns (*falha na gravação*) o total da despesa primária para o primeiro e segundo quadrimestres.

Então, revisando: a execução do primeiro quadrimestre deu-se praticamente dentro do programado, e as receitas adicionais foram devidamente alocadas, assim como outros rearranjos permitiram um aumento da despesa sem risco da meta do ano. Houve aumento para o segundo quadrimestre que permite a execução mais confortável pelos Ministérios de suas programações orçamentárias, sem que isso crie quer pressão na demanda agregada, quer riscos fiscais.

Por outro lado, olhando-se o quadro fiscal, como um todo, alguns pontos se tornam evidentes. De um lado, a disciplina de despesa discricionária, a linha verde, fica mais uma vez evidenciada. Estamos ainda abaixo dos valores de 2002. E isso é bom. Onde não se viu uma limitação – e esse gráfico mostra a despesa como proporção do PIB – foi na Previdência Social.

O risco fiscal da Previdência Social se equipara apenas a um risco, e esse é muito mais importante. Esperava-se que pudesse haver algum tipo de enfraquecimento dentro da estrutura da contribuição federativa, do desempenho dos Estados e Municípios para a contribuição do primário e no cumprimento dos seus contratos.

O risco da Previdência tem se mostrado efetivo – podemos vê-lo na curva amarela. As despesas da Previdência têm crescido de maneira sistemática, ano após ano, como proporção do PIB. Imagina-se que o ano passado foi de crescimento muito mais rápido do PIB. Normalmente, não haveria razão para os gastos da Previdência crescerem mais quando o PIB cresce mais. No entanto, os Ministros Romero Jucá, José Dirceu e Antônio Palocci já tiveram a oportunidade de identificar algumas das fontes desses riscos. Elas têm origem, de um lado, em decisões judiciais importantes, muitas vezes de revisão de benefícios, que continuam num ritmo bastante acentuado devido a diversos fatores, assim como o rápido aumento de certos benefícios, como o auxílio-doença.

O Governo está mobilizado para, de maneira serena, segura e eqüitativa, lidar com esse problema, diminuindo esse risco sem necessidade imediata de grandes reformas, mas com o pleno entendimento da importância de se evitar uma deriva das despesas da Previdência Social no sentido de que, obviamente, afetam a capacidade de o Governo executar outras atividades, em particular, investimentos e infra-estrutura. O equilíbrio entre os diversos componentes das

despesas públicas, certamente, é importante. Acredito que, nos próximos meses, poderemos começar a colher resultados desse esforço que vem sendo empreendido, qual seja o de lidar, de maneira cautelosa e respeitosa, com os problemas da Previdência Social.

Por exemplo, este quadro – não vou entrar em detalhes – mostra o crescimento do número de benefícios. Alguns, como o auxílio-doença, cresceram mais de 300% nos últimos anos, sem que se tenha uma justificativa que mereça real respaldo como política pública.

Trago à lembrança de alguns dos senhores um trabalho importante, que continua dando resultado: o Tesouro Direto. Trata-se da oportunidade de indivíduos comprarem diretamente, por meio da Internet, com um custo muito baixo e absoluta segurança, papéis do Governo. O interessante é que, como se vê aqui na distribuição dos papéis do Governo, esses investimentos são feitos tipicamente em papéis de longo prazo, que têm um efeito positivo sobre o perfil da dívida. Assim, além de proporcionarem um rendimento bastante significativo e seguro para os investidores, contribuem para a melhoria do perfil da dívida.

Dito isso, permito-me fazer a leitura, determinada pela lei, do relatório da execução fiscal e da avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2005.

Assim, dirigindo-me ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, e aos outros VicePresidentes, às Sras. e Srs. Parlamentares e assistentes, reitero a satisfação com que compareço a esta Comissão para demonstrar e avaliar o cumprimento da meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, nos termos do disposto no § 2º do art. 16 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO/2005, e no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumpre destacar inicialmente que, conforme disposto no Anexo das Metas Fiscais da LDO/2005, a meta do superávit primário para o setor público consolidado foi estabelecido em 4,25% do PIB no triênio 2005/2007. Para o exercício de 2005, a participação do Governo Federal nesse esforço traduziu-se numa meta de superávit primário de 57,2 bilhões, 3,15% do PIB estimado, sendo 44,5 bilhões, 2,45% do PIB estimado, referentes aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, aqui denominados Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central -, e 12,7 bilhões, ou 0,7% do PIB, para as estatais federais do setor público não-financeiro.

O Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, utilizando-se dos instru-

mentos de programação financeira e orçamentária, em estrita observância aos preceitos de responsabilidade fiscal estabelecidos pela LRF, promoveram limitações de bloqueios das despesas discricionárias autorizadas na lei orçamentária anual de 2005, com o objetivo de atingir a meta estabelecida na LDO. O detalhamento dessas ações pode ser encontrado no Relatório de Avaliação – Meta Fiscal Quadrimestral encaminhado a esta Comissão.

Com o objetivo de atender ao disposto na LDO, apresentam-se a seguir a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o primeiro quadrimestre de 2005 para o Governo Central e para as empresas estatais não-financeiras, assim como as justificativas para os principais desvios referentes às receitas e despesas do Governo Central, a partir dos valores previstos no Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005.

Em relação ao resultado fiscal atingido no primeiro quadrimestre de 2005, ressalta-se que o Governo Federal apresentou superávit primário de 32,9 bilhões, 5,9 bilhões superiores à expectativa inicial apresentada no Decreto nº 5.379, de 2005. O resultado referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social foram superavitários em 31,5 bilhões, tendo ficado 3,6 bilhões acima dos valores.

As empresas estatais não-financeiras apresentaram um superávit de 1,4 bilhão, quando a expectativa para o período era de déficit de 889 milhões, de acordo com o Anexo 9 do referido decreto.

É importante esclarecer que o estabelecimento da meta de resultado primário das empresas estatais levou em consideração o resultado da Itaipu Binacional em sua totalidade. Todavia, os recursos referentes à movimentação do contrato da empresa com o Tesouro Nacional permanecem ingressando diretamente na conta única da União, sendo contabilizados na apuração, segundo a ótica “abaixo-da-linha”, como superávit primário do Governo Central.

Para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais, excluiu-se do resultado primário do Governo Central o ajuste metodológico de Itaipu, de 660 milhões, e incluiu-se como superávit das estatais federais, uma vez que as metas estabelecidas no decreto não contemplavam esse fato. Todavia, o efeito é nulo, como o que se refere ao superávit primário do Governo Federal, na medida em que, em seu conjunto, a meta das empresas estatais federais e do Governo Central equivale, no quadrimestre, a 27 bilhões.

Assim, considerando-se tal ajuste, o resultado primário do Governo Central atingiu 31,5 bilhões, 3,6 bilhões acima da meta estabelecida no Decreto nº

5.379. Por sua vez, as estatais federais apresentaram um superávit de 1,4 bilhão.

Evidencia-se, assim, o efetivo cumprimento da meta do superávit primário estabelecida para o Governo Federal, no período em avaliação. Não obstante o resultado atingido possibilitar o cumprimento da meta legal com disponibilidade, o excedente deverá ser absorvido nos próximos meses do exercício em face da sazonalidade dos gastos na execução das despesas do Tesouro Nacional e da Previdência Social e do caráter atípico de receitas tributárias que explica aquela disponibilidade no cumprimento da meta de quadrimestre.

Os principais aspectos do resultado primário obtido pelo Governo Central no primeiro quadrimestre de 2005, relativamente às estimativas constantes do decreto de programação orçamentária e financeira, são os seguintes: as receitas foram superiores em 4,1 bilhões; as despesas foram inferiores em 364 milhões; o déficit da Previdência ficou em 10,6 bilhões, superior em 1,8 bilhão em relação ao projetado, anotando-se um desvio de 20,8% no déficit da Previdência.

O superávit primário das empresas estatais e federais foi de 1,4 bilhão, considerando-se o ajuste de Itaipu. As receitas totais do Tesouro atingiram 125 bilhões até abril, em face de uma estimativa de 120,6 bilhões. As receitas administradas ficaram 5,9 bilhões acima; por outro lado, as não administradas ficaram 577 milhões abaixo. E as referentes às contribuições do FGTS, no âmbito da Lei Complementar nº 110/2001, inferiores em 52,6 milhões.

Entre as receitas administradas, os principais tributos que apresentaram ingressos superiores à projeção do primeiro quadrimestre foram: o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, com arrecadação 1,6 bilhão acima do esperado; o imposto de rendimento do trabalho, com 795 milhões acima do projetado, e a contribuição sobre o lucro líquido das empresas, com arrecadação 884 milhões acima do projetado.

O aumento de IRPJ e da CSLL é explicado, em grande medida, pelo faturamento maior das empresas e conseqüente lucratividade, especialmente nos setores da telecomunicação, extração de minerais metálicos, serviços prestados a empresas, metalurgia básica e eletricidade.

Por outro lado, o ingresso do imposto de renda do trabalho acima das projeções está associado a um melhor desempenho econômico de alguns setores, com destaque para a química, comércio varejista e atacadista e metalurgia básica.

Ambos foram ilustrados na apresentação pelo gráfico do aumento do PIB e aumento da receita do trabalho.

As receitas não-administradas atingiram o montante, como disse, de 577,3 milhões inferiores à projeção, em função, principalmente, do comportamento das receitas de dividendos e cota-parte de compensações financeiras. Os dividendos pagos à União situaram-se em 2,3 bilhões, frente à estimativa de 2,8 bilhões. Na parte das cotas-partes das compensações financeiras, ficou 137 milhões aquém da estimativa, devido à diferença entre parâmetros econômicos realizados e previstos, em particular a taxa de câmbio, o preço do petróleo mercado *Brent* e o volume interno de produção de petróleo.

As transferências de Estados e Municípios ficaram 1,2 bilhão acima do projetado. Tal comportamento é explicado principalmente pelo incremento em 1 bilhão nas transferências constitucionais, FPE e FPM, em função da realização de tributos partilhados.

Os gastos do Tesouro Nacional, incluindo o Banco Central, atingiram 59 bilhões – 364 milhões abaixo do previsto. Os dispêndios com pessoal e encargos sociais totalizaram 28,6 bilhões, superiores à previsão em 467 milhões, ou seja, um desvio de 1,7% em relação à previsão. As despesas com custeio e capital, por outro lado, ficaram em 30,3 bilhões ou 830,4 milhões abaixo do previsto.

Os acréscimos nos dispêndios com pessoal e encargos sociais explica-se, principalmente, pelo pagamento de precatórios de natureza alimentícia pelos Tribunais Regionais Federais em fevereiro.

A execução das despesas discricionárias do Poder Executivo foi em 306 milhões inferior ao previsto. Os Ministérios das áreas sociais utilizaram cerca de 96,3% dos seus limites, ao passo que os demais executaram 77,4% dos seus limites. Note-se que isso está acima dos valores de 2004, quando, respectivamente, eles atingiram 95,5% e 68,6% dos limites.

As despesas realizadas pelos Ministérios da Educação, Saúde e Assistência e Promoção Social corresponderam a aproximadamente 73% do montante total despendido no âmbito das despesas discricionárias do Governo Executivo no período.

Os gastos discricionários dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU tiveram desvio de apenas 32,1 milhões. As despesas não-discricionárias de custeio e capital alcançaram 9,8 bilhões, abaixo do estimado em aproximadamente 436 milhões, em função da dinâmica de execução dos órgãos, bem como de aspectos específicos ao comportamento de determinadas rubricas, tais como as despesas do FAT e a LOAS, que estiveram ligeiramente inferiores ao inicialmente previsto.

Finalmente, a Previdência Social apresentou déficit de 10,6 bilhões, 1,8 bilhão acima da previsão do período, como eu afirmei há pouco, um desvio a

mais no déficit de 20,8%. A arrecadação líquida com contribuições foi inferior à estimativa em 504 milhões. As despesas, por seu lado, atingiram o montante de 42,9 bilhões de reais, 1,3 bilhão superior à previsão inicial.

Devido ao pagamento de 2,1 bilhões de requisição de pequeno valor e precatórios efetuados no período, frente estimativa da ordem de 1 bilhão. Então, o valor da execução dessas decisões foi mais ou menos o dobro do estimado: 2,1 bilhões, contra 1 bilhão.

Relativamente ao resultado primário das empresas estatais federais não-financeiras, o esforço fiscal foi traduzido em um superávit de 772,4 milhões. Considerando-se ainda o valor do ajuste metodológico de Itaipu, chega-se à cifra de 1,4 bilhão, contra a previsão de um débito de 889,8 milhões, expresso no Anexo IX do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.

Em vista disso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acredito ficar exposto e assim demonstrado o cumprimento da meta do resultado primário para o primeiro quadrimestre de 2005, estabelecido na LDO de 2005.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Agradeço ao Dr. Levy a exposição.

Passaremos agora à fase de debates.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Secretário do Tesouro, Dr. Joaquim Levy, como disse antes, é um prazer conviver com V.Exa. e fazer um debate sobre finanças públicas, já que V.Exa. demonstra, sobejamente, competência e abertura para essa discussão. Por isso, sempre inicio minha fala com um elogio.

As questões que vou abordar são poucas e objetivas. Estamos nos defrontando, na LDO, com a determinação do Governo para que fixemos estimativa das receitas líquidas decorrentes da arrecadação de tributos federais, de restituições e de incentivos fiscais administrados pela SCRF, em valor que não poderá exceder 16% do PIB. E as despesas correntes primárias, constantes do Orçamento Fiscal, excluindo as transferências condicionais, não poderão ser superiores a 17% do PIB.

Levando em conta o PIB do período, V.Exa. poderia nos informar qual foi o percentual que correspondeu à arrecadação líquida administrada e às despesas correntes primárias? Faço essa pergunta para saber se é factível apresentarmos essa proposta para 2006. Pretendo fazer o exame de cada quadrimestre para verificar se esses percentuais de 16% da arrecada-

ção líquida e de 17% da despesa corrente primária são factíveis.

Segunda questão, nobre Secretário. Fiquei satisfeito em saber que no relatório de gestão fiscal já constam as despesas com precatórios posteriores a 5 de maio de 2000, data da promulgação da LRF. Os relatórios de gestão fiscal já trazem essa informação.

O saldo no exercício anterior é de 59 milhões e, no exercício de 2005, é de 239 milhões. Por que isso não consta no relatório da dívida do Banco Central? Se essa grandeza é pequena em relação aos precatórios da União, em relação aos Estados e Municípios, constar os precatórios na definição da dívida consolidada é fundamental para se dar transparência. Por que, no relatório do Banco Central, não constam os precatórios inscritos e não pagos no cálculo da relação dívida/PIB, principalmente de Estados e Municípios?

A questão do superávit é a essência do nosso debate, Sr. Secretário. Um grande debate nacional que está se dando em relação às finanças públicas é sobre o chamado excesso de superávit. Alcançamos, no primeiro quadrimestre de 2005, 7,26% do PIB, considerando os 3 níveis; na União, o superávit foi de 5,30.

Ora, Sr. Secretário, no Governo Central, esse sem dúvida é o maior superávit desde 1999. Pergunto-me: quanto à existência desse superávit, muitas vezes se discute se isso é feito por precaução, para garantir antecipadamente um montante, já que os gastos se dão no último período do ano. Mas isso cria enormes distorções na execução do orçamento. Quando se vão liberar recursos no fim do ano não há mais tempo para fazer o gasto, para empenhar. Pode-se até empenhar, mas não se gasta e fica o excesso em restos a pagar.

Penso que se poderia colocar o superávit, para não se cometerem esses excessos, dentro de uma faixa. Essa foi uma proposta que surgiu do próprio Ministro do Planejamento, quando era Presidente desta Comissão. Deve haver uma faixa, para que o Tesouro não seja obrigado, por excesso de zelo, a superar a meta de forma tão relevante como é apresentada.

A qualidade do superávit é outro aspecto. Temos o relatório do SIAFI, do mês de maio, primeiro quadrimestre. A conta única tem depósitos no montante de 249 bilhões, 204 milhões, 202 mil, 445 reais e 2 centavos. Duzentos e quarenta e nove bilhões na conta única do Tesouro no Banco Central!? É verdade que parte desses recursos são de origem financeira, de emissão de títulos, mas mesmo assim choca ver esse montante de recursos, porque aí examinamos como é feito o superávit. Ao contrário do senso comum, superávit não é feito para pagar juros. Com esse superávit se retira liquidez, esteriliza-se a moeda.

O que nos chama a atenção em algumas áreas são, por exemplo, as taxas pelo exercício do poder de polícia. Estão na conta única 3 bilhões e 439 milhões. Isso significa menor fiscalização na ANP, na ANATEL. Então, a taxa, pelo direito tributário, é contrapartida de uma prestação. Tem se que fiscalizar, mas se arrecada para fazer superávit. O Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza tem 2 bilhões na conta única; o FUST e também os recursos para concessões e permissões consignam 3 bilhões. E há outros quetais, mas sobre eles não vou me estender.

Chama-nos a atenção, na classificação, quando se coloca refinanciamento da dívida pública mobiliária federal na conta única: 64 bilhões. Não é refinanciamento. Em vez de ser classificado como Fonte 143, deveria ser classificado como Fonte 144, “Títulos de Responsabilidade do Tesouro”. Ora, emitem-se títulos para refinarciar a dívida e se vão transferir esses títulos, porque o processo de refinanciamento é esse. Emitir títulos para guardar os recursos no Tesouro, na minha opinião, é Fonte 144.

Quero uma explicação de V.Exa. sobre a questão da qualidade do superávit. O superávit é excessivo, na minha opinião, e tem péssima qualidade em áreas chave, necessárias do ponto de vista social, da função pública, da fiscalização das concessões de serviço público em áreas estratégicas como a da ANP, o superávit dos *royalties* do petróleo. Está aqui: “*compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural: 9 bilhões e 451 milhões*”.

Por último, nobre Secretário, apenas um esclarecimento. Gosto muito de acompanhar o relatório do resultado do Tesouro Nacional. Acho que é um belo material. Quando observamos a Tabela II da execução financeira do Tesouro, divulgado em março, havia, como receita de emissão de títulos, 74 bilhões. É uma coisa espantosa. Isso foi corrigido depois, mas não houve nenhuma nota. Quatro meses depois, foi corrigido para 38 bilhões. Como é essa diferença? Por que não há uma nota explicando? A emissão líquida de títulos, Sr. Presidente, com endividamento mobiliário, só nesse período alcança o montante de mais de 25 bilhões. O resultado positivo, a emissão, além do refinanciamento e do pagamento de juros. Não é emissão para pagar juros, mas emissão líquida, para guardar.

No debate com o Dr. Meirelles, do Banco Central – ele jogou a responsabilidade para V.Exa. -, fizemos a conta e vimos que era um péssimo negócio, porque lança esse título remunerado, pagando SELIC, mas lá no Banco Central ele é remunerado pela média dos títulos em carteira do Banco Central, a remuneração da conta única. Em determinado período, a diferença dava acima de 40%. Eu perguntei ao Dr. Meirelles

como era feito um negócio daqueles. Ele disse que não era responsabilidade dele, era do Dr. Joaquim Levy, do Tesouro. Emite--se um título pagando 20 e, com os recursos da emissão desse título, recebem-se 14 ou 15. É um prejuízo enorme.

São essas as poucas questões. Mais uma vez saúdo a presença de V.Exa., sabendo que o debate com V.Exa. é sempre de alto nível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, gostaria, se fosse possível e se o Dr. Joaquim nos permitisse, levando em conta a importância das observações do nosso colega Sérgio Miranda, que ele respondesse às perguntas de S.Exa. antes de eu fazer as minhas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Anivaldo Vale não está querendo perguntar agora. Vamos perguntar depois?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu tenho várias perguntas. Só gostaria que ele respondesse ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Foram muitas as perguntas feitas pelo Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É questão de economia de tempo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mas temos tempo de sobra, Presidente. Há poucos Parlamentares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado Gilmar Machado fará as perguntas e, a seguir, o Dr. Levy responderá.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, pela ordem. Não estou disposto a abrir mão do meu tempo. Não estou querendo abrir mão para o Deputado Gilmar falar. Estou querendo abrir mão para ouvir o que o Secretário vai explicar sobre o que o Sérgio levantou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – E V.Exa. vai ouvir, porque, após o Deputado Gilmar Machado...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Acho que o Deputado Gilmar Machado, como bom colega, Relator, deveria também proceder como eu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Dr. Levy vai fazer sua resposta e, então, V.Exa. será...

O SR. DEPUTADO INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, é que o nosso Deputado Anivaldo quer alterar o método de condução da reunião, com pergunta e resposta. Cada orador faz suas perguntas e o Secretário já responde, de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Mas temos adotado uma prática aqui: sempre falam 3 ou 4 Parlamentares e, em seguida, é dada a resposta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu sei, Sr. Presidente, que falam 2, 3 ou 4. Mas, levando em consideração o número de perguntas e a explanação feita pelo Deputado Sérgio Miranda, e como somos poucos aqui hoje, acho que temos tempo. Não seria difícil para o nosso Secretário responder ao Sérgio, porque todos nós tiraríamos proveito, para não ficar nada disperso. Assim, todos iríamos participar logo depois, se puder ser feito.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, o Deputado Anivaldo não está querendo que eu fale, mas é um direito regimental. Não há como...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Gostaria que V.Exa. falasse depois de mim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado Gilmar Machado será econômico na sua pergunta. Vamos ouvir, depois, a resposta ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, Secretário, fazer algumas perguntas.

Como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, quero debater pessoalmente o superávit. Tenho discutido com órgãos do Governo a flexibilização do superávit. Temos meta de inflação definida, com possibilidade de 2 pontos a mais, podendo subir ou descer. O câmbio também flutua. A única meta fixa que veio foi o superávit. Em nosso entendimento, precisamos achar um processo que permita ser esse valor maior em determinado momento, como está sendo, ou menor. Então, qual é a margem que poderíamos trabalhar, que não criaria grande transtorno? Pessoalmente, estou convencido de que temos de ter, pelo menos, alguma variação. Se em todos os outros níveis nós a tivemos, por que não vamos ter também no superávit?

Outra questão é que, no superávit, há uma redução de 2,8 bilhões, com veio neste ano. Mas, no relatório apresentado aqui – ou não consegui acompanhar corretamente -, o projeto piloto de investimento não veio com detalhamento, nesse primeiro quadrimestre, de sua execução. Trata-se de recursos definidos aqui, votados no fim do ano passado, já com metas, obras definidas. Mas aqui, particularmente, não consegui ver

o detalhamento. Pode ser que eu não tenha encontrado corretamente, mas o nobre Secretário poderia me dizer como identificar o projeto piloto de investimento, com o detalhamento, e como está a sua execução, já que está fora inclusive do contingenciamento, esse, sim, acordado com o Fundo Monetário. O que veio na LDO para 2006 está fora, mas esse, ainda de 2005, em execução, foi objeto de acordo, votado aqui em dezembro, no orçamento. Falo sobre esse plano de 2,8 bilhões em investimentos em obras. Mas aqui não está muito clara sua execução.

Gostaria de lhe dirigir outra questão. Conforme acertado e demonstrado no segundo bimestre, já houve uma mudança, um restabelecimento, uma reestimativa de limites, pelos dados apresentados, de 773 milhões. Mas, pessoalmente, não vi ainda o detalhamento desse processo, já que faz parte do primeiro quadrimestre. Portanto, se está dentro do primeiro quadrimestre, essa ampliação de limites deveria também estar detalhada por Ministério, por órgão. Como esse processo veio aqui apresentado em nosso relatório? Não estão claros os dados da ampliação, do restabelecimento desses limites.

Outra indagação: já que estamos trabalhando na LDO, vamos ter que definir algumas metas e fazer algumas identificações. Não quero ficar voltando ao debate sobre se a Previdência dá ou não déficit, mas, particularmente, não vejo déficit, na medida em que a DRU bloqueia esses recursos, e, portanto, não pode haver déficit. Ela bloqueia 20%. Então, se calcularmos 20%, vai dar muito mais do que esse déficit apresentado, teórico, de 10 bilhões. Perfeito? Queria saber com está estabelecida essa questão previdenciária, essa ampliação. O que é exatamente esse crescimento extra que não estava aqui colocado para dar esse déficit, que vai, depois, reduzir-se e ter que ser utilizado na hora do superávit, já que uma parte da questão previdenciária é utilizada não só na DRU, mas também para efeito do superávit?

Seriam essas as considerações. O Deputado Sérgio Miranda já perguntou sobre algo que precisa ser mais bem definido. Sabemos que, no exercício do primeiro quadrimestre, é lógico, a execução orçamentária é mais lenta, na medida em que estamos só começando, mas não podemos também deixar acumular demais para o final do ano, senão não vamos conseguir executar. Aí vamos culpar os Ministérios por não darem conta da sua execução. Como está a questão dos restos a pagar agora, nesse primeiro quadrimestre? Exatamente porque embolamos tudo no final do ano, sobrou uma série de restos a pagar. Como está a execução dos restos a pagar de 2004?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Secretário, Dr. Levy.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Muito obrigado, Sr. Presidente.

São, certamente, questões estimulantes, bastante profundas e abrangentes. Vou tentar respondê-las, mas é uma oportunidade importante para trocarmos idéias.

Talvez eu pudesse começar com a discussão da dívida, examinando 2 ou 3 questões. Quanto à remuneração pelo Banco Central, receio que o entendimento exija um pouco de conhecimento sobre contabilidade. Ao contrário do Banco Central de alguns poucos países hoje em dia, mas de vários no passado, o brasileiro é da União. Então, se ele remunera a 14 ou a 16%, isso faz alguma diferença, mas a própria Lei de Responsabilidade Fiscal regula isso, na medida em que, quando eles têm prejuízo, temos que recapitalizá-los, e há uma margem, usada de maneira discricionária, de eles nos pagarem também dividendos.

No fundo, há algo o que se considerar, mas é um exercício contínuo saber quantos são os recursos necessários ao Banco Central para fazer face a eventuais mudanças na composição do seu balanço, sem necessidade de aporte adicional de capital. É uma conta que tem que ser tratada com toda clareza. Em termos de efeito econômico, para o bolso do povo, não chega a fazer muita diferença. Mas, se o Presidente Henrique Meirelles sinaliza que está disposto a pagar dividendos maiores ou uma remuneração maior, certamente não hesitarei em me sentar com ele e discutir isso.

Na questão da emissão, há uma certa sazonalidade. A emissão acima da necessidade de pagamento se dá basicamente por 2 motivos. Por uma razão prudencial, o Tesouro mantém o chamado colchão da dívida. Esse colchão da dívida é importante, porque é um seguro para nós. Já foi usado no passado, particularmente em 2002, mas mesmo em 2003 e começo de 2004. Sempre que há possibilidade de turbulência, o fato de o Tesouro ter algo entesourado e poder se abster de ir ao mercado dá uma margem de segurança muito importante. Isso, inclusive, é reconhecido por aqueles que avaliam o risco da economia e o risco fiscal do Brasil. Então, uma parte se deve a esse colchão do Tesouro.

Além disso, há uma sazonalidade porque, dependendo do mês – acho que isso se dá, particularmente, ao final de abril -, temos concentrado o vencimento de certos papéis, de tal maneira que isso aumente a liquidez do papel.

A fungibilidade dos títulos é muito importante para diminuir o custo de emissão e alguns, além disso, são casados, como vencimentos de contrato no mercado

financeiro, de futuros etc., de tal maneira que para aqueles que negociam a dívida o custo seja mais barato e para os que os emitem, também.

A consequência disso – e esse é o procedimento padrão – é que, digamos, há um grande volume de papel vencendo no começo de um determinado trimestre. No mês anterior, eu me antecipo e começo a resgatar. Então, há meses em que o resgate é menor do que os vencimentos e outros em que é maior. O objetivo é que a quantidade total rolada seja mais ou menos estável, sem perda da liquidez que se alcança concentrando. Então, por exemplo, os papéis nominais de juro fixo vencem no primeiro mês do trimestre; depois vencem os papéis da LFT; depois, os indexados aos preços.

Então, em vista dessa organização – e isso está explicado em detalhes no nosso plano anual de financiamento, assim como no relatório -, no começo do ano seguinte, a dívida faz um relatório que avalia a execução tanto em relação ao seu plano, que ele anunciou no começo do ano, quanto a outras considerações econômicas, para haver possibilidade de bom entendimento da administração da dívida.

Esse tema é discutido e são apresentados os créditos dos vencimentos, o que explica em larga parte essa questão da variação das emissões ao longo do ano e o fato de que há meses em que realmente a emissão é maior que o financiamento, o vencimento ou outro nome que se dê.

Em relação à qualidade do gasto, Deputado, eu diria que há um grande espaço para melhorá-la, de diversas maneiras. Conquanto sejam temas mais afeitos à pasta do Planejamento, acho que não posso me furtar a dizer que, de fato, o que em alguns casos se convencionou chamar rigidez do Orçamento dificulta a manutenção de alta qualidade no gasto. Acho que aí há bastante o que ser trabalhado, de maneira muito abrangente.

Quanto ao excesso do superávit, acho que há 2 fatores a serem considerados nesse quadrimestre. De um lado, fatores puramente sazonais, em que, sim, como na maior parte dos países, a execução orçamentária no começo do ano é um pouco mais “contracionista” do que no final do ano.

Respondendo ao Deputado, saliento que, por exemplo, houve – até para evitar uma corrida de gastos no final de ano – um rebalanceamento bastante significativo das despesas do limite no segundo quadrimestre. Esse dinheiro que entrou a mais no começo do ano não foi empurrado para o final. Já alocamos boa parte no segundo quadrimestre, exatamente para manter um certo nivelamento.

Neste começo de ano, como eu observei, o excesso – e aí se explica boa parte dos 7 bilhões – foi uma

combinação de fatores; um, a receita veio realmente um pouco maior, principalmente no final, e grande parte, como eu li, devido à boa *performance* das empresas públicas e privadas; então, mais lucro, mais CSLL, mais IRPJ e um pouco também do próprio imposto de renda do trabalho, que se reflete, particularmente, no caso da indústria, no salário industrial, que está aumentando, e acaba havendo reflexo.

O segundo elemento foi o melhor desempenho das empresas públicas, que resultou num primário maior. Foi 1 bilhão e meio a mais de primário nas empresas públicas, uma boa notícia e que, mais uma vez, reflete o bom desempenho da economia.

Há ainda alguns elementos chamados discrepância/estatísticas, sobre os quais não tenho muito o que me pronunciar no momento, exatamente porque são discrepantes e, provavelmente, ao longo do tempo, vão desaparecer. Então, os 7 bilhões parecem extremamente impressionantes, mas uma parte se refere a essas discrepâncias, que podem desaparecer ao longo do ano. Refere-se àquela questão de medição abaixo e acima da linha.

Aliás, isso nos traz ao tema dos precatórios do BACEN, sobre o qual não tenho muito a falar, mais por ignorância do que por outra coisa. E por que nos traz a esse tema? Por causa da questão do “abaixo da linha” e “acima da linha”.

Particularmente, nas contas subnacionais, a maior parte das estatísticas do BACEN se dá “abaixo da linha”. É o que ele lê nos sistemas, nas dívidas reconhecidas, registradas, na CETIP, no sistema financeiro etc. e tal.

Por definição, o precatório não está registrado assim. Então, ele não é capturado. Sendo assim, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que muito bem o senhor salientou, os precatórios têm que estar registrados nos balanços dos respectivos entes, em toda a Federação. Entes há que registram, entes há que, por motivos diversos, por dificuldades, não têm capacidade ou a possibilidade de registrar. Entretanto, é atribuição – não sei se essa é a palavra correta – dos próprios Tribunais de Contas estaduais e, onde houver, municipais, assegurarem-se de que haja o registro completo dos precatórios nos respectivos balanços.

De vez em quando, olhamos os balanços e vemos que São Paulo é um dos Estados que têm registro bastante extenso de precatórios. Minas Gerais, também. Eu não saberia dizer quanto, dadas as estimativas existentes. Ele cobre, mas também é relativamente significativo. São, pelo menos, uns 800 milhões de reais, algo assim, de precatórios, no caso de Minas Gerais.

Aí também há uma área a ser desenvolvida. Os precatórios são temas extremamente complexos.

Possivelmente, os próprios Tribunais de Contas, na eventualidade de estarem acompanhando, vão querer avaliar os valores dos precatórios. Os precatórios merecem, talvez, um crivo antes de serem efetivamente consolidados.

Acredito que é preciso haver um trabalho importantíssimo de natureza federativa na questão dos precatórios, que exige, provavelmente, diversas fases para que todas as etapas se dêem com segurança e permitam não uma consolidação apressada, mas um processo que garanta toda a transparência e a solidez das contas públicas. Imagino que a principal razão pelo qual o BACEN não registraria esse fato seria pela natureza metodológica de segurança com que registra a dívida.

Finalmente, Deputado, considero extremamente oportuna sua pergunta sobre os objetivos estabelecidos na LDO, com respeito à receita e despesa para 2006. Acredito que, em relação à receita, é difícil se fazer uma inferência a partir de um quadrimestre, seja pela flutuação do PIB, seja pelas sazonais, e também pelo fato de que, como tem havido uma série de medidas de desoneração, somente no momento em que essas medidas vão sendo realizadas e seus efeitos vão sendo sentidos é que há uma certa incerteza.

Acredito, que, na execução fiscal nesse quadrimestre, a receita terá sido um pouco maior por razões pretéritas. Quando estamos olhando, planejando, essas coisas provavelmente não vão existir mais naquele momento. Então, acho que é compatível, em vista, particularmente, de medidas de desoneração bastante amplas. Ainda hoje me fazem referências à chamada MP do Bem, que abrange enorme gama de atividades beneficiadas com a redução da carga.

Na minha opinião de gestor, o ponto mais interessante da LDO é a experiência dos últimos anos, 2003, 2004 e, agora, 2005. Realmente, o Governo soube tomar medidas para que a carga tributária parasse de crescer, de forma que ela se estabilizou. Uma série de medidas tomadas de 2003 para cá permitiram essa estabilização. Também considero importantíssimo salientar, particularmente do lado do Tesouro, que o Governo também tomou medidas de disciplina para permitir que o equilíbrio fiscal fosse atingido e mantido, apesar da estabilização da carga tributária.

A meu ver, esse é um dos desdobramentos mais importantes da política econômica nesses últimos 2 anos. O impacto da parada no fim do aumento da carga tributária sobre a economia, sobre a oferta, sobre a inclinação das empresas, das pessoas, no modo de agir dos agentes econômicos é, reconhecidamente, muito importante. Isso dá um espaço, uma capacidade de respirar à economia.

Se essa experiência bem-sucedida for adotada na LDO e mantida formal e legalmente, trará impacto muito positivo em termos de investimento e de estímulo ao crescimento. E, obviamente, tem que ser acompanhada também de uma estabilização da despesa, particularmente da despesa corrente. Então, realmente tem que ir *pari passu*.

Na minha opinião, é factível e exigirá, certamente, disciplina, talvez até, em alguns casos, sacrifícios. Porém, como V.Exa. perguntou, sim, é factível de ser alcançada. Não é uma coisa que vamos acompanhar mês a mês. Haverá mês em que vai estar acima de 16%, outro em que estará abaixo, mas dentro do horizonte do ano se alcançaria isso.

Deputado, vou permitir-me dizer que não vejo muito ganho na flexibilização da meta primária. A flexibilização que V.Exa. menciona é absolutamente pertinente e razoável, mas ela já existe, por exemplo, na meta de inflação. Por que existe uma margem? Porque não há controle de preços. O Governo influencia o preço, mas não o controla. Então, seria muito difícil querer acertar na mosca de forma precisa, porque há uma série de variáveis que não se controlam diretamente.

Quanto à meta primária, a amigos com quem tenho tido recentemente a satisfação de discutir, como Amir Khair e outros especialistas, tenho tido a liberdade de dizer que é uma grande vantagem a nossa meta ser primária e não nominal, porque a nominal seria muito mais difícil de controlar, já que envolve juros. Existem juros que o Banco Central estabelece, mas também existem os que o mercado pede à dívida. Seria muito mais difícil.

Se a nossa meta principal fosse nominal, seria razoável até ter uma banda, conquanto, na Europa e em outros países que admitem metas nominais, não haja essa flexibilização. Mas, como também já tive oportunidade de dizer, uma meta nominal sem flexibilização poderia significar uma volatilidade extremamente danosa na execução do orçamento. Aliás, vê-se isso na própria Europa.

Meu sentimento é esse. Acho que conseguimos administrar, embora sempre haja um grau de incerteza, pois, às vezes, receitas aparecem no último dia do mês. Mas são valores relativamente pequenos, e colocá-los na margem, do meu ponto de vista, não daria muito mais liberdade de execução, no sentido de que já temos a meta como um instrumento a mais sob o controle do Governo. Se fosse meta nominal, precisaria, talvez, de uma margem de 1%, sei lá. Precitaria ser calculada. Esse é o meu sentimento em relação à execução ao longo do ano, mas, enfim, é um assunto que pode ser aprofundado.

Não sei se V.Exa. tem esse relatório em mão, porque aí eu chamaria a sua atenção. Na página 6 do relatório, Tabela 4, temos a identificação do projeto piloto e todos os ajustes, como chegamos lá. Ali está a meta, quanto se tinha planejado gastar no projeto piloto e o quanto foi gasto.

É importante salientar que o projeto piloto é muito ambicioso. Está no pé da página: “*Projeto piloto de investimentos públicos*”. A meta era de 0,8. Acabamos não gastando. Os Ministérios da ponta não gastaram. Os 3 bilhões, os 2,8 bilhões estão lá. Agora, há dificuldades objetivas de os Ministérios da ponta gastarem esse dinheiro. Por isso digo que o projeto piloto é bastante ambicioso. Melhorar a qualidade do gasto de investimento, fazer investimento estruturante em algumas áreas mais complexas é um desafio. Não é à toa que a Régis Bittencourt vem-se arrastando há 10, 12 anos, como tantas outras estradas. Portanto, investimento mais sofisticado ainda é um desafio.

Sei que os Ministérios da ponta estão-se esforçando na área de irrigação e particularmente na área de transporte. Agora, na verdade, o maior empenho do Governo em privilegiar esse investimento de qualidade, estruturante, por meio do projeto piloto, é porque está identificado que, ao longo dos anos, perdemos um pouco a capacidade de ter pleno domínio nessa área, o que é fundamental para o crescimento.

O maior desafio é conseguir executar os projetos que foram cuidadosamente selecionados a tempo, em grande parte, pelos Ministérios setoriais, com todas as etapas, qualidade, monitoramento e padrão de execução que vão permitir que eles tenham o retorno esperado, mas que não é peregrino de seus próprios desafios de implementação. Essa é a questão do projeto piloto.

Eu salientaria o seguinte, Deputado: o projeto piloto, por ser um projeto ambicioso, na verdade, é o entendimento – não diria que ele seja exatamente um acordo – com o Fundo Monetário, para que o Brasil possa ser um modelo para outros países nessa área. Essa questão não afeta só o Brasil, não tem a ver com aquele programa que veio dos anos de 1999, de 2000; é independente disso. O Fundo Monetário olhou para vários países. Em vista do relacionamento aberto, franco, que havia com este País – respeito mútuo e interesse das autoridades brasileiras de privilegiarem investimento de qualidade -, ele escolheu o Brasil para ser o modelo de como se fazer investimento bem feito. Há vários países, como o Peru e a Turquia, que também precisam fazer investimento. Temos o desafio de mostrar que seremos capazes de fazer isso. O projeto é de 3 anos, para mostrarmos que, ao longo desse tempo, estamos desenvolvendo metodologias

e também para nos permitir avaliar e monitorar o que foi feito, para servir de base a uma nova maneira de se fazer investimento público que tenha critério de seleção, monitoramento com o tempo correto etc. Na verdade, vamos tentar desenvolvê-lo ao longo de 3 anos, porque acreditamos que ele vai trazer retornos se for executado – e só se o for da maneira planejada, ou seja, com qualidade; não adianta gastar de qualquer jeito. Temos a tranquilidade de que esse é um investimento cujo impacto na dívida é reduzido, de tal maneira que podemos criar um espaço na meta, aqueles 2,8 bilhões, porque, se conduzido da maneira como se propõe, ele vai ajudar na dinâmica da dívida, e não piorar, o que permite fazer investimento.

Essa é a lógica que vendemos, e agora com o risco de termos de entregar ao FMI. Essa é a questão real.

Finalmente, quanto à Previdência – não sei se entendi totalmente a sua pergunta –, é importante separar Previdência de seguridade. A definição do déficit da Previdência são as despesas previdenciárias do INSS *versus* as receitas também recolhidas pelo INSS, basicamente as receitas previdenciárias. Nessa diferença, tivemos esse déficit de 10 bilhões. Para o ano, projeta-se – e já está incluído na nova programação – um déficit de mais de 40 bilhões de reais. Esse déficit é extremamente significativo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, só faltou falar sobre o percentual do PIB em relação à receita. A primeira pergunta do Deputado Sérgio Miranda foi no sentido de saber o percentual do PIB em relação à receita administrada.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Neste começo do ano – não saberia comparar com outros dados –, o PIB de planejamento está por volta de 18% da receita. Agora, certamente foi muito afetado, além da questão sazonal, pelas receitas atípicas do Imposto de Renda. Quando pensamos em 2 bilhões, 3 bilhões de Imposto de Renda sobre 4 meses, significa, na verdade, quase 10 bilhões a mais, se fosse ocorrer. Ou seja, penso que é 18% sobre o PIB do quadrimestre. Qualquer desvio é multiplicado por 3. Por isso, o Dr. Cleber indica esse número de praticamente 18%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Já se iniciou a Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados.

Pediria, portanto, ao Deputado Gilmar Machado que abrisse mão da réplica, para ouvirmos rapidamente o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, a minha fala vai ser muito curta, mesmo porque o Dr. Joaquim Levy já vem do Governo anterior, é um profissional competente e conhece muito bem os números do Estado brasileiro.

Quero caminhar no rumo das preocupações que já foram explicitadas. O primeiro ponto é que essa execução orçamentária, Dr. Joaquim, na forma como está sendo feita, chegará no fim do ano e não poderá executar o pagamento das despesas. O senhor buscará um superávit e prejudicará sobremaneira a nossa situação.

Queria dar alguns exemplos. Nos transportes, dos 11% empenhados, apenas 1% foi executado, principalmente no corredor de tapa buraco, duplicação etc. Dos 44,2% dos recursos empenhados, apenas 2,7% foram executados. Outro exemplo é o PRONAF, a coqueluche do pequeno produtor. Apenas 1,3% de recursos foram ali realizados. O Programa Luz para Todos, da forma como estou vendo sua execução, não será para todos, podem estar certos disso. Apenas 1,3% realizados. E quando chega à parte do turismo, podemos até admitir – e isso o que meu partido está fazendo – o acompanhamento muito oportuno e diligente da execução orçamentária, embora reconheçamos várias viagens do Presidente em busca de negociar no exterior, mas apenas 3,6% foram executados. Não sei como se explica isso.

Vou começar pela despesa. Ou tem mais gestão na despesa... Quanto aumentam, ainda este ano, as despesas obrigatórias? Elas estão erradas, pois subirão somente 670 milhões. Quanto falta até o final do ano? Para 2006, estão previstos apenas 17% do PIB. Do lado da receita, ao contrário, vejo que há aumento da carga tributária todo mês; todo mês aumenta a carga tributária.

Em relação ao Decreto nº 5.379, de 2005, gostaria que fosse explicado o aumento da receita de 6,4 bilhões de reais, principalmente o Imposto de Renda, que responde por quase a metade. Ainda falta a correção da tabela do Imposto de Renda ou tem de fazer nova correção? Não é evidente o aumento da carga tributária? E há recorde de receita! Todo mês aumenta a receita.

Ainda tem mais, Dr. Joaquim. Estamos experimentando um processo de centralização dessa receita. Ela não está sendo distribuída pelos Estados e Municípios. Além disso, faz-se superávit, mas não se pode gastar. Então, V.Sa. vai dizer: “*Existe dinheiro, mas não vai ter projeto para aplicá-lo*”. Lembro que, ano passado, transferimos recursos e perdemos 26 milhões de reais da transposição de energia na margem esquerda do Rio Amazonas, que era um empreendimento fantás-

tico, justamente porque não havia projeto. E por que não havia projeto? Porque não há licença ambiental, pois órgãos responsáveis pelo meio ambiente não têm vontade política para concedê-la. Tivemos o caso de Belo Monte, que começou no Governo anterior, no qual V.Sa. trabalhava. Marcaram a data do lançamento da pedra fundamental, mas até hoje não foi feita a licença ambiental, até hoje a Transamazônica não recebe recursos do Governo, porque não há licença ambiental.

Ou os responsáveis pelo meio ambiente ou o IBAMA não sabem, não têm competência, ou o Governo não tem disposição de buscar cérebros competentes para realizar tal tarefa. Então, vamos chegar ao fim do ano dizendo que existe dinheiro, mas não existe projeto.

Portanto, compartilho com aqueles que se preocupam em visualizar a efetivação dessa execução orçamentária, o que, para o povo brasileiro, é uma vergonha!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Secretário, desejo fazer alguns poucos questionamentos. Pelos relatórios, infelizmente, pude conferir os desvios e fiquei um pouco impressionado com o número do FGTS. O item 32, pág. 8 do relatório, diz que as receitas não administradas referentes ao FGTS ficaram inferiores a 52 milhões e 600 mil reais. Como não consta o percentual e todos os outros têm, gostaria de saber se é um número significativo.

Vou fazer-lhe algumas perguntas. A LDO diz que a receita estará limitada a 16% do PIB. Como se pratica isso? Quando chegarmos a outubro ou novembro, se já tiverem arrecadado 16%, param de cobrar imposto? No meu entendimento, a previsão de arrecadação da receita é a que a lei tributária permite e determina, e não está relacionada ao PIB de 16%, 20% ou 10%! A receita tem de arrecadar o que a lei manda. E se arrecadarem mais, o que será feito? Param de arrecadar no meio do caminho? Devolvem o excedente ao contribuinte? Queria entender isso, pois é um mecanismo importante sobre o que as pessoas têm dúvidas. Eu, especialmente, tenho essa dúvida, pois apesar de estar há muitos anos na Comissão de Orçamento, não consegui entender como vai funcionar essa limitação de carga tributária por meio desse mecanismo.

Em segundo lugar, com relação ao projeto piloto. Vi o projeto piloto separado das contas do superávit primário. Como o superávit está 5 bilhões e 900 acima no primeiro quadrimestre, não precisavam ter feito esse

acordo com o FMI para gastar os 2 bilhões e 800, que não eram nada. Mas já foi feito. Antes, a gestão fiscal do Brasil estava terceirizada para o FMI. Logo, para gastar, precisavam pedir licença e fazer acordo com o FMI. Agora, não há mais acordo com o FMI. Então, com quem será negociado? Se houver um projeto piloto para este ano, quem vai autorizá-lo? É o Conselho de Gestão Fiscal, que não está instalado? Não seria bom que o instalássemos?

A terceira pergunta é sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor concordaria que essa lei fosse alterada no sentido de que o cumprimento de metas fiscais acontecesse por quadrimestre e não por ano, de modo que a execução orçamentária não ficasse... Não discordo do Governo, quando fica esperando confirmar a receita para, depois, gastar, porque se gasta e depois não tem receita, sofrerá sanção por isso. Logo, não acho errado o Governo segurar a receita para, depois, gastar. Mas para sairmos desse impasse, acho que deveríamos alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal para que o cumprimento dos parâmetros da lei fosse quadrimestral e não anual. Assim, teríamos execuções quadrimestrais. Há necessidade da execução das metas fiscais e da execução orçamentária efetivamente no quadrimestre, assim, não ficaríamos guardando bilhões que, no fim do ano, não conseguiríamos gastar por não haver capacidade instalada no Governo para executar tanta coisa ao mesmo tempo, no momento em que o Governo percebe que tem a receita e que pode autorizar seu gasto.

Qual seria a idéia para sairmos dessa armadilha de ficarmos esperando pela confirmação da receita para autorizar o gasto e, quando autorizado, a máquina administrativa não ter capacidade de efetivar a despesa?

São essas as minhas perguntas objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Se pelo menos fossem pagos efetivamente os Restos a Pagar, até que poderíamos ter uma atividade relativamente intensa no primeiro semestre, aguardando a execução do Orçamento para ver se comprova essa receita para o segundo semestre. Mas por que os Restos a Pagar ficam sempre enrolando todos os outros processos que simplesmente estão previstos no Orçamento? Essa é uma das coisas que não consigo entender da parte do Governo Federal e do Tesouro.

Secretário Levy, queria uma informação mais precisa sobre a dívida. Começamos o ano com quanto de dívida em real e dívida em moeda estrangeira? E

ao final do primeiro quadrimestre deste ano, a dívida era de quanto? Quanto efetivamente foi pago de juros e amortização nesse período?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado)

– Com a palavra o Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY –

Deputado, este Governo tem uma praxis. Certamente vamos, mais ao longo do ano de 2006, implementar o teto das receitas. Estou tranqüilo pelo fato de que mencionei – e tomamos a lição da Lei de Responsabilidade Fiscal – a proposta de levar para a LDO esses objetivos e de criar esse horizonte, na esteira da experiência de 2 anos – acho que serão 3 anos -, em que a carga tributária, particularmente a arrecadação da receita administrada vem-se mantendo em um patamar abaixo. Criamos de maneira muito implícita, mas vimos falamos há bastante tempo que o nosso objetivo era ficar abaixo do que eu pessoalmente chamei de marca d'água de 2002. Em 2003, depois de muita discussão, todo mundo achava que iria ser maior, mas ficou bem menor. Em 2004 ela continuou menor. E já o Orçamento de 2005 foi em grande parte construído com a expectativa de uma carga tributária também da ordem de 16,2%, alguma coisa assim.

E vimos executando, como falei, aprendendo a viver com o grande objetivo de dar tranqüilidade às pessoas que trabalham, para que aquele que está recebendo seu salário ou que vai investir e quer saber com quanto o seu sócio, quase que majoritário, vai ficar possa ter a certeza de que, olhando para frente, se chega a um limite.

Provavelmente, teremos de repensar uma porção de coisas; repensar despesas, tendências de despesas. Mas há esse esforço, o que é importante.

O problema aqui é muito simples. Se olharmos outros países, principalmente os países emergentes, vamos perceber que não há país emergente que fixe, por exemplo, mais de 5% do PIB em despesa com educação pública; mais de 10, 12, 13% do PIB em despesa com Previdência Social, aposentadorias; mais tanto do PIB em despesa com saúde, como faz o Brasil. Não existe. Já estive na Índia e na Coreia; é completamente diferente, é muito menor.

Em alguns países há definição de um ou dois itens. Um vai ter muita despesa com pensão. Coitado, fica ali se arrastando e tal, mas não tem tanta despesa com educação, porque a população é mais velha ou então herdou dos países comunistas aquele pessoal todo que não tem para onde ir e paga pensão. Outro tem muita despesa com educação pública, como na Tailândia, mas em compensação quase não tem despesa com pensão, todo mundo se vira dentro da família.

É assim que os idosos são cuidados; lá despendem apenas 2% do PIB com pensões.

Outro dia alguém me mostrou a conta da Índia. A pessoa fez uma série de contas e depois ficou na dúvida, juntando o setor público com o setor privado, juntando Estados e Governo Federal. Se não me engano, 0,6% do PIB é gasto pelo setor público, juntando o setor privado chega a 1,2% do PIB. Eles estavam em dúvida se era 1,2 ou 1,4% do PIB. Ou seja, é 10 vezes menos na Índia. A Índia que cresce, a Índia dos computadores e essa coisa toda tem um gasto com Previdência em relação ao PIB 10 vezes menor do que o Brasil. Com educação não sei quanto é, provavelmente deve ser de um pouco mais de 4 ou alguma coisa assim.

Enfim, há essas questões. Mas penso que a indicação do gasto de 17% é importante para haver coerência com o esforço de se manter a carga tributária de tal maneira que a economia possa respirar de forma consistente com a dinâmica da dívida pública etc. e tal.

A experiência passada oferece a tranqüilidade de que serão tomadas medidas adequadas, sem nenhuma afobação, para que se garantam os níveis de receita apontados pela LDO.

Com relação ao projeto piloto, a principal questão é se ele está envolvendo projetos estruturantes ou de retorno. Em alguns casos, particularmente em 2005, o objetivo era pegar projetos que já estivessem mais ou menos adiantados, arrastando-se há muito tempo. Enquanto o projeto não acaba, é despesa e não investimento. Depois que acabou, em alguns casos depois que se deu o destino correto, vira investimento. É o caso, por exemplo, de alguns projetos de irrigação. Não basta plantar macaxeira e gastar 600 milhões de reais para irrigar. O negócio deve produzir, ter um plano por trás e começar a gerar dinheiro. Aí virou investimento. Como o projeto é piloto, 2,8% é proporcional. A idéia, quando se comparou com outros países, era que fosse grande o suficiente para ser significativo e relativamente administrável. Apesar disso, continua encerrando seus desafios próprios. Teremos de fazer um esforço de qualidade para realizar essas despesas.

Com relação às metas, é uma questão de administração e de volatilidade. Quanto mais se encurta o período, mais difícil será alcançar a meta. Significa maior volatilidade, maior esforço.

Citarei um exemplo que alguns dos senhores com mais experiência se lembrarão. Na época do Reagan, havia metas de quantidade de moeda, de dinheiro. Naquela época, a política monetária era por quantidade de agregado monetário. O que acontecia? O Banco tinha de alcançar um número de reserva dependendo

do valor médio dos seus depósitos num ano. Aquele negócio era de um mês. Então, no final do mês, começava uma volatilidade alucinante, pois era necessário fechar a meta. Na verdade, se ela fosse apenas trimestralizada, haveria esse problema.

Uma alternativa que alguns já pensaram, mas não sei se teria tantas vantagens, seria estabelecer a meta, um compromisso, por exemplo, sobre 12 meses. Aqueles gráficos que apresentei são sobre 12 meses. O inconveniente é que, potencialmente, poderemos perder uma das vantagens do sistema montado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o famoso art. 9º, da reavaliação bimestral.

Hoje, o que acontece? A meta é anual, mas o compromisso do servidor é garantir aos senhores, a cada 2 meses – e eu assino -, que não há risco de descumprimento. Há uma combinação de flexibilidade com a execução sob a responsabilidade do gestor. No caso de estabelecermos uma meta de 12 meses, perdemos um pouco dessa resposta rápida, que é uma grande vantagem da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já trabalhei com outros países e vi, em outubro ou novembro, descobrirem que não poderão cumprir metas, pois o negócio desandou. Quanto mais se chega no final do ano, mais difícil é a correção. Então, há um potencial risco numa meta de 12 meses. Na tendência, começa-se a desviar e demora um tempo para se perceber. Há uma inércia. Para corrigir, dará muito trabalho.

Nosso sistema de cumprimento bimestral é muito transparente. Obviamente, envolve um ônus para quem está garantindo, mas permite uma avaliação muito transparente em respostas, que, ao mesmo tempo, não sejam voláteis. Elas permitem retornos de desvios. Podemos até nos aprofundar, estudar mais isso.

Devemos ter cuidado com aquelas execuções do ano por causa do RAP. Pagamos 3 bilhões e meio de RAP, até mais proporcionalmente do que herdamos. Às vezes, devemos ter cuidado com essa questão da execução do ano entre empenho e financeiro, porque, no começo do ano, muito do financeiro é do ano passado.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Acho que o senhor está concordando. Isso não merecia nem resposta. Primeiro, porque não foi feito nada. Se não tem nada, não há nada para responder.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Há que separar no começo do ano a execução de empenho e a execução financeira. Gastamos um bilhão de RAP em investimento, sendo que mais ou menos a metade disso foi com transporte. Na verdade, há uma execução.

No nosso relatório, na Tabela A-2, Execução Financeira do Tesouro, temos “*Despesa: amortização da dívida interna*”. Aí há, mês a mês, quanto fizemos de amortização da dívida interna e externa. A única coisa que não estou vendo aqui é o acumulado. Se o senhor quiser, posso fazer uma notinha e passar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Desculpe-me, mas o senhor é Secretário do Tesouro. Começamos o ano com uma dívida. O senhor não sabe quanto foi a dívida, quanto está devendo nem quanto foi pago?

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Eu talvez vá lhe desapontar. Até a última casa decimal, não. Eu não queria dar a V.Exa. um número que não fosse absolutamente preciso, dada a natureza até legal dessa audiência. Se o senhor admitir que eu mande o material escrito, informarei os números a V.Exa. com precisão. Do contrário, posso dar um valor.

Devemos entender o que é dívida líquida. O relatório também dá a dívida líquida. Há diversas maneiras de medir a dívida mobiliária, que estava, no começo do ano, ligeiramente abaixo de um trilhão de reais. Ela hoje está ligeiramente acima de um trilhão de reais. Ela varia dia a dia, inclusive porque depende dos nossos leilões diários. Cada hora muda, tanto pelo valor de acúmulo de juros quanto de emissões.

Como estava falando com o Deputado Sérgio Miranda, depende da dívida que está em poder do público e a que está em carteira dentro do próprio Governo, que não tem muito significado econômico.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Na hora que o senhor tiver os dados, por favor, encaminhe. Gostaria de tê-los.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Está bem. Terei satisfação em fazê-lo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Quanto ao Conselho de Gestão Fiscal, Sr. Secretário.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – O Conselho de Gestão Fiscal tem méritos. Não sei quanto ele contribuiria para a definição do projeto piloto, mas seria um tema a se pensar. A questão do projeto piloto é eminentemente técnica, de seleção de projetos de acordo com critérios de retorno. Eu não saberia dizer se seria o melhor órgão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Mas para o estabelecimento das metas de inflação, de crescimento, dólar, que são parâmetros macroeconômicos e que eram negociados, vamos dizer assim, como superávit, que é uma decisão da gestão fiscal, era acordado com o FMI. Agora temos de acordar com alguém. Consulto se não seria o Conselho de Gestão Fiscal.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Acredito que – falarei isso com muito cuidado – talvez

seja uma atribuição no âmbito do Poder Executivo, e aí se submete ao Congresso, para que este defina. Com meus conhecimentos jurídicos, não ousaria fazer uma defesa ampla.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Só um esclarecimento, por favor, Dr. Levy. É verdade que não houve nenhum desembolso do projeto piloto até esta data? Só o Itaipu?

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY – Financeiro, não. Mas os 800 milhões estavam disponíveis.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Agradeço ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, o comparecimento, bem como aos Srs. Parlamentares.

Declaro encerrada a presente reunião.

Ata da Nona Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 21 e 22 de Junho de 2005.

Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, foi realizada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 05 a 10/2005. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Elaine Costa, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Manato, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vander Loubet, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zé Gerardo; **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Leonel Pavan, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Nezinho Alencar, Romeu Tuma, Serys Sihessarenko e Sibá Machado; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Aníbal Gomes, Eduardo Valverde, João Grandão, João Tota, Leodegar Tiscoski, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelino Fraga, Marcio Fortes, Paulo Afonso, Pedro

Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Vignatti e Waldemir Moka; – **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Antônio Leite, João Capiberibe e Sérgio Zambiasi. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Enivaldo Ribeiro, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Leão, José Borba, José Priante, Luiz Piauhyllino, Marcelo Ortiz, Nárcio Rodrigues, Nelson Pellegrino, Pauderney Avelino, Professor Luizinho e Renato Casagrande; – **Senadores titulares:** Amir Lando, Efraim Moraes, Garibaldi Alves Filho, Heráclito Fortes, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Paulo Octávio, Sérgio Guerra e Valdir Raupp. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Colbert Martins, Coriolano Sales, Dimas Ramalho, João Almeida e José Pimentel. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quinze horas e um minuto, os trabalhos foram iniciados pelo Presidente, Senador Gilberto Mestrinho. A seguir, o Presidente informou que o *quorum* para deliberação ainda não havia sido atingido nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **EXPEDIENTE:** A correspondência recebida pela Secretaria da Comissão foi enviada aos membros e Lideranças Partidárias, através do correio eletrônico, em 21/06/2005. O Deputado Humberto Michiles fez a leitura do expediente: **I)** Correspondência recebida interna: 1) Ofício nº 148, de 07 de junho, do Deputado Luiz Bassuma, solicitando remanejamento através de Crédito Suplementar, em emenda de sua autoria, que consta do Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme documento apresentado. 2) Ofício nº 55, de 09 de junho, do Deputado Joaquim Francisco, solicitando que torne sem efeito o Ofício nº 53 de 08 de junho. 3) Ofício nº 85, de 10 de junho, do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, comunicando que apresentará até dia 17/06, cinco emendas às metas, exclusivamente na área de infra-estrutura, ao PLN nº 04/2005-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2006. 4) Ofício nº 48, de 13 de junho, do Deputado Sérgio Miranda, solicitando alteração do texto da emenda individual 19420008 ao Orçamento para 2005. 5) Ofício nº 1.428, de 15 de junho, do Deputado Badu Picanço, informando que se responsabilizará pelas emendas aprovadas, que foram apresentadas pelo então Deputado Antonio Nogueira frente aos órgãos competentes do Poder Executivo. – Expediente indicando o relator do Projeto de Lei Orçamentária para 2006: – Ofício nº 122, de 02 de junho, do Deputado Paulo Rocha, Líder do PT, na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Carlito Merss. – Expedientes encaminhando justificativas de falta deferidas

pela Presidência: 1) Ofício nº 705, de 07 de junho, do Deputado José Borba: dias 24/08; 14/09; 18, 23 e 30/11; 01, 02, 07 e 15/12/2004; 10 e 29/03; 05, 06, 12, 19 e 26/04 e 03, 12, 17, 24 e 31/05/2005. 2) Ofício nº 140, de 09 de junho, do Deputado Wellington Roberto: Dia 09 de junho. 3) Ofício nº 172, de 15 de junho, do Deputado Milton Monti: Dia 24 de maio. 4) Ofício nº 97, de 15 de junho, do Senador Romeu Tuma: Dia 15 de junho. 5) Ofício nº 90, de 15 de junho, do Deputado José Rocha: Dia 15 de junho. 6) Ofício nº 62, de 16 de junho, do Gabinete do Deputado Rafael Guerra: De 14 a 17 de junho. 7) Ofício nº 110, de 16 de junho, do Deputado Bismarck Maia: Dia 15 de junho. – Expedientes que encaminham indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: 1) Ofício nº 246, de 7 de junho, indicando o Deputado Luiz Piauhyllino. 2) Ofício nº 252, de 8 de junho, indicando o Senador Sibá Machado. 3) Ofício nº 330, de 8 de junho, indicando a Deputada Laura Carneiro. 4) Ofício nº 688, de 16 de junho, indicando o Deputado Nelson Meurer. – Expedientes solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes parlamentares: 1) Ofício nº 16, de 14 de fevereiro, do Deputado Nazareno Fonteles. 2) Ofício nº 138, de 31 de maio, do Deputado Adão Pretto. 3) Ofício nº 87, de 03 de junho, do Deputado Edson Duarte. 4) Ofícios nºs 271 e 274, de 06 de junho, do Deputado Eduardo Valverde. 5) Ofício nº 449, de 07 de junho, do Deputado Aroldo Cedraz. 6) Ofício nº 346, de 07 de junho, do Senador Jonas Pinheiro. 7) Ofício nº 43, de 07 de junho, do Deputado Sérgio Miranda. 8) Ofício nº 451, de 07 de junho, do Deputado Leonardo Mattos. 9) Ofício nº 53, de 08 de junho, do Deputado Joaquim Francisco. 10) Ofício nº 151, de 08 de junho, do Deputado Luiz Bassuma. 11) Ofício nº 125, de 10 de junho, do Deputado Dr. Ribamar Alves. 12) Ofício nº 161, de 10 de junho, do Senador Rodolpho Tourinho. 13) Ofício nº 518, de 15 de junho, do Deputado Nelson Meurer. Ofício nº 237, de 13 de junho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando da abertura e do término do prazo de 5 dias úteis, a partir de 13 de junho, para interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 04, de 2005, do Congresso Nacional: – Projeto de Decreto Legislativo nº 04 de 2005-CN, Parecer nº 02 de 2005-CN (relativo ao Aviso nº 01, de 2005-CN – Obra e implantação de infra-estrutura para uso de comunidades carentes – construção de Centro Olímpico na cidade de Rio Branco/AC). Ofício, de 12 de abril, encaminhado pelo Segundo Suplente no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, Senador Papaléo Paes, informando da remessa de autógrafo de Decreto Legislativo CN, excluindo as seguintes obras do

Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25/01/2005: Decreto Legislativo 03/2005-CN: Restauração de Rodovias Federais – No Estado de Mato Grosso e Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado de Mato Grosso. II) Correspondência recebida externa: 1) Ofício nº 77, de 07 de junho, do Secretário Especial de Agricultura e Pesca, Dr. José Fritsch, solicitando autorização para alteração na modalidade de aplicação de emenda do Deputado Nazareno Fonteles, que visa apoiar o Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira, no Estado do Piauí. 2) E-mail, de 09 de junho, do Representante do Colegiado de Gestão do INESC, José Antonio Moroni, manifestando seu repúdio à atitude tomada pelo Presidente da Comissão, de não permitir o requerimento de solicitação de audiência pública para ouvir a sociedade civil organizada sobre a LDO/2006, de autoria do Deputado Gilmar Machado. 3) Ofício nº 186, de 09 de junho, do Coordenador do Orçamento da Marinha, Contra-Almirante Silvio Artur Meira Starling, consultando a possibilidade de alteração do texto da Medida Provisória nº 247/2005. 4) Expediente, de 14 de junho, do Organizador do Seminário A Dinâmica do Orçamento Público na Promoção da Justiça Social, Guacira César de Oliveira, enviando sugestões de emendas ao PLDO/2006. Foi encaminhado cópia ao Relator Deputado Gilmar Machado e COFF/CD. 5) Ofício nº 5374, de 16 de junho, do Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Antonio Carlos Ayrosa Rosière, manifestando a concordância com o Ministério da Marinha, quanto a solicitação de alteração do Texto da Medida Provisória nº 247/2005, conforme Of. 186/2005. – Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos, em atendimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Penais, combinado com os arts. 54 e 55 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: – Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso, Sergipe e Piauí. – Tribunais Regionais do Trabalho dos seguintes regiões: 2ª, 8ª, 9ª, 11ª, 13ª, 18ª, 19ª, 21ª e 24ª Regiões. – Superior Tribunal de Justiça. – Avisos encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, na Presidência do Tribunal de Contas da União: – Aviso-SGS de 08 de junho de 2005: Aviso nº 768/2005 (Acórdão nº 673/2005): Restauração de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul: Anexado ao AVN nº 06/2005-CN. – Avisos encaminhados pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência: – Aviso-SGS de 08 de junho de 2005: Aviso nº 712/2005 (Acórdão nº 728/2005): Obras de prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim e pas-

sagem de desnível Brusque/SC. Aviso nº 713/2005 (Acórdão nº 719/2005): 2ª etapa da Adutora de São Francisco em Sergipe. Aviso nº 714/2005 (Acórdão nº 727/2005): Obras de construção da BR-282– trecho Lages-São José do Cerrito – Campos Novos – Fronteira Brasil/Argentina. Aviso nº 715/2005 (Acórdão nº 730/2005): Reurbanização e canalização do Córrego Botafogo e Capim Puba, no Município de Goiânia/GO. Aviso nº 716/2005 (Acórdão nº 716/2005): Obras de construção do Edifício Anexo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife/PE. Aviso nº 718/2005 (Acórdão nº 729/2005): Implantação do Sistema de Transmissão Presidente Dutra (MA) – Teresina – Fortaleza II. Aviso nº 731/2005 (Acórdão nº 721/2005): Prevenção de enchentes/controle de enchentes no Rio Poty – Teresina – PI. Aviso nº 738/2005 (Acórdão nº 715/2005): Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo. – Avisos/SGS, de 08/06/2005, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à CMO pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal: Aviso nº 704 (Acórdão nº 718/2005): Prestação de serviços de saúde ao servidores federais pela GEAP – Fundação de Seguridade Social. – Aviso encaminhado pelo Ministro Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União: – Aviso-SGS de 14 de junho de 2005: Aviso nº 770/2005: Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2004 do Poder Executivo, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União. A seguir, o Presidente anunciou que o *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional ainda não havia sido atingido e, por esse motivo, suspenderia a reunião, e marcaria o reinício para o dia 23 de junho, às dez horas. O Deputado Gilmar Machado solicitou que a continuação da reunião fosse marcada para o dia 22 de junho, tendo em vista a existência de Relatórios apresentados a Projetos de Lei de créditos adicionais constantes das pautas. O Presidente assentiu. Às quinze horas e treze minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia subsequente, às quatorze horas e trinta minutos. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e dois de junho do mesmo ano, o Terceiro Vice-Presidente, Deputado Ronaldo Dimas, deu prosseguimento aos trabalhos. Em seguida, informou que o *quorum* regimental para deliberação havia sido atingido. Apreciação das **Atas** das seguintes reuniões: 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 07/06/2005; 8ª Reunião Ordinária, convocada para 07 e 09/06/2005; e 3ª Reunião de Au-

diência Pública, realizada em 15/06/2005. Havendo consenso, foi dispensada a leitura das Atas por terem sido distribuídas previamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno* da Comissão, o Terceiro Vice-Presidente declarou as Atas **aprovadas**. A seguir, o Deputado Carlito Merss apresentou requerimento oral de inversão de pauta, no sentido da Pauta nº 10 ser apreciada prioritariamente. Tendo em vista a posição contrária do Deputado Anivaldo Vale, não houve consenso para a solicitação. **ORDEM DO DIA:** Ao anunciar a apreciação do item 01 da pauta 05, o Deputado José Carlos Machado solicitou a interrupção dos trabalhos para chegarem ao acordo sobre as matérias a serem apreciadas. Às quinze horas e dois minutos os trabalhos foram suspensos e reiniciados às quinze horas e trinta e oito minutos do mesmo dia. A seguir, o Terceiro Vice-Presidente anunciou que somente as matérias consensuais seriam apreciadas. PAUTA Nº 06. **Item 02 – Mensagem nº 14/2002-CN**, que “Comunica ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que os limites de movimentação e empenho do Poder Executivo foram ampliados, conforme esclarecido na Exposição de Motivos Interministerial nº 518/MP/MF, de 27 de dezembro de 2001”. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 03 – Mensagem nº 50/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 67 da Lei 10.266, de 24 de julho de 2001, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional”. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Às quinze horas e quarenta e três minutos, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho reassumiu a condução dos trabalhos. **Item 04 – Mensagem nº 196/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o restabelecimento proporcional dos limites de empenho e movimentação financeira estimado, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas”. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **PAUTA Nº 10. Item 01– Projeto de Lei nº 06/2005-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral

e do Trabalho, crédito especial no valor global de R\$ 7.525.215,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e quinze reais), para os fins que especifica.” Relatora: Senadora Serys Slhessarenko. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Senador Augusto Botelho apresentou o voto. Os debates foram iniciados. Discutiram o assunto e anunciaram que haviam apresentados destaques os Deputados Wasny de Roure e Anivaldo Vale. Encerrada a discussão, o Parecer do relator foi colocado em votação, ressaltados os destaques, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – *Apreciação dos destaques: Destaques 01 e 02, do Deputado Wasny de Roure. O relator *ad hoc* deu voto contrário. Após a apresentação, os destaques foram retirados pelo autor. Destaques 03 a 22, do Deputado Anivaldo Vale, apresentados respectivamente às emendas 04 a 23. O autor fez a apresentação dos destaques. O relator *ad hoc* deu voto contrário. Em votação, os destaques foram rejeitados, contra o voto do Deputado Anivaldo Vale. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaques 23 e 24, do Deputado Zé Gerardo. Após a apresentação, os destaques foram retirados pelo autor. O Deputado José Carlos Machado solicitou a retirada de pauta do seu Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 03/2005-CN. A seguir, o Presidente informou que não havia acordo para apreciar as demais matérias das pautas. Continuando, avisou que o Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 estará disponível na Página da Comissão na Internet no dia 24 de junho e será distribuído o dia 27 do mesmo mês, tendo em vista a previsão para votação da matéria para o dia 28 de junho. O Deputado Wasny de Roure solicitou empenho dos parlamentares para que a matéria em questão fosse votada na semana seguinte, por ser os últimos dias da sessão legislativa ordinária do período. O Deputado Anivaldo Vale informou que o prazo para apreciação do Relatório deverá estar em consonância com o disposto no art. 37 da Resolução nº 01/2001-CN, alterada pelas Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN, e Ofício-CN nº 824/2004. **ENCERRAMENTO:** Não havendo acordo para apreciação das demais matérias das pautas, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos. Antes, convocou reuniões a serem realizadas no dia 28 de junho, nos seguintes horários: às 14:30, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, cujo tema é o Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006,*

na sala de reuniões da Presidência da Comissão; e às 15 horas, reunião extraordinária para apreciação das matérias remanescentes das pautas e do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram encerrados às dezesseis horas e sete minutos. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos.

Não há, no entanto, *quorum* para a votação das atas.

Passaremos, a seguir, à leitura do Expediente.

Peço ao Deputado Humberto Michiles que faça a leitura do Expediente.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Expediente:

Correspondência recebida interna:

1) Ofício nº 148, de 07 de junho, do Deputado Luiz Bassuma, solicitando remanejamento através de Crédito Suplementar, em emenda de sua autoria, que consta do Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme documento apresentado.

2) Ofício nº 55, de 09 de junho, do Deputado Joaquim Francisco, solicitando que torne sem efeito o Ofício nº 53, de 08 de junho.

3) Ofício nº 85, de 10 de junho, do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, comunicando que apresentará, até dia 17/06, 5 emendas às metas, exclusivamente na área de infra-estrutura, ao PLN nº 04/2005-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2006

4) Ofício nº 48, de 13 de junho, do Deputado Sérgio Miranda, solicitando alteração do texto da Emenda Individual nº 19420008 ao Orçamento para 2005.

5) Ofício nº 1.428, de 15 de junho, do Deputado Badu Picanço, informando que se responsabilizará pelas emendas aprovadas, que foram apresentadas pelo então Deputado Antonio Nogueira frente aos órgãos competentes do Poder Executivo.

Expediente indicando o relator do Projeto de Lei Orçamentária para 2006:

– Ofício nº 122, de 02 de junho, do Deputado Paulo Rocha, Líder do PT, na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Carlito Merres.

Expedientes encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência:

1) Ofício nº 705, de 07 de junho, do Deputado José Borba: dias 24/08; 14/09; 18,23 e 30/11; 01, 02, 07 e 15/12/2004; 10 e 29/03; 05, 06, 12, 19 e 26/04 e 03, 12, 17, 24 e 31/05/2005.

2) Ofício nº 140, de 09 de junho, do Deputado Wellington Roberto: Dia 09 de junho.

3) Ofício nº 172, de 15 de junho, do Deputado Milton Monti: dia 24 de maio.

4) Ofício nº 97, de 15 de junho, do Senador Romeu Tuma: dia 15 de junho.

5) Ofício nº 90, de 15 de junho, do Deputado José Rocha: dia 15 de junho.

6) Ofício nº 62, de 16 de junho, do Gabinete do Deputado Rafael Guerra: de 14 a 17 de junho.

7) Ofício nº 110, de 16 de junho, do Deputado Bismarck Maia: dia 15 de junho.

Expedientes que encaminham indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

Ofício nº 246, de 7 de junho, indicando o Deputado Luiz Piauhyllino.

Ofício nº 252, de 8 de junho, indicando o Senador Sibá Machado.

Ofício nº 330, de 8 de junho, indicando a Deputada Laura Carneiro.

Ofício nº 688, de 16 de junho, indicando o Deputado Nelson Meurer.

Expedientes solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes parlamentares:

Ofício nº 16, de 14 de fevereiro, do Deputado Nazareno Fonteles.

Ofício nº 138, de 31 de maio, do Deputado Adão Pretto.

Ofício nº 87, de 03 de junho, do Deputado Edson Duarte.

Ofício nº 271, de 06 de junho, do Deputado Eduardo Valverde.

Ofício nº 274, de 06 de junho, do Deputado Eduardo Valverde.

6) Ofício nº 449, de 07 de junho, do Deputado Aroldo Cedraz.

Ofício nº 346, de 07 de junho, do Senador Jonas Pinheiro.

Ofício nº 43, de 07 de junho, do Deputado Sérgio Miranda.

Ofício nº 451, de 07 de junho, do Deputado Leonardo Mattos.

Ofício nº 53, de 08 de junho, do Deputado Joaquim Francisco.

Ofício nº 151, de 08 de junho, do Deputado Luiz Bassuma.

Ofício nº 125, de 10 de junho, do Deputado Dr. Ribamar Alves.

Ofício nº 161, de 10 de junho, do Senador Rodolpho Tourinho.

Ofício nº 518, de 15 de junho, do Deputado Nelson Meurer.

. Ofício nº 237, de 13 de junho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando da abertura e do término do prazo de 5 dias úteis, a partir de 13 de junho, para interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 04, de 2005, do Congresso Nacional:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 04, de 2005-CN, Parecer n.º 02 de 2005-CN (relativo ao Aviso n.º 01, de 2005-CN – Obra e implantação de infra-estrutura para uso de comunidades carentes – construção de Centro Olímpico na cidade de Rio Branco/AC).

Ofício, de 12 de abril, encaminhado pelo Segundo Suplente no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, Senador Paléo Paes, informando da remessa de autógrafa de Decreto Legislativo CN, excluindo as seguintes obras do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25/01/2005:

Decreto Legislativo 03/2005-CN: Restauração de Rodovias Federais – No Estado de Mato Grosso e Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado de Mato Grosso.

II) Correspondência recebida externa:

1) Ofício nº 77, de 07 de junho, do Secretário Especial de Agricultura e Pesca, Dr. José Fritsch, solicitando autorização para alteração na modalidade de aplicação de emenda do Deputado Nazareno Fonteles, que visa a apoiar o Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira, no Estado do Piauí.

2) E-mail, de 09 de junho, do Representante do Colegiado de Gestão do INESC, José Antonio Moroni, manifestando seu repúdio à

atitude tomada pelo Presidente da Comissão de não permitir o requerimento de solicitação de audiência pública para ouvir a sociedade civil organizada sobre a LDO/2006, de autoria do Deputado Gilmar Machado.

3) Ofício nº 186, de 09 de junho, do Coordenador do Orçamento da Marinha, Contra-Almirante Silvio Artur Meira Starling, consultando a possibilidade de alteração do texto da Medida Provisória nº 247/2005.

4) Expediente, de 14 de junho, do Organizador do Seminário A Dinâmica do Orçamento Público na Promoção da Justiça Social, Guacira César de Oliveira, enviando sugestões de emendas ao PLDO/2006. Foi encaminhada cópia ao Relator, Deputado Gilmar Machado e COFF/CD.

5) Ofício nº 5.374, de 16 de junho, do Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Antonio Carlos Ayrosa Rosière, manifestando a concordância com o Ministério da Marinha quanto à solicitação de alteração do Texto da Medida Provisória nº 247/2005, conforme Of. 186/2005.

– Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos, em atendimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Penais, combinado com os arts. 54 e 55 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal:

Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso, Sergipe e Piauí.

Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 2ª, 8ª, 9ª, 11ª, 13ª, 18ª, 19ª, 21ª e 24ª Regiões.

Superior Tribunal de Justiça.

Avisos encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, na Presidência do Tribunal de Contas da União:

– Aviso-SGS de 08 de junho de 2005:

– *Aviso nº 768/2005 (Acórdão nº 673/2005): Restauração de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul: Anexado ao AVN nº 06/2005.*

– *Avisos encaminhados pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência:*

– *Aviso-SGS de 08 de junho de 2005:*

– *Aviso nº 712/2005 (Acórdão nº 728/2005): Obras de prolongamento do canal*

extravasar do Rio Itajaí-Mirim e passagem de desnível Brusque/SC.

– *Aviso nº 713/2005 (Acórdão nº 719/2005): 2ª etapa da Adutora de São Francisco em Sergipe.*

– *Aviso nº 714/2005 (Acórdão nº 727/2005): Obras de construção da BR-282 – trecho Lages-São José do Cerrito – Campos Novos-Fronteira Brasil/Argentina.*

– *Aviso nº 715/2005 (Acórdão nº 730/2005): Reurbanização e canalização do Córrego Botafogo e Capim Puba, no Município de Goiânia/GO.*

– *Aviso nº 716/2005 (Acórdão nº 716/2005): Obras de construção do Edifício Anexo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife/PE.*

– *Aviso nº 718/2005 (Acórdão nº 729/2005): Implantação do Sistema de Transmissão Presidente Dutra (MA) – Teresina – Fortaleza II.*

– *Aviso nº 731/2005 (Acórdão nº 721/2005): Prevenção de enchentes/controle de enchentes no Rio Poty – Teresina – PI.*

– *Aviso nº 738/2005 (Acórdão nº 715/2005): Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo.*

– *Avisos/SGS, de 08/06/2005, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à CMO pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal:*

– *Aviso nº 704 (Acórdão nº 718/2005): Prestação de serviços de saúde aos servidores federais pela GEAP – Fundação de Seguridade Social.*

– *Aviso encaminhado pelo Ministro Adilson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União:*

– *Aviso-SGS de 14 de junho de 2005:*

– *Aviso nº 770/2005: Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2004 do Poder Executivo, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União.*

É o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não há número para deliberação na Câmara dos Deputados nem no Senado Federal.

A reunião será suspensa e convocada para quinta-feira, às 10h.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, como temos que votar alguns créditos, eu faço a V.Exa. um apelo para que, se for possível, convoque a reunião para amanhã e não para quinta-feira, porque amanhã é o melhor dia da semana, pois os Parlamentares estão aqui.

Gostaria de saber se V.Exa. não conseguiria um horário para que pudéssemos fazer essa reunião amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pode ser feita amanhã, mas à tarde, por causa do Regimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, a reunião fica convocada para amanhã, às 14h30min.

(Não identificado) – Amanhã, às 14h30min, haverá Ordem do Dia, não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A reunião será amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

(Suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Declaro reiniciada a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 5, 6, 7, 8, 9 e 10, de 2005.

Há *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Apreciação das atas das seguintes reuniões: 2ª reunião de audiência pública, convocada para 7 de junho de 2005; 8ª reunião ordinária, convocada para 7 e 9 de junho de 2005; 3ª reunião de audiência pública, realizada em 15 de junho de 2005.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – São 3 atas: da 2ª reunião de audiência pública...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Sr. Presidente, gostaria que a Secretária me encaminhasse a pauta da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Há concordância em relação à dispensa da leitura das atas?

Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, não entendi nada da fala do Deputado José Carlos Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Nós só aprovamos as atas das reuniões anteriores. Duas audiências públicas e a 8ª reunião ordinária.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Quem pediu para dispensar a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Perguntei se havia concordância do Plenário, Deputado, ninguém se manifestou. É matéria vencida.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, há possibilidade de inversão da pauta, isto é, o primeiro item seria a Pauta nº 10, um projeto acordado que envolve a Câmara dos Deputados e o Poder Judiciário, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho. São 7 milhões e 500 mil de suplementações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Está em discussão a inversão da pauta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não concordo com a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Não havendo concordância, seguiremos a sequência.

Os itens nºs 1, 2 e 3 já foram apreciados. É a partir do item 3 da Pauta nº 5, Mensagem nº 21, de 2005, do Congresso Nacional, que encaminha ao Congresso Nacional relatório de avaliação de receitas e despesas em cumprimento ao § 8º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004.

Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

O voto é pelo arquivamento da matéria.

Não estando presente a Relatora, peço ao Deputado Wasny de Roure que faça a leitura do relatório...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Peço a V.Exa., atendendo à solicitação das lideranças do Governo, que suspenda a sessão por apenas 3 minutos, a fim de chegarmos a um entendimento sobre o que deve e o que não deve ser votado na sessão de hoje.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Três vezes dez, Sr. Presidente. Pelo menos 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – *(Risos.)* Em relação ao item nº 3, gostaria de saber se é possível procedermos à leitura do relatório, enquanto V.Exas. discutem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Vamos atender ao pedido de suspensão da sessão por 30 minutos para discutir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Deputado Anivaldo Vale, acho que para este item não haverá discordância. Não vou colocá-lo em votação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Então, coloque logo em votação, que vou pedir verificação de *quorum*. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – *(Risos.)* Não vou colocar em votação, Deputado Anivaldo. Quero saber se é possível procedermos à leitura enquanto há discussão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não. Ou prestamos atenção à leitura, ou conversamos o que tem de ser conversado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Então, está suspensa a sessão por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Está reaberta a sessão.

Como houve acordo, ele será cumprido hoje. Votaremos os itens 2, 3 e 4 da Pauta nº 6 e o item 1 da Pauta nº 10.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO – Começando de qual pauta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Começando pela Pauta nº 6, item 2.

Mensagem nº 14, de 2002, que “comunica ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, que os limites de movimentação e empenho do Poder Executivo foram ampliados conforme esclarecido na Exposição de Motivos Interministerial nº 518, de dezembro de 2001”.

Relator: Deputado Anivaldo Vale, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, com o fito de agilizar nossos trabalhos, a Mensagem nº 14, de 2002, comunica ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2002, que os limites de movimentação e empenho do Poder Executivo foram ampliados conforme esclarecido na Exposição de Motivos Interministerial nº 518/MP/MF, de 27 de dezembro de 2001, e o parecer do Relator é pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são pela aprovação na Câmara e no Senado permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara e no Senado.

Item 3.

Mensagem nº 50, de 2002, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 67 da Lei nº 10.266, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional”.

Relator: Deputado Anivaldo Vale, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, com o mesmo objetivo a Mensagem nº 50, de 2002, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 67 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Conclusões.

As despesas discricionárias que constam da lei orçamentária sofreram redução de 13,2 bilhões; o limite financeiro foi reduzido em 10,7 bilhões; as despesas incluídas pelo Congresso Nacional (Fundo de Pensão, CIDE e atualização da inflação verificada em 2001) são fidedignas, sendo acatadas no decreto de Contingenciamento.

Este relatório é apresentado já no final do exercício de 2004, sabendo, portanto, que a média do superávit primário para 2002 foi cumprida, assim como foram as metas desde então, apesar de ter sido ampliadas em proporção ao Produto Interno Bruto.

O esforço de ajuste fiscal, fundamental para assegurar a credibilidade da política econômica, deve continuar nos próximos anos. Se é verdade que essa trajetória da dívida pública não tem sido favorável, muito mais desfavorável seria no caso de problemas no resultado primário. Em audiência recente nesta Comissão, o Secretário do Tesouro Nacional prognosticou queda

da relação dívida/PIB para 40% em 2010, indicando a decisão de persistir no caminho do ajuste.

Nosso parecer recomenda arquivamento do processo.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Em votação o parecer no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4 da Pauta nº 6.

Mensagem nº 196, de 2002, do Congresso Nacional, que “encaminha ao Congresso Nacional o restabelecimento proporcional dos limites de empenho e movimentação financeira estimado, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas”.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Mensagem nº 196, de 2002, do Congresso Nacional, que encaminha ao Congresso Nacional o restabelecimento proporcional dos limites de empenho e movimentação financeira estimado, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas.

Voto

Comparando-se o Decreto nº 4.309, de 2002, com o Decreto nº 4.369, de 2002, o superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social passou de 36,7 bilhões de reais para 38,2 bilhões de reais, ampliação de 1,5 bilhões de reais da meta de 2002, mantendo-se constante em 7,5 bilhões de reais de superávit primário das empresas estatais.

A ampliação dos limites de empenho e o pagamento das despesas discricionárias decorrem principalmente do aumento da receita administrativa pela Receita Federal em 5,5 bilhões de reais em relação à projeção constante do Decreto nº 4.309, de 2002, destacando-se nessa estimativa a elevação de 3,7 bilhões de reais do Imposto de Renda e 1,7 bilhão de reais de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

No que diz respeito às despesas obrigatórias, a nova projeção indica que uma elevação de 1,1 bilhão de reais decorrente do crescimento dos gastos de pessoal; encargo, 0,8 bilhão de reais, e com o seguro-desemprego e abono salarial, 0,2 bilhão de reais.

Desse modo, a melhora fiscal, observada no quadro do bimestre de 2002, permitiu a liberação de parte dos recursos limitados no exercício de 2002.

Ante o exposto, recomendo o arquivamento do processo.

É o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório propõe o arquivamento do projeto.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Em votação o parecer no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Pauta nº 10. Item 1.

Projeto de Lei nº 6, de 2005, do Congresso Nacional, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de 7 milhões, 525 mil, 215 reais, para os fins que especifica.

Uma vez que a Relatora, Senadora Serys Slhessarenko não está presente, peço ao Senador Augusto Botelho que faça a leitura do relatório.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 6, de 2005, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de 7 milhões, 525 mil, 215 reais, para os fins que especifica.

Histórico.

O Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, por intermédio de Mensagem nº 45, de 2005, do Congresso Nacional, (nº 286/2005, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de 7 milhões, 525 mil e 215 reais, conforme discriminação abaixo.

Órgãos. Câmara dos Deputados: 3 milhões, 350 mil reais; Justiça Federal: 250 mil reais; Justiça Eleitoral: 1 milhão, 125 mil, 215 reais; Justiça do Trabalho: 2 milhões, 800 mil reais. Total: 7 milhões, 525 mil, 215 reais.

Os recursos necessários para a abertura do crédito em análise advêm do cancelamento de dotações

em unidades orçamentárias dos órgãos acima especificados.

Ao projeto foram apresentadas 23 emendas no prazo regimental.

Voto do Relator

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6, de 2005, do Congresso Nacional, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

Assina a Senadora Serys Slhessarenko. Relator *ad hoc*, Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório é favorável, nos termos do projeto. A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, apresentei 2 destaques ao projeto. O Destaque nº 1 e o Destaque nº 2 partiram de solicitação do Ministro Edson Vidigal, do Conselho da Justiça Federal, e tratam da supressão de um cancelamento. Parte desse cancelamento destina-se à aquisição da Casa da Justiça, na cidade de Caicó.

O Governo do Estado está construindo a Cidade Judiciária e tem amplas condições de fazer a instalação da Justiça Federal. É desnecessária a aquisição desse imóvel por parte da Justiça Federal. Estão retrocedendo à situação original, ou seja, propondo o cancelamento.

O Destaque nº 1 trata de cancelamento; e o Destaque nº 2 retorna à condição original o texto da lei orçamentária.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – O Deputado Wasny de Roure está encaminhando 2 destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Está encaminhando um destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – O Relator teria de dar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – São 2 destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Então, teríamos de votar o projeto, ressalvados os destaques. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Depois votaríamos os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Depois do parecer do Relator.

O Relator original do projeto não se encontra presente. Sugiro ao Deputado autor dos destaques que pense bem. Parece-me que o Relator substituto estaria impedido de dar parecer.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, não sei se podemos fazer referência aos destaques. Parece-me que o parecer foi colocado em discussão e teria de ser votado, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Sim.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Então, muito bem. Vamos votar o parecer, e os destaques ficam para depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria continua em discussão, mesmo porque há vinte e poucos destaques.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, não quero prejudicar os trabalhos. Sei que a Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, não se encontra presente. Por inexperiência, pensei que o Relator *ad hoc* pudesse acolher os destaques. Infelizmente, o problema continuará, mas não quero prejudicar a votação do projeto. Espero corrigir isso em outra oportunidade.

Por essa razão, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Sr. Presidente, manifesto o desejo do PFL de votar a favor do projeto, em homenagem a esses 2 ilustres petistas que estão do nosso lado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não havendo quem queira manifestar-se, em votação o projeto, ressalvados os destaques.

Em votação.

Há 24 destaques.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Se não forem retirados os destaques, terei de manter os meus.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, não retirarei meus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Os destaques não serão retirados.

Em votação a matéria, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, se estão mantidos os destaques do Deputado Anivaldo Vale, terei de manter os meus, que fazem apenas uma correção no projeto de lei. Temos a missão de contribuir com o interesse público.

Se fossem dificultar a aprovação do projeto, eu os retiraria, mas não é essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Exa. será atendido.

Em votação o projeto, ressalvados os destaques, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o projeto, ressalvados os destaques, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Com relação ao Projeto de Lei nº 3, o relatório, de minha autoria, foi encaminhado, e surgiram algumas dúvidas. Preciso de tempo para corrigir meu relatório. Peço à Secretaria desta Comissão que me devolva o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Será devolvido.

Foram apresentados 24 destaques. Pergunto ao Relator sua opinião sobre eles.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Rejeitarei todos os destaques apresentados para que possamos aprovar logo o projeto.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, temos de ter um espaço para defender nossos destaques. O Relator pode até rejeitá-los, mas quero falar sobre eles.

Vamos acertar se serão votados um a um.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Exa. tem razão e poderá defender os destaques.

O Relator disse que rejeitará todos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, Presidente, mas os destaques têm de ser colocados em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Os destaques serão colocados em discussão.

Destaques nº 1 e nº 2, do Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. mantém ou retira os destaques?

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Retirados o Destaque nº 1 e o Destaque nº 2.

Destaques do Deputado Anivaldo Vale. Destaque nº 3, Emenda nº 4; Destaque nº 4, Emenda nº 5; Des-

taque nº 5, Emenda nº 6; Destaque nº 6, Emenda nº 7; Destaque nº 7, Emenda nº 8; Destaque nº 8, Emenda nº 9; Destaque nº 9, Emenda nº 10; Destaque nº 10, Emenda nº 11; Destaque nº 11, Emenda nº 12; Destaque nº 12, Emenda nº 13; Destaque nº 13, Emenda nº 14; Destaque nº 14, Emenda nº 15; Destaque nº 15, Emenda nº 16; Destaque nº 16, Emenda nº 17; Destaque nº 17, Emenda nº 18; Destaque nº 18, Emenda nº 19; Destaque nº 19, Emenda nº 20; Destaque nº 20, Emenda nº 21; Destaque nº 21, Emenda nº 22; Destaque nº 22, Emenda nº 23.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, o que nos levou a apresentar os destaques, que lamentavelmente não foram acatados, foi justamente o desejo de viabilizar a parte estrutural do nosso Estado, que tem fantástica dimensão territorial.

Pretendíamos a implantação da Justiça do Trabalho, principalmente nas áreas de conflito, a exemplo dos projetos de assentamento rural na cidade de Anapu, no Sul do Pará, e na região nordeste do Estado.

Sugerimos também a Justiça do Trabalho Itinerante. Haveria a presença do Estado brasileiro em comunidades que lamentavelmente carecem de muitos recursos. Certamente, muitos direitos são infringidos, na medida em que as pessoas não têm condição de se deslocar por causa da distância e do custo. Nossa intenção é fazer com que o Estado chegue perto da sociedade.

Esse é o objetivo das 20 emendas que apresentamos a esse PL. Gostaríamos que o Relator refletisse sobre sua posição de rejeitar nossos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Exa. fez a defesa de todos os destaques?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Fiz a defesa em grupo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Sou pela rejeição de todos os destaques, para que os recursos sejam logo liberados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Anivaldo Vale, pergunto a V.Exa. se concorda com a votação em bloco de todos os destaques.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Concorro, Sr. Presidente, com vistas a ajudar o Governo na agilização do processo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Votação em bloco dos Destaques de nº 3 a 22,

de autoria do Deputado Anivaldo Vale, com parecer contrário do Relator.

Em votação a matéria na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitada.

A matéria não vai ao Senado.

Voto contrário do Deputado Anivaldo Vale.

Destaques nº 23 e 24, do Deputado Zé Gerardo.

Emenda nº 2 e Emenda nº 3.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, retiro os destaques, em atenção a pedido do Deputado José Pimentel, meu conterrâneo, do Estado do Ceará. Sei da necessidade de uma sede do Ministério do Trabalho no Município de Caucaia, mas, em respeito ao Deputado José Pimentel, retiro os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Rejeitados todos os destaques.

A matéria está concluída.

Não havendo acordo para as demais matérias, faço um apelo às Lideranças para que possamos votar a LDO na terça-feira. O relatório final da LDO será distribuído na segunda-feira, mas estará disponível na Internet na sexta-feira.

Se as Lideranças concordarem, porque teremos um dia a menos, e, de acordo com o Regimento Interno, teriam de transcorrer 3 dias, proponho a antecipação da reunião para que possamos aprovar a LDO, de modo a não prejudicar as férias parlamentares. Faço apelo às Lideranças no sentido de que concordem com a votação da LDO, que será distribuída impressa na segunda-feira, pela manhã, mas estará, desde sexta-feira, disponível na Internet. Que possamos votar esse relatório na reunião de terça-feira.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, acho que devemos tratar de prazo no Colégio de Líderes. Imagino que tratar disso aqui não possibilitará acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – De fato.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não haverá acordo. Estamos prontos para ajudar. Acabei de receber a informação de que nosso amigo Pedro, a partir de amanhã, estará discutindo conosco. Tudo bem. Não há problema nenhum. Vamos discutir.

Qualquer coisa que fizermos aqui será precipitado. Particularmente, não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, gostaria de registrar que hoje tivemos uma

demonstração de compromisso. Temos dificuldades técnicas para construir substitutivo à matéria relatada pelo Deputado José Carlos Machado. Fizemos amplo esforço com base simplesmente em uma prerrogativa: o interesse público.

Aproveito para registrar meus cumprimentos aos Deputados José Carlos Machado, Júlio Cesar e Anivaldo Vale, pela compreensão que tiveram deste momento. Naturalmente, se segunda-feira não conseguirmos votar, os Parlamentares poderão pedir vista e aprofundar-se na matéria, uma vez que a LDO é um projeto extremamente importante.

Não devemos obstruir o processo investigativo que cabe ao Congresso Nacional, seja no Conselho de Ética, seja na CPI, seja na instalação de nova CPI. Longe de mim fazer isso. Longe de mim, porém, prejudicar a votação da LDO. Acredito que os companheiros entendem isso. Trata-se de matéria fundamental para que se processe a elaboração do Orçamento para o próximo ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, o PSDB não quer atrapalhar, mas espera o cumprimento do Regimento Interno.

O relatório preliminar deve ser distribuído, com 72 horas para o apreciarmos. A partir daí, estaremos prontos para discutir e procurar a melhor forma. Poderemos ficar aqui na sexta-feira, no sábado, no domingo, de noite, de dia, de madrugada. Estamos prontos para isso. Mas não vamos atropelar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Anivaldo Vale, reconhecemos sua disposição de colaborar, lutar e trabalhar pela boa execução dos trabalhos.

Em face da proximidade do início do período de férias legislativas, que será no dia 1º de julho, e como já estamos no dia 22 de junho, temos pouco tempo.

O Deputado José Carlos Machado entregará quinta-feira à tarde o relatório, que estará disponível na Internet na sexta-feira. A publicação é mais demorada. Na segunda-feira, pela manhã, será distribuída cópia do relatório a cada membro da Comissão.

A Presidência incluirá na pauta da reunião de terça-feira a LDO. Se chegarmos à conclusão, em reunião prévia do Colégio de Líderes, que a LDO pode ser discutida e votada, ótimo. Senão, faremos a votação no dia seguinte.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, vejo com muito bons olhos o fato de V.Exa. chamar o Colégio de Líderes e sua disposição de cumprir o Regimento Interno.

Certamente, na terça-feira, a matéria será colocada em pauta, o material será distribuído, e teremos o tempo necessário para apreciá-lo.

Nós nos debruçamos sobre a matéria, cada Deputado apresentou emendas. Não vamos querer que nossas emendas venham num rolo faca. Não é rolo compressor, que só amassa. O rolo faca corta pedacinho por pedacinho.

Concordo que V.Exa. possa colocar em pauta a matéria, mas dentro do entendimento de que nosso partido nos dá o direito de receber o relatório preliminar e, decorrido o prazo regimental, discutir e, aí sim, votar.

Se V.Exa. colocar o relatório para ser votado na terça-feira, vamos cortar pedacinho por pedacinho para ser votado, porque vamos esperar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Dependendo da disposição das bancadas e do Colégio de Líderes, faremos isso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, houve acordo no sentido de que se encerre a reunião, para que haja novas assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto. Isso é natural.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião desta Comissão para terça-feira, às 15 horas. Às 14h30min, haverá reunião do Colégio de Líderes.

Está encerrada a reunião.

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 28 e 29 de Junho de 2005.

Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 e 12/2005. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merz, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro, Francisco Dornelles, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Hermes Parciannello, Humberto Michiles, Jaime Martins, João Leão, João Magno, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Priante, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Piauhyllino, Manato, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Mussa Demes, Nazareno Fontes, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Pauderney

Avelino, Paulo Pimenta, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professor Luizinho, Renato Casagrande, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda, Silvío Torres, Vander Loubet, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Heráclito Fortes, Leonel Pavan, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Nezinho Alencar, Romeu Tuma, Serys Silhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Aníbal Gomes, Domiciano Cabral, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Heleno Silva, Homero Barreto, Inácio Arruda, Ivan Valente, João Grandão, João Magalhães, João Tota, Jorge Alberto, Júnior Betão, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelino Fraga, Mário Negromonte, Milton Monti, Olavo Calheiros, Paes Landim, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Rose de Freitas e Vignatti, Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Marcelo Crivella, Sérgio Zambiasi e Wirlande da Luz. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, Jackson Barreto, Jorge Bittar, José Borba, José Rocha, Josué Bengtson, Marcelo Ortiz e Nécio Rodrigues; e – **Senadores Titulares:** Amir Lando, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Paulo Octávio, Sérgio Guerra. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Benjamin Maranhão, Colbert Martins, Coriolano Sales, Dimas Ramalho, Geraldo Resende, Lino Rossi e Nilton Capixaba. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às dezesseis horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de junho, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou iniciados os trabalhos. A seguir, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para às dezenove horas daquela data. Às dezenove horas e quarenta e dois minutos do mesmo dia, o Terceiro Vice-Presidente, Deputado Ronaldo Dimas, reabriu os trabalhos e informou que o *quorum* para deliberação havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional. A seguir, comunicou que, naquele momento, estavam sendo realizadas sessões nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado João Leão discutiu o assunto. O Deputado Gilmar Machado solicitou a prorrogação da reunião para às 21 horas daquele dia, tendo em vista a possibilidade da leitura do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 e, com

isso, de dar início ao prazo para apresentação de destaques. O Deputado Jovair Arantes questionou sobre o término do prazo para apresentação de destaques. O Terceiro Vice-Presidente informou que o prazo seria encerrado ao término da discussão da matéria. Os trabalhos foram suspensos às dezenove horas e quarenta e sete minutos e convocada a continuação para às vinte e uma horas daquela data. Às vinte e uma horas e três minutos, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reabriu os trabalhos e informou que a reunião conjunta de audiência pública, com a presença do Presidente do Banco Central, marcada para o dia 29 de junho, às quatorze horas e trinta minutos, havia sido transferida para o dia subsequente, às 15 horas, tendo em vista a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 marcada para aquela data. A seguir, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia subsequente, às nove horas e trinta minutos. Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e nove de junho, o Presidente reabriu os trabalhos e passou à apreciação da Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 21 e 22 de junho de 2005. Houve concordância do Plenário pela dispensa da leitura por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. Em conformidade com o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno* desta Comissão, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. Usando o disposto no *art. 29 do Regimento Comum*, o Deputado Pauderney Avelino apresentou questão de ordem à Presidência indagando o motivo pelo qual a reunião havia sido reiniciada somente às dez horas e dezessete minutos, tendo em vista ter sido convocada para às nove horas e trinta minutos daquele dia. O Presidente respondeu que a Câmara dos Deputados, numa manifestação de gentileza, havia cedido o uso do plenário para a realização do Culto Evangélico dos Parlamentares e, por esse motivo, estaria dando prosseguimento à reunião naquele momento. O Deputado Pauderney Avelino assentiu e, em seguida, retirou a questão de ordem.

EXPEDIENTE: O Deputado Gilmar Machado fez a leitura do expediente, que também havia sido enviado, previamente, pelo correio eletrônico, às Lideranças Partidárias e aos membros da Comissão. **1)** Correspondência recebida interna: **1)** Ofício nº 56, de 22 de junho, do Senador Marco Maciel, solicitando prioridade no acolhimento de emenda apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (PLDO/2006), pelo Deputado Osvaldo Coelho ao projeto de Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal. Foi encaminhado ao Relator da matéria. **2)** Ofício nº 63, de 22 de junho, do Senador José Jorge, solicitando prioridade no acolhimento de emenda apresentada

ao PLDO/2006, pelo Deputado Osvaldo Coelho ao projeto de Implantação do Canal do Sertão Pernambucano. Foi encaminhado ao Relator da matéria, Deputado Gilmar Machado. **3)** Ofício nº 201, de 23 de junho, do Deputado Neuton Lima, solicita que torne sem efeito o ofício nº 151, onde solicita alteração de emenda. **4)** Ofício nº 230, de 23 de junho, do Deputado Enio Bacci, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que solicita que sejam corrigidas impropriedades na sugestão de emenda de texto nº 01 ao PLDO/2006. Foi encaminhado ao Relator da matéria, Deputado Gilmar Machado. **5)** Ofício nº 2.169, de 23 de junho, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, encaminhando sugestão de emendas ao PLDO/2006 recebidas da Comissão Organizadora do Seminário “A Dinâmica do Orçamento Público na Promoção da Justiça Social. Foi encaminhado ao Relator da matéria, Deputado Gilmar Machado. – Expedientes encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência: **1)** Ofício nº 336, de 21 de junho, do Deputado Leodegar Tiscoski: De 17 a 21 de junho. **2)** Ofício nº 65, de 22 de junho, do Deputado Gustavo Fruet: dia 21 de junho. **3)** Ofício nº 115, de 22 de junho, do Deputado Bismarck Maia: Dia 22 de junho. Expedientes solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes parlamentares: **1)** Ofício nº 139, de 15 de junho, do Deputado Pr. Milton Cardias. **2)** Ofício nº 140, de 15 de junho, do Deputado Pr. Milton Cardias. **3)** Ofício nº 85, de 16 de junho, do Deputado Pr. Milton Cardias. **4)** Ofício nº 33, de 20 de junho, do Deputado Carlos Sampaio. **5)** Ofício nº 13, de 21 de junho, do Deputado Aloysio Nunes Ferreira. **6)** Ofício nº 235, de 22 de junho, do Deputado Paulo Pimenta. **7)** Ofício nº 537, de 23 de junho, do Deputado Devanir Ribeiro. **8)** Ofício nº 560, de 27 de junho, do Deputado Darcísio Perondi. **9)** Ofício nº 374, de 27 de junho, do Deputado João Magno. **10)** Ofício nº 485, de 10 de junho, do Ex-deputado Dr. Evilásio Cavalcante de Farias. **11)** Ofício nº 15, de 28 de junho, do Deputado Alexandre Cardoso. **12)** Expediente da Senadora Ideli Salvatti. **13)** Ofício nº 186, de 27 de junho, do Deputado Tarcísio Zimmermann. Ofício nº 248, de 20 de junho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando, que 17 de junho terminou o prazo de 5 dias úteis, sem interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 04 de 2005, do Congresso Nacional: Projeto de Decreto Legislativo nº 04, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer n.º 02 de 2005-CN (relativo ao Aviso n.º 01, de 2005-CN) – Obra e implantação de infra-estrutura para uso de comunidades carentes – construção de Centro Olímpico na cidade de Rio Bran-

co/AC. Foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares através do correio eletrônico. Ofícios nº 244, de 17 de junho e 258, de 24 de junho, encaminhados pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando, respectivamente, da abertura do prazo de 5 dias úteis, a partir de 17 de junho, e do término sem interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2005, do Congresso Nacional: Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer nº 05 de 2005-CN (relativo ao Aviso nº 10, de 2005-CN) – Obras de duplicação e restauração da BR 101/SE, no trecho do Km 77,3 ao 91,6. Foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares através do correio eletrônico. Ofício, de 21 de junho, encaminhado pelo Primeiro Secretário do Senado Federal, Senador Efraim Morais, informando da remessa de autógrafo do Decreto Legislativo nº 06, de 2005-CN, excluindo do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25/01/2005: Decreto Legislativo 06/2005-CN: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – segunda fase da implantação do Centro Olímpico de Rio Branco – Estado do Acre. II) Correspondência recebida externa: Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: Aviso-SGS de 22 de junho de 2005: Aviso nº 859/2005 (Acórdão nº 818/2005): Obras de construção da Barragem de Castelo, no Rio Poty, Estado do Piauí. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Ronaldo Dimas informou que havia acordo para

ser realizada a apresentação do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, apreciação dos Relatórios ao Aviso nº 19/2005-CN e ao Projeto de Lei nº 03/2005-CN, a ser incluído em extrapauta. O Deputado Ricardo Barros informou que havia itens a serem acordados no Relatório apresentado pelo Deputado Gilmar Machado, relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. O Deputado Claudio Cajado questionou a ordem de apreciação das matérias consensuais. O Senador Efraim Morais, pelo PFL no Senado Federal, manifestou-se favorável apenas quanto à apresentação do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, tendo em vista a posição do PFL quanto à obstrução dos trabalhos, como forma de possibilitar a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos e de outras CPMI's. O Deputado Luiz Carreira manifestou igual posicionamento, pelo PFL na Câmara dos Deputados, adicionando que o acordo era que a discussão do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 estava marcada para às dezessete horas daquele dia. O Deputado João Leão solicitou o cumprimento do que foi acordado previamente. O Presidente informou que o acordo seria

cumprido. O Deputado José Carlos Machado questionou o que seria apreciado. O Presidente informou que alguns itens da Pauta nº 11 seriam apreciados, tendo em vista que o Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 constava da Pauta nº 12. PAUTA Nº 11/2005. **Item 04 – Aviso nº 19/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 656, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação, referente ao Levantamento de Auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da rodovia BR-319/AM, no Estado do Amazonas.” Relator: Deputado José Carlos Machado. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator fez a leitura do voto. Os debates foram iniciados. Discutiram o assunto os Deputados Pauderney Avelino, Humberto Michiles, Pedro Novais, Claudio Cajado e Eduardo Valverde. A seguir, a discussão foi encerrada. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Ricardo Barros apresentou requerimento oral para inversão de pauta, no sentido de apreciar o Item 03 da Pauta nº 11. Os Deputados Pedro Novais e Pauderney Avelino manifestaram-se contra e os Deputados Nilton Capixaba e Eduardo Valverde manifestaram-se favoráveis. O Deputado Sérgio Zambiasi solicitou a apreciação do Item 01 da Pauta nº 11, sendo seguido pelo Deputado Benedito de Lira. A seguir, o Presidente anunciou o requerimento para inclusão na pauta, de autoria do Deputado Gilmar Machado, do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 03/2005-CN, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRA-PAUTA. Projeto de Lei nº 03/2005-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 13.270.124,00 (treze milhões, duzentos e setenta mil, cento e vinte e quatro reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado José Carlos Machado. Foram apresentadas 90 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator fez a apresentação do voto. A seguir, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas de nºs 20, 30, 31, 32, 54, 62, 64, 70, 75, 76 e 90 sugeridas pelo relator, conforme o estabelecido no art. 8º, alínea “o” do Regulamento Interno da Comissão. O Deputado Wasny de Roure discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, a Deputada Laura Carneiro manifestou-se favorável à apreciação do Item 01 da Pauta nº 11. **Item 01 – Aviso nº 06/2005-CN**, que

“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 212, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento da auditoria realizada nas obras destinadas à restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul”. Relator: Senador Leonel Pavan. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Ricardo Barros apresentou o voto. Os debates foram iniciados. O Deputado Bismarck Maia, pelo PSDB, manifestou-se favorável. Ao discutir a matéria, o Deputado Claudio Cajado também posicionou-se que somente será possível aprovar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 se houver garantia para o pleno funcionamento das CPMI's dos Correios e do Mensalão, no Senado Federal, bem como do Conselho de Ética na Câmara dos Deputados. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento de inversão de pauta no sentido de ser apreciado o Item 03 da Pauta nº 11. O Deputado Claudio Cajado manifestou-se favorável. Em votação, o requerimento foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Pedro Novais, Laura Carneiro, Zé Gerardo e José Carlos Machado na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. **Item 03** – (remanescente da pauta nº 06/2005) **Aviso n.º 12/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 247, de 2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de construção do Hospital Regional de Cacoal/RO (TC 009.574/2004-5).” Relatora: Deputada Elaine Costa. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Foi solicitado ao Deputado Ricardo Barros que lesse o Relatório. Em seguida, o relator *ad hoc* informou que constava do voto da relatora reformulado que a Comissão deliberasse pela execução da primeira etapa das obras, restringindo a vedação. O Deputado Pedro Novais questionou o motivo pelo qual o voto da relatora estava sendo alterado sem a presença dela no recinto. O Deputado Ricardo Barros informou que ele estava lendo o que constava do Relatório da Deputada Elaine Costa e não estava fazendo alterações naquele momento. O Deputado Zé Gerardo manifestou-se contra. Em seguida, o Deputado Ronaldo Dimas informou que a ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados já havia sido iniciada. Às onze horas e trinta minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continu-

ação para às quatorze horas e trinta minutos da mesma data. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do mesmo dia, o Presidente deu prosseguimento à apreciação do **Item 03** – (remanescente da pauta nº 06/2005) **Aviso n.º 12/2005-CN**. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Pedro Novais, Zé Gerardo e Claudio Cajado, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. PAUTA Nº 12. **Item 01 – Projeto de Lei nº 04/2005-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências”. Relator: Deputado Gilmar Machado. Foram apresentadas 2.545 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O relator apresentou o Relatório. A seguir, o Presidente comunicou que estava aberto o prazo para apresentação de destaques e as Erratas 01 e 02 foram apresentadas pelo relator. O Deputado Ronaldo Dimas solicitou o acesso à Errata 02 e o Presidente informou que seria distribuída oportunamente. Conforme o estabelecido no *art. 8º, alínea “o” do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou *inadmitidas* as seguintes emendas sugeridas pelo relator, constantes da Errata nº 02/2005: Ao *texto da lei* de nºs 08 e 10, da Deputada Dra. Clair; 05 e 07, do Deputado João Alfredo; 22, do Deputado João Grandão; e de 11 a 13, da Deputada Maninha; Emendas *de acréscimo, inclusão de prioridades e de ação* – Anexo I – de nºs 2 e 6, do Deputado Jurandir Bóia; 01, do Deputado Paulo Paim; 5 e 6, do Deputado Rogério Teófilo; 4, 7 e 8, do Senador Valdir Raupp. A seguir, o Deputado Claudio Cajado, ao formular questão de ordem, questionou qual seria o dispositivo regimental que estabelece as normas para apresentação de destaques. O Presidente respondeu que o início do prazo é após a apresentação do Relatório, conforme o estabelecido no *art. 60 do Regulamento Interno da Comissão*. O Deputado Ronaldo Dimas solicitou que não fosse dado início aos debates e que os trabalhos fossem suspensos. A Deputada Laura Carneiro, ao tecer comentários enaltecedores ao Relatório, sugeriu que os trabalhos fossem suspensos e convocada a continuação para após o término da ordem do dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Ricardo Barros informou que havia previsão de realização de sessão no Plenário do Congresso Nacional para às vinte horas daquela data e sugeriu que a continuação da reunião fosse marcada para às vinte e duas horas. Os Deputados José Carlos Machado e Laura Carneiro solicitaram registro em ata do voto contrário na aprovação do Aviso n.º 12/2005-CN. O Deputado Wasny de Roure solicitou que o Presidente desse prosseguimento à reunião. O Deputado

Ronaldo Dimas solicitou a interrupção dos trabalhos e que fosse convocada a continuação para às dezoito horas daquele dia. Não sendo possível, sugeriu a convocação de outra reunião para o dia subsequente. O Deputado Claudio Cajado informou da sua impossibilidade de estar presente no dia 30 de junho, por motivo de viagem com o Governador da Bahia. O Deputado Ricardo Barros informou que a sessão no Plenário do Congresso Nacional seria iniciada tão logo a ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados fosse encerrada. A reunião foi interrompida às quinze horas e vinte e nove minutos. Às vinte e uma horas e dezessete minutos do mesmo dia, o Terceiro Vice-Presidente, Deputado Ronaldo Dimas, reabriu a reunião. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação, no recinto, o Terceiro Vice-Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou os membros para as reuniões a serem realizadas no dia seguinte: às dez horas, reunião ordinária, e às vinte e uma horas, reunião extraordinária. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Em face da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, suspendo a reunião e convoco sua continuação para às 19 horas de hoje.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Declaro reiniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 e 12 de 2005. Há *quorum* das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo aos Srs. Parlamentares que está em andamento a Ordem do Dia tanto na Câmara quanto no Senado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, estou vindo da Câmara e a sessão está-se encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – No Senado está acontecendo a Ordem do Dia. Acabei de sair da reunião de Líderes da Câmara onde

não houve nenhum acordo, e a orientação do próprio Governo é de votarmos o que deve ser votado. Então, haverá aquele jogo de obstrução e de votação nominal durante toda a sessão, que, acredito, dificilmente será encerrada pelo Presidente da Câmara, assim como o do Senado.

Conversei com o Presidente Gilberto Mestrinho e, segundo informações da própria Mesa, há mais 30 votações no Senado. Ficou acordada e acertada, por orientação de S.Exa., a suspensão dos trabalhos desta reunião, reiniciando amanhã às 10 horas.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, acabei de falar com o Senador Gilberto Mestrinho que nos informou haver Ordem do Dia e não sabe ainda o horário. Talvez daqui cerca de meia hora tenha conhecimento.

Propusemos – e inclusive os partidos de V.Exa. participaram desse acordo –, fazer a leitura hoje, abrir prazo para apresentação dos destaques e, amanhã pela manhã, continuar a discussão dos destaques com posterior votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Deputado Gilmar Machado, V.Exa. é muito mais experiente do que eu e sabe que regimentalmente não podemos fazer isso concomitantemente à Ordem do Dia em quaisquer das duas Casas. Qualquer arguição...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sim, mas estou pedindo para aguardar.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – V.Exa. pode convocar sessão para as 21 horas, por exemplo, quando iniciáramos os trabalhos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – É isso que estamos propondo. Foi o que me solicitou o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Acabei de falar com o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sim, mas S.Exa. e o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, me ligaram. Estou fazendo essa solicitação a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – V.Exa. quer que eu marque a reunião para as 21 horas?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Prorrogação para as 21 horas. Se, ao chegarmos aqui, constataremos que não houve acerto lá, tudo bem. Conversamos com a coordenação dos Líderes desta Comissão e, posteriormente, com o PSDB e o PFL, para chegar a esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)

– O PSDB está totalmente de acordo, não houve qualquer impedimento. Cheguei à Comissão com a orientação de proceder à leitura.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – A leitura só. Perfeito. É isso que estamos querendo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Então, vamos fazer a leitura às 21 horas, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Desde que – e falta acordo com o PFL para fecharmos essa negociação – somente amanhã à tarde fosse iniciada a discussão. Essa é uma situação sobre a qual não conversei com V.Exa., uma vez que não falei com o PFL a respeito. Mas é outro ponto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sim, queríamos apenas começar a leitura hoje, conforme combinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Então, vamos suspender os trabalhos até as 21 horas, creio não haver problema com relação a isso, e, se nesse horário estiverem suspensas as sessões da Câmara e do Senado, iniciaremos nossa reunião.

Só para complementar, estamos fazendo um acordo, e, em não estando, o PSDB retira a possibilidade de começar em qualquer horário. Ou começamos às 9 horas, ou somente amanhã às 10 horas.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, indago a V.Exa. a respeito do prazo de entrega dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Após a leitura e durante a discussão.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – É isso que gostaria de saber, porque, se fizermos a leitura hoje, ficaremos impedidos de entregar os destaques, e o nobre Relator cortou nossas metas pela metade ou menos ainda.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Até o prazo da discussão nada acontece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Do início ao final da discussão é o prazo para entrega de destaques.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Faríamos a leitura hoje, e amanhã seria a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Amanhã seria somente a discussão.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – No prazo da discussão ainda poderemos apresentar destaques?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Durante a discussão apresentam-se os destaques.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas)
– Portanto, está suspensa a reunião até as 21 horas, quando será reiniciada.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reiniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 e 12, de 2005.

Antes de suspender a reunião, comunico que a reunião de audiência pública conjunta para ouvir o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, marcada para amanhã às 14h30min, foi transferida para quinta-feira, dia 30, às 15 horas, em virtude de amanhã tentarmos votar a LDO.

Está suspensa a reunião e convocada para amanhã, quarta-feira, às 9h30min.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 e 12.

Há *quorum* para a deliberação nas duas Casas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Passaremos à apreciação da ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 21 e 22 de junho de 2005. Havendo a concordância do Plenário, tendo havido a distribuição antecipada de cópias da ata, fica dispensada a leitura.

Não havendo discussão, conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovada a ata.

Passaremos agora ao expediente.

Peço ao Deputado Gilmar Machado que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, há uma questão de ordem que estou dirigindo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos ouvir a questão de ordem do Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, de acordo com o art. 29 do Regimento Co-

num, à hora do início da sessão, o Presidente e os demais Membros da Mesa ocuparão seus respectivos lugares; em havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos. A sessão estava marcada para às 9h30. V.Exa. está abrindo-a às 10h18. Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. não abriu no prazo devido, e havia número naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havia número; no entanto, a sala estava ocupada por um culto evangélico, e, por uma questão de gentileza da Casa, adiamos o início da sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Foi suspensa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Agradeço então a V.Exa. Em homenagem ao culto evangélico, retiro a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Correspondência recebida interna:

Ofício nº 56, de 22 de junho, do Senador Marco Maciel, solicitando prioridade no acolhimento de emenda apresentada ao PLDO/2006, pelo Deputado Osvaldo Coelho ao projeto de implantação do Perímetro de Irrigação Pontal. Foi encaminhado ao Relator do PLDO/2006, Deputado Gilmar Machado.

Ofício nº 63, de 22 de junho, do Senador José Jorge, solicitando prioridade no acolhimento de emenda apresentada ao PLDO/2006, pelo Deputado Osvaldo Coelho ao projeto de implantação do Canal do Sertão de Pernambuco. Foi encaminhado ao Relator do PLDO/2006, Deputado Gilmar Machado.

Ofício nº 201, de 23 de junho, do Deputado Neuton Lima, que solicita que se torne sem efeito o Ofício nº 151, em que solicita alteração de emenda.

Ofício nº 230, de 23 de junho, do Deputado Enio Bacci, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que solicita que sejam corrigidas impropriedades na sugestão de emendas de texto nº 1 ao PLDO/ 2006. Foi encaminhado ao Relator do PLDO/2006, Deputado Gilmar Machado.

Ofício nº 2.169, de 23 de junho, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, encaminhando sugestão de emendas ao PLDO/2006, recebidas da Comissão Organizadora do Seminário *A Dinâmica do Orçamento Público na Promoção da Justiça Social*. Foi encaminhado ao Relator do PLDO/2006, Deputado Gilmar Machado.

Expediente encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência:

1) Ofício nº 336, de 21 de junho, do Deputado Leodegar Tiscoski: de 17 a 21 de junho.

2) Ofício nº 65, de 21 de junho, do Deputado Gustavo Fruet, dia 21 de junho.

Expediente solicitando alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes Parlamentares:

Ofício nº 139, de 15 de junho, do Deputado Milton Cardias.

Ofício nº 140, de 15 de junho, do Deputado Milton Cardias.

Ofício nº 85, de 16 de junho, do Deputado Milton Cardias.

Ofício nº 33, de 20 de junho, do Deputado Carlos Sampaio.

Ofício nº 13, de 21 de junho, do Deputado Aloysio Nunes Ferreira.

Ofício nº 235, de 22 de junho, do Deputado Paulo Pimenta.

Ofício nº 537, de 23 de junho, do Deputado Devanir Ribeiro.

Ofício nº 560, de 27 de junho, do Deputado Darcísio Perondi.

Ofício nº 374, de 27 de junho, do Deputado João Magno.

Ofício nº 485, de 10 de junho, do ex-Deputado Dr. Evilásio Cavalcante de Faria.

Ofício nº 15, de 28 de junho, do Deputado Alexandre Cardoso.

Expediente da Senadora Ideli Salvatti.

Ofício nº 186, de 27 de junho, do Deputado Tarcísio Zimmermann.

Ofício nº 248, de 20 de junho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando que em 17 de junho terminou o prazo de 5 dias úteis sem interposição de recursos ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005, do Congresso Nacional.

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer nº 2 de 2005– CN (relativo ao Aviso nº 1 de 2005-CN) – obra de implantação de infraestrutura para uso de comunidades carentes, construção de Centro Olímpico na cidade de Rio Branco, Acre. Foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares por meio de correio eletrônico.

Ofício nº 244, de 17 de junho, e 258, de 24 de junho, encaminhados pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando, respectivamente, da abertura do prazo de 5 dias úteis, a partir 17 de junho, e do término sem interposição de recursos ao Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005, do Congresso Nacional.

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer nº 5 de 2005-CN (relativo ao Aviso nº 10, de 2005-CN) – Obras de duplicação e restauração da BR-101, em Sergipe, no

trecho do quilômetro 77,3 ao quilômetro 91,6. Foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares por meio do correio eletrônico.

Ofício de 21 de junho, encaminhado pelo 1º Secretário do Senado Federal, Senador Efraim Moraes, informando da remessa de autógrafos do Decreto Legislativo nº 6 de 2005-CN, excluindo o Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.

Decreto Legislativo nº 6 de 2005: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, segunda fase de implantação do Centro Olímpico de Rio Branco, no Estado do Acre.

Correspondência recebida externa:

Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta:

Aviso-SGS de 22 de junho de 2005:

Aviso nº 859 de 2005 (Acordão nº 818/ 2005): Obras de construção de Barragem de Castelo, no Rio Poti, no Estado do Piauí.

Era o que tinha a ser lido, Sr. Presidente

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Ronaldo Dimas. Ouviremos depois o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, eu gostaria que já neste início de sessão pudessemos fazer um acordo de procedimentos aqui. A pauta é extensa. Temos um acordo com o Relator de fazermos a leitura somente, agora de manhã, e há também uma questão que não está na pauta, a da HEMOBRÁS, em que havia um problema que já foi solucionado, já veio a correção do Executivo. Então, são os 2 itens que nós gostaríamos de já pautar, com a concordância de todos, claramente, para que sejam os únicos itens a serem votados.

Em tempo, há também o item 4, que V.Exa. deseja que se vote. Se igualmente todo o Plenário aquiescer, nós podemos votar o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, nós temos alguns assuntos para serem ainda objeto de acordo na LDO, e existem outros projetos cuja inclusão está sendo solicitada nesta discussão. Especialmente, em nome do Senador José Jorge, eu queria falar aqui sobre as emendas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, que tratam das agências reguladoras, da liberação dos recursos próprios das agências, para que a agência tenha a capacidade efetiva de executar sua fiscalização com sua própria arrecadação, porque hoje elas têm arrecadação

própria, mas não conseguem orçamento para cumprir seu trabalho, que é o de fiscalizar. Então, peço ao Deputado Gilmar Machado uma atenção especial. Eu estou verificando o atendimento das emendas para o Senador José Jorge, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, e vamos tratar desse assunto das agências reguladoras oportunamente.

O Deputado Nilton Capixaba está solicitando a inversão de pauta para o item 3 na Pauta nº 11. Há um parecer pela autorização da execução da obra, da Deputada Elaine Costa. Trata-se de um hospital em Cacoal. O Deputado Nilton Capixaba tem conversado com todos os membros da Comissão a esse respeito e pede a inversão de pauta para esse item.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado, e depois ouviremos o Senador Efraim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, ontem tivemos uma reunião com os Líderes da Comissão e ficou acertado que iríamos proceder à leitura da LDO, mais a Pauta nº 11 e um projeto extra, do Deputado Machado. Correto? Eu quero saber, Sr. Presidente, se está mantido o acordo, se V.Exa. vai autorizar efetivamente o cumprimento desse acordo, ou se haverá uma matéria extra-acordo a ser discutida ou pautada, ou se a discussão da LDO se dará posteriormente à leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Será mantido o acordo.

Com a palavra o Senador Efraim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu não ouvi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Será mantido. Vou responder a todos de uma vez.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Sr. Presidente, nossa preocupação vai na mesma linha da do Deputado Claudio Cajado. Devo informar a V.Exa. que os entendimentos não foram fechados no âmbito do Congresso Nacional.

Portanto, vamos deixar que se proceda à leitura do relatório do Deputado Gilmar Machado, mas não iniciaremos a discussão.

Tínhamos de deixar isso acordado, a fim de chegarmos a um entendimento. É a proposta que trago da Liderança do meu partido.

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) – Sr. Presidente, estive reunido com o Líder do meu partido e ainda não está garanti-

da a instalação da CPI dos Bingos e o funcionamento das CPIs. Se não houver esse entendimento – V.Exa. tem conhecimento disso – não votaremos nem discutiremos a LDO.

Essa a nossa posição. Se lermos hoje o relatório, deixarmos preparado e o Presidente Renan Calheiros chegar a um entendimento com os Líderes hoje pela manhã, poderemos, à tarde, convocar o Congresso Nacional, discutir e votar tudo. Mas, se não houver a instalação da CPI dos Bingos e o entendimento para o funcionamento das outras CPIs, o PFL vai obstruir os trabalhos desta Comissão e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, quero ratificar a posição do Senador Efraim Moraes, porque o acordo feito ontem foi esse: leríamos o relatório hoje pela manhã e só começaríamos a discutir a partir das 17 horas, quando tivessem sido fechados os acordos com relação à instalação da CPI.

Essa a posição do PFL, ratificada aqui pelo Senador Efraim e pelo Deputado Claudio Cajado, e vamos mantê-la, conforme acordo firmado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, vamos cumprir o acordo e começar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A Presidência está ciente dos acordos, porque o Relator me colocou a par de tudo.

Portanto, o acordo será mantido. O Deputado Dimas propôs que, para procedermos à leitura do relatório, votemos o item 4 da Pauta nº 11 e um extra-pauta da HEMOBRAS. A seguir, faremos a leitura do relatório. Depois, suspenderei a sessão e retornaremos às 17 horas.

Está iniciada a Ordem do Dia, Pauta nº 11.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Sr. Presidente, participei de alguns entendimentos, na tarde de ontem e no começo da noite, e entendi que a reunião tinha sido suspensa e recomearíamos hoje apenas para leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É o que será feito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Mas, antes da leitura do relatório, V.Exa. está pensando em colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, é o seguinte: a pauta da LDO, o relatório, é a de nº 12, e não podemos votá-la antes da Pauta

nº 11. Então, vamos votar o item da Pauta nº 11 e, depois da leitura...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– A idéia de V.Exa. é votar um item da Pauta nº 11?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Isso, e somente um extra-pauta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Qual é o item da Pauta nº 11 que V.Exa. pretende votar?

(Não identificado) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É o que V.Exa. relatou, o item 4.

(Não identificado) – Da saúde?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É o item 4.

(Não identificado) – é o item suplementar da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É o item 4, cujo Relator é o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Quando entrar na pauta, quero pedir inversão para o item 3. Mas isso depois que entrarmos na Pauta nº 11.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Ordem do Dia. Pauta nº 11, de 2005, item 4, Aviso nº 19, de 2005, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 656, de 2005, proferido pelo Plenário do TCU, bem como os respectivos relatórios e as propostas de deliberação referentes a levantamento de auditoria das obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste/norte da Rodovia 319-AM, Estado do Amazonas. (Relator: Deputado José Carlos Machado.)

Não foram apresentadas emendas.

Voto pela autorização da execução da obra, na forma do decreto legislativo apresentado.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Sr. Presidente, se V.Exa. permitir e o Plenário concordar, como o relatório já foi distribuído com antecedência, eu farei a leitura apenas do voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 19, de 2005, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 656, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e propostas de deliberação referentes ao levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste/

norte da Rodovia BR 319-AM, no Estado do Amazonas. Naturalmente, Sr. Presidente, em homenagem a V.Exa. e ao Deputado Pauderney Avelino.

Passo à leitura do meu voto.

Voto. As obras referentes à construção de trechos rodoviários na BR 319/AM encontram-se relacionadas no Anexo VI, da Lei nº 11.110, de 2005 (LOA 2005), no que tange aos subtrechos do KM 166 ao KM 370 e do KM 500 ao KM 655,7. Quanto ao primeiro trajeto, o TCU, com base em documentação encaminhada pelo DNIT, firmou entendimento de que as irregularidades que impediam o prosseguimento da execução das obras foram saneadas. Todavia, no tocante ao segundo percurso, a Corte de Contas considerou que permanecem as irregularidades, em face da ausência de projeto de engenharia que possa ser executado.

Cabe esclarecer que, em relação ao trecho do KM 370 ao KM 500, o relatório e voto que fundamentam o acórdão sob exame afirmam que as obras devem permanecer suspensas. Todavia, como já analisado no parecer ao Aviso nº 28/2004CN, não houve ainda licitação para o referido trecho. Portanto, dispensável qualquer medida por parte desta Comissão no momento.

Diante disso e com base no art. 97, § 5º, da Lei nº 10.934/2004, da LDO 2005, voto no sentido de que esta Comissão: a) tome conhecimento do Aviso nº 19, de 2005, e das peças que o acompanham; b) delibere pela exclusão do Anexo VI, da Lei nº 11.100/2005 (LOA 2005), do subtítulo 26.782.0236.1248.0002 – construção de trechos rodoviários na BR 319, no Estado do Amazonas, trechos: KM 166 e KM 370, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria está em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Sr. Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, tivemos, ao longo de alguns anos, alguns problemas na BR 319, que vieram para esta Comissão com irregularidades do Tribunal de Contas da União.

Ao longo desses últimos anos, aportamos recursos para a execução de obras nessa rodovia, muitas vezes com pequenos erros que poderiam ter sido sanados ao longo do tempo.

Não poderíamos ser contra, de forma nenhuma, o relatório do Deputado José Carlos Machado, mesmo porque temos, este ano, um substancial volume de recursos para ser aplicado na BR-319, que é rodovia da integração do Amazonas com o restante do Brasil.

Espero que com essa medida possamos desobstruir legalmente o aporte de recursos na Rodovia

BR-319 e, dessa forma, iniciarmos as obras de recuperação. Mesmo entendendo que os recursos não são suficientes para a recuperação total da rodovia, já é um grande passo para iniciarmos ou darmos continuidade às obras, já que, no Governo passado, fizemos 3 pontes de aço e concreto, substituindo pontes de madeira e também recuperando mais de 150 quilômetros dessa estrada. Isso será o início da retomada da restauração dessa rodovia tão importante para o Estado do Amazonas.

Sendo assim, presto uma homenagem ao Deputado José Carlos Machado e quero dizer que concordamos com o prosseguimento dos trabalhos. No momento oportuno, vamos nos pronunciar com relação à LDO.

(Não identificado) – Sr. Presidente, para discutir.

Sr. Presidente, quero posicionar-me favoravelmente ao relatório do Deputado Machado. Como disse o Deputado Pauderney Avelino, essa obra está mais do que paralisada. Ao longo dos anos, a obra vinha se inviabilizando, vinha sendo deteriorada em função de irregularidades que houve no passado.

Felizmente, essas irregularidades foram sanadas. O TCU encaminhou à Casa aviso informando a respeito disso. O ilustre Deputado Machado apresenta agora o relatório, retirando do anexo as irregularidades constantes na BR-319.

Portanto, queremos manifestar nossa satisfação e falar da nossa convicção de que esta Casa vai aprovar a matéria e, finalmente, a BR-319, que é uma estrada vital para o nosso Estado, para o Estado do Amazonas, poderá iniciar, mesmo que lentamente, o seu processo de recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, o processo está em ordem. O Deputado José Carlos Machado se encontra presente, leu o seu relatório. A obra foi retirada da lista de irregularidades pelo Tribunal de Contas. Assim, temos de aprová-la como consta do parecer do Deputado José Carlos Machado.

Este é o meu parecer. Votaremos a favor do parecer do José Carlos Machado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, temos como postura seguir o parecer do Tribunal de Contas da União. Quando o TCU descobre, desvenda, desnuda irregularidades nos contratos, objetos de contratações por parte do Governo Federal, seja em obra de rodovias, construção de hospitais, construção de

pontes, seja em qualquer obra cujo ente contratante seja a União, seguimos as orientações do TCU.

Neste caso em particular, as irregularidades foram sanadas, demonstrando que o que existia de empecilho para a normalidade da continuidade das obras foi excluído.

Portanto, esta Comissão, cuja atribuição é definir, em última instância, a continuidade ou não das obras, de acordo com o parecer do nobre Deputado José Carlos Machado, seguindo a orientação do Tribunal de Contas da União, resolve liberá-la.

Sr. Presidente, aproveito este momento para, mais uma vez, posicionar-me contrariamente ao desvio de finalidade que continua sendo perpetrado pelo Ministério dos Transportes em relação à arrecadação da CIDE. É um absurdo que estejamos aqui sempre a votar aumento da carga tributária, a fazer com que houvesse essa Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que onera o preço do combustível, do óleo diesel, que onera o bolso do contribuinte, ao tempo em que percebemos que está existindo uma farra com o dinheiro público, que está sendo desviado para mensalão, para a corrupção nos Correios, etc. Enquanto isso, as estradas federais do Brasil afora continuam em estado lamentável.

É uma vergonha, Sr. Presidente, que estejamos a ver buracos e mais buracos nas estradas federais, principalmente no meu Estado, a Bahia e, na outra ponta, estejamos a assistir o desvio de recurso de finalidade da CIDE e a corrupção existente no Governo. Isso é um absurdo.

Quero, nesta oportunidade, lavrar o meu protesto, dizer que não podemos aceitar que esse tipo de procedimento continue impune.

Quando votamos a CIDE, nós o fizemos para que a malha rodoviária federal tivesse as mínimas condições de tráfego para o Brasil afora, não onerando o custeio das empresas. E hoje o que estamos vendo é morte País afora, é o preço do Custo Brasil sendo onerado.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que sigo o voto do Deputado Machado, mas mais uma vez lavro o meu protesto contra essa irresponsabilidade perpetrada no Ministério dos Transportes do Brasil.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, a medida provisória que criou e regulamentou a CIDE exige que os Governos Estaduais apresentem plano de trabalho. E são poucos os Governadores que apresentaram plano de trabalho. Com a liberação da CIDE sem plano de trabalho, acontece exatamente aquilo que o Deputado que me antecedeu disse: passa a ocorrer o mau uso do recurso público.

Nunca no Brasil, Sr. Presidente, investiu-se tanto em estrada como se está fazendo agora. Durante mais de 10 anos as estradas não foram recuperadas. Afirmar que no Governo passado havia recuperação de estrada é sofisma, é mentira. A malha rodoviária foi entregue ao Presidente Lula totalmente esburacada. Agora, tem-se feito um grande esforço para recuperar essa malha rodoviária. Inclusive as obras dessa rodovia que estamos acabando de aprovar, em função de irregularidades ocorridas no passado, o TCU, em decisão correta, impediu que continuassem. Boa parte da campanha eleitoral feita naquela região foi paga com recursos públicos desviados de obras públicas.

Não dá para deixar aquela estrada da forma como está. Entendo também que a recuperação da Rodovia 319 pode ser um fator de indução ao desmatamento. Trata-se de uma rodovia construída na década de 70 que pode impactar negativamente a Região Amazônica, favorecendo principalmente a grilagem da terra pública.

No entanto, não podemos esquecer que existe centenas ou milhares de produtores rurais que vivem ao longo da estrada. Então, a sua recuperação e o devido controle por parte do IBAMA e do INCRA, para evitar o desmatamento e a grilagem de terra pública que a rodovia pode favorecer, é questão a se impor.

Não vamos aqui achar que esta discussão é neutra, pois ela é motivada. Não é aceitável fazer um belo discurso sem olhar para trás e para a frente, a fim de saber qual é o interesse que está sendo protegido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permanecem como estão. *(Pausa.)* Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta para o item 3 da Pauta nº 1. Relatora: Deputada Elaine Costa.

Sr. Presidente, se V.Exa. puder indicar o Deputado Eduardo Valverde, do Estado de Rondônia, para substituir a Relatora, S.Exa. fará a defesa do pedido de inversão de pauta.

(Não identificado) – Sr. Presidente, sou contrário à inversão de pauta, mesmo porque eu tenho

dúvida sobre o projeto, e a Relatora não se encontra presente, mas a designação de qualquer um outro não resolverá o problema.

Sou contra a inversão de pauta.

(Não identificado) – Sr. Presidente, sou contra a inversão também, mesmo porque essa obra ainda tem vícios, pelo que estou informado, e é preciso que a Relatora esclareça definitivamente essa questão.

Portanto, gostaríamos de ouvir esta matéria ser relatada pela Relatora, a fim de que S.Exa. esclareça os vícios que ainda contém essa obra.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o nobre Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, colegas Deputados, essa obra foi iniciada em 1990, com um contrato a partir do qual começou a construção de 3 hospitais do Brasil: um em Rondônia, um aqui em Brasília e no Nordeste outro. E quem alocava recursos no orçamento para esse hospital era o Senador Ronaldo Aragão. Com o falecimento do Senador, essa obra ficou paralisada e contra ela surgiram várias denúncias.

No ano de 2000, estive com o Ministro José Serra, conversando com S.Exa. sobre a importância dessa obra, que fica a 500 quilômetros da Capital, onde vivem em torno de 500 mil pessoas. Em 2003, foi celebrado novo convênio, no valor de 7 milhões e 564 mil, e o TCU, naquela época, não teve nenhum problema para reiniciar a obra.

Hoje, mais de 50% da obra já está concluída, só falta colocar lâmpadas e pintar – gostaria que os colegas vissem. Sendo assim, gostaria que fosse aprovada e que deixassem a restrição. Que continuem investigando isso que está parado há muitos anos, desde 1990. Gostaria que a concluíssem. Há mais ou menos 70 leitos para atender a uma população que fica a 500 quilômetros da Capital. E, se havia restrições, porque o TCU deixou essa obra ser iniciada para chegar a esse ponto? Será que é importante que isso volte a ficar desse jeito? É isso que temos de fazer com o dinheiro público? Falta só colocar lâmpadas e pintar, repito. Eu quero que se conclua o que já foi iniciado. Isso aqui é para ser fiscalizado e os responsáveis devem ser punidos. É o que peço. É uma injustiça. E tem dinheiro para concluir. Acho que essa obra, iniciada em 1990 e que passou pela gestão de 2 Governadores, tem de ser investigada. Não há justificativa para interromper uma obra que atenderá a uma comunidade onde vivem mais de 500 mil pessoas.

Gostaria que meus pares me ajudassem, pois estarão ajudando um povo que precisa. Os recursos existem. Que se libere esse convênio, que não tem restrição. Onde há restrição é aqui. E deixo registrado que as investigações devem continuar e os responsáveis devem ser punidos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, a obra do hospital de Cacoal é importante. Rondônia só tem um hospital regional, de média e alta complexidade, que fica em Porto Velho, no extremo norte do Estado.

Na época em que foi criado, a cidade só tinha o Rio Madeira como via de acesso. Com o asfaltamento da BR-364, diversos Municípios surgiram ao longo da BR. E um desses Municípios se chama Cacoal, que fica no meio do Estado. Um hospital regional com atendimento pelo SUS, de média e alta complexidade, é matéria que se impõe, sob pena de o doente que vive no interior do Estado de Rondônia ter que andar 600 quilômetros para ser atendido em um hospital de média e alta complexidade.

No entanto, essa obra passou por um processo difícil, porque ela foi fruto daquela tal de Pasta Rosa, que foi utilizada na compra de votos aqui nesta Casa. No entanto, não podemos fazer a distinção. O que aconteceu no passado tem que ser averiguado, investigado. Que isso sirva inclusive de motivação. Quando se instalar a CPI da Compra de Votos, que seja avaliada aquela obra. Foram gastos, no ano passado, 4 milhões de reais para reformar uma ala que atenderá a 60 leitos. Não concluir as obras dessa ala é desperdiçar recursos públicos. A demanda do Deputado Nilton Capixaba é importante para se evitar que 4 milhões de reais se percam com a depredação, deterioração.

É preciso concluir essa obra, a fim de atender 60 leitos e evitar que o rondoniense ande 600 quilômetros para ser atendido em um hospital de média e alta complexidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Inicialmente, a Liderança do PTB no Senado traz integral apoio ao pleito do Deputado capixaba. Nós entendemos que é justo e também estamos apelando à sensibilidade de todos para que essa questão possa ser atendida nesta Comissão.

De outra parte, Sr. Presidente, quero desde já agradecer a acolhida aos Líderes com quem falei, para que possa ser incluída na pauta o item 1, cujo Relator

é o Senador Pavan, que em seu voto, tendo em vista o fato de o Tribunal de Contas da União ter ser manifestado conclusivamente a respeito do saneamento de irregularidades, propõe à Comissão que aprove decreto legislativo conforme parecer de S.Exa. aqui já manifestado.

Solicitaria, portanto, já com o acordo dos Líderes que nos acolheram, que seja incluído na pauta do dia o item 1.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, há uma praxe neste País no que diz respeito às obras públicas, porque em muitas oportunidades elas são iniciadas, são obras que têm importância social, e o tempo se encarrega de fazer com que não sejam concluídas, haja vista o exemplo que foi mostrado pelo Deputado Capixaba. Ele tem 2 problemas no seu Estado, Sr. Presidente, um Estado com condições difíceis.

Seria interessante que esta Comissão se sensibilizasse para a segunda proposta que o Deputado faz. O Deputado conhece os problemas da sua região e do seu Estado. Nós, que vivemos num Estado pequeno e pobre, sabemos que a população pobre é que precisa dos serviços de saúde do Governo. O rico não precisa, porque ele pode se tratar em qualquer parte do Brasil ou do mundo, mas os pobres precisam. E o Governo tem agido dessa forma.

É exatamente por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que esta Comissão deve aprovar os recursos para a conclusão dessa segunda parte da obra, como disse o Deputado Capixaba, que fica a mais de 500 quilômetros da Capital do seu Estado, a fim de que aquela população, que é a que vai precisar dos serviços de saúde, possa ser atendida. É a ação que o Governo pode desenvolver. E aqui estamos para ajudar na consecução desse objetivo.

Gostaria de dizer que o meu partido votará favoravelmente a essa proposta, a esse projeto que vai resolver o problema dessa obra. A outra parte da obra, que ainda continua sendo investigada, que continue sendo investigada. É uma vergonha. Há 15 anos foi iniciada a obra, e até agora não se chegou à conclusão nenhuma. A população é quem paga o preço.

Por isso, Sr. Presidente, o Partido Progressista apóia o projeto de interesse do Município do Deputado Capixaba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Essa discussão está encerrada.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero explicar aos Srs. Deputados que a Oposição está querendo esticar esta sessão para começar a Ordem do Dia e a sessão cair. Quem é da base, por favor, vamos votar, porque eles querem que comece a Ordem do Dia para cair esta reunião e não votemos nada.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Professor Luizinho chegou atrasado. Já existe acordo, Professor Luizinho.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não está havendo obstrução. Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pergunto aos Líderes se podemos incluir no acordo os itens 1 e 3, com alteração sugerida pelo Deputado Capixaba.

Os Srs. Líderes que...

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Deputado Claudio Cajado pediu a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O jogo do Brasil contra a Argentina vai começar à tarde. Vamos deixar a briga para a parte da tarde. Vamos agora resolver o problema e ver se concordamos com a inclusão do Aviso 6, Item 1, e do Aviso 3, com a alteração sugerida pelo Deputado Capixaba.

Em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, pela ordem, não estou sabendo o que está sendo votado.

(Não identificado) – O Presidente acabou de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam permaneçam...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, para um esclarecimento, por favor. Não sabemos o que V.Exa. está colocando em votação. O Deputado Claudio Cajado está pedindo a palavra há 5 minutos e não sabemos o que está acontecendo. O que V.Exa. está colocando em votação?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, por favor, peço a V.Exa. que me esclareça o que está sendo discutido e votado. Pelo que entendi, V.Exa. colocou em discussão a inversão de pauta. Já estamos aqui passando para outras votações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Claudio Cajado, estamos votando a inclusão no acordo do item 1, Aviso nº 6, que é no Rio Grande do Sul, e do item 3, Aviso nº 12, do Deputado capixaba, com a alteração que S.Exa. pediu. Só a inclusão no acordo.

(Não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, gostaria de ter em mão essa pauta com os avisos. Não posso decidir nem votar algo que desconheço.

Peço a V.Exa. que dê aos Deputados pelo menos 2 minutos para que tomem conhecimento do que está sendo votado, em especial a minha pessoa.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Sr. Presidente, fui procurado há pouco pelo Senador Zambiasi, para que fosse incluída na pauta e votada a matéria a que V.Exa. se referiu. E a Liderança do PFL se pronunciou favoravelmente à inclusão da pauta no Senado.

Do mesmo modo que sou favorável à inversão de pauta do item 3, encaminharei favoravelmente à aprovação do item 3 e do item que foi solicitado. É o esclarecimento que presto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação a inclusão.

(Não identificado) – Sr. Presidente, por favor. Estou entendendo que a inversão de pauta e a inclusão do item 1, do Aviso nº 6, terá de ser por acordo. Já houve manifestação contra a inversão de pauta do Deputado Pedro Novais.

(Não identificado) – Pronuncio-me contrariamente à inversão de pauta.

(Não identificado) – Sr. Presidente, a Pauta nº 11 é a pauta da vez. V.Exa. me desculpe, mas a Pauta nº 11 é a da vez. A de nº 12 é que é o acordo. Se o Senador Sérgio Zambiasi vem aqui para pedir para se votar o item 1 da pauta que está em votação, não há necessidade de acordo para isso, é um direito de S.Exa., assim como do Deputados Nilton Capixaba e Eduardo Valverde, de Rondônia.

Temos de votar essas matérias e partir para o acordo da leitura. Enquanto se quiser obstruir votações que estão na Ordem do Dia, na pauta da vez, é muito difícil reforçarmos o trabalho.

Quero contar com a boa vontade de todos. A maioria dos Líderes já se manifestou num acordo da votação. Vamos avançar nesse sentido, a fim de que possamos votar os itens 1 e 3 e fazermos a leitura da LDO.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, para contraditar.

O acordo que fizemos ontem previa a leitura do relatório da LDO, a votação de um item da Pauta nº 11 e de um extrapauta solicitado pelo Deputado Machado. Se chegam pedidos novos, temos de analisá-los, porque não estavam na discussão, no acordo de ontem.

Discordo do Deputado Ricardo Barros. Fizemos um acordo ontem e esses itens não constavam da pauta. Não estou querendo dizer que não vamos votá-los, mas tenho de saber primeiro do que se trata. Eu, pelo menos, recuso-me a votá-los sem primeiro analisá-los.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente, em nome do PFL da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha de que ontem ficamos numa reunião que deve ter durado umas 3 horas. Fizemos um acordo. O acordo era que — o Deputado Gilmar desde ontem poderia ter lido o relatório em nome do PFL da Câmara — à tarde, por volta das 17h, 18h, terminada a questão da Ordem do Dia, iniciáramos a discussão da LDO, em nome da Câmara.

Sr. Presidente, entendo que a Pauta nº 11 vem antes da Pauta nº 12. Mas o acordo das Lideranças nesta Casa foi a votação da Pauta nº 12. Se eventualmente os Deputados da minha bancada aceitam a votação de 2 itens da Pauta nº 11, esta Liderança pede a V.Exa. que apreciemos esses 2 itens. Se houver qualquer coisa que extrapole o acordo, peço a V.Exa. que dê, pelo menos, meia hora à bancada do PFL para verificarmos, no mínimo, que créditos e avisos serem votados para, aí, sim, eventualmente acordarmos ou não. Caso contrário, perdoe-me, mas V.Exa. de alguma maneira estará inviabilizando todo um acordo que demorou 3 horas para ser feito ontem.

Pediria a V.Exa. que, por favor, mantivesse o acordo feito pelas Lideranças ontem em sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputada, houve um acordo aqui quanto à votação do relatório da LDO, que consta da Pauta nº 12. Então, pela ordem, teríamos de discutir inicialmente a 11 e a seguir a 12. Foi feito um acordo para que votássemos um item da Pauta 11 e um crédito, o Projeto de Lei nº 3, que é o caso da saúde, extrapauta.

Agora, o Senador Sérgio Zambiasi solicitou a inclusão na pauta de uma matéria com pareceres favoráveis e com voto favorável do Senador Leonel Pavan, e o Deputado Nilton Capixaba falou sobre a questão de um hospital fundamental para Rondônia. Por incrível que pareça, as obras do hospital estão suspensas. Por conta de investigações do Tribunal de Contas na

parte antiga, não se pode concluir a parte nova. Daqui a pouco a nova fica igual à antiga.

É uma questão de bom senso. Acredito que em 5 ou 10 minutos se aprovem esses 2 itens e depois passaremos à questão da LDO.

Além disso, há um requerimento de inclusão na pauta do Deputado José Carlos Machado. Nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado, S.Exa. solicita a inclusão do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 03/05 na Ordem do Dia da segunda reunião extraordinária desta Comissão, realizada em 29 de junho de 2005.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, tenho toda a boa vontade de ajudar a retirar o impasse que há sobre a conclusão da primeira etapa do hospital de Cacoal. Ocorre, entretanto, que não podemos deixar que as palavras simplesmente sejam jogadas ao vento, sem medirmos seu peso e responsabilidade.

O Deputado Eduardo Valverde, apesar de toda nossa boa vontade – e isto aqui é algo importante -, disse, entre outras coisas, que houve utilização desses recursos para a compra de votos. E o relatório do TCU afirma que houve superfaturamento e sobrepreço e que uma parte poderia ser retirada desse impasse, enquanto a outra ficaria sob investigação.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Quem está falando isso é o Deputado Eduardo Valverde, do PT de Rondônia. Como foi S.Exa. quem trouxe essa questão para cá, temos de indagar do Deputado por que, tendo conhecimento do fato, S.Exa. não denunciou isso antes. É importante que o Deputado esclareça essas questões, até para que possamos decidir com tranqüilidade essa matéria.

Queremos ajudar, mas o Deputado Eduardo Valverde trouxe uma questão que considero importante e, como diz o Senador Efraim Morais, é um fato novo.

Portanto, Senador Gilberto Mestrinho, gostaria que V.Exa. interpelasse o Deputado, para que S.Exa. esclarecesse a questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, peço a compreensão do Deputado Pauderney Avelino.

Já há um entendimento em relação ao mérito dos assuntos. Quaisquer questões relacionadas à fala do Deputado Eduardo Valverde o Deputado Pauderney Avelino poderá resgatar nas notas taquigráficas e dar o procedimento correto. Esta não é a Comissão para isso. Esta é a Comissão de Orçamento e Fiscalização.

Então, acho que podemos iniciar a votação dos itens da pauta. Aqueles que forem favoráveis votarão “sim” e os que forem contrários votarão “não”. Assim, os trabalhos da Comissão poderão fluir, e nós poderemos dar desdobramento a essa pauta, depois de um longo entendimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Temos um problema mais uma vez evidente: a absoluta falta de *quorum*. Portanto, sabemos todos da necessidade de fazermos acordo para qualquer tipo de votação neste momento. Pode ser que daqui a meia hora a situação não seja essa, mas agora é.

Existe um projeto do Senador importante para o Nordeste: a questão da HEMOBRAS. Trata-se de matéria relevante e urgente para o País, porque refere-se a sangue que salva vidas. O PFL concorda apenas com o extrapauta.

Então, sugiro a V.Exa. que, de ofício, retire agora todos os itens da pauta, vote o extrapauta e, logo depois, vote a Pauta nº 12. V.Exa. tem esse poder e talvez esse seja o melhor encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos cumprir o acordo e votar o requerimento de inclusão do PL nº 03 na pauta.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Projeto de Lei nº 03, que abre no Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor 13.270.124 reais para os fins que especifica.

Com a palavra o Relator José Carlos Machado. *(Pausa.)*

O voto do Relator é pela aprovação.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Parecer sobre o Projeto de Lei nº 003, de 2005, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor 13.270.124 reais para os fins que especifica.

Da mesma forma, peço autorização a V.Exa. e ao Plenário para ler somente o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO

– Voto do Relator.

Do exame da proposição verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito sancional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir nova categoria de programação ao Orçamento vigente, Lei nº 11.005, de 2005, e que foi formulada de acordo com o que determina da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei nº 10.934, de 2004, a LDO 2005 e a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, Plano Plurianual 2004/2007.

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 003, de 2005, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em discussão.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, cumprimento o Deputado José Carlos Machado pela sua lucidez. Trata-se de um projeto de grande impacto para a sociedade, principalmente para aqueles que dependem de um serviço público de qualidade.

Parabéns, Deputado José Carlos Machado. V.Exa. honra o Brasil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, em homenagem a V.Exa., ao Senador Leonel Pavan e, especialmente, ao Senador Sérgio Zambiasi, o PFL também acata a votação do Aviso nº 06, item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – *(Falha na gravação.)* ...as Emendas nº 20, 30, 31, 32, 54, 62, 64, 70, 75, 76 e 90, sugeridas pelo Relator, conforme estabelecido no art. 8º, alínea a, do Regimento Interno.

Em votação o parecer do Relator na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passaremos agora ao item 1. O item 1 da pauta é o Aviso nº 6, que é cópia do Acórdão nº 212 do TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada nas obras destinadas à restauração de rodovias federais no Rio Grande do Sul.

O Relator é o Senador Leonel Pavan, que está ausente. Peço então ao Deputado Ricardo Barros que leia o parecer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, eis o relatório do Senador Leonel Pavan sobre a restauração de rodovias federais do Rio Grande do Sul.

A matéria em exame é o Aviso nº 6, de 2005-CN. Refere-se ao Acórdão nº 212 de 2005, do Tribunal de Contas da União, que trata do subtítulo Restauração de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente no que diz respeito ao Contrato nº UT-10.010/03. Esse subtítulo e o contrato encontram-se relacionados no anexo de que trata o § 6º do art. 9º da LDO 2005, isto é, no Anexo VI da Lei Orçamentária para 2005 – Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.

Esse contrato foi firmado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e a empresa Cotrel Terraplenagem e Pavimentações em 02 de outubro de 2003. O valor inicial do contrato foi de R\$ 4.660.658,80, valor esse que permanecia vigente até a data do levantamento realizado pelo TCU, em 26 de abril de 2004. Sua inclusão no Anexo VI deveu-se a indício de irregularidade que poderia ensejar a nulidade do procedimento licitatório ou do próprio contrato, conforme apontado por auditoria do TCU, realizada em 12 de abril de 2004. Tal indício de irregularidade dizia respeito à desclassificação de licitantes sem estrita observância dos critérios estabelecidos no edital do procedimento licitatório, com possível favorecimento da empresa vencedora.

De acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União, até a data daquela vistoria teriam sido executados 48% do contrato, cujos valores já estariam liquidados, mas ainda não pagos.

Há outro ponto a destacar: no acórdão do TCU, bem como no relatório que fundamenta a característica do programa de trabalho objeto de sua decisão, há essa classificação, quando a classificação correta devia ser outra, pois essa, sim, refere-se ao subtítulo Restauração.

O voto:

Diante do exposto, com fulcro na manifestação do Tribunal de Contas da União, restou comprovado estarem sanadas as irregularidades que acometiam as obras relativas ao subtítulo Restauração de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul, referente à manutenção rotineira na BR-158 e na BR-287, CamobiSanta Maria e Santa Maria-São Vicente do Sul.

Como a obra com o suposto erro de grafia não estava relacionada entre aquelas constantes do Anexo IV, cabe aqui a aprovação de minuta de decreto legislativo no sentido de que se libere a execução da obra sem

que se lhe faça a exclusão do Anexo IV. Portanto, está-se liberando a obra sem a exclusão do Anexo IV.

Outrossim, que se aborem todas as iniciativas nesta Comissão ou no Congresso Nacional de inclusão dessa obra no Anexo IV, pois essa medida, agora, é extemporânea.

Sr. Relator Senador Leonel Pavan, tive o privilégio de ler o seu voto e pedir a aprovação dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em discussão.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA – Sr. Presidente, faço questão de registrar o voto do PSDB, de acordo com o parecer, entendendo a importância dessa matéria, que o Senador Sérgio Zambiasi bem ressaltou para esta Comissão, bem como o conteúdo do parecer do nosso companheiro do PSDB, o Senador Leonel Pavan.

Portanto, estamos de acordo com o relatório apresentado pelo Deputado Ricardo Barros. O PSDB, então, vota de acordo com o Aviso nº 6.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero, preliminarmente, dizer ao nobre Deputado e Líder Professor Luizinho que não estamos aqui tentando ganhar tempo, obstaculizar o trabalho da Comissão, muito menos esperar que se inicie a Ordem do Dia para que não possamos votar nem discutir o relatório da LDO. Muito pelo contrário, tenha S.Exa. a certeza de que as posições que tomamos são claras, objetivas e absolutamente transparentes.

No início deste trabalho de hoje da Comissão foi deixado claro que o Partido da Frente Liberal iria cumprir o acordo, porém a discussão e a votação da LDO só seriam efetivadas se houvesse por parte do Governo a confirmação de que durante o recesso parlamentar que se configura agora, no mês de julho, as Comissões de Sindicância na Câmara dos Deputados e Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios iriam continuar funcionando. Sem essa clara demonstração do Governo de quem tem interesse em que prossigam as investigações, não haverá votação da LDO. Portanto, meu querido Líder Professor Luizinho, não precisamos ganhar tempo, porque já deixamos clara a nossa posição.

De qualquer forma, quanto ao Aviso nº 6, Sr. Presidente, cujo Relator, o Senador Leonel Pavan, aprova a continuidade das obras, manifesto-me também a ela favorável, uma vez sanadas as irregularidades,

de acordo com o Tribunal de Contas da União, que reformou o voto anterior e claramente considerou sanadas as irregularidades apontadas como graves no Contrato nº UT-10.010/2003. Diante da concordância do Tribunal de Contas da União em liberar a realização das obras das rodovias BR-158 e BR-287 e de acordo com o parecer do nobre Senador Leonel Pavan lido pelo Deputado Ricardo Barros, concordo com a aprovação do Aviso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão, em votação a matéria na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

Sr. Parlamentares, não houve acordo em relação ao item 3?

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Conversei com os colegas e todos, sensíveis ao assunto, reconhecem a importância da conclusão do hospital, e sugerem que seja desmembrado esse novo convênio do de 2003, para ser concluído, permanecendo o restante sob investigação até a completa apuração dos fatos.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, esse é também o nosso entendimento, mas entendemos igualmente que o relatório explicita que as duas coisas estão diferenciadas. O voto do Relator, que acabei de ler, deixa claro que o Tribunal de Contas vai continuar operando processo de auditoria da parte em que incide a irregularidade. É a outra parte que seria liberada para conclusão e incorporação ao Serviço Público de Saúde. O voto vai ser mudado nessa direção, e esse também é o entendimento do PT. Obrigado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Seja breve, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, na verdade o que solicitam neste instante é inversão da pauta, visando votar esse item. Correto? Pois bem, reservo-me para emitir opinião na discussão do mérito. Não apresento obstáculo, contudo, à inversão da pauta, apesar de me parecer que o Deputado Pedro Novais é contrário, e talvez outros colegas também o sejam. Enfim, apenas reservo-me para o momento da discussão do mérito, até porque o Deputado Eduar-

do Valverde apresentou uma questão grave, e prefiro pronunciar-me sobre ela e sobre o aviso no momento da discussão de mérito.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, vamos concluir este assunto, porque em 10 minutos terminaremos isso, e à tarde o assunto é outro. Acho que é muito importante para esta Casa começarmos a resolver os assuntos. Mas ficamos empurrando para a tarde, e amanhã vamos votar de novo... Vamos votar a inversão de pauta! Coloque a inversão de pauta em votação, Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação a inversão de pauta, com preferência para o item 3.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara, contra os votos dos Deputados Pedro Novais, José Carlos Machado e Laura Carneiro.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Peço ao nobre Deputado Ricardo Barros que proceda à leitura do relatório do Aviso de nº 12, de 2005. Trata-se do novo relatório. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o voto agora é o seguinte:

Diante disso, com base no art. 97, § 5º da Lei nº 10.934/2004, LDO 2005, voto no sentido de que esta Comissão:

tome conhecimento do Aviso nº 12, de 2005, e peças que o acompanham;

delibere pela continuidade da execução das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante do Anexo IV da Lei nº 11.100, de 2005, do empreendimento: infraestrutura da rede de serviços de atenção básica de saúde, estruturação de unidades em ação básica, Cacoal, Rondônia, sob Responsabilidade Orçamentária nº 36.901, nos termos do projeto do decreto legislativo em anexo.

Vou ler o projeto de decreto legislativo, para ficar bem claro que está mantida a investigação sobre a etapa anterior de 1990.

O decreto legislativo autoriza a continuidade das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante no Anexo IV, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 36.901:

“Art. 1º Fica autorizada a continuidade das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo-se a vedação constante no subtítulo relativo a obras e serviços com indícios de irregularidades graves da Lei nº 11.125, de janeiro de 2005, ao empreendimento: estrutura da rede de serviços de atenção básica de saúde, estruturação de atenção básica em Cacoal, Rondônia, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 36.901.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando o relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.”

Esse voto a Deputada Elaine Costa reformulou e entregou à Comissão. Portanto, é o voto da Relatora, reformulado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – V.Exa. passa a ser o Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Passo a ser o Relator. Vou assinar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, preciso saber, antes de iniciar a discussão, se foi aceita a sugestão do Deputado Wasny de Roure de alterar o voto. Veja V.Exa., Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Foi alterado, já.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – ...o erro em que estamos incorrendo: estamos alterando o voto de uma Relatora que não está presente, em um parecer que é contrário a uma decisão do Tribunal de Contas da União. Isso é grave, Sr. Presidente. Meu voto é contrário, assim como o de todos os da bancada do PMDB que quiserem seguir minha orientação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, estou entregando ao Deputado Pedro Novais o voto reformulado da Deputada Elaine Costa. V.Exa. designou-me Relator; não vejo qualquer problema em assinar o voto que a Deputada havia alterado, mas o voto já está assinado pela Relatora. Não quero que paire qualquer dúvida. Ninguém aqui está fazendo nada que não seja de conhecimento da Relatora.

Está nas mãos do Deputado Pedro Novais o voto alterado, assinado pela Relatora, sobre matéria que passarei a relatar por designação de V.Exa., sem problema algum. Quem não estiver de acordo com esse procedimento pode recorrer ao Plenário da decisão da Comissão, sem qualquer prejuízo, se houver um en-

tendimento mais aprofundado de que o que estamos fazendo não esteja correto. Faço-o em atendimento ao pedido do Deputado Nilton Capixaba, do Deputado Eduardo Valverde, do Estado de Rondônia, que querem a conclusão da obra.

Se não queria a continuidade das obras, o Tribunal de Contas não deveria ter deixado iniciar-se o segundo convênio. O dinheiro está lá e a obra vai apodrecer de novo. Não tem sentido isso. Se eu estiver errado, Sr. Presidente, peço aos colegas que me avisem, e apresentaremos recurso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Se está assinado pela Relatora, ela continua sendo a Relatora.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, acompanhamos o Deputado Pedro Novais e somos contra o encaminhamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço apenas que o Deputado seja mais rápido, do contrário não começaremos a leitura da LDO.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, quero deixar claro que acompanho sempre a orientação do Tribunal de Contas da União. Quando ele coloca a obra sob suspeição, para que não haja descontinuidade, o que se tem de fazer é providenciar junto ao TCU a regularização, e isso tem acontecido várias vezes. Portanto, apesar de serem partes diferentes, esses convênios perfazem uma mesma obra, que é o Hospital de Cacoal.

Muito bem, o Deputado Eduardo Valverde levantou uma suspeição gravíssima, de que a primeira parte da construção do Hospital de Cacoal foi objeto de corrupção, inclusive para compra de votos nesta Casa – palavra de S.Exa.! -, o que originou a questão da pasta rosa. Muito bem, se nessa obra, que é um conjunto único dividido em duas partes, a primeira parte presta-se para isso e a segunda está com ela conectada, tem com ela relação, então eu acho que temos de verificar a boa utilização desses recursos, e não me julgo, nesta oportunidade, em condições de verificar se há conexão ou não, até porque quando o recurso for liberado para a segunda etapa, que seria essa, será que na primeira não serão sanadas as irregularidades com os recursos dessa? Eu não sei. Mas se essa obra já está eivada de grave irregularidade, precisamos esclarecer.

Talvez S.Exa., que é de lá, possa trazer à luz desta Comissão maiores esclarecimentos, para podermos decidir corretamente. Do jeito que está, eu não tenho como votar a favor do relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, está havendo votação nominal no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Está iniciada a discussão.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, por favor, a Ordem do Dia já foi iniciada. Peço a suspensão dos trabalhos, porque senão nada do que fizemos aqui terá valor. Qualquer questão de ordem lá vai fazer com que tudo que decidamos aqui venha por água a baixo. Então, temos que ir para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A reunião então está suspensa, e convocada sua continuidade para as 14h30min.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só um instante. Deputados Ronaldo Dimas e Laura Carneiro, fizemos um acordo e queremos cumpri-lo. Tínhamos marcado para as 17h, mas, como não foi feita a leitura que tínhamos combinado que iríamos fazer, às 14h30min faremos a leitura.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Deputado, se tivesse sido cumprido o acordo do jeito que o fechamos, teríamos chegado aqui e iniciado somente com a leitura, e provavelmente já a teríamos terminado. Então, foi uma solicitação de V.Exa. a modificação do acordo. O acordo continua, do mesmo jeito.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pois é, mas então voltaremos às 14h30min então para lermos e depois votamos. O.k.?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, quero deixar absolutamente claro que, assim que cheguei na reunião – atrasei-me em função de uma gripe inesperada -, eu apontei claramente o que foi acordado entre V.Exa., os Srs. Líderes e o PFL. Em nenhum momento impedimos a leitura, nem ontem à noite, nem hoje pela manhã. O que impediu a leitura foi exatamente o fato de não ter sido cumprido o acordo.

Eu disse a V.Exa.: retire de ofício a pauta. E avisei ao Deputado Gilmar Machado, um pouco antes de começar a Ordem do Dia, que iria acontecer o que aconteceu. Avisei o Deputado, fui lá avisá-lo, exatamente porque eu sabia que acabaria não sendo possível o cumprimento do acordo neste momento, o que não significa, Sr. Presidente, que assim que a Ordem do Dia acabar, o Deputado Gilmar Machado não poderá começar a ler seu relatório, desde que só começemos a discutir a matéria à tarde. Não há problema algum, no que diz respeito ao PFL da Câmara, porque vamos cumprir o compromisso feito com V.Exa. e com os Srs. Líderes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, às 14h30min daremos continuidade aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, uma questão de ordem: às 14h30min iniciaremos a pauta ou a leitura da LDO?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Terá continuidade a discussão desse projeto e a seguir será feita a leitura da LDO.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Há número regimental para a reabertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 e 12.

Ordem do Dia.

(Falha na gravação.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Considerando que o relatório e a respectiva errata já foram distribuídos com a necessária antecedência, solicitamos permissão aos nobres pares para ler os principais itens do relatório, bem como a errata já distribuída.

1. Introdução

(...) Nos termos da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, foi-nos atribuída pelo Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, a honrosa tarefa de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 04/2005, relativo às diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006, na forma deste relatório e voto.

Ao projeto de lei foram apresentadas emendas, das quais 1.184 referem-se ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.361, ao texto da lei e demais anexos. Dessas, propomos o acolhimento de 332 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 408 emendas ao texto e demais anexos. (...)

2. Cenário Macroeconômico e Metas Fiscais

(...)

O projeto contempla a possibilidade de redução do superávit em R\$3 bilhões, equivalente a 0,15% do PIB, para a execução de projetos que, face à elevada taxa de retorno, foram considerados prioritários pelo Governo Federal, em especial investimentos selecionados na área de infra-estrutura. Esse conjunto de investimentos é denominado Projeto Piloto.

Nosso substitutivo mantém as projeções e, conseqüentemente, a meta de superávit primário contida no projeto.

Entretanto, como salvaguarda do crescimento econômico, foi introduzido no texto mecanismo anti-

cíclico de ajuste para permitir a variação para cima e para baixo da meta de superávit primário, na proporção inversa da eventual reestimativa do PIB em 2006. Assim, a política fiscal atuará no sentido de dar impulso à atividade econômica se esta vier a se comportar abaixo do esperado, via aumento de investimentos públicos. E, de outro lado, acelerar a redução do nível de endividamento, via poupança pública, quando a economia superar o seu potencial.

Nossa proposta é de permitir que o intervalo de variação da meta de superávit fiscal seja de, no máximo, 0,25 ponto percentual do PIB.

O projeto de LDO para 2006 inova, ao atender reivindicação do setor produtivo, na medida em que explicita a intenção do Governo de limitar a carga tributária em nosso País, fixando um teto de 16% do PIB para as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal. Mantivemos, com algumas ressalvas e garantias, essa meta, mas tivemos o cuidado de salvaguardar a ocorrência de receitas atípicas que, pela sua natureza, devem ser excluídas de limites permanentes.

Ao mesmo tempo, efetuamos, por proposição de diversos Parlamentares, ajuste de ordem legal que redundou na previsão de uma reserva na programação da despesa de natureza primária, com a finalidade de absorver eventual excedente na expectativa da receita em relação ao limite de 16% em 2006.

Esta mudança teve como objetivo atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal acerca das normas de previsão e renúncia de receitas orçamentárias (...).

Lembramos ainda que a Constituição determina que qualquer projeto de alteração da legislação tributária deve estar previsto na própria LDO. Como tais medidas não acompanharam o projeto de LDO, incluímos dispositivo determinando sua adoção, com o encaminhamento ao Congresso Nacional, quando for o caso, dos respectivos projetos de lei contemplando renúncia de receita.

Outra iniciativa inovadora no sentido de consolidar o papel da LDO como instrumento de fixação dos grandes números do Orçamento foi o estabelecimento do limite da despesa corrente primária em 17% do PIB. A restrição denota a preocupação de promover a racionalização dos gastos públicos.

Atendendo a diversas emendas, esclarecemos que se dará a aplicação do limite proposto. Reconhecemos, numa análise preliminar que efetuamos das projeções de gastos para 2006, que o limite de 17% é bastante restritivo ainda que mantida a atual legislação que rege as despesas correntes de caráter obrigatório (em especial despesas com pessoal e encargos sociais e com benefícios previdenciários). Para contornar essa

difficuldade, por precaução, admitimos a possibilidade de fazer face a gastos adicionais com o uso da reserva de recursos citada anteriormente.

3. As Metas e Prioridades da Administração Pública Federal

O Poder Executivo propôs um novo modelo para o Anexo de Metas e Prioridades no qual figuram metas-síntese, associadas a um nível de programação mais abrangente do que as ações orçamentárias (que contemplam metas analíticas). (...)

Esse novo formato, no entanto, foi questionado pelos representantes de Líderes na Comissão Mista, uma vez que, tradicionalmente, a apresentação do Anexo de Metas e Prioridades e das emendas correspondentes se dava no nível de ação orçamentária (com metas analíticas), com correspondência e possibilidade de compatibilização direta com a estrutura programática do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária.

Em atendimento às normas baixadas pela Comissão, elaboramos um novo anexo, à semelhança do demonstrativo apresentado na Exposição de Motivos do Poder Executivo, com o detalhamento e a identificação das prioridades e metas para o exercício de 2006. (...)

Verificamos, outrossim, na elaboração do substitutivo, que a mudança da estrutura do anexo, aliada aos critérios definidos pelas normas da Comissão, e o excessivo número de emendas individuais permitido pela atual resolução fizeram com que surgissem algumas inconsistências que merecem ser mais bem apreciadas pelo Plenário. Como exemplo, citamos a pulverização de ações e a existência de metas físicas associadas às ações orçamentárias com quantitativos insignificantes que decorreram da restrição de recursos e da aprovação de grande número de emendas. (...)

Em geral, o anexo busca priorizar ações governamentais dentre as despesas discricionárias. A existência de algumas despesas obrigatórias no anexo evidencia o compromisso do Governo em ampliá-las. É o caso do Bolsa-Família e a implantação do FUNDEB. (...)

Ao Anexo de Metas e Prioridades foram apresentadas 1.184 emendas, sendo 847 de inclusão de ação, 204 de inclusão de prioridade, 128 de acréscimo de prioridade e 5 de cancelamento de prioridade.

Buscamos definir critérios de acolhimento de emendas que pudessem conferir tratamento realista ao Anexo de Metas e Prioridades. Para tanto, fomos impedidos a adotar critérios restritivos, ante a 1.184 emendas apresentadas ao anexo. Esse elevado número decorre, em boa medida, das disposições da Resolução nº 01, de 2001-CN, que admite até 20 emendas individuais por mandato parlamentar e mantém para as emendas

coletivas os mesmos quantitativos permitidos para o projeto de lei orçamentária.

O atendimento integral dos pleitos inviabilizaria a desejada finalidade de priorizar tão-somente ações mais relevantes, além de representar acréscimo muito superior ao viável de ser implementado na Lei Orçamentária.

Utilizamos como parâmetro para o atendimento de emendas os custos financeiros médios das ações constantes de PPA 2004-2007, condicionando o acolhimento a corte equivalente em metas fins associadas às ações constantes do Anexo à Exposição de Motivos encaminhado pelo Poder Executivo. (...)

Os critérios utilizados para acolhimento de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades foram os seguintes:

1) rejeitar as emendas cujo limite financeiro correspondente, por autor, não atendia a pelo menos uma unidade de meta;

2) cancelar de forma linear, procedendo-se aos devidos ajustes, 20% das metas previstas no Anexo I, constante do PLDO/2006, preservando-se apenas algumas ações relevantes (...);

3) para as emendas individuais foi adotada como referência o valor de R\$5 milhões por mandato parlamentar (...);

4) para as emendas coletivas foi adotado limite de R\$40 milhões por Comissão e R\$30 milhões por bancada estadual (...);

5) quando não estabelecida pelo autor ordem de prioridade entre as emendas, foram acolhidas aquelas direcionadas para as áreas de maior apelo social e de infra-estrutura (...);

6) as emendas de inclusão de ação prioritária tiveram precedência em relação às emendas de inclusão e acréscimo de metas-síntese;

7) atendimento das emendas mais específicas em relação àquelas de objeto genérico;

8) as emendas de inclusão de ação foram adequadas, associando-as a um dos 30 desafios do PPA 2004/2007 e a uma prioridade. Já as emendas de inclusão e de acréscimo de prioridade foram associadas a um programa e a uma ação constante do PPA 2004/2007.

4. Ajustes Técnicos no Anexo de Metas e Prioridades

Foram efetuados vários ajustes técnicos com o objetivo de adequar o texto dos Desafios do Projeto e

códigos numéricos das ações, entre outros, além do PPA 2004/2007. Tais ajustes encontram-se discriminados no item 4 do relatório apresentado.

5. Salário mínimo e Benefícios Previdenciários

Nosso substitutivo consagrou a regra de reajustes que garantam crescimento real de salário mínimo equivalente ao aumento da renda *per capita* estimada pelo IBGE.

Adicionalmente, criamos a possibilidade de o Presidente da República propor, na fixação do novo salário mínimo em maio de 2006, que se dará por lei específica, índice de reajuste real ainda superior. Para tanto, consideramos como uma das alternativas o uso da reserva formada pelo eventual excedente da receita administrada.

6. Investimentos do Projeto Piloto

A PLDO/2006 prevê a possibilidade de redução da meta de superávit primário em até R\$3 bilhões para atender aos investimentos do projeto piloto. Em nosso substitutivo, esse montante poderá ser ampliado em valor correspondente às despesas inscritas em restos a pagar relativas ao projeto no exercício de 2005. Com isso permitiremos maiores investimentos sem pressionar a meta fiscal.

Para maior transparência dos projetos selecionados, inserimos dispositivo no sentido de que a lei orçamentária anual seja acompanhada de demonstrativo que contenha critérios, metodologia, estágio físico e financeiro das obras, assim como informações sobre outros projetos submetidos à seleção e não contemplados no projeto de lei orçamentária.

7. Despesas Ressalvadas da Limitação de Empenho

O Anexo V refere-se a despesas que não serão objeto de limitação de empenho no exercício de 2006. Inclui, além das despesas obrigatórias, as ressalvadas nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reconhecendo a importância do desenvolvimento científico e tecnológico e da pesquisa em ciência e tecnologia em nosso País, foram acolhidas emendas que incluem, no rol das demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, aquelas relativas à função Ciência e Tecnologia, exceto aquelas vinculadas à subfunção de administração geral, ambas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e à subfunção de desenvolvimento de ciência e tecnologia, desenvolvimento tecnológico e engenharia e difusão do conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ pela primeira vez.

8. Despesa com Pessoal e Encargos

Nosso substitutivo contemplou a necessidade de o projeto de lei orçamentária para 2006 conter dotações específicas para a revisão geral e também para a reestruturação de carreiras dos servidores públicos federais.

No entanto, tendo em vista a adoção do limite de 17% do PIB para as despesas primárias correntes, e, em face dos limites restritivos identificados nas projeções realizadas, estamos apresentando como alternativas para o uso da reserva formada com o excedente das receitas administradas a eventual ampliação de dotações para despesas com pessoal.

Entendemos que essa margem poderá dar cobertura às justas mudanças da política salarial para os servidores públicos da União. (...)

9. Autonomia das Entidades Federais de Ensino – uma inovação.

O substitutivo inova ao prever que a Lei Orçamentária para 2006 deverá conter dispositivo que confere maior flexibilidade orçamentária às entidades federais de ensino.

Com esse propósito, a Lei Orçamentária deverá atribuir às instituições federais de ensino superior, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas maior autonomia quando da necessidade de abertura de créditos suplementares destinados ao atendimento de despesas classificadas nos grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, inclusive decorrentes de incorporação de excesso de arrecadação de receitas próprias.

10. Outras Inovações do Substitutivo

10.1. Acolhemos inúmeras emendas que solicitavam a redução dos limites máximos de contrapartida a serem oferecidas por Estados, Distrito Federal e Municípios, retornando os mesmos aos níveis de exercícios anteriores.

10.2. Foi incluído dispositivo que veda transferências voluntárias aos Estados, Distrito Federal e Municípios que não cumpram a aplicação mínima em educação e saúde, em atendimento ao disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea *b*, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

(...)

10.5. Foi incluída norma que excepciona do limite das despesas correntes primárias fixado em 17% do PIB e dotações destinadas à compensação pela União, Estados e Municípios pela desoneração de suas exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como outras compensações de mesma natureza que vierem a ser instituídas. Essa iniciativa permite melhor atendimento

dos pleitos dos Estados, observada a disponibilidade de recursos.

10.6. Introduziu-se a necessidade de que os atos relativos à demonstração de cumprimento das metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social contenham demonstrativos da arrecadação atípica das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal realizadas no exercício anterior, com os critérios para identificá-la.

(...)

10.9. Foram aprovadas emendas, e ajustes foram feitos no substitutivo com vistas a incorporar e/ou ajustar disposições que visam conferir maior transparência à gestão pública. (...)

Voto do Relator.

Por todas as razões e análises apresentadas neste relatório, votamos pela aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Projeto de Lei nº 04, de 2005-CN), na forma do substitutivo que ora submetemos à elevada consideração dos ilustres pares, da Errata nº 1, já distribuída, e da Errata nº 2, que entregarei à Secretaria.

A Errata nº 1 leva em consideração a identificação de erro material no relatório publicado, especialmente no código do autor e no número de emenda dos relatórios de parecer ao texto e aos Anexos II, III, IV, V e VII, 2, 3, 4, 5 e 7 (págs. 327-342), bem como na impressão do número da emenda dos relatórios de parecer pela rejeição (págs. 287-320) e pela inadmissibilidade (págs. 323-325) ao Anexo I. Dessa forma, apresentamos para republicação, com as devidas retificações, os citados relatórios de parecer, conforme o material distribuído.

A Errata nº 2 surgiu do acordo que fizemos na reunião de Líderes, presidida pelo Senador Gilberto Mestrinho, na qual acolhi uma série de sugestões das Sras. e dos Srs. Deputados e Senadores, para que, em relação àqueles que apresentaram emendas, não haja efeito de contingenciamento naquelas áreas discriminadas e nos ajustes feitos com o PSDB e o PFL. Na Errata nº 2, que será distribuída agora, já consta isso.

Se ficar ainda algo pendente, nós o incluiremos nos destaques. Assumo o compromisso com os partidos e os coordenadores das bancadas de que aquilo que ficar faltando na Errata nº 2 será acolhido e trabalhado nos destaques que serão apresentados.

Agradeço imensamente à assessoria que trabalhou desde o dia 17, quando foi apresentado o relatório. Alguns jornalistas disseram que meu relatório foi entregue da noite para o dia. A assessoria trabalhou a semana inteira para que pudéssemos entregar o relatório na sexta-feira, às 17h48, a fim de que fosse

disponibilizado na Internet. A gráfica trabalhou o final de semana inteiro para que todos os membros da Comissão pudessem receber na segunda-feira em seus escaninhos, com seus nomes, o relatório. Portanto, agradeço à assessoria, à Secretaria, ao Presidente, ao Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, ao Vice-Líder, Deputado João Leão, o apoio que tive em todos os momentos e a todos os coordenadores de bancada, fundamentais para que pudéssemos abrir o debate. Não vamos realizá-lo agora, mas, quando for aberto, agradecerei todas as contribuições.

Procurei da melhor forma possível acatar as grandes sugestões que me foram apresentadas.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Um momento. O Relator apresentou as Erratas nºs 1 e 2.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, a questão de ordem é exatamente em relação a isso. Não podemos considerar lido o relatório, uma vez que a Errata nº 2 não foi distribuída.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Será distribuída.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Não podemos considerá-la lida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O art. 8º, alínea o, do Regimento Interno da Comissão declara inadmitidas as emendas sugeridas pelo Relator, constantes da Errata nº 2, que será distribuída, ao texto das de nºs 8 e 10, da Deputada Dra. Clair... Errata nº 1. Números 5 e 7, do Deputado João Alfredo; nº 22, do Deputado João Grandão, e nºs 11 a 13, da Deputada Maninha. Emendas de acréscimo, inclusão de prioridades e de ação. Anexo 1, nºs 2 e 6, do Deputado Jurandir Boia; nº 1, do Senador Paulo Paim; nºs 5 e 6, do Deputado Rogério Teófilo; e nºs 4, 7 e 8, do Senador Valdir Raupp.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, apenas para certificar-me de que o início da apresentação dos destaques se dá na leitura do relatório ou na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Já declarei que estava aberta a inscrição para a apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas o relatório não começou a ser discutido. Pelo acordo,

teríamos de aguardar a discussão do relatório para que os destaques pudessem ser apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, os destaques são apresentados ao longo do tempo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Não é no início da discussão? Tenho informação do Regimento de que é no início da discussão.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, o acordo não é para discussão, só para leitura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, regimentalmente, os destaques são apresentados quando se abre a discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Só quando se abre a discussão. Qual o artigo do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O art. 60 do Regimento da Comissão estabelece que, em relação aos destaques, será obedecida a seguinte norma: o requerimento deve ser formulado a partir da apresentação do relatório em plenário, até ser anunciada a votação da matéria.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então é a partir da leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, com base no acordo firmado, gostaria de saber se, após a leitura, votaremos a questão da HEMOBRRÁS.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Já foi votada.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Já foi votada? Devemos encerrar esta reunião. Já que o acordo foi cumprido até agora, não iniciaremos a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos suspender a reunião e convocá-la para as 18h.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Devemos encerrar a reunião. No início da discussão, acordamos que haveria reunião noturna. Então, Sr. Presidente, devemos suspender esta reunião, para reabrirmos outra e efetivarmos a votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, gostaria inicialmente de parabenizar o Deputado Gilmar Machado pelo trabalho desenvolvido concernente à LDO. É óbvio e natural não concordarmos com tudo, mas posso garantir, por aquilo que nossa assessoria e os Srs. Parlamentares do PFL estudaram, que ele conseguiu melhorar o texto oriundo

do Poder Executivo. Portanto, os méritos do Deputado Gilmar Machado não podem ser esquecidos.

Sou testemunha de que S.Exa. apresentou o relatório no prazo, na sexta-feira, quase às 18h, com o apoio da assessoria técnica. O Deputado não deixou, em nenhum momento, de chamar a Oposição, de pedir pelo menos ao PFL que verificasse as emendas, que de alguma maneira negociasse o que fosse melhor para o País. Eu não poderia deixar, neste momento, de parabenizá-lo.

Por outro lado, Sr. Presidente, cumprindo nosso acordo, peço, até por conta de outras Comissões em funcionamento, que V.Exa. suspenda esta reunião, convocando-a automaticamente para o final da Ordem do Dia – sabe Deus que horas isso acontecerá. Não adianta V.Exa. convocar a reunião para as 18h, porque até lá não terá acabado a Ordem do Dia. O que fizermos será cancelado. É mais simples V.Exa. dizer que, terminada a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados – com um intervalo de pelo menos 15 minutos, para termos tempo de tomar um café -, será iniciada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, primeiro, parabenizo o Deputado Gilmar Machado, que fez o seu relatório. Vejo que teve boa vontade no acatamento das emendas e relativamente aos acordos feitos. Em relação aos destaques, discutiremos as questões sobre agências reguladoras, nãocontingenciamento das emendas individuais e outros temas, conforme a leitura que ainda será feita do Adendo nº 2.

Mas eu queria lembrar, Sr. Presidente, que temos sessão do Congresso marcada para as 20h. A sessão da Câmara está obstruída justamente para esperar a sessão do Congresso. Ou seja, a Câmara estará em obstrução até que se chegue a hora da sessão do Congresso, convocada para que se proceda à leitura referente à instalação da CPMI do Mensalão e também para que o Presidente Renan Calheiros responda à questão de ordem sobre o funcionamento das CPIs. Agora já são 2, uma vez que a CPI dos Bingos foi instalada nesta tarde. Então, temos a CPI dos Bingos, a CPMI dos Correios e teremos também a CPMI do Mensalão.

Portanto, só teremos oportunidade de iniciar a discussão da LDO após a sessão do Congresso. Essa é a minha visão. É preciso haver entendimento com os Srs. Líderes. Vamos adentrar a madrugada e concluir a votação hoje? Amanhã teríamos de votar a LDO no plenário do Congresso.

O que eu gostaria de sugerir é que hoje, após a sessão do Congresso Nacional, retornássemos esta reunião, provavelmente às 22h, e, a partir daí, iniciássemos a discussão e concluíssemos a votação, na hora que fosse necessário.

Vamos apresentar os destaques. O Deputado Gilmar Machado vai ter que dar parecer em relação a eles. Depois vamos ter que votá-los. O início seria às 22h, Sr. Presidente. É preciso ver isso, porque amanhã precisa estar concluída a votação nesta Comissão, para iniciarmos a discussão da LDO em plenário. Estou lembrando isso porque não há possibilidade de retornarmos antes das 22h para iniciar a discussão desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Sr. Presidente, quero falar acerca da votação do Aviso nº 12. V.Exa. suspendeu a reunião de hoje exatamente no momento em que pedi a palavra, em nome do PFL, para encaminhar a votação desse aviso. Meu encaminhamento, se acontecesse pela manhã, seria contra o parecer do Relator. A sessão foi remarcada para as 14h30. Eu me atrasei e nenhum membro do PFL estava aqui quando ocorreu a votação do Aviso nº 12.

Sr. Presidente, já houve acordo para que a votação fosse simbólica. Não estou questionando nada. Desejo apenas manifestar a minha posição contrária e pedir que conste em ata.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, baseado no art. 29 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Questão de ordem ainda, Deputado Ronaldo Dimas? Um momento, porque a Deputada está na frente.

Com a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, primeiro, da mesma forma que o Deputado José Carlos Machado, gostaria de deixar registrado o meu voto contrário à matéria. Aliás, queria que V.Exa. registrasse em ata o voto contrário do PFL à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Na Comissão, é individual.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu sei, eu sei. Então, eu diria o voto do Deputado Luiz Carreira, de todos os Deputados do PFL.

Agora, quero falar a V.Exa. sobre questão mais grave. O pressuposto do acordo, ou seja, a preliminar do acordo, foi o funcionamento das CPIs. Quando o Deputado Ricardo Barros levanta questão de ordem

sobre a necessidade de a reunião recomeçar depois da sessão do Congresso, na verdade está apenas querendo garantir que o acordo seja cumprido e que a preliminar do acordo possa ser cumprida, na medida em que o Presidente Renan Calheiros acate a questão de ordem que será levantada pelo Presidente Delcídio Amaral para que as CPIs funcionem sem pagamento extra durante o recesso parlamentar.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria registrar como se deu a votação do aviso. Estava aqui antes de V.Exa. chegar e acompanhei o processo de aprovação do aviso. Foi claro o Relator. Encaminhando o mesmo texto da relatoria original, elaborado pelo Deputado Ricardo Barros, S.Exa. separa o setor do hospital que está sob auditoria do setor que não está, neste momento, sob questionamento, para entrar com os recursos que já foram firmados em convênio e ser liberada a parte orçamentária para pôr em funcionamento o hospital.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, fizemos uma longa discussão sobre a LDO e vimos que o Relator – cabe-me cumprimentá-lo, bem como a assessoria, que ajudou na elaboração do texto, foi a grande artífice do texto, sob a orientação política do Deputado Gilmar Machado – apresenta novos ingredientes à discussão da política econômica, da própria execução orçamentária, da política para os servidores públicos. Lamentavelmente, acho que alguns Parlamentares não atentaram para as emendas que foram acolhidas, com atribuições dos Srs. Parlamentares, como do próprio Relator.

Creio que esta Comissão está em condições de discutir esse relatório. Concorde com os Parlamentares. Tão logo haja a suspensão da sessão no plenário da Câmara, que possamos aqui votar o relatório do Deputado Gilmar Machado.

Não tenho dúvida de que todos nesta Casa estão conscientes da importância da CPI. Sabemos disso. Seja na Câmara, seja no Senado, vai haver a CPI do Mensalão. Fico absolutamente admirado como alguns Deputados desconfiam desta Casa, quando interessa; quando não interessa, ela é absolutamente idônea. Nesta Casa há, sim, Parlamentares sérios e comprometidos com a sociedade brasileira, como também há gatunos. Sabemos exatamente de que maneira fazem a política. Precisamos ter lucidez para separar o joio do trigo. Precisamos enfrentar esse debate. Ele vai ser enfrentado. Agora, queremos interromper a votação da LDO, para não prejudicar o País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, vamos reavivar um pouco a memória de todos sobre o acordo que foi firmado. O acordo foi para o Relator proceder à leitura do relatório, que deveria ter sido feita de manhã, mas passamos para a parte da tarde. Ainda bem que deu certo, fluiu. Essa primeira fase está concluída.

A segunda fase é o início da discussão, que a princípio era às 17h de hoje. Já estão passando para as 18h. Estamos de acordo com que se inicie a discussão às 18h. Provavelmente às 18h estaremos em sessão ordinária. Na Câmara, com certeza, porque agora começou a Ordem do Dia, que provavelmente não teremos. Então, para que os trabalhos possam fluir com naturalidade, vamos manter o acordo para retomarmos esta reunião às 18h. Se não houver a possibilidade de iniciar a discussão, fica firmado o compromisso de encerrarmos esta reunião, com convocação de nova reunião – abertura do livro – para amanhã ou na data que V.Exa. achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mes-trinho) – Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, o Relator está de acordo? Tudo tranqüilo nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestri-nho) – Já responderemos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, inicialmente parabeno o nobre Relator, Deputado Gilmar Machado, pelo relatório e pela elegância no dia de hoje.

V.Exa., Deputado Gilmar Machado, teve toda a atenção com as bancadas, com os partidos, com cada Parlamentar, o que não foi surpresa para mim e para muitos que compõem o colegiado que V.Exa. integra, dada a sua gentileza e urbanismo no trato com os colegas.

Antecipo essas observações, Sr. Presidente, porque amanhã – até peço a V.Exa. que registre em ata as escusas relativamente à minha ausência – não estarei presente à reunião da Comissão, devido à viagem que farei com o Governador do Estado da Bahia, Dr. Paulo Souto, a alguns Municípios da região de Irecê, em especial à minha querida cidade de América Dourada. Sei que minha presença seria importante nesta Comissão, mas aqui posso fazer-me representar pelos colegas do PFL. Lá, a minha ausência poderá causar sérios prejuízos à minha volta a esta Casa no próximo ano.

Nobre Relator Carlito Meres, penso que nos encontraremos na terça-feira para votarmos a LDO.

Difícilmente, dada a intransigência da base de apoio do Governo, que não fez o acordo proposto pelo Presidente Severino Cavalcanti, no dia de ontem, para que limpássemos, destrancássemos a pauta com medidas provisórias, encerraremos esse período legislativo com chave de ouro, pois a intransigência prosperou. No plenário, estamos vendo obstrução atrás de obstrução, o que nos impede de avançar nas matérias pautadas pela convocação feita pelo Presidente Severino Cavalcanti, o que é lamentável.

A pauta está trancada na Câmara dos Deputados, e não sei se o mesmo está ocorrendo no Senado Federal. Não avançamos por falta de acordo. Então, será difícil termos votação da LDO, ainda que seja na Comissão. Mas o acordo será mantido, não tenham dúvida.

Ao entrar um pouco no mérito, independentemente da abertura da discussão, devo dizer que lamento muito – mesmo tendo sido reduzido o percentual de 34% para 25% – ter sido colocada a possibilidade de transposição de águas do Rio São Francisco. Lamento, porque amanhã estou indo a Irecê para implantar o Projeto de Irrigação Baixo de Irecê, de desenvolvimento rural, parado há 2 anos por falta de recursos. O referido projeto beneficiará milhares de famílias carentes. Como pode ser alegado que não há dinheiro para irrigação de uma cidade que fica a poucos quilômetros do Rio São Francisco, mas há dinheiro para fazer esse absurdo de transposição, sob o argumento de que teremos água para os nordestinos que hoje estão morrendo de sede? As justificativas não são verdadeiras, são uma falácia. O Rio São Francisco está morrendo por falta de cuidado com suas margens e falta de preservação da sua nascente. Se não há dinheiro para preservar os rios, haverá para transpor as suas águas? Não posso concordar com isso, Sr. Presidente. Ainda que eu não esteja aqui, o Deputado José Carlos Machado, do Estado de Sergipe, me representará, para impedir esse absurdo.

Sei que V.Exa., Deputado Gilmar Machado, acaudou essas determinações relativas à transposição de águas do Rio São Francisco porque é da base do Governo. Mas tenha certeza de que nós, nordestinos, conhecedores daquela realidade, sabemos que o Comitê da Bacia do São Francisco não teria votado contra o representativo da sociedade brasileira se não tivesse convencido do absurdo que é esse projeto.

Então, deixo registrado o meu veemente protesto: não podem ser gastos bilhões em um projeto quando não há recurso para resolver o problema de quem mora a 5 quilômetros, 3 quilômetros do rio.

Esse projeto é um absurdo. No mais, a Bahia, quanto a suas emendas, foi contemplada. Eu teria al-

gumas ressalvas a fazer. Já discuti com V.Exa. e farei essa última discussão nessa oportunidade, mas, de modo geral, V.Exa. está de parabéns. Sou admirador de V.Exa. Espero que na próxima semana, esse seria o meu desejo, se o Presidente concordar, possamos fechar com chave de ouro a votação dessa LDO, fazer acordo, para continuarmos a fiscalizar as ratas, em conformidade com o que disse o Deputado Wasny de Roure, pois os gatos sérios, competentes e honestos que fazem parte deste Parlamento estão perseguindo-as.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero apenas prestar um esclarecimento. Não estou condicionando a resposta do Presidente Renan Calheiros à questão de ordem das CPIs e à votação na Comissão. Apenas alertei que não haverá intervalo entre a sessão da Câmara dos Deputados e a do Congresso Nacional, porque há obstrução nesta Casa justamente para evitar a criação de uma CPI na Câmara, em detrimento da CPI Mista. A obstrução certamente vai avançar até o horário da sessão do Congresso. Agora, não há nenhum problema. Se a sessão da Câmara dos Deputados terminar antes, viremos à Comissão para a discussão. Não estou condicionando nada, só me parece que a prática do Plenário demonstra que não haverá intervalo entre o final da sessão da Câmara e o início da sessão do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, já foi iniciada a Ordem do Dia. Precisamos ir ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Quero parabenizar o Relator e o Presidente desta Comissão Mista pelo trabalho realizado.

Quero alertá-los para o seguinte: os acordos podem ser feitos e, quando o são, devem ser cumpridos. Porém, há uma grande confusão nesta Casa, a começar por esta Comissão e pelo Plenário. Ninguém é contra a CPMI do Mensalão. O que queremos é a outra CPI. Não sei por que a Oposição não quer. Uma coisa não depende da outra, não há esse perigo. Vamos estar na CPMI do Mensalão, na CPI dos Bingos ou em qualquer outra que aparecer. Mas queremos também a CPI da Compra de Votos. Esse é o problema. Há pessoas querendo que se apure e outras que não.

Queremos que os trabalhos continuem dentro das normas e – vamos ser francos – queremos sair de recesso. O Deputado Claudio Cajado vai viajar com o Governador do Estado, Sr. Paulo Souto. Não tenho o privilégio de viajar com o meu Governador, porque

ele é do PSDB e eu sou do PT; infelizmente não podemos viajar juntos. Portanto, da mesma forma como o Deputado viajará com o Governador, pois já está saindo de férias, todos devemos ter o direito de sair no recesso. Agora, se quiserem que a CPI funcione, que a façam funcionar. Isso é problema de quem gosta de CPI. Não me meto em CPI porque não gosto. Fui eleito para ser Deputado, não para ser investigador, pois não sou promotor público, policial federal. Isso é outro caso. Mas cada pessoa tem um gosto na vida. Não tenho tino, não tenho gosto por isso.

Espero, Deputada Laura Carneiro, que V.Exas. não façam a confusão de atrelar uma coisa à outra. Não há esse acordo. As CPIs que devem ser instaladas o serão, e vão funcionar. Agora, queremos aprovar a nossa, porque temos o dever e o direito de nos investigar. Não é o Senado que tem de fazê-lo. Temos o direito de procurar os nossos defeitos e corrigi-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, desejo apenas deixar bem claro novamente – talvez o Deputado Devanir Ribeiro não estivesse presente, mas estava o coordenador de bancada Deputado Wasny de Roure – que a posição preliminar do PFL, ao sentar-se à mesa para fazer o acordo, dizia respeito ao funcionamento das CPMLs do Mensalão, dos Bingos, que começou hoje, e dos Correios. V.Exa. abriu a reunião dos Líderes dizendo que poderíamos fazer o acordo, pois tinha certeza de que isso já estava acordado. Não foi assim? Quero apenas registrar que o acordo feito teve como preliminar o funcionamento, àquela época, de 2 CPMLs – neste momento, de 3 CPMLs, em função da dos Bingos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Até o fim da tarde, talvez sejam 4 ou 5.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, gostaria de registrar que estão querendo fazer valer situação totalmente equivocada.

O PSDB, o PFL, o PPS e as oposições de maneira geral querem a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. O Governo, o PT e os partidos da base querem instalar a Comissão sobre o mensalão somente na Câmara dos Deputados, colocar embaixo do tapete toda a sujeira e deixar por isso mesmo. Não é isso que queremos. Queremos uma Comissão Mista, pela isenção no processo de apuração, para que efetivamente todos aqueles que estejam envolvidos nessa lama toda sejam devidamente julgados pelo Congresso Nacional.

V.Exa. vai encerrar a reunião, Sr. Presidente, ou vai suspendê-la e reiniciá-la às 18h?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Às 18h, certamente estaremos no período da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados e no Senado. Durante esse período, não se pode marcar reunião. Então, vamos marcá-la para as 22h.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Às 22h, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – É o horário em que deve terminar a sessão do Congresso.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Então, já vou colocar aqui, para as 22h, o primeiro requerimento de encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Às 21h.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Então, às 21h estaremos aqui para ver se há *quorum*. Mas a sessão não será estendida até alta madrugada, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Então, está suspensa a reunião até as 21h.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Dimas) – Declaro reiniciada a 2ª reunião extraordinária.

Sendo evidente a falta de *quorum*, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando para amanhã às 10 horas, reunião extraordinária e outra para as 21 horas.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Décima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Realizada no dia 30 de Junho de 2005.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, foi realizada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 a 13/2005. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Enivaldo Ribeiro, Francisco Dornelles, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Divino, José Rocha, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Paulo Pimenta, Pedro Canelo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professor Luizinho, Renato Casagrande, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas,

Vander Loubet, Wasny de Roure, Welinton Fagundes e Zé Gerardo; **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Mozarildo Cavalcanti, Nezinho Alencar, Sérgio Guerra, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Assis Miguel do Couto, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Geraldo Resende, Heleno Silva, Ivan Valente, João Grandão, João Magalhães, Júnior Betão, Kátia Abreu, Lael Varella, Leonardo Monteiro, Lupércio Ramos, Mário Negromonte, Neyde Aparecida, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Vignatti, Waldemir Moka e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Antônio Leite, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi e Wirlan-de da Luz. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Colbert Martins. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às dez horas e vinte e sete minutos, os trabalhos foram iniciados pelo Presidente, Senador Gilberto Mestrinho. A seguir, o Presidente informou que havia *quorum* para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA: PAUTA Nº 12. Item 01 – Projeto de Lei nº 04/2005-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências”. Relator: Deputado Gilmar Machado. Foram apresentadas 2.545 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O Relatório foi colocado em discussão, porém os inscritos não se pronunciaram. O Presidente, Senador Gilberto Mestrinho declarou encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em seguida, colocou em votação o Relatório e as Erratas nºs 01 e 02 apresentados ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, ressalvados os destaques, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Sérgio Guerra questionou a rapidez com que foi votada a matéria e, como não houve debate, sugeriu que o prazo para discussão fosse reaberto. O Deputado Wasny de Roure, lembrou que a matéria constava da pauta de reuniões anteriores. Às dez horas e trinta e seis minutos, o Deputado Pedro Novais, no exercício da Presidência conforme o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 01/2001-CN*, alterada pelas *Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN*, e *Ofício-CN nº 824/2004*, questionou se mais algum parlamentar desejaria se pronunciar sobre a matéria. O Deputado Bismarck Maia perguntou se o Senador Sérgio Guerra seria atendido na reabertura da discussão e alertou quanto à falta de *quorum* no recinto na repre-

sentação do Senado Federal. O Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, explicou que a matéria havia sido colocada em discussão e não houve pronunciamento por parte do Plenário e, em seguida, foi colocada em votação. O Deputado João Leão discutiu o assunto. O Deputado José Carlos Machado formulou questão de ordem ao expor que a reunião não havia sido convocada no prazo estabelecido no *art. 39 da Resolução nº 01/2001-CN*, alterada pelas *Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN*, e *Ofício-CN*, e solicitou que fosse reaberto o prazo para discussão da matéria. A Deputada Laura Carneiro discutiu o assunto. O Deputado Gilmar Machado, relator da matéria, questionou aos representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão se havia possibilidade de votar o Relatório, dar um prazo para análise dos destaques e depois votá-los. A Deputada Laura Carneiro, pelo PFL, solicitou o aguardo da sessão do Congresso Nacional marcada para às quatorze horas daquela data e manifestou o posicionamento do seu partido quanto a manutenção dos trabalhos sem pagamento extraordinário aos parlamentares, a continuidade dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI– dos Correios e a instalação da CPMI do Mensalão. O Senador Fernando Bezerra informou que seria instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI– do Mensalão pelo Congresso Nacional e questionou se não havia possibilidade de dar prosseguimento aos trabalhos. A Deputada Laura Carneiro, pelo PFL, manifestou-se contra. O Senador Sérgio Guerra discutiu o assunto. O Presidente acatou a questão de ordem de autoria do Deputado José Carlos Machado e, em consequência, declarou anulados todos os atos praticados na reunião. O Deputado Ronaldo Dimas discutiu o assunto. O Deputado José Rocha questionou o motivo pelo qual a Secretaria não pôde receber os destaques de sua autoria naquele momento. O Presidente informou que a matéria havia sido votada no início da reunião, porém, como foram anulados todos os atos ocorridos na reunião, o prazo para apresentação de destaques estava reaberto. O Deputado Wasny de Roure discutiu o assunto. O Senador Fernando Bezerra propôs acordo para dar início à discussão da matéria na reunião extraordinária a ser realizada naquela noite. O Deputado Luiz Bittencourt, pelo PMDB, manifestou concordância. **ENCERRAMENTO:** O Presidente confirmou a convocação da reunião extraordinária para às vinte e uma horas daquele dia, para apreciação das matérias das pautas 11 e 13 e do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram encerrados às onze horas e três minutos. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que,

após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro abertos os trabalhos da 10ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 e 12.

Há *quorum* para deliberação nas 2 Casas do Congresso.

Ordem do Dia.

Pauta nº 12.

Item 1.

Projeto de Lei nº 4, de 2005, do Congresso Nacional.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Relator: Deputado Gilmar Machado.

Foram apresentadas 2.545 emendas.

Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Informo que, na reunião anterior, o relatório e a Errata nº 1 foram lidos pelo Relator e que o prazo para a apresentação dos destaques se estenderá até o final da discussão.

Em discussão a matéria.

Estão inscritos os Deputados Ricardo Barros e Pedro Chaves. (*Pausa*). Ausentes.

Não havendo mais quem queira se manifestar, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados o relatório com as Erratas nºs 1 e 2, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado no Senado Federal.

Foram apresentados 319 destaques.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – Sr. Presidente, a matéria não foi discutida no Senado Federal. Os Senadores não se pronunciaram sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Senador Sérgio Guerra, a discussão foi aberta, e os 2 inscritos estavam ausentes.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – Sr. Presidente, eu estava assinando a lista de presença. Assim que terminei de assiná-la, dirigi-me à Mesa, mas já não havia mais discussão. Não me parece sensato isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Porque já estava encerrada.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – Se a Comissão deseja a colaboração da Oposição para votar a LDO, não o conseguirá dessa forma. Não haverá colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Foram apresentados 388 destaques. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Guerra, regimentalmente não há discussão em separado, nas 2 Casas. A discussão é conjunta. Foi aberta a lista de inscrição, foram chamados os inscritos, nenhum deles apareceu, eu encerrei a discussão.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – Assinei a lista de presença no mesmo instante em que V.Exa. começava a votação. Portanto, não houve oportunidade de me pronunciar sobre a matéria. Nesse sentido, não estou discutindo o valor regimental da sua decisão, porque tenho integral confiança na sua orientação. Contudo, pondero que matéria como essa deveria ser discutida e votada com um pouco mais de cautela, respeitada a ponderação do Senado de também discuti-la nesse instante.

Não quero ferir o Regimento, mas não é bom sinal essa votação rápida, sobretudo sendo essa matéria com esse grau de complexidade. Vamos ser sinceros, trata-se da repetição do que acontece aqui sempre: votações com prazo mínimo, como aconteceu com o Orçamento no ano passado. Depois ficamos responsabilizando sistemas, quando na verdade não cumprimos regulamentos.

Não faz sentido aprovarmos a LDO em 2 dias. Não faz sentido aprovarmos matéria de tamanha importância em tão pouco tempo. Como não fez sentido não termos aprovado o relatório do Deputado Ricardo Barros. Não estamos caminhando numa boa direção no sentido geral. Respeito a orientação do Presidente, mas não concordo absolutamente com a pressa e com o fato de não ter podido discutir essa matéria aqui e agora.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, tenho a maior consideração pelo Senador Sérgio Guerra, até porque é uma das pessoas com as quais sempre aprendemos a fazer política.

Temos tido inúmeras reuniões, inclusive com a própria participação do PSDB. O Deputado Bismarck Maia pode confirmar isso. Foram solicitadas pelo Líder Alberto Goldman, acompanhado pelo Deputado Anivaldo Vale, reuniões com a própria bancada do PSDB, no sentido de aprofundar algumas questões que toda a composição das Lideranças não tinha como viabilizar. É legítima a intervenção do Senador Sérgio Guerra. Realmente, sempre temos algo a aprender com S.Exa.

Isso, contudo, não significa nos desfazermos do esforço daqueles que, de maneira disciplinada, têm procurado estar presente nas reuniões da Comissão, sejam internas, sejam externas.

Não tenho, pela Liderança do PT, nenhuma dificuldade de ouvir o Senador. Mas também não posso jogar por terra todo o processo transparente de construção desse relatório. Não foi essa a atitude do partido do Senador nas reuniões. Todos dela participaram intensamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Senador Sérgio Guerra, entendo as palavras do Deputado Wasny de Roure. Gostaria de dizer que temos uma pauta absolutamente impossível de ser cumprida. Não se trata de falta de disposição ou de responsabilidade de ninguém, muito menos a minha. Estava com o Senador Fernando Bezerra na CPMI dos Correios. Saímos às pressas, quase correndo, para virmos aqui discutir essa matéria, pelo menos eu – o Senador Fernando Bezerra já a havia discutido. Portanto, não se trata de falta de atenção nem de prioridade, mas de um fato concreto. Já aprovamos orçamentos em 24 horas, sem discussão, sem se ver relatório, sem se ver coisa alguma. Também vamos fazer assim com essa LDO. Não sei se vamos fazer. Não sei se haverá tempo ou disposição da Oposição para isso, pelo menos no Senado.

Alguém mais deseja se pronunciar? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA – Sr. Presidente, a questão levantada pelo Senador Sérgio Guerra, Líder do PSDB, vai ser admitida por V.Exa? As discussões vão ser retomadas? É isso que gostaríamos de saber. Temos verificado a ausência da maioria dos Senadores, cujas presenças são necessários para compor o *quorum*, de acordo com o art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Bismarck Maia, abrimos a sessão, lemos a introdução e colocamos a matéria em discussão. Havia na lista de inscrição os nomes de 2 únicos Deputados: Ricardo Barros e Pedro Chaves. S.Exas. foram chamados, mas não estavam presentes. Ninguém no plenário se manifestou.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA – Quero ponderar com V.Exa. não apenas o que disse o Senador Sérgio Guerra, que estava vindo de uma Comissão importante, mas também o fato de o encerramento das discussões ter ocorrido meia hora após o início dos trabalhos previstos nesta Casa. A argumentação de que havia apenas 2 Parlamentares na lista de inscrição em matéria tão importante é algo de se estranhar. A Casa nunca presenciou algo semelhante: apenas 2 inscritos para a discussão. Trata-se de matéria muito importan-

te. Jamais os Deputados e Senadores presentes nesta Comissão deixariam de se inscrever para o debate.

Lembro ainda que, além da importante questão da CPI, saímos da Casa hoje às 3h da madrugada. Não foi de bom senso encerrar a discussão meia hora depois, quando apenas havia 2 Deputados inscritos. Temos de avançar um pouco mais na discussão e, logo depois, iniciar o processo de votação. Quanto a não discutir a matéria, ou deixar que apenas 2 a discutam, gostaria de ponderar com V.Exa. esses 2 aspectos. Não é bom para o nosso diálogo, para nossa tratativa nesta Casa, que haja decisão tão forte como essa relativamente a matéria tão importante, impedindo-se a participação de todos na sua discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos discutindo a matéria há mais de 1 semana. O Relator já está com ela fechada. O relatório foi distribuído há não sei quantos dias, está à disposição de todos os Parlamentares. Ontem, discutimos a matéria na Casa. Conversamos com os Líderes e conseguimos acordo. Ela foi amplamente discutida e realmente está fechada. O Deputado José Carlos Machado participou de várias discussões. Estiveram presentes o Líder Fernando Bezerra e o próprio Deputado Bismarck Maia, grande Parlamentar que honra esta Comissão, numa série de discussões nesta Casa.

Ninguém mais tem interesse em discutir a matéria. Para mim, ela já foi amplamente discutida e votada. Infelizmente, está votada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado José Carlos Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Sr. Presidente, entendo como mais que legítimo o desejo do Senado de participar das discussões. Estava em meu gabinete acompanhando por telefone o que acontecia nesta Comissão e observei que o número mínimo para a abertura dos trabalhos ocorreu às 10h20. Eu cheguei às 10h25, e as discussões já haviam sido encerradas. O processo de discussão não demorou mais do que 5 minutos. Estou questionando as ponderações de V.Exa. Havia apenas 2 Deputados inscritos, ninguém se inscreveu, e V.Exa., ao cumprir o Regimento, encerrou as discussões.

Das discussões que aconteceram nas salas de reuniões participaram Relator, Líder do Governo e Deputados. É justo, Sr. Presidente! Eu apelo a V.Exa. para que reabra o prazo para a discussão, porque a

intenção de quem participou de outras reuniões e a da Oposição no Senado é de colaborar.

Não entendemos por que o Governo do Presidente Lula resolveu, a qualquer preço, de ontem para cá, contrariar um ditado popular, aquele que diz que a pressa é inimiga da perfeição. O Presidente Lula resolve contrariar isso no plenário. Acha que a pressa pode ser amiga da perfeição – e se faz o mesmo aqui.

Sr. Presidente, esta reunião é ordinária ou extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Ordinária.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Esta reunião está acontecendo a menos de 24 horas da de ontem, que foi encerrada às 10h da noite?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Art. 35, Deputado José Carlos Machado. Leia o art. 35.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – É ordinária? Está acontecendo, portanto, a menos de 24 horas do encerramento da sessão ordinária de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Efetivamente, V.Exa. está certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Sr. Presidente, permita-me. Eu vou citar o artigo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É correta a posição de V.Exa.. Eu quero dizer o seguinte...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Eu vou citar o art. 35 do Regulamento Interno:

“Art. 35. As matérias que devam ser objeto de apreciação pela Comissão deverão constar de pauta organizada pelo Presidente, distribuída com antecedência mínima de vinte e quatro horas (...).”

Entendo que, como a sessão ordinária foi encerrada ontem às 10h da noite, esta nova reunião ordinária apenas poderia acontecer hoje a partir das 10h da noite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não. Às 9h.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Às 9h da noite. Então, esta agora não é uma sessão ordinária, é uma sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É sessão ordinária.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO – Sr. Presidente, entendo que há um equívoco na

convocação. Se a convocação é equivocada, é melhor considerá-la nula de pleno direito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mes-trinho) – Não. V.Exa. tem razão. Tem razão porque é preciso o interregno de 24 horas. É natural.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pelo menos, vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mes-trinho) – Interregno de 24 horas. Queríamos apenas ganhar tempo e receber as inscrições para a reunião que está convocada para as 9h da noite.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestri-nho) – Eu vou decidir no final.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Se V.Exa. acatou a questão levantada pelo Deputado José Carlos Machado, tem de considerar nula esta sessão, marcando o horário de início da discussão da matéria para as 9h da noite.

Como tenho certeza de que V.Exa. é seguidor do Regimento Interno, assim o será, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestri-nho) – Deputada Laura Carneiro, já há convocação extraordinária para as 9h da noite.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestri-nho) – Já existe convocação para reunião extraordinária às 9h da noite.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – V.Exa. há de convir que a sessão ordinária – a Dra. Myrna, tenho certeza, também mostrou isso a V.Exa. -, em função do art. 35 do Regulamento Interno desta Comissão, não se pode realizar, muito menos com encerramento de discussão no período da manhã, ainda mais em se tratando de matéria muito importante, como é a LDO. A matéria apenas pode ser discutida às 9h da noite, de acordo com a resolução. Esta Comissão tem de funcionar da melhor maneira possível ao longo do tempo. V.Exa. deve considerar nulos todos os atos desta Comissão, convocando sessão para as 9h da noite.

Peço a V.Exa. que responda a minha questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestri-nho) – Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, na condição de Relator da matéria, desde o início, coloquei-me à disposição dos colegas. Tenho

procurado o tempo todo negociar e discutir com os partidos. Exatamente isso procurei fazer durante o processo e continuo fazendo. Ontem à noite, às 21h, quando o Deputado Ronaldo Dimas encerrou aquela reunião, propôs que realizássemos outra às 10h; se não fosse possível o entendimento, regimentalmente marcaríamos outra para as 21h.

Então, tenho uma proposta a fazer aos Líderes. Já havíamos decidido que hoje iniciariamos a discussão; posteriormente, precisaríamos de 2 a 3 horas para examinar os destaques e, depois de apresentado o relatório, concluir nossos trabalhos. Gostaria de perguntar aos Líderes se de fato teríamos condições de fazer isso. É possível continuarmos com a disposição que sempre tivemos desde o início para fazer os entendimentos, inclusive os expressos nas erratas, fruto do entendimento do Colégio de Líderes? É possível esse entendimento?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestri-nho) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, elogiei o Relator pelo trabalho que tem desenvolvido. Ontem deixei absolutamente claro que a posição do Partido da Frente Liberal, a partir do seu Líder, Deputado Rodrigo Maia, era conversar com os partidos de Oposição no sentido de melhorar o texto da LDO. O Relator o melhorou muito, a questão não é com S.Exa.

Deputado, tenha certeza disso. V.Exa. é testemunha de que eu disse aqui claramente que a preliminar do acordo que nós da Oposição conseguimos no Colégio de Líderes, com o compromisso de V.Exa., referia-se à manutenção dos trabalhos durante o recesso sem pagamento – se V.Exa. quiser, pode pegar a fita, porque foram essas as palavras que usei – para trabalharmos na CPMI dos Correios e na CPMI do Mensalão, independentemente do que acontecesse na Câmara.

Sr. Presidente, não vale nem a pena contar a V.Exa. o que aconteceu ontem nesta Casa. Não é bom para a nossa instituição. Como sou defensora da instituição, não vou falar. Nós do Partido da Frente Liberal estamos absolutamente impossibilitados de manter o acordo firmado. Aliás, não estamos querendo mantê-lo, a não ser que a preliminar seja cumprida.

Portanto, temos de esperar a sessão do Congresso Nacional marcada para as 14h, quando o Senador Renan Calheiros, com certeza, instalará a CPMI do Mensalão e decidirá sobre o funcionamento das 3 CP-MIs durante o recesso – sem pagamento extra. Essa é a posição do PFL. Portanto, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Gilmar Machado, amanhã às 5h

pretendo estar no Rio de Janeiro. Às 8h30 estarei de volta a Brasília, porque o primeiro voo sai de lá às 7h. Não há problema, depois de chegar, fico aqui até o dia que os senhores quiserem.

Sr. Presidente, quero apenas que V.Exa. se atenha ao Regimento, à norma. O Regimento pode ser superado apenas se houver acordo geral, o qual depende da preliminar, que esperamos aconteça às 14h no Senado Federal. V.Exa. assim anunciou. Tenho certeza de que concordou, naquele entendimento, com essa preliminar.

Portanto, o PFL, resolvida a preliminar, estará nesta Comissão para votar o relatório do Deputado Gilmar Machado na velocidade necessária para que esta Casa possa cumprir seu dever e votar a LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, gostaria de informar à Deputada Laura Carneiro que os entendimentos estão mantidos. A CPMI dos Correios foi convocada para o período do recesso, se houver. Hoje a Deputada poderia dar crédito ao Presidente do Congresso Nacional, que lerá na sessão das 13h30 o requerimento para a instalação da CPMI do Mensalão. Será instalada. É preciso acreditar.

Se todos os entendimentos com os Líderes – S.Exa. ratifica essa posição – foram realizados numa discussão ampla com o Relator, não vejo razão alguma, uma vez que foram assumidos compromissos políticos, de não haver votação. O Senador José Agripino é testemunha desse entendimento. S.Exa. disse cumprir essas 2 condições e que, se houvesse entendimento do mérito da questão na Comissão, não faria nenhuma objeção à votação.

Portanto, esse é o esclarecimento que queria fazer à Deputada Laura Carneiro. Estamos hoje envolvidos com CPLs que demandam tempo de todos nós. Se temos a oportunidade de fazer esta votação agora, por que não fazê-la?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, tenho o apreço necessário pelo Senador Fernando Bezerra.

O Deputado Carlito Merss disse que me está acalmando. Mais calma do que eu estou, nesta Casa, é difícil.

Sr. Presidente, a decisão é partidária. Devem entender os companheiros que é impossível alterar decisão partidária. Em momento algum desconfiaria do Senador Renan Calheiros. Sei também que desde

ontem tentamos instalar sessão do Congresso Nacional, e não conseguimos. A forma que nos resta, infelizmente, independentemente da CPI da Câmara dos Deputados, é esperar que, às 14h, isso ocorra. Em acontecendo, não tenho dúvida de que, às 14h30, vamos sentarnos na sala dos Líderes e encontrar uma solução. Espero poder estar na minha cidade às 21h, onde tenho um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputada Laura Carneiro, V.Exa. sabe que era impossível reunir o Congresso Nacional ontem. O Presidente do Congresso Nacional não poderia fazer nenhuma leitura porque a sessão da Câmara dos Deputados foi quase até as 3h e a do Senado Federal, quase até as 23h.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – A leitura será feita às 13h.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Se V.Exa. me der 1 segundo, eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, há o problema levantado pelo Senador Sérgio Guerra, pessoa constante na Comissão, especialista na área, que levantou, juntamente com o Deputado Gilmar Machado, 2 questões. Primeira, a não-discussão. Quero apenas fazer uma correção. Há um problema qualquer de relógio, porque, quando abri a sessão, estava marcando exatamente 10h30 aquele relógio.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, o Senador Sérgio Guerra tinha uma ponderação, agora tem 2. Não o conheço, embora reconheça esse acordo, não quero contrariá-lo. Porém, não há acordo que se sobreponha ao Regimento. Se há Regimento, devemos cumpri-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Do interregno entre as 2 reuniões S.Exa. regimentalmente tem razão. Esperávamos que nas sessões de hoje de manhã fizéssemos novo acordo para discutir, a fim de o Relator ter o espaço para poder analisar os destaques. Isso não foi possível.

Em face disso, esta Presidência se curva ao Regimento, suspende a reunião e mantém a convocação da extraordinária para hoje, às 21h. Os atos praticados nesta reunião estão anulados.

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, esta reunião foi uma tentativa de, se houvesse amplo acordo, dar andamento aos trabalhos. O amplo acordo não existe, já está mais do que claro. Então, sugiro que V.Exa. torne tudo o que foi discutido sem valor e mantenha a sessão das 21 horas, com novo livro, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Esta foi exatamente a decisão da Mesa, anular todos os atos e manter a sessão das 21h.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Primeiro concederei a palavra ao Deputado José Rocha e depois a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – Sr. Presidente, nosso assessor foi entregar os destaques, e recebeu a informação de que não os estão recebendo. Gostaria de saber de V.Exa. por que não os estão recebendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria havia sido votada. Então, os destaques não poderiam ser recebidos. Como foi tudo anulado, vamos reabrir a sessão às 21h e receber os destaques. Agora já podem entregá-los.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – Sr. Presidente, a reunião vai ser reaberta às 21h?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Exato, às 21h.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Dimas, na condição de representante do PSDB, acompanhou todo o processo da negociação. Precisamos ter clareza, senão vai parecer que estamos retrocedendo à situação inicial. O que o Senador Sérgio Guerra reivindicou é de absoluta justiça, algo correto. Qualquer Parlamentar que vem a esta Casa tem a noção da responsabilidade de, ao votar certa matéria, discuti-la. Foi uma questão de tempo dele, com o encaminhamento que V.Exa. deu.

O Deputado Gilmar Machado e a Deputada Laura Carneiro falaram de uma questão absolutamente regimental. Temos o dever de respeitar o Regimento. Não podemos retroceder no que foi construído, em função de outros assuntos. A LDO é da mais absoluta necessidade para o País. O povo não pode ficar prejudicado por causa de outras questões que existem entre os partidos políticos.

Tenho o maior respeito pela Liderança do PSDB, sei de sua enorme contribuição para o projeto. É importante resgatarmos a negociação que V.Exa. inclusive coordenou até este momento, para que não nos sintamos prejudicados, prorrogando a LDO para o mês de julho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, sinto que é sincera a vontade dos Parlamentares de discutir a matéria. Se isso é verdade, proponho acordo para reabirmos a discussão nesta reunião, mesmo entendendo que o Regimento não permitiria, em menos de 24 horas, esta sessão. Mas, por acordo, poderíamos realizar perfeitamente a discussão.

Proponho, se todos os Líderes concordarem, e se é real a vontade de discutir a matéria – embora a oportunidade dada tenha sido em prazo muito curto e em seguida tenha vindo a votação -, reabirmos a discussão e colocarmos em votação a matéria. Caso contrário, apelo para os zelosos companheiros da Oposição, sobretudo, e do Governo no sentido de que cumpram seu dever e votem a matéria no prazo estabelecido pela Constituição e pelas leis. Temos esse dever para com o País.

Portanto, às 21h, venham a esta Comissão discutir, pelo tempo que for necessário, com o objetivo de cumprir aquilo que a Constituição Federal determina.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Senador Fernando Bezerra faz um apelo para que todos compareçam à Comissão, à noite, para realizar a votação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT – Sr. Presidente, o PMDB estava ontem à noite nesta Comissão quando os Deputados Ronaldo Dimas e Gilmar Machado e os Deputados do PMDB tentaram chegar a um acordo para que pudéssemos realizar a reunião às 10h, caso houvesse entendimento.

Não havendo entendimento, o PMDB concorda com a manifestação do Senador Fernando Bezerra, de tal forma que possamos, hoje, às 21h, efetivamente, discutir e pôr em votação o projeto sobre a LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A próxima reunião está convocada para as 21h.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 30 de junho de 2005, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia trinta de junho do ano dois mil e cinco, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema *“avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.”* – 2º semestre de 2004, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – **Deputados:** Alexandre Cardoso, titular da CFFC/CD, Antonio Cambraia, suplente da CFT/CD, Assis Miguel do Couto, suplente da CMO/CN, Barbosa Neto, suplente da CFFC/CD, Carlito Meress, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Carlos Alberto Leréia, titular da CMO/CN, Coriolano Sales, titular da CFT/CD, Eduardo Cunha, titular da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD, Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CDEIC/CD, Gilmar Machado, titular da CMO/CN, Humberto Michiles, titular da CMO/CN, Ildeu Araújo, titular da CDEIC, Inácio Arruda, suplente da CMO/CN, Jackson Barreto, titular da CMO/CN, João Leão, titular da CMO/CN, João Tota, suplente da CMO/CN, Jorge Alberto, suplente da CMO/CN, José Pimentel, titular da CFT/CD, Jovair Arantes, titular da CMO/CN, Leodegar Tiscoski, suplente da CMO/CN, Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Manato, titular da CMO/CN, Marcelo Castro, titular da CMO/CN, Nazareno Fonteles, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, Paulo Bauer, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD, Pedro Canedo, titular da CMO/CN, Pedro Chaves, titular da CMO/CN, Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN, Ronaldo Dimas, titular da CMO/CN, titular da CDEIC, Sérgio Miranda, titular da CMO/CN, suplente

da CFT/CD, Silvio Torres, titular da CFT/CD, Welinton Fagundes, titular da CMO/CN e Zé Geraldo, suplente da CMO/CN. – **Senadores:** Gilberto Mestrinho, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, Lúcia Vânia, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, Romeu Tuma, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e Tasso Jereissati, titular da CAE/SF. **ABERTURA:** A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Eduardo Cunha, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Ildeu Araújo, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Deputado Alexandre Cardoso, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteadado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às dezesseis horas e treze minutos. A discussão foi iniciada. Interpelaram o expositor como integrantes do primeiro bloco de debatedores, os Deputados Sérgio Miranda, Eduardo Cunha e o Senador Tasso Jereissati. A seguir, o palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo primeiro bloco de debatedores. Foi assegurada a réplica ao Deputado Sérgio Miranda. O expositor respondeu à réplica. O Deputado Ildeu Araújo, ao assumir a condução dos trabalhos, solicitou brevidade no prazo para uso da palavra, tendo em vista que havia dez oradores inscritos para o debate. Compuseram o segundo grupo de debatedores os Deputados Gilmar Machado, Ricardo Barros, Nazareno Fontelles, Paulo Rubem Santiago e Ronaldo Dimas. O palestrante respondeu aos questionamentos do segundo bloco. A seguir, o Senador Gilberto Mestrinho reassumiu a direção dos trabalhos. Foi assegurada a réplica ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que foi respondido pelo palestrante. O terceiro bloco foi integrado pelos

Deputados Fernando de Fabinho, Eduardo Valverde, Carlito Merss, Assis Miguel do Couto e Barbosa Neto. O Presidente formulou ao palestrante indagação feita por um cidadão através do telefone. O expositor respondeu ao terceiro bloco de debatedores e apresentou as considerações finais sobre o tema em apreço.

ENCERRAMENTO: Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente encerrou os trabalhos, às dezenove horas e sete minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Gilberto Mestrinho. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho)

– Declaro instalada e iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2005, com a participação das seguintes Comissões: Câmara dos Deputados – Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Senado Federal – Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Congresso Nacional – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada para fazermos uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços no segundo semestre de 2004, em atendimento ao estabelecido no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nosso convidado é o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados está representado pelo Deputado Eduardo Cunha; e o Deputado Ildeu Araújo representa a Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Diz o art. 256, §§ 2º e 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

“Art. 256

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

.....

§ 5º Os Deputados inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpellar qualquer dos presentes”.

A lista de inscrição está aberta.

Com a palavra o Sr. Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Senador Gilberto Mestrinho, Presidente desta reunião, obrigado pela oportunidade; Srs. Deputados Eduardo Cunha e Ildeu Araújo, demais Parlamentares presentes, é um momento muito importante para o Banco Central o de fazer a sua prestação de contas semestral ao Congresso Nacional. Aliás, é um momento importante para qualquer Banco Central, em qualquer país do mundo, pois é quando temos a oportunidade de prestar contas das nossas ações, particularmente as que envolvem diretamente não só as operações do Banco Central, mas os seus reflexos diretos e indiretos.

Vamos, basicamente, começar nossa apresentação com o resultado contábil do Banco Central no segundo semestre de 2004. Em segundo lugar, trataremos dos objetivos do Banco Central no que diz respeito à inflação, ao crédito, à política cambial e às decisões sobre política monetária e possíveis efeitos fiscais. Em seguida, falaremos sobre a retomada da atividade econômica no período.

Vamos começar falando do resultado contábil do Banco Central no segundo semestre de 2004, mencionando o art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que define exatamente o que deve ser feito:

“§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

Vamos começar com os resultados dos balanços.

O resultado do ano de 2004 do Banco Central do Brasil foi positivo, de 2,5 bilhões de reais, transferidos para o Tesouro Nacional. O resultado, especificamente, do segundo semestre de 2004 foi negativo em 258 milhões de reais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Fazemos aqui uma projeção que mostra os resultados de 3 anos, portanto, 6 semestres, do Banco Central – desde 2002, quando o Banco Central teve

perdas importantes, até 2003, quando teve ganhos importantes. Em 2004, houve ganho no primeiro semestre e uma pequena perda no segundo semestre.

É importante mencionar – e vamos deixar isso claro nos passos seguintes – que o objetivo do Banco Central, certamente, não é demonstrar lucro, mas fazer administração de política monetária e cambial. Como resultado desses aspectos existem alguns reflexos contábeis que iremos deixar claros no balanço do Banco Central do Brasil.

Iniciaremos pelo resultado consolidado. Em primeiro lugar, os resultados de juros foram positivos em 5 bilhões, 704 milhões de reais. A correção cambial foi negativa em 12.280. Por quê? Porque, pelas características do Banco Central, as reservas são denominadas em dólares e têm pequena parte de ativos, que são denominados em direitos especiais de saque, que é exatamente a parte que está no Fundo Monetário Internacional, capital do Fundo. Portanto, temos um grande ativo, que são as reservas internacionais brasileiras, que são em dólares. A contrapartida dessa reserva, que é a dívida externa do País, não está contabilizada no balanço do Banco Central, mas, sim, no Tesouro Nacional.

No momento em que há um certo movimento de câmbio, no qual o dólar se aprecia, existe ganho na conta. Quando o real se aprecia, o movimento é contrário, mas é compensado pelo movimento da evolução do valor em reais da dívida do Tesouro Nacional. Esse é o dado de correção cambial.

A operação reversa ocorreu nas operações de *swap* cambial. O Banco Central vendia em dólar, os mercados eram comprados em dólar. No líquido, com a desvalorização do dólar, há um ganho. Explicarei o que é marcação a mercado e outros resultados. O total do resultado é de 258 milhões de reais negativos.

Resultado de juros. Primeiramente, vamos demonstrar esse aspecto. Juros em moeda estrangeira: tivemos um resultado positivo de 154 milhões de reais, dos quais os juros de 1 bilhão e 185 milhões de reais e depósito de 709. São os títulos representados pelas reservas.

Empréstimos a pagar: 1 bilhão e 749 milhões de reais, representados principalmente pelas obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional; outros, dão um total de 9. Em moeda nacional: 5 bilhões e 550 milhões, dos quais os títulos são 15 milhões, aproximadamente. A Conta Única do Tesouro é uma despesa de 6 bilhões e 400 milhões. Os depósitos compulsórios remunerados totalizam 3 bilhões e 500 milhões. Há repasses da CENTRUS e de instituições em liquidação etc., que totalizam 535. Portanto, no item juros, o resultado é positivo de 5 bilhões e 704 milhões de reais.

Em relação ao resultado da correção cambial, ele foi positivo para os direitos especiais de saque, que está no meio, e negativo para o dólar. Por quê? Porque houve desvalorização do dólar frente ao real. Como temos um ativo de reservas em dólar, principalmente, com a desvalorização do real, isso vira despesa. No caso de direitos especiais de saque, ocorre o contrário. Vou mostrar o resultado em termos líquidos. Como se trata de item de passivo, houve desvalorização de direitos especiais de saque. Portanto, houve ganho. Vice-versa com o euro e outros etc.

Para demonstrar o que acabei de dizer, notamos que o dólar desvalorizou no semestre, em relação ao real, 14,6%. Os direitos especiais de saque, que é a moeda que denomina as obrigações e as operações com o Fundo Monetário Internacional, desvalorizou frente ao real 9,8% e o euro, 4,6% no semestre.

Portanto, se olharmos a coluna da esquerda, veremos que há algum passivo em dólar, mas a maior parte das nossas transações em dólar são contas de ativo. Quanto aos direitos especiais de saque, é o contrário. Há uma pequena parte, principalmente a nossa contribuição ao Fundo Monetário Internacional e as nossas obrigações com o Fundo, como item de passivo, em azul. O euro também é uma parte de reserva, pequena parte de passivo e outras moedas também em outros itens, principalmente o de reservas.

Em relação ao resultado das operações com *swap*, como mencionei, é favorecido pela desvalorização do dólar frente ao real. Neste caso, mostramos o resultado mês a mês, um resultado positivo, mostrando onde, em alguns meses, houve maior valorização do real. No caso, houve ganho maior nos meses de agosto e novembro. Em resumo, essa é uma conta de resultado favorável para o Banco Central de 8 bilhões de reais no total.

Quanto à questão da marcação a mercado – esse é um dado estritamente técnico -, houve mudança em algumas normas internacionais, que passaram a considerar ou sugerir que alguns títulos que não estavam sujeitos a uma possível venda ou compra freqüente deveriam ser classificadas no item de investimento, portanto, não sujeitos à variação de mercado. Como eram títulos que geraram ganhos na sua valorização de acordo com a marcação a mercado, portanto, que geraram apropriação de ganhos para o Banco Central em períodos anteriores, foi feita uma reversão de resultado, mas, ao mesmo tempo, um impacto positivo no patrimônio.

Em resumo, esse é um dado eminentemente técnico, e não vou gastar muito tempo nele, mas estarei certamente disposto a responder maiores perguntas caso haja interesse.

Outras receitas e despesas. Numa reversão líquida de provisões, de novo, é a avaliação que os auditores do Banco Central fazem a cada semestre, julgando o seu montante e sua adequação. No caso, houve reversão positiva pela melhora de alguns ativos, despesas administrativas; fabricação de cédulas e moedas, 192 milhões; despesas administrativas, 560; repasse do Tesouro Nacional, de acordo com normas regulamentares, outros 32. Portanto, um resultado de 250 milhões de reais.

Passaremos agora para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e falaremos sobre os objetivos do Banco Central. Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são os objetos da nossa apresentação agora, bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2004.

Vamos partir, portanto, para os objetivos do Banco Central no ano de 2004.

Política monetária. Cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional em 5,5% para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%, condição necessária para o crescimento sustentável de médio prazo.

Política creditícia. Ampliação da oferta e do acesso da população ao crédito. Não há metas formais para a política creditícia.

Política cambial. Aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante. Também na política cambial não existem metas formais, mas metas qualitativas.

Vamos falar sobre objetivos do Banco Central no que diz respeito à inflação.

Política monetária. O objetivo do Banco Central em relação à política monetária foi o cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional, em 5,5% para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%.

Se olharmos o comportamento mensal da inflação desde janeiro de 2002, vamos ver um aumento da inflação, principalmente na segunda metade do ano de 2002. A política monetária sendo aplicada pelo Banco Central, sem inflação, tem, portanto, uma convergência em direção às metas fixadas. Inflação do ano de 2002, de 12,5%, e convergindo. Os senhores e as senhoras podem ter, portanto, uma visão da evolução mensal da inflação.

Se mostrarmos agora, no entanto, de uma maneira anualizada, em termos do ano fiscal e da inflação acumulada no ano, vamos notar que, no ano de 2002, a inflação foi de 12,5%; em 2003, 9,3%; e em 2004, 7,6%. Pelo segundo ano consecutivo, portanto, a taxa de inflação caiu. A meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional foi cumprida pelo Banco Central no ano de 2004.

Essa é a parte mais importante da comunicação e da prestação de contas do Banco Central no que diz respeito aos seus objetivos. E o objetivo principal do Banco Central é o cumprimento das metas de inflação. Poderemos ter a satisfação de anunciar, fato já conhecido, mas é importante enfatizar na prestação de contas: a meta de inflação do ano de 2004 foi cumprida.

Gostaria de chamar a atenção para um fato interessante: a meta de inflação em 2004 foi atingida, a despeito da pressão dos preços administrados, que tiveram um aumento médio de 10,2% no ano de 2004. Os preços livres sofreram um reajuste médio de 6,5%. Se olharmos a projeção, vamos ver a evolução dos preços livres, dos preços administrados, do IPCA de 2003, 2004 e 2005. Vamos notar que em 2003 houve maior distanciamento dos preços administrados em relação aos preços livres e ao IPCA. Isso convergiu em 2004, converge um pouco mais em 2005. Os números de 2005 que aqui são mostrados são de acordo com a projeção do mercado para o IPCA, para os preços livres e para os preços administrados.

É importante mencionar que a convergência da inflação em direção às metas não se dá apenas em relação à questão dos preços livres, mas há uma convergência entre os diversos segmentos de preço na economia.

Vamos falar agora sobre preços no atacado. Esse é outro dado muito importante. Vamos notar que os preços no atacado sofreram uma forte pressão no ano de 2004, em função, entre outros fatores, do aumento no preço das *commodities*, inclusive petróleo, no mercado internacional, além de outros aspectos, como já mencionei.

Portanto, é importante enfatizar que a meta foi cumprida, apesar dessa forte pressão também nos preços de atacado, além dos preços administrados.

Vamos agora partir para uma análise da evolução prospectiva da inflação. E vamos olhar aqui a expectativa de inflação pelo mercado 12 meses à frente, desde julho de 2004. Vamos notar que a perspectiva de inflação manteve comportamento consistente com a trajetória das metas de inflação de longo prazo, isto é, vemos, Sr. Presidente, uma trajetória cadente das expectativas de inflação, particularmente – é importante se notar – uma queda pronunciada nos últimos 2 meses.

Portanto, gostaria de enfatizar novamente o compromisso do Banco Central do Brasil com o cumprimento deste objetivo: as metas de inflação.

Passamos agora aos objetivos do Banco Central no que diz respeito a crédito: política creditícia, ampliação da oferta e do acesso da população ao crédito.

Não há metas formais. Então, vamos olhar, de novo, qual é a evolução do crédito na economia. Vamos nos concentrar no crédito livre. Em resumo, vamos retirar daqui os créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, crédito agrícola etc. Vamo-nos concentrar nos créditos livres.

A oferta de crédito do segmento livre passou a crescer, significativamente, a partir do 3º trimestre de 2003, subindo 21% em 2004, e mantendo a tendência em 2005. Portanto, esse é um objetivo importante do Banco Central. Estamos avaliando como esse objetivo está sendo cumprindo, isto é, como o Banco Central está observando o aumento do segmento de crédito livre na economia.

Passamos agora à análise do crédito livre para pessoas físicas e empresas em volume. Vamos ver que se pode destacar o crescimento da oferta de crédito para os consumidores, com avanço de 28,6% em 2004, comparativamente ao crescimento de 16,2% do crédito para as empresas. Então, estamos vendo como o crédito, principalmente para as pessoas físicas, tem crescido a taxas substanciais. Isso é muito importante.

Olharemos um dado importante, que é a questão do crédito consignado, isto é, o crédito com a consignação de folha de pagamento, portanto, crédito dirigido ao trabalhador. Esse tipo de crédito foi aprovado pelo Congresso no final de 2003 e cresceu 94,3% em 2004, muito acima do crédito livre, em função da menor taxa de juros e do menor risco para o agente financeiro.

Não há dúvida, portanto, de que essa foi uma medida, proposta pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional, da maior importância para facilitar o acesso ao crédito. Posso comunicar aos Srs. Parlamentares que é uma medida com sucesso comprovado.

Vamos dar uma rápida visão nos *spreads*. Os *spreads* das operações de crédito pessoal caíram 12 pontos percentuais em 2004 e mantiveram-se estáveis em 2005. O crédito consignado, no entanto, que tem um patamar de taxas bem mais baixo, continua a cair de forma consistente.

Vamos falar um pouco sobre inadimplência em operações de crédito. A inadimplência dos empréstimos para pessoa física tem recuado de forma paulatina. Quanto a pessoas jurídicas, também houve uma pequena recuperação no último trimestre, mas, de novo, uma tendência também de queda.

Vamos passar, agora, aos objetivos do Banco Central no que diz respeito à política cambial. O objetivo do Banco Central na política cambial é o aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante, portanto, não existem metas para taxa de câmbio. É muito im-

portante mencionar este aspecto: o aperfeiçoamento do câmbio flutuante.

Aqui mostramos a evolução do real, desde julho de 1994, frente a uma cesta de moedas, que são as cestas das moedas mais importantes para o comércio brasileiro. A apreciação do real frente ao dólar, durante esse período longo, tem sido parcialmente compensada pela depreciação do dólar frente às demais moedas. A taxa de câmbio real efetiva nesta projeção construída com base numa cesta de 15 moedas manteve-se depreciada, se comparada à média do período 1994 a 2004. Vemos que houve uma depreciação grande do real. O real, depois, se apreciou, mas se manteve ainda depreciado em relação à média desses 10 anos.

Vamos olhar agora o que realmente é importante na questão cambial, que é a balança comercial. Vamos ver que este quadro favoreceu a balança comercial brasileira, que superou mês a mês sucessivos recordes históricos, fechando 2004 com o superávit de 33,7 bilhões de dólares e mantendo a tendência de resultados positivos, em 2005, sendo que nos últimos 12 meses temos o resultado acumulado de 38,1 bilhões de dólares até o mês de maio. Portanto, o Brasil tem uma balança comercial que mostra resultados expressivos, positivos e cada vez mais fortes.

Vamos olhar agora a balança comercial. De novo resultados acumulados nos últimos 12 meses, mas abrindo a parte as exportações das importações. Vamos novamente observar que a melhora no saldo comercial é explicada pelo desempenho das exportações. Isso é muito importante, estamos aumentando o saldo não por um decréscimo de importações, mas pelo aumento das exportações. Essas exportações, em 2004, se aproximaram de 100 bilhões de dólares, valor já superado no acumulado de 12 meses, que até o mês de maio atingiram 106 bilhões de dólares. A diferença mostra o saldo comercial.

Se observarmos a balança comercial, abrindo a questão de preços para uma visão de preços de volumes de exportações e importações, veremos que o incremento das exportações é explicado não só pela melhora de preços de nossas mercadorias, mas principalmente pelo aumento das quantidades. Veremos que durante o ano de 2004 o aumento das quantidades foi responsável por aumento de valor de 19,2%. Isso mostra que temos aqui um dado da maior importância, isto é, o Brasil está cada vez mais competitivo, sendo capaz de aumentar as suas quantidades exportadas.

Passamos agora à conta corrente. O saldo das transações correntes brasileiras foi fortemente negativo até o ano de 2002; fechou o ano de 2004 com um saldo positivo, 11,6 bilhões de dólares, 1,9% do PIB, e mantém-se positivo em 2005, sendo que até abril de

2005 com um valor de 2,2% do produto positivo. Esse é um dado da maior importância, porque demonstra o Brasil não só está crescendo, mas está crescendo com saldo de conta corrente. Isso faz com que esse crescimento seja mais sólido.

Essa é uma das razões, não a única. Várias delas fazem com que o Brasil tenha hoje condições de enfrentar turbulências externas, aversão a riscos de mercado internacional, mudança de política monetária de outros países e, eventualmente, preocupações internas. Temos hoje uma economia que continua a mostrar resultados satisfatórios e não ameaça o País com crises econômicas, como ocorria no passado.

Outro dado importante que tem preocupado muito os analistas é a questão do investimento estrangeiro direto. O investimento estrangeiro direto também mostrou uma recuperação, alcançando 18,2 bilhões de dólares, em 2004, e já acumula mais de 21 bilhões de dólares nos últimos 12 meses, encerrados em abril deste ano. De novo, o investimento estrangeiro direto reflete a melhoria estrutural da economia brasileira.

Refiro-me agora à recomposição de reserva. Estávamos falando sobre os diversos fatores que têm justificado o fato de que a economia brasileira tem sido capaz de enfrentar problemas externos ou internos sem ser diretamente afetada de forma importante. Por quê? Porque a economia brasileira está hoje não só com um saldo comercial, como mostramos, saldo em conta corrente, mas também há diversos outros fatores, como a inflação com o comportamento que já mencionamos.

No item reservas internacionais, por exemplo, veremos que o Banco Central adquiriu, em 2004, em função de um quadro de liquidez no mercado de câmbio, reservas internacionais do País, aproximadamente, de 5,3 bilhões de dólares no ano de 2004, 2,6 bilhões de reais em cada semestre.

Em 2005, o total adquirido até maio somava 10,2 bilhões de dólares. A atuação do Banco Central foi pautada pelas condições de mercado, procurando não se adicionar volatilidade à taxa de câmbio e não interferindo na sua tendência de flutuação, a exemplo dos objetivos do Banco Central de não-interferência.

Se olharmos as reservas internacionais, veremos que elas fecharam 2004 em 52,9 bilhões de dólares com crescimento de 3,1 bilhões de dólares no semestre e 3,6 bilhões de dólares no ano. Em 2005, esse crescimento vem sendo muito significativo.

Outro dado da maior importância: estávamos tratando da diminuição e da eliminação das vulnerabilidades econômicas do País. Uma delas dizia respeito à dívida cambial. Tínhamos grande percentual da nossa dívida doméstica indexada ao dólar, o que, de novo,

está sendo resolvido. Deve-se destacar, portanto, a redução das rolagens da dívida cambial doméstica que foram limitadas em 2004 a 5,1% da dívida que venceu em dólar e zero no ano de 2005.

Em consequência, a dívida cambial doméstica, percentual da dívida mobiliária total, caiu para 9,9% no final de 2004, após alcançar mais de 40% na segunda metade de 2002. Esse também é um dado da maior importância para dar maior consistência à política econômica do País e torná-la menos vulnerável às turbulências que possam surgir de outras áreas, inclusive internacionais, como, por exemplo, o aumento da aversão a risco de mercados internacionais.

Objetivos do Banco Central. Decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais. Esse tema tem sido objeto de discussão muito profunda e profícua nos últimos anos. Gostaria de endereçar este assunto da forma que julgamos ser a mais objetiva e clara possível. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A fixação da política monetária pelo COPOM e pelo Banco Central tem impacto direto nas taxas de juros pagas pelos títulos públicos, mas isso é apenas uma parte da equação.

A política monetária tem impactos fiscais indiretos fundamentais por meio de seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo, fatores da maior importância.

Uma maneira de se avaliar o efeito fiscal da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em proporção ao PIB. Portanto, isso sumariza uma série de fatores.

Olhando, portanto, a relação dívida líquida do setor público sobre o PIB podemos ver, por exemplo, que a relação dívida líquida sobre o PIB vem decrescendo desde 2002 em razão do crescimento do PIB e do superávit primário do setor público. Veremos que em setembro de 2002 era de 61,6 % a dívida pública total líquida em relação ao produto, 57,2% em dezembro de 2003, 51,6% em dezembro de 2004, 50,1% em abril de 2005.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. Trata-se de um gráfico demonstrativo, ao qual poderemos voltar mais tarde caso haja interesse dos Srs. Parlamentares, mas é importante mencionar que, se olharmos, por exemplo, para 2004, veremos que a dívida teve um decréscimo de 5,6% em relação ao produto, quando houve uma necessidade de financiamento do setor público de 2,5%. Houve o superávit primário, juros reais da dívida, atualização monetária, mas, por outro lado, houve o crescimento do produto. Em resumo, tivemos um efeito líquido de 5,6% do PIB

e, até abril de 2005, tivemos um decréscimo de 1,5% equivalente ao produto.

Se analisarmos uma demonstração de tendências, veremos que houve uma tendência de crescimento dessa relação até 2002 e, depois, uma tendência de decréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mesrinho) – Convido o Deputado Alexandre Cardoso, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para tomar assento à mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em verde, mostramos as expectativas do mercado, em junho de 2005, referente a uma evolução futura da relação dívida líquida do setor público sobre o produto.

Nesse aspecto, é necessário deixar claro que o superávit primário foi muito importante, evidentemente. Mostramos, portanto, um mapa da evolução do superávit primário desde 1998.

Passando à retomada a atividade econômica no segundo semestre de 2004, falaremos sobre o crescimento. O crescimento do produto, em 2004, de 4,9%, representou a taxa mais elevada desde 1995. Comparativamente à média dos últimos 10 anos, o PIB de 2004 foi 2,5% superior, isto é, nós tivemos, nos últimos 10 anos, uma média de crescimento do produto de 2,4%.

Se fizermos uma decomposição da demanda externa *versus* demanda doméstica, veremos que, apesar de importante, as exportações contribuíram com 1,3 pontos percentuais para esse crescimento enquanto a contribuição da demanda doméstica foi de 3,6 pontos percentuais.

Se abrirmos isso de outra maneira, mostraremos que o crescimento do produto, em 2004, foi disseminado pelos vários setores em atividade, com destaque para a indústria, que cresceu 6,2%, a agropecuária, 5,3%, e os serviços, 3,3%. Portanto, é necessário mostrar que o crescimento foi fortemente puxado pelo crescimento industrial, apesar do importante crescimento da agricultura.

Se olharmos o crescimento do produto desde 1999, mas incluindo o primeiro trimestre de 2005, notaremos que houve momentos de crescimento da economia, e houve momentos de contração de produtos na economia, isto é, momentos em que o produto decresceu.

Dentro dos ciclos de crescimento e de contração da economia, veremos que esses ciclos foram relativamente pronunciados no Brasil. É importante mencionar que depois de um ano de forte crescimento, muito acima do da média dos últimos 10 anos no Brasil,

houve pequena acomodação no início de 2005. E esse gráfico mostra, com clareza, que esta acomodação se dá, mas com dado muito importante: não é que o País parou de crescer, mas, sim, que ainda está crescendo, um pouco menos do que no ritmo muito forte do ano passado, por uma questão de acomodação.

Poderemos voltar a esse tema posteriormente, mas os 2 grandes fatores importantes que geraram esta acomodação são, em primeiro lugar, a quebra da safra, com seus efeitos sobre a demanda interna e sobre a demanda por investimentos no mercado interno, e, também e principalmente, um aumento da inflação no primeiro trimestre, já contido, que levou a um decréscimo do poder de compra do trabalhador e a uma diminuição da previsibilidade do crescimento econômico. Em consequência tivemos uma diminuição do ritmo de investimento. Com a queda da inflação, com uma maior previsibilidade do crescimento econômico e do comportamento dos indicadores para o futuro, teremos condições de presenciar uma retomada ainda mais pronunciada da atividade econômica.

Passaremos agora à análise da produção industrial, que acumulou crescimento de 8,3%, em 2004, e vem-se mantendo em níveis próximos ao seu pico histórico. É importante notar este aspecto da maior importância. A produção industrial cresceu fortemente e está em um pequeno patamar de acomodação muito próximo ao seu pico histórico.

É importante mencionar que o crescimento industrial foi puxado pelos setores sensíveis ao crédito. Com a consolidação da retomada, no segundo semestre de 2004, os setores mais sensíveis à renda e ao emprego, os bens semi-não-duráveis, também foram favorecidos e começaram uma trajetória de recuperação.

Tivemos um momento muito importante da capacidade utilizada durante o ano de 2004, que atingiu um pico histórico, criando, portanto, algumas dificuldades de expansão em virtude de a capacidade de muitos setores estarem sendo usadas no limite. Houve acomodação a que me referi, o que deu certo tempo à maturação dos investimentos e permitiu, portanto, uma acomodação em um grau de capacidade utilizada, o que certamente nos dará melhores condições para o crescimento econômico no segundo semestre.

O grande desafio da política econômica continua sendo o de assegurar a sustentabilidade do crescimento a longo prazo, estimulando aumento da capacidade produtiva. Para isso, é necessário garantir a estabilidade macroeconômica e o cumprimento das metas de inflação. Sendo elas cumpridas, haverá estabilidade e previsibilidade na economia e os investimentos poderão aumentar.

A produção de bens de capital respondeu ao quadro de estabilidade econômica, à melhora da confiança em relação à economia, avançando 19,7% em 2004 e superando largamente seu pico histórico anterior de 2001. Em 2005, há estabilidade, com tendência ao crescimento.

Passaremos a um dado da maior importância: os empregos formais criados e o crescimento do produto. Mostramos o total de vagas criadas anualmente nos últimos anos. No ano de 2004 foram criadas 1,5 milhão de novas vagas no mercado de trabalho, o que mostra o resultado desta política econômica. Este é um dado importante para ser mostrado no relatório do Banco Central.

Entre janeiro e maio, comparando 1994 até 2005, veremos que, em 2004, foram criados 1,5 milhão de empregos. Se considerarmos de janeiro a maio, veremos que 2005 ainda mostra um patamar historicamente muito elevado de criação de empregos. Houve uma pequena acomodação, mas ainda com grande criação de empregos, em termos relativos, o que dá fortes condições para uma retomada ainda maior, puxada pelo fator renda.

Em dezembro de 2004, o desemprego foi de 9,6%, o melhor resultado da série, desde o início da pesquisa com a atual metodologia. Os níveis apresentados nos primeiros meses de 2005 são ainda historicamente baixos para o período. Se olharmos as diversas cores, veremos que há sempre uma tendência de aumento do desemprego no começo do ano, questão sazonal, e uma diminuição do desemprego durante o correr do ano. Se considerarmos o segundo semestre, veremos que houve aumento em 2003, em 2004 baixou para o nível inferior a 2002 e em 2005 ocorreu o nível mais baixo da série. Enfatizamos que o desemprego é do nível mais baixo da série.

O emprego industrial vem repetidamente batendo recordes. Em dezembro de 2004, registrou-se a expansão de 7% em relação a dezembro de 2003. Vemos aqui uma demonstração importante do aumento do emprego no Brasil; mês a mês, são batidos recordes de criação de empregos na indústria brasileira.

Passando ao final da apresentação, terminaremos mostrando a massa salarial real na indústria, que vem apresentando crescimentos importantes, refletindo aumento do emprego e dos rendimentos médios, mantendo-se em patamar elevado em 2005.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, concluímos a primeira parte da nossa apresentação. Estamos preparados para responder as perguntas e questionamentos das Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Darei início aos debates de acordo com a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, meus colegas das várias Comissões presentes a esta audiência pública, saúdo o Presidente e os diretores do Banco Central.

Vindo ao Congresso Nacional apresentar este relatório de prestação de contas, o Banco Central se dirige ao povo brasileiro, o que faz com que esta reunião tenha grande importância. Podemos realizar um debate profícuo, esclarecer dúvidas e apontar soluções para alguns problemas.

Temos uma divergência em relação ao formato dessa apresentação do Banco Central. Seria possível passar o diapositivo 43?

A grande questão que se apresenta é a discussão do efetivo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que o Banco Central deve vir ao Congresso Nacional fazer prestação de contas do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço.

No relatório apresentado ao Congresso Nacional, o Banco Central considera que o impacto e o custo fiscal das suas operações são o seu resultado. Isso está escrito no relatório, o que não é possível aceitar.

O custo fiscal da política monetária dirigida pelo Banco Central foi amplamente superavitário, em torno de 2 bilhões de reais? É evidente que isso não é aceitável.

O impacto e o custo fiscal das políticas monetária, creditícia e cambial deveriam ser analisados sob o enfoque mais amplo. Na apresentação, no último ponto, foi dito que uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em proporção ao PIB. Essa frase, na minha opinião, é um contra-senso. Quando se diz que o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico e se justifica que efetivamente o custo fiscal da política monetária seja minimizada porque houve queda na relação dívida/PIB, não se leva em conta que a política macroeconômica é composta de políticas fiscal e monetária. Houve superávit primário expressivo, houve crescimento expressivo do País, com 4,9% do PIB, o que levou a uma queda na relação dívida/PIB.

Estamos dispostos a solucionar essa divergência, essa diferença. Apresentamos na LDO, do ano passado,

proposta que mostrava exatamente o que pretendíamos. O que era? Que no relatório referente ao inciso II fossem avaliados especialmente os custos para a União da execução da política de meta inflacionária, de juros, de intervenção no mercado de câmbio, de manutenção de reservas do PROER, das operações com derivativos e outros fatores do endividamento público. Relatórios, mínimos relatórios, que tenho plena consciência de que a equipe de técnicos de alto gabarito do Banco Central do Brasil teriam todas as condições de viabilizar e trazer para debate.

Existe um custo fiscal da política monetária. Não temos condição de aceitar a afirmação de que esse custo fiscal se reduz ao cálculo do resultado contábil do Banco Central do Brasil. Esse artigo foi vetado pelo Presidente da República. As razões do veto são risíveis: *“Em relação ao § 1º não é possível avaliar inequivocamente, a priori, tais custos”*. Não estamos fazendo avaliação *a priori*, mas *a posteriori*. V.Exa. vem aqui prestar contas do ano passado, de 2004. Utilizar como razão do veto o fato de que não podemos fazer cálculos *a priori* quando do que se trata não é *a priori*, mas *a posteriori*, é inaceitável. O Congresso Nacional não derruba veto. Repetimos a proposta este ano. Vamos esperar que seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O tempo de V.Exa. já está esgotado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, deixe-me fazer outras perguntas, rapidamente.

Considero que esse ponto deveria ser mais esclarecido. De certa forma, a questão política não é de falta de competência, é tão-somente uma questão política. Procura-se transformar a ação do Banco Central do Brasil num fenômeno da natureza, e nós, pobres mortais, temos que suportar as conseqüências. Não podemos qualificar nem analisar aquelas atividades.

Sr. Presidente, na análise que fazemos da dívida, apesar dos resultados positivos do ano de 2004, há algumas questões que, de certa forma, merecem uma explicação. Por que no programa, no Plano Anual de Financiamento, o prazo médio da dívida pública não cumpriu as metas? Ficou aquém: 28,1, quando a meta mínima era de 34 a 38 meses. A parte vincenda da dívida era prevista de 30 a 35 meses; em 12 meses, ficou em 46.

E mais, o fenômeno que mais me chama atenção, nesse debate, é o crescimento da dívida pública mobiliária em poder do público, um efeito direto da política monetária. Ela representava, em 2002, 60% da dívida líquida do setor público. Em 2003, passou para 74%; em 2004, 80,3%; em 2005, até maio, 88,5%. Então, a dívida líquida mobiliária em poder do público,

aquela que conta mesmo – não é a relação entre o Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil, título do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil -, o que está em poder do público é algo, assim, que espanta esse crescimento.

O comentário é que isso se deve ao chamado colchão de liquidez, na verdade, um mistério. Temos na conta única, agora em maio, quase que um orçamento completo da União: mais de 200 bilhões de reais. Se tirarmos a Previdência Social e o superávit é praticamente igual ao Orçamento na conta única.

Sobre o colchão de liquidez, fiz a conta, para evitar a sazonalidade, em determinados meses se emitem mais títulos. Em um ano, o resultado positivo, mais do que as necessidades de financiamento – refinanciar dívidas, pagar juros -, é de 40 bilhões a mais. Qual a interpretação que o Banco Central dá ao colchão de liquidez? Dizem que é para se preparar para algum efeito, algum momento em que o mercado não quer trocar títulos. Se pensa em monetizar dívida, é por isso que se faz um colchão desse tamanho? Qual a lógica? Eu não quero especular, quero entender: qual a lógica desse colchão de liquidez de mais de 200 milhões?

Uma pergunta bem objetiva: o Tesouro incluiu no relatório da dívida consolidada deste ano, aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal, os precatórios inscritos e não pagos. Acho que isso é uma grande transparência para os passivos públicos. Por quê? Esses passivos de Estados e Municípios não estão incluídos naquela relação da dívida líquida, necessidade de financiamentos no setor público. O argumento que se usa: mas aquilo é dívida financeira. Mas não encobre passivos públicos, precatórios. Há uma proposta do Ministro Jobim nesse sentido. Precatórios já somam 60 bilhões não pagos, decisão judicial. Isso não é um passivo? É evidente que é um passivo público. Ao não se incorporar à dívida, se encobre e se trata a dívida apenas do ponto de vista financeiro. Restos a pagar também. Por que não é incluído? Não são uma dívida líquida e certa? Restos a pagar não são despesas liquidadas? Então, por que não se incorporam?

Recentemente, vários Municípios, não apenas um, cancelaram empenhos liquidados. Na minha opinião, isso é um calote. Quero saber a opinião de V.Exa. A obra foi feita, o serviço foi prestado, então, cancelar o empenho liquidado e depois propor a essas empresas para renegociar a dívida com deságio! Não sei qual a opinião do Banco Central sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em que pese a importância, peço a V.Exa. que encerre.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vou encerrar, Sr. Presidente. Só farei uma pergunta sobre a

vulnerabilidade. V.Exa. apresentou, na sua exposição, o crescimento do nosso saldo comercial, o aumento das nossas reservas, mostrando que caiu a nossa vulnerabilidade em relação ao setor externo.

Considero que o mais grave da vulnerabilidade é a possibilidade de ativos nominados em real transformarem-se em passivos em dólar. Isso se deve a quê? Aumentou a liberalidade cambial no Brasil, principalmente quando se unificou os mercados de câmbio de taxa livre e de taxa flutuante. Antes se definia o que era possível; tudo que estava fora precisava ser justificado. Hoje, não. Os limites podem ser ampliados, o que dá enorme vulnerabilidade ao nosso País, ainda mais se levarmos em conta o montante de recursos que estão no *open market*, títulos com cláusula de recompra. O montante da dívida é uma enorme vulnerabilidade que temos.

Tinha outras perguntas para fazer, mas, infelizmente, o meu tempo está esgotado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

Com a palavra o segundo inscrito, Deputado Eduardo Cunha.

Está presente o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que será o terceiro orador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, em nome da Comissão de Finanças e Tributação, cumprimento V.Exa. e agradeço a presença.

Vou fazer alguns comentários e questionamentos.

Em primeiro lugar, preocupa-nos muito a análise que fazemos mensalmente, junto com a equipe do Tesouro Nacional e da Receita Federal, onde pudemos verificar que, no primeiro trimestre deste ano de 2005, a despesa com juros foi superior a toda a arrecadação de IPI e Imposto de Renda no País. É um dado real, não é ilação.

V.Exa. não falou, na sua exposição, sobre a expectativa da política de juros para o País. O crescimento dessa despesa está tornando praticamente inviável qualquer outra medida, com a necessidade de infra-estrutura, de investimento. Além disso, as formações de superávit primário são feitas à custa de contingenciamentos e de outros itens relevantes – por exemplo, a CIDE.

Como contradição, observamos o excesso de crédito no Brasil. No momento em que há inflação gerada na sua maioria, como demonstrou V.Exa., com preços administrados, há excesso de crédito e juros elevados

– excesso de créditos concentrados em pessoas físicas, longe de ser somente o crédito consignado ao trabalhador. Verificamos a expansão de créditos de aposentados, que se está transformando em sorteio de casas, de televisão etc. A família pressiona os aposentados idosos para tomarem créditos em seu nome, a fim de que sejam utilizados por seus membros.

Nós, que somos políticos e andamos pelo País, verificamos muitas reclamações pela facilidade de obtenção de crédito de aposentado, que nem sempre vem sendo gerado para investimento, desenvolvimento e aplicação no País. A questão é preocupante, porque o aposentado, muitas vezes, não tem muita noção disso, mas, pressionado pela família, acaba aceitando tomar créditos. Quando vemos os preços administrados sendo fator e formador de inflação, não verificamos o porquê de os juros terem influência na baixa da inflação. Essa contradição é o primeiro ponto que exponho a V.Exa.

Segundo ponto: disse V.Exa., na sua exposição, que não há política cambial definida. Contudo, verificamos, desde o início da gestão do Presidente Lula, que houve uma política clara, explicitada várias vezes e publicamente pelo Banco Central, de redução da dívida cambial. Observamos o aumento das reservas cambiais. Só não podemos esquecer que a remuneração dessas reservas cambiais é subsidiada à custa do Tesouro Nacional, porque substituímos os títulos cambiais por títulos que têm outras modalidades de remuneração. À medida que compramos reserva, também expandimos títulos públicos custeados à taxa SELIC.

Quanto à remuneração das reservas cambiais, sabemos que existe um percentual ínfimo. Quando observamos a reserva de 60 bilhões de dólares, verificamos 2 problemas – V.Exa. fez referência a eles na sua exposição: primeiro, a queda do dólar, a perda de ativo do Banco Central pelo valor em real daquilo que foi comprado anteriormente; segundo, o subsídio obtido pelas diferenças de taxas de juros da remuneração da reserva cambial e o que pagamos na taxa SELIC.

Então, existe política cambial. Ao mesmo tempo em que o Banco Central enxugou os títulos cambiais, de certa forma contribuiu para a redução da taxa cambial. Só não se refletiu nas balanças – como explicitou V.Exa. –, porque houve aumento de outras moedas, em relação ao dólar, e aumento de preços de importantes itens da importação brasileira.

Terceiro ponto: a não-compreensão do motivo de o Banco Central aceitar os depósitos compulsórios colocados como títulos de dívida pública. Se os depósitos compulsórios se compõem de depósitos à vista da população, não tem sentido o Banco Central aceitar título da dívida pública e nós termos de pagar por esses

depósitos compulsórios. Vou mais além. Muitos gerentes de bancos de fundos de investimentos dizem-nos informalmente que o Banco Central oferece todo dia o *overnight* e a taxa SELIC, porque é muito mais cômodo para todos. Se não houvesse essa oferta, muitos desses recursos baixariam normalmente no mercado, na taxa de juros, ou simplesmente haveria uma busca por títulos de longo prazo, pela falta de opção do que fazer com o dinheiro.

Citou V.Exa. também dados sobre empregos formais. Solicito uma explicitação sobre a forma desse cálculo. Por exemplo, em 1994, o crescimento do PIB foi de 5,9% e gerou 274 mil vagas de emprego; em 1995, houve 4,2% de crescimento do PIB e perda de 412 mil vagas de emprego; em 2000, 4,4% de crescimento do PIB e geração de 657 mil vagas. Por que, em 2004, com 4,9%, geraram-se 1 milhão e 523 mil vagas? Quero saber a fórmula desse cálculo, porque não tem muita lógica. Não estou duvidando dos números que V.Exa. apresentou, mas quero entender a razão de disparidade tão grande em relação aos anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. SENADOR TASSO JEREISSATI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Presidente Henrique Meireles, primeiramente apresento as escusas do Senado. Está havendo votação importante – da PEC paralela – no plenário daquela Casa. Além disso, estão sendo iniciados os trabalhos da CPI e a Senadora Lúcia Vânia está especificamente envolvida em uma tratativa muito tensa de negociação com os agricultores.

Há uma dúvida que, a meu ver, está levando a essa política contraditória em si mesma. O Banco Central, na tentativa de segurar a inflação – e tem conseguido fazê-lo com sucesso –, aumenta os juros sistematicamente. Por outro lado, o Governo promove uma intensa política de expansão do crédito ao consumidor, principalmente o chamado consumidor em consignação, que tem possibilitado o maior crescimento de crédito dos últimos anos – significa, na verdade, medida oposta ao aumento dos juros para cumprir tal demanda. Ou seja, uma das duas vai ter de ceder. A política de juros terá de se acomodar a uma inflação maior ou a política de expansão de crédito ao consumidor consignado terá de ser modificada. Como são do mesmo Governo, quem vai ganhar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente Meireles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vou responder as questões do Deputado Sérgio Miranda.

Não só nessa gestão – parece-me que também na gestão anterior –, temos levado muito a sério este diálogo, este debate, as questões formuladas, bem como as sugestões apresentadas.

Deputado Sérgio Miranda, não tenha dúvida de que, caso venha a ser aprovado o substitutivo de V.Exa. ou a sua proposta para a LDO, certamente o Banco Central irá cumpri-los imediatamente, nos termos definidos por V.Exa. Dito isso, temos de seguir, segundo nossa interpretação, a redação da LDO em vigor, que se refere ao impacto fiscal e aos resultados das operações do Banco Central.

No nosso entendimento, existe uma definição muito clara do que seja operação do Banco Central. São as operações diretas do mercado aberto e de gestão de reserva, além dos impactos fiscais – o Banco Central persegue seus objetivos. Aqui é um pouco diferente, porque uma decisão sobre juros, por exemplo, não é necessariamente uma operação do Banco Central. Trata-se de decisão de política monetária, quando o Banco Central fixa uma taxa para operações nos mercados.

Portanto, é muito importante dizer que, de fato, a política monetária não atua sozinha. V.Exa. tem toda razão, ela atua em conjunto com a política fiscal. Não há dúvida em relação a isso. Exatamente por isso torna-se bastante complexa a avaliação sobre o resultado da política monetária e os seus impactos fiscais finais.

Vamos supor que o Banco Central erre na dose e fixe taxas de juros muito abaixo do adequado. Isso poderá causar um primeiro impacto aparentemente favorável, na medida em que diminui, em tese, o custo da dívida. Por outro lado, pode haver aumento da inflação pela imprevisibilidade da economia e, logo, na colocação dos prêmios de risco dos títulos do Tesouro. Isso pode custar muito mais ao Tesouro.

Respeitamos os argumentos de V.Exa. e os levamos muito a sério, mas realmente temos nossa opinião sobre a maneira de analisar essa situação. Devemos mencionar nosso esforço nos últimos anos, no sentido de endereçar essa questão para que se aproxime o máximo possível das preocupações de V.Exa., dos demais Parlamentares e da sociedade e, assim, mostrar exatamente que a política monetária tem a função de manter a inflação dentro da sua trajetória de meta, estabilizar a economia, o que causa diversos impactos na dívida pública. Um deles é o impacto direto da taxa nominal. Existem outros impactos, como, por exemplo, o prêmio de risco dos títulos públicos, conforme mencionei anteriormente.

Em alguns momentos da história brasileira, o risco do papel público era de tal magnitude que as taxas de desconto eram muito altas, o que gerava também enorme custo fiscal.

Continuamos à disposição de V.Exa. para discutir a matéria, não necessariamente no âmbito desse relatório da LDO. Talvez devêssemos promover um diálogo mais direto e até fornecer relatórios específicos, a que V.Exa. se referiu. Não vejo nenhum problema na emissão desses relatórios com o custo das diversas operações. Queremos apenas enfatizar nossa interpretação sobre a LDO e o impacto final da política monetária para a gestão da dívida pública.

Em relação às questões seguintes, abordadas por S.Exa., referentes a programações do Tesouro, cumprimento das metas, aumento da dívida mobiliária, colchão de liquidez, acredito que o mais adequado seja programar uma apresentação do Secretário do Tesouro Nacional para que S.Sa. possa discutir esses detalhes, que são de competência exclusiva daquela instituição. Não acredito que seja adequado discutirmos aspectos específicos da gestão fiscal por parte do Tesouro Nacional.

Em relação aos precatórios e à sua não-inclusão, tem V.Exa. absoluta razão. O § 7º do art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que tenham sido incluídos devem integrar a dívida consolidada para fins de aplicação de limites. Foi uma medida positiva. Em observância a essa determinação, os valores dos precatórios orçados são devidamente informados nos relatórios de gestão fiscal produzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão responsável pela divulgação das informações previstas em lei.

Quanto à dívida do Banco Central, essa questão tem de ser examinada com muito cuidado, porque há uma sistemática de publicação desses objetivos, com a finalidade de avaliar o impacto econômico das operações do setor público pela ótica do financiamento. Essa é a ótica do Banco Central. Ele analisa a questão pela ótica do financiamento – ou seja, qual o montante da dívida que vem sendo financiado a cada momento. E aqui não se trata de precatório, porque ele não está sendo financiado, apesar de constar da dívida e dos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional. Portanto, é totalmente transparente e divulgado.

O enfoque do Banco Central é mais específico, pois visa mostrar a dívida financiada nos mercados. É a que tem mais impacto sobre a gestão administrada pelo Banco Central nos mercados e nos mercados de dívida.

Mudar esses critérios criaria, primeiro, problemas de consistência intertemporal importantes. E todos, no Banco Central, olham a questão com muito cuidado. Isso também poderia causar impactos complicados, em termos de avaliação da economia brasileira.

Novamente, posso lhe assegurar que examinamos o assunto com toda atenção. De fato, os nossos órgãos técnicos têm analisado a situação. Então, há sólidas razões para o Banco Central atuar dessa maneira. Reafirmo: teremos muito prazer em continuar esse diálogo com V.Exa.

Em relação à vulnerabilidade cambial, devo fazer duas observações importantes. Em primeiro lugar, a unificação cambial aprovada pelo Conselho Monetário Nacional ordenou o mercado cambial, organizou-o mais objetivamente e com maior solidez normativa, mas não necessariamente aumentou a liberdade cambial, na medida em que foi introduzido pelas operações de transferência internacional de reais existentes o que já era conhecido como CC5, que, na prática, mantinha o mesmo nível de liberdade da presente unificação cambial. Antes, havia menos controle do Banco Central e grande insegurança normativa pela existência de 2 mercados separados, mas concomitantemente comunicantes, digamos assim. Isso gerava problema normativo e insegurança jurídica. Portanto, foi muito importante a unificação dos mercados, porque hoje todos os contratos de câmbio são registrados no Banco Central, que, por meio do SISBACEN, faz todo o monitoramento. Não existe esse risco mencionado por V.Exa., porque o Governo e o Conselho Monetário Nacional continuam com o controle total dos mercados de câmbio. Portanto, não se abdicou de nenhum dos poderes assegurados por lei.

Além do mais, os passivos externos, tanto públicos, quanto privados, têm-se reduzido progressivamente desde a introdução do regime de câmbio flutuante no Brasil, o que vem confirmar que maior liberdade de flutuação de remessa não leva necessariamente a maior estabilidade – muito pelo contrário -, desde que bem normatizada, regulada e controlada pelo Banco Central. O novo regime unificado de câmbio permite que isso seja feito.

Passo agora às perguntas do Deputado Eduardo Cunha. Em primeiro lugar, em relação aos juros. É importante dizer que as decisões de política monetária levam em conta um cenário prospectivo para a inflação. Não é possível antecipar as decisões relativas à fixação da taxa SELIC, uma vez que elas são determinadas nas reuniões do COPOM, após exaustiva análise do cenário macroeconômico naquele dia, naquele momento. O que podemos dizer, no entanto, é que o cenário de médio prazo para a inflação, no Brasil,

tem-se tornado mais favorável no período recente. Em resumo, é isso que podemos lhe assegurar, a respeito do processo decisório do COPOM e do seu interesse justo, legítimo e correto.

Todos nós, brasileiros – até eu, que participo do COPOM -, temos grande curiosidade de saber, muitas vezes, quais serão as próximas decisões. Gostaria muito que os meus colegas dissessem quais serão. Aliás, o Dr. Gustavo, que está ali, concorda comigo. Como é que se poderia saber qual seria a decisão do COPOM para o mês de dezembro? Infelizmente, precisamos ter em mente que a decisão do COPOM é tomada mês a mês, analisados os dados macroeconômicos daquele momento.

Asseguro a V.Exa., Deputado, que nós, do COPOM, mais do que ninguém neste País, temos consciência do custo dos juros. Mais do que ninguém neste País, sentimos isso no dia-a-dia, na medida em que somos objeto das demandas da sociedade, em relação ao assunto. Podemos dizer a V.Exa. que o nosso desejo é assegurar que o Brasil tenha, no futuro, a menor taxa de juros possível. Acreditamos fortemente que, para isso, seja importante ter uma inflação convergindo para as metas, ter inflações consistentemente nas metas. Isso, sim, vai permitir que os juros caiam e que também diminua o risco de inflação, diminuindo, portanto, os prêmios de risco.

O Deputado mencionou – corrija-me, Deputado, se eu tiver entendido mal, por favor – que eu teria afirmado que não há uma política cambial definida. Se de fato eu disse isso, foi um engano. Existe uma política cambial muito bem definida. Nós temos uma política de câmbio flutuante absolutamente definida, um objetivo de gerência de reservas muito bem definido, um objetivo de diminuição da dívida cambial muito bem definido. O que eu disse, com clareza, foi que não temos uma meta de taxa de câmbio. De fato, não temos. E isso faz parte da nossa definição de política cambial – de que, em câmbio flutuante, não cabe a existência de meta de taxa de câmbio.

Quanto à remuneração das reservas e à queda do dólar, afirmo a V.Exa., Deputado, que são duas coisas diferentes. Em primeiro lugar, não há dúvida de que a remuneração das reservas é menor do que o custo de captação do Governo. Portanto, a reserva jamais deveria ser igual ou superior à dívida, porque não faria sentido. O que é a reserva? É um custo, não há dúvida, mas ela existe exatamente para evitar crises. Quando um país não tem reserva e tem premência cambial, pode entrar em crise. E a crise custa muito mais – como já vimos no Brasil, em passado recente – do que o custo das reservas. É a mesma coisa de uma família que tem certa prudência e mantém um

pouco de dinheiro em conta. Isso custa. Seria melhor se nós pudéssemos ter zero na poupança, nada na caderneta, nada no banco. Mas o fato é que o País precisa ter um pouco de reserva.

V.Exa. menciona que a queda do dólar diminui o valor, em reais, da reserva; portanto, seria esse um outro custo da reserva. É verdade, V.Exa. tem toda razão. Mas é importante mencionar que a queda do dólar também diminui o custo da dívida, em dólares, do Governo Federal, que é muito maior do que as reservas. Portanto, a queda do dólar, do ponto de vista líquido (dívida total menos reserva), diminui sensivelmente o custo do Governo Federal, na medida em que a dívida líquida (dívida total menos reserva) cai, em reais. Isso tem ajudado, numa certa parcela, a diminuição da dívida líquida com percentual do produto, como mencionei.

Quanto ao compulsório, a observação do Deputado, de fato, faz sentido. Se existisse depósito à vista, em que o banco recebe, e todo ele fosse colocado em depósito compulsório e fosse remunerado, certamente teríamos esse efeito mencionado pelo Deputado. Mas não é exatamente assim a norma. É importante esclarecer – nossa função é deixar isso claro – que uma parte do compulsório é em títulos, como foi mencionado por V.Exa. Mas essa parte vem principalmente dos compulsórios sobre depósitos a prazo – e uma parte deles, de poupança; isto é, são remunerados também nos passivos das instituições. Mas existe uma parte importante dos compulsórios em espécie – aliás, é a maior parte -, sem remuneração. Portanto, o depósito à vista é em espécie.

Do total de compulsórios, temos 29 bilhões, 469 milhões em títulos e 65 bilhões, 750 milhões em espécie – portanto, sem remuneração. A exigibilidade adicional é de 34 e a de poupança é de 21, do total de 95 bilhões.

V.Exa. fez uma outra pergunta muito interessante. Afirmou o nobre Deputado que, aparentemente, não há muita lógica em dizer que houve maior criação de emprego em 2004, em relação a outros anos, que tiveram também grande crescimento. V.Exa. não entendeu a lógica desse cálculo. Gostaria de lhe dizer que não há uma lógica para o cálculo desses dados. Esses cálculos são feitos pelo CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego. São mera compilação do número de carteiras assinadas no País. Quer dizer, não se obedece a uma lógica. Portanto, foram criados no Brasil um milhão e meio de empregos formais simplesmente pelo fato de um milhão e meio de novas carteiras de trabalho terem sido assinadas, deduzidas aquelas que deixaram de existir.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Esse número é absoluto ou líquido? Porque há carteiras que deixam de ser assinadas no período das demissões. Apenas as novas carteiras assinadas formam o resultado líquido?

Para não atrapalhar os companheiros, na primeira pergunta, quando falei sobre o problema dos juros, também fiz menção ao crédito consignado, à expansão do crédito e à inflação por preço administrado. Esses componentes não seriam contraditórios?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Deixei para responder essa questão junto com a pergunta do Senador Tasso Jereissati, porque elas englobam o mesmo ponto.

Quanto ao número de empregos, gostaria de lhe informar, Deputado, que esse é o número líquido – isto é, a diferença entre o total de novas carteiras de trabalho assinadas e o total de carteiras que deixaram de existir. Portanto, esse não é um dado passível de discussão. É um dado real, apurado pelo Ministério do Trabalho.

Em relação a preços administrados *versus* aumento do crédito, a pergunta feita enquadra-se também no universo de questões apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati, a que o Senador chamou de contradição: o Banco Central está aumentando os juros de um lado, visando contrair crédito; de outro lado, o crédito consignado e outros créditos aumentam na economia, inclusive os créditos livres.

Há importante debate sobre política econômica. O nível de crédito na economia brasileira é baixo, historicamente. Isso é negativo para a economia e inclusive para a política monetária, porque os canais de transmissão da política monetária ficam menos eficazes com menor valor de crédito com percentual do produto. A longo prazo, com maior volume de crédito na economia, ela vai ter maior capacidade de crescimento e também a própria política monetária tornar-se-á mais eficaz. A curto prazo, V.Exa. tem toda razão, o aumento do crédito é fator expansionista e pode, portanto, contrapor-se a outros fatores contracionistas.

Existem diversos outros fatores na economia, não apenas esses fatores contracionistas e expansionistas. O que o Banco Central faz, na realidade, é observar, a cada momento, a cada decisão do COPOM, todo o conjunto de fatores econômicos; aqueles fatores expansionistas e contracionistas e, principalmente, o efeito disso tudo na perspectiva de inflação. A partir daí, o Banco Central toma a sua medida.

Em resumo, seria um pouco difícil que o Banco Central se pronunciasse contra algo que é intrinsecamente positivo para a economia: a expansão do cré-

dito. E positivo principalmente, a longo prazo, por um objetivo de curto prazo de controle da inflação.

Então, o que o Banco Central faz é simplesmente não interferir na evolução normal da economia, principalmente quando a evolução é positiva, procurar avaliar os diversos fatores e tomar uma decisão técnica baseada na situação daquele momento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, posso ter direito a rápidos minutos para uma réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – O próximo orador é o Sr. Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, pretendo apenas dar uma explicação. O Deputado Eduardo Cunha saiu, mas metade dessas vagas que o CAGED está divulgando, segundo dados do próprio Ministério do Trabalho, dizem respeito a formalizações, porque a fiscalização do Ministério do Trabalho avançou e está registrando trabalhadores sem carteira.

Uma pergunta técnica: que indexador de atualização monetária o Banco Central usa? V.Exa. tem de cabeça? O IGP? O IPCA? Qual é o indexador da dívida?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Da dívida. É o Quadro 45: atualização monetária. Qual é o indexador? Alguém sabe? É o IGP?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Vamos terminar as perguntas, Deputado, e V.Exa. terá todas as respostas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não. Mas se trata de questão técnica apenas.

No debate sobre a LDO, o Banco Central se dispunha a apresentar esses relatórios, sem nenhum problema, porque nós tomamos conhecimento de pressões para não viabilizar esse tipo de relatório. Mas o Relator da LDO está presente, e acho que manter essas informações sempre ajuda.

Quanto à questão da dívida, quando fiz as perguntas, não pretendi contrapor o Banco Central ao Tesouro. Era questão mesmo de esclarecimento sobre esse colchão de liquidez. Um dia ele vai passar de virtual para real, vai se tornar líquido. Quando penso nesse colchão de liquidez, lembro de colchão de água: se furar, inunda o mercado com moedas.

Em relação aos precatórios, V.Exa. leva em conta que, no relatório do Banco Central, a base monetária entra como dívida, como passivo, e os precatórios, direitos líquidos e certos transitados em julgado, não entram. O Ministro Nelson Jobim está propondo a se-

curitização dos precatórios. Quando isso ocorrer, vão ter de entrar. Não haverá jeito de não entrarem.

São esses os comentários gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Sr. Deputado, há 10 inscritos ainda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não, vou encerrar.

Divirjo de V.Sa. no tocante às mudanças do câmbio. Elas, além de simplificadoras, agilizaram a remessa, a transformação do CC5 de instituição em transferência direta, inclusive por meio de TEDs. Acho que houve agilidade na transferência de recursos em reais para recursos passivos em dólar. E chamo a atenção de V.Sa.: o resultado disso é político. A pressão de quem tem real sobre o Banco Central, sobre o Tesouro, com essa possibilidade de ir para o dólar, é muito maior. Vários países da América Latina estão limitando o fluxo de capitais externos, como Argentina, Colômbia e Venezuela.

Essas as questões que queria levantar. Peço desculpas aos companheiros que ainda vão fazer perguntas.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Muito obrigado, Deputado.

Em deferência aos demais Parlamentares, vou procurar responder rapidamente às perguntas.

Em primeiro lugar, Deputado, existe correlação positiva entre a pesquisa mensal de emprego do IBGE, que captura todos os empregos criados, inclusive os informais, e do CAGED, nas regiões metropolitanas, porque o IBGE só pesquisa as metropolitanas. Certamente, no universo pesquisado pelo IBGE, existe essa correlação positiva. Na nossa visão, não seria adequado concluir que o total de empregos está caindo, está subindo menos ou que existe queda do emprego em função de uma formalização, e que isso seria meramente uma transferência. Poderemos, inclusive, colocar à disposição de V.Exa. essa correlação positiva entre os dados do CAGED e os da pesquisa mensal do IBGE.

Respondo à sua pergunta sobre a atualização da dívida: o IGP-DI.

Quanto ao colchão de liquidez do Tesouro, levaremos as suas observações ao Secretario do Tesouro Nacional para uma avaliação.

A respeito da securitização, em primeiro lugar, a dívida líquida do setor público, divulgada pelo Banco Central, serve de base para o cálculo das necessidades de financiamento do setor público. Esse é o conceito básico que estamos apresentando. Dessa forma, inclui-se a base monetária para avaliar o financiamento por emissão monetária, o que é considerado por todas as autoridades monetárias do mundo como forma de financiamento – financiamento por meio da emissão,

mas é uma forma de financiamento público. Caso exista securitização dos precatórios, temos de ver de que forma isso será regulado. Certamente, vamos analisar o assunto da maneira mais precisa possível.

Em relação à flexibilidade das normas de câmbio, chamo a atenção de V.Exa. para o seguinte: quando houve a unificação das taxas de câmbio, se isso tivesse, naquele momento, aumentado a pressão dos detentores de real e o risco de eles correrem todos para o dólar, teríamos, possivelmente, aumento do dólar, como houve em outros momentos, inclusive no Brasil. Entretanto, isso não ocorreu, mas sim o fenômeno contrário. Quer dizer, não existe essa corrida para o dólar. Muito pelo contrário. Aliás, Deputado, é a experiência de muitos países do mundo. Países de economia estável, países de política monetária com inflação convergindo para metas, países com política fiscal responsável, países que têm saldos comerciais como os do Brasil etc. tendem a ter exatamente o fenômeno contrário.

Em resumo, felizmente é esta a situação no Brasil: temos uma economia cada vez mais sólida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, pedimos a todos que assinem a lista de presença e também que se restrinjam aos 3 minutos, porque temos uma relação de 10 inscritos.

Muito obrigado.

Com a palavra ao Sr. Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, inicialmente, na qualidade de Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias – e todos os membros da Comissão Mista de Orçamento sabem do esforço que estamos fazendo para aprovar a LDO -, comunico que estamos cancelado a reunião marcada para hoje às 21h. Não queremos trazer para esta Comissão o confronto que estamos vendo no plenário. Queremos votar com tranquilidade, queremos dialogar, como fizemos durante todo o processo.

Fica transferida para terça-feira, às 19h, a reunião destinada a examinar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. É o comunicado que faço. Espero que até terça-feira o clima seja de maior tranquilidade. Vamos dialogar, vamos discutir o assunto. É a melhor forma de agir. É exatamente isso que tenho aprendido em Minas Gerais, desde que iniciei minha carreira política.

Antes de passar aos questionamentos, agradeço ao Presidente do Banco Central as contribuições apresentadas.

Vou incluir em minhas perguntas a questão do Deputado Sérgio Miranda, com o consentimento de

S.Exa., sabendo que não teremos, depois, problemas com o veto.

Quero saber a respeito da decisão que o Conselho Monetário tomou, já que estamos discutindo o semestre anterior. O Conselho Monetário baixou a Resolução nº 3.204 em 18 de junho de 2004. Ela restringiu o crédito para o setor público, trazendo-nos uma série de dificuldades, em especial para investimentos na área de saneamento. O Banco Central vai manter essa política restritiva ao setor público, em especial na área de saneamento, que é extremamente importante, já que ela não consta do projeto piloto, orçado em 3 bilhões, que prevê a redução de 0,15% para investimentos? Estamos trabalhando em infra-estrutura, mas principalmente com estradas e irrigações. Não consta saneamento, algo de que Municípios e Estados precisam muito – investindo em saneamento diminuem os gastos com saúde. Não adianta o Banco Central segurar o gasto em saneamento, porque depois vai ter de gastar com saúde. Todos sabem que é mais fácil e mais barato gastar na prevenção da doença do que com hospitais – os custos são maiores. Essa é a primeira pergunta.

Em segundo lugar, penso que o Governo está fazendo uma política correta, mantendo os gastos da União em 17% do PIB, incluídos os gastos sociais. Mas essa austeridade não pode existir somente na área social. Ela tem de estender-se à área fiscal e aos juros. Se continuarmos com essa política de juros extremamente elevados, vamos ter de sacrificar o social.

Na condição de Relator da LDO, estou vivendo essa contradição. Gostaria de saber a posição do Banco Central. Não só o social tem de dar a sua cota, mas também a política de juros. Do contrário, não vamos conseguir resolver o problema.

Finalmente, a última pergunta. Estamos apresentando no relatório substitutivo a inclusão de uma política anticíclica, em relação ao superávit primário. O Banco Central estabeleceu, e estou mantendo no meu relatório, a inflação em 4,5%, com banda flexível, e o superávit fixo. Mas todos sabem que superávit não é fixo realmente. Por isso, queremos criar um dispositivo anticíclico: se crescermos acima do PIB, poderemos fazer um superávit um pouco maior; se não crescermos acima do PIB, poderemos ter uma redução de superávit, para que possamos induzir o investimento. Qual a sua visão em relação a essa proposta?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Vamos passar às perguntas do Sr. Deputado Ricardo Barros. Logo após o Ministro dará as respostas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Ministro, concordo com a afirmação feita pelo Deputado

Sérgio Miranda, mas vou transformá-la em pergunta. O aumento de empregos dá-se pela formalização? A informação que temos é de que metade desses novos empregos, na verdade, não é fruto de crescimento econômico nem de aquecimento da economia, mas de pressão da fiscalização do Ministério do Trabalho. Ou seja, o Ministério do Trabalho obriga o empresário a formalizar a pessoa que já estava empregada mas que não tinha registro. Então, agora estou perguntando: sim ou não?

A respeito das tarifas públicas, força motriz da inflação – elas é que puxam a inflação para cima -, V.Sa. consideraria a possibilidade de o BNDES comprar a dívida das concessionárias e refinanciá-la a custo mais baixo – 3%, 4% ao ano, ou que seja de 8,75% -, como o da agricultura, de modo que a dívida das concessionárias não pressione o aumento das tarifas? Não seria mais lógico, em vez de transferir para o povo o custo dos juros, que o próprio Governo decreta tão elevado, criarmos no BNDES uma linha de compra e refinanciamento da dívida em patamares que não pressionassem a inflação pelo próprio custo da dívida das concessionárias de serviço público?

Outra pergunta. Sobre o crescimento do Brasil, V.Sa. apresentou um índice médio de 2,4%, desde 1995, que é baixo. Mas, especialmente nesse último período, estamos muito abaixo dos países emergentes que concorrem com o Brasil na atração de investimentos. Por quê? Qual é a sua visão sobre essa diferença? Por que o Brasil não consegue acompanhar os demais países emergentes, que têm taxas consistentes de 7%, 8% ao ano, em anos seguidos?

Quero também aproveitar a oportunidade de estarmos sendo filmados pela *TV Câmara* e pela *TV Senado* e pedir a V.Sa. que diga ao Brasil em “populês”, não em “economês”, por que temos taxas de juros tão altas. Por que o Brasil precisa cobrar as mais altas taxas de juros reais do mundo? Essa explicação será muito útil, se feita em linguagem que as pessoas comuns entendam.

Também gostaria que V.Sa. comentasse o déficit zero, de que estão falando alguns membros do Governo – déficit zero, com superávit primário de 7,5%. De novo, o componente juros. Superávit primário significa a diferença entre o que o Brasil arrecada menos o que ele gasta, fora os juros. Se os juros fossem menores, talvez tivéssemos mais facilidade de chegar ao déficit zero.

Gostaria que V.Sa. nos explicasse, de preferência em “populês”, como o Brasil pensa chegar em déficit zero, com a dívida alta que temos e os juros que estamos pagando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Com a palavra o Sr. Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES – Sr. Presidente do Banco Central, ontem, José Antônio Moroni, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – o Conselho é consultivo, ajuda à Presidência -, escreveu um artigo sobre a decisão de se alterar o Conselho Monetário Nacional, a fim de que não façam parte dele apenas o Presidente do Banco Central, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda. Oitenta conselheiros aprovaram essa alteração. Apenas 8 a rejeitaram – exatamente os que eram ligados aos banqueiros.

O que V.Sa. pensa da alteração da composição do Conselho Monetário Nacional sugerida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do ponto de vista do seu impacto na política do Brasil?

Segunda questão: por que o Banco Central não trabalha com metas de crédito? Sabemos – V.Exa. mesmo reconheceu – que, em comparação com países do mesmo nível, o volume de crédito, no Brasil, é muito pequeno. Por que não estabelecer metas e, conseqüentemente, medidas para o mercado com o objetivo de aumentar o volume de crédito, anualmente? Assim como há meta para superávit, teríamos também para crédito.

Outra pergunta na mesma linha: tendo juros altos e, principalmente, *spread* bancário altíssimo – um dos maiores do mundo -, por que não haver metas para redução gradativa do *spread* bancário, considerando os altos lucros recentes obtidos pelos bancos? É mais uma razão para termos essa meta.

Finalmente, a meta do emprego. Na própria Comissão de Finanças e Tributação tramita um projeto – era para ter sido votado esta semana – em que se prevê que o Banco Central deve assumir a responsabilidade por essa meta, em semelhança ao que ocorre nos Estados Unidos. O que V.Exa. acha disso, tendo em vista a dificuldade que o País atravessa, devido ao altíssimo índice de desemprego?

Considero calamidade pública estarmos beirando 11% de desemprego. Talvez o mais grave para uma família seja ter o pai ou a mãe desempregados. Quem lida com o dinheiro – portanto, com a política, que realmente afeta a vida das pessoas – deveria ter responsabilidade em relação a isso, mesmo que não fosse legal. Que dificuldade há para que se assumam metas de redução progressiva da taxa de desemprego?

V.Exa., que ocupa cargo de grande importância política e tem experiência, pois foi eleito Deputado Federal na últimas eleições, não acha que é muito o poder dado ao presidente do Banco Central, do ponto de vista político e de responsabilidade, quando se compara

aos poderes desta Casa? Que medidas poderíamos sugerir para democratizar o poder, tão concentrado na autoridade monetária, a fim de que a população tenha maiores benefícios sociais?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, da última vez em que V.Sa. esteve aqui – se não me falha a memória, no mês de novembro -, eu estava sentado do outro lado desta mesa. Comecei minha intervenção dizendo que, diante dos números que V.Exa. nos trazia, não seriam prudentes nem a euforia nem a depressão. Talvez V.Exa. se lembre disso. Eu até dei risada aqui.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Desta vez, usarei mais duas expressões: nem a superficialidade nem o maniqueísmo.

Vou me cingir diretamente a essa danada fraçãozinha – o assunto já foi, em parte, abordado pelo Deputado Sérgio Miranda – expressa pela relação dívida líquida do setor público/PIB. Acho que é a fração mais famosa dos últimos meses, ou anos, na macroeconomia brasileira. Em torno dela tudo se encaixa, mas nem tudo se explica.

Observei atentamente os quadros apresentados por V.Exa. Um deles nos preocupa: exatamente a tentativa de se explicarem os efeitos fiscais da política macroeconômica, observando-se a relação da fração dívida líquida/PIB. Evidentemente, no agregado dessa fração, observamos redução e até relação de 1 para 2, de 50%, em relação ao PIB. Mas, quando nos demos o trabalho de destrinchar a composição interna da dívida líquida do setor público e a componente externa, observamos que as conseqüências fiscais da política macroeconômica não reduzem a relação dívida/PIB. Ela tem aumentado. Os dados são oficiais. Acesso frequentemente as notas do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional. Por exemplo, passaram de 22,9% do PIB para 26,7%. Cinjo-me ao plano da União Federal. Não falo dos Estados nem dos Municípios.

Em relação à componente externa, evidentemente houve queda de 12,5% para 4,8%, embora não nos detenhamos aqui nestes pontos: qual foi a variação cambial, qual foi o crescimento do PIB, qual foi a variação das reservas, que também concorreriam para que houvesse redução, melhor capacidade de pagamento dessa dívida. Esse elemento está subjacente à pergunta do Deputado Ricardo Barros.

Nos últimos 10 dias – parece-me até que V.Exa. já teve oportunidade de participar de uma das reuniões em que o Deputado Delfim Netto fez a apresentação da sua proposta econômica -, temos observado que há forte enfoque na necessidade de reduzir essa relação. Só que os aspectos que são importantes e que podem variar essa relação não são necessariamente tratados.

Por exemplo, por que não se dá ênfase – como considerou o Deputado Nazareno Fonteles – à administração da capacidade de arrecadação do Estado para se prover maior meta de crédito no sentido indutor, a fim de que façamos variar o PIB, que é o denominador da fração?

Por que há uma incidência quase monotonal para que se mude a relação alterando-se o numerador? Mesmo que se trate da mudança do numerador da fração, que é o montante da dívida líquida, não se trata de componente que incide sobre o crescimento dessa dívida, que são as taxas de juros. Vai-se diretamente na sociedade. Tudo o que fazemos – inclusive nós, que fazemos as leis, que fiscalizamos os atos do Executivo, as atividades do Banco Central, as atividades administrativas, as funções-meio do Estado – é nos referir ao encargo tributário desigual, elevadíssimo, que a sociedade paga para financiar as competências do Estado.

Então, por que a insistência quase monotonal de que as metas de mudanças da relação dívida líquida/PIB não dão ênfase à necessidade de crescimento do PIB, metas de emprego, metas de crédito? Elas não dão ênfase a metas para que os juros possam, também, ser administrados. Há outras metas, e não há qualquer preconceito contra elas. As metas são importantes para que se possa, periodicamente, administrar o conjunto das variáveis da política macroeconômica, da política fiscal, da política tributária, da política de crédito.

Sr. Presidente, tenho um exemplo disso: 3 extras do SIAFI, de 3 Ministérios importantes.

O primeiro deles refere-se ao Ministério dos Transportes. Todos sabemos da situação crítica da infra-estrutura, da pouca capacidade de investimentos do Estado com recursos do Tesouro Nacional. Para isso criaram-se as propostas de parcerias público-privadas.

Vou fornecer-lhe um dado do atual quadro de contingenciamento orçamentário, em função da necessidade de atingirmos as metas de superávit: adequação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais – em homenagem ao Deputado Gilmar Machado. Dotação orçamentária autorizada: 24 milhões e 184 mil reais. Dotação empenhada até o mês de maio: 209 mil reais. Há outras aqui; todas elas nesse mesmo patamar de disparidade.

Construção de trechos rodoviários na BR-364, aquele célebre corredor de transporte do Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso. Dotação orçamentária autorizada: 18 milhões. Dotação empenhada: apenas 5 milhões. E estamos quase na metade do ano.

Ministério das Cidades – vai bater no que disse o Deputado Gilmar Machado. Apoio à implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana. Dotação orçamentária: 704 milhões e 928 mil. Dotação empenhada: 250 mil reais.

Obras de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande portes. Dotação orçamentária: 383 milhões e 683 mil. Despesa empenhada: 4 milhões e 800 mil reais.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja diferença é a estruturação de assentamentos e investimentos comunitários. Dotação orçamentária: 120 milhões. Dotação empenhada: 30 milhões. Despesa liquidada até maio: apenas 5 milhões de reais.

Por que razão, portanto, não são estabelecidas metas para o crescimento do PIB, metas de crédito e também metas de limite à expansão das taxas de juros?

Se não houver uma atuação consistente em todas essas variáveis, não poderemos dizer que a forma como se administra a política monetária creditícia e o impacto fiscal para a sociedade privilegia um componente do gasto público.

É lamentável que, ao nos referirmos a investimentos ou à administração das contas públicas, sempre que se fala em gasto público, continuemos, ou por ingenuidade ou por opção, a excluir do gasto público a despesa financeira. Segundo o plano de administração federal da dívida, relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, trata-se de montante concentrado numa parcela muito minoritária da sociedade.

Por isso, nós, Parlamentares de vários partidos, já estamos nos movimentando fora da Câmara e do Senado para criarmos um contraponto a essa proposta que o Deputado Delfim Netto começa a vender – “vender o peixe”, no bom sentido. Ela não é nova, é cheia de vícios, trata privilegiadamente um setor do gasto público em detrimento de outros segmentos importantes para a sociedade. Se não olharmos para isso, vamos ver o quê?

Para concluir, Sr. Presidente, vou apresentar outro dado de tabela oficial. A dívida interna líquida do setor público, Governo Federal e Banco Central, em 1994 e 2004. Em 1994, 6,5% do PIB; em 2004, 25,8% do PIB. Em valores: 33 bilhões e 400 mil para 477 bilhões e 400 mil. Isso significa processo progressivo de transferência de renda, transferência da carga tributária, que a maioria da sociedade paga e que deveria ser

equilibradamente administrada para crédito ou investimento, para financiamento da infra-estrutura, para aparelhamento adequado do Estado brasileiro, a fim de prover serviços adequados à sociedade, transferência de carga tributária de 40% do PIB. Também não se fala em reduzir a carga tributária, ora porque a lei de responsabilidade quer compensações ora porque não se quer mexer na carga tributária, em função dos encargos que o Estado tem de honrar.

Então, por que há essa ênfase monotonal, exclusiva, até com certo viés de interesse? Ao se fazer referência a gasto público, fala-se apenas em pessoal, encargos sociais, custeio, administração, despesas correntes, deixando-se de fora despesas de natureza financeira. E são elas que vêm sendo privilegiadas nesse sentido.

Encerro lembrando o que V.Exa. nos disse em novembro: um Estado e um país que convivem com inflação alta perdem perspectivas no futuro, perdem a visão do rumo. E eu respondi a V.Exa. que um Estado “sobreendividado” também não tem capacidade de investimento. Esta é a situação: estamos numa eminente insustentabilidade fiscal. Por isso, prospera agora a tese de superar o superávit primário para que engula o déficit nominal, aumentando de 20% para 40% a desvinculação de recursos, revendo a Emenda Constitucional nº 29, de financiamento para a saúde. Mas ninguém aparece para dizer que temos de estabelecer limites para os encargos financeiros, limites para as taxas de juros. É como se isso fosse uma despesa blindada. Já que a palavra está tão em moda, blindou-se a despesa financeira. Ela é intocável. Congelou? Nem tanto, porque, se pusermos um foguinho embaixo, ela derrete.

Essa é a questão central. Afirmam que uma das formas de se ver o impacto fiscal da política macroeconômica é a relação da dívida líquida. Não se trata somente disso. Quando nos debruçamos sobre ela para verificar a sua componente interna, vemos que, ao contrário, o que fez cair a relação dívida líquida/PIB não foi o impacto da política monetária sobre a dívida líquida interna, mas sim a apreciação do real frente ao dólar; foi o aumento das reservas cambiais; foi o próprio crescimento do PIB, em 2004. O componente interno não os reduziu. Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Encerre, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Essa questão tem de ser tratada de forma transparente, não pode ser vista como um dogma. Como nos parece, continua tendo hegemonia sobre as demais concepções de tratamento das contas nacionais, da

política monetária, creditícia e do impacto fiscal para o conjunto da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Vamos ter mais um bloco. Então, para fechar o bloco atual, vamos ouvir o Sr. Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Henrique Meirelles – agora, Ministro -, V.Exa. é uma pessoa de muita sorte, não só em relação ao Banco Central, mas à vida também, por seu trabalho, por ser uma pessoa respeitada, com muito crédito, que traz muito orgulho a Goiás e também ao Brasil, uma vez que alçou o banco posição tão importante em âmbito mundial.

V.Exa. é uma pessoa de muita sorte, porque vivemos uma grande abonação econômica, em termos mundiais, embora não tenhamos, infelizmente, nestes últimos 2 anos, acompanhado o nível de crescimento de muitos países do Terceiro Mundo. Estamos muito longe de alguns países, como a China e a Índia, que têm a mesma capacidade de investimento do Brasil. Essa é uma das questões que apresento.

A outra questão, também relacionada a esse tema, é que não houve neste período nenhuma crise. Dois pontos são importantes para segurar uma crise, de acordo com meu ponto de vista, e eles foram utilizados duas ou três vezes, pelo menos, no Governo passado, que enfrentou crises mundiais. Um deles é a taxa de juros. Se há uma crise, automaticamente eleva-se a taxa de juros. No entanto, estamos vivendo um patamar elevadíssimo de juros, que dificilmente deixa brechas para que haja elevação momentânea, caso seja necessário. A outra estratégia é o superávit primário, a liquidez do País, basicamente. Mais uma vez, a política implementada foi de elevar esse superávit. Por incrível que pareça, a própria base do Governo está lhe fazendo críticas, porque não existe dinheiro para investimento, para políticas sociais, para infra-estrutura e para outras atividades do País. Tudo está indo para o ralo econômico, a fim de segurar uma inflação. Não sei se esse é o caminho adequado.

Um terceiro ponto, eminentemente político, é que V.Exa. ocupa um cargo de confiança e é um dos nomes cotados para o Governo de Goiás. Enquanto isso, está na imprensa de Goiás – vejo muitos goianos passeando por aqui, sinal de seu prestígio -, que o Presidente Lula está falando em fazer a reforma ministerial, e todos os candidatos ou pré-candidatos estarão dando lugar a não candidatos. V.Sa. vai permanecer no Banco Central ou será realmente candidato por Goiás?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Passamos a palavra ao Sr. Ministro, para suas considerações finais.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Vamos começar, portanto, pelas perguntas do Deputado Gilmar Machado.

Deputado, gostaria de deixar bastante claro um ponto, em relação à minha resposta ao Deputado Sérgio Miranda. Não compete ao Banco Central, evidentemente, influenciar ou determinar o que deve ou não constar da LDO. Eu disse exclusivamente que – frente a um pedido específico do Deputado, a respeito de determinadas informações – as áreas técnicas do Banco Central, dentro de um critério de transparência, farão, como sempre o fizeram, todo o esforço necessário para fornecer essas informações. Em nenhum momento disse que isso deve entrar na LDO, porque o Banco Central acha isso ou aquilo. O Banco Central entende que a LDO é uma prerrogativa do Congresso Nacional e, depois, do Sr. Presidente da República. Eu disse apenas que, evidentemente, proclamamos a nossa absoluta aderência às determinações. De maneira que, diante de qualquer mudança na LDO, estaremos prontos a segui-la, como sempre ocorreu em outras circunstâncias.

Quanto à questão da política restritiva ao setor público – a primeira pergunta de V.Exa. –, essa não é uma decisão do Banco Central, mas do Conselho Monetário Nacional. Sou membro votante, evidentemente, do Conselho Monetário Nacional, mas não é o Banco Central que determina isso. O Banco Central simplesmente controla os limites, sob determinação do Conselho Monetário Nacional.

Os limites de endividamento do setor público estão incluídos claramente na questão geral que está sendo discutida aqui: da dívida pública no Brasil, dos juros etc. À medida que aumente cada item de endividamento, teremos mais expansão da despesa pública naquele setor e maior aumento da dívida.

Em resumo, como V.Exa. disse, com muita clareza, o grande desafio de governar é escolher as prioridades: vai-se investir numa estrada nesse Estado, ou num posto de saúde, ou num hospital noutro Estado; em infra-estrutura ou em Previdência Social; vai-se diminuir gastos e carga tributária ou aumentar gastos e carga tributária, aumentando-se a dívida?

Não compete ao Banco Central opinar sobre todos esses fatores. Essa decisão cabe à sociedade, por intermédio dos seus órgãos de representação, Congresso Nacional e Executivo, de que faz parte o Conselho Monetário Nacional.

Portanto, o que posso fazer é levar ao Conselho Monetário Nacional a observação de V.Exa. sobre esse item específico – os limites de endividamento do setor público – e seu pleito no sentido de que esses limites

sejam revistos. Certamente, ela será levada à próxima reunião do Conselho.

Em relação à política anticíclica, é importante mencionar, Deputado, que se trata de política discutida em diversos países. É algo que realmente tem sido seriamente pensado. Sugerimos cuidado quanto à sua interferência em aspectos mais gerais, inclusive a famosa relação dívida/produto.

Em suma, discutir a questão anticíclica é válido, mas é muito importante ter em mente que em momentos de crescimento da economia é que se pode pagar maior parcela da dívida – é o que V.Exa. sugere – e não em momentos de crescimento menor. É preciso tomar um pouco de cuidado em momentos de menor crescimento, porque, dependendo do tamanho do componente anticíclico, pode haver elevação da dívida. Isso poderá ter outras consequências, que precisam ser analisadas com muito cuidado.

Uma coisa é o conceito, outra coisa é a situação. Quando a economia está crescendo, poupa-se um pouco mais e paga-se mais dívida. Quando cresce menos, temos de expandir para contrabalançar. Mas isso pode ter como efeito uma perigosa elevação do endividamento.

Deputado, não estou aqui, de maneira nenhuma, emitindo juízo de valor. Estou apenas respondendo à pergunta de V.Exa., manifestando o que temos observado em diversos países do mundo.

Os juros aparecem em várias perguntas dos senhores – é absolutamente normal que isso ocorra. V.Exa. pergunta se há limite para despesas da União (17%), por que não se estabelece limite para os juros. O Deputado Ricardo Barros pedeme que explique em “populês” – ou seja, com muita clareza – a questão dos juros altos no Brasil, do déficit zero, do componente juros. O Deputado Nazareno Fonteles pergunta por que não há metas de crédito, metas para *spread* bancário, metas de emprego etc., além de metas de inflação. O Deputado Paulo Rubem pergunta: por que não aumentar as metas de crédito, para que isso possa gerar mais crescimento e fazer crescer mais o produto? Por que não dar mais ênfase ao crescimento na questão da relação dívida/PIB? Por que não fixar limites para juros?

E o Deputado Ronaldo Dimas menciona o risco de a crise ser aguçada por um nível elevado de juros.

Há uma série de perguntas referentes aos juros. Seria interessante falar sobre a questão como um todo, em vez de ficar respondendo pedaço por pedaço.

Assim, em primeiro lugar, diria que, de fato, os juros reais são altos no Brasil em comparação com outros países, mas eles têm caído progressivamente ao longo dos últimos anos. De 1999 para cá, os juros

reais médios caíram pela metade, quando comparados ao período entre 1994 e 1999. Os juros reais médios de 1994 a 1999 eram aproximadamente o dobro dos praticados de 1999 para cá. E, no período de 2004 a 2005, eles caíram a dois terços do valor médio do período de 1999 a 2003.

Portanto, os juros reais têm caído consistentemente no Brasil, em resposta à melhora progressiva nos fundamentos macroeconômicos brasileiros. E é nossa expectativa que esse processo continue nos próximos anos. Então, é muito importante que levemos esse aspecto em conta.

Como já mencionei, não há dúvida de que nós, do Banco Central, temos grande interesse em que as taxas de juros caiam – e para isso nos empenhamos. O que não podemos fazer, pois a nossa responsabilidade nos impede, é adotar medidas artificiais, como se fez em diversos países e mesmo no Brasil, medidas que podem causar alívio momentâneo e depois gerar desastre, a crise que mencionamos.

Voltando à pergunta do Deputado Ricardo Barros sobre o porquê de os juros no Brasil serem altos, acredito que para responder tenho de deixar o papel de Presidente do Banco Central e me colocar no papel de analista, porque a questão dos juros altos extrapola em muito a competência do Banco Central, que é fixar a taxa base, a Taxa SELIC. O que influencia, de fato, a atividade da economia são os juros de mercado, principalmente os de médio prazo – e esses não são controlados pelo Banco Central.

Aliás, no passado, em alguns momentos o Banco Central forçou um pouco a taxa de juros para baixo – mais do que o mercado entendia ser adequado para o País naquele momento -, e as taxas de juro de médio prazo do mercado subiram, prejudicando o crescimento econômico. Portanto, o Banco Central não tem, como se imagina, controle absoluto sobre a taxa de juros. Para definir a taxa de juros adequada, o BC considera diversos fatores, como meta de inflação a cumprir e outros. O Banco Central faz a sua avaliação.

Voltando à sua pergunta, Deputado – e não estou definindo o porquê de o Banco Central fazer isso ou aquilo; faço meramente uma análise -, há de se considerar vários aspectos. Primeiro, durante muito tempo, o Brasil teve hiperinflação. Isso tem uma história e envolve certo risco. Segundo, mesmo depois da estabilização, o Brasil tem enfrentado crises periódicas, por vulnerabilidades diversas. Em 2002, tivemos uma crise cambial que levou à depreciação do real. Em consequência, a inflação subiu muito, e rapidamente, o que gerou instabilidade e criou o que se chama de “prêmio de risco de inflação”, quer dizer, fez com que as pessoas que estavam investindo tivessem receio da

inflação no futuro. Isso é uma coisa mais recente que se soma ao histórico de hiperinflação do passado.

Esta é uma das razões por que a taxa de juros média real está caindo nos últimos anos: o País está ficando mais estável, a parte fiscal está melhorando, a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo aplicada, a relação dívida/PIB está caindo, o regime de metas de inflação foi estabelecido, e o Brasil hoje já tem mais crédito nesse aspecto. Então, esse prêmio está caindo.

Com o devido respeito, alguns Parlamentares dão excessiva ênfase à relação dívida/PIB, o que é muito importante, porque a relação Dívida/PIB é que mede a capacidade de pagamento do setor público de qualquer país. Se a dívida é muito grande quando comparada ao produto, claramente ela será mais difícil de ser paga, claramente as taxas de juros tenderão a ser maiores. O mesmo acontece com uma empresa que está em grande dificuldade: ela normalmente pagará taxas de juros maiores do que uma outra empresa que está bem.

Portanto, o Brasil está indo no caminho certo. As taxas de juros reais vêm caindo paulatinamente e está diminuindo o endividamento do País. Ao mesmo tempo, isso aumenta a resistência do País aos choques internos e externos, com reconstituição de reservas e saldo comercial, o que envolve outro tipo de risco – já falei do risco de inflação e do risco da dívida e estou falando agora do risco externo.

Houve períodos, Deputado, em que o Brasil precisava, a cada ano, ir ao mercado internacional financiar mais de 6% do seu produto. Era o déficit em conta corrente. Para um país como o Brasil financiar 6% do seu produto nos mercados internacionais é muito. Ficávamos sujeitos aos humores dos mercados internacionais, aos chamados fatores de aversão ao risco. Quando o fator de aversão ao risco subia, o Brasil tinha crise, tinha problemas, tinha dificuldades.

Portanto, é muito importante toda essa profunda transformação da economia brasileira. O Brasil hoje tem um superávit comercial elevado e tem saldo em conta corrente, o que significa que não está tendo necessariamente de financiar determinado valor. As necessidades de financiamento caíram em função disso. O Brasil diminuiu outras vulnerabilidades, como a dívida indexada ao câmbio, um problema terrível. A qualquer receio, saía recurso do País, o dólar subia, a dívida era indexada ao câmbio em grande parte – quase 40% -, subia a dívida como um todo, as pessoas se preocupavam com a dívida, corriam para o dólar, que subia ainda mais. Esse círculo vicioso foi quebrado. Hoje, pouco mais de 4% da dívida doméstica estão indexados ao dólar. Esse fator dá credibilidade do País.

Em resumo, a alta de juros é fruto de uma série de grandes, profundos e complexos fatores.

Tenho visto com otimismo a opinião de alguns analistas, inclusive alguns críticos do Banco Central. E, com satisfação, li artigo de um grande analista, que, com muita clareza, diz que, de fato, pela primeira vez em muitos anos, estamos conseguindo vencer a inflação no Brasil e termina o artigo com uma frase interessante. Diz ele que deveríamos gastar *“um minuto para elogiar o Banco Central e o resto do ano para discutir por que os juros são tão altos no Brasil”*. Tratase de boa sugestão, porque a discussão sobre os juros altos não cabe simplesmente ao Banco Central. Por ser uma questão complexa, merece ser discutida por toda a sociedade brasileira.

Pergunta também o Deputado Ricardo Barros se o aumento de empregos se dá pela formalização.

Deputado, não há relação direta entre uma coisa e outra, na medida em que não temos registro do trabalho informal em razão da própria definição da informalidade. Não tenho como afirmar com certeza se o trabalho informal cresceu, se o trabalho formal cresceu e quantos trabalhadores hoje de carteira assinada são provenientes do trabalho informal. Não disponho desses números. O que posso fazer é repetir algo que já mencionei.

Existe uma pesquisa mensal de emprego do IBGE que nos dá uma visão do emprego como um todo nas regiões metropolitanas, formal e informal, e existem os números do CAGED, do Ministério do Trabalho, sobre a evolução do trabalho formal no País inteiro – não se trata de pesquisa, mas de dados reais sobre os registros em carteira assinada. Segundo essas fontes, cresce o emprego formal e cresce o emprego total nas regiões metropolitanas, formal e informal. Isso, portanto, indica que não está ocorrendo mera transferência de emprego informal para emprego formal em função de melhor fiscalização do Ministério do Trabalho.

Dados do IBGE mostram que, nos últimos 12 meses, houve uma elevação de 4,46% no emprego com carteira assinada e de 5,86% nos empregos sem carteira nas regiões metropolitanas.

Como disse, os dados do CAGED são nacionais, são dados efetivos, e os dados do IBGE se referem apenas às regiões metropolitanas. Mas vemos que, nas regiões metropolitanas, há claramente essa correlação. Tanto que aí o emprego sem carteira cresceu 5,8%, contra um crescimento de 4,46% com carteira assinada. Mas as indicações são de que o emprego como um todo está crescendo.

Quanto a saber se seríamos favoráveis a uma troca das dívidas das concessionárias por uma dívida com custo mais barato, por meio, por exemplo, de

empréstimo do BNDES, não sendo o custo desse empréstimo transferido para tarifa e, portanto, permitindo uma tarifa mais baixa, devo dizer, Deputado, que isso se enquadra exatamente no tipo de questão que se está discutindo no exame da LDO. E tenho certeza de que é discussão recorrente no Congresso Nacional a alocação de recursos. Teríamos, claramente, frente à sua proposta, parte dos recursos disponíveis da União transformando-se em subsídio para as concessionárias, pressupondo que elas repassariam o subsídio para o consumidor. É importante mencionar apenas que isso compete diretamente com outras necessidades de recursos da União – saúde, educação, infraestrutura, transporte.

Não me caberia, apesar de me sentir honrado com que os Deputados expressam a respeito do poder do Banco Central – e vou me referir a isso em algum momento -, opinar sobre algo cuja definição é prerrogativa expressa do Congresso Nacional: as prioridades na alocação do recurso público.

A terceira pergunta do Deputado é: por que motivo o Brasil cresce menos do que outros emergentes? Essa é uma pergunta importante, Deputado – como as demais aqui feitas.

Aliás, gostaria de dizer, com toda sinceridade, que este talvez seja um dos momentos mais importantes do ano para o Presidente do Banco Central. Vir a esta Casa para responder às questões feitas pelos Parlamentares é, de fato, muito importante.

Por que alguns emergentes crescem mais do que o Brasil? Vamos tomar como exemplo a China. Ela tem uma taxa de poupança enorme em relação ao seu produto interno. Os números informais – digamos assim, porque às vezes se discute muito as estatísticas da China – mostram uma taxa de poupança e investimento substancialmente superior à brasileira.

Então, o que ocorre? Na China os trabalhadores têm muito menos direitos sociais do que há no Brasil. Além disso, têm muito menos direitos trabalhistas, uma segurança social muito mais frágil do que a brasileira e uma despesa com previdência social também muito mais baixa. Tudo isso se reflete em alta taxa de poupança que gera elevada taxa de investimento no país. Muitos chineses reclamam disso, acham que a China deveria fazer coisas similares ao que já fez o Brasil, como dar maior segurança para o trabalhador. Na China se trabalha 6 dias por semana. Lá, para muitos trabalhadores, a semana de trabalho é de 72 horas. De fato, o nível de trabalho é muito intenso, e os direitos sociais são muito baixos. Isso leva a elevado nível de poupança.

Eu diria que a questão fundamental é esta: escolha da sociedade. Mas existem diversos outros as-

pectos. Posso citar a questão populacional – a China controla o fluxo populacional – e os investimentos históricos em educação, como a Índia fez durante muitos anos, além de série de outros fatores. O setor público, por exemplo, em alguns desses países, é muito menor. No Chile, o total de gastos do setor público é de cerca de 17% do produto interno do país, portanto, muito menor do que o brasileiro. Em consequência, sobram mais recursos para investimento.

O que quero dizer é o seguinte: existem diversas questões a discutir, mas o importante é que as taxas de crescimento no Brasil estão aumentando. Crescemos 4,9% no ano passado – a taxa média de crescimento foi muito menor no passado. Para este ano, as previsões de crescimento estão muito acima da taxa média. Prevemos crescimentos superiores nos próximos anos. Esse o primeiro ponto.

Segundo: não se pode esquecer, quando se fala em menor crescimento do Brasil, das crises periódicas decorrentes de todas essas vulnerabilidades que já mencionamos. Isso está sendo equacionado. O Brasil está saindo desse padrão de crises periódicas.

Em resumo, esses são os fatores que fazem com que as taxas de risco venham caindo. Como mencionei, as taxas de juros reais vêm caindo, e tendem a continuar caindo. O importante é seguirmos trabalhando para que as taxas de crescimento no Brasil aumentem muito nos próximos anos.

O Deputado Nazareno Fonteles pede opinião sobre o aumento da composição do Conselho Monetário Nacional. Evidentemente, essa decisão não cabe ao Banco Central.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, faltou falar sobre o déficit zero.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe, V.Exa. tem razão.

O déficit zero é, de fato, uma proposta que tem diversos componentes, e não vou entrar no mérito de cada um deles. Direi apenas que, como proposta de diminuição do déficit nominal que vise dar maior flexibilidade de gestão ao Governo, ao próprio Congresso Nacional e ao Executivo, ano a ano, com uma desvinculação maior de receitas e despesas, à medida que isso possa gerar queda de novo na relação dívida/PIB e diminuir o fator de risco, certamente será favorável para a política monetária de médio e longo prazos, será favorável para o País. Medidas que viabilizem, em última análise, a diminuição do endividamento público parecem-me positivas.

Alguns Deputados já mencionaram, com muita clareza, pontos específicos e, portanto, não vou entrar nesse debate. Também não me cabe fazê-lo, porque

esse debate será feito pelas duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Quero agradecer, Sr. Presidente, e transferir o tempo que me é destinado à réplica ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que certamente está mais bem preparado para o debate sobre execução orçamentária.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Modéstia sua, Deputado, suas perguntas foram excelentes, independentemente dos méritos do Deputado Paulo Rubem Santiago.

Respondendo ao Deputado Nazareno Fonteles, volto ao assunto do Conselho Monetário Nacional. Não sou membro do Conselho Monetário Nacional, portanto, não me compete dizer se o Conselho deve ou não ser aumentado. Essa decisão extrapola as competências do Banco Central.

Existem vantagens e desvantagens. Uma grande ampliação do Conselho, com a inserção de representantes de diversos segmentos da sociedade precisa ser analisada com relativo cuidado, porque, em última análise, quem representa a sociedade é o Congresso Nacional. Ele, sim, faz o julgamento do Governo como um todo.

Tentar replicar a representação da sociedade no Conselho Monetário Nacional é algo sem precedente na democracia, inclusive porque há desafios importantes. Quem será representado? A indústria? O comércio? Os trabalhadores? De que setor é representado por que federação? E os serviços? E os militares? E os funcionários públicos? É muito complicado.

Não estou opinando, mas apenas levantando pontos cujo debate é muito importante. Sou mero membro votante – os Presidentes do Banco Central o são -, e estarei, obviamente, preparado para participar ou não de qualquer órgão, segundo a determinação do Executivo. Mas é evidente que os membros do Conselho são apontados pelo Presidente da República, que, em última análise, é eleito pelo povo brasileiro. Menciono esse aspecto, mas não vou me estender muito sobre algo que não é da minha esfera de decisão.

Agora a pergunta: por que não há metas de crédito, metas de *spread* bancário, metas de emprego, metas de redução de desemprego etc.?

Devo dizer, Srs. Parlamentares, que fico muito honrado com essa visão que se tem do poder do Banco Central, do poder que temos de controlar todos os diversos setores da economia. Infelizmente, devo-lhes dar uma má notícia: não temos esse poder todo. Esse poder é mais percebido do que real. Não controlamos, por exemplo, a criação de empregos, não controlamos o crédito concedido por instituições oficiais e privadas. Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e demais bancos públicos e privados concedem créditos ao seu melhor julgamento.

Uma série de fatores levam ao aumento do crédito. A estabilidade da economia, por exemplo. O trabalhador hoje sente mais confiança em tomar dinheiro emprestado.

Um dos senhores mencionou, até com preocupação, o fato de que o crédito para aposentados está aumentando muito, que as famílias estão insistindo com os aposentados para tomarem empréstimo. É importante que o Banco Central não se arrogue o papel de impor aumentos de crédito à população, primeiro porque não tem esse poder e, segundo, porque seria antidemocrático, autoritário. O aumento do crédito depende da disposição dos cidadãos e cidadãs de se endividarem, de quererem tomar empréstimo ou não, da decisão das empresas de quererem tomar empréstimo ou não e da decisão dos bancos de emprestarem ou não. Os maiores bancos do País são oficiais, e eles decidem, baseados no seu melhor critério de julgamento, pelo interesse público.

O caminho para o crescimento do emprego e para o crescimento do crédito são medidas que estão sendo tomadas na perseguição das metas de inflação, de disciplina fiscal, de estabilidade da economia, etc.

O mesmo digo em relação à meta de emprego. O Banco Central não tem poder para criar emprego, mas, certamente, tem grande satisfação em ressaltar que o emprego no Brasil está crescendo a taxas sem precedentes. E isso é resultado da política econômica, independentemente de o trabalho do Banco Central ter influenciado pouco ou muito nesse aspecto.

A última pergunta do Deputado Nazareno Fonteles se refere ao grande poder dado ao Presidente do Banco Central. Questiona o Deputado como se pode diminuir esse poder.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que fico muito honrado, muito enaltecido pelo fato de o Deputado julgar que tenho tanto poder assim. Na realidade, não tenho. Limito-me a fixar algumas variáveis básicas, como metas de taxa de juros, SELIC, taxa base.

Como já mencionei, sequer temos tanta liberdade assim. Em alguns momentos, não só no Brasil como em outros países, quando o Banco Central tentou tomar medidas tecnicamente inadequadas, o resultado foi muito negativo. Estamos sujeitos a rígida disciplina: as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Na realidade, temos obrigações muito claras, e todas as vezes que o Banco Central não cumpre a meta o seu Presidente tem de escrever – como fiz no início de 2003, explicando 2002 – uma carta ao Ministro da Fazenda explicando por que não cumpriu

as metas de inflação. Isso mostra com muita clareza as limitações de poder do Banco Central.

Evidentemente, se compararmos o Banco Central do Brasil com bancos centrais de outros países, eu diria até que o nosso tem muito menos poder do que os de outros países, principalmente porque a maioria deles hoje são independentes juridicamente. Por exemplo, os diretores do Banco Central do Chile e os membros do Conselho de Política Monetária têm mandatos de 10 anos, e só são demissíveis por fatores muito específicos. Nos Estados Unidos, o mandato é ainda mais longo. Na Itália, o Presidente do Banco Central tem cargo vitalício. Não estou propondo que seja vitalício no Brasil, absolutamente. E, independentemente de eu não querer, acho que não deveria.

O fato é que o Banco Central do Brasil não tem tanto poder assim. Estamos sujeitos à disciplina da sociedade, às metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, e todos os cargos ficam absolutamente à disposição do Sr. Presidente da República. Todos são demissíveis *ad nutum*.

Passo agora às perguntas do Deputado Paulo Rubem Santiago. Primeiro, a relação dívida/PIB. Indaga o Deputado se em vez de nos concentrarmos no numerador não deveríamos nos concentrar no denominador, aumentando mais o produto, por exemplo, aumentando mais o crédito.

Falando novamente na questão das metas de crédito, por que não dar mais ênfase ao crescimento? Vai na mesma direção.

Em última análise, Deputado, o objetivo de qualquer política econômica é o maior crescimento econômico. O que se discute não é se devemos crescer ou não, se temos ou não o objetivo de crescer. É claro que temos o objetivo de crescer. Qualquer política econômica, particularmente a brasileira, tem o objetivo de crescer o máximo possível. O que se discute é como crescer, o que fazer para crescer.

Uma das conclusões a que chegamos, após análise de experiências, é a de que a diminuição do endividamento público – esse, sim, um fator fundamental – e a inversão da trajetória de crescimento do endividamento público, que existiu no Brasil durante muito tempo, levam à diminuição das taxas de risco, o que leva, a médio prazo, à diminuição das taxas de juros – está acontecendo no Brasil, como disse, a longo prazo – e gera maior disponibilidade de recursos para investimento pelo setor privado, além de maior estabilidade da economia e maior capacidade de financiamento do setor público.

O que existe é uma conclusão empírica, não só a partir da realidade brasileira, mas de diversos países, de que a diminuição do endividamento público favorece

o crescimento do País, ao contrário do que se pensou durante muitos anos.

Não existe essa decisão de esquecer um pouco a dívida pública e apenas concentrar em crescer um pouco mais. Não. Estamos nos concentrando em crescer, mas, para crescer, temos de diminuir o endividamento público, diminuir o fator de risco e, com isso, diminuir, a longo prazo, a taxa de juros, ter mais recursos disponíveis para investimento no setor privado. Portanto, ter mais recursos disponíveis para o crescimento.

Em função disso, podemos ter também outras discussões. Por exemplo, a relativa à pergunta seguinte de V.Exa: por que não estipular um limite para a taxa de juros? Por uma razão muito simples, Deputado. A inflação já foi combatida de diversas maneiras no mundo. No Brasil já fizemos tablita, congelamento, enfim, inúmeras coisas para combater a inflação. Infelizmente, fracassamos muito. Tivemos também o controle da taxa de câmbio, que gerou problema mais na frente. Muitos países tentaram isso. Muitos tentaram, durante muito tempo, com relativo sucesso, o controle dos agregados monetários, meta de agregado monetário. Não vou entrar nessas tecnicidades, mas o fato concreto é que isso foi superado pela evolução da economia. E a experiência mostra que a taxa de juros é o instrumento de política monetária mais eficaz para o controle de inflação. E o sistema de metas de inflação é o mais eficaz para coordenar as expectativas da sociedade, aplicando-se o instrumento de política monetária para maior controle da inflação.

Portanto, o risco de se estabelecer limite constitucional, legal, jurídico ou pelo Conselho Monetário para taxa de juros daria uma sinalização de que o Banco Central não tem todas as condições de combater a inflação. Isso poderia levar a inflação a subir, o que seria negativo para o País, e poderíamos perder o controle da inflação.

Portanto, é muito importante deixar claro que queremos a menor taxa de juros possível. Todos queremos que isso aconteça com o correr do tempo, mas temos de tomar as medidas necessárias. Para tanto é necessário que a inflação, durante vários anos, esteja de acordo com as metas a fim de que todos confiem na economia do País, na política monetária e no Banco Central, como acontece em outros países.

Agora as perguntas do Deputado Ronaldo Dimas. A primeira, relativa à taxa de crescimento menor do que os emergentes, já respondi. A questão da alta taxa de juros também já foi respondida. A última pergunta do Deputado é, considerando-se a homenagem e o prestígio que me passam os meus colegas de Goiás, se eu serei candidato a Governador de Goiás no ano que vem. A minha resposta é não.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – O PSDB

lá já estava satisfeito, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente, apelo para V.Exa. no sentido de que me deixe fazer uma brevíssima réplica em relação à resposta do Dr. Henrique Meirelles.

Observei, Dr. Henrique Meirelles, que V.Exa. recorreu várias vezes às mesmas expressões. Todos nós, por vício ou por dever de ofício, contentamo-nos, às vezes, em responder dessa forma. V.Exa. foi muito hábil ao responder algumas questões – não lhe estou faltando com a gentileza, nem sendo agressivo -, mas, se eu lhe devolver as mesmas expressões, faltará resposta.

Perguntei por que não há ênfase em reduzir a relação dívida/PIB com foco centrado no crescimento do PIB, V.Exa. respondeu que não há discordância quanto a isso, que o problema está em como promover esse crescimento. E V.Exa. insistiu que é preciso reduzir a dívida, mas não disse como. Há contradição nisso.

Disse V.Exa. ainda que todos queremos o menor juro. Não é verdade. Não digo que V.Exa. ou o Banco Central não queiram, mas que nem toda a sociedade quer. Afinal, há uma parcela que ganha com isso – essa é a regra da macroeconomia -, porque financia o déficit público. Uma parcela da sociedade não quer o menor juro, como se vê, de uma forma ou de outra, em notícias de jornal.

Ainda ontem li notícia da *Agência Estado* que começava dizendo: “*Analistas do mercado estão preocupados com a proposta do Relator*”. Nunca pensei que o Deputado tivesse tanto poder. Quem são os analistas do mercado? Eles não têm cara, não têm nome, não têm CPF, não têm e-mail. Essa é uma forma cínica de alterar a formação da opinião pública e de manipular informações.

Não é, portanto, verdade que todos queremos juros baixos. Pequena parcela da atividade econômica privada quer maiores taxas de juros, porque isso lhes permitirá maior rentabilidade em seus investimentos.

V.Exa. disse mais, que a questão dos juros não pode ser tratada mediante parâmetros ou limites. Temos a Agência Nacional de Telecomunicações que estabelece, de acordo com os contratos, o reajuste das tarifas de telecomunicações. Temos a Agência Nacional de Energia que estabelece, de acordo com os contratos e o marco regulatório, o reajuste das tarifas. Temos a Agência Nacional de Saúde e outras tantas Agências que estabelecem reajustes. Por que não há um mecanismo de estabelecimento do preço do crédito no Brasil? É o único setor da atividade econômica que não tem eira nem beira, não tem, de parte do Estado nem de parte da sociedade, parâmetro algum.

Por que essa desigualdade no setor econômico, na esfera financeira que vende crédito? Não é pecado, não é crime; é legítimo, é democrático e necessário, mas não há parâmetro. Por que não, se há para todos outros segmentos? Alguns têm até algumas benfeitorias. Se os contratos de energia tivessem outros indicadores, a tarifa do setor energético seria muito menor no Brasil.

Então, devolvo-lhe a pergunta. Diz V.Exa. que é preciso reduzir a dívida. Mas por que o mecanismo de redução da dívida não interfere nos fatores que fazem com que a dívida cresça?

Insistimos nessa lógica de que a taxa de juro é o instrumento mais eficaz para promover a redução da inflação – e há nisso componente real, verdadeiro -, mas ela não incide sobre preços administrados, não incide sobre preços agrícolas sazonalizados, não incide sobre preços tributados, como o preço dos combustíveis, cuja metade é representada pela CIDE e pelos impostos. Juro não incide sobre isso. Combustível é insumo. Energia é insumo.

Não é totalmente verdadeiro, do ponto de vista da eficácia, que a taxa de juros é o remédio ideal, até porque tem brutal efeito colateral na dívida e, segundo V.Exa. disse, todos a queremos reduzir.

Sinto alergia quando, em debate econômico, ouço dizer que somos populistas, que queremos a volta da inflação. Não é verdade. Ninguém no País quer isso, até porque, quem ganhava antes com a inflação elevada, continua ganhando hoje com o financiamento da dívida pública. A grande maioria continua nadando de braçada.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo ao Presidente do Banco Central que destrinche um pouco mais essa afirmação, que a passe por Raios X para vermos além da parte externa, para vermos a musculatura, o sistema venoso, a ossada, enfim, os órgãos desse sistema de redução da dívida. Tem de haver equilíbrio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de passar a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, quero dizer que estamos aqui há 3 horas exatamente, e ainda há vários oradores inscritos, mais precisamente 7.

Peço, então, aos Srs. Parlamentares que sejam econômicos em suas considerações, o que também peço ao Presidente do Banco Central, uma vez que a maior parte dos assuntos já está bastante esclarecida.

Como se sabe, Economia não é uma ciência exata e, portanto, suas questões podem ser discutidas infinitamente, por dias e dias. Os economistas se baseiam num axioma de estatística que diz: “o que é

constante no passado é provável no futuro” – e, na realidade, não é assim.

Por tudo isso, peço também ao Presidente Meirelles que seja econômico nas suas respostas.

Com a palavra S.Exa.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Atendendo à determinação do Sr. Presidente desta Comissão, serei extremamente curto na resposta.

Em relação à redução da dívida, portanto, Deputado, o meio mais eficaz é por intermédio de superávits primários consistentes e persistentes no tempo. Tentativas anteriores de primeiro fazer crescer geraram deterioração nos índices e acabaram surtindo efeitos contrários. Foi o que aconteceu na década de 50, quando o Brasil tentou expandir a base monetária – meu avô chamava de tocar a viola à emissão de moedas. O Brasil expandiu a base monetária esperando que fosse crescer e compensar, mas, na realidade, só obteve inflação.

Não vou entrar em detalhes sobre como o superávit primário pode se conseguir, até porque essa é uma definição do Executivo e de V.Exas. – o Banco Central não tem ingerência nesse aspecto.

V.Exa. observa com muita clareza que juros não são o remédio ideal e têm brutais efeitos colaterais. Concordo. Esclareço que não disse serem o remédio ideal, apenas o mais eficaz para se combater a inflação, segundo a experiência dos diversos bancos centrais nos últimos anos, inclusive do Brasil. Outros remédios tentados, como correção, congelamento, tablita, controle da taxa de câmbio ou de agregados monetários etc. foram muito piores.

Em resumo, é o remédio mais eficaz e – de novo -, sendo aplicado consistentemente, com a inflação convergindo para as metas de forma consistente em vários anos e com a disciplina fiscal etc., etc., etc. – novamente não me estenderei atendendo à determinação do Sr. Presidente -, faz com que as taxas de juros reais e as taxas de prêmio de risco tendam a cair ao longo do tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente Henrique Meirelles, sei que é um incômodo para V.Exa. vir a esta Casa, pois acaba recebendo críticas sinceras à esquerda e críticas oportunistas à direita, e evidentemente não consegue contemplar todos os companheiros.

Faço um elogio: apóio a linha adotada pelo Banco Central. Embora não seja economista, entendo que uma das razões que levou o País a atual situação foi o endividamento causado por políticas populistas ao

longo de algumas décadas. É óbvio que não há mágicas na economia, mas renúncias e opções a serem feitas, e muitas vezes, para superar as dificuldades, opções duras. Não há facilidades. A riqueza não aparece do nada, ela tem de ser construída e tem de ser dividida.

Experiências do passado eu vivi. Fui sindicalista e fiz várias greves contra Plano Real, Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Collor, tentando recuperar a perda salarial dos trabalhadores, e vi que era coisa de momento: depois que passava aquela fase, estava novamente nas ruas. E acabei aprendendo que não se faz populismo com o Erário, não se faz populismo com política estruturante – depois de implementada, tem-se de dar tempo para ela se consolidar. Defendo isso com tranqüilidade, mesmo que haja divergência na nossa bancada.

Sr. Presidente, sabemos que a taxa de juros é influenciada pela meta de inflação e que, muitas vezes, temos inflação de demanda, provocada por preços administrados – preços de contrato, tarifas de telefone e de energia elétrica, que muitas vezes as Agências Reguladoras são obrigadas a conceder, ou outros preços administrados, como é o caso do petróleo -, em cujo controle a taxa de juros não teria muita eficácia.

Pergunto: é adequada aquela proposta de retirar do núcleo da inflação esses preços administrados, para que se possa tão-somente aquilatar a inflação de demanda, sensível à taxa de juros? Pronunciar-se sobre isso não é competência do Banco Central, mas do Conselho Monetário Nacional. Portanto, pergunto se V.Exa., na qualidade de membro votante do Conselho, tomaria essa atitude.

E qual seria a condição do País hoje se as ações do Banco Central, as decisões de política macroeconômica do Governo tivessem sido tomadas em 1994? Se em 1994, em vez do Plano Real, tomássemos essa atitude, qual seria o cenário macroeconômico do País?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Fernando de Fabinho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar minha alegria e satisfação em poder participar desta brilhante explanação a respeito da situação econômica do País. Acho que quem tem uma base aliada como esta, que não está satisfeita com a situação econômica do País - e muitos dos seus membros já tiveram oportunidade de falar isso -, tem muito pouco a fazer.

Desejo fazer breves comentários, porque a sessão plenária está começando agora. Em abril, o CAGED deu a seguinte informação: 1 milhão, 250 mil novos contratos em carteira assinada; 250 mil demissões en-

tre os que ganham acima de 2 salários mínimos, 400 mil novas contratações entre os que recebem menos de 2 salários mínimos. Com isso, sentimos que a folha de pagamento diminuiu.

Afirmou V.Exa. que a taxa real de juros vem caindo. De setembro de 2004 a junho de 2005, saímos de uma Taxa SELIC de 16,25% para 19,75%. De um IPCA esperado de 6,18%, chegamos em junho a 4,96%; de uma taxa real de 9,48% em setembro de 2004, chegamos em junho de 2005 com cerca de 14,9%. Mas vou pular esses outros pontos, V.Exa. já teve oportunidade de explicar a questão dos juros.

Afirmou também que não havia uma corrida para o dólar. O investidor internacional que aplicou recursos em títulos públicos brasileiros, desde o início de setembro de 2004, auferiu retorno de 41% em dólares, no período 10 meses, em decorrência da taxa de juros e da valorização cambial. Essa taxa corresponde a um retorno mensal de 3,5% em dólares, o que pode ser comparado com uma taxa anual de 3,1% nos Estados Unidos.

Esse extraordinário ônus financeiro pago pela economia brasileira é resultado de um regime de câmbio flutuante e da política monetária restritiva. Não vamos criticar uma nem outra. Mas faço a seguinte pergunta: o que deveria ter sido feito para que o País não tivesse pago ônus tão elevado? Seria um resultado primário mais elevado? Se a resposta for “sim”, V.Exa. discorda da política fiscal do Ministro Palocci. Se a resposta for “não”, V.Exa. não vê problema de o País pagar um ônus para sustentar a política de gastos do Governo.

Estou tecendo comentário antecipado porque não terei o prazer de ouvir a explicação de V.Exa.

Agradeço a oportunidade e peço desculpas por ter de me retirar, mas, como disse, está se iniciando a sessão em que será votada medida provisória e, na qualidade de Líder, tenho de estar presente ao plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, Sr. Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Um momento, Deputado, é a vez do Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Não, o Deputado Luiz Carlos Hauly foi embora. A Oposição foi embora, disse estar sem argumentos. O último representante da Oposição elogiou o Banco Central e foi embora. *(Risos.)*

Sr. Presidente, fico feliz por ver que uma das coisas que o Governo Lula tem mudado no Brasil é o fato

de se chegar a um local qualquer e ver as pessoas falando de Taxa SELIC – “*Você viu? Aumentou de novo! Esse Banco Central é inflexível, aumentou de novo a Taxa SELIC!*” Acho muito bom isso. De certa forma, estamos angustiados por ver a Oposição, de qualquer jeito, tentar tecer críticas, algumas justas, outras não, mas estamos conseguindo, pelo menos, popularizar essas questões.

É claro que, se fizermos um levantamento nesta sala, verificaremos que a maioria das pessoas não sabe o que significa SELIC. Mas já entenderam: “*Ôpa, essa taxa é básica, é ela que remunera os títulos e tal*”. Assim, estamos conseguindo implementar outra discussão, isto é, separar esse tema da taxa diária que incide no cheque especial do pobre mortal, que sempre está arrebitado e que nunca sai do negativo. Quando vemos aqueles dados, além da CPMF, dá-nos até um arrepio.

Participei do grupo que discutiu durante um ano e meio a Lei de Falências e lembro que, quando iniciamos o Governo, a média de *spread* bancário estava na faixa dos 150% ao ano, hoje parece estar entre 140%, 146%, conforme a última informação. Os bancos alegavam que o problema estava na nossa Lei de Falências. Inclusive, na Comissão de Finanças, tivemos um grupo de trabalho que analisou durante mais de um ano os motivos do *spread*. Ficava impressionado com aquilo. Os bancos alegavam – e diversos de seus representantes estiveram aqui – que o principal motivo do *spread* era a Lei de Falências, que era muito antiga, arcaica, não dava segurança etc.

Como essa lei foi sancionada recentemente e está vigorando há uns 2 meses, gostaria de saber se o Banco Central já tem algum estudo em relação à redução do *spread*, algum mecanismo para baixá-lo, ou esse é um argumento fraco que, como sempre, os bancos acabam utilizando para ter mais lucros do que já têm?

Não sei quem é o atual representante ou coordenador das cooperativas de crédito no Banco Central. O Presidente Lula, há alguns meses, com sua simplicidade, disse que temos de começar a brigar com os bancos para que realmente reduzam as taxas. É óbvio que, quando os bancos oficiais começam a reduzir as taxas, mesmo a contragosto, diversos bancos privados fazem o mesmo.

Não tenho dúvida de que uma das principais ferramentas é o crédito consignado. A Oposição pensa que os genros e noras estão obrigando seus sogros e sogras a emprestar dinheiro para comprar carro e pagar cartão, o que está trazendo outro tipo de endividamento. Esse é o argumento da Oposição, que até pode ter certa lógica.

O Banco Central, ou o Governo, não sei, resolveu fazer o levantamento das graves denúncias sobre as arapucas de algumas entidades que se denominam bancos. Segundo as denúncias, esses bancos estavam prometendo uma coisa e vendendo outra. Apresentadoras diziam na televisão: “*Olha, vem aposentado*”, mas, depois, além de emprestar dinheiro, queriam vender outros produtos.

Sr. Presidente, o que aconteceu neste último período em relação especificamente às cooperativas de crédito? Não preciso dessa resposta hoje, mas gostaria de tê-la daqui no máximo duas semanas. Quantas cooperativas de crédito foram instaladas e quantas estão ainda sendo analisadas no Conselho? Qual o principal óbice? São os sindicatos, as corporações? Há alguma legislação que dê mais segurança ao Banco Central a esse respeito?

Além disso, quero confirmar algo que realmente nos angustia. É óbvio que esse aumento da taxa básica trouxe problemas, conforme disse o Deputado que me antecedeu. Claro que os que ganham sempre, não sei quantos mil, mas provavelmente aqueles que freqüentam as lojas Daslu, ganham muito com a taxa alta. Ganham. O Deputado tem razão: há quem queira que os juros sejam o dobro do que são. O que esses que colocam notas editoriais nos jornais podem esperar, até o final do ano, a permanecer do jeito que está a economia, sem que haja nenhuma grande crise internacional? É possível claramente, dada essa conjuntura, que haja redução da taxa básica até o final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Assis Miguel.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, serei breve. Cumprimento V.Exa., Senador Gilberto Mestrinho, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Também não sou economista, mas todos temos de ter algumas noções básicas de economia.

Fui dirigente de cooperativa de crédito por algum tempo. Portanto, entendo um pouco do assunto, e conheço bastante o Dr. Sérgio Darcy, diretor da área no Banco Central.

Reforçando importante ponto levantado pelo Deputado Carlito Merss, creio que o debate sobre *spread* bancário realmente tem muito a ver com nosso sistema financeiro e bancário: sua pouca capilaridade e a concentração dos sistemas dos bancos nos últimos anos. Também vejo não como único caminho, mas um dos caminhos para resolvermos parte dos problemas deste nosso Brasil continental, que possui enormes diferenças regionais, o cooperativismo de crédito de base comunitária, como aconteceu na Europa há 100 anos.

Nosso País precisa investir muito nisso. E o Presidente Lula tem a clareza, o entusiasmo, a vontade de fazer esse projeto caminhar. E V.Exa. conhece bem isso.

Nesse sentido, temos algumas inquietações em relação ao desempenho do cooperativismo de crédito, não por responsabilidade do Banco Central, mas talvez por deficiência estrutural da instituição. O art. 192, alterado por esta Casa por meio de uma PEC, foi desmantelado em favor de uma regulamentação do cooperativismo de crédito, mas até agora não fizemos movimento nesse sentido.

Por iniciativa própria, apresentei projeto de lei específica para o cooperativismo de crédito. Essa proposta está tramitando atualmente na Câmara dos Deputados, apensada a outro projeto. Qual a preocupação do Banco Central e do Governo nesse sentido? Ao longo dos mais de 10 anos em que acompanho essa questão, tenho sentido que essa tarefa é difícil, por mais vontade que tenha e esforço que faça o Banco Central. Parece que fica um pouco no acelerador e um pouco no freio, porque há realmente preocupação quando se trata do crescimento do cooperativismo de crédito quanto à sustentabilidade, à solidez e à segurança.

A minha proposta com esse projeto de lei era, em princípio, retirar do Banco Central a responsabilidade de autorizar e fiscalizar o surgimento das cooperativas de crédito. Depois caminhamos para uma outra idéia: criar no Banco Central uma diretoria específica para essa área. Foi isso que ficou no projeto que aqui apresentei. Então, queria saber qual a discussão travada no Banco Central sobre o assunto?

Além disso, há mais dois pontos que considero importante frisar. O primeiro é relativo ao BNDES. O BNDES precisa flexibilizar mais o investimento público. Não sei o quanto o Presidente do Banco Central pode influir sobre isso, sei que responsabilidade direta não tem. Segundo, a forma como o BNDES trata as cooperativas de crédito. O banco poderia ser uma espécie de segundo piso para as cooperativas, mas não há internamente no BNDES uma estrutura preparada.

Por último, abordo a questão dos empregos. Mesmo que haja crescimento do número de trabalhadores que passaram do emprego informal para o formal com a assinatura de suas carteiras, a pergunta é: por que eles eram informais? Por hipótese, se 500 mil desses empregos saíram da informalidade para formalidade, quais fatores levaram a isso? Considero esse dado extremamente positivo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento o Presidente do Banco

Central por tudo o que disse até agora e, em particular, manifesto minha satisfação de ter à frente do Banco Central um conterrâneo da população goiana.

Dr. Henrique, percebi em todas as demonstrações apresentadas por V.Exa., que do ponto de vista macroeconômico os dados são satisfatórios, seja em relação ao crescimento do nosso produto interno bruto seja em relação à queda do processo inflacionário nos últimos anos. Há a flutuação do câmbio, mas, apesar da perda de reserva, há a melhoria da *performance* em relação à dívida total. O saldo da balança não se dá apenas pelo crescimento da exportação, ou seja, estamos exportando mais, com apenas 2% de diferença, de 32% para 30%, entre aquilo que exportamos e o que importamos. Além do mais, cresceram os investimentos estrangeiros e há saldo entre perda e geração de novos empregos, com curva crescente em relação à massa salarial.

Infelizmente a taxa de juros ainda não é a ideal, mas não tenho dúvidas de que com todas essas curvas positivas, crescentes ou decrescentes, num futuro próximo, caso não haja pirotecnia ou alguma medida do Governo, teremos a taxa de juros que a sociedade merece.

Ontem, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual sou integrante, vi a apresentação da demanda de investimentos na área de saneamento, algo em torno de 100 bilhões. Devido à capacidade de execução, não temos como investir mais de 8 ou 10 bilhões. Além disso, há a questão das estradas e das ferrovias e a apresentação dos objetivos do milênio, hoje a grande referência para o índice de desenvolvimento humano não só no Brasil, mas em todos os países do mundo.

Objetivamente, devemos reconhecer a competência e a dedicação do Banco Central e da área econômica do Governo, grande sustentáculo neste momento de dificuldades por que passamos. Por outro lado, o volume de investimentos nos dá clareza de que a presença do setor público na área macroeconômica é pequena. Ou seja, todos esses dados são positivos, apesar do volume de investimento em todas as áreas sociais estar bem aquém do que necessita a sociedade brasileira.

Os dados me tranquilizam. E quando vejo o Banco Central ser presidido pelo Deputado Federal mais votado do meu Estado e conterrâneos do Deputado Carlito Merss falarem sobre Taxa SELIC, tenho a certeza de que estamos fazendo com que a atividade política e a participação da sociedade fiquem num eixo que não represente risco.

Faço a minha pergunta, Sr. Presidente, levando em conta justamente a sensibilidade política adquirida

por V.Exa. no processo político-eleitoral, consolidada agora ao dirigir uma instituição financeira no setor público. Qual a mensagem de V.Exa.? V.Exa. disse que o Banco Central tem a função de dar sustentação à possibilidade de reversão de todos esses quadros que temos. Não tenho dúvida de que o remédio é fundamental, porque outras cirurgias feitas de forma brilhante no passado trouxeram as conseqüências que conhecemos.

Talvez V.Exa. possa se desnudar do papel de Presidente do Banco Central e de analista econômico e conhecedor das demandas sociais para nos dizer qual será o momento em que o Brasil sofrerá esse *upgrade*, no sentido de mostrar ao mundo não só esses dados macroeconômicos, mas também aquilo que é referência para o mundo hoje. Como e quando vamos iniciar a inserção do Brasil na área social de forma positiva atendendo aos objetivos do milênio?

Parabenizo mais uma vez V.Exa. por sua atuação à frente do Banco Central. Pessoalmente, tenho o maior respeito e admiração por V.Exa. E espero que as afirmações aqui feitas por V.Exa. sejam todas verdadeiras. Talvez uma ou duas não sejam tão concretas quanto as outras, nenhuma, entretanto, pode ser contestada do ponto de vista econômico, mas da sua influência no desenvolvimento de Goiás e do Brasil.

Muito obrigado a V.Exa. e a todos os Parlamentares pela presença nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Sr. Presidente Henrique Meirelles, um telespectador fez uma pergunta. Não se trata de matéria da competência do Banco Central, embora seja ligada a matéria bancária.

V.Exa. não é obrigado a respondê-la, mas poderá comentá-la se quiser.

Pergunta Walter César, de Brasília:

“Se os bancos prestam serviços, por que as agências não recolhem junto às Prefeituras imposto sobre serviços, já que esses serviços são o lucro dos bancos?”

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, vou responder a pergunta do Deputado Haully sobre a razão de não se adotar o modelo de núcleo por exclusão. Temos no Brasil uma medida de inflação: exclusão dos preços administrados e dos alimentos no domicílio. A maior parte dos países usam a taxa de inflação cheia ou a taxa de inflação equivalente ao nosso IPCA. Poucos países usam alguma medida de núcleo. Mas é importante mencionar que a meta já leva em consideração que parcela dos preços é administrada. Na fixação da meta já se leva esse aspecto em consideração. Não é algo que se descobre durante o ano. No momento em que o Conselho Monetário

Nacional se reúne para fixar a meta, já se sabe que uma parte dos preços é administrada, e já se leva isso em consideração na fixação da meta.

Há outro aspecto importante a ser mencionado: em 2004, o núcleo por exclusão, que retira preços administrados e produtos destinados à alimentação, fechou acima do IPCA de 2004, o chamado IPCA pleno, que estava chamando de núcleo cheio.

Experiência de outros bancos centrais mostram que a inflação cheia, portanto o IPCA pleno, coordena melhor as expectativas. Mesmo entre os bancos centrais que começaram com núcleos, muitos mudaram para o índice cheio. Isso é: na medida em que o índice de inflação cheio é aquele mais percebido pela população e pelos agentes de maneira geral, então a medida da inflação pelo índice IPCA pleno tende a gerar experiência de melhor coordenação de expectativas.

Isso não quer dizer que não se use o núcleo por exclusão ou não se use outras medidas de núcleo. Elas podem perfeitamente ser usadas. E isso faz parte do debate. Estou apenas dizendo que essas são as razões pelas quais se usa o IPCA pleno no Brasil e na maioria dos países.

Em função desse fato, é importante dizer que, se olharmos os resultados que mostramos até aqui, o regime de metas de inflação no Brasil tem sido uma experiência bem-sucedida.

Passo à segunda pergunta formulada pelo Deputado Haully: qual seria a situação se medidas desse tipo tivessem sido tomadas desde 1994. É sempre difícil dizer o que teria acontecido. É difícil fazer uma análise macroeconômica. Não tenho dúvida de que, por exemplo, se tivéssemos superávit primário há mais tempo, se tivéssemos mantido, por diversas razões, uma relação dívida/PIB mais baixa, se tivéssemos um regime de metas de inflação há mais tempo, possivelmente a situação no Brasil poderia estar um pouco melhor.

Mas, de qualquer maneira, é bom considerar que a política macroeconômica está melhorando. Por exemplo, o regime de meta de inflação só foi implantado em 1990 pela Nova Zelândia. Já se pensava nisso antes, mas muitos países só a adotaram muito tempo depois.

Responder à hipótese levantada por V.Exa. seria o mesmo que responder sobre o que teria acontecido se na década de 60 os Estados Unidos já tivessem essa visão de inflação de hoje, ou, melhor ainda, sobre como seria se, no final da década de 20, o FED americano já tivesse conhecimento de que não deveria, no momento de um estouro da bolsa, contrair a base monetária. Teria sido muito melhor, sem dúvida, mas evidentemente isso faz parte da aprendizagem do País e do progresso da ciência econômica.

O Deputado Fernando de Fabinho faz perguntas na mesma linha, ou seja, o que deveria ter sido feito a esse respeito. A melhor resposta é dizer que estamos fazendo aquilo que acreditamos que deve ser feito, que deveria ter sido feito e que deverá continuar a ser feito. Evidentemente, a ciência econômica progredindo, quem sabe, daqui a 10 anos, concluamos que existem sistemas ainda mais avançados para lidar com todos esses aspectos, não só na economia mas na ciência.

Passemos às perguntas do Deputado Carlito Merss. A Lei de Falências vai fazer baixar o *spread*? Nossa expectativa é que sim. Explico o porquê. A experiência do crédito consignado nos mostra que essa modalidade de crédito permite algumas coisas interessantes. Primeiro, melhor garantia; segundo, melhor previsibilidade de pagamento; terceiro, e muito importante, maior transparência, na medida em que há participação não só dos funcionários mas também dos representantes das centrais, dos bancos, da empresa. Esse é um debate público. Então, existe maior competição; e, na medida em que há maior competição e maior garantia, os *spreads* caem.

Existe algo semelhante no arrendamento mercantil, cujo nome técnico é *leasing*, no Brasil. Nele as taxas são mais baixas do que taxas normais de financiamento, e novamente por uma questão de garantia e outras similares.

Portanto, nossa expectativa é de que a nova Lei de Falências permita uma queda consistente no *spread* para pessoa jurídica. Estou falando como analista. Ou seja, essa é uma expectativa, e não quer dizer que o Banco Central está afirmando que isso vai acontecer.

Em relação às cooperativas de crédito, Deputado, agradeço a generosidade de V.Exa. ao dizer que poderemos trazer esse número, na próxima semana. Nossa equipe, que está presente, está levando muito a sério tudo isso. Como já foi observado, fez questão de mostrar serviço e reagir rapidamente. Aprovamos nessa administração, a partir de janeiro de 2003, 144 cooperativas. Existem, hoje, 203 pedidos em análise. O total de ativos das cooperativas no Brasil é de 21 bilhões de reais, e as operações de crédito são 8,9 bilhões de reais.

Damos a maior importância às cooperativas no Brasil. Temos de fato dedicado-lhes enorme esforço. E, antecipando-nos a uma sugestão, embora não tenhamos chegado ainda à criação de uma diretoria, podemos dizer que estamos promovendo algumas modificações estruturais, como, por exemplo, a criação de uma área especializada em cooperativa, na área de fiscalização.

Qual é o principal óbice ao crescimento? Eu diria ser uma questão de esclarecimento, de capacitação técnica. Celebramos um convênio com o SEBRAE e o Banco Central para a criação de um sistema de treinamento de cooperativas. O grande óbice é que o sistema, futuramente, não leve a problemas como perda de crédito, prejuízo para os cooperados, etc. Esse é de fato um trabalho duro, realizado no dia-a-dia.

Gostaríamos muito de manter esse diálogo e, eventualmente, nos reunir para tratar especificamente desse assunto, usando a experiência dos senhores. Realmente é algo que também interessa ao Banco Central. Disse, em outras oportunidades, que é muito importante a descentralização do crédito no Brasil e que cooperativa é muito importante para que isso aconteça.

Passemos à última pergunta.

Em última análise, como vai se dar a evolução da taxa de juros até o final do ano e se o COPOM poderá baixar as taxas de juros etc. As decisões, no tocante a políticas monetárias, levam em conta o cenário prospectivo para a inflação. Não é possível antecipar as decisões relativas à fixação da taxa SELIC, uma vez que elas são determinadas nas reuniões do COPOM, após exaustiva análise do cenário macroeconômico. No entanto, podemos dizer de importante, Deputado, que o cenário de médio prazo para a inflação tem se tornado mais favorável no período recente. Diria apenas que precisamos tomar muito cuidado com essas respostas, porque há implicações de mercado, e não cabe aqui muita improvisação.

Já respondi a pergunta feita pelo Deputado Miguel sobre a criação da diretoria do cooperativismo. De fato, já criamos uma área especializada no Banco Central. Quem sabe, um dia, ela possa evoluir para uma diretoria; alguns companheiros podem até pensar em se candidatar para a função de diretor.

Abordemos agora a questão dos empregos. Por que trabalhadores saíram da informalidade para a formalidade? É importante dizer que não dispomos desse número. Portanto, não temos como dar essa explicação. Mencionei apenas um estudo feito pelo IBGE nas regiões metropolitanas sobre o crescimento dos mercados formal e informal. Tal estudo demonstra uma correlação. Em alguns momentos o trabalho informal cresce mais do que o formal. Portanto, devemos entender isso como crescimento do nível de emprego de maneira geral e não necessariamente como uma transferência apenas.

Deputado Barbosa Neto, em primeiro lugar, quero agradecer pelas palavras de incentivo.

Em relação à inserção do País nos objetivos de milênio, é importante deixar claro que o Brasil precisa

criar empregos e, depois, crescer. Em consequência, deve haver aumento da arrecadação pública e de recursos para investimento na área social, com foco na qualidade da gestão do gasto público, e não apenas aumentar a parcela da arrecadação pública por meio do crescimento da economia. Considero importante termos em mente a diminuição do total da arrecadação tributária em relação ao produto, visando todos esses ganhos que inspecionamos. Discute-se sobre o déficit nominal, etc. Mas quero dizer basicamente que o importante é o crescimento do País, a estabilidade e a queda da inflação. A inflação pune as classes menos favorecidas e impede o crescimento.

Devo dizer, ainda, que a alocação dos gastos públicos no Orçamento é prerrogativa do Congresso Nacional.

Enfatizo minha satisfação por ter participado, mais uma vez nesta Casa, da discussão sobre política monetária e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nós é que agradecemos a V.Exa.

Declaro encerrada a presente reunião.

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 05 e 06 de Julho de 2005.

Aos cinco e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11, 12 e 13/2005. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Bosco Costa, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Francisco Dornelles, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Hermes Parciannelo, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, João Magno, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Priante, José Rocha, Jovair Arantes, Luiz Bittencourt, Luiz Piauhyllino, Manato, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Pauderney Avelino, Paulo Pimenta, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professor Luizinho, Renato Casagrande, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silvío Torres, Vander Loubet, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Amir

Lando, Augusto Botelho, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Heráclito Fortes, Lomar Quintanilha, Magno Malta, Nezinho Alencar, Romeu Tuma, Sérgio Guerra, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Almir Sá, Arnon Bezerra, Assis Miguel do Couto, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Ezequiel, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Heleno Silva, Homero Barreto, João Grandão, João Magalhães, João Tota, José Militão, Júnior Betão, Kátia Abreu, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelino Fraga, Mário Negromonte, Milton Monti, Neyde Aparecida, Nilson Mourão, Paes Landim, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Vignatti e Wellington Roberto; – **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Antônio Leite, João Batista Motta, João Capiberibe e Sérgio Zambiasi. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Colbert Martins, Ronaldo Caiado e Virgílio Guimarães. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro, Gonzaga Patriota, Jorge Bittar, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Marcelo Ortiz e Wasny de Roure; e – **Senadores Titulares:** Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti e Paulo Octávio. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quinze horas e quarenta e oito minutos do dia cinco de julho, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou iniciados os trabalhos. **EXPEDIENTE:** O Deputado Gilmar Machado fez a leitura do expediente, que também havia sido enviado, previamente, pelo correio eletrônico, às Lideranças Partidárias e aos membros da Comissão. **I) Correspondência recebida interna:** 1) Ofício nº 223 de 29 de junho, do Deputado Jäder Barbalho, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, solicitando acréscimo de texto à justificativa da emenda nº 04 apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. 2) Ofício nº 23, de 05 de julho, do Deputado Jorge Bittar, que declina da relatoria do PLN nº 02/2005-CN, em virtude da sua condição de membro titular da CPMI Nº 02/2005-CN. – Expediente solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas do seguinte parlamentar: 1) Ofício nº 31, de 27 de junho, do Deputado Davi Alcolumbre, Coordenador da Bancada do Amapá. Ofício, de 28 de junho, encaminhado pelo Segundo suplente no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, Senador Papaléo Paes, informando da remessa de autógrafa do Decreto Legislativo nº 07, de 2005-CN,

excluindo do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25/01/2005: Decreto Legislativo 07/2005-CN: Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA –SE. II) Correspondência recebida externa: 1) Ofício nº 874, de 30 de junho, do Ministério da Cultura, informando o recebimento do Ofício nº P-137/2005-CMO. – Expedientes recebidos através do correio eletrônico, encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal, em atendimento ao art. 54, Inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal dos seguintes órgãos: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005 e Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, referente ao primeiro quadrimestre de 2005. – Aviso encaminhado pelo Presidente da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: – Aviso-SGS de 28 de junho de 2005: . Aviso nº 389/2005 (Acórdão nº 1.306/2005): Obras de duplicação de ponte sobre o Rio Jaguaribe, na BR 304/CE, e ampliação da ponte já existente no mesmo local. – Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: – Aviso-SGS de 29 de junho de 2005: . Aviso nº 864/2005 (Acórdão nº 861/2005): Obras de reforma do imóvel do edifício sede do Ministério da Cultura. Aviso nº 872/2005 (Acórdão nº 857/2005): Obra rodoviária na BR-282/SC– Florianópolis – Divisa com a Argentina. Aviso nº 882/2005 (Acórdão nº 855/2005): Obras de Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina/PI (Ramal Bandeira). Aviso nº 887/2005 (Acórdão nº 852/2005): Obras de Construção de ponte sobre o Rio Poty, no Município de Teresina/PI. Aviso nº 889/2005 (Acórdão nº 858/2005): Obras de construção da Barragem de Taquara em Pacujá – CE. Aviso nº 892/2005 (Acórdão nº 859/2005): Obras civis do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Platôs de Guadalupe/PI – 2ª Etapa. Aviso encaminhado pela Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal, recebido do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: – Aviso-SGS de 29 de junho de 2005: Aviso nº 885/2005 (Acórdão nº 864/2005): Representação acerca de possíveis irregularidades no âmbito da Concorrência nº 108/2004, realizada pelo DNIT. – Aviso-GP encaminhado pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues: Aviso nº 6.287-GP/2005: Constatação de indícios de irregularidades graves nas seguintes obras: – Obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins – Maceió – AL – Implantação do trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG. – Implantação do trecho Cajueiro Seco – TIP – Timbi do Sistema de Trens Urbanos de Recife – PE – Implantação da Avenida Leste-Oeste em Goiânia –

GO – Ampliação da capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas. A seguir, o Presidente informou que o *quorum* não havia sido atingido na representação do Senado Federal. Os trabalhos foram suspensos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos e convocada a continuação para às vinte e um horas daquele dia. Às vinte e uma horas e trinta minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Mussa Demes, reabriu os trabalhos e informou que estava sendo realizada sessão no Plenário do Congresso Nacional. O Senador Sérgio Guerra informou que não havia acordo para dar início à apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, sendo seguido pelo Senador Heráclito Fortes. O Deputado Luiz Carreira, pelo PFL na Câmara dos Deputados, expôs posicionamento idêntico. O Virgílio Guimarães discutiu o assunto. Às vinte e uma horas e trinta e seis minutos, por determinação do Presidente da Comissão através de contato telefônico, o Primeiro Vice-Presidente suspendeu os trabalhos, e convocou a continuação para o dia seguinte, às dez horas. Às dez horas e trinta e um minutos, o Presidente reabriu a reunião. O Senador Heráclito Fortes apresentou **questão de ordem** ao indagar a existência de *quorum* no recinto para dar continuidade à reunião. Os Deputados Virgílio Guimarães e José Rocha discutiram o assunto. O Deputado Wilson Santiago, na qualidade de Líder do PMDB, informou que não havia acordo para apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. O Deputado Colbert Martins manifestou-se favorável à que se desse início à discussão da matéria. O Senador Heráclito Fortes firmou a posição política do PFL no Senado Federal pela não concessão do recesso parlamentar e que a matéria orçamentária fosse apreciada somente na última semana de julho. Discutiram o assunto os Deputados Eduardo Valverde, Eduardo Sciarra, João Leão e Claudio Cajado. O Deputado Ronaldo Dimas solicitou que se desse início efetivamente aos trabalhos. O Deputado Anivaldo Vale, ao discutir o assunto, informou que aguardaria a resposta da Presidência à questão de ordem formulada pelo Senador Heráclito Fortes. Presentes no recinto alguns parlamentares da bancada ruralista, o Deputado Assis Miguel do Couto informou que não se poderia condicionar a votação da matéria ao atendimento do pleito do setor. A Deputada Kátia Abreu esclareceu a reivindicação do setor agropecuário brasileiro, sendo seguido pelo Deputado Ronaldo Caiado. O Deputado Nazareno Fonteles discutiu o assunto. O Senador Heráclito Fortes dirigiu-se ao Deputado Eduardo Valverde, que usou da palavra para responder. Havendo acordo para a suspensão dos traba-

lhos, a questão de ordem foi retirada e os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para às dezoito horas. A reunião foi interrompida às onze horas e dezesseis minutos. Às dezoito horas e quinze minutos do dia seis de julho, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Mussa Demes, reabriu a reunião e informou que havia sido iniciada a ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para quinze minutos após o término da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. **ENCERRAMENTO:** Às dezenove horas e treze minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu os trabalhos e, tendo em vista o prosseguimento da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados, a reunião foi encerrada. Antes, convocou os membros para reunião extraordinária a ser realizada no dia 12 de julho, às dezessete horas e trinta minutos. Para constar, eu Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 e 12.

Não há número para deliberação no Senado.

Solicito ao Deputado Gilmar Machado que faça a leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Correspondência interna recebida: Ofício nº 223, de 29 de junho, do Deputado Jader Barbalho, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, solicitando acréscimo de texto à justificativa da Emenda nº 4 apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006; Ofício nº 23, de 5 de julho, do Deputado Jorge Bittar, que declina da relatoria do Projeto de Lei nº 2, de 2005, em virtude da sua condição de membro titular da CPMI nº 22, de 2005, do Congresso Nacional; Expediente solicitando alteração da modalidade de aplicação à emenda do seguinte Parlamentar; Ofício nº 31, de 27 de junho, do Deputado Davi Alcolumbre, coordenador da bancada do Amapá; Ofício de 28 de junho, encaminhado pelo Segundo Suplente, no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, Senador Papaléo Paes, informando da remessa de autógrafo do Decreto Legislativo nº 7, de 2005, excluindo do Anexo VI, da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005; Decreto Legislativo nº 7, de

2005, adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado de Sergipe: trechos: divisa Alagoas/Sergipe, divisa Sergipe/Bahia/Sergipe.

Correspondência externa recebida: Ofício nº 874, de 30 de junho, do Ministério da Cultura, informando o recebimento de Ofício nº 137, de 2005, da Comissão Mista de Orçamento.

Expedientes recebidos através do correio eletrônico: encaminhamento do relatório de gestão fiscal, em atendimento ao art. 54, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos seguintes órgãos: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005, e Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, referente ao primeiro quadrimestre de 2005; Aviso encaminhado pelo Presidente da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo; Aviso da Secretaria-Geral do Senado, de 28 de junho de 2005; Aviso nº 389, de 2005; Acórdão nº 1.306, de 2005; Obras de duplicação de pontes sobre o Rio Jaguaribe, na BR-30, Ceará, e ampliação da ponte já existente no mesmo local; Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta; Aviso da Secretaria-Geral do Senado, de 29 de junho de 2005; Aviso nº 864, de 2005; Acórdão nº 861, de 2005 – obras de reforma do imóvel do edifício-sede do Ministério da Cultura; Aviso nº 872, de 2005; Acórdão nº 857, de 2005 – obra rodoviária na BR-282, Santa Catarina, Florianópolis, divisa com a Argentina; Aviso nº 882, de 2005; Acórdão nº 855, de 2005 – obras de expansão do sistema de trens urbanos de Teresina, Piauí, ramal Bandeira; Aviso nº 887, de 2005; Acórdão nº 852, de 2005 – obras de construção de pontes sobre o Rio Poti, Município de Teresina, Piauí; Aviso nº 889, de 2005; Acórdão nº 858, de 2005 – obras de construção da Barragem de Taquara, em Pacujá, Ceará; Aviso nº 892, de 2005; Acórdão nº 859, de 2005 – obras Civas do projeto de aproveitamento hidroagrícola dos platôs de Guadalupe, Piauí, segunda etapa; Aviso encaminhado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, recebido pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta; Aviso da Secretaria-Geral do Senado, de 29 de junho de 2005; Aviso nº 885, de 2005; Acórdão nº 864, de 2005 – representação acerca de possíveis irregularidades no âmbito da Concorrência nº 108, de 2004, realizada pelo DNIT; Aviso Geral encaminhado pelo Vice-Presidente em exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues; Aviso nº 6.287, de 2005, sobre constatação de indícios de irregularidades graves das seguintes obras: obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, Maceió (AL); implantação do trecho Eldorado-Vilarinho do sistema

de trens urbanos de Belo Horizonte (MG); implantação do trecho Cajueiro Seco, ramal TIP/Timbi, do sistema de trens urbanos de Recife (PE); implantação da Avenida Leste-Oeste em Goiânia (GO); ampliação da capacidade do Parque Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas.

Era o que tinha a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a leitura do Expediente, passamos à Ordem do Dia. *(Pausa.)*

Não há *quorum* no Senado Federal.

A reunião está suspensa. Convoco os Srs. Parlamentares para o reinício às 21 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Declaro reiniciada a terceira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11, 12 e 13 de 2005.

No mesmo passo, suspendo a reunião por 15 minutos – ou pelo tempo necessário – para que seja promulgada, na sessão do Congresso, a PEC Paralela da Previdência.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – Trata-se de uma questão prática.

A Oposição não discutirá a matéria sem que o Governo se manifeste a respeito da demanda feita pela agricultura brasileira, na semana passada, para a qual havia prometido solução na quinta-feira, às 10h da manhã, mas até a presente hora não deu uma notícia sequer.

É flagrante a desconsideração governamental com esse setor vital da economia brasileira. Independentemente da discussão e do mérito da matéria da lei orçamentária, a Oposição é sensível – falo do PFL, do PSDB, dos partidos de oposição – à manifestação da agricultura brasileira. Portanto, é perda de tempo tratar de discussão que não se dará.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, na mesma linha manifestada pelo Senador Sérgio Guerra, pondero a V.Exa. no sentido de que suspenda a sessão porque não vamos ter condições de apreciar a matéria. É flagrante a falta de número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Senador Heráclito Fortes, é exatamente isso o que vamos fazer.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – O que sugiro é o cancelamento da reunião, Sr. Presidente. Não vamos alcançar o número agora. Não adianta marcar a reabertura da reunião para daqui 15 ou 20 minutos, porque não vamos chegar ao entendimento. A reunião poderia ser adiada para amanhã.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA – Só se, efetivamente, o Relator tiver condições de atender às reivindicações do setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A mim me parece importante que aguardemos o resultado de lá. Não custa nada. Vamos esperar o que mais? Uns 10, 15, 20 minutos, no máximo.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Tudo bem. Não há nenhum problema. Quero apenas, como sempre procuro usar de sinceridade, deixar registrado que estamos determinados a não iniciar a discussão na noite de hoje. Queria só que ficasse esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – V.Exa. e os demais companheiros da bancada da Oposição poderão fazer essa manifestação depois de reiniciada a sessão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Mussa Demes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Estamos tratando de duas coisas diferentes: uma é o texto, o assunto que vai ser votado aqui na LDO; outra, o contexto, aquilo que está em torno. Enquanto não se inicia a reunião do Congresso Nacional, o Relator poderia tratar das negociações, se é que existe algo a ser tratado ainda do texto, e a Liderança do Governo – é o que seria natural, parece-me -, ou as Vice-Lideranças do Governo tomariam a iniciativa. Isso não é assunto do Relator. Ele até poderia fazer, se tivesse disponibilidade. Isso é uma ação típica de Governo. Creio que a Liderança do Governo, que há pouco estava aqui, deveria fazer um contato com a Fazenda, a Agricultura ou quem responder por isso no âmbito do Governo – ou a Casa Civil –, para dar, se não uma resposta, Senador Sérgio Guerra, pelo menos um horizonte temporal, para se saber se vota hoje ou...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O horizonte pode ser também físico, territorial.

É a sugestão que faço para que esse tempo não seja perdido, não fique em vão, à nossa espera. Que seja uma espera ativa, com alguém atuando no sen-

tido de resolver esse assunto, cuja solução não me parece estar tão longe.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Um minuto, Deputado Eduardo Sciarra.

O Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, acaba de me passar um pedido para que eu suspenda a reunião e marque seu prosseguimento para amanhã, às 10h da manhã. A decisão satisfaz a todos?

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Nessa sugestão lógica do Deputado Virgílio Guimarães...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mesmo para amanhã, mantenho a sugestão de espera ativa e não uma espera vã.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Nessa sugestão lógica e objetiva do Deputado Virgílio Guimarães, uma das peças mais fortes e importantes na estrutura do Governo, o PMDB, sugiro que S.Exa. encaminhe e comande a negociação, porque, com certeza, amanhã, nós teríamos aqui um resultado positivo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Virgílio Guimarães fica convidado para comandar a negociação.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Está reaberta a 3ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das Atas nºs 11, 12 e 13.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não, Senador.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, como é clara a falta de *quorum*, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Senador, nós havíamos combinado suspender a reunião até que chegasse o Líder do Governo para negociar o acordo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, tenho certeza de que a sabedoria do Senador Heráclito Fortes vai permitir a S.Exa. essa oportunidade, compreendendo as razões maiores, de

acompanhar a sábia sugestão da Presidência desta Comissão, que encaminha no sentido de efetivar os objetivos que busca o nobre Senador.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Deputado, creio que foi exatamente a falta de pessoas sábias que nos colocou na crise em que nos encontramos. Se o partido de V.Exa. tivesse sido sábio e humilde, teria feito V.Exa. Presidente da Câmara e, quem sabe, poderíamos ter evitado pelo menos metade dos problemas que estamos vivendo hoje. Não podemos invocar sabedoria dos outros quando não a temos nós mesmos.

Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem. A decisão é política. Não estamos discutindo o mérito da LDO. Solicito a V.Exa. que respeite a questão de ordem!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, como bem disse o Senador Heráclito, nada temos contra o competente relatório apresentado pelo ilustre Deputado Gilmar Machado, com o qual estamos de acordo. A questão é realmente de natureza política e diz respeito a entendimentos ainda não concluídos entre nossa bancada e o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO – Sr. Presidente, faço a V.Exa. um apelo. Como é do conhecimento de quase todos, ontem à noite o PMDB, reunida a maioria de suas lideranças, escolheu o meu nome para assumir provisoriamente a Liderança do partido e conduzir o processo de entendimento entre as bancadas rumo à eleição de uma nova Liderança no dia 10 de agosto.

Buscamos, juntamente com os demais companheiros, um entendimento no que se refere ao andamento da pauta da Câmara dos Deputados. Ontem, até as 2 horas da manhã, permanecemos reunidos com várias lideranças do partido para que hoje, na reunião de Líderes, apresentássemos uma solução para a continuidade da apreciação da pauta, tanto da Câmara quanto desta Comissão.

Confesso, Sr. Presidente, que não chegamos a um consenso relativamente à pauta atual e à pretensão de votarmos a LDO nesta manhã. Diante desse impasse, sugiro a V.Exa. o adiamento da votação da LDO para o período da tarde. Até lá voltaremos à Liderança do PMDB para, junto com os demais companheiros, tentarmos uma solução que nos permita dar continuidade à votação da LDO, bem como à pauta de urgência, que deverá ser votada agora à tarde na Câmara dos Deputados.

Caso V.Exa. entenda diferente, o PMDB agirá de acordo com o Regimento da Casa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, os acertos que estão sendo propostos devem de ser feitos aqui, de público. Qual a dificuldade de, reunidos como estamos, ao invés de derrubarmos a reunião para fazermos discussões lá na Presidência, não as fazermos aqui? Qual a dificuldade, Senador Heráclito Fortes?

Basta-nos colocar as posições necessárias – e o Relator está presente – que faremos uma discussão pública, aberta, sem nenhum tipo de dificuldade. É muito melhor do que fazermos discussões lá na Presidência e, depois, votarmos a matéria à meia-noite ou lá pela 1 hora da madrugada, o que sempre criticamos.

Há todas as condições para mantermos esta reunião, ao invés de derrubá-la para propiciar uma negociação fora daqui. Aqui é o lugar de negociação. Não há motivo para não expor os pontos a serem negociados.

Obrigado.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar o argumento empregado pelo Deputado Colbert Martins.

Em nenhum momento propus aqui a discussão de acordos, de acertos ou de qualquer outro mecanismo. Disse que não entraríamos no mérito da LDO, até porque confiamos no espírito público de V.Exa. e do Sr. Relator. Nossa decisão é política e clara: o País está vivendo uma das maiores crises de sua história, e é preciso que o Congresso Nacional fique aberto para que divida responsabilidades sobre o que está acontecendo. A sociedade não vai entender a aprovação da LDO e o repentino recesso do Congresso. Daí por que a posição do PFL é política. Entendemos que devemos ficar alerta, em funcionamento. Comprometemo-nos a votar a LDO na última semana deste mês, desde que cumpridos os entendimentos feitos, dos quais não participei, desde que não se repita a história dos anos anteriores, qual seja, de os acordos firmados não serem honrados.

Repito: a decisão do PFL é política.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, se os partidos da Oposição concordam com o texto do Relator, se entendem que a peça proposta é boa, qual a razão para não votá-la? Política?! Não. Nenhuma razão política leva a isso. Nada leva a emperrar o País. Emperrar o País não é política correta.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Política correta é pagamento de mensalão, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – O pagamento do chamado mensalão será apurado, e

ainda vamos ver o que ocorreu no Governo de vocês durante 8 anos. Espero que se faça uma ampla investigação.

(Tumulto em plenário. O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, entendo que a Comissão de Orçamento não pode, em qualquer situação, ficar refém de interesses minoritários. Sabemos que há interesse dos ruralistas em tirar vantagens do Governo, em cima de uma proposta negociada. A Comissão de Orçamento não pode ficar refém disso!

Vamos deixar claras as coisas aqui dentro, porque aqui está a imprensa para divulgar o que está acontecendo. Não se pode posar de honesto e decente enquanto a prática é outra. Não se pode arrostar com honestidade nesta Comissão quando se utiliza do recurso regimental de falta de *quorum* para fazer de refém o Relator!

Temos maioria. Precisamos convocar toda a base aliada. Todos os que têm responsabilidade com o Brasil devem aprovar a LDO e permitir que o País funcione. A crise política não afeta o Estado brasileiro, que está funcionando. Que não se queira criar artificialmente uma crise de Estado! Sé é uma crise política, que seja resolvida aqui, no Congresso Nacional, sem com isso emperrar o Estado.

Não vamos fazer demagogia na Comissão de Orçamento!

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Sr. Presidente, falo em nome do PFL da Câmara, que, segundo orientação do Líder Rodrigo Maia, está encaminhando discussão em relação à questão de um pleito do agronegócio brasileiro, que teve com o Governo uma negociação interrompida. E gostaríamos de dizer isso claramente, para que tudo seja transparente na discussão com relação ao assunto. Estamos esperando que o Governo nos diga, e estamos esperando há bastante tempo. A sociedade brasileira, inclusive, está acompanhando a paralisação no Governo, e tal paralisação é que fez com que essa negociação ainda não fosse concluída.

Estamos falando politicamente. Não temos objeção ao relatório do Deputado Gilmar Machado. Queremos, sim, fazer os destaques; queremos discutir, mas, antes de mais nada, queremos respeito: que o Governo nos dê uma posição, o que estamos aguardando há bastante tempo. Já negociamos com o Ministro Palocci,

negociamos com o Presidente da República, e essa posição ainda não veio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Comissão sempre foi um lugar de negociações. Já tivemos aqui uma série de fatos que nos ajudaram a mostrar que esta Comissão é unida, deliberando para o bem do Brasil.

No caso específico do dia de hoje, estamos trazendo à Comissão – e é importante que se traga, porque esta é uma Casa política – as insatisfações do setor rural, que vieram pairar na Comissão de Orçamento. É importante que aconteça isso. Sou um dos defensores dos agricultores do Brasil, em particular dos agricultores do oeste da Bahia. Defendo-os com vontade e garra.

Porém, o que acho? Esta Comissão pode caminhar. Temos um acordo de todos os partidos sobre o relatório do Deputado Gilmar Machado. Já temos um acordo de todos os Partidos. Estamos acordados em cima do Relatório. Então, o que podemos fazer? Vamos ler o relatório, vamos discuti-lo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório já foi lido, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Vamos discutir o relatório e vamos recomençar as negociações. Tenho conhecimento agora de que as principais cabeças do Governo estão reunidas para resolverem o problema do setor rural do País. Estão reunidos agora, tentando resolver essas questões.

Ontem, na Liderança do Governo, a pedido do Senador Fernando Bezerra, recebi diversos agricultores. Fizemos reuniões, preparamos uma nota, remetemos a nota a todos os Ministérios envolvidos na questão, tentando resolver esse problema.

Meus caros Senadores, meus caros Deputados, o que eu proponho? Vamos começar a discutir o relatório do Deputado Gilmar Machado; vamos começar a trabalhar. Temos o Plenário para obstruir, se as coisas não acontecerem.

Era só isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados; nobre Relator, Deputado Gilmar Machado, eu gostaria de dizer que a falta de entendimento existente na Comissão de Orçamento reflete a falta de entendimento no plenário da Casa.

Só ontem, Sr. Presidente, conseguimos avançar em um acordo e fazer com que fossem lidas a pro-

posta da CPI do Mensalão e da Compra de Votos e a promulgação da PEC nº 45.

Ora, Sr. Presidente, levamos duas semanas para, ao final da noite de ontem, chegarmos a esse consenso. E não foi fácil. Passamos pelo constrangimento de o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, ficar à porta do plenário da Câmara, esperando que houvesse esses entendimentos.

Nesta Comissão está ocorrendo o mesmo. Não podemos ultrapassar a barreira política que está sendo apresentada aqui. Há um consenso dos partidos com relação ao relatório apresentado pelo Deputado Gilmar Machado. Houve avanços, houve transigência. E por isso estamos prontos para discutirmos e votarmos.

Porém, esta Casa – e isso precisa ser entendido – é feita de partidos políticos que se posicionam politicamente. O Senado Federal, representado pelo Senador Heráclito Fortes, do PFL, estabeleceu uma definição: não aceita que o Congresso, votada a LDO na Comissão e no Plenário, entre em recesso, em função da continuidade das investigações dessa lama que está sendo apresentada ao País, a respeito da corrupção existente no Governo e da história do mensalão dentro da Casa. Fica mal aos olhos da opinião pública que o Congresso agora entre em recesso. É uma posição política.

Quero fazer esta defesa porque ninguém nesta Casa, nesta Comissão, é melhor do que ninguém. Todos nós somos iguais, como disse V.Exa., Sr. Presidente. Por isso, não aceito aqui – e digo isto estando ao lado do Deputado Valverde – que V.Exa. generalize, dizendo que a Minoria fica reunida com o Relator, fazendo propostas indecorosas. Que V.Exa. cite nomes. V.Exa. contribuirá com o Brasil, com a Nação, se apresentar os nomes, e não ficar fazendo esse comentário evasivo, que ofende as pessoas que não se igualam ao comentário que V.Exa. tenta imputar a certos Parlamentares.

Portanto, se V.Exa., diante da presença da imprensa aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Cajado, V.Exa. está se enganando na questão do pronome de tratamento. É que, no caso, “V.Exa.” seria eu. Mas não fui eu.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu citei o nome do Deputado Valverde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Então é S.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sim, não V.Exa., mas S.Exa. E continuo: S.Exa. contribuiria com a Nação, como ele disse, se apresentasse os nomes. Porque fica muito ruim, colega, V.Exa. chegar – aí me refiro a ele, Sr. Presidente – e dizer que há

Congressistas que se reúnem para fazer coisas erradas, mas não citar quem são.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Eu pediria que V.Exa. terminasse, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Temos de ter responsabilidade em nossas colocações dentro e fora da Casa, principalmente neste momento que estamos vivendo.

Para concluir, Sr. Presidente, eu apenas gostaria de dizer que temos de buscar o entendimento. Chegou o Líder do Governo no Congresso e espero que se entenda com a bancada ruralista, e que possamos ultrapassar essa premissa, que foi inicial, e ultrapassarmos também o acordo com o Senado Federal. O PFL do Senado não deseja ver votada a LDO sequer na Comissão. Eu acho que poderíamos avançar votando na Comissão e deixando ao Plenário do Congresso Nacional essa obstrução para que não haja a votação.

Este é o meu entendimento pessoal. Porém, curvo-me à orientação partidária do PFL, que, por meio do Líder Rodrigo Maia, delegou ao Deputado Ronaldo Caiado a missão de definir o momento que votaríamos na Comissão de Orçamento. Portanto, expresso uma opinião pessoal. Mas me curvo à decisão partidária do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, parece que não chegaremos a um acordo. Sendo assim, sugiro que iniciemos os trabalhos, verificando se há possibilidade de discussão. Se não houver *quorum* adequado, vai haver pedido de verificação, e, aí sim, faremos a verificação para podermos dar ou não continuidade a esta reunião, porque há muitos problemas a serem resolvidos – isso é certo.

A bancada ruralista tem a convicção de que age de forma correta para defender os interesses do setor, que hoje tem tido enormes dificuldades.

Não temos, portanto, outra alternativa. A Casa deseja que o processo ande, e iremos até onde for possível. A ficar aqui nesta discussão interminável sobre se faz acordo ou não faz, melhor caminhar como o Regimento determina. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Há *quorum* na Câmara dos Deputados. Só poderia haver verificação se houvesse votação. O que fica pendente, portanto, é a questão de ordem do Senador Heráclito Fortes no Senado, que iremos decidir oportunamente, tão logo terminemos de ouvir os oradores.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, estamos na expectativa da decisão para a questão de ordem apresentada pelo Senador Heráclito Fortes; a partir dessa decisão, saberemos se vamos dar continuidade aos trabalhos ou não. Espero que a questão de ordem do Senador, levantada ainda no início desta reunião, seja logo apreciada para podermos dar continuidade aos trabalhos.

Acho legítimos os motivos que levaram S.Exa. a apresentar a questão de ordem. O País vive uma crise grave, e não há como tampar o sol com a peneira: o momento pede serenidade e determinação. Portanto, estou no aguardo da resposta à questão de ordem levantada pelo Senador Heráclito Fortes, que sustenta pedido de verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Assis Miguel do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Senadores, havia uma disputa política em torno das CPIs que creio foi resolvida. Houve acordo, e aprovamos a criação da CPMI. Desde segunda-feira o *Jornal da Câmara* – e aqui me dirijo especialmente ao Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Ronaldo Caiado – tem trazido matérias tais como “*LDO versus Ruralistas*” e “*Bancada Ruralista ameaça impedir Votação da LDO 2006*”.

Se é essa a questão, prezado Presidente da Comissão de Agricultura, entendo que, primeiro, deveríamos debater a questão das dívidas quanto ao mérito, que é a principal questão. Sem esse debate, não vamos conseguir tomar a decisão política de condicionar a votação da LDO à negociação das dívidas, pois há setores legítimos para essa negociação.

Ressalte-se que o Presidente Lula criou um grupo de trabalho para estudar o assunto, que não se trata de decisão a ser tomada por impulso político. Há um grupo de trabalho formado para estudar essas dívidas, e certamente vai tomar uma decisão assim que for possível.

Feitas essas considerações, defendo que não podemos condicionar a votação da LDO a uma questão determinada. Gostaria de, juntamente com a Comissão de Agricultura, da qual faço parte, e com toda a bancada ruralista, estabelecer um processo de diálogo sobre as dívidas, separado do processo de votação da LDO. Proponho dialogarmos com o Líder do Governo no sentido de encontrarmos uma saída, até porque gostaria que este Congresso debatesse mais extensamente o mérito das dívidas e seus números

para que Parlamento e Governo tomem a melhor decisão possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Kátia Abreu.

A SRA. DEPUTADA KÁTIA ABREU – Sr. Presidente, relativamente à negociação do setor agropecuário, assistimos aqui a um “tratoação” com mais de 2 mil tratores e 25 mil produtores rurais de todo o Brasil. Eles estiveram aqui com o objetivo de pedir ao Governo ajuda para a safra 2004/2005. Estamos desde quarta-feira da semana passada aguardando negociações. Nelas já entraram os Ministros Antonio Palocci, Roberto Rodrigues, o Presidente da República e o Senador Aloizio Mercadante. Todos estão à espera de um entendimento, um acordo.

A pendência do setor agropecuário não é da bancada ruralista, mas do setor agropecuário brasileiro. Trata-se de problema de todos nós.

Deputado Ronaldo Dimas, Tocantins é um Estado vocacionado para o setor agropecuário. Disso todos sabem. V.Exa. defende brilhantemente o setor da indústria. Peço-lhe, contudo, que compreenda a aflição de agricultores. Veja, V.Exa., que a votação do Orçamento foi adiada para agosto e temos apenas 2 semanas para finalizar a negociação e salvar a agricultura brasileira.

Estamos falando da safra 2004/2005. A Região Sul passou por horrível seca, coisa que há muitos anos não se via. O restante do País sofreu brutal queda de preços e aumento do custo de produção, em especial do arroz, trigo, milho, soja e algodão. Esses produtores não têm condições de plantar a próxima safra, se a de 2004/2005 não for resolvida. A agricultura é uma atividade cíclica. O mundo socorre os produtores rurais quando há problema de tempo e de comercialização.

O Governo Federal anunciou que colocaria à disposição do produtor rural 3 bilhões de reais. Até agora nada fez. Não há um centavo do Governo Federal. Não há um centavo de equalização. Serão pagos de juros pelo produtor rural, pelos fornecedores e pela indústria 8,75% e mais 5%. Pagaremos 100% dos juros dessa dívida. E nada foi dado ao produtor rural até o momento.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. me garantisse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Um momento. Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – A Deputada Kátia Abreu citou meu nome. Quero apenas fazer um esclarecimento. Primeiro, apenas opinei porque

observe que não chegaremos a acordo algum. O Governo quer votar. O PFL não quer votar junto com a bancada ruralista. É totalmente justo o motivo da obstrução. Sugiro, contudo, simplesmente obedecermos ao Regimento. Sendo possível, votem. Se houver número, o Governo vai votar; senão a obstrução é mais do que justa e todo o PSDB estará provavelmente junto com o PFL e com a bancada ruralista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção dos Deputados e Senadores, assim como de V.Exa., porque vários Parlamentares quiseram tratar a LDO como se fosse uma discussão isolada. Pelo contrário, a LDO precisa ser discutida, exatamente conciliando os interesses de todas as Comissões.

Há uma crise instalada na agricultura e na pecuária brasileira. O assunto foi levado ao Presidente da República no dia 2 de março. Na ocasião, o Ministro Roberto Rodrigues, que visitava a cidade de Rio Verde, disse que estava autorizado a fazer as liberações. Mas nada ocorreu. No dia 31 de maio também nada ocorreu, assim como, durante o “tratoação”, na audiência com o Presidente da República, nada saiu do papel. A audiência seria prorrogada para as 18 horas, mas foi cancelada. Foi prorrogada para o dia seguinte, contando com a presença do Ministro da Fazenda, mas não aconteceu. Foi prorrogada para as 18 horas e não aconteceu. O Ministro Antonio Palocci não apareceu. Chegou apenas o Senador Aloizio Mercadante.

Não sabemos quais serão as propostas do Ministro Antonio Palocci, que parece estar acima do Presidente da República quando se trata de decidir assuntos da agropecuária brasileira. Porque os acertos feitos pela manhã com o Presidente foram vetados pelo Sr. Ministro Antonio Palocci às 16 horas da tarde. São as informações que temos.

Precisamos saber quais as sugestões ou propostas que serão apresentadas pelo Sr. Ministro Palocci; e também se essas sugestões não terão de estar incluídas na votação do projeto da LDO.

Por que essa pressa toda em votar a LDO, como se ela tivesse totalmente distante dos problemas que estão abatendo hoje a agropecuária brasileira?

Vamos debater o problema do endividamento com toda a tranqüilidade. Temos dados oficiais exatos. Não se trata de “achismos”. Se o setor produtivo primário hoje está endividado é porque o Governo se curvou aos banqueiros e aos cartéis montados neste Brasil para poder repassar insumos aos produtores rurais.

Se o produtor não tem como quitar sua dívida, não é porque não quer pagá-la; é porque não tem garantia de preço mínimo, não tem sequer condições para que o Ministro da Agricultura – que teve o seu orçamento cortado em 80% – pudesse implantar instrumentos com a PEP, como um contrato de opção, como AGF, EGF, enfim, todos esses totalmente impedidos. E o Ministro da Agricultura não tem hoje nenhum centavo para atender àquilo a que se comprometeu em Rio Verde, no dia 2 de março. Por isso, vejo com tamanha importância a reunião de hoje.

Sr. Presidente, se for iniciada a discussão, essa é mais uma maneira de empurrar com a barriga, é mais uma maneira de contar para produtor rural o conto da carochinha, como contaram para 25 mil produtores que estiveram na Esplanada dos Ministérios – e não resolveram nada. É deixar os produtores rurais sendo executados...

Sr. Presidente, agora alerta para uma fato maior que V.Exa. não tem conhecimento. É objetivo, sim, do núcleo agrário dificultar as negociações. E sabe por quê? Porque o Stédile dizia, no fim de semana passado, no meu Estado de Goiás: *“Não vamos deixar a renegociação dos produtores porque teremos o maior contingente de endividados que serão executados e teremos uma quantidade maior de estoque de terras para implantarmos a reforma agrária e tomarmos as propriedades dos agricultores”*.

Esse é o objetivo da rejeição da negociação por parte do núcleo agrário!

Queremos mostrar ao Brasil que a agricultura brasileira não tem como sobreviver com essa cartelização dos fornecedores de insumos nem com esse ganho abusivo dos banqueiros com os empréstimos aos produtores, com a taxa de juros no patamar de 27,5%. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES – Sr. Presidente, estou observando atentamente os pronunciamentos. Vejo principalmente os Deputados do PFL se contrapondo.

O Senador do PFL, Heráclito Fortes, ponderou que a luta é política: é questão do funcionamento do Congresso, da atuação das CPIs etc. Enfim, trata-se de questão ética importantíssima, e eu assino em baixo. Já os Deputados estão defendendo outro pleito: problema de renegociação de dívidas; colocam em pauta interesses da bancada ruralista.

Agora a coisa ficou mais acirrada. Entre a barganha e a defesa da ética é preciso o PFL definir o que se quer, porque o respeito maior à Nação não pode se reduzir a apenas um interesse de uma categoria,

que pode ser resolvido fora do âmbito da LDO. A LDO prevê o orçamento do próximo ano: dinheiro para educação, saúde, estradas, energia, água, saneamento, pagamento de servidor público, agricultura, reforma agrária, enfim, tudo. Isso não pode ser boicotado por um interesse de um grupo ou categoria apenas. Sabemos que pode ser resolvido posteriormente, porque já tem um privilégio muito grande deste Governo. Essa é a verdade. Porque a reforma agrária anda atrasada neste Governo, os pequenos estão sendo humilhados.

Então, não é justo que o PFL faça esse jogo de cena na LDO. Ela precisa ser aprovada. Para o Orçamento ser elaborado, ele precisa de tempo técnico. Ele tem de vir até final de agosto para esta Casa. E a população que está nos ouvindo precisa saber quem de fato nesta Casa tem compromisso maior com o interesse público.

O apelo que faço a V.Exas. é no sentido de diminuirmos de fato o teatro e realmente aprovarmos as matérias de interesse desta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e aos membros desta Comissão a tolerância, mas se faz necessário mais um esclarecimento que vou prestar aqui.

Volto a repetir que não aceito aula de ética do PT: nem do Deputado Nazareno Fonteles nem do Deputado Eduardo Valverde. O Deputado Nazareno Fonteles eu respeito; o outro, nem isso. Nazareno Fonteles é um homem lutador, sonhador, que quis trazer para esta Casa um projeto fantástico, o da Renda Máxima, para limitar o salário do brasileiro em 8 mil reais. Eu nunca entendi o porquê da idéia e do objetivo do Deputado Nazareno Fonteles com isso. Os fatos recentes me mostram que alguns companheiros seus estavam gastando demais, e era preciso controlar isso. Talvez, se seu apelo estivesse sido ouvido naquele momento, as coisas não tivessem chegado aonde chegaram. Mas é um idealista. Tudo o que diz é com boa intenção.

Sr. Presidente, tivemos aqui uma intervenção lúcida do Deputado Assis Miguel do Couto, do Paraná, cooperativista, que ponderou de maneira lógica e respeitosa o seu ponto de vista. Demonstrou de maneira clara que não há entendimento. Vou dizer claramente aqui, e cada um dos que compõem a bancada ruralista pode testemunhar: eu não sou ruralista; sou homem de cidade. Não tenho um palmo de terra. É uma área em que não me envolvo. Mas a minha questão é política, e disse isso desde o começo.

Quero lembrar que, além da questão ruralista, há uma questão que o Sr. Relator tem que atentar bem:

é o item que diz respeito ao salário dos membros das Forças Armadas. Há um pleito para modificação do texto. Do jeito que está, irá inviabilizar qualquer tipo de revisão no salário dos membros das Forças Armadas. Como esse orçamento é autorizativo, a alteração proposta apenas abre uma brecha para uma discussão no futuro. Jamais obriga o Governo Federal a cumprir tal dispositivo.

Por último, queria dizer que, ao invés de me gerar sentimento de revolta o que disse o Deputado Eduardo Valverde, me dá pena! Carece S.Exa. de credibilidade para colocar em dúvida as intenções de qualquer pessoa. Quando digo credibilidade, é porque ele não é levado a sério dentro do seu próprio partido pelo seu comportamento estonteante, pelos recuos e avanços cometidos, caluniando e agredindo os outros. Tenho, Deputado Eduardo Valverde, quase 25 anos de trabalho nesta Casa. Pergunte a funcionários e aos colegas como tem sido a minha conduta e quantas vezes me envolvi em questões menores de orçamento. Respeite as pessoas! Respeite o Estado que lhe mandou para cá e que V.Exa. leva hoje na galhofa e no deboche! Tenha respeito pela conduta de um homem público! Não tente assacar contra as pessoas aquilo que passa pelo seu comportamento e sentimento. Vestal que tem aqui é V.Exa., que pousou de sério na CPI do Banestado e, por trás, estava acobertando transações sujas feitas por membros do seu partido! É preciso que o Estado de Roraima saiba que V.Exa. é um farsante! V.Exa. não tem o direito de assacar contra quem tem aqui uma vida reta e correta. V.Exa. precisa respeitar as pessoas, e às claras; deixar de ser irresponsável e leviano, criador de crise constantemente em plenário, ou aonde quer que chegue.

As coisas aqui têm que ser tratadas com respeito.

Desculpe-me V.Exa. essa minha revolta, mas o digo por causa da irresponsabilidade e leviandade que teve ao insinuar que eu estaria tirando proveito próprio. Consulte o Relator sobre se algum dia eu o procurei para tratar de outro assunto que não das emendas da Comissão que presido, da Comissão de Infraestrutura.

Não aceito que nenhum cidadão me venha fazer agressões à minha pessoa! Tenho uma vida pública limpa. Seu partido já tentou me vasculhar do jeito que quis e não encontrou nada. Pegue uma lupa e vá atrás. Agora, cuidado: rabo grande o trem passa por cima!

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, porque fui citado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, acho que o Senador Heráclito Fortes tem de ter um pouco mais de respeito com as pessoas. Acho que S.Exa. foi agressivo ao se posicionar em relação à minha pessoa. Mantenho com todos os Parlamentares uma relação de respeito, embora divirja ideologicamente da Oposição. Ultimamente, as palavras de vários Deputados da Oposição contra o meu partido não têm sido nada elogiosas, e sabemos o porquê dessa posição. Sabemos também que o que está sendo colocado em choque não é simplesmente a posição individual do Partido dos Trabalhadores, mas seu projeto político. Esse projeto, Senador Heráclito Fortes, no que conflitamos, não é no âmbito pessoal, porque sabemos que o interesse do seu grupo político, da sua ideologia, é construir um país ainda mais injusto no Nordeste, é construir uma sociedade de exclusão social. Acho que V.Exa. não tem ainda entendimento ético e moral para se vestir com essa postura nesta Casa! Temos acompanhado historicamente – e essa não é uma posição individual – a conduta da elite brasileira. E não venha V.Exa. neste momento utilizar o microfone para se vestir como decente, como honesto, porque isso não é verdade; é enganar a história, o povo brasileiro.

Senador Heráclito Fortes, V.Exa. sabe muito bem que na CPI do Banestado grande parte dos impedimentos da investigação foi provocada pela própria Oposição, porque aquilo tudo ia bater no PFL, do Senador Jorge Bornhausen, envolvido com o caso do Banco Araucária. *(Tumulto em plenário. O Presidente aciona as campainhas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado, vamos nos limitar aos assuntos da Comissão! Assim não chegaremos a resultado nenhum.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – É preciso fazer um resgate da história! Não somos de crise! Sou um defensor da democracia brasileira e do meu partido. Está havendo um cerceamento de liberdade aqui. *(Tumulto em plenário.)*

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Ano passado aconteceu a mesma coisa. As agressões do Deputado Eduardo Valverde levaram à paralisação dos trabalhos desta Casa. E estamos assistindo novamente à mesma coisa. *(Tumulto em plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em face do calor das discussões, o Senador Heráclito Fortes retira a questão de ordem.

Esta reunião está suspensa. Convoco outra para iniciar-se às 18 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11, 12 e 13, de 2005.

Como estamos no período destinado à Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, vou suspender a sessão e marcar a sua continuação para quinze minutos após o encerramento da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11, 12 e 13.

Em face da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, encerro esta reunião e convoco reunião extraordinária para o dia 12, às 17h30, terça-feira, neste Plenário.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 12 e 13 de Julho de 2005.

Aos doze e treze dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, foi convocada reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11 a 14/2005. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Bosco Costa, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Hermes Parciannelo, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, João Magno, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Piauhyllino, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professor Luizinho, Renato Casagrande, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vander Loubet, Welinton Fagundes e Wilson Santiago; – **Senadores titulares:** Efraim Morais, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Leomar Quintanilha, Magno Malta, Romeu Tuma, Sibá Machado, Valdir Raupp e Welling-

ton Salgado de Oliveira; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Almir Sá, Arnon Bezerra, Assis Miguel do Couto, Domiciano Cabral, Eduardo Valverde, Geraldo Thadeu, Inácio Arruda, Ivan Valente, João Grandão, João Magalhães, João Tota, Kátia Abreu, Lael Varella, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelino Fraga, Marcio Fortes, Milton Monti, Nilson Mourão, Olavo Calheiros, Paes Landim, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Sandes Junior, Vignatti, Wellington Roberto e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Ideli Salvatti, João Capiberibe, José Maranhão, Marcelo Crivella, Ney Suassuna, Sérgio Zambiasi e Wirlande da Luz. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Benjamin Maranhão e Ronaldo Caiado. Registrou-se a ausência dos membros: – **Deputados Titulares:** Eduardo Sciarra, Gonzaga Patriota, Jorge Bittar, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Pauderney Avelino, Paulo Pimenta, Ronaldo Dimas, Wasny de Roure e Zé Gerardo; e – **Senadores Titulares:** Amir Lando, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Nezinho Alencar, Paulo Octávio, Sérgio Guerra e Serys Shlessarenko. O Senador Augusto Botelho justificou a ausência. **ABERTURA:** Havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às dezoito horas do dia doze de julho, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou iniciados os trabalhos. Em seguida, informou que não havia *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal e, por esse motivo, adiaria a apreciação das Atas. **EXPE-DIENTE:** O Deputado Gilmar Machado fez a leitura do expediente, que também havia sido enviado, previamente, pelo correio eletrônico, às Lideranças Partidárias e aos membros da Comissão. **I)** Correspondência recebida interna: – Expediente comunicando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício nº 235, de 12 de julho, do Líder do PT, Deputado Paulo Rocha, indicando o Deputado João Grandão, em substituição ao Deputado Wasny de Roure. – Expedientes encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência: 1) Ofício nº 402, de 05 de julho, do gabinete do Deputado Leodegar Tiscoski: De 1º a 13 de julho. 2) Ofício nº 862, de 05 de julho, do Líder do PMDB, Deputado José Borba: Dias 7, 15, 21, 28 e 30/06/2005. 3) Ofício nº 275, de 06 de julho, do gabinete do Deputado Anivaldo Vale: Dias 29 e 30 de julho. – Expediente solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes parlamentares: 1) Ofício nº 257, de 05 de julho, do Deputado Ildeu Araújo. 2) Ofício nº 689, de 05 de julho, do Deputado Cezar Schir-

mer. 3) Ofício nº 138, de 05 de julho, do Deputado Severiano Alves. 4) Ofício nº 47, de 05 de julho, do Deputado Carlos Sampaio. 5) Ofícios nºs 122 e 123, de 07 de julho, do Senador João Ribeiro, Coordenador da Bancada do Tocantins. 6) Ofício nº 90, de 12 de julho, do Deputado Lupércio Ramos. 7) Ofício nº 241, de 11 de julho, do Líder do PP, Deputado José Janene. – Ofício nº 276, de 1º de julho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando da abertura de prazo de 05 dias úteis, a partir de 1º de julho, para interposição de recurso aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 06 e 07, de 2005, do Congresso Nacional: – Projeto de Decreto Legislativo nº 06, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer n.º 11 de 2005-CN (relativo ao Aviso n.º 06, de 2005-CN) – Obras destinadas à restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul. O Presidente informou que havia sido encaminhado comunicado a todos os Parlamentares através do correio eletrônico. – Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer n.º 12 de 2005-CN (relativo ao Aviso n.º 19, de 2005-CN) – Obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da rodovia BR-319/AM, no Estado do Amazonas. O Presidente informou que havia sido encaminhado comunicado a todos os Parlamentares através do correio eletrônico. – Ofício nº 283, de 08 de julho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando do término do prazo sem interposição de recurso aos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, que irão à promulgação: – Projeto de Decreto Legislativo nº 06, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer n.º 11 de 2005-CN (relativo ao Aviso n.º 06, de 2005-CN) – Obras destinadas à restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul. – Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer n.º 12 de 2005-CN (relativo ao Aviso n.º 19, de 2005-CN) – Obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da rodovia BR-319/AM, no Estado do Amazonas. II) Correspondência recebida externa: 1) Aviso nº 245, de 29 de junho, do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e enviado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, encaminhando demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de maio de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 2) Ofício nº 505, de 12 de maio, do Assessor Especial do Ministro da Justiça, Paulo Pires de Campos, informando que o pleito feito no Ofício nº 074/2005 foi encaminhado ao Secretário Nacional de Segurança Pública. – Expediente encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendi-

to ao art. 54, Inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. – Avisos/SGS, de 06 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: 1) Aviso nº 902/2005 (Acórdão nº 909/2005): Adequação ambiental da usina termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS), no Estado do Rio Grande do Sul. 2) Aviso nº 903/2005 (Acórdão nº 923/2005): Construção de Trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins na Rodovia BR-242/TO, trechos Peixe-Paraná-Taguatinga. 3) Aviso nº 904/2005 (Acórdão nº 908/2005): Revitalização da usina termelétrica Presidente Médici com 446 MW em Candiota (RS), no Estado do Rio Grande do Sul. 4) Aviso nº 905/2005 (Acórdão nº 912/2005): Construção de Trechos Rodoviários na BR-156, no Estado do Amapá – Trecho Laranjal do Jari – Macapá. 5) Aviso nº 916/2005 (Acórdão nº 903/2005): Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, no Ceará. 6) Aviso nº 919/2005 (Acórdão nº 904/2005): Construção do trecho rodoviário situado no Corredor Araguaia-Tocantins/BR-226-Timon/Porto Franco, Subtrecho Barra do Corda/Porto Franco. 7) Aviso nº 921/2005 (Acórdão nº 913/2005): Auditoria nas obras da Barragem do Córrego João Leite, no Estado de Goiás. 8) Aviso nº 922/2005 (Acórdão nº 915/2005): Obras de ampliação da capacidade da usina termelétrica Camaçari, de 174 para 350 megawatts – MW, no Estado da Bahia. 9) Aviso nº 923/2005 (Acórdão nº 914/2005): Construção de Novos Trechos Rodoviários na BR-282, no Estado de Santa Catarina – Trecho Lages – São José Cerrito – Campos Novos – SC. 10) Aviso nº 927/2005 (Acórdão nº 911/2005): Recuperação de Trechos Rodoviários – Divisa PA/TO – Divisa TO/GO – na BR-153/TO – Tocantins. 11) Aviso nº 929/2005 (Acórdão nº 916/2005): Aquisição de imóvel, ao custo estimado de R\$ 106.000.000,00, para abrigar a sede de Eletrobrás, no Município do Rio de Janeiro/RJ. 12) Aviso nº 932/2005 (Acórdão nº 917/2005): Construção de Trechos Rodoviários na BR-080, no Estado de Goiás – Trecho Dois Irmãos – Barro Alto – Uruaçu – São Miguel do Araguaia. 13) Aviso nº 934/2005 (Acórdão nº 918/2005): Auditoria realizada na Eletro-norte (implantação de linha de transmissão Oiapoque-Calçoene/Amapá. 14) Aviso nº 935/2005 (Acórdão nº 919/2005): Implantação de sistema de transmissão de energia elétrica em Manaus, no Estado do Amazonas. 15) Aviso nº 938/2005 (Acórdão nº 910/2005): Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, com 20.000 ha, localizado no Estado de Tocantins. 16) Aviso nº 940/2005 (Acórdão nº 920/2005): Ampliação da capacidade do parque de geração térmica energia elétrica no Estado do Amazonas. 17) Aviso nº 941/2005 (Acórdão nº 921/2005): Empreendimento de revitalização

do parque de geração de energia elétrica de Manaus, no Estado do Amazonas. 18) Aviso nº 945/2005 (Acórdão nº 901/2005): Modernização da infra-estrutura do Aeroporto Zumbi dos Palmares, no Estado de Alagoas. Tendo persistido a inexistência de quorum para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente suspendeu a reunião, às dezoito horas e doze minutos, e convocou a continuação para o dia subsequente, às dez horas. Às dez horas e vinte e oito minutos do dia treze de julho do mesmo ano, o Presidente deu prosseguimento aos trabalhos. Em seguida, informou que não havia acordo para apreciação do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006. A Deputada Laura Carneiro levantou **questão de ordem** sobre a impossibilidade de votação do Plano de Carreira dos funcionários da Câmara dos Deputados, no Plenário, antes da votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2006. O Deputado Claudio Cajado discutiu o assunto. O Presidente respondeu que não havia impedimento para que o Plano fosse aprovado. A Deputada Laura Carneiro informou que fará pronunciamento no Plenário da Câmara dos Deputados sobre o assunto. O Deputado Claudio Cajado fez questionamento ao relator e foi respondido. O Deputado João Grandão questionou se os trabalhos seriam suspensos ou encerrados. A reunião foi suspensa às dez horas e trinta e cinco minutos e convocada a continuação para às dezoito horas do mesmo dia. Às dezoito horas e trinta minutos do dia treze de julho do mesmo ano, o Presidente deu continuidade à reunião. **ENCERRAMENTO:** Tendo em vista a realização simultânea da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados, os trabalhos foram encerrados. Antes de encerrar, o Presidente convocou reunião a ser realizada no dia dois de agosto de 2005, às quatorze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11, 12, 13 e 14/2005.

Não há *quorum* para deliberação no Senado. Em face disso, não há deliberação em relação às atas.

Solicito ao Deputado Gilmar Machado que faça a leitura do Expediente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Corresponência interna recebida.

Expediente comunicando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão:

Ofício nº 235, de 12 de julho, do Líder do PT, Deputado Paulo Rocha, indicando o Deputado João Grandão, em substituição ao Deputado Wasny de Roure.

Expedientes encaminhando justificativas de falta deferidas pela Presidência:

1) Ofício nº 402, de 5 de julho, do gabinete do Deputado Leodegar Tiscoski: de 1º a 13 de julho.

2) Ofício nº 862, de 5 de julho, do Líder do PMDB, Deputado José Borba: dias 7, 15, 21, 28 e 30 de junho de 2005.

3) Ofício nº 275, de 6 de julho, do gabinete do Deputado Anivaldo Vale: dias 29 e 30 de julho.

Expediente solicitando a alteração da modalidade de aplicação em emendas dos seguintes Parlamentares:

1) Ofício nº 257, de 5 de julho, do Deputado Ildeu Araújo.

2) Ofício nº 689, de 5 de julho, do Deputado Cezar Schirmer.

3) Ofício nº 138, de 5 de julho, do Deputado Severiano Alves.

4) Ofício nº 47, de 5 de julho, do Deputado Carlos Sampaio.

5) Ofícios nºs 122 e 123, de 7 de julho, do Senador João Ribeiro, coordenador da bancada do Tocantins.

6) Ofício nº 90, de 12 de julho, do Deputado Lupércio Ramos.

7) Ofício nº 241, de 11 de julho, do Líder do PP, Deputado José Janene.

8) Ofício nº 276, de 1º de julho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando a abertura de prazo de 5 dias úteis, a partir de 1º de julho, para interposição de recurso aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 2005, do Congresso Nacional:

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2005, do Congresso Nacional, referente à conclusão do Parecer nº 11, de 2005, do Congresso Nacional (relativo ao Aviso nº 6, de 2005-CN). Obras destinadas à restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul.

Foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares, através do correio eletrônico.

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2005, do Congresso Nacional, referente à conclusão do Parecer nº 12, de 2005, do Congresso Nacional (relativo ao Aviso nº 19, de 2005, do Congresso Nacional). Obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da rodovia BR-319/Amazonas, no Estado do Amazonas).

Foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares, através do correio eletrônico.

Ofício nº 283, de 8 de julho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando o término do prazo sem interposição de recurso aos seguintes projetos de decreto legislativo, que irão à promulgação:

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2005, do Congresso Nacional, referente à conclusão do Parecer nº 11, de 2005, do Congresso Nacional (relativo ao Aviso nº 6, de 2005-CN). Obras destinadas à restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2005-CN, referente à conclusão do Parecer nº 12, de 2005, do Congresso Nacional (relativo ao Aviso nº 19, de 2005CN). Obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da rodovia BR-319/AM, no Estado do Amazonas).

Os projetos irão à promulgação.

Correspondência externa recebida.

1) Aviso nº 245, de 29 de junho, do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e enviado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, encaminhando demonstrativo das emissões do REAL relativo ao mês de maio de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

2) Ofício nº 505, de 12 de maio, do Assessor Especial do Ministro da Justiça, Paulo Pires de Campos, informando que o pleito feito no Ofício nº 074, de 2005, foi encaminhado ao Secretário Nacional de Segurança Pública.

Expedientes recebidos, encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal, em atendimento ao art. 54, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal dos seguintes órgãos:

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Avisos da Secretaria-Geral do Senado, de 6 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta:

1) Aviso nº 902, de 2005 (Acórdão nº 909, de 2005): adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, fases A e B, em Candiota (RS), no Estado do Rio Grande do Sul.

2) Aviso nº 903, de 2005 (Acórdão nº 923, de 2005): construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, na Rodovia BR-242, Tocantins, trechos Peixe-Paraná-Taguatinga.

3) Aviso nº 904, de 2005 (Acórdão nº 908, de 2005): revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici, com 446 megawatts, em Candiota (RS), no Estado do Rio Grande do Sul.

4) Aviso nº 905, de 2005 (Acórdão nº 912, de 2005): construção de trechos rodoviários na BR-156, no Estado do Amapá, Trecho Laranjal do Jari – Macapá.

5) Aviso nº 916, de 2005 (Acórdão nº 903, de 2005): implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, no Ceará.

6) Aviso nº 919, de 2005 (Acórdão nº 904, de 2005): construção do trecho rodoviário situado no Corredor Araguaia-Tocantins/BR-226-Timon/Porto Franco, Subtrecho Barra do Corda/Porto Franco.

7) Aviso nº 921, de 2005 (Acórdão nº 913, de 2005): auditoria nas obras da Barragem do Córrego João Leite, no Estado de Goiás.

8) Aviso nº 922, de 2005 (Acórdão nº 915, de 2005): obras de ampliação da capacidade da Usina Termelétrica Camaçari, de 174 para 350 megawatts – MW, no Estado da Bahia.

9) Aviso nº 923, de 2005 (Acórdão nº 914, de 2005): construção de novos trechos rodoviários na BR-282, no Estado de Santa Catarina, trecho Lages-São José do Cerrito-Campos Novos, Santa Catarina.

10) Aviso nº 927, de 2005 (Acórdão nº 911, de 2005): recuperação de trechos rodoviários – Divisa Pará/Tocantins, Divisa Tocantins/Goiás, na BR-153, Tocantins.

11) Aviso nº 929, de 2005 (Acórdão nº 916, de 2005): aquisição de imóvel, ao custo estimado de R\$ 106.000.000,00, para abrigar a sede de ELETROBRÁS, no Município do Rio de Janeiro/RJ.

12) Aviso nº 932, de 2005 (Acórdão nº 917, de 2005): construção de trechos rodoviários na BR-080, no Estado de Goiás, trecho Dois Irmãos-Barro Alto– Uruaçu-São Miguel do Araguaia.

13) Aviso nº 934, de 2005 (Acórdão nº 918, de 2005): auditoria realizada na ELETRO-NORTE (implantação de linha de transmissão Oiapoque-Calçoene/Amapá).

14) Aviso nº 935, de 2005 (Acórdão nº 919, de 2005): implantação de sistema de

transmissão de energia elétrica em Manaus, no Estado do Amazonas.

15) Aviso nº 938, de 2005 (Acórdão nº 910, de 2005): implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, com 20.000 hectares, localizado no Estado do Tocantins.

16) Aviso nº 940, de 2005 (Acórdão nº 920, de 2005): ampliação da capacidade do parque de geração térmica de energia elétrica no Estado do Amazonas.

17) Aviso nº 941, de 2005 (Acórdão nº 921, de 2005): empreendimento de revitalização do parque de geração de energia elétrica de Manaus, no Estado do Amazonas.

18) Aviso nº 945, de 2005 (Acórdão nº 901, de 2005): modernização da infraestrutura do Aeroporto Zumbi dos Palmares, no Estado de Alagoas.

Era o que tinha a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Terminada a leitura do Expediente, informo que persiste a falta de *quorum* no Senado. Falta 1 Senador.

A SRA. DEPUTADA KÁTIA ABREU – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não existe verificação ainda, porque não há votação por falta de *quorum*.

A SRA. DEPUTADA KÁTIA ABREU – Não há *quorum* no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não há *quorum* no Senado. Em face disso, a sessão está suspensa. Esperem, houve um engano. Não há *quorum*. Então, convoco sessão para amanhã às 18h.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Retificando: a sessão está suspensa e marcada para amanhã, às 10h. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, V.Exa. poderia nos esclarecer por favor. Está suspensa a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Senado Gilberto Mestrinho) – A reunião foi suspensa e reconvocada, para darmos continuidade aos trabalhos, amanhã, às 10h.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Então, foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Suspensa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Porque V.Exa. havia encerrado. Disse que, regimentalmente, haveria o prazo de 24 horas para a próxima. Depois, V.Exa. retornou e disse que havia sido suspensa a reunião, convocando para às 10h outra da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto. Foi suspensa por duas razões. Primeiro, por falta de *quorum* no Senado. Segundo, porque começou a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados – automaticamente é suspensa a reunião.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, realmente é estranho. Suspender a sessão depois de encerrada é complicado.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reiniciada a quarta reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas 11, 12, 13 e 14, de 2005.

Dada a pendência de acordo para aprovação da LDO, suspendemos a sessão e a reconvocamos para as 18h de hoje.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Antes da suspensão, Sr. Presidente, V.Exa. me concede a palavra para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mais do que uma questão de ordem, é um esclarecimento. Aliás, é o esclarecimento que queria ontem à noite, em Plenário, mas fui impedida de falar.

Ontem, o Líder Arlindo Chinaglia disse em Plenário que, mesmo retirada a urgência do projeto do saneamento, estaríamos impedidos de votar o projeto dos servidores porque não teríamos votado a LDO. Ora, se já tivéssemos votado a LDO, estaríamos em recesso e não poderíamos votar o projeto dos funcionários.

Era essa a questão de ordem que eu queria levantar ontem à noite, mas fui impedida de fazê-lo. Enfim, pergunto a V.Exa., Sr. Presidente, aproveitando a presença do Relator, se – claro que tudo é possível no acordo – existe algum óbice regimental para, retirada a urgência do projeto do saneamento, votar o projeto de lei que cria o Plano de Cargos dos Servidores da Câmara Federal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Em adendo, Sr. Presidente, indago ao Relator se há impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não há impedimento legal, porque o Plano só estará em vigor a partir de 2006.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, V.Exa. concorda que não há nenhum impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O processo é normal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Posso considerar isso como resposta da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O recesso acontece quando a LDO é aprovada. Não havendo recesso, o Congresso está em trabalho normal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Claro. A alegação do Líder do Governo foi exatamente o contrário: mesmo retirada a urgência do projeto do saneamento, para se votar o Plano de Cargos dos Servidores seria necessária a aprovação da LDO. Eu, do outro lado, disse que, se votarmos a LDO, acabam os trabalhos no Congresso e não podemos votar o Plano.

Era esse o esclarecimento. V.Exa. já me esclareceu como eu gostaria. Agora, tenho a palavra da Comissão de Orçamento, e por consequência do seu Relator, de que não existe nenhum problema na votação do projeto dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputada, não cabe, porque foi votado o aumento do Ministério Público e da Magistratura e os créditos ainda estão aqui.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim, Sr. Presidente, mas o que o Deputado alegou é que na LDO já constava previsão tanto para os servidores dos tribunais quanto para o Ministério Público, mas não constava para os funcionários do Legislativo. Por isso, solicitei o esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputada, está sendo feita ainda a alteração da LOA, para que, então, se faça a validade da questão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, queria apenas ter a certeza. Eu já sabia, mas queria ter a palavra de V.Exa., como Presidente da Comissão. Assim, hoje, em Plenário, poderei usar a palavra de V.Exa., além da minha.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Fazendo um adendo à intervenção da Deputada Laura Carneiro, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, gostaria de ouvir o Relator, Deputado Gilmar Machado.

Deputado, estou aqui fazendo um adendo à intervenção da Deputada Laura Carneiro, porque o Líder Arlindo Chinaglia, do seu partido, o PT, afirmou textualmente que não poderíamos votar o Plano de Carreira dos Servidores em função de não haver previsão na LDO. Além de ter dito que havia um empecilho por falta da votação, S.Exa. disse que a LDO não previa isso.

Ora, pergunto a V.Exa., até porque li o texto, se a LDO tem ou não previsão para podermos votar já o Plano de Carreira dos Funcionários, já que será implantado em 2006. Pergunto isso a V.Exa. para que se esclareça na totalidade a dúvida que houve ontem no Plenário, realmente fator de impedimento para que pudéssemos votar qualquer matéria.

O esclarecimento que o Senador Gilberto Mestrinho deu à Deputada Laura Carneiro resolve um ponto, mas falta esse segundo ponto, que o Líder de sua bancada levantou e que gostaríamos de esclarecer se é verdadeiro ou não. Eu não entendo como verdadeiro e gostaria de ouvir V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Esclarecendo, estamos prevendo na LDO para o ano que vem. Este ano, para poder pagar inclusive o Plano, existe um crédito que está na Comissão. Se nós não o votarmos, não adianta votarmos lá, ficará impedido da mesma forma. Portanto, a Comissão também tem que cumprir a sua parte de votar o projeto aqui, não só para os servidores da Casa, mas também para os beneficiários dos projetos que já votamos lá. Se não fizermos isso, nada estará valendo e não pode ser acertado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Há um impedimento na LDO?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – A LDO é para o ano que vem. O que tem é na outra. Temos que mexer na anterior, deste ano.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sim, mas já está aqui, basta que a votemos. Quero dizer, Sr. Presidente, que o argumento do Líder Arlindo Chinaglia não foi correto.

Deputado Gilmar Machado, V.Exa. concorda comigo em que o argumento do Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do PT, não foi correto quando levantou essa questão ontem no Plenário? V.Exa. tem que me dar a razão, que não era correto o que S.Exa. disse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, como Líder da bancada do PT na Comissão.

V.Exa. anunciou que a sessão estava suspensa. Parece-me que a discussão da LDO está acontecendo. Levanto esta questão de ordem. Se não está suspensa, vamos discutir a LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Houve um apelo apenas para que respondesse à questão de ordem. Já o fiz, e a sessão está suspensa e reconvocada para as 18h.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em face de estarmos na Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, vou encerrar a reunião, convocando outra reunião para o dia 2 de agosto, às 15 horas.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização⁽¹⁾

Número de membros: 21 Senadores e 63 Deputados

Comissão instalada em 31-5-2005

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho

1º Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes

2º Vice-Presidente: Senador Sergio Guerra

3º Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas

Relator da LDO/2006: Deputado Gilmar Machado

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Heráclito Fortes ⁽³⁾	1. Demóstenes Torres (3)
Efraim Morais (3)	2. Jonas Pinheiro (3)
Romeu Tuma (3)	3. José Jorge (3)
Paulo Octávio (3)	4. Edison Lobão (3)
Sergio Guerra (3)	5. Flexa Ribeiro (3)
Lúcia Vânia (3)	6. Teotônio Vilela Filho (3)
Leonel Pavan (3)	7. Arthur Virgílio (3)
	8.
PMDB	
Valdir Raupp	1. Wirlande da Luz
Amir Lando	2. Ney Suassuna
Gilberto Mestrinho	3. José Maranhão
Hélio Costa	4. Leomar Quintanilha
Garibaldi Alves Filho	5. João Batista Motta
	6. Antônio Leite ⁽⁴⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PTB-PL-PPS)	
Nezinho Alencar	1. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	2. Ideli Salvatti
Magno Malta	3. Aelton Freitas
Mozarildo Cavalcanti	4. Marcelo Crivella
Serys Sthessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Sibá Machado	6. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1.
⁽¹⁾ P-SOL	
Geraldo Mesquita Júnior	1.

⁽¹⁾ Designação feita em 25-5-2005.

⁽³⁾ Designação feita em 31-05-2005, Bloco (PFL/PSDB) – SF.

⁽⁴⁾ Substituição feita em 7-6-2005. PMDB-SF.

⁽¹⁾ Designação feitas nos termos da Res. Nº 2/2000-CN.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss – SC	1. Assis Miguel do Couto – PR
Devanir Ribeiro – SP	2. Eduardo Valverde – RO
Gilmar Machado – MG	3. Ivan Valente - SP
João Magno – MG	4. Leonardo Monteiro – MG
Jorge Bittar – RJ	5. Neyde Aparecida – GO
Nazareno Fonteles – PI	6. Nilson Mourão - AC
Nelson Pellegrino – BA	7. João Grandão – MS ⁽¹⁾
Paulo Pimenta - RS	8. Paulo Rubem Santiago – PR
Professor Luizinho – SP	9. Vignatti – SC
Vander Loubet – MS	10. Zarattini – SP
Wasny de Roure – DF	11. Zé Geraldo – PA
PMDB	
Hermes Parciannelo – PR	1. Aníbal Gomes – CE
José Borba – PR	2. Edson Ezequiel – RJ
José Divino – RJ	3. Jorge Alberto – SE
José Priante – PA	4. Lupércio Ramos – AM
Luiz Bittencourt – GO	5. Marcelino Fraga – ES
Marcelo Castro – PI	6. Olavo Calheiros – AL
Mauro Lopes – MG	7. Rose de Freitas - ES
Pedro Chaves – GO	8. João Magalhães-MG (5)
Pedro Novais – MA	9. Paulo Afonso-SC (5)
Wilson Santiago – PB	10. Waldemir Moka-MS ⁽⁵⁾
Zé Gerardo – CE	11.

⁽¹⁾ 1. Substituição do Dep. Orlando Desconsi (S) pelo Dep. João Grandão (S), em 01-06-2005 – PT – CD

⁽⁵⁾ Indicações feitas em 17-6-2005, PMDB-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional. Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PFL/PRONA)	
Cláudio Cajado – BA	1. Davi Alcolumbre – AP
Eduardo Sciarra – PR	2. Fernando de Fabinho – BA
José Carlos Machado – SE	3. José Mendonça Bezerra – PE
José Rocha – BA	4. José Roberto Arruda – DF
Júlio Cesar – PI	5. Kátia Abreu – TO
Laura Carneiro – RJ	6. Lael Varella – MG
Mussa Demes – PI	7. Luiz Carreira – BA
Pauderney Avelino – AM	8. Marcos Abramo – SP
PSDB	
Anivaldo Vale – PA	1. Antonio Carlos Mendes Thame – SP
Bismarck Maia – CE	2. Domiciano Cabral – PB
Carlos Alberto Leréia – GO	3. Jorge VI – AL
Gustavo Fruet – PR	4. Márcio Fortes – RJ
Narcio Rodrigues – MG	5. Rafael Guerra – MG
Ronaldo Dimas – TO	6.
Silvio Torres – SP	7.
PP	
Benedito de Lira – AL	1. João Tota – AC ⁽²⁾
Enivaldo Ribeiro – PB	2. Leodegar Tiscoski – SC
Francisco Dornelles – RJ	3. Mário Negromonte – BA
Márcio Reinaldo Moreira – MG	4. Ricardo Barros – PR
Nelson Meurer – PT	5. Sandes Júnior – GO
Pedro Canedo – GO	6. Paes Landim (cessão PTB)

⁽²⁾ Substituição feita em 1º-6-2005-PP-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS: ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Elaine Costa – RJ	1. Alex Canziani – PR
Iberê Ferreira – RN	2. Arnon Bezerra – CE
Jackson Barreto – SE	3. Cleuber Carneiro – MG
José Chaves – PE	4. Homero Barreto – TO
Josué Bengtson – PA	5. José Militão – MG
Jovair Arantes – GO	6. Pedro Fernandes – MA
PL	
Amauri Gasques – SP	1. Almir Sá – RR
Humberto Michiles – AM	2. Heleno Silva – SE
Jaime Martins – MG	3. Júnior Betão – AC
João Leão – BA	4. Milton Monti – SP
Miguel de Souza – RO	5. Raimundo Santos – PA
Welinton Fagundes – MT	6. Wellington Roberto – PB
PPS	
Dimas Ramalho – SP	1.
Geraldo Thadeu – MG	2.
PSB	
Gonzaga Patriota – PE	1. Beto Albuquerque – RS
Renato Casagrande – ES	2. Pastor Francisco Olímpio – PE
PDT	
Luiz Piauhyllino – PE	1. Álvaro Dias – RN
Manato – ES	2. Dr. Rodolfo Pereira – RR
PC do B	
Sérgio Miranda – MG	1. Inácio Arruda – CE
PV	
Marcelo Ortiz – SP	1. Leonardo Mattos – MG

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães – (Anexo II)
Ala "C" – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 – Tel: 318-6937 – 318-6938

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 294 PÁGINAS